

Anais do
**Congresso
de Pesquisa
e Extensão
do UNIPTAN**

Número 4

Coordenação de
Pesquisa e Extensão

Anais do Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN

Número 4

Coordenação de Pesquisa e Extensão

Realização _____



Apoio _____



C749a Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN (4. : 2019 : São João del-Rei, MG)

Anais [recurso eletrônico] / IV Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN, 03, 04 e 05 de Abril de 2019, São João del-Rei, MG / Organizado por: Coordenação de Pesquisa e Extensão – São João del-Rei, MG : UNIPTAN, 2019.

Realização Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves
Disponível em: www.uniptan.edu.br
ISSN: 2525-6955

1. Pesquisa e Extensão – São João del-Rei – Congressos. I. Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves II. Título.

CDU - 061

Ficha catalográfica elaborada por Ludmilla Vieira Silva CRB-6/3340

ANAIS DO CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO UNIPTAN

NÚMERO 4

UNIPTAN

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

Reitor

Ricardo Assunção Viegas

Pró-reitor de Pesquisa e Extensão

Heberth Paulo de Souza

Pró-reitora de Ensino e Assuntos Acadêmicos

Maria Tereza Gomes de Almeida Lima

Coordenadora de Pesquisa

Eliane Moreto Silva Oliveira

Coordenadora de Extensão

Ana Claudia Silva Lima

MARKETING E COMUNICAÇÃO

Emmanuel José Lopes Pinheiro

Isadora Sabino Bruzzi

Úrsula Leite Ribeiro

Departamento de Marketing, Comunicação e Inovação do UNIPTAN

APOIO

FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FUNADESP - Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

APRESENTAÇÃO

O Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN é evento realizado anualmente pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves, em São João del-Rei/MG.

O evento, inicialmente idealizado para divulgar os resultados de projetos de pesquisa vinculados aos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação Científica Júnior do UNIPTAN, recebeu, na sua última edição, trabalhos de alunos de graduação não-bolsistas da Instituição e também da comunidade acadêmica externa vinda de diferentes regiões do país.

Nesta edição dos Anais, o leitor pode conferir pesquisas diversas, relatos de atividades e de ações em prol da comunidade, discussões e informações de qualidade abordadas em trabalhos apresentados no 4º Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN.

Entre artigos e resumos expandidos, este caderno apresenta produtos acadêmicos, que foram apresentados entre os dias 03 e 05 de abril de 2019, em sessões de comunicações orais e de painéis comentados.

Os trabalhos resultam de projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos por docentes junto aos Programas de Extensão, de Pesquisa e de Iniciação Científica do UNIPTAN, bem como representam a produção da comunidade acadêmica externa à instituição, de diferentes regiões do Brasil.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Comissão Organizadora.

SUMÁRIO

Resumos expandidos

A assistência de enfermagem no gerenciamento dos pacientes no acidente vascular encefálico isquêmico agudo candidatos à trombólise	9
A comunicação como valorização da imagem de uma rede de cooperativas de reciclagem de lixo	14
A importância da atividade e exercício físico para o idoso.....	20
A importância da família na adesão ao tratamento de pacientes com transtorno bipolar	25
A importância do exercício físico na qualidade de vida do idoso.....	30
A importância do pré-natal do parceiro como estratégia para a inserção do homem no sistema de saúde	36
A não exigência de ordem judicial para efetivação da escuta telefônica no ordenamento jurídico brasileiro.....	40
A perspectiva da ressocialização da mulher no pós-encarceramento.....	46
A perspectiva filosófica da moral na experiência jurídica sob a ótica de Miguel Reale	52
A relação entre a atividade física e o sistema nervoso central em idosos	57
A responsabilidade civil do advogado pela perda de uma chance: a ação equívoca ou a inércia de advogados na atuação judicial.....	62
Acervo geológico inicial do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves e sua importância didática para os discentes e a comunidade	67
Ações da odontologia na APAE de São João del-Rei	73
Adoção de filhos por casais homossexuais: aspectos legais e sociais no Brasil	77
Audiência de custódia e sua premente necessidade em consonância com os direitos fundamentais do preso	82
Avaliação da eficácia antibacteriana do extrato de própolis verde em bactérias causadoras de infecções nas vias aéreas	87

Barreiras de gênero no acesso à educação: como o fato de “ser mulher” influencia no acesso ao ensino	94
Comparação do comportamento da pressão arterial em atletas femininas pós-competição de 5 km e 10 km.....	99
Comparação dos atendimentos médicos, psicológicos e sociais das pessoas radioacidentadas pelo Césio-137 no município de Goiânia/GO nos anos de 2012 e 2017	103
Comparação do efeito hipotensor pós-competição de corrida de rua entre corredores amadores e de alto nível.....	109
Comunicação e saúde: estratégias de educomunicação para capacitar a comunicação dos trabalhadores das Unidades Básicas de Saúde.....	114
Conscientização ambiental e confecção de cadernos a partir de papel reciclado branco	121
Conscientização sobre infecções sexualmente transmissíveis: oficinas e mídias digitais em escola pública de São João del-Rei	128
Construção preliminar de tarefas para avaliação direta da criança a partir da dimensão cognitiva do inventário dimensional de avaliação do desenvolvimento infantil.....	133
Construção social da identidade de gênero em crianças	143
Contribuições da disciplina de informática básica para a terceira idade no projeto de extensão do IF Sudeste MG – Campus JF	151
Criação de banco de dados do acervo geológico inicial do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves	158
Dificuldade de aprendizagem e sua relação com o estado nutricional	164
Ecocídio no tribunal penal internacional: uma análise de sua competência em face da soberania do estado	170
Educação e sensibilização ambiental: revitalização da Praça da Biquinha na cidade de São João del-Rei - MG com uso de material reciclado	175
Extensão universitária e revisão textual: um espaço profissional alternativo para os licenciados em letras	181
Fatores associados à ideação e à tentativa de suicídio em pessoas com transtornos do espectro da esquizofrenia atendidas em serviços comunitários de saúde mental.....	188

Gerenciamento de estoque: aplicação do método da curva ABC e lote econômico em uma empresa do setor varejista localizada em São João del-Rei – MG	194
Hermenêutica jurídica sob o prisma de Miguel Reale	202
Jornalismo digital na prática: observação do portal de notícias Barbacena Online	207
Letramento racial e atividades de extensão: a experiência do IF Sudeste MG Campus São João del-Rei com crianças de 04 a 12 anos	214
Martin Buber e a hermenêutica fenomenológica	219
Modelo para mapeamento de ecossistema de empreendedorismo da Microrregião de São João del-Rei	224
Nosso currículo escolar não é <i>blues</i> (ou à procura de Wakanda no sistema educacional brasileiro): apagamento da cultura e identidade negras no currículo educacional brasileiro	231
Nutrição e aprendizagem: alimentação e sua relação com o desempenho no processo de leitura e escrita	238
O desenvolvimento da escrita através do projeto remição pela leitura	243
O papel da conciliação na solução de conflitos.....	250
O perfil dos consumidores de cosméticos na cidade de São João del-Rei, em virtude de um público cada vez mais exigente	254
O uso de celular na educação	261
Orientar para vem (ser): orientação profissional em um cursinho comunitário	270
Os desafios da implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem para os profissionais de saúde e usuários do Sistema Único de Saúde.....	277
Os efeitos argumentativos da metáfora na política brasileira: o caso da cassação Dilma – Temer	281
Os transexuais: a situação dos transexuais nos presídios brasileiros	286
Perfil epidemiológico de pacientes com doença renal crônica submetidos à hemodiálise no estado de Minas Gerais	291
Pontos-chave de controle: suporte técnico para o manuseio domiciliar de pacientes com encefalopatia crônica não progressiva da infância pelos cuidadores.....	298
Precedentes judiciais: uma análise jurídico-constitucional do sistema de precedentes do CPC/2015.....	305

Precisamos falar sobre suicídio: a perspectiva de promoção da saúde no campo escolar.....	309
Prevalência e perfil de sensibilidade dos microrganismos isolados em aspirado traqueal de pacientes com pneumonia associada à ventilação mecânica na UTI da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei	314
Reciclar é vida: atuação de alunos de uma comunidade do Bairro Senhor dos Montes da cidade de São João del-Rei/MG na confecção de cadernos a partir de papel usado	319
Relação entre a preservação do SNC e a qualidade de vida em idosos.....	326
Sensibilização e consumo sustentável: relato de um integrante do projeto sustentabilidade em ação realizado na cidade de São João del-Rei - MG	333
Sobrecarga e satisfação com o trabalho de profissionais de equipes da atenção primária à saúde	339
Valor probatório da confissão	345
Viabilidade da comercialização de produtos reciclados e participação de empresários da região de São João del-Rei em projetos sustentáveis.....	351
Violência obstétrica: aspectos jurídicos para uma tutela coletiva	357
Vivências lúdicas compartilhadas: as experiências do brincar em prol da formação médica	364

Artigos

A influência da densidade de empacotamento dos agregados para o concreto	369
A religiosidade como bem cultural imaterial e direito humano fundamental	385
Análise historiográfica das relações entre pobres e estruturas de dominação a partir de um processo criminal	396
Apontamentos sobre as narrativas na formação e consolidação do patrimônio cultural imaterial.....	408
As metodologias ativas na perspectiva dos alunos do Curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior privada.....	423
Avaliação do hábito alimentar de alunos do ensino médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima em São João del-Rei - MG	438
Azul Linhas Aéreas e Operação Sorriso: uma parceria sob a ótica do marketing e responsabilidade social	447
Breve análise qualitativa de alguns dos processos criminais de Formiga - MG envolvendo mulheres na parte indiciada: 1841-1871	463
Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras - “Dr. Joaquim José Teixeira Leite”	480
Determinantes do consumo alimentar entre adolescentes: uma revisão da literatura	490
Diversidade e educação: valorização da integração das recuperandas da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados com o mercado de trabalho	500
Equipe de competição e estudo em arbitragem e mediação - ECEAM.....	509
Fatores relacionados à sobrecarga de trabalho de profissionais da atenção primária à saúde: revisão integrativa da literatura.....	519
Gestão da segurança e saúde no trabalho: um estudo para identificar boas práticas.....	536
Grupo Melhor Idade: análise de práticas lúdicas para o fortalecimento da afetividade e da identidade	546
Infância ferida: a (in)visibilidade do abuso sexual infanto-juvenil no contexto escolar e social.....	555
Martin Buber e Sigmund Freud: olhares sobre Moisés e a religião	568

O autismo na educação infantil: possibilidades e desafios das intervenções pedagógicas	582
O desenvolvimento de jogos utilizando a realidade virtual e aumentada para a reabilitação neuropsicológica de pré-adolescentes com queixas de dificuldades de aprendizagem.....	597
O impacto da hermenêutica fenomenológica de Buber na psiquiatria existencial de Frank: educação e saúde.....	607
O sabor da aprendizagem: marketing, produção, vendas e empreendedorismo na cozinha	625
O uso das metodologias ativas como recurso didático para os estudantes do Ensino Superior	640
O uso das redes sociais como forma de divulgação da empresa e alavancagem das vendas: um estudo de caso.....	659
Regras de convivência: da caixa de sugestões ao encontro de diálogos com alunos dos anos iniciais - uma prática democrática.....	671
Resistência nos tribunais: o caso Xukuru na corte interamericana	686
Satisfação e retenção de clientes na construção civil: um estudo de caso na empresa X.....	695
Sexualidade na pré-adolescência.....	710

A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO GERENCIAMENTO DOS PACIENTES NO ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO ISQUÊMICO AGUDO CANDIDATOS À TROMBÓLISE

Samara Geralda da Silva¹
Mariana Ávila Moreira Nascimento¹

O Acidente Vascular Encefálico Isquêmico (AVEI) agudo é uma patologia cerebrovascular causadora de grande impacto negativo na saúde brasileira. Atualmente, o único tratamento disponível é o uso do Ativador do Plasminogênio Tecidual Recombinante (rtPA), com baixa taxa de utilização, apesar da normatização pelo Ministério da Saúde e de pesquisas que confirmam a sua eficácia. Poucas publicações enfatizam o papel do Enfermeiro no uso da terapia trombolítica. Este trabalho visou revisar a literatura sobre a atuação desse profissional nos diversos contextos que envolvem a patologia, desde a atenção básica preventiva até o tratamento clínico. Foi realizada pesquisa bibliográfica de artigos referentes ao tema nas plataformas Scielo, EBSCO, BVS e CAPES, utilizando como critério de seleção a janela temporal de 2008 a 2018, temática da patologia e atuação do enfermeiro. Para que o tratamento seja possível é necessário que todo o atendimento ocorra em até 4,5 horas a partir do início dos sintomas. Desta forma, a enfermagem tem papel fundamental na educação em saúde, visando a prevenção, e na prática clínica, otimizando o tempo de realização de exames e coleta de dados para a administração da medicação dentro da janela terapêutica. Concluiu-se que é necessário esforço conjunto entre os níveis de atenção em saúde, com o intuito de melhorar o atendimento e a realidade dos pacientes acometidos pela patologia, bem como o adequado treinamento das equipes envolvidas. É necessário também o incentivo à produção científica que aborde, em especial, o papel do enfermeiro na prevenção e no tratamento do AVEI agudo.

Palavras-chave: AVCI. AVEI agudo. Terapia Trombolítica. Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

O Acidente Vascular Encefálico Isquêmico (AVEI) agudo é uma patologia cerebrovascular caracterizada pela oclusão do lúmen arterial ou de grandes vasos por um trombo ou êmbolo, que impede a adequada irrigação do tecido cerebral, ocasionando morte celular diretamente relacionada ao tempo de hipóxia (CRUZ; FILHO; COLAÇO, 2016).

As principais causas de AVEI estão relacionadas à aterosclerose e fibrilação atrial (BRASIL, 2012). O risco aumenta na presença de dislipidemias, sedentarismo, tabagismo, etilismo e obesidade, todos fatores preveníveis e/ou passíveis de tratamento. Dentro dos fatores

¹ Discente do Curso de enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.
E-mail para contato: samarageralda@hotmail.com.

não evitáveis, o sexo, a etnia e a raça não apresentam variações estatísticas consideráveis (FONSECA *et al.*, 2013), porém, sobre o fator idade, é consenso entre os pesquisadores que o risco é diretamente proporcional ao avançar dos anos.

Anteriormente a 2012, o tratamento dos casos limitava-se à prevenção de novos episódios e ao cuidado dos enfermos, o que interferia negativamente na qualidade de vida dos pacientes. Com a aprovação do uso do Ativador do Plasminogênio Tecidular Recombinante (rtPA) pelo Ministério Saúde, surgiu a possibilidade de minimizar as sequelas relacionadas ao AVEI agudo e diminuir os custos hospitalares e com a reabilitação (RAMÃO; FERRAZ; GUIRADO, 2018).

Após sete anos da implementação do protocolo de trombólise, a porcentagem de pacientes que se beneficiam do tratamento permanece em 5% (BRASIL, 2012; RAMÃO, 2018). A principal justificativa para tal fato seria a extrapolação da janela terapêutica – período que se inicia com a apresentação de sinais e sintomas e termina na administração da medicação fibrinolítica – além do risco de transformação hemorrágica quando na presença de lesões extensas (MANIVA; FREITAS, 2012). Considerando a ausência de evolução do cenário, levanta-se o questionamento: como a enfermagem pode atuar na otimização desse contexto?

O objetivo desse estudo é revisar a literatura sobre a atuação do enfermeiro nos diversos contextos que envolvem o evento isquêmico, seja na atenção primária ou no âmbito intensivista.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente, foi realizada revisão bibliográfica nas plataformas Scielo, EBSCO, BVS e CAPES a partir do ano de publicação da normatização do protocolo de terapia trombolítica pelo Ministério da Saúde, estipulando o período de 2012 a 2018. Com a análise do material encontrado, observou-se a necessidade de estender a janela temporal de 2008 a 2018, tendo em vista a relevância do conteúdo publicado por determinados autores nesse período.

Utilizando os descritores de saúde AVEI, AVEI agudo, terapia trombolítica e enfermagem, foram selecionados artigos pertinentes à patologia e ao papel da enfermagem, desde as ações preventivas ao tratamento.

Com o material selecionado, seguiram-se as seguintes etapas: leitura, fichamento bibliográfico, discussão e redação.

Ressalta-se que o rigor científico foi respeitado em todas as fases da pesquisa, bem como os direitos autorais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O AVEI agudo é responsável por alto índice de morbimortalidade no mundo. O único tratamento existente é o rtPA, uma medicação fibrinolítica que permanece inativa na corrente sanguínea, mas que, ao ligar-se ao coágulo, ativa o plasminogênio e a plasmina, causando a dissolução do trombo e/ou êmbolo (RAMÃO; FERRAZ; GUIRADO, 2018).

Para a administração do medicamento é necessário levar em conta o requisito tempo, que, do início dos sintomas até a infusão da droga, deve ser de, no máximo, 04 horas e 30 minutos, o que envolve uma dinâmica entre o reconhecimento precoce da patologia pelo paciente/família/comunidade, deslocamento do serviço móvel de urgência, correta referência e presença de equipe especializada para o atendimento intra-hospitalar (BRASIL, 2013).

Os benefícios relacionados a essa terapêutica não influenciam consideravelmente na mortalidade, mas sim, na morbidade, quando a diminuição dos déficits neurológicos acontece progressivamente e tornam-se significantes decorridos três meses da administração da droga (HACKE *et al.*, 2008).

São vários os pré-requisitos necessários para classificar um paciente como “em potencial” para a terapia fibrinolítica, como idade, gravidade dos sintomas apresentados, exame de imagem comprobatório, história clínica recente e comorbidades, presença de centro de referência e equipe especializadas. No entanto, o êxito do tratamento envolve principalmente aspectos relacionados ao tempo decorrido do início dos sintomas à chegada ao serviço de referência, ressaltando-se que quanto menor esse intervalo, maiores são os benefícios do tratamento. Estudos apontam que apenas uma pequena parte dos pacientes acometidos por um AVEI agudo se beneficiarão do uso do rtPA, sendo a principal barreira o atraso até a chegada ao serviço especializado (FONSECA, 2013).

Para que a cadeia de atendimento se inicie, o primeiro passo é o reconhecimento precoce dos sinais e sintomas apresentados pelo paciente (MANIVA, 2018). Após a implementação do Hiperdia em 2002, campanha de educação em saúde da atenção básica voltada para hipertensos e diabéticos, os índices de ocorrência de AVEI diminuíram (LOPES, 2016). Tal dado confirma a importância das Estratégias de Saúde da Família (ESF) nesse contexto. Em contrapartida, apenas 13 hospitais no país possuem equipe capacitada para receber os pacientes e realizar a aplicação do trombolítico (MANIVA; FREITAS, 2012).

Na prática clínica, o enfermeiro enquanto gestor, deve proporcionar meios para diminuir o tempo porta-agulha – período que se inicia na chegada ao serviço de saúde e se estende até a

aplicação da medicação – garantindo a realização dos exames necessários, anamnese minuciosa e exame físico direcionado, de acordo com os protocolos disponibilizados pelo Ministério da Saúde para o atendimento ao AVCI agudo, visando não somente a terapia mas, sobretudo garantindo a segurança do paciente (FERRARI *et al.*, 2017).

Considerando a existência de um tratamento efetivo do AVEI agudo, seus benefícios para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e o consequente impacto positivo que isso gera nos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS), fazem-se necessários esforços para que o atendimento/tratamento ocorra dentro do desejado. Além disso, existem poucos estudos científicos que abordam o uso efetivo dos protocolos pela enfermagem, o que inviabiliza a mensuração do sucesso da terapêutica (MARQUES, 2017).

4 CONCLUSÃO

O AVEI agudo é uma patologia cerebrovascular causadora de grande impacto negativo na saúde brasileira. Diante do cenário atual deste agravamento, questionou-se a relevância do papel do enfermeiro em seu manejo. O estudo permitiu esclarecer três áreas onde é possível à enfermagem atuar para aumentar a oferta do tratamento fibrinolítico aos pacientes acometidos por AVEI agudo: (1) As ESF têm papel fundamental na educação, permanente e continuada, em saúde dos pacientes pertencentes aos grupos de risco, bem como de toda comunidade, acerca das medidas preventivas e do reconhecimento precoce dos sinais e sintomas, antecipando assim o início do tratamento; (2) Como continuidade à cadeia de atendimento, as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência poderiam ser devidamente treinadas para o atendimento a essas vítimas, não se limitando ao transporte até o centro de referência, mas atuando conjuntamente com estes, onde a enfermagem pode realizar uma coleta de dados minuciosa e dirigida, o que auxiliaria na redução do tempo utilizado dentro do serviço hospitalar; (3) Por fim, é de suma importância que mais equipes de atendimento clínico sejam treinadas para receber casos de AVEI agudo, aumentando a oferta do tratamento com rtPA.

Sugere-se um esforço conjunto entre os níveis de atenção em saúde com o intuito de melhorar o atendimento e a realidade dos pacientes acometidos pela patologia. Não menos importante, faz-se necessário o incentivo à produção científica que aborde a temática, em especial ao papel do enfermeiro na prevenção e no tratamento da patologia, ofertando subsídios para sua atuação e possibilitando um olhar mais amplo quanto às possibilidades da profissão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de rotinas para atenção ao AVC**. Editora MS, Brasília – DF, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_rotinas_para_atencao_avc.pdf. Acesso em: 14 fev.2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 664/665, de 12 de Abril de 2012. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas: Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/5723.html> Acesso em: 14 fev.2019.

CRUZ, B. M. S.; FILHO, R. H. G.M.; COLAÇO, M. A. X. P. Reabilitação Fisioterápica de Pacientes com Sequelas Motoras de Acidente Vascular Cerebral Isquêmico: Uma Revisão Bibliográfica. **Revista Inspirar Movimento; Saude**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 28–36, 2016. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=120544552&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FERRARI, Y.A.C.; MARQUES, C.R.G.; NERY, F.S.; OLIVEIRA, C.G.S. Atuação do enfermeiro no acidente vascular encefálico: uma revisão integrativa. **International Nursing Congress. May 9-12, 2017**. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/cie/article/download/5595/2103>. Acesso em: 15 fev. 2019.

FONSECA, L.H.O. *et al.* Análise das barreiras à utilização de trombolíticos em casos de acidente vascular cerebral isquêmico em um hospital privado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 12, p. 2487-2496, Dec. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00131412>.

HACKE, W. *Et al.* Thrombolysis with Alteplase 3 to 4.5 Hours after Acute Ischemic Stroke. **The New England Journal of Medicine**.v. 359, n.13, p.1317-1329, 2008. Disponível em: <<HTTPS://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa0804656>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

LOPES, J.M.; *Et al.* Hospitalização por acidente vascular encefálico isquêmico no Brasil: estudo ecológico sobre possível impacto do Hiperdia. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 19, n. 1, p. 122-134, mar. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2016000100122&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-5497201600010011>.

MANIVA, S.J.C.F.; *Et al.* Tecnologias educativas para educação em saúde no acidente vascular cerebral: revisão integrativa. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília , v. 71, supl. 4, p. 1724-1731, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018001001724&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 Fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0041>.

MANIVA, S.J.C.F.; FREITAS, C.H.A. Use of alteplase in the treatment of acute ischemic stroke: what nurses know?. **Rev. bras. enferm.** [online]. 2012, vol.65, n.3 [cited 2019-02-14], p.474-481. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000300012&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672012000300012>.

MARQUES, C.R.G.; FERRARI, Y.A.C.; OLIVEIRA, C.G.S. Atuação do Enfermeiro no Acidente Vascular Encefálico: Uma Revisão Integrativa. **Rev. Ciências Biológicas de Saúde Unit**, v. 4, n.2, p. 127-142, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernobiologicas/article/download/4599/2499>>. Acesso em: 20 fev.2019.

RAMÃO, B. G.; FERRAZ, N. R. R.; GUIRADO, P. G. M. Redução dos custos e do tempo de internação em um hospital público da capital paulista com a implementação do protocolo de trombólise em acidente vascular cerebral isquêmico. **Revista de Tecnologia Aplicada**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 1–10, 2018. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=131056358&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

A COMUNICAÇÃO COMO VALORIZAÇÃO DA IMAGEM DE UMA REDE DE COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DE LIXO

Rita Lunardi¹

Esse projeto utilizou-se da comunicação institucional para colaborar na construção da imagem da Rede Reciclamp. O objetivo foi a orientação dos coordenadores da cooperativa no desenvolvimento de ações que mostraram a capacidade produtiva dos trabalhadores, refletiram positivamente nos negócios das quatro cooperativas, com o propósito de favorecer a obtenção de novos clientes e a venda dos materiais reciclados. Portanto, foi uma proposta de mudança da atual condição das cooperativas, fortalecendo a economia de subsistência formada por um grupo de 130 cooperados ligados à rede, além de representar ainda um impacto socioambiental para a cidade de Campinas, dada a natureza das atividades que colaboram com o cuidado ao meio ambiente. As bases metodológicas utilizadas no projeto foram as oficinas socioeducativas e dialógicas e as análises comparativas propostas pelo método benchmarking. Como resultado do projeto, o grupo produziu um vídeo comemorativo para os 10 anos da rede, organizou uma exposição de fotos e planejou e orientou a criação do logotipo da Reciclamp. Estes produtos de comunicação institucional foram apresentados no evento de aniversário, onde estiveram presentes representantes de órgãos públicos da cidade e de empresas parceiras. Almejou-se com este projeto de extensão o auxílio aos cooperados na tarefa de melhorar a visibilidade do trabalho realizado, propiciando o crescimento da renda e também do número de associados.

Palavras-chave: Cooperativas de Reciclagem. Rede de Cooperativas. Reciclamp.

1 INTRODUÇÃO

A Rede de Cooperativas de Materiais Recicláveis - Reciclamp foi criada em 2008 a partir da união de quatro cooperativas, formando assim a Central Solidária de Venda, constituída como uma cooperativa de 2º nível, uma "cooperativa de cooperativas". Tendo uma estrutura enxuta, a função primordial e original é a de negociar e vender, de forma consolidada, o material coletado e selecionado nas cooperativas. Assim, tem sido possível trabalhar com maior volume, realizando a venda diretamente às indústrias recicladoras, o que proporciona ganho no preço e consequentemente no faturamento.

A rede gerencia as cooperativas instaladas na cidade de Campinas, somando-se um total de 130 catadores de materiais recicláveis. No que se refere a atuação das cooperativas em rede,

¹ Professora da Faculdade de Publicidade e Propaganda da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, coordenadora do projeto de extensão “Comunicação Institucional: atividades para a valorização da imagem da Rede de Cooperativas de Materiais Recicláveis de Campinas – Reciclamp”, aprovado para o biênio 2018-2019. E-mail ritalunardi@puc-campinas.edu.br.

Soto (2011) afirma que este tipo de organização tem importância fundamental para a sobrevivência e evolução das mesmas. Em suas conclusões, coloca ainda que é a melhor alternativa para torná-las viáveis economicamente (SOTO, 2011). As cooperativas manuseiam atualmente cerca de 3,8 mil toneladas de material por ano e são responsáveis por 50% do lixo reciclado em Campinas-SP.

As dinâmicas de trabalho deste projeto supõem atuações colaborativas em estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente. Pelo papel econômico e social que desempenham, as cooperativas têm grande potencial de crescimento com geração de emprego e renda. O material reciclável separado, coletado e processado pelas cooperativas na cidade ainda é uma pequena fração do seu potencial total. São exemplos de empreendimentos solidários que conseguiram, ao longo dos anos, evoluir e dar condições de renda aos seus cooperados. No entanto, para garantir esse crescimento é preciso que estejam organizadas tanto no aspecto produtivo e de comercialização, como na divulgação de sua identidade e de sua capacidade de produção e venda dos materiais.

Neste sentido, a implantação deste projeto de extensão teve como objetivo colaborar na capacitação dos coordenadores e dos diretores da Reciclamp para o desenvolvimento de atividades de comunicação, a fim de contribuir para o fortalecimento da imagem das cooperativas. Espera-se com isso, ser possível refletir favoravelmente no momento de prospecção de clientes, como condomínios e escolas, que forneçam os lixos, e empresas que comprem os materiais já reciclados. As comemorações dos 10 anos da Reciclamp foi uma oportunidade para discutir internamente a importância da comunicação institucional, além de chamar a atenção dos possíveis clientes/parceiros sobre o trabalho realizado pelas cooperativas nestes últimos anos. De acordo com Kotler (2012), a comunicação tornou-se primordial para empresas e/ou instituições alcançarem objetivos diversos como a consolidação da imagem e reputação, divulgação de suas ações e no relacionamento com seus diversos públicos.

A comunicação é também a base de relacionamento para diversos segmentos sociais e neste projeto para os recicladores de lixo. Além de promover o entendimento e a interação entre os pares, é capaz de promover e impulsionar os negócios do setor. A comunicação institucional é vista como um importante instrumento de gestão e foi base das atividades direcionadas para o fortalecimento da identidade da Reciclamp. Para Kunsch (2003), é ferramenta responsável por cuidar da imagem corporativa da instituição e indispensável para que a organização alcance um lugar de destaque no mercado e ganhe notoriedade perante seus públicos.

Este projeto visa, além de refletir positivamente nos negócios destes cooperados, o compartilhamento de cultura, conhecimentos e/ou informações com os participantes e que eles

se apropriem do saber, tornando-o significante para suas atividades futuras. Fortalecendo ainda os três eixos que constituem a universidade brasileira que são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Neste projeto de extensão as dinâmicas realizadas foram baseadas em oficinas socioeducativas e dialógicas, de conteúdos adaptados para uma linguagem simples e de fácil entendimento, atendendo às necessidades do grupo. Utilizou-se a prática do benchmarking como ferramenta de comparação de desempenho. Foram pesquisados e apresentados materiais de comunicação desenvolvidos por outras cooperativas, também na intenção de incentivar e demonstrar a possibilidade de fazê-los. De acordo com Pinto (2007), o benchmarking é um instrumento estratégico que procura melhorar o processo de gestão, por meio comparativo com outras organizações semelhantes.

Durante as oficinas, as informações apresentadas sobre outros empreendimentos semelhantes provocaram discussão e reflexão dos integrantes da diretoria da Reciclamp como: desenvolvimento econômico alcançado nesta última década e comunicação realizada para seus públicos. Para Kotler (2012), o benchmarking é um processo de melhoria de desempenho organizacional muito vantajoso, pois reduz os custos, cria novas ideias e beneficia o conhecimento da própria instituição. Os dados que serviram de comparação e exemplos para as cooperativas, foram pesquisados via internet pelas quatro alunas da faculdade de Publicidade e Propaganda da PUC-Campinas, que participam deste projeto de extensão, do qual sou orientadora.

O público-alvo foram os coordenadores e diretores de quatro cooperativas da cidade de Campinas, associadas à Rede Reciclamp, somando 25 pessoas como público direto, de um total de 130 cooperados. Destes, cerca de 90% dos integrantes têm apenas o ensino fundamental, sendo 60% incompleto. Há uma grande predominância de mulheres, sendo a faixa etária entre 30 a 59 anos, com renda mensal de R\$ 830,00. As cooperativas que compõem a rede são: Antônio da Costa Santos; Projeto Reciclar; Unidos pela Vitória; e São Bernardo-Divipaz, todas localizadas em áreas periféricas da cidade. O baixo nível de escolaridade é uma característica do público e, por esta razão, os conteúdos das oficinas foram elaborados com imagens e apresentados oralmente. Os temas dos encontros foram replicados em cada uma das cooperativas. Para o desenvolvimento das atividades foi formado um grupo para participar das ações ligadas à comunicação e divulgar os assuntos abordados para o restante dos cooperados, já que não havia possibilidade de reunir todos, ao mesmo tempo, em função dos turnos de

trabalho. Alguns se propuseram, outros foram indicados pelas coordenações. Em modo geral, mostraram-se abertos ao diálogo e com consciência do coletivo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com intuito de colaborar com as mudanças necessárias para o impulsionamento dos negócios e a garantia de subsistência do grupo, a proposta de extensão veio para atender os anseios dos integrantes, que desejavam a criação de um selo comemorativo, que chamavam de desenho da marca, ou a alteração do logo atual. “Logotipo é a figura que possibilita uma identificação simples e imediata de um produto ou coisa. Sua função é ficar gravado, definitivamente, na memória” (SANT’ANNA, 2009, p130). Em vista disso, as oficinas foram direcionadas para conceituar, exemplificar e planejar a elaboração do símbolo.

O início da atividade foi a seleção de materiais de instituições que serviram de exemplos nas oficinas sobre criação de logotipo. Tomou-se como base cooperativas, ONGs e institutos do Estado de São Paulo que mais se aproximavam do perfil da Reciclamp no que se refere à estrutura de trabalho e importância nas cidades de atuação.

Os participantes das oficinas propuseram a renovação do logotipo já existente, pois mantinha características de uma das cooperativas e o que desejavam era que os aspectos do logo não remetesse apenas grupo e sim à Rede Reciclamp. A identidade visual de uma marca e/ou empresa é de extrema importância, pois transmite aos seus clientes, muitas vezes em primeira impressão, seus valores, capacidades e seu posicionamento, consequentemente trazendo à marca benefícios indispensáveis como reconhecimento, confiança e vínculo para com seus clientes, além de facilitar a identificação.

Uma agência de propaganda, parceira da Reciclamp, iria desenvolver a nova marca. No entanto, era necessário que fossem orientados os aspectos a serem alterados, o que na comunicação é chamado de briefing. Baseado na definição de Sampaio (2003), briefing são informações contendo todas as instruções que o cliente fornece à agência para orientar o trabalho, seja a respeito do produto, do mercado, do consumidor, da empresa e também sobre os objetivos do cliente.

O briefing foi realizado em formato de roda de conversa com a direção das cooperativas, o que propiciou uma análise das características desejáveis ao logotipo. O encontro possibilitou a pontuação de itens, como a identificação das cores predominantes da cooperativa como azul, verde, laranja e amarelo. Pensando o quanto a atividade fim do trabalho que realizam - reciclagem de lixo - contribui diretamente para a preservação do meio ambiente, os cooperados

sugeriram que o logo representasse também símbolos da natureza e que a forma do cata-vento e o nome completo da Reciclamp – Central Solidária de Vendas fossem mantidos. As definições foram encaminhadas à uma agência de propaganda parceira da rede, que criou quatro opções. As novas marcas foram afixadas nos murais das cooperativas para conhecimento de todos e escolha por votação.

As atividades comemorativas dos 10 anos da Reciclamp envolveram também os cooperados na organização de uma exposição e na produção do vídeo institucional, com aparelho celular, como valorização da imagem da cooperativa. O produto foi feito com a intervenção da docente e das bolsistas no sentido de auxiliar os participantes no manuseio dos aparelhos celulares. Foram escolhidos os cooperados mais jovens, que já estavam familiarizados com o uso de tecnologia para as gravações. Docente e alunos colaboraram ainda com um grupo de cooperados para a montagem da exposição de fotos, que foi baseada em uma linha do tempo com o início na fundação de cada cooperativa, passando pela criação da Rede Reciclamp até os dias atuais.

4 CONCLUSÕES

Diante dos atuais desafios enfrentados nas relações de trabalhos e na busca das cooperativas em uma economia solidária, acredita-se que os objetivos e metas estão sendo atingidos. Pode-se concluir que o conhecimento compartilhado em comunicação está sendo absorvido, já que o grupo reconheceu a data comemorativa dos 10 anos da Reciclamp, como uma repercussão positiva na trajetória de trabalho dos cooperados. Entendendo a proposta do projeto de extensão, participaram das oficinas de maneira interessada e produziram importantes produtos de divulgação institucional já apresentados.

No evento de aniversário da Rede, estiveram presentes representantes de órgãos públicos da cidade de Campinas e de empresas parceiras de negociação da Reciclamp. O vídeo e a exposição retrataram a trajetória de cada cooperativa e da criação da Rede. Portanto, uma valorosa ação no sentido de evidenciar aspectos de competência e credibilidade, fatos que certamente trarão benefícios à Rede que atua na região metropolitana de Campinas. A divulgação do novo logotipo também deixa um traço de renovação nas atividades de venda. Almeja-se um crescimento dos negócios e do aumento do número de cooperados e dos rendimentos mensais.

Como universidade e fonte de inspiração, para a PUC-Campinas a Extensão é a prática acadêmica que expressa à interação Sociedade-Universidade, com o papel de promover o

compartilhamento do conhecimento com distintos sujeitos sociais e é indissociável do Ensino e da Pesquisa. O Projeto foi ao encontro do plano pedagógico do curso de Publicidade e Propaganda, do qual se origina. Cabe ressaltar que o curso tem uma proposta curricular que pretende confrontar a profissão, claramente ligada à sociedade de consumo e à primazia do mercado, com a ética e a responsabilidade social. Nessa direção, à disciplina de Agência Experimental, possibilita que os alunos desenvolvam projetos de Comunicação para ONGs e Institutos, tendo contato com realidades e objetivos de causas sociais ou grupos minoritários, com baixo ou nenhum recurso financeiro. Favorecendo, assim, uma formação humanística ao aluno, além dos conhecimentos técnicos necessários, para adquirirem uma ampla visão do mundo e da sociedade em que estão inseridos.

Concluindo, trata-se de um projeto de extensão que se propôs compartilhar conhecimentos e informações com sujeitos da sociedade e encontrar soluções baseadas em práticas acadêmicas, adaptadas a realidade do grupo, permitindo o diálogo e gerando novos conhecimentos que voltam para a academia.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip; Keller, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 14ª ed. São Paulo: Pearson, 2012.

KUNSCH, Maria Margarida Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. **O homem, o arco e a flecha: em direção à teoria geral da estratégia**. Brasília: Editora Senac DF, 2007.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. 8ª ed. São Paulo: Cengage, 2010

SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003

SOTO, Magda Martina Tirado. **Análise e formação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária**. 2011. Tese (Doutorado em Engenharia) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE E EXERCÍCIO FÍSICO PARA O IDOSO

Bernardo Guilherme Neves Natividade¹

Vanessa Conrado Montalvão Torres²

Rubens Bagni Torres³

A adoção de um estilo de vida ativo proporciona diversos benefícios à saúde, uma vez que é considerado como importante componente para a melhoria da qualidade de vida e da independência funcional do indivíduo idoso. A quantidade de pessoas no mundo com mais de 60 anos dobrou nos últimos 30 anos e deve chegar a dois bilhões até 2050 e no Brasil, até 2060, 1 em cada 4 brasileiros será idoso. A manutenção da autonomia e independência durante o processo de envelhecimento é uma meta fundamental a ser alcançada para que não se desenvolva um quadro de incapacidade funcional do idoso, limitando, assim, a sua autonomia e, consequentemente, sua independência. A participação em programas de atividades e de exercícios físicos é uma forma independente para reduzir e/ou prevenir uma série de declínios funcionais associados com o envelhecimento, sendo o treinamento resistido o mais indicado pois possibilita ganhos importantes em força. Outras atividades recomendadas para essa população são os exercícios aeróbicos, força e resistência muscular, flexibilidade e equilíbrio. Sendo assim, deve-se estimular a população idosa à prática de atividades físicas capazes de promover a melhoria da aptidão física relacionada à saúde, com a qual observa-se a redução do risco de mortes prematuras, doenças cardíacas, acidente vascular cerebral, câncer de cólon e mama e diabetes tipo II; bem como, a prevenção ou redução da hipertensão arterial, prevenção do ganho de peso ponderal (diminuindo o risco de obesidade), auxílio na prevenção ou redução do risco da osteoporose, promoção do bem-estar, redução do estresse, da ansiedade e da depressão. O objetivo deste estudo foi realizar pesquisa bibliográfica sobre a importância da atividade e exercício físico para o idoso.

Palavras-chave: Idoso. Atividade Física. Exercício Físico. Funcionalidade.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Astrand (1994), a expectativa de vida do ser humano aumentou significativamente e possuir uma vida longa já não é considerado mais como grande vitória, uma vez que a média atual desta expectativa de vida em países desenvolvidos é em torno de

¹ Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Mestre em Saúde Mental (LAPSAM/UFSJ) pela Universidade Federal de São João del-Rei/Minas Gerais/Brasil. Colaboradora do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN. Membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento e Aprendizagem Motora/GEDAM pela Escola de Educação Física, Terapia Ocupacional e Fisioterapia da Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Docente do Curso de Educação Física do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Orientador do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – FUNADESP.

E-mail para contato: rubens.torres@uniptan.edu.br.

oitenta anos e existem as pesquisas que permitem inferir sobre o potencial genético do homem para viver até mais de cem anos (GUISELINI, 1993).

Nahas (2006) define o envelhecimento como um processo gradual, universal e irreversível, provocando perda funcional progressiva no organismo. Para se viver muito, o cidadão deve ter acesso aos avanços científicos e tecnológicos das diferentes áreas relacionadas à saúde. Procedimentos, medicamentos, vacinas e novos conhecimentos sobre alimentação e sobre os efeitos agudos e crônicos do exercício físico colaboraram para esse fenômeno. Cada vez mais estudos comprovam os benefícios da atividade e exercício físico para a saúde. Pesquisadores nas áreas de exercício físico, Educação Física e de Medicina do Exercício e do Esporte, pelos métodos de pesquisa epidemiológica, já demonstraram que a inatividade física é prejudicial à saúde (BLAIR, 1994). Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006), um dos componentes mais importantes para se ter uma boa saúde é o estilo de vida adotado pelas pessoas.

Ainda segundo a OMS (2018), a quantidade de pessoas no mundo com mais de 60 anos dobrou nos últimos 30 anos e deve chegar a dois bilhões até 2050. A população brasileira está em trajetória de envelhecimento e, até 2060, o percentual de pessoas com mais de 65 anos passará dos atuais 9,2% para 25,5%. Ou seja, 1 em cada 4 brasileiros será idoso (IBGE, 2018).

Programas de incentivo à prática de atividade física precisam ser estimulados por políticas públicas. O ato de exercitar-se precisa estar incorporado não somente ao cotidiano das pessoas, mas também à cultura popular, aos tratamentos médicos, ao planejamento da família e à educação infantil (ACSM's, 2000). Porém, ao se refletir sobre as atividades físicas, precisa-se pensar que os benefícios biopsicossociais proporcionados pela sua prática, somente acontecerão se realizados continua e corretamente (MACIEL, 2010). Dessa forma, o presente estudo teve como proposta discutir os fatores que beneficiam os idosos pela prática de atividades e exercícios físicos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A ferramenta utilizada para execução deste estudo teve como base a pesquisa bibliográfica narrativa, na busca por fontes científicas (artigos de revistas, livros etc.) sobre o tema atividade/exercício físico e idoso, reunindo e comparando os diferentes dados encontrados nas fontes de consulta e listando os principais fatores que correlacionam o tema central do estudo. Além disso, foi feita busca manual ativa nas listas de referências dos artigos selecionados pela busca eletrônica. Após a busca nas bases de dados, os estudos foram

selecionados inicialmente por título, seguido pela análise do resumo. Os estudos que atenderam aos critérios de inclusão foram selecionados para a análise do texto na íntegra e tiveram suas listas de referências examinadas pela busca manual ativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Define-se como idoso todo indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos para países em desenvolvimento ou 65 anos, no caso de nações desenvolvidas (OMS, 2005). Indicadores específicos como morbidade, mortalidade e qualidade de vida refletem as condições de saúde da população idosa, portanto, manter a autonomia e independência durante o processo de envelhecimento é uma meta fundamental a ser alcançada.

A funcionalidade pode ser entendida como a capacidade de uma pessoa desempenhar determinadas atividades ou funções e representa uma maneira de medir se uma pessoa é ou não capaz de independentemente desempenhar as atividades necessárias para cuidar de si mesma e de seu entorno (DUARTE, ANDRADE, LEBRÃO, 2007). Entende-se então que a limitação ou a não realização dessas atividades, desenvolve um quadro de incapacidade funcional do idoso. A perda dessa funcionalidade que ocorrem no indivíduo durante o processo de envelhecimento, limita a sua autonomia, e conseqüentemente a independência. Nesse sentido, a prática das atividades físicas tem sido associada benéficamente para a manutenção da funcionalidade, reduzindo os efeitos deletérios ocasionados pelo envelhecimento (OMS, 2005). Além disso, já foi claramente estabelecido que os exercícios físicos são uma forma eficaz de se prevenir o declínio da capacidade funcional de idosos (RAICHLEN; ALEXANDER, 2017).

Caspersen, Powell e Christensen (1985) definiram atividade física como qualquer movimento corporal, produzido pelos músculos esqueléticos, que resulta em gasto energético maior do que os níveis de repouso e exercício físico como toda atividade física planejada, estruturada e repetitiva que tem como objetivo a melhoria e a manutenção de um ou mais componentes da aptidão física.

Evidências científicas indicam claramente que a participação em programas de atividades físicas é uma forma independente para reduzir e/ou prevenir uma série de declínios funcionais associados com o envelhecimento (VOGEL *et al.* 2009; NELSON *et al.* 2007; OMS, 2005).

Exercício físico é um subgrupo de atividade física que envolve planejamento e sistematização com o objetivo de manter ou melhorar a aptidão física (STRATH, 2013).

Teixeira e Batista (2009) concluíram que o treinamento resistido possibilita ganhos importantes em força e também em outros parâmetros, os quais podem ser otimizados de forma mais significativa quando trabalhados por meio de exercícios físicos específicos, como observado em resultado aos treinamentos multidimensionais. As principais atividades recomendadas para essa população são os exercícios aeróbicos, força e resistência muscular, flexibilidade e equilíbrio (NELSON *et al.*, 2007).

Os efeitos positivos da prática de exercícios físicos na funcionalidade de idosos incluem maior independência em atividades de autocuidado, melhoria da autoestima, melhor qualidade de vida, maior expectativa de vida, redução do risco de quedas e da mortalidade (GALLOZA *et al.*, 2017).

Sendo assim, deve-se estimular a população idosa à prática de atividades/exercícios físicos capazes de promover a melhoria da aptidão física relacionada à saúde onde observa-se a redução do risco de mortes prematuras, doenças do coração, acidente vascular cerebral, câncer de cólon e mama e diabetes tipo II; bem como, atua na prevenção ou redução da hipertensão arterial, previne o ganho de peso ponderal (diminuindo o risco de obesidade), auxilia na prevenção ou redução da osteoporose, promove bem-estar, reduz o estresse, a ansiedade e a depressão (OMS, 2006).

4 CONCLUSÃO

De acordo com o estudo em questão pode-se constatar que o mundo está envelhecendo e necessita de um programa de prevenção das morbidades causadas pelo processo degenerativo do envelhecimento. Para tal, faz-se necessário e essencial uma estratégia que contenha programas de incentivo a prática da atividade/exercício físico para a população idosa onde a prevenção aliada ao tratamento são a base destas iniciativas.

O idoso ativo será muito mais saudável e com uma qualidade de vida potencializada por práticas indicadas por profissionais gabaritados e convenientes para cada indivíduo específico desta população levando em conta o seu atual quadro de saúde, onde benefícios de ordem física, mental e social contribuirão significativamente para a sua funcionalidade e independência, tornando-o um cidadão participativo e ativo dentro de uma sociedade que exige uma agilidade cada vez maior com o passar do tempo.

REFERÊNCIAS

ACSM's Guidelines for Exercise Testing and Prescription. Philadelphia: Lippincott Williams; Wilkins, 6th edition, 2000.

ASTRAND PO. Age is not a barrier: a personal experience. In: Quinney HA, Gauvin L, Wall AET (orgs.). Toward Active Living. Champaign: Human Kinetics, 1994:147-152.

BLAIR SN, Kohl HW 3rd, Barlow CE, Paffenbarger RS Jr, Gibbons LW, Macera CA. Changes in physical fitness and all-cause mortality: a prospective study of healthy and unhealthy men. JAMA 1995; 273:1093-8.

CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E., CHRISTENSEN, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. Public Health Reports, 100:126-131, 1985.

DUARTE, Y, A. O.; ANDRADE, C. L.; LEBRÃO, M. L. O Índice de Katz na avaliação da funcionalidade dos idosos. Revista Escola Enfermagem/USP, 41(2):317-25, 2007.

GALLOZA J., B. Castillo, W. Micheo Benefits of Exercise in the Older Population Phys Med Rehabil Clin N Am., 28 (2017), p. 659-669

GUISELINI M. Atividade física e qualidade de vida. Informe Phorte, São Paulo, 1999;1:3.

JOHNSON JM, BALLIN SD. Surgeon general's report on physical activity and health is hailed as a historic step toward a healthier nation. Circulation 1996; 94:2045.

MACIEL M. G. Atividade física e funcionalidade do idoso. Motriz, Rio Claro, v.16 n.4, p.1024-1032, out./dez. 2010

NELSON, M.E.; REJESKI, W. J.; BLAIR, S.N.; DUNCAN, P.W.; JUDGE, J.O. *et al.* Physical activity and public health in older adults: recommendation from the American College of Sports Medicine and the American Heart Association. Medicine Science Sports Exercise. 2007, Aug; 39(8):1435-45.

PAFFENBARGER RS Jr. Forty years of progress: physical activity, health, and fitness. In: American College of Sports Medicine 40th Anniversary Lectures, 1994.

PATE RR, PRATT M, BLAIR SN, HASKELL WL, MACERA CA, BOUCHARD C, *et al.* Physical activity and public health - a recommendation from the Centers for Disease Control and Prevention and the American College of Sports Medicine. JAMA 1995; 273:402-7.

RAICHLIN, D.A, Alexander, G.E., Adaptive Capacity: An Evolutionary Neuroscience Model Linking Exercise, Cognition, and BrainHealth Trends Neurosci, 40 (2017), p. 408-42.

STRATH, S.J., KAMINSKY, L.A., AINSWORTH, B.E., EKELUND, U., FREEDSON, P.S., GARY, R.A., *et al.* Guide to the assessment of physical activity. Clinical and research applications: A scientific statement from the American Heart Association Circulation., 128 (2013), p. 2259-2279

TEIXEIRA, T. G.; BATISTA, A. C. Treinamento físico para idosos vulneráveis: uma revisão sobre as estratégias de intervenção. Motriz, Rio Claro, v.15 n.4 p.964-975, out./dez. 2009.

VOGEL, T.; BRECHAT, P. H.; LEPRETTE, P. M.; KALTENBACH, G. *et al.* Health benefits of physical activity in older patients: a review. International Journal of Clinical Practice. 63(2):303-20, 2009.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ADESÃO AO TRATAMENTO DE PACIENTES COM TRANSTORNO BIPOLAR

Bruna Elisa Santiago Reis¹
Henrique Alvarenga Silva²

O transtorno bipolar é uma condição clínica crônica estabilizada por tratamento vitalício. A adesão e permanência no tratamento são fatores fundamentais para a estabilidade do indivíduo bipolar. O objetivo desse estudo foi revisar a literatura sobre o papel da família no tratamento do paciente com transtorno bipolar e como essa pode resultar em melhor adesão dos pacientes com bipolaridade ao tratamento, minimizando possíveis danos consequentes da doença. Utilizou-se os bancos de dados PubMed, Scielo e Lilacs, sendo selecionados 60 artigos para conduzir a revisão de literatura, a partir da busca pelas palavras-chave “bipolar disorder” e “family” e seleção de artigos publicados nos últimos 20 anos. Resultados da literatura apontam a necessidade da harmonia no núcleo familiar, como também, o fato dessa ser preditora de apoio e aceitação ao tratamento. Conclui-se que a psicoeducação é um fator positivo aos bipolares e seus familiares, uma vez que provém conhecimento e preparação acerca da situação clínica.

Palavras-chave: Transtorno bipolar. Família. Tratamento. Adesão.

1 INTRODUÇÃO

O transtorno bipolar do humor, doença caracterizada por episódios maníacos e depressivos, afeta 60 milhões de pessoas no mundo, com prevalência estimada em cerca de 1,5% da população mundial, com pico de incidência entre 15 e 19 anos (WEISSMAN *et al.*, 1996).

Os pacientes com transtorno bipolar do humor têm maior mortalidade em geral, maior risco de morte por doenças cardiovasculares, por doenças cerebrovasculares, por acidentes e intoxicações e por suicídio (ANGST *et al.*, 2002). O impacto social dessa doença é imenso. O custo direto e indireto do transtorno bipolar nos Estados Unidos no ano de 2009 foi estimado em cerca de 120 bilhões de dólares (DILSAVER, 2011).

1 Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica do UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Medicina do UNIPTAN. Orientador do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica do UNIPTAN.

E-mail para contato: brunaelisa97@gmail.com.

Por outro lado, a literatura tem mostrado consistentemente que o risco de suicídio se reduz significativamente em pacientes aderentes ao tratamento (ANGST *et al.*, 2002). Entretanto, a taxa de não adesão ou descontinuidade ao tratamento nessa doença é elevada, principalmente nas fases de euforia. As taxas de abandono de tratamento são estimadas entre 47% dos pacientes, contribuindo de forma importante para a piora na evolução clínica (CHAKRABARTI, 2016). Dessa forma, a baixa adesão ao tratamento tem implicações importantes, não apenas individualmente, mas também em nível de toda sociedade.

Essa revisão tem como foco revisar a literatura médica científica acerca do papel da família como fator de apoio ao bipolar na adesão ao tratamento medicamentoso e terapêutico.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho é uma revisão narrativa de literatura acerca do papel da família na adesão ao tratamento por pacientes com transtorno afetivo bipolar. Realizou-se pesquisa nas bases de dados PUBmed, SCielo, e Lilacs, com os termos: 'bipolar disorder' AND 'family'. Foram encontrados 250 artigos, duas vertentes de estudos destacaram-se na pesquisa, vários estudos sobre a questão familiar e genética da bipolaridade e estudos qualitativos acerca da temática família e bipolaridade. Por meio de análise manual dos títulos e resumos dos trabalhos pré-selecionados, foram selecionados estudos qualitativos acerca da bipolaridade e família, resultando em 60 artigos publicados nos últimos 20 anos, que foram considerados para posterior leitura de revisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A relação entre bipolares e familiares

Médicos relatam baixo envolvimento familiar diante do diagnóstico e tratamento. Evidenciou-se também o desconhecimento acerca da influência da família fora das consultas e pouco encorajamento do médico em introduzi-las (FISHER *et al.*, 2017). A partir desse estudo, é importante o médico ter ciência do grau de participação dos familiares quanto à situação clínica do indivíduo com bipolaridade, considerando que existe um convívio no mesmo núcleo familiar e esses podem encorajar o bipolar a seguir o tratamento.

O processo de tomada de decisões no tratamento do transtorno bipolar considera diversos fatores. Relaciona-se a aceitação do diagnóstico, os tipos de decisões feitas no

tratamento, o balanço de prós e contras do tratamento e a tomada de decisões nas consultas. (FISHER *et al.*, 2017). Contraditoriamente, apesar do pouco envolvimento familiar o mesmo estudo afirma que a aceitação do diagnóstico e tratamento é facilitada quando existe compreensão por parte do familiar acerca da doença (FISHER *et al.*, 2017). Como exemplo, "*A aceitação do diagnóstico pela minha filha, me ajudou a aceitar a bipolaridade*", diálogo de uma mãe com transtorno bipolar em uma entrevista de um estudo qualitativo (DELMAS *et al.*, 2011).

Ressalta-se, que o médico deve respeitar a preferência do paciente quanto ao envolvimento familiar, tornando esse envolvimento apenas um fator de preferência para melhor aceitação e adesão ao tratamento da bipolaridade (FISHER *et al.*, 2017).

3.2 Reflexos da bipolaridade no meio familiar

Em estudo no qual foi avaliada essa questão por meio do *Family Assesment Device* (dispositivo de avaliação familiar), questionário que permite avaliação, de modo transversal, da influência do envolvimento familiar, da resolução de problemas, comunicação, papéis de cada membro da família, resposta afetiva, envolvimento afetivo, controle, comportamento e funcionamento geral dos processos familiares, foi demonstrado que os pacientes com transtorno afetivo bipolar têm significativamente mais prejuízos do que indivíduos sem bipolaridade. Ressaltando, que adultos com bipolaridade tiveram pior resposta afetiva e controle do comportamento familiar em relação aos jovens com bipolaridade. (MACPHERSON *et al.*, 2018).

O funcionamento familiar é comprometido em famílias com presença de transtorno bipolar, nas quais existe maior conflito, dificuldades de adaptabilidade e menor coesão familiar (SULLIVAN; MIKLOWITZ, 2010). Isso tudo é decorrente da maneira como a doença repercute no meio social e vida desses pacientes.

3.3 Benefícios do envolvimento familiar na adesão ao tratamento por pacientes bipolares

A família é um importante fator de prognóstico no transtorno afetivo bipolar, desde a aceitação do diagnóstico, como também no apoio ao enfrentamento da doença e continuidade do tratamento. É de suma importância, a família conhecer a doença. Compreender a evolução dos sintomas e a natureza da instabilidade do humor facilita o enfrentamento da família e isso

reduz as consequências da doença em seu meio social. Assim facilita o encaminhamento do paciente ao médico e acesso ao tratamento precocemente (DELMAS *et al.*, 2011).

Médicos já utilizam o tratamento farmacológico no transtorno bipolar. Esse trabalho visa valorizar a família, como fator de incentivo a adesão ao tratamento e apoio, como as sessões terapêuticas em conjunto entre pacientes e família, como por exemplo o tratamento familiar focado na família.

O tratamento familiar focado na família tem como componente a psicoeducação. Nas sessões voltadas a essa temática existe uma explicação acerca dos sinais, sintomas, etiologia da doença, situando tanto a família quanto o paciente acerca do transtorno afetivo bipolar. Há o aprimoramento da comunicação, como por exemplo, reforçando a habilidade de ouvir e fornecer feedbacks, e há também o treinamento em solucionar problemas familiares. Todos esses orientados por profissionais da área da saúde mental (MIKLOWITZ *et al.*, 2003). As sessões terapêuticas do tratamento familiar focado na família junto à psicoeducação, busca trabalhar pontos que foram ressaltados nesse trabalho como conflituosos no reflexo da bipolaridade e o meio familiar.

A psicoeducação tanto para o paciente como para a família, é um importante fator na qualidade de vida e saúde mental dos pacientes e familiares (SHARIF *et al.*, 2016). Contribuindo para a terapêutica da bipolaridade, aliada ao tratamento farmacológico, de modo que auxilia no entendimento da doença, minimizando episódios de crise de humor e internações e estabelecendo um equilíbrio nas relações interpessoais com a família.

4 CONCLUSÃO

A partir dos trabalhos revisados, conclui-se que a família é fundamental no incentivo ao tratamento do transtorno bipolar, uma vez que o reconhecimento do apoio e aceitação do diagnóstico pelo familiar proporciona ao bipolar mais segurança na continuidade do tratamento. A terapia farmacológica junto à psicoeducação potencializa a conduta terapêutica. A psicoeducação fortalece o elo entre bipolares e familiares, proporcionando melhor conhecimento da doença e suas implicações na vida do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ANGST, F. *et al.* Mortality of patients with mood disorders: follow-up over 34-38 years. **Journal of affective disorders**, v. 68, n. 2-3, p. 167-181, abr. 2002.

- CHAKRABARTI, S. Treatment-adherence in bipolar disorder: A patient-centred approach. **World journal of psychiatry**, v. 6, n. 4, p. 399–409, dez. 2016.
- DELMAS, K. *et al.* Recoding past experiences: a qualitative study of how patients and family members adjust to the diagnosis of bipolar disorder. **The Journal of nervous and mental disease**, v. 199, n. 2, p. 136–139, fev. 2011.
- DILSAVER, S. C. An estimate of the minimum economic burden of bipolar I and II disorders in the United States: 2009. **Journal of affective disorders**, v. 129, n. 1–3, p. 79–83, mar. 2011.
- FISHER, A. *et al.* A Qualitative Exploration of Clinician Views and Experiences of Treatment Decision-Making in Bipolar II Disorder. **Community mental health journal**, v. 53, n. 8, p. 958–971, nov. 2017.
- MACPHERSON, H. A. *et al.* Developmental evaluation of family functioning deficits in youths and young adults with childhood-onset bipolar disorder. **Journal of affective disorders**, v. 235, p. 574–582, ago. 2018.
- MIKLOWITZ E. L.; RICHARDS, J. A.; SIMONEAU, T. L.; SADDATH, R. L., D. J. G. A Randomized Study of Family-Focused Psychoeducation and Pharmacotherapy in the Outpatient Management of Bipolar Disorder. **Arch Gen Psychiatry**, v. 60, p. 904–912, 2003.
- SHARIF, F. *et al.* The Effect of Family-Centered Psycho-Education on Mental Health and Quality of Life of Families of Adolescents with Bipolar Mood Disorder: A Randomized Controlled Clinical Trial. **International journal of community based nursing and midwifery**, v. 4, n. 3, p. 229–238, jul. 2016.
- SULLIVAN, A. E.; MIKLOWITZ, D. J. Family functioning among adolescents with bipolar disorder. **Journal of family psychology : JFP : journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association** (Division 43), v. 24, n. 1, p. 60–67, fev. 2010.
- WEISSMAN, M. M. *et al.* Cross-national epidemiology of major depression and bipolar disorder. **JAMA**, v. 276, n. 4, p. 293–299, jul. 1996.

A IMPORTÂNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

Maria Eduarda de Lima e Souza¹
Rubens Bagni Torres²
Vanessa Conrado Montalvão Torres³

O objetivo deste estudo foi revisar a literatura sobre a importância do exercício físico na qualidade de vida do idoso. A adoção de um estilo de vida ativo proporciona diversos benefícios à saúde, uma vez que é considerado como um importante componente para a melhoria da qualidade de vida e da independência funcional do idoso. A participação em programas de exercícios físicos é uma forma independente para reduzir e/ou prevenir uma série de declínios funcionais associados com o envelhecimento, sendo o treinamento resistido o mais indicado pois possibilita ganhos importantes em força. A manutenção da autonomia e independência durante o processo de envelhecimento é uma meta fundamental a ser alcançada para que não se desenvolva um quadro de incapacidade funcional do idoso, limitando assim a sua autonomia, e consequentemente sua independência. A prática de exercícios físicos tem demonstrado auxiliar no tratamento das doenças crônico-degenerativas, além de ter um efeito neuroprotetor e preventivo no desenvolvimento de doenças neurodegenerativas. Os exercícios físicos ajudam as pessoas a manterem o maior vigor possível, melhorando a função em diversas atividades e assim, aumentam a qualidade de vida à medida que se envelhecem. Dessa forma, o presente estudo tem como proposta discutir os fatores que beneficiam os idosos por meio da prática de exercícios físicos, melhorando significativamente a qualidade de vida deste público.

Palavras-chave: Idoso. Exercício Físico. Qualidade de vida. Funcionalidade.

1 INTRODUÇÃO

O exercício físico é classificado como “movimento corporal planejado, estruturado e repetitivo executado para melhorar ou manter um ou mais componentes da boa forma física”. O que difere do conceito de atividade física, que segundo é “qualquer movimento corporal produzindo pelos músculos esqueléticos que resulte num consumo de energias” (OGDEN,

¹ Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Docente do Curso de Educação Física do UNIPTAN. Orientador do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior Particular – FUNADESP.

³ Mestre em Saúde Mental (LAPSAM/UFSJ) pela Universidade Federal de São João del-Rei/Minas Gerais/Brasil. Colaboradora do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN. Membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento e Aprendizagem Motora/GEDAM pela Escola de Educação Física, Terapia Ocupacional e Fisioterapia da Universidade Federal de Minas Gerais (EEFFTO/UFMG) Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil.

E-mail para contato: rubens.torres@uniptan.edu.br.

2004). Caracciolo (2012) classifica os exercícios físicos em dois grandes blocos: “Exercícios aeróbios” “Exercícios anaeróbicos”. Os exercícios aeróbicos, como “marcha, natação prolongada, andar de bicicleta” entre outros, são aqueles que estão relacionados com um esforço moderado e fazem uso do oxigênio. Os exercícios anaeróbicos, como musculação, corrida de 100 a 200 metros, salto, entre outros, implicam esforço intenso, mas de curta duração.

O envelhecimento populacional é um processo natural e manifesta-se por um declínio das funções de diversos órgãos que ocorre caracteristicamente em função do tempo, não se conseguindo definir um ponto exato de transição, como nas demais fases (GUCCIONE, 2002).

No século XX, o processo de envelhecimento, que antes era restrito aos países desenvolvidos, está acontecendo nos países em desenvolvimento e de modo mais rápido (CAROMANO, IDE, KERBAUY, 2006). O Brasil está entre os países que apresentam maior ritmo de crescimento da população idosa e a expectativa de vida dos brasileiros, que em 1900 não alcançava os 35 anos de idade, em 1950 atingiu 43 anos, em 2000, 68, com a expectativa de atingir os 80 anos em 2025 (IBGE, 2010). Segundo a (OMS, 2018) a quantidade de pessoas no mundo com mais de 60 anos dobrou nos últimos 30 anos e deve chegar a dois bilhões até 2050, considerando como componentes mais importantes para se ter uma boa saúde é o estilo de vida adotado pelas pessoas. A população brasileira está em trajetória de envelhecimento e, até 2060, o percentual de pessoas com mais de 65 anos passará dos atuais 9,2% para 25,5%. Ou seja, 1 em cada 4 brasileiros será idoso (IBGE, 2010).

Qualidade de vida se refere à percepção das pessoas de sua posição na vida, dentro do contexto de cultura e sistema de valores nos quais elas vivem e em relação a suas metas, expectativas e padrões sociais (WHOQOL, 2000). Trata-se de um conceito que engloba critérios objetivos e mensuráveis, como funcionamento fisiológico ou a manutenção das atividades de vida diária, (PAÚL *et al.*, 2005) bem como componentes subjetivos, como satisfação de vida, que traduzem o balanço entre as expectativas e os objetivos alcançados (GONCALVE *et al.* 2006). À medida que envelhecemos a qualidade de vida é fortemente determinada pela habilidade de manter autonomia e independência (PASCHOAL, 2004). Sendo assim, um envelhecimento bem-sucedido é acompanhado de qualidade de vida e bem-estar (SOUSA, 2003).

Os exercícios físicos ajudam as pessoas a manterem o maior vigor possível, melhorando a função em diversas atividades e assim, aumentam a qualidade de vida à medida que se envelhece (BLEY; NERNAZZA, 1997). A prática de exercício físico contribui de maneira significativa para a manutenção da aptidão física do idoso, além de melhorar as funções orgânicas e cognitivas, garantindo maior independência pessoal e prevenindo doenças

(ANTUNES *et al.*, 2006). Porém, ao se refletir sobre os exercícios físicos, precisa-se pensar que os benefícios biopsicossociais proporcionados pela sua prática, somente acontecerão se realizados continuamente e corretamente (MACIEL, 2010). Dessa forma, o presente estudo tem como proposta discutir os fatores que beneficiam os idosos por meio da prática de exercícios físicos, melhorando significativamente a qualidade de vida deste público.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A ferramenta utilizada para execução deste estudo teve como base a pesquisa bibliográfica narrativa, na busca por fontes científicas (artigos de revistas, livros etc.) sobre o tema exercício físico, qualidade de vida e idoso, reunindo e comparando os diferentes dados encontrados nas fontes de consulta e listando os principais fatores que correlacionam o tema central do estudo. Além disso, foi feita busca manual ativa nas listas de referências dos artigos selecionados pela busca eletrônica. Após a busca nas bases de dados, os estudos foram selecionados inicialmente por título, seguido pela análise do resumo. Os estudos que atenderam aos critérios de inclusão foram selecionados para a análise do texto na íntegra e tiveram suas listas de referências examinadas pela busca manual ativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Define-se como idoso todo indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos, para países em desenvolvimento, ou 65 anos, no caso de nações desenvolvidas (OMS, 2005). Indicadores específicos como morbidade, mortalidade e qualidade de vida refletem as condições de saúde da população idosa, portanto, manter a autonomia e independência durante o processo de envelhecimento é uma meta fundamental a ser alcançada.

A funcionalidade pode ser entendida como a capacidade de uma pessoa desempenhar determinadas atividades ou funções e representa uma maneira de medir se uma pessoa é ou não capaz de independentemente desempenhar as atividades necessárias para cuidar de si mesma e de seu entorno (DUARTE, ANDRADE, LEBRÃO, 2007). Entende-se então que a limitação ou a não realização dessas atividades, desenvolve um quadro de incapacidade funcional do idoso. A perda dessa funcionalidade que ocorrem no indivíduo durante o processo de envelhecimento, limita a sua autonomia, e conseqüentemente a independência. Nesse sentido, a prática de exercícios físicos tem sido associada beneficamente para a manutenção da funcionalidade, reduzindo os efeitos deletérios ocasionados pelo envelhecimento (OMS, 2005). Além disso, já

foi claramente estabelecido que os exercícios físicos são uma forma eficaz de se prevenir o declínio da capacidade funcional de idosos (RAICHLEN; ALEXANDER, 2017).

Caspersen, Powell e Christensen (1985) definiram exercício físico como toda atividade física planejada, estruturada e repetitiva que tem como objetivo a melhoria e a manutenção de um ou mais componentes da aptidão física. Evidências científicas indicam claramente que a participação em programas de exercícios físicos é uma forma independente para reduzir e/ou prevenir uma série de declínios funcionais associados com o envelhecimento (VOGEL *et al.*, 2009; NELSON *et al.*, 2007; OMS, 2005). Exercício físico é um subgrupo de atividade física que envolve planejamento e sistematização com o objetivo de manter ou melhorar a aptidão física (STRATH, 2013). Melhora da saúde, aumento da oportunidade de contatos sociais e ganhos na função cerebral são as principais razões para que indivíduos sedentários há anos, repentinamente, aos 70 ou 80 anos de idade, iniciem e mantenham a prática de exercícios físicos (SHEPHARD, 1990).

Teixeira e Batista (2009) concluíram que o treinamento resistido possibilita ganhos importantes em força e também em outros parâmetros, os quais podem ser otimizados de forma mais significativa quando trabalhados por meio de exercícios físicos específicos, como observado em resultado aos treinamentos multidimensionais. As principais atividades recomendadas para essa população são os exercícios aeróbicos, força e resistência muscular, flexibilidade e equilíbrio (NELSON *et al.*, 2007).

Os efeitos positivos da prática de exercícios físicos na funcionalidade de idosos incluem maior independência em atividades de autocuidado, melhoria da autoestima, melhor qualidade de vida, maior expectativa de vida, redução do risco de quedas e da mortalidade (GALLOZA *et al.*, 2017). Em idosos, mesmo quando a prática de exercícios físicos regulares é iniciada numa fase tardia de vida, é igualmente importante para o aumento ou preservação da força e da potência muscular, manutenção da mobilidade e da vida dependente, e prevenção e redução das quedas e das fraturas (TAYLOR, 2004). Sendo assim, deve-se estimular a população idosa à prática de exercícios físicos capazes de promover a melhoria da aptidão física relacionada à saúde onde observa-se a redução do risco de mortes prematuras, doenças do coração, acidente vascular cerebral, câncer de cólon e mama e diabetes tipo II; bem como, atua na prevenção ou redução da hipertensão arterial, previne o ganho de peso ponderal (diminuindo o risco de obesidade), auxilia na prevenção ou redução da osteoporose, promove bem-estar, reduz o estresse, a ansiedade e a depressão (OMS, 2006).

4 CONCLUSÃO

De acordo com o estudo em questão foi observado que o mundo está envelhecendo e necessita de um programa de prevenção das morbidades causadas pelo processo degenerativo do envelhecimento. Para tal se faz necessário e essencial uma estratégia que contenha programas de incentivo a prática de exercícios físicos para a população idosa onde a prevenção aliada ao tratamento são a base destas iniciativas.

O idoso ativo será muito mais saudável e com uma qualidade de vida potencializada pela prática de exercícios físicos indicados e convenientes pelo seu atual quadro de saúde, onde benefícios de ordem física, mental e social contribuirão significativamente para a sua funcionalidade e independência, tornando-o um cidadão participativo e ativo dentro de uma sociedade que exige uma agilidade cada vez maior com o passar do tempo.

REFERÊNCIAS

- ACSM's Guidelines for Exercise Testing and Prescription. Philadelphia: Lippincott Williams; Wilkins, 6th edition, 2000.
- ANTUNES, H.K.M., *et al.* Alterações cognitivas em idosas decorrentes do exercício físico sistematizado. *Rev Bras Med Esporte* 2006; 12(2).
- ASTRAND PO. Age is not a barrier: a personal experience. In: Quinney HA, Gauvin L, Wall AET (orgs.). *Toward Active Living*. Champaign: Human Kinetics, 1994:147-152.
- BLAIR SN, Kohl HW 3rd, Barlow CE, Paffenbarger RS Jr, Gibbons LW, Macera CA. Changes in physical fitness and all-cause mortality: a prospective study of healthy and unhealthy men. *JAMA* 1995; 273:1093-8.
- BLEY, D. NERNAZZA, L.N. La multiplicité usage du thème de qualité de vie. *Revue Prevenir* 1997; 33: 7-13.
- CARACCILOLO, M. Queima Calorias. *Revista Saúde; lar*. Nº773. Março de 2012. Publicadora Servir. Sabugo.
- CAROMANO, F.A., IDE, M.R., KERBAUY, R.R. Exercise maintenance among older adults. *Rev Dep Psicol UFF* 2006; 18(2): 177-192.
- CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E., CHRISTENSEN, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. *Public Health Reports*, 100:126-131, 1985.
- DUARTE, Y, A. O.; ANDRADE, C. L.; LEBRÃO, M. L. O Índice de Katz na avaliação da funcionalidade dos idosos. *Revista Escola Enfermagem/USP*, 41(2):317-25, 2007.
- GALLOZA J., B. Castillo, W. Micheo Benefits of Exercise in the Older Population *Phys Med Rehabil Clin N Am.*, 28 (2017), p. 659-669.
- GARRIDO, R, MENEZES, P.R. O Brasil está envelhecendo: boas e más notícias por uma perspectiva epidemiológica. *Rev Bras Psiquiatr* 2002; 24(1): 3-6.
- GONCALVE, D., *et al.* Promoção da qualidade de vida dos idosos portugueses por meio da continuidade de tarefas produtivas. *Psic, Saúde; Doenças* 2006; 7(1): 137-143.
- GUCCIONE, A. A. *Fisioterapia geriátrica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.

GUISELINI M. Atividade física e qualidade de vida. Informe Phorte, São Paulo, 1999;1:3.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2000.

JOHNSON, J.M, BALLIN, S.D. Surgeon general's report on physical activity and health is hailed as a historic step toward a healthier nation. *Circulation* 1996; 94:2045.

MACIEL M. G. Atividade física e funcionalidade do idoso. *Motriz*, Rio Claro, v.16 n.4, p.1024-1032, out./dez. 2010.

NELSON, M.E.; REJESKI, W. J.; BLAIR, S.N.; DUNCAN, P.W.; JUDGE, J.O. *et al.* Physical activity and public health in older adults: recommendation from the American College of Sports Medicine and the American Heart Association. *Medicine Science Sports Exercise*. 2007, Aug; 39(8):1435-45.

OGDEN, J. *Psicologia da Saúde*. Ed Climepsi. 2ª Edição. Lisboa 2004.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. *Las condiciones de salud en las Américas*. Washington: Organización Panamericana de Saúde; 1994.

PAFFENBARGER RS Jr. Forty years of progress: physical activity, health, and fitness. In: *American College of Sports Medicine 40th Anniversary Lectures*, 1994.

PASCHOAL, S.M.P. *Qualidade de vida do idoso: construção de um instrumento de avaliação por meio do método do impacto clínico*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: USP; 2004.

PATE, R.R., PRATT, M., BLAIR, S.N., HASKELL, W.L., MACERA, C.A., BOUCHARD, C., *et al.* Physical activity and public health - a recommendation from the Centers for Disease Control and Prevention and the American College of Sports Medicine. *JAMA* 1995; 273:402-7.

PAÚL, C, FONSECA A.M., MARTIN, I., AMADO, J. Satisfação e qualidade de vida em idosos portugueses. In: Paul C, Fonseca AM (coords.). *Envelhecer em Portugal: psicologia, saúde e prestação de cuidados*. Lisboa: Climepsi Editores; 2005; 77-98.

RAICHLEN, D.A, ALEXANDER, G.E., *Adaptive Capacity: An Evolutionary Neuroscience Model Linking Exercise, Cognition, and Brain Health* *Trends Neurosci*, 40 (2017), p. 408 42.

SHEPHARD, R.J. The scientific basis of exercise prescribing for the very old. *Journal of the American Geriatrics Society* 1990; 38(1): 62-70.

SOUSA, L., GALANTE, H., FIGUEIREDO, D. Quality of life and well-being of elderly people: an exploratory study in the Portuguese population. *Rev Saúde Pública* 2003; 37(3): 364-71.

STRATH, S.J., KAMINSKY, L.A., AINSWORTH, B.E., EKELUND, U., FREEDSON, P.S., GARY, R.A., *et al.* Guide to the assessment of physical activity. Clinical and research applications: A scientific statement from the American Heart Association *Circulation*., 128 (2013), p. 2259-2279

TAYLOR, A.H. Physical activity and older adults: a review of health benefits and the effectiveness of interventions. *J Sports Sci* 2004; 22: 703-725.

THE WHOQOL GROUP. The world health organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Soc Sc Med* 1995.

VOGEL, T.; BRECHAT, P. H.; LEPRETTE, P. M.; KALTENBACH, G. *et al.* Health benefits of physical activity in older patients: a review. *International Journal of Clinical Practice*. 63(2):303-20, 2009.

VUORI, I. Exercise and physical health musculoskeletal health and functional capabilities. *Res Q Exerc Sport* 1995; 66: 276-85.

A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL DO PARCEIRO COMO ESTRATÉGIA PARA A INSERÇÃO DO HOMEM NO SISTEMA DE SAÚDE

Bárbara Fabrícia Silva Lopes¹

Ana Lúcia da Costa Resende²

Iara Brasil Costa²

Maria Fernanda Assunção³

Morgana Louise de Sousa³

Samara Geralda da Silva³

Desde a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) pelo Ministério da Saúde em 2009, percebe-se a necessidade de programá-la para que seu objeto de estudo, o homem, seja acompanhado como parte de um todo pelos serviços de saúde. Destaca-se que essa referida população procura os serviços de saúde ocasionalmente, ou seja, as ações preventivas, educativas, e de promoção são substituídas pelo modelo curativista. O Programa Pré-Natal do Parceiro, normatizado pelo Ministério da Saúde em 2011, visa ser uma das portas de entrada do parceiro à atenção primária em saúde, enfatizando ações voltadas para a prevenção, à promoção, ao autocuidado e à adoção de estilos de vida mais saudáveis, bem como estimular a paternidade ativa e cuidadora. Dessa forma, o objetivo principal desse estudo visa verificar a importância do Pré-Natal do parceiro como estratégia para a inserção do homem no sistema de saúde. Foram analisados artigos, textos e documentos oficiais do Ministério da Saúde referentes ao tema. Com o material selecionado seguiram-se as seguintes etapas: leitura, confecção das fichas, redação e conclusão da pesquisa bibliográfica. O Pré-Natal do parceiro é uma oportunidade de fomentar a iniciativa do cuidado masculino na perspectiva da prevenção, promoção e educação em saúde. Iniciativa que busca a desmistificação dos preconceitos enraizados pela cultura, com relação ao cuidado masculino. Sendo, portanto, uma forma de inserção do homem no sistema de saúde.

Palavras-chave: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Pré-Natal do parceiro.

1 INTRODUÇÃO

Desde a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) pelo Ministério da Saúde em 2009, percebe-se a necessidade de programá-la para que o foco de seu objeto de estudo, o homem, seja acompanhado como parte de um todo pelos serviços de saúde. É interessante destacar que essa referida população procura os serviços de saúde

¹ Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN. Orientador do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Voluntária do Programa de Iniciação Científica do UNIPTAN.

³ Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: barbara.silva@uniptan.edu.br.

ocasionalmente, ou seja, as ações preventivas, educativas e de promoção são substituídas pelo modelo curativista. A não adesão masculina às práticas de saúde, decorre sobre as variáveis culturais. Generalizações estão presentes em nossa sociedade desde a cultura patriarcal, produzindo práticas baseadas em crenças e valores do que é ser masculino. Para o homem a doença é considerada como sinal de fraqueza, julgando-se forte e inabalável o que contribui para que o não cuidado com a sua saúde, deixando-o propício a situações de risco (PNAISH, 2009).

Assim, considerando que um dos eixos estruturadores da PNAISH são a paternidade e o cuidado, que tem como objetivo envolver ativamente o homem em todo o processo de reprodução, gestação e o nascimento, bem como o pós-parto, proporcionando oportunidades para criação de vínculos mais fortes e saudáveis entre pai, mãe e filhos/filhas além de visibilizar o homem também como sujeito de cuidado (Portaria 1.474, 2017), surge o Programa do Pré-Natal do Parceiro, normatizado pelo Ministério da Saúde em 2011, visa ser uma das portas de entrada do parceiro à atenção primária em saúde, enfatizando ações voltadas para a prevenção, promoção, autocuidado e adoção de estilos de vida mais saudáveis, bem como estímulo à paternidade ativa e cuidadora antes, durante e depois do nascimento.

Dessa forma, o objetivo principal desse estudo visa verificar a importância do Pré-Natal do parceiro como estratégia para a inserção do homem no sistema de saúde.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Visando compreender a articulação entre o Programa Pré-Natal do Parceiro e a PNAISH, optou-se pela pesquisa qualitativa, utilizando revisão bibliográfica.

Foram analisados artigos, textos e documentos oficiais do Ministério da Saúde que envolve os descritores de saúde, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem e Pré-Natal do Parceiro.

Com o material selecionado seguiram-se as seguintes etapas: leitura, confecção das fichas, redação e conclusão da pesquisa bibliográfica.

Vale lembrar que o rigor científico foi respeitado em todas as fases da pesquisa. Além disso, por ter como fonte primária referências bibliográficas, houve preocupação com os direitos autorais em todas as fases da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão do Pré-Natal do parceiro no Sistema Único de Saúde (SUS), representa um avanço na implementação do programa e na consolidação da PNAISH. Após a confirmação da gravidez, em consulta médica ou de enfermagem, inicia-se a participação do pai/parceiro nas rotinas de acompanhamento da gestante. Segundo o Guia do Pré-Natal do Parceiro para os Profissionais de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016), o primeiro contato com o parceiro visa incentivá-lo na participação nas consultas de pré-natal, além de orientá-lo sobre ações educativas e esclarecimento de suas dúvidas. Após esse primeiro contato, são solicitados testes rápidos e exames de rotina não somente às mulheres, mas também aos seus parceiros, o que favorece a estratégia de prevenção de vários agravos à saúde desses homens, além de impactar na redução significativa de doenças transmissíveis e contribuir com dados epidemiológicos da população. Além disso, como medida eficaz para a prevenção de doenças prevenidas por vacina, a vacinação do parceiro de acordo com o Calendário Nacional de Vacinação, visa atender às demandas populacionais e a contribuir com as metas do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Outro fator preponderante para a criação do vínculo entre unidade de saúde e o homem são as consultas, já que representa o momento para escuta, além de ser uma oportunidade para abordar diversos assuntos como, por exemplo, alimentação, prática de atividades físicas, usos de álcool e outras drogas. Momento oportuno para também, esclarecer os direitos da mulher e do parceiro, bem como envolver o homem no processo de pré-parto, parto e puerpério.

Segundo Benazzi, Lima e Sousa (2011), o pré-natal do parceiro promove maior aceitação de um cuidado preventivo, devido à sensibilização com a chegada de um recém-nascido, o que influencia diretamente no combate aos agravos evitáveis e nos altos índices de morbimortalidade que acomete essa população a longo prazo.

O enfoque para o cuidar do homem está relacionado em desmistificar os preconceitos enraizados na população, por meio da mídia, na formação dos profissionais de saúde e nas escolas, sobre o cuidado masculino, contribuindo para consolidar os preceitos da PNAISH (MOREIRA; GOMES; RIBEIRO, 2016). Assim, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) torna-se primordial para contribuir com o avanço no cuidar masculino e nas ações educativas na comunidade.

4 CONCLUSÃO

O Pré-Natal do parceiro é uma oportunidade de fomentar a iniciativa do cuidado masculino na perspectiva da prevenção, promoção e educação em saúde. Iniciativa que busca a

desmistificação dos preconceitos enraizados pela cultura, com relação ao cuidado masculino. Sendo, portanto, uma forma de inserção do homem no sistema de saúde.

Nota-se a importância da ESF como elo entre o homem e o Programa do Pré-Natal do parceiro. Porém, sugere-se um esforço conjunto entre os níveis de atenção em saúde com o intuito de melhorar o atendimento dessa população. Não menos importante, faz-se necessário o incentivo à produção científica que aborde a temática.

REFERÊNCIAS

BENAZZI, A.S.T.; LIMA, A.B.S.;SUOSA, A.P. Pré-Natal masculino: um novo olhar sobre a presença do homem.Revista de Políticas Públicas, v.15, n.2, p. 327-333, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (princípios e diretrizes). Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/saude_do_homem.pdf Acesso em: 12 fev. 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Guia do Pré-Natal do Parceiro para profissionais da Saúde. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2016. 55 p. Disponível em: http://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/agosto/11/guia_PreNatal.pdf. Acesso em: 12 fev.2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 1.474, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2017/prt1474_22_09_2017.html. Acesso em: 19 fev.2019.

MOREIRA,M.C.N;GOMES,R.;RIBEIRO,C.R. E agora o homem vem?! Estratégias de Atenção à saúde dos homens. Caderno de Saúde Pública, 32(4):e00060015, abr, 2016.

A NÃO EXIGÊNCIA DE ORDEM JUDICIAL PARA EFETIVAÇÃO DA ESCUTA TELEFÔNICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Jéfter Mendonça Nicolau¹

Face a uma existente e bastante atual problemática de conflitos principiológicos constitucionais acerca da necessidade ou não de ordem judicial para se efetivar a escuta telefônica, o presente resumo expandido fez-se necessário, com objetivo de demonstrar que, atualmente, é prescindível a autorização judicial no nosso ordenamento jurídico. Tais conflitos trazem divergências até mesmo doutrinárias, tendo como principal arrimo os direitos à intimidade/inviolabilidade de correspondência, bem como o princípio da verdade real. É plenamente relevante que, enxergando tal problemática, os processos criminais que demandam da escuta telefônica para se alcançar a verdade real sejam instruídos com equidade e razoabilidade. Como método de abordagem, foi utilizado o método qualitativo-dialético, uma vez que os fatos que foram apontados devem ser considerados de maneira subjetiva, ou seja, dentro de um contexto social do caso concreto, sendo utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica, de onde valeram-se da legislação brasileira, doutrinas e jurisprudências, entre outros, sendo todos com propostas reflexivas. Os resultados foram de que a jurisprudência majoritária, ou seja, o que é, de fato, praticado pelo Poder Judiciário, permite a utilização da escuta, mesmo que sem prévia autorização, tornando-a válida e eficaz. Ainda que se trate de um projeto de artigo, foi aferido, como conclusão, que a Lei 9.296/96 não regula a escuta telefônica, deixando, portanto, uma brecha legislativa para que não seja necessária uma ordem judicial para ser efetivada.

Palavras-chave: Escuta Telefônica. Efetivação. Ordem Judicial. Violação. Princípio Constitucional.

1 INTRODUÇÃO

Como tema do presente resumo, temos, em destaque, a escuta telefônica. Sua delimitação se dá pela não exigência de ordem judicial para efetivação da escuta telefônica no ordenamento jurídico brasileiro.

Um dos princípios basilares da nossa Constituição Federal da República Brasileira, cuja alma está elencada no artigo 5º, inciso XII, sofre agonizantemente por atenção. O que era para ser “inviolável”, segundo aduz seu próprio texto, que é garantidor pleno da inviolabilidade do sigilo sobre correspondências e, principalmente das comunicações telefônicas, encontra-se desrespeitado e ignorado.

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.
E-mail para contato: jeftermendonca@gmail.com.

Tal problemática está em grande foco atualmente, haja visto ser exercida em grande escala em uma das principais operações da Polícia Federal no país, qual seja, a "Operação Lava-Jato".

Pessoas têm sua intimidade comunicativa violada, sob o pretexto de garantir-se a “ordem pública”, guardada pelas autoridades judiciárias.

No âmbito jurídico brasileiro, tal problemática vivenciada por cada cidadão deve ser examinada, todavia, não de maneira superficial, como na maioria dos casos ocorre, mas de uma forma que seja reavaliada, a fim de que seja pensada no quão prejudicial tem sido e se tornará pior, cada vez mais.

Um dos objetivos do presente instrumento é dar fim a uma questão que percorre nosso ordenamento jurídico e social: "A violação prática do direito ao sigilo telefônico, sem ordem judicial, é lícita?"

Diante de uma clara jurisprudência, vemos, de um lado, autores que defendem o direito à inviolabilidade de comunicações com unhas e dentes, enquanto outros, mansa e pacificamente entre si, aprovam o uso a qual magistrados e autoridades policiais ignoram-no; lado outro, vê-se e sente-se na prática a verdadeira, afrontosa e inconstitucional violação ao sigilo telefônico, onde aplaude-se de pé pela sua sórdida plateia.

A licitude de tal ação é muito subjetiva, pois depende única e exclusivamente do magistrado em aceitar ou não a escuta telefônica efetuada sem ordem judicial.

Temos que atos como esse só devem ser aceitos em casos de emergência/urgência, onde há risco de vida para outrem, como, por exemplo, em um caso do sequestro de uma criança, ou seja, é viável que se realize uma escuta telefônica do sequestrador antes mesmo que seja legalmente ordenada, com a finalidade única e exclusiva de se localizar o paradeiro da vítima, uma vez que o autor do crime se nega a revelar.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como abordagem, foi utilizado o método qualitativo-dialético, uma vez que os fatos que foram apontados devem ser considerados de maneira subjetiva, ou seja, não fora de um contexto social do caso concreto.

Já como procedimento, foram utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica, de onde valeram-se da legislação brasileira, doutrinas e jurisprudências, entre outros, sendo ambos com propostas reflexivas.

A jurisprudência, diante de uma busca, mostrou-se pendente a dizer que as escutas telefônicas não estão sob a égide da Lei 9.296/96. Todavia, encontramos raras exceções, o qual serão mostradas e analisadas, com fim de mostrar o abismo encontrado entre as duas vertentes aduzidas.

Como público-alvo, temos as pessoas que se encontram debaixo do ordenamento jurídico brasileiro, sujeitos às leis do Brasil, ou seja, nossa sociedade, o qual são afetadas diretamente pelo estudo apresentado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei 9.296/96 nasceu com o propósito de trazer justa eficácia ao artigo 5º, XII, da CF, cujo seu teor permite que seja afastado o sigilo das comunicações. Senão, vejamos:

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Com isso, depreende-se que não há direito fundamental absoluto, ou seja, em certos casos, o princípio constitucional do sigilo pode ser afastado.

A problemática é saber a que ponto pode chegar a abrangência da Lei 9.296/96, uma vez que em seu artigo 1º, diz "a interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza".

Temos, segundo Gomes e Cervini (1997, p. 78-79), a definição de interceptação como "tomar conhecimento, ter contato com o conteúdo dessa comunicação", ou seja, no sentido de "captar", e não como imagina-se corriqueiramente no sentido de interromper.

Importante salientar que, quando um dos participantes da comunicação efetua a gravação (ou sabe-se dela), não se caracteriza propriamente a interceptação, uma vez que essa ideia compreende ser feita por um terceiro, sem conhecimento das partes, como já se manifestou o STF, por meio do HC 75.338.

O grande problema é a brecha deixada pela Lei 9.296/96, uma vez que ela só se referiu às chamadas "interceptações telefônicas, de telemática ou informática", largando mão de várias outras situações que se utilizam de gravações de conversas, sendo úteis para resolução de investigações criminais.

Dentre os meios de interceptação de comunicação referidos, temos o objeto deste projeto de artigo: a escuta telefônica.

A escuta telefônica, diferentemente do que é abrangido pela Lei 9.296/96, compreende que um terceiro capta a conversa, em tempo real, porém, tendo a ciência e consentimento de uma das partes.

Com isso, trazemos para o estudo a problemática da real necessidade de uma ordem jurídica efetivada para que tal recurso seja implementado.

Para entendermos, antes, precisamos conceituar outros dois tipos de interceptação, quais sejam, a gravação telefônica e a gravação de ambiente, sendo ambas clandestinas.

A gravação telefônica é aquela em que um dos interlocutores realiza a gravação sem a ciência do outro. Já a gravação de ambiente é realizada justamente em um ambiente específico (público ou privado), sendo feita por uma das partes.

A licitude das provas obtidas pelos dois tipos de gravação acima, é pacífica, tendo sido manifestada pelo STF, também no HC 75.388, somente nas situações que sirvam de comprovação da inocência de alguém, ou quando se é vítima de um crime.

Neste pensamento, corrobora Grinover (2001, p. 115):

[...] o legislador perdeu uma boa oportunidade de regulamentar o assunto, que normalmente vem tratado, no direito estrangeiro, juntamente com a disciplina das interceptações. O Projeto Miro Teixeira[1] cuidava expressamente dessas hipóteses, considerando lícita a produção da prova obtida mediante gravação clandestina, desde que utilizada para proteção de direito ameaçado ou violado de quem gravou a conversa.

Portanto, devemos sopesar os princípios que se chocam, priorizando o de maior relevância, analisando o caso concreto, de forma a saber se a finalidade justifica o meio a qual é buscada.

Mas, devemos, também, saber diferenciar a gravação com sua divulgação, pois, esta é o principal problema que fere o direito à intimidade.

Desse modo, temos o pensamento de Avolio (2014, p. 143), *in verbis*:

O que a lei penal veda, tornando ilícita a prova decorrente, é a divulgação da conversa sigilosa, sem justa causa. A “justa causa” é exatamente a chave para se perquirir a licitude da gravação clandestina. E, dentro das excludentes possíveis, é de se afastar - frise-se - o direito à prova. Os interesses remanescentes devem ser suficientemente relevantes para ensejar o sacrifício da privacy. Assim, por exemplo, a vida, a integridade física, a liberdade, o próprio direito à intimidade e, sobretudo, o direito de defesa, que se insere entre as garantias fundamentais. Ocorrendo, pois, conflito de valores dessa ordem, a gravação clandestina é de se reputar lícita, tanto no processo criminal como no civil, independentemente do fato de a exceção à regra da inviolabilidade das comunicações haver sido regulamentada.

Não podemos nos esquecer, claro, do artigo 233, parágrafo único, do Código de Processo Penal, onde garante a utilização da comunicação sem a ciência de um dos interlocutores para garantir a defesa do direito do destinatário, *in verbis*:

Art. 233. As cartas particulares, interceptadas ou obtidas por meios criminosos, não serão admitidas em juízo.

Uma parte da doutrina e da jurisprudência aduz que o teor da Lei 9.296/96 é aplicado à escuta telefônica. Lima (2014, p. 524), por exemplo, é adepto deste pensamento, divergindo do grande Avolio (2014) e de Sancts (2014).

Temos, como uma das escassas jurisprudências que corroboram para essa versão, um acórdão da Apelação Criminal nº 1.0273.15.001336-8/001, proferido Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sobre a incidência do reconhecimento de desconsideração de escutas telefônicas como provas, obtidas sem autorização judicial. Vejamos:

[...] Impõe-se a desconsideração do teor das escutas telefônicas se essa prova, que supostamente compromete os apelantes, foi obtida de maneira ilícita, sob pena de negativa de vigência ao disposto no artigo 5º, LVI da Constituição Federal, e ao artigo 157 do código de processo penal. [...]

Contudo, é majoritário o entendimento de que a ordem judicial é prescindível para efetivar uma escuta telefônica, uma vez que esta não é regulada pela Lei 9.296/96.

4 CONCLUSÃO

Voltemos à questão inicial: "A violação prática do direito ao sigilo telefônico, sem ordem judicial, é lícita?"

Como depreende-se do presente trabalho, o embate caloroso e polêmico é, cada vez mais, resolvido, tendo a maçante e majoritária corrente doutrinária e jurisprudencial estudada alhures, entendido que sim, é lícita a violação prática do direito ao sigilo telefônico, atacada pelo instrumento da escuta telefônica.

Autores renomados e de grande peso, citados no presente trabalho, partilham da mesma visão, indo de encontro à minoritária vertente que entende ser ilícita tal efetivação sem mandado judicial.

Ressalta-se, ainda, que, mesmo que não dependam de ordem judicial, elas dependem da análise do juiz competente para serem aceitas ou não como provas no caso, ou seja, são subjetivas e discricionárias.

Desse modo, um magistrado, ao analisar o caso concreto, pode optar por tornar válidas as escutas efetivadas sem sua prévia autorização, utilizando-se dos princípios da equidade e razoabilidade. Claro, o judiciário só se utiliza de tais métodos se e quando realmente for necessário.

Diante o exposto, podemos concluir que as escutas não são reguladas pela Lei 9.296/96. Portanto, elas **não** precisam de ordem judicial para se efetivarem.

REFERÊNCIAS

AVOLIO, Luiz Francisco Torquato. **Provas Ilícitas - Interceptações telefônicas, ambientais e gravações clandestinas**. 5. ed. São Paulo: RT, 2014.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689Compilado.htm> Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.296**, de 24 de julho de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9296.htm> Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Apelação Criminal nº 1.0273.15.001336-8/001**, Relator(a): Des.(a) Beatriz Pinheiro Caires, 2ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 01/09/2016, publicação da súmula em 12/09/2016. Disponível em: <<https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/ementaSemFormatacao.do?procAno=15&procCodigo=1&procCodigoOrigem=273&procNumero=1336&procSequencial=1&procSeqAcordao=0>> Acesso em: 28 nov. 2018.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl. **Interceptação Telefônica**. São Paulo: RT, 1997.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **As nulidades do processo penal**. 7. ed. São Paulo: RT, 2001.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

NETO, Francisco S. **Escuta telefônica não exige ordem judicial efetivada**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/escuta-telefonica-nao-exige-ordem/>> .Acesso em: 22 nov. 2018.

SANCTS, Fausto Martins de. Interceptações e direitos fundamentais. In: AMORIM, Pierre Souto Maior Coutinho; BASTOS, Marcelo Lessa. **Tributo a Afrânio Silva Jardim**. ed. 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

A PERSPECTIVA DA RESSOCIALIZAÇÃO DA MULHER NO PÓS-ENCARCERAMENTO

Fernanda Bárbara Aparecida Santos Silva¹
Thauane Pilar do Nascimento¹
Gian Miller Brandão²

O presente trabalho visou demonstrar como o método implementado pela APAC auxilia suas recuperandas no processo de ressocialização. Especificamente, o trabalho objetiva também apresentar o atual contexto do sistema carcerário brasileiro; abordar os aspectos que envolvem o conceito de ressocialização em nosso ordenamento jurídico e analisar de forma pormenorizada a situação da ressocialização de mulheres que cumpriam pena na APAC feminina da cidade de São João del-Rei/MG. Nessa perspectiva, a metodologia adotada baseou-se na elaboração de um estudo de caso realizado a partir de dados coletados por meio da aplicação de questionários à dez ex-recuperandas que cumpriam pena na unidade prisional supramencionada. Os resultados da pesquisa demonstraram que todas as entrevistadas apontaram que o método implementado pela APAC possibilitou sua retomada à sociedade de maneira mais efetiva, uma vez que durante o cumprimento de pena foi oferecida a oportunidade de profissionalização para o reingresso ao mercado de trabalho e também pelo amparo psicológico e valores difundidos dentro da instituição. Os dados coletados também apontaram que todas as entrevistadas atualmente estão inseridas no mercado de trabalho e trabalham formalmente. Desse modo, por meio da análise dos dados coletados concluiu-se que a APAC feminina de São João del-Rei representa um papel importante na ressocialização das apenadas por apresentar uma estrutura que viabiliza a reintegração de suas recuperandas ao mercado de trabalho e por contar com uma filosofia que assegura o tratamento mais humanizado das cidadãs durante o cumprimento de pena.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Execução Penal. Apac. Ressocialização. Encarceramento Feminino.

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Execuções Penais, popularmente conhecida em nosso país como LEP, foi promulgada em 1984, com o principal objetivo de garantir o efetivo cumprimento da sentença penal, aplicando as características punitivas determinadas pelo *Códex* e observando os requisitos ressocializadores da pena privativa de liberdade garantindo assim que o Estado puna os indivíduos que transgridam a lei penal e ao mesmo tempo cuide de reintegrá-los à sociedade (OLIVEIRA, 2017).

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Orientador. E-mail para contato: brandaogian@gmail.com

Diante desse contexto, destaca-se que a execução penal também tem a finalidade de efetivar a integração do condenado e do internado, utilizando da teoria mista e da eclética, que conceituam a natureza da pena privativa de liberdade deve ter tanto fim punitivo como educativo, objetivando a prevenção, humanização e ressocialização (MARCÃO, 2015).

De acordo com levantamento realizado pela INFOPEN em junho de 2014, o Brasil encontra-se em quarto lugar no vergonhoso ranking dos países, com as maiores populações carcerárias do planeta, possuindo 1.424 estabelecimentos prisionais espalhados por todo território nacional, disponibilizando conforme o levantamento, 375.892 vagas. No entanto, sua população carcerária é extremamente superior, girando em torno de 607.892 reclusos (INFOPEN, 2014).

Desse modo, verifica-se que a complexidade da tentativa de ressocialização dos apenados em nosso país ultrapassa à ausência de cumprimento da Lei de Execuções Penais em termos de assistência ao mesmo e incorpora-se à ausência de estrutura física dos estabelecimentos prisionais que não possibilitam o devido cumprimento do caráter educativo da pena.

Diante dessa perspectiva, a análise das características de gênero dos condenados também precisa ser considerada com bastante cautela, uma vez que a população carcerária feminina encontra peculiaridades inerentes ao sexo feminino que são determinantes na tentativa de sua reintegração à sociedade.

De acordo com Santos (2017), a atenção para essa questão demorou a ser dada em nosso país, uma vez que por próprias questões culturais decorrentes de nossa sociedade patriarcal e conservadora, a mulher ingressou tardiamente para o cenário da criminalidade, representando uma porcentagem menor da nossa população carcerária por muito tempo.

Outro aspecto relevante que colaborou para a ausência de debate sobre o encarceramento feminino, é que os crimes praticados pelas mulheres inicialmente se limitavam a delitos considerados pela sociedade como limitantes à sua condição de gênero, como, por exemplo, prostituição, aborto, infanticídio outros delitos de motivação passional (COELHO, 2013).

Dessa maneira, infere-se que as primeiras penitenciárias de nosso país destinadas às mulheres foram influenciadas por nossas características culturais, objetivando o caráter disciplinador da pena para as mulheres com direta relação com a religião e a necessidade de se promover atividades ressocializadoras relacionadas ao papel social feminino na época (RITA, 2006).

Diante de todo o histórico apresentado e na tentativa de se amenizar os impactos da ausência de estrutura do nosso sistema prisional foi criado a Associação de Proteção e Assistência dos Condenados (APAC), uma entidade sem fins lucrativos, autônoma jurídica, administrativa e financeiramente que visa permitir uma reintegração efetiva de nossos condenados à sociedade após o cumprimento de pena.

Lima e Pasti (2016, p. 189) informam sobre o objetivo do método APAC de cumprimento de pena:

A APAC define como seu objetivo ressocializar os presos, de forma a reduzir os índices de reincidência. O método é centrado na ideia de “valorização humana” e combina preceitos de disciplina, religião, trabalho, respeito e ordem, sendo composto de 12 elementos, que serviram de fio condutor da pesquisa, orientando a observação das semelhanças e diferenças entre as unidades masculina e feminina, e também da influência das representações sociais de gênero na sua aplicação.

Sendo assim, o método APAC para o cumprimento de pena objetiva por meio da vivência em comunidade entre os apenados, reintegrá-los ao meio social, visando possibilitar aos mesmos meios para que a ressocialização aconteça.

Nesse sentido, para a população carcerária feminina, o método APAC apresenta peculiaridades que podem efetivar a ressocialização, tendo em vista o tratamento mais humanizado e centrado na valorização humana empregada dentro da instituição.

Diante da temática apresentada, verifica-se que o assunto abordado se demonstra relevante para os acadêmicos e operadores do Direito pela necessidade de maior atenção à ressocialização da população carcerária feminina e a comprovação dos benefícios da implementação do método utilizado pela APAC a fim de aumentar a criação desses estabelecimentos em nosso país.

Sendo assim o objetivo geral da pesquisa realizada nesse trabalho é demonstrar como o método implementado pela APAC na unidade feminina de São João del-Rei/MG auxilia suas apenadas no processo de ressocialização.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste trabalho baseia-se na elaboração de um estudo de caso realizado a partir de dados coletados com 10 recuperadas da APAC de São João del-Rei/MG que cumpriram integralmente sua pena nos últimos dois anos, visando demonstrar como está ressocialização da mulher nesse município e como o método APAC contribui para que as apenadas possam retornar à sociedade.

Quanto aos fins da pesquisa realizada, salienta-se que se trata de uma pesquisa exploratória, uma vez que visa abordar a situação das mulheres pós-encarceramento na cidade, visando deixá-la mais explícita.

Para a compreensão do tema escolhido, inicialmente, será realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito do tema escolhido visando promover o levantamento de conceitos fundamentais sobre o encarceramento, o aprisionamento feminino e a ressocialização em nossa sociedade. No que tange à forma de abordagem da pesquisa, salienta-se que o estudo desenvolvido será qualitativo, tendo em vista que descreve a ressocialização das ex-recuperandas na cidade de São João del-Rei/MG, a partir da coleta de dados.

Nesse sentido, destaca-se o que escreve Sílvia Luiz de Oliveira (2002, p.117):

As pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança.

Em relação ao método, verifica-se que o estudo de caso será realizado por meio da aplicação de um questionário aplicado a dez ex-recuperandas da APAC de São João del-Rei/MG, cujas questões abordam requisitos fundamentais para o alcance do objetivo proposto e discussão da hipótese levantada. Desse modo, a fonte de pesquisa será primária já que se baseia em dados coletados por meio da aplicação de questionário.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A profissionalização durante o cumprimento de pena na APAC

De acordo com os dados coletados, 60% das candidatas não trabalhavam antes de serem condenadas, 30 % trabalhavam sem registro trabalhista e apenas 10% trabalhava com registro em carteira de trabalho. Nessa perspectiva, verifica-se que todas as entrevistadas afirmaram que realizaram cursos profissionalizantes dentro da APAC durante o cumprimento de pena.

Dentre os cursos apontados pelas entrevistadas, salientamos o de cabeleireira, o de manicure, o de designer de sobrancelhas, o de mecânica em automóveis (concedido em parceria com o SENAI) e diversos cursos de artesanato como, por exemplo, o crochê.

Sendo assim, foi oportunizado às recuperandas a possibilidade de profissionalização dentro da unidade da APAC feminina em São João del-Rei/MG a fim de viabilizar o ingresso ou reingresso dessas cidadãs ao mercado de trabalho no período pós-encarceramento.

A profissionalização das apenadas, nesse aspecto, demonstra-se relevante também porque por meio do questionário aplicado apurou-se que 80% das entrevistas informou ser responsável pelo sustento de sua residência, sendo que 40% das ex-recuperandas questionadas informou ser a única pessoa responsável pela renda familiar. Salienta-se também que todas as ex-recuperandas questionadas atualmente trabalham formalmente e atribuem o seu retorno ao mercado de trabalho à profissionalização obtida

3.2 A visão das ex-recuperandas sobre a estrutura do método utilizado dentro da APAC

Os dados coletados na pesquisa apontaram que todas as ex-recuperandas entrevistadas consideram que possuem condições de se reintegrarem à sociedade em decorrência dos ensinamentos e cursos adquiridos dentro da APAC feminina. Além disso, todas as entrevistadas informaram que a unidade prisional possui uma organização estruturada que viabiliza a ressocialização.

Insta salientar, que as entrevistadas também abordaram outros aspectos importantes abordados dentro da APAC e de suma importância para o retorno ao contexto social, dentre eles: a reaproximação com a família, a valorização humana, o reconhecimento do valor da liberdade e a possibilidade de se abrir o próprio negócio a partir da especialização obtida dentro das dependências do estabelecimento prisional.

4 CONCLUSÃO

Por meio da análise dos dados coletados, foi possível se verificar que todas as mulheres questionadas, cumpriram sua pena restritiva de liberdade nas dependências da APAC feminina de São João del-Rei/MG e consideraram que o método APAC lhes ofereceu condições de reintegração efetiva à sociedade e ao mercado de trabalho, uma vez que lhes foram concedidos cursos profissionalizantes e atendimento humanizado.

Sendo assim, por meio da análise dos dados coletados é possível se verificar a eficiência do método utilizado na APAC feminina de São João del-Rei/MG para conceder condições dignas e coerentes para que as apenadas possam se ressocializar, demonstrando-se a importância das APAC's para o ordenamento jurídico brasileiro e a necessidade de criação de novas unidades em nosso território nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, INFOPEN - **Levantamento Nacional de informações penitenciárias**. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>. Acesso em: 09 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 08 nov. 2018.

COELHO, Scheila Cristina Rocha. **Para além do Cárcere: o significado reeducativo da Pena Privativa de Liberdade em uma instituição penal para mulheres em São Luís**. São Luís: EDUFMA, 2013.

FRANCO, Nadiel Alves. **As múltiplas punições do Sistema Penitenciário sobre a mulher: Liberdade, direitos sexuais e reprodutivos**. Orientador: Dr^a Bárbara Vargas Ramos Gonçalves de Rezende. 48 f. Monografia (Curso de Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LIMA, Lana Lage da Gama; PASTI, Nayara Moreira Lisardo. **Representações sociais de gênero na aplicação do método APAC** (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) em Itaúna, Minas Gerais. *Revistas de História da Ufes*. Dimensões: v.36, p.182-200, jan- jun, 2016.

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal/ Renato Marcão**. 13^o ed. rev., ampliada e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OLIVEIRA, Wilson Sóstenes Vital de. **A lei de execuções penais; um paralelo entre o dever ser e o ser e os seus reflexos na aplicação do caráter ressocializador da pena privativa de liberdade**. Orientador: Paula Rocha Wanderley. 2017. Monografia (Curso de Direito). Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru, 2017.

RITA, Rosângela Peixoto Santa. **Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana**. Orientadora: Dr^a Paula Rocha Wanderley. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANTOS, Carla Thalita Trindade. **O sistema carcerário feminino brasileiro à luz da lei de execução penal e dos métodos de ressocialização da mulher: busca por alternativas concretas de aperfeiçoamento dos presídios femininos no Brasil**. Orientador: Paulo César Aguiar Martins Vidigal. 2017. Monografia (Curso de Direito). Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA. 2017.

A PERSPECTIVA FILOSOFICA DA MORAL NA EXPERIENCIA JURIDICA SOB A ÓTICA DE MIGUEL REALE

Valéria Christina Ferreira¹
Maiara Aparecida Sampaio Santos¹
Sílvio Firmo do Nascimento²

No presente trabalho é abordada a visão filosófica da Moral nos pensamentos do Autor Miguel Reale e sua correlação com a experiência jurídica. A Moral se faz presente na concepção do Direito, uma vez que a moral decorre da sociedade, e o Direito tem como objetivo de regulamentar o comportamento do indivíduo. Desta relação surgiram a Teoria do Mínimo Ético, a Teoria da Amoralidade Parcial, e a Teoria Tridimensional. O trabalho partiu dos conceitos básicos e adentrou aos aspectos relevantes da participação da Moral na pessoa humana e seus valores. Destacando a consciência comum, o comportamento coletivo, condutas e categorias de valores.

Palavras-chave: Moral. Direito. Experiência jurídica. Valor.

1 INTRODUÇÃO

O tema que será discutido busca enfatizar a importância da Moral na experiência jurídica conforme a visão de Miguel Reale. Atualmente a Moral vem sendo alvo de contestações sobre a sua importância na relação jurídica, em que o Direito e a Moral se separam.

Embora as reflexões morais tenham feito parte do questionamento filosófico desde a época de Sócrates, o jurista Georg Jellinek (2002, p. 41)³ traz em sua Teoria do Mínimo Ético a afirmação que todas as normas jurídicas são normas morais. Especialmente, considera-se que as normas morais mais importantes da sociedade são transformadas, pelo Estado, em normas jurídicas. Contudo nem tudo que é moral é jurídico. Reale (2002, p. 43) discorda desta teoria, afirmando que existem atos juridicamente lícitos que não são morais, assim como existem

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Docente do UNIPTAN. Orientador do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Email para contato: silvio.nascimento@uniptan.edu.br.

³ REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. 27ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002, 391 p.

dispositivos legais que não são imorais, todavia também não são morais, seriam, dessa forma, amorais, como os prazos processuais que possuem “razões puramente técnicas”.

O autor demonstra que o problema da ética em geral e da experiência jurídica deve ser tratado em novas bases, além da subjetividade pura⁴, pois implica também condições inelimináveis de ordem axiológica e histórica, assumidas e reconhecida pelo eu penso, sinto e quero. Sobre a perspectiva do autor, correlacionar a experiência natural a experiência ética, sem reduzir uma a outra, é essencial para um conceito integral de experiência jurídica, reconhecendo-se a especificidade do mundo histórico-cultural⁵.

Dessa forma, é exposto ainda a participação da Moral no contexto social, estabelecendo a relação fundamental da pessoa humana, da razão, da consciência e do valor.

Ao decorrer de leituras e debates sobre o assunto ao longo do livro e nos demais matérias, escolhemos o tema acima apresentado a partir da seguinte problematização: Qual a importância da perspectiva filosófica da Moral na experiência jurídica?

2 MATERIAL E MÉTODOS

O Trabalho foi desenvolvido no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNITAN), a partir da proposta para o projeto de pesquisa do Professor Sílvio Firmo do Nascimento, o qual tinha como objeto de estudo o autor Miguel Reale.

A metodologia da pesquisa é de natureza bibliográfica, os materiais utilizados foram de ordem textual: livros, artigos, textos etc. A metodologia consistiu em leituras, fichamentos, análises textuais, das obras propostas e relacionadas ao tema.

A pesquisa contou com apontamentos semanais feitos pelo orientador, nos quais foram discutidas as melhores fontes para pesquisa dentro do material selecionado, a produção textual foi aprimorada a cada encontro visando conferir maior clareza e objetividade ao texto.

⁴ Idem, 1992, p.25.

⁵ REALE, Miguel. O Direito Como Experiência. 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1992, 28 p.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Moral e o Direito, são palavras que estão ligadas ao comportamento humano em sociedade. Ao procurar o significado da palavra direito, encontra-se como definições jurídicas: é o conjunto de normas da vida em sociedade que buscam expressar e também alcançar um ideal de justiça, traçando as fronteiras do ilegal e do obrigatório; é a ciência que estuda as regras de convivência na sociedade humana, jurisprudência, e é conjunto de leis e normas jurídicas vigentes num país.

Já para a palavra Moral encontra-se: o que é concernente a ou próprio da moral, o que pertence e ao domínio do espírito do homem, o que denota bons costumes segundo os preceitos estabelecidos por um determinado grupo social, o conjunto de valores, individuais ou coletivos, considerados universalmente como norteadores das relações sociais e da conduta dos homens, e ainda, é cada um dos sistemas variáveis de leis e valores estudados pela ética, caracterizados por organizarem a vida das múltiplas comunidades humanas, diferenciando e definindo comportamentos proscritos, desaconselhados, permitidos ou ideais.

Nesse sentido encontramos o problema da inclusão da Moral, que, em si, desde os primórdios recebeu influências religiosas, como a do cristianismo, havendo até nos dias atuais uma influência subterrânea da mesma nos principais terrenos da cultura moderna. Para NIETZSCHE (2005, p. 75.), em toda “ciência da moral” sempre faltou o problema da própria moral: faltou a suspeita de que ali havia algo problemático. O que os filósofos denominavam “fundamentação da moral”, exigindo-a de si, era apenas, vista à luz adequada, uma forma erudita da ingênua fé na moral dominante, um novo modo de expressá-la, e, portanto, um fato no interior de uma determinada moralidade, e até mesmo, em última instância, uma espécie de negação de que fosse lícito ver essa moral como um problema.

De acordo com o pensamento de Reale (2002, p. 41):

“Encontramo-nos, agora, diante de um dos problemas mais difíceis e também dos mais belos da Filosofia Jurídica, o da diferença entre a Moral e o Direito (...). Nesta matéria, devemos lembrar-nos de que a verdade, muitas vezes, consiste em distinguir as coisas, sem separá-las (...). Muitas são as teorias sobre as relações entre o Direito e a Moral, mas é possível limitar-nos a alguns pontos de referência essenciais, inclusive pelo papel que desempenharam no processo histórico”.

O autor afirma que existem atos juridicamente lícitos que não são morais, bem como existem dispositivos legais que não são imorais, no entanto também não são morais, seriam, dessa forma, amorais, como os prazos processuais que possuem “razões puramente técnicas”⁶.

O jurista brasileiro acredita que o Direito, ao mesmo tempo, é norma, é fato e é valor, “uma integração normativa de fatos segundos valores”, ou seja, sob uma realidade tridimensional em que o fato, o valor e a norma reúnem por meio da dialetização destes três fatores. Compõe ainda, “O Direito é sempre fato, valor e norma, para quem quer que o estude, havendo apenas variação no ângulo ou prisma de pesquisa. [...] o jurista vai do fato ao valor e culmina na norma; o discurso do sociólogo vai da norma para o valor e culmina no fato; e, finalmente, nós podemos ir do fato à norma, culminando no valor, que é sempre uma modalidade do valor do justo, objeto próprio da Filosofia do Direito” (REALE, 1994, p. 57).

Uma das teses formadoras da sua teoria tridimensional do direito é a “consequente reformulação do conceito de experiência jurídica como modalidade de experiência histórico-cultural, no qual o valor atua como um dos fatores constitutivos dessa realidade (função ôntica) e, concomitantemente, como prisma de compreensão da realidade por ele construída (função gnoseológica) e como razão determinante da conduta (função deontológica)” (REALE, 1994, p. 62-63).

O valor, mesmo sendo expressão autônoma do dever-ser, está em constante mutação, nas suas diferentes variáveis, acompanhando a sociedade.

4 CONCLUSÃO

A discussão entre Direito e Moral é um tema que perdura desde os primórdios até os dias atuais. Apesar do tema ter recebido algumas pacificações, ainda existem pontos de divergências doutrinárias sobre a função do Direito e da Moral.

O desenvolvimento do trabalho possibilitou notar a importância da consciência individual do que é Direito e do que é Moral, e compreender a relação dos institutos, e para

⁶ REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 43p.

realizar esse vínculo levou-se em conta alguns aspectos relevantes, tendo como base as teorias de Miguel Reale em seus diversos livros e Georg Jellinek.

A Moral e o Direito simultaneamente se distinguem e se entrelaçam, são elementos que atuam no mesmo campo, não havendo como colocar um limite real de delimitação para tais, uma vez que, estes se tocam devido sua atuação na mesma jurisdição.

Devemos ressaltar também a relevância do reconhecimento dos vínculos dialéticos, que é essencial à compreensão do direito, bem como das demais ciências humanas, como “ciências histórico-culturais”

REFERENCIAS

NIETZSCHE, F. Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro; tradução, notas e posfácio: Paulo César de Sousa – São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

REALE, Miguel. O Direito Como Experiência. 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1992.

_____. Teoria Tridimensional do Direito. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. Filosofia do Direito. – 19ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

_____. Lições preliminares de Direito. 27ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

A RELAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE FÍSICA E O SISTEMA NERVOSO CENTRAL EM IDOSOS

Rhandy Valle e Souza¹

Rubens Bagni Torres²

Vanessa Conrado Montalvão Torres³

O objetivo deste estudo foi realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a relação entre a atividade física e o sistema nervoso central em idosos. Existe um vasto conhecimento sobre os inúmeros benefícios físicos ocasionados pela prática constante de atividades / exercícios físicos, mas alguns estudos, tem relatado a eficiência de tal prática na relação com o Sistema nervoso Central (SNC). Devemos destacar que atividade física e exercício físico tem conceitos diferentes. Atividade física é qualquer ação que promove trabalho motor, já o exercício físico é uma ação com um objetivo e organizada. O Sistema Nervoso tem a função de coordenar nossos movimentos voluntários e os involuntários. Tal sistema é dividido em dois modelos: SNC e Sistema Nervoso Periférico (SNP). O primeiro tem em sua composição estruturas localizadas entre o crânio e a medula espinhal, e o SNP é constituído por nervos cranianos, gânglios e terminações nervosas. A partir da terceira década de vida é sabido que ocorre o declínio estrutural do SNC e regiões do hipocampo como o córtex frontal, parietal e temporal tendem a apresentar uma maior atrofia com o envelhecimento. Estas regiões são responsáveis por funções como memória, motricidade, planejamento motor e associação de informações. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo principal apresentar uma síntese da literatura com relação à eficácia da prática do exercício físico nas estruturas e funções do SN de indivíduos idosos. O exercício físico apresentou benefícios nas estruturas e funções do SN deste grupo em questão, inclusive as funções cognitivas, e nas estruturas e funções musculares e cardiovasculares, na mobilidade e no equilíbrio. Ainda não há um consenso sobre quais parâmetros de treinamento são mais adequados. A prática de exercícios físicos tem demonstrado auxiliar no tratamento das doenças crônico-degenerativas, além de ter um efeito neuroprotetor e preventivo no desenvolvimento de doenças neurodegenerativas é associada à melhoria das funções cognitivas e executivas.

Palavras-chave: Idoso. Atividade Física. Exercício Físico. Funcionalidade. SNC.

1 INTRODUÇÃO

¹ Discente do Curso de Educação Física do UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Docente do Curso de Educação Física do UNIPTAN. Orientador do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior Particular – FUNADESP.

³ Mestre em Saúde Mental (LAPSAM/UFSJ) pela Universidade Federal de São João del-Rei/Minas Gerais/Brasil. Colaboradora do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento e Aprendizagem Motora/GEDAM pela Escola de Educação Física, Terapia Ocupacional e Fisioterapia da Universidade Federal de Minas Gerais (EEFFTO/UFGM) Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil. E-mail para contato: rubens.torres@uniptan.edu.br.

O envelhecimento é definido como processo gradual, universal e irreversível, que provoca perda funcional progressiva no organismo (NAHAS, 2006). Segundo a (OMS, 2018), a quantidade de pessoas no mundo com mais de 60 anos dobrou nos últimos 30 anos e deve chegar a dois bilhões até 2050. A população brasileira está em trajetória de envelhecimento e, até 2060, o percentual de pessoas com mais de 65 anos passará dos atuais 9,2% para 25,5%. Ou seja, 1 em cada 4 brasileiros será idoso (IBGE, 2018).

A partir da terceira década de vida é sabido que ocorre o declínio estrutural do sistema nervoso central (SNC). De acordo com Sugiura (2016), um declínio na velocidade de processamento de informações e de memória são provocados pelo envelhecimento neural. O Sistema Nervoso (SN) tem a função de coordenar nossos movimentos voluntários e os involuntários (POWERS; HOWLEY, 2000, D'ANGELO; FATTINI, 2002). Tal sistema é dividido em dois modelos: SNC e Sistema Nervoso Periférico (SNP). O primeiro tem em sua composição estruturas localizadas entre o crânio e a medula espinhal, e o SNP é constituído por nervos cranianos, gânglios e terminações nervosas (POWERS; HOWLEY, 2000).

Conhecer os processos que ocorrem no SN é de extrema importância, principalmente quando se trata do envelhecimento, pois as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde e funcionalidade são de suma importância para este sistema. Evidências científicas indicam claramente que a participação em programas de atividades físicas é uma forma independente para reduzir e/ou prevenir uma série de declínios funcionais associados com o envelhecimento (VOGEL *et al.* 2009; NELSON *et al.* 2007; OMS, 2005).

A prática de exercícios físicos tem demonstrado auxiliar no tratamento das doenças crônico-degenerativas, além de ter um efeito neuroprotetor e preventivo no desenvolvimento de doenças neurodegenerativas (Coelho *et al.*, 2013) é associada à melhoria das funções cognitivas e executivas (VOSS *et al.*, 2010). Ao se exercitar o coração bombeia mais sangue para todo o corpo, inclusive para o cérebro, aumentando o fluxo de sangue que chega até ele, fornecendo mais oxigênio, nutrientes e glicose, aumentando, assim a capacidade cerebral. Os exercícios intensificam a comunicação neuronal, melhoram a produção de novos neurônios e aumentam a quantidade dos neurotransmissores, que são substâncias responsáveis por levar informação de uma célula nervosa à outra (GALLOZA *et al.*, 2017).

Os exercícios físicos são capazes de regular o sistema neurotransmissor, neste processo os neurotransmissores mais beneficiados são a gaba, a dopamina, a norepinefrina, o glutamato e a serotonina, cada uma com sua função específica. A gaba tem grande importância no controle de atividade excessiva, enquanto a dopamina atua no controle de ação, motivação, atenção e movimento, já a norepinefrina é responsável pela ativação do sistema nervoso central,

melhorando o estado de alerta, concentração e vigilância, o glutamato age na neuroplasticidade cerebral, o que ajuda o cérebro a se adaptar e promover novas conexões neuronais, por fim, a serotonina controla a liberação de hormônios, regulação do sono e do apetite, quando ocorre alteração na sua quantidade interferem no humor, na aprendizagem, na ansiedade e no estado de depressão. Os efeitos positivos da prática de exercícios físicos na funcionalidade de idosos incluem maior independência em atividades de autocuidado, melhoria da autoestima, melhor qualidade de vida, maior expectativa de vida, redução do risco de quedas e da mortalidade (GALLOZA *et al.*, 2017).

2 MATERIAL E MÉTODOS

A ferramenta utilizada para execução deste estudo teve como base a pesquisa bibliográfica narrativa, na busca por fontes científicas (artigos de revistas, livros etc.) sobre o tema atividade/exercício físico, idoso e SNC, reunindo e comparando os diferentes dados encontrados nas fontes de consulta e listando os principais fatores que correlacionam o tema central do estudo. Além disso, foi feita busca manual ativa nas listas de referências dos artigos selecionados pela busca eletrônica. Após a busca nas bases de dados, os estudos foram selecionados inicialmente por título, seguido pela análise do resumo. Os estudos que atenderam aos critérios de inclusão foram selecionados para a análise do texto na íntegra e tiveram suas listas de referências examinadas pela busca manual ativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Define-se como idoso todo indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos para países em desenvolvimento ou 65 anos, no caso de nações desenvolvidas (OMS, 2005). Indicadores específicos como morbidade, mortalidade e qualidade de vida refletem as condições de saúde da população idosa, portanto, manter a autonomia e independência durante o processo de envelhecimento é uma meta fundamental a ser alcançada. Segundo Murman (2015) e Sugiura (2016), regiões do hipocampo, córtex frontal, parietal e temporal tendem a apresentar uma maior atrofia com o envelhecimento e estas regiões são responsáveis por funções como memória, motricidade, planejamento motor e associação de informações. Perdas teciduais e mudanças na mielinização das fibras nervosa, incidem diretamente na redução no volume de substância branca, provocadas por esta atrofia (MURMAN, 2015). Uma maneira que tem sido cada vez mais frequentemente apontada de se retardar o envelhecimento do SN e combater

possíveis condições demenciais e neurodegenerativas relacionadas à idade seria o engajamento do indivíduo na prática regular de exercícios físicos (COELHO *et al.*, 2013).

As principais atividades recomendadas para essa população são os exercícios aeróbicos, força e resistência muscular, flexibilidade e equilíbrio (NELSON *et al.*, 2007). Sendo assim, deve-se estimular a população idosa à prática de atividades físicas capazes de promover a melhoria da aptidão física relacionada à saúde onde observa-se a redução do risco de mortes prematuras, doenças do coração, acidente vascular cerebral, câncer de cólon e mama e diabetes tipo II; bem como, atua na prevenção ou redução da hipertensão arterial, previne o ganho de peso ponderal (diminuindo o risco de obesidade), auxilia na prevenção ou redução da osteoporose, promove bem-estar, reduz o estresse, a ansiedade e a depressão (OMS, 2006). Estudos demonstraram que a prática de exercício físico tanto de forma crônica como aguda apresenta efeitos neuroprotetores e neurogênicos no SNC de indivíduos idosos. Em termos funcionais, os resultados apontaram para uma melhoria principalmente em regiões e redes neurais associada com melhores desempenhos cognitivos, como aumento da memória, maior flexibilidade cognitiva e menor tempo de identificação e reação a estímulos (SCIANNI *et al.*, 2018).

4 CONCLUSÃO

Por meio da pesquisa realizada para este estudo constatou-se que a prática de exercício físico tanto de forma crônica como aguda apresentou efeitos benéficos no SNC e SNP dos idosos, com evidências positivas para os efeitos neuroprotetores em diversas áreas cerebrais, prevenindo e auxiliando no tratamento das doenças neurodegenerativas como a doença de Alzheimer, doença de Parkinson, doença de Huntington e demência e também efeitos neurogênicos no SNC, como melhoria na ativação das unidades motoras e no fator protetor para as disfunções cardiovasculares comumente observadas nessa população. Portanto, a prática regular de exercício físico, especificamente os aeróbicos, deve ser recomendada e adotada por esses indivíduos, pois as atividades físicas aumentam a plasticidade sináptica, fazendo com que o metabolismo das células neurais e o fornecimento de sangue no cérebro gere crescente capacidade de processamento neural.

REFERÊNCIAS

ACSM's **Guidelines for Exercise Testing and Prescription**. Philadelphia: Lippincott Williams; Wilkins, 6th edition, 2000.

- ASTRAND PO. Age is not a barrier: a personal experience. *In*: Quinney HA, Gauvin L, Wall AET (orgs.). **Toward Active Living**. Champaign: Human Kinetics, 1994:147-152.
- BLAIR SN, Kohl HW 3rd, Barlow CE, Paffenbarger RS Jr, Gibbons LW, Macera CA. Changes in physical fitness and all-cause mortality: a prospective study of healthy and unhealthy men. **JAMA** 1995; 273:1093-8.
- CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E., CHRISTENSEN, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public Health Reports**,100:126–131, 1985.
- COELHO F.G.M., GOBBI S., ANDREATTO C.A., CORAZZA D.I., PEDROSO R.V., R.F. GALDURÓZ S. Physical exercise modulates peripheral levels of brain-derived neurotrophic factor (BDNF): A systematic review of experimental studies in the elderly. **Arch Gerontology Geriatr**, 56 (2013), p. 10-15
- DUARTE, Y, A. O.; ANDRADE, C. L.; LEBRÃO, M. L. O Índice de Katz na avaliação da funcionalidade dos idosos. **Revista Escola Enfermagem/USP**, 41(2):317-25, 2007.
- GALLOZA J., B. Castillo, W. Micheo. Benefits of exercise in the older population. **Phys Med Rehabil. Clin N Am.**, 28 (2017), p. 659-669
- GUISELINI M. **Atividade física e qualidade de vida**. Informe Phorte, São Paulo, 1999;1:3.
- JOHNSON JM, BALLIN SD. **Surgeon general's report on physical activity and health is hailed as a historic step toward a healthier nation**. *Circulation* 1996; 94:2045.
- MACIEL M. G. Atividade física e funcionalidade do idoso. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.4, p.1024-1032, out./dez. 2010
- MURMAN, D.L. **The Impact of Age on Cognition Semin Hear.**, 36 (2015), p. 111-121
- NELSON, M.E.; REJESKI, W. J.; BLAIR, S.N.; DUNCAN, P.W.; JUDGE, J.O. *et al.* Physical activity and public health in older adults: recommendation from the American College of Sports Medicine and the American Heart Association. **Medicine Science Sports Exercise**. 2007, Aug; 39(8):1435-45.
- PAFFENBARGER RS Jr. **Forty years of progress: physical activity, health, and fitness**. *In*: American College of Sports Medicine 40th Anniversary Lectures, 1994.
- PATE RR, PRATT M, BLAIR SN, HASKELL WL, MACERA CA, BOUCHARD C, *et al.* Physical activity and public health - a recommendation from the Centers for Disease Control and Prevention and the American College of Sports Medicine. **JAMA** 1995; 273:402-7.
- POWERS, S.K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício Fisiologia do exercício: Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2000.
- SCIANNI, A.A., SILVA, G.F., SILVA J.S., BENFICA, P.A., FARIA, C.M. Efeitos do exercício físico no sistema nervoso do indivíduo idoso e suas consequências funcionais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 2018.
- SUGIURA, M. Functional neuroimaging of normal aging: declining brain, adapting brain ageing. **Res Rev.**, 30 (2016), p. 61-72
- VOGEL, T.; BRECHAT, P. H.; LEPRETTE, P. M.; KALTENBACH, G. *et al.* Health benefits of physical activity in older patients: a review. *International Journal of Clinical Practice*. 63(2):303-20, 2009.
- VOSS, M.W.,R.S. PRAKASH,K.I. ERICKSON,C. BASAK,L. CHADDOCK,J.S. Kim Plasticity of brain networks in a randomized intervention trial of exercise training in older adults. **Front Aging Neurosci**, 2 (2010), p. 1-17.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO PELA PERDA DE UMA CHANCE: A AÇÃO EQUÍVOCA OU A INÉRCIA DE ADVOGADOS NA ATUAÇÃO JUDICIAL

Andrezza Luisa Resende Rodrigues¹
Bárbara Tamires da Silva¹

Este trabalho apresentou uma breve análise sobre a Responsabilidade Civil do advogado pela teoria da perda de uma chance, quando o mesmo perde prazo para recorrer. Foi utilizado o método de abordagem dedutivo e a técnica de pesquisa explicativa de cunho interdisciplinar, por meio de noções gerais da profissão de advocacia e da sua responsabilidade civil, com a finalidade da aplicabilidade da responsabilização do advogado em casos concretos, na área cível, pela perda de uma chance. Para tanto, buscou-se extrair opiniões de doutrinadores com relação ao tema e identificar as causas da possibilidade do advogado ser responsabilizado civilmente quando, por ação ou omissão, perder uma chance real de defender o interesse de seu cliente. Tal estudo foi elaborado baseado em fontes primárias como: a legislação brasileira, livros doutrinários, jurisprudências de tribunais e artigos.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Teoria da perda de uma chance. Advogado. Negligência.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa delimitou-se em abordar a responsabilidade civil do advogado embasada pela teoria da perda de uma chance, analisando sua responsabilidade na qualidade de profissional liberal, que, por sua ação ou omissão em uma relação obrigacional de meio e não de resultado, perde a oportunidade de defender o interesse de seu cliente, trazendo prejuízo para o mesmo.

Perante a carência de Doutrinas referentes à responsabilidade civil do advogado, surgiu o interesse de pesquisar e discorrer sobre o assunto, considerando que a responsabilidade dos profissionais liberais tem sido cada vez mais cobrada e sendo objeto de grande discussão.

Tartuce (2014) explica que a perda de uma chance ocorre “quando a pessoa vê frustrada uma expectativa, uma oportunidade futura, que, dentro da lógica do razoável, ocorreria se as

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.
E-mail para contato: andrezza.luisa@gmail.com.

coisas seguissem o seu curso normal”. Com base nesse entendimento, pode-se dizer que tal chance deve ser séria e real.

Todo advogado deve responder civilmente pela perda de chance, no caso de perda de prazo para recorrer, conforme entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência cível, devendo indenizar, assim, a falta de possibilidade de o cliente ter seu processo julgado pelo judiciário, e não o valor que este processo poderia lhe render no final. Portanto, o valor indenizado pela perda da chance será sempre menor do que o da vitória futura frustrada, devendo sua análise ser realizada num caso concreto.

Assim, segundo Teixeira (2011), o valor da reparação deve observar uma regra essencial: “a indenização decorrente da perda de uma chance não pode ser superior ao valor que seria recebido caso a vantagem esperada pela vítima fosse definitivamente concretizada”.

Desta forma, este trabalho tem por objetivo analisar a Responsabilidade Civil do advogado pela perda de uma chance, quando o mesmo perde prazo para recorrer.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado o método dedutivo embasado pela técnica de pesquisa explicativa de cunho interdisciplinar, mediante noções gerais da profissão de advocacia e da sua responsabilidade civil, alcançando a aplicabilidade da responsabilização do advogado em casos concretos na área cível pela perda de uma chance. Por meio da metodologia fundamentada na pesquisa explicativa, extraída de opiniões de doutrinadores com relação ao tema, buscou-se identificar as causas do problema apresentado, utilizando como consulta as fontes primárias, como a legislação brasileira, livros doutrinários, jurisprudências de tribunais e artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teoria da perda de uma chance surgiu na França, na década de 60, difundindo-se pela Itália. Vieira e Azevedo (2016) afirmam que o autor do dano é responsabilizado não por ter causado um prejuízo direto à vítima, mas pelo fato de tê-la privado de obter a oportunidade de um resultado útil. Assim, conclui-se que o fato em si não ocorreu, por ter sido interrompido pela ação ou omissão do agente e o que se pretende indenizar, não é a vantagem que o resultado final supostamente traria, mas sim, a perda da chance de obter tal vantagem.

No Brasil, a adoção da responsabilidade civil, baseada na perda de uma chance, é relativamente nova, visto que seu estudo e aplicação ficam por conta da doutrina e da jurisprudência, não sendo mencionada no Código Civil de 2002.

O grande problema existente com relação à aplicação dessa teoria é o valor do dano decorrente da chance perdida, devendo-se realizar um cálculo das probabilidades de ocorrência da vantagem, caso não houvesse sido frustrada a chance de consegui-la.

Um recente entendimento do STJ diz que:

A teoria de perda de uma chance (*perte d'une chance*) dá suporte à responsabilização do agente causador, não de dano emergente ou lucros cessantes, mas sim de algo que intermedeia um e outro: a perda da possibilidade de buscar posição jurídica mais vantajosa que muito provavelmente alcançaria se não fosse o ato ilícito praticado. Dessa forma, se razoável, séria e real, mas não fluida ou hipotética, a perda da chance é tida por lesão às justas expectativas do indivíduo, então frustradas. Nos casos em que se reputa essa responsabilização pela perda de uma chance a profissionais de advocacia em razão de condutas tidas por negligentes, diante da incerteza da vantagem não experimentada, a análise do juízo deve debruçar-se sobre a real possibilidade de êxito do processo eventualmente perdida por desídia do causídico. Assim, não é só porque perdeu o prazo de contestação ou interposição de recurso que o advogado deve ser automaticamente responsabilizado pela perda da chance, pois há que ponderar a probabilidade, que se supõe real, de que teria êxito em sagrar seu cliente vitorioso. Na hipótese, de perda do prazo para contestação, a pretensão foi de indenização de supostos danos materiais individualizados e bem definidos na inicial. Por isso, possui causa de pedir diversa daquela acolhida pelo tribunal *a quo*, que, com base na teoria da perda de uma chance, reconheceu presentes danos morais e fixou o *quantum* indenizatório segundo seu livre arbítrio. Daí, é forçoso reconhecer presente o julgamento *extra petita*, o que leva à anulação do acórdão que julgou a apelação. Precedentes citados: REsp 1.079.185-MG, DJe 4/8/2009, e REsp 788.459-BA, DJ 13/3/2006. REsp 1.190.180-RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 16/11/2010 (g.n).

Nesse sentido, o advogado como prestador de serviço exerce uma função essencial à justiça, e, dessa forma, o ordenamento jurídico brasileiro o responsabiliza por suas ações e pelos prejuízos causados a outrem, responsabilidade esta denominada Responsabilidade Civil.

Gonçalves (2017) afirma que “o profissional incompetente deve ser responsabilizado, nesses casos, pelos prejuízos acarretados ao cliente”, e ainda cita que:

O advogado deve ser diligente e atento, não deixando perecer o direito do cliente por falta de medidas ou omissão de providências acauteladoras, como o protesto de títulos, a notificação judicial, a habilitação em falência, o atendimento de privilégios e a preferência de créditos. Deve, inclusive, ser responsabilizado quando dá causa à responsabilidade do cliente e provoca a imposição de sanção contra este [...].

Nesse contexto, é importante destacar alguns posicionamentos de Tribunais acerca do tema:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. ADVOGADO. PERDA DE UMA

CHANCE. A aplicação da Teoria da Perda da Chance impõe verificar se o advogado contratado foi diligente e obrou com zelo na busca do direito de sua constituinte e, se o houvesse feito, que teria evidentes probabilidades de obter êxito no pleito. Caso em que restou demonstrada a desídia do mandatário que deixou de aforar, em tempo hábil, a ação de indenização por morte decorrente de acidente de trabalho porque o tomador de serviços agiu com culpa ao deixar de fornecer os equipamentos de proteção necessária ao labor do vitimado, além de não velar pelo cumprimento das normas de segurança infringindo a legislação que rege a matéria. Reais probabilidades de ser vencedora na demanda, a autora foi prejudicada porque quando o requerido ajuizou a ação esta já fora atingida pela prescrição. Precedentes do TRT e desta Corte. Indenização majorada. APELAÇÃO PROVIDA (Apelação Cível Nº 70041115940, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Maria NedelScalzilli, Julgado em 09/08/2012).

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO - PERDA DE UMA CHANCE - RESPONSABILIDADE SUBJETIVA - APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 14, §4º, DO CDC, E 32, DA LEI Nº 8.906/1994 - OBRIGAÇÃO DE MEIO - SUBMISSÃO PRÉVIA À COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO - MERA FACULDADE DO TRABALHADOR - AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE - ENCAMINHAMENTO PELO RECLAMANTE DAS TESTEMUNHAS RESIDENTES EM OUTRA COMARCA À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO - AUSÊNCIA DO ALEGADO PREJUÍZO - INFORMAÇÃO ERRÔNEA QUANTO À REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO - AUSÊNCIA DO AUTOR PARA PRESTAR DEPOIMENTO PESSOAL QUE IMPLICOU EM SUA CONFISSÃO FICTA - CULPA CONCORRENTE CARACTERIZADA - ARTIGO 945, DO CC - ALUSÃO INCORRETA DE PÁGINAS EM RECURSO ORDINÁRIO QUE NÃO TROUXE QUALQUER PREJUÍZO AO SEU JULGAMENTO - INTERPOSIÇÃO INTEMPESTIVA DO RECURSO DE REVISTA - CONHECIMENTO QUE NÃO IMPLICARIA EM ALTERAÇÃO NO JULGADO - RESPONSABILIDADE DO SEGUNDO RÉU AFASTADA - VALOR A SER INDENIZADO EM RAZÃO DA PERDA DE UMA CHANCE - NÃO VINCULAÇÃO AO MONTANTE QUE A PARTE RECEBERIA CASO A DEMANDA FOSSE JULGADA PROCEDENTE - INDENIZAÇÃO DEVIDA EM DECORRÊNCIA DA PERDA DA CHANCE E DA NEGLIGÊNCIA DO ADVOGADO DA PARTE - QUANTIA FIXADA EM ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DEVIDOS DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO - READEQUAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - APELO PARCIALMENTE PROVIDO (Apelação Cível Nº 691573-1, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do PR, Relator: Renato Braga Bettgea, Julgado em 24/03/2011).

No exercício de sua profissão, o advogado deve levar em consideração os aspectos éticos e morais, devendo ser responsabilizado por atitudes contrárias a estes parâmetros.

4 CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, observou-se que o advogado, na qualidade de profissional liberal, poderá responder civilmente quando, por meio de sua ação ou omissão, perder uma chance real de defender o interesse de seu cliente, trazendo prejuízo ao mesmo.

Assim, dada à importância do assunto, a presente pesquisa procurou contribuir, no sentido de conscientizar os cidadãos quanto ao direito que possuem de recorrer à justiça contra seu advogado que, por ação ou omissão, lhes trouxe prejuízo.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 12^a ed. São Paulo: Saraiva, p. 317, 2017.

LOYOLA, Marcele. A Responsabilidade civil do advogado: A função social do advogado nas relações jurídicas e sua responsabilidade sob à luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC). **Revista Jus Navigandi**, Rio de Janeiro: abril 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65617>. Acesso em: 16 nov. 2018.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. Processo nº. 691573-1. Relator: Desembargador Renato Braga Bettega. 24 de mar. 2011. Disponível em: <http://www.tj.pr.gov.br/portal/judwin/consultas/judwin/DadosTextoProcesso.asp?Linha=23&Processo=1292331&Texto=Ementa&Orgao=>. Acesso em: 16 nov. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível. Processo nº. 70041115940. Relator: Desembargadora Ana Maria NedelScalzilli. 09 de ago. 2012. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22155243/apelacao-civel-ac-70041115940-rs-tjrs/inteiro-teor-22155244?ref=juris-tabs>. Acesso em: 16 nov. 2018.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: direito das obrigações e responsabilidade civil**. 9^a ed. v. 2. São Paulo: Método, p. 294, 2014.

TEIXEIRA, Juliana. **Responsabilidade Civil do Estado decorrente da Perda de uma Chance**. Orientador: Luis Carlos Cancellier de Olivo. 2011. 76 f. Monografia (Bacharel em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 45, 2011.

VIEIRA, Artur Alves Pinho; AZEVEDO, Tobias. A responsabilidade civil do advogado. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4634, mar. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/46969>. Acesso em: 16 nov. 2018.

ACERVO GEOLÓGICO INICIAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES E SUA IMPORTÂNCIA DIDÁTICA PARA OS DISCENTES E A COMUNIDADE

Júlia Cássia da Silva Kunsch¹

Samuel Conrado Jaques²

Helbert Rezende de Oliveira Silveira³

Os estudos geológicos é uma área que nem sempre desperta o interesse das pessoas. No entanto, as especificidades das coleções mineralógicas–petrográficas, compostas por minerais e rochas, apresentam uma variedade de formas, tamanhos e cores, promovendo assim maneiras próprias de exposição que chamam a atenção, logo de mediação com o público. É incontestável a importância do acervo mineralógico – petrográfico para com os discentes, principalmente para aqueles que irão lidar diretamente com o material no mercado de trabalho, como por exemplo, os alunos do curso de engenharia civil. Assim, para a criação do acervo foram realizadas pesquisas exploratórias na região, direcionadas para a aquisição, posteriormente identificação sistemática e verificação de materiais de ocorrência. A coleção consta também de amostras oriundas de doações de alunos, professores, da comunidade e de outras universidades. O acervo inicial possui ao todo mais de 600 amostras, sendo 24 tipos de minerais, com 8 variações entre as classes minerais, e 22 tipos petrográficos diferentes, incluindo as três classes existentes: ígneas ou magmáticas, metamórficas e sedimentares.

Palavras-chave: Coleção geológica. Catalogação. Engenharia civil.

1 INTRODUÇÃO

Uma das primeiras coleções mineralógicas no Brasil foi trazida em 1818, por Dom João VI, que adquiriu uma obra com 3126 exemplares, organizada pelo alemão Abraham Werner, um dos mais importantes nomes da História da Geologia. Esta obra foi incorporada ao Museu Real, que posteriormente se tornou o Museu Nacional do Rio de Janeiro (LEINZ, 1994; LOPES, 2009).

1 Discente do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

2 Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

3 Docente do Curso de Engenharia Civil do UNIPTAN. Orientador dos Programas PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN e BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior Particular – FUNADESP. E-mail para contato: helbert.silveira@uniptan.edu.br.

Outra importante coleção mineralógica foi montada pela Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), organizada, inicialmente, em 1875 por Claude-Henri Gorceix, primeiro diretor do EMOP. Durante todo o seu período de existência, há mais de 100 anos, recebeu contribuições do próprio Gorceix, de outros colecionadores, de estudantes, de ex-estudantes, entre outros, e dispõe de espécies provenientes de várias regiões do Brasil e de outros países (BARBOSA, 2000).

A base dos museus são as coleções, os objetos que impõem questões de tempo, espaço e linguagem próprias às quais irão se materializar, por meio das exposições, locais onde são equacionadas as relações entre estes elementos. Assim, por meio da museografia das exposições é possível, entre outras coisas, compreender as concepções de ciência e de educação. Neste sentido, perceber a narrativa proposta pelas exposições é passo fundamental para realização de uma educação em ciência por meio dos museus, que apresentam uma forma particular de educação (MARANDINO, 2009).

As rochas e os minerais são materiais utilizados pelo homem desde a antiguidade, para a fabricação de equipamentos e ferramentas em ampla área de aplicação. As rochas ornamentais e de revestimento utilizadas no ramo de Engenharia Civil, por exemplo, mesmo com décadas de estudo ainda se conhece pouco acerca de suas caracterizações e de sua ocorrência no país, que, caso fossem mais pesquisados, poderiam agregar maior valor ao material, fornecer aplicação mais adequada e, por consequência, haveria melhor aproveitamento (COSTA; CAPELLO; PIMENTA, 2000). Com isso, revela-se a importância dos acervos didáticos nas instituições de ensino, pois além de aproximar os alunos da ciência, traz mais informações a respeito do assunto.

As coleções constituem importantes ferramentas para o ensino e a pesquisa e, em alguns casos, ficam expostas aos visitantes, considerando a beleza, a raridade ou o exotismo das suas amostras (BARBOSA, 2000). Assim, este estudo objetivou evidenciar a importância e o papel das coleções mineralógicas-petrográficas e apresenta o acervo inicial do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Primeiramente realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a importância das coleções mineralógicas e petrográficas, assim como seu papel na pesquisa e ensino sobre geologia. Sendo levantadas, ainda, informações sobre as propriedades físicas de minerais e sobre texturas e estruturas de rochas.

A coleção mineralógica e petrográfica está armazenada no laboratório de geologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN, na cidade de São João del-Rei, município brasileiro da região geoeconômica do Campo das Vertentes, localizado na região sudeste do estado de Minas Gerais. Para a criação do acervo foram realizadas pesquisas a campo, eminentemente práticas e investigativas, direcionadas para a aquisição de materiais e verificação das ocorrências de minerais e rochas na região onde se localiza o UNIPTAN, com o intuito de gerar conhecimento globalizado e aquisição de visão abrangente da geologia local.

Após as atividades de pesquisas a campo, as amostras coletadas passaram por processo de limpeza e posterior catalogação. Para a identificação e caracterização dos materiais petrográficos e mineralógicos foram analisadas algumas de suas propriedades físicas, ópticas e cristalográficas quando minerais, e composição mineralógica quando rochas. Por meio de análises macroscópicas, com o auxílio de lupa de mão, e como averiguador de informações usou-se livro chave para o reconhecimento das rochas e minerais, conforme descrito em Pirsson e Knopf (1935), Dana e Hurlbut (1976), Gonçalves (2010) e Navarro e Zanardo (2018).

A criação inicial deste acervo foi conduzida durante o ano de 2018, enquanto o projeto “Geologia geral da região de São João del-Rei - MG: Aspectos mineralógicos e petrográficos” foi desenvolvido, e terá construção constante a partir desta criação. O acervo será usado, inicialmente, como material de ensino em aulas práticas e teóricas, em exposições para a comunidade e em oficinas didáticas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acervo inicial do Laboratório de Geologia está composto por 220 amostras de minerais, que compreende 24 tipos diferentes. Esses exemplares foram individualizados dentro das classes químicas, de acordo com Dana e Hurlbut, (1976) e Navarro e Zanardo (2018). Em nossa coleção foram observadas amostras distribuídas em 8 diferentes classes minerais, conforme exposto no Gráfico 1.

A principal classe mineral presente no acervo é a dos silicatos, responsável por 38% das amostras (Gráfico 1). A classe dos minerais silicáticos é a mais comum no planeta Terra, representam 98% da crosta terrestre, por conta da sua abundância na crosta terrestre há uma variedade muito grande de minerais desse grupo (MENDES *et al.*, 2018).

Após os silicatos, os elementos nativos e os óxidos são as classes com maiores números de amostras, representando 13% do acervo, cada uma. Posteriormente vêm os carbonatos,

hidróxidos, sulfatos e sulfetos representando 8% das amostras, cada uma. Por fim temos a classe dos halogenetos, representando 4% do acervo (Gráfico 1).

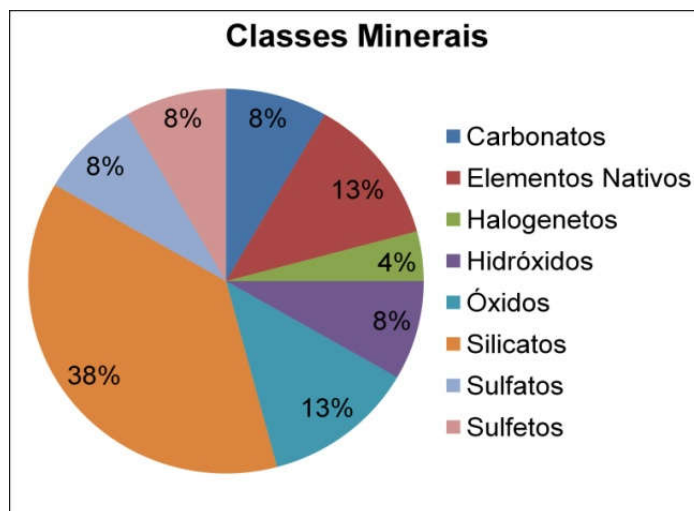


Gráfico 1 – Percentagem das diferentes classes minerais presentes na coleção mineralógica-petrográfica do UNIPTAN.

Quanto às amostras petrográficas, o acervo possui 385 amostras de rochas sem polimento, sendo 22 tipos petrográficos diferentes, incluindo amostras dos três grupos existentes, ígneas ou magmáticas, sedimentares e metamórficas. O acervo conta com maior número de amostras de origem metamórfica, correspondendo a 41% das amostras catalogadas (Gráfico 2), seguida pelas rochas ígneas, 32%. As rochas sedimentares representam 27% do total de rochas do acervo (Gráfico 2).

As rochas ígneas foram subclassificadas em rochas ígneas extrusivas e intrusivas, desta forma nossas amostras de rochas ígneas são compostas em sua maioria por rochas de formação intrusiva, 57%, enquanto que 43% das rochas ígneas presentes na coleção são extrusivas.

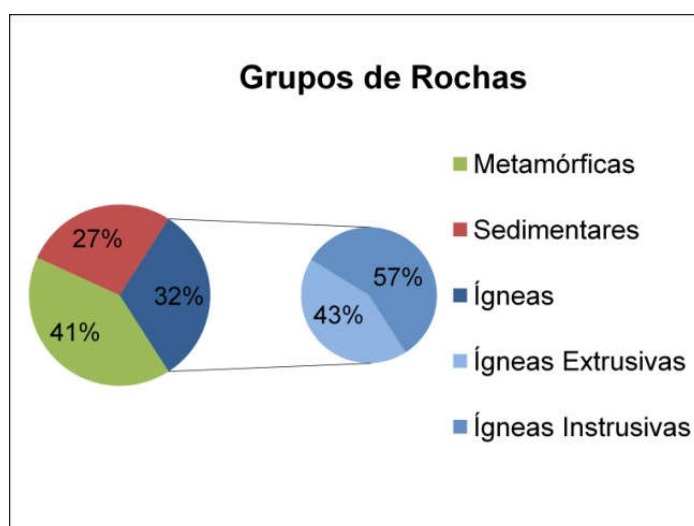


Gráfico 2 – Percentagem dos diferentes tipos de rochas presentes na coleção mineralógica-petrográfica do UNIPTAN.

4 CONCLUSÃO

A criação do acervo do Laboratório de Geologia, bem como sua contextualização na região de São João del-Rei, tem permitido o conhecimento geológico da região com a compreensão dos recursos físicos minerais e rochosos. O acervo se mostra muito didático e traz oportunidade única para discentes terem acesso a materiais físicos no entendimento da geologia, o que desperta maior interesse nos conteúdos geológicos em sala de aula.

As informações técnicas e os recursos minerais de uma região podem esclarecer ao público, acadêmico ou não, sobre o uso e a apropriação desses materiais no decorrer da história da humanidade, bem como no cotidiano do homem.

A exposição didática dos recursos naturais oriundos da coleção mineralógica-petrográfica torna-se relevante para despertar o interesse, assim como, motivar os visitantes a conhecerem as riquezas naturais da região.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. M. Importância de uma coleção mineralógica – petrográfica – paleontológica e o acervo do laboratório de geociências e geologia da uefs. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 23, p. 9-18, 2000.
- COSTA, A. G.; CAPELLO, M. S.; PIMENTA, V. B. Rochas ornamentais e de revestimento de Minas Gerais: principais ocorrências, caracterização e aplicações na indústria da construção civil. **Geonomos**, v. 8, n. 1, p. 9-13, 2000.
- DANA, J. D.; HURLBUT, C. S. **Manual de mineralogia**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1976. 578p.
- GONÇALVES, L. B. **Sistema inteligente de classificação de imagens de rochas macroscópicas para a indústria de petróleo e gás**. Niterói, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. 2010.
- LEINZ, V. A geologia e a paleontologia no Brasil. In: AZEVEDO, F. (ed.) **As ciências no Brasil**, São Paulo: Melhoramentos, 2ª ed., 1994. 464 p.
- LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 2ª ed, 2009. 369 p.
- MARANDINO, M. Museus de Ciências, Coleções e Educação: relações necessárias. **Museologia e patrimônio**. v. 2 n. 2, 2009.
- MENDES, M. V. A.; CANANÉIA, H. L. M.; NEIVA, I. B.; MACHADO, L. A.; CORREA, L. A. **Flotação de silicatos**. HOLOS, Ano 34, v. 3, p. 46-56, 2018.
- NAVARRO, G. R. B.; ZANARDO A. **Tabelas para determinação de minerais**. Rio Claro, Museu Heinz Ebert, 2018. 220 p.

PIRSSON, L. V.; KNOFF, A. **Rocks and rock minerals: a manual of the elements of petrology without the use of the microscope**. Second edition, New York, 1935. 504 p.

AÇÕES DA ODONTOLOGIA NA APAE DE SÃO JOÃO DEL-REI

Lilian Patrícia Campos de Castro Amato¹

Lílian Lima Lopes¹

Breno Cherfên Peixoto²

O profundo conhecimento teórico e prático de técnicas de higiene bucal e biossegurança podem ser considerados fatores primordiais na formação de futuros cirurgiões-dentistas. A fim de proporcionar aos acadêmicos do UNIPTAN a primeira experiência prática no manejo odontológico, foi criado programa de extensão para a prestação de serviço de escovação supervisionada à comunidade da APAE de São João del-Rei - MG. Durante os anos de 2017 e 2018, 46 alunos da primeira e segunda turma do curso de Odontologia do UNIPTAN cumpriam carga horária total de 30 horas na execução do programa de escovação supervisionada, de acordo com as características clínicas de cada caso, uma vez que existe grande diversidade clínica nos indivíduos com necessidades especiais assistidos pela APAE. Todo o trabalho foi supervisionado pelo Professor Coordenador do projeto.

Palavras-chave: Aprendizagem baseada na experiência. Saúde bucal. Escovação dentária. Cárie dentária.

1 INTRODUÇÃO

O profundo conhecimento teórico e prático de técnicas de higiene bucal e biossegurança podem ser considerados fatores primordiais na formação dos profissionais da Odontologia. A criação do programa de escovação supervisionada proporcionou aos acadêmicos de Odontologia do UNIPTAN a primeira experiência prática (com o uso de metodologias ativas de aprendizagem) no manejo odontológico de crianças e indivíduos com necessidades especiais, assim como das corretas práticas de biossegurança em serviços de saúde (BRASIL, 2007). Por outro lado, o projeto de extensão também proporcionou às comunidades assistidas a orientação profissional necessária para o desenvolvimento de programa de higienização e prevenção contra a doença cárie.

A cárie dentária e a doença periodontal são os males que mais acometem a cavidade bucal, sendo a cárie o mais comum em crianças. O desconhecimento sobre cuidados necessários de higiene bucal representa fator a ser considerado, pois a orientação básica não chega da

1 Discente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Odontologia do UNIPTAN. Coordenador do projeto.

E-mail para contato: breno.peixoto@uniptan.edu.br.

mesma forma a todas as camadas da população, e dificilmente é apreendida de modo a produzir conhecimento e autonomia em relação aos cuidados com a saúde (PAULETO, 2004).

A atenção básica constitui conjunto de ações de saúde, no âmbito individual ou coletivo, que abrange a promoção e proteção da saúde, e é desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe e dirigidas às populações de territórios bem delimitados (BRASIL, 2008).

O atendimento do paciente com necessidades especiais é de alta dificuldade técnica, sendo necessária prévia abordagem orgânica e psicossocial, com manutenção de intensa relação com o núcleo familiar (HADDAD, 2007).

O presente projeto de extensão teve por objetivo apresentar aos acadêmicos de Odontologia o conhecimento prático das técnicas de biossegurança, prevenção e higiene bucal, assim como proporcionar programa supervisionado de prevenção e higiene bucal à comunidade da APAE de São João del-Rei.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Durante os anos de 2017 e 2018, após a realização de atividades de aprendizagem com metodologias ativas sobre técnicas de higiene bucal e biossegurança, foram selecionados 46 alunos da primeira e segunda turma do curso de Odontologia do UNIPTAN para participação no projeto de extensão com carga horária semanal de 1h. Os mesmos foram divididos em grupos que foram divididos de acordo com a faixa etária e também com as características clínicas de cada caso, uma vez que existe grande diversidade clínica nos indivíduos com necessidades especiais assistidos pela APAE.

Todo o público-alvo do projeto recebeu um kit de higiene oral completo (escova, creme dental, fio dental e enxaguante bucal). Os trabalhos de escovação supervisionada foram realizados no escovódromo da instituição, que apresentava excelentes condições para o trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a realização do projeto de extensão foi possível constatar que o constante contato dos acadêmicos de Odontologia com os indivíduos com necessidades especiais e seus responsáveis, permitia grande melhora no aspecto clínico periodontal. Por outro lado, o contato

também permitia maior aproximação entre os futuros profissionais e as crianças, minimizando a ansiedade que normalmente está presente durante procedimentos odontológicos.



Figura 1 - Escovação supervisionada



Figura 2 - Relações humanizadas

A interação com os pais pode induzir a criação de ambiente doméstico favorável aos hábitos corretos (HADDAD, 2007). Por outro lado, os acadêmicos de Odontologia podem ter maior contato com a realidade da saúde bucal em nosso município.

A importância de programas odontológicos educativos, que levantem e interpretem as necessidades das populações de menor acesso aos serviços de saúde odontológicos precisa ser valorizada (PAULETO, 2004).

A partir de 2019 o projeto será ampliado para outras instituições de ensino de São João del-Rei.

4 CONCLUSÃO

O projeto de extensão proporcionou conquistas como a sensível melhora na saúde bucal da comunidade assistida, assim como a criação de relações humanizadas entre acadêmicos de Odontologia, indivíduos especiais e seus familiares.

A participação do acadêmico engloba não só a reabilitação oral, mas também a integração do paciente ao meio social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Higienização das mãos em serviços de saúde**. SB Brasil. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde bucal: Caderno de atenção básica**. n.17. SB Brasil. Brasília, 2008.

HADDAD, Aida Sabbagh. **Odontologia para pacientes com necessidades especiais**. São Paulo: Editora Santos, 2007.

PAULETO, A.R.C. *et al.* Saúde bucal: uma revisão crítica sobre programações educativas para escolares. **Ciência; Saúde Coletiva**. v.9, n.1,p.121-130. 2004.

ADOÇÃO DE FILHOS POR CASAIS HOMOSSEXUAIS: ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS NO BRASIL

Maria Fátima Elisangela de Sousa¹
Rosângela do Rosário Batista Santos¹
Welinton Augusto Ribeiro²

A presente pesquisa fomentou a respeito da possibilidade jurídica da adoção no ordenamento brasileiro, e, primordialmente, compreendendo a forma como ela ocorre nas famílias homoafetivas. Tendo em vista que, com as mudanças no conceito de família, as uniões por indivíduos de mesmo sexo também possuem direito à adoção, já que possuem a mesma proteção destinada à união estável. Porém, na prática, são muitas as dificuldades sociais enfrentadas ao realizar o processo de adoção. Buscando uma análise bibliográfica com base nas doutrinas de Maria Berenice Dias, Dimas Messias de Carvalho, Paulo Lôbo e outros, a pesquisa apresentou reflexões, diálogos e esclarecimentos a respeito do tema.

Palavras-chave: Adoção. Homossexualidade. Família Homoafetiva. Adoção Homoafetiva.

1 INTRODUÇÃO

Nas palavras de Carvalho (2018), a adoção é um bem jurídico que origina parentesco civil, independente de qualquer laço sanguíneo ou de afinidade, gerando-se assim, uma família. Para Lôbo (2017), constitui um ato jurídico personalíssimo em sentido estrito, de natureza complexa, pois depende de decisão judicial para produzir seus efeitos, criando assim um vínculo de filiação entre adotante e adotado.

A homossexualidade é uma atração sexual e afetiva por um indivíduo do mesmo sexo. Trata-se, então, de um relacionamento que visivelmente é presente em nossa sociedade e, portanto, as suas consequências ecoam no mundo jurídico, em especial quanto aos deveres e direitos de cada um que compõe essa união. Sendo assim, “a denominação ‘União Homoafetiva’ terminou por prevalecer no Brasil, em virtude de salientar a união afetiva estável entre pessoas do mesmo sexo” (LÔBO, 2017). Não se pode refutar a possibilidade de reconhecimento da adoção, pelo simples fato de se tratar de pais do mesmo sexo (DIAS, 2011).

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Orientador.

E-mail para contato: rosangeladrbs@hotmail.com.br

Encontram-se diversas decisões dos tribunais de justiça constatando e reconhecendo a família formada por união de pares homoafetivos e, portanto, a possibilidade de adoção por casais homossexuais. Entretanto, tendo em vista que, não houve alteração da legislação vigente até o presente momento, no âmbito doutrinário e jurisprudencial mantêm-se intensas discussões e debates jurídicos com relação aos direitos resultantes do reconhecimento da família homoafetiva.

O objetivo principal dessa pesquisa é entender o conceito “adoção” no ordenamento brasileiro, e compreender a forma como ela ocorre nas famílias homoafetivas. Busca-se ainda, elencar e discutir, a respeito das dificuldades enfrentadas no processo de adoção, conforme demonstrado por Maria Berenice Dias, Dimas Messias de Carvalho, Paulo Lôbo e outros.

O tema abordado, nessa pesquisa expõe valores de relevância acadêmica, por tornar possível o aprimoramento jurídico, a capacidade de uma análise-crítica da aplicabilidade da legislação vigente, diante dos interesses sociais e aos direitos fundamentais protegidos pela Constituição Federal de 1988. A discussão sobre o tema tende a propiciar fundamentos teóricos, reflexões e esclarecimentos a respeito de um tema tão polêmico, buscando desmistificar e expor algumas dificuldades e falhas enfrentadas no processo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolvimento dessa pesquisa de natureza descritiva, foram utilizadas fontes primárias, em especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Código Civil e a Constituição da República Federativa do Brasil, com intuito de aferir os dispositivos legais e a aplicabilidade dos conceitos com a realidade jurídica em relação à adoção homoafetiva.

Além disso, buscando o cumprimento dos objetivos propostos e para melhor entendimento e reflexão do tema proposto, foram analisadas fontes bibliográficas, como artigos, legislações e doutrinas de autores renomados, como Maria Berenice Dias (2011; 2012; 2017), Flávio Tartuce (2017), Dimas Messias de Carvalho (2018), Paulo Lôbo (2018) e outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor compreensão do tema adoção homoafetiva, torna-se necessário entender a perspectiva sobre o assunto a partir dos autores de posições doutrinárias atuais.

O instituto da adoção, historicamente, é um dos mais antigos, pois sempre existiram filhos indesejados, cujos pais não podem assumir ou não querem e há também crianças que são retiradas do convívio familiar por serem abandonadas ou maltratadas, (DIAS, 2017).

Segundo Lôbo (2017), a adoção, no antigo direito Romano, era amplamente utilizada para perpetuar o culto dos deuses familiares e para prover a falta de filhos. Posteriormente, o Código Civil de 1916 introduziu a adoção plena no Brasil sob a modalidade de legitimação adotiva (Lei nº 4.655/1965). Por fim, “a Constituição Federal de 1988 desconsiderou o casamento como única forma de constituição de família, permitindo-se que seja constituída por outros arranjos, admitindo-se a formação por pessoas do mesmo sexo (homoafetividade)” (CARVALHO, 2018).

A Lei não faz qualquer restrição quanto à orientação sexual do adotante. Qualquer pessoa pode adotar, não importando se são solteiras, divorciadas ou viúvas. O estado civil do adotante não importa, sendo ele casado ou vivendo em uma união estável. A Constituição assegura no contexto familiar as famílias resultantes do casamento, as famílias geradas pela união estável e as entidades familiares monoparentais, proporcionando a ampliação dos modelos familiares e, por conseguinte, surgindo nestas novas famílias o desejo de terem filhos, buscando, portanto, a adoção. Tal instituto é regido pelo código civil (Lei nº 10.406/2002) e pelo ECA, (BETTIO, 2012).

O Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da ADI nº 4277/2009, a ADPF nº 132/2008 e do informativo nº 625, reconheceu a união entre casais homossexuais e também, como instituição familiar, dando a estas relações a mesma proteção destinada a união estável, prevista no art. 226, parágrafo 3º da Constituição Federal e no art. 1723 do Código Civil de 2002. Uma vez acolhida a união homoafetiva como categoria de união estável, seguramente, não há nada de inconveniente em um casal homossexual querer adotar um filho (TARTUCE, 2017).

Complementa Lôbo (2018) que a união homoafetiva é uma entidade familiar enquanto preencher os quesitos de afetividade, estabilidade, ostensibilidade e tiver o propósito de constituição de família. Segundo ele, a Constituição não veda o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, com finalidades familiares. Também a ausência de lei que regule essa união não é empecilho para sua existência, porque as normas do art. 226 são autoaplicáveis, independentemente de regulamentação. Assim, “a ausência de previsão legal que regula a união homoafetiva não pode ser argumento para deixar de reconhecê-la juridicamente” (CARVALHO, 2018).

Contudo, segundo Carvalho (2018), a convivência deve ser estável, contínua, perdurando por um período capaz de demonstrar a formação de uma família, porém, o Código Civil não dispõe de um prazo pré-determinado. É necessário que a união seja às claras, conhecida no meio social, afastando quaisquer indícios de clandestinidade. A jurisprudência não exige que os companheiros vivam sob o mesmo teto, mas que devam estar constantemente presentes na relação afetiva. Além disso, de acordo com Venosa (2018), cabe aos juristas e apoiadores (pedagogos, psicólogos, psiquiatras e sociólogos) analisarem cada caso concreto separadamente, constatando se há ambiente familiar propício para que ocorra a adoção, observando assim, se ambos preenchem os requisitos necessários propostos no estatuto da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Entretanto, Dias (2012) fala sobre as muitas discussões, polêmicas e questionamentos teóricos sobre a viabilidade jurídica de adoção por casais homoafetivos, pois quando se refere à adoção por casais homossexuais, o assunto torna-se controverso, nos meios jurídicos, sociais e religiosos. Com a falta de legislação, cabe ao próprio Juiz analisar cada caso de adoção, se fazendo valer dos costumes, analogias e princípios gerais de direito.

Porém, é recorrente que a ideologia conservadora do Juiz prevaleça perante a situação, hesitando em identificar a melhor solução e o interesse do menor.

Há também, uma enorme resistência em aceitar a possibilidade da adoção, são inúmeras as dúvidas e crenças equivocadas a respeito do sadio desenvolvimento da criança e da falta de referências psicológicas, que poderiam dificultar sua identificação sexual. Questiona-se sempre se a ausência do modelo de gênero masculino ou feminino possa eventualmente lesar a personalidade da criança, tornando-a confusa com a própria identificação sexual, existindo o risco de se tornar também homossexual, (DIAS, 2012), além do repúdio social que essa criança poderia vir a sofrer por ter pais de mesmo sexo.

Contudo, não se pode afirmar que o convívio de crianças com pais do mesmo sexo provoque quaisquer indícios de anormalidade no desenvolvimento ou estabilidade emocional. Com isso, “diante de tais resultados, não há como prevalecer o mito de que a homossexualidade dos genitores gere patologia nos filhos” (DIAS, 2012).

4 CONCLUSÃO

Até o presente momento, a pesquisa ainda em andamento conclui que o STF jurisprudencialmente reconhece a união homossexual como entidade familiar, abarcando características de união estável. A própria Constituição Federal permite o reconhecimento de

diferentes tipos de famílias, não apenas aquela família constituída por homem, mulher e filhos. Além disso, no ordenamento jurídico Brasileiro não existe qualquer proibição que impeça expressamente casais do mesmo sexo de efetuarem o processo de adoção.

Apesar do ordenamento jurídico e da jurisprudência terem aceitado a união homossexual, existem ainda muitas dificuldades sociais a serem enfrentadas. Tais dificuldades atrapalham e interferem diretamente no processo de adoção.

O deferimento da adoção somente pela opção sexual ou identidade de gênero dos adotantes seria um retrocesso jurídico, já que acaba impedindo que expressivo número de crianças, em estado irregular e de abandono, tenham um lar de amor e carinho.

Inevitável se faz despertá-los, pois é importante compreender que a união de casais homoafetivos fica cada vez mais frequente, e que as relações familiares permaneçam embasadas no amor, no afeto e no respeito, independentemente de quem as constitui, isto é, um casal hetero ou homossexual.

REFERÊNCIAS

BETTIO, Carla Luciane. **A possibilidade jurídica de adoção por casais homoafetivos**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigo>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

BRASIL. **Código Civil**. São Paulo: Saraiva 2015.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva 2015.

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIAS, Maria Berenice. **União Homoafetiva: o Preconceito e a Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **A família homoafetiva e seus direitos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual dos direitos das famílias**. 12ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2017.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. v.5. 12ª ed. rev. Atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Família**. v.5. 18ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2018.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E SUA PREMENTE NECESSIDADE EM CONSONÂNCIA COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PRESO

Eugênia D'Santiago Resende¹
Naiara Fernanda Andrade de Souza¹
Bárbara de Souza Nazareth²

O presente trabalho tem como finalidade abordar sobre a importância do cumprimento do instituto da Audiência de Custódia para o sistema jurídico brasileiro, sob a ótica dos tratados internacionais de direitos humanos os quais o Brasil é signatário e que dispõe sobre a audiência de apresentação, bem como da Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O presente estudo surgiu da necessidade de se analisar os efeitos de uma normatização do Poder Judiciário em matéria processual penal, sendo que a Audiência de Custódia tem como ideal um direito ao preso perante legalidades da prisão, resguardando seu direito individual e principalmente, sua integridade física, isso associado aos tratados internacionais de direitos humanos.

Palavras-chave: Audiência de Custódia. Direito do preso. Legitimidade. Legalidade.

1 INTRODUÇÃO

A Audiência de Custódia, também conhecida como audiência de apresentação, é um instituto que visa assegurar o direito do preso, independente do motivo ou circunstância relacionado a sua custódia, a fim de que ele seja apresentado e ouvido pela autoridade judicial e, ato contínuo, seja analisada a necessidade de sua prisão. Ainda, visa combater possíveis atos de violência praticados contra tais presos no ato da prisão até a realização da referida audiência de apresentação.

A Audiência de Custódia foi regulamentada no Brasil, em 2015, por meio da Resolução nº 213 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando a preservação dos direitos e garantias dos presos que, por vezes, estavam sofrendo maus tratos e, ainda, prisões desnecessárias. Com a aplicação desse instituto, em aproximadamente dois anos, conforme pesquisa divulgada pelo CNJ, o índice de pessoas presas diminuiu consideravelmente e muitos detentos denunciaram que sofreram maus-tratos no momento da prisão. Dessa forma, a audiência de apresentação se

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. E-mail para contato: barbara.nazareth@uniptan.edu.br.

propõe a resguardar os direitos constitucionais da pessoa que foi submetida a prisão e, com isso, prevenir maus tratos, torturas e a própria redução de encarceramento inoportunos.

Anteriormente à regulamentação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, o Brasil já se comprometia com a audiência de apresentação, prevista de forma expressa na Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) – Pacto de São Jose de Costa Rica. A CADH é um dos tratados internacionais de direitos humanos mais importantes no que concerne a proteção dos direitos e garantias fundamentais para preservação da dignidade da pessoa humana, como direito a vida, a liberdade, a educação, sendo o Brasil signatário desde o ano de 1992. Ainda, destaca-se a previsão da audiência de apresentação, também de forma expressa, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, um dos instrumentos constantes na Carta Internacional de Direitos Humanos, devidamente ratificada pelo Brasil também no ano de 1992.

O instituto da audiência de custódia resguarda o direito fundamental do custodiado que, ao ser submetido a uma prisão, seja encaminhado para a autoridade judicial em até 24 (vinte e quatro) horas, para que nessa audiência ele seja ouvido e também sejam apresentadas as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso. Na ausência do correto procedimento da Audiência de Custódia, as pessoas presas podem demorar muito tempo até terem a oportunidade de se apresentarem perante um juiz o que poderá contribuir para a superlotação dos presídios e principalmente ferir um direito protegido do preso em preservar a dignidade da pessoa humana.

O objetivo deste trabalho versa a análise da importância do cumprimento deste instituto para o sistema jurídico brasileiro, na oportunidade, será então analisado a prisão no aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou de uma eventual concessão de liberdade com ou sem fiança ou outras medidas cautelares, dentre outras medidas menos severas que a prisão, conforme a análise do caso concreto. Reitera-se, ainda, a possibilidade de conhecimento de ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste trabalho, utilizar-se-á a pesquisa descritiva, com embasamento bibliográfico, pois, dessa forma, poderá ser demonstrado as características e importância da Audiência de Custódia. As informações serão coletadas de diversos tipos de consulta secundária, dentre estas, doutrinas jurídicas, artigos sobre Audiência de Custódia, publicadas em revistas jurídicas e em outros que tenham abordado sobre o tema, no que se refere sua

relação com a prisão preventiva, a cultura do encarceramento e a superlotação carcerária. Inclusive, será utilizado o método dedutivo, opção que permite trazer uma conclusão sobre a importância da realização da Audiência de Custódia.

Além disso, a presente pesquisa terá como embasamento teórico a Resolução nº 213/2015 do CNJ, intitulada Audiência de Custódia, juntamente com a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Será destacada a importância da sua aplicação no ordenamento jurídico, bem como a demonstração das consequências de sua não realização. A Audiência de Custódia é vista como um freio aos inúmeros abusos que ocorrem no decorrer da prisão, ofendendo garantias constitucionais e direitos humanos. Ademais, mostra-se como importante instrumento de motivação para o combate aos problemas de superlotação carcerária.

Para Lima (2016), a audiência de custódia tem grande importância em nosso sistema processual penal, pois permite uma visão multifocal sobre as conversões das prisões em flagrante, ou seja, permite que haja maior observância sobre a necessidade ou não de manutenção de prisão cautelar. Frisando, ainda, a importância do contato juiz-preso para a resolução dos conflitos.

A não realização deste instituto desencadeia uma possível má conduta por parte dos policiais, um encarceramento desumano, contrariando a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e um progressivo aumento nas taxas de aprisionamento, por vezes desnecessário, ocasionando uma superlotação dos presídios, o que afeta várias áreas e, inclusive, fomenta a crise econômica do país.

Portanto, se faz necessário demonstrar as opiniões de doutrinadores e juristas acerca da importância da Audiência de Custódia, no intuito de que os futuros operadores de Direito conheçam um direito do custodiado e um dever do Estado de se cumprir com este instituto. A respeito do tema, Aury Lopes Junior assim preleciona:

[...] Essencialmente, a Audiência de Custódia humaniza o ato da prisão, permite um melhor controle da legalidade do flagrante e, principalmente, cria condições melhores para o juiz avaliar a situação e a necessidade ou não da prisão cautelar (inclusive temporária ou preventiva). Também evita que o preso somente seja ouvido pelo juiz muitos meses (as vezes anos) depois de preso (na medida em que o interrogatório judicial é o último ato do procedimento). (...) Trata-se de uma prática factível e perfeitamente realizável. O mesmo juiz plantonista que hoje recebe – a qualquer hora – os atos de prisão em flagrante e precisa analisá-los, fará uma rápida e simples audiência com o detido (LOPES JUNIOR, 2016).

Em sentido semelhante, assim Caio Paiva disserta sobre a importância da Audiência de Custódia:

[...] a principal e mais elementar finalidade da implementação da audiência de custódia no Brasil é ajustar o processo penal brasileiro aos tratados internacionais de direitos humanos. Tal premissa implica considerar que as finalidades da audiência de custódia, ainda que não convençam os seus opositores, não os desobriga de observar o seu cumprimento. Pouca ou nenhuma importância teria o DIDH se cada país dispusesse de uma margem de apreciação a respeito da utilidade dos direitos e garantia vinculadas nos tratados a que – voluntariamente – aderiram (PAIVA, 2017).

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou de forma sucinta, demonstrar a necessidade da realização da audiência de custódia, que tende a preservar os direitos fundamentais do preso, ao direcioná-lo a autoridade judicial competente num exíguo prazo após o ato de prisão. Diante do magistrado, poderão ser analisados aspectos relacionados a legalidade de sua custódia, em cumprimento com os preceitos constitucionais inerentes à dignidade da pessoa humana. Com esse objetivo, é de extrema importância que seja acrescido ao debate os benefícios para o preso e a sociedade quando a Audiência de Custódia surte o efeito ideal.

Faz-se de extrema relevância ressaltar que isso não deve afetar os casos que realmente exigem a necessidade da prisão em seu procedimento normal. O que não se deve permitir é a manutenção de um preso somente pela sua condição financeira de, por exemplo, não poder pagar a fiança. O Estado em sua autonomia tem o dever de investigar todas as acusações feitas pelo custodiado, o respeitando, tendo em vista a vulnerabilidade de grande parcela de presos.

Contudo a realização da Audiência de Custódia é benéfica para o acusado, pois respeitará os seus direitos fundamentais e a sua dignidade e, com isso, a importância de expor os acontecimentos durante o ato da prisão à autoridade competente, bem como de aspectos relacionados a sua renda pessoal e de sua família, poderá mudar o rumo da prisão, com isso, as mazelas do encarceramento tendem a reduzir, especialmente, no que tange à superlotação das prisões decretadas impropriamente, quando analisadas questões sociológicas, morais e a própria empatia do magistrado. É imprescindível elucidar que este estudo ainda não está concluso, sendo ele um trabalho de conclusão de curso que finalizará nesse semestre.

REFERENCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares: Obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação de liberdade como regra.** Sumário Executivo. 2018. Coleção Justiça Pesquisa, Direitos e Garantias Fundamentais. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/01/de5467478e38e22f29d1345dd40ac6ba54.pdf>>/. Acesso em: 10 dez. 2018.

Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.CNJ.JUS.br/noticias/cnj/82713=audiencia-de-custodia-ja-evitaram-45-mil-prisoas-desnecessarios-2/>>. Acesso em: 10 dez 2018.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal.** 4. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

LOPES JR, Aury. **Direito Processual Penal.** 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p.681

MASI, C. V. **A audiência de custódia frente a cultura do encarceramento.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PAIVA, Caio. **Audiência de Custódia e o Processo Penal Brasileiro.** 2. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA ANTIBACTERIANA DO EXTRATO DE PRÓPOLIS VERDE EM BACTÉRIAS CAUSADORAS DE INFECÇÕES NAS VIAS AÉREAS

Henrique Guimarães Vasconcelos¹

Fernanda Odete Souza Rodrigues¹

Haendel Gonçalves Nogueira Oliveira Busatti²

Esta pesquisa objetivou analisar a atividade antibacteriana do extrato de própolis verde sobre as bactérias *Staphylococcus aureus* e *Streptococcus pyogenes*, ambas causadoras de infecções nas vias aéreas, buscando-se definir uma relação entre a concentração dessa substância e sua capacidade de inibir o crescimento bacteriano. As amostras bacterianas foram cultivadas em caldo Tioglicolato e semeadas em placas contendo ágar Mueller Hinton e 5 discos de papel filtro. Para cada espécie de bactéria foram utilizadas 12 placas, divididas em 3 grupos de 4 placas. No primeiro grupo, os discos de papel filtro foram embebidos em 1 ml de extrato de própolis puro. Já no segundo grupo, os discos foram embebidos em 1 ml de extrato alcoólico de própolis 10% e, no terceiro grupo, 1 ml de álcool 70% foi adicionado aos discos. Após 48 horas em estufa, os halos de inibição foram mensurados. Os resultados mostraram maior ação antimicrobiana do extrato nas placas com *Staphylococcus aureus*, cuja média dos halos obtidos a partir do extrato puro foi aproximadamente 7,13 vezes maior em relação ao valor encontrado com o uso do álcool 70%. Atividade antimicrobiana também foi identificada nos ensaios com *Streptococcus pyogenes*, sendo a média dos halos obtidos a partir do extrato puro aproximadamente 3,69 vezes maior quando comparada à média obtida com o uso do extrato alcoólico de própolis 10%. Dessa forma, os resultados complementam evidências científicas de que o extrato de própolis verde apresenta potencial para uso nas abordagens terapêuticas que envolvem o combate de bactérias patogênicas.

Palavras-chave: Própolis. Antimicrobiano. Infecções.

1 INTRODUÇÃO

Desde a descoberta dos antibióticos por Flemming em 1928, estes são os mais utilizados entre os antimicrobianos nos serviços de saúde para prevenir e tratar infecções (RODRIGUES *et al.*, 2018). Todavia, a utilização indiscriminada e por extensos períodos contribuiu para que surgissem bactérias resistentes a vários antibióticos, o que é considerado um problema de saúde pública de alta relevância uma vez que esse fenômeno dificulta o controle das doenças infecciosas, favorece o aumento da morbimortalidade, diminui a eficácia terapêutica, promove a transmissão de infecções a outros indivíduos, traz risco à segurança do paciente e elevados

1 Discente do Curso de Medicina da Universidade de Itaúna. Voluntário de Iniciação Científica.

2 Docente do Curso de Medicina da Universidade de Itaúna. Graduação em Farmácia, Mestrado e Doutorado em Parasitologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador voluntário de Iniciação Científica.

E-mail para contato: guimaraes.henrique@yahoo.com.

custos para os cuidados de saúde (RODRIGUES *et al.*, 2018; MONTEMAYOR; BOFARULL; MOCHALES, 2014).

Esse cenário de resistência microbiana é ainda mais visível em unidades de terapia intensiva (UTIs) pelo fato de os antibióticos serem mais utilizados e necessários. Na França, 70% das infecções registradas em UTIs foram relacionadas aos *Staphylococcus aureus* resistentes à meticilina (CORTES *et al.*, 2013; RODRIGUES *et al.*, 2018). Já no Brasil, cerca de 80% das infecções desenvolvidas nessas unidades estão relacionadas também ao *S. aureus*, além do *P. aeruginosa* e *K. pneumoniae* (SILVA; SILVA, 2015; RODRIGUES *et al.*, 2018). Já o estudo de Sader *et al.* (2001) encontrou bactérias do gênero *Staphylococcus* e *Streptococcus* isoladas das vias aéreas de pacientes internados em vários hospitais brasileiros com significativa resistência aos antibióticos.

Diante desse contexto, estudos têm indicado que a própolis é uma possível arma de combate a bactérias que apresentam resistência aos antibióticos convencionais e que ela possui ampla utilidade à saúde devido às suas propriedades terapêuticas, tais como atividade anti-inflamatória, antimicrobiana, anestésica, cicatrizante e antitumoral (LOPEZ *et al.*, 2015). Também é sugerido que a combinação de extratos de própolis com antimicrobianos possa permitir a redução da dose clínica de determinados antibióticos e, assim, diminuir a incidência de efeitos colaterais e, ao mesmo tempo, potencializar a antibioticoterapia no tratamento de infecções em que a resistência bacteriana é fator determinante (PINTO *et al.*, 2001).

A própolis é um material resinoso de consistência viscosa elaborado pelas abelhas que coletam matéria-prima de diversas partes de plantas e transformam-na dentro da colmeia pela adição de secreções salivares e cera (MAGALHÃES *et al.*, 2016). Em relação à etimologia, a palavra própolis se originou do grego “*pro*” (“em defesa de”) e *polis* (“cidade”), já que as abelhas usam esta substância para se protegerem contra insetos e microrganismos, empregando-a em camadas nas paredes das colmeias para vedar rachaduras, reparar os favos de mel e proteger a entrada da colmeia (TORETI *et al.*, 2013).

Ademais, os relatos de sua utilização pela humanidade são antigos (KUROPATNICKI *et al.*, 2013). Os egípcios já tinham conhecimento das propriedades antiputrefativas da própolis e a utilizavam para embalsamar cadáveres (TORETI *et al.*, 2013).

Em relação à sua composição química, a própolis é bastante complexa, sendo seus principais compostos os flavonoides, ácidos aromáticos e ésteres, aldeídos e cetonas, terpenóides e fenilpropanóides, esteroides, aminoácidos, polissacarídeos, hidrocarbonetos, ácidos graxos e vários outros em pequenas quantidades (SIQUEIRA *et al.*, 2014; AHMAD *et al.*, 2013).

Dessa forma, a justificativa da realização desta pesquisa reside no fato de que o extrato de própolis verde tem demonstrado apresentar efetiva atividade antibacteriana e, por isso, análises laboratoriais são necessárias para quantificar essa atividade e avaliar a eficácia de um método alternativo aos antibióticos convencionais para o combate de espécies bacterianas.

A presente pesquisa objetivou analisar a atividade antibacteriana do extrato de própolis verde sobre as espécies de bactérias Gram-positivas *Staphylococcus aureus* e *Streptococcus pyogenes*, ambas causadoras de infecções nas vias aéreas. Assim, buscou-se definir uma relação entre a concentração dessa substância e sua capacidade de inibir o crescimento de bactérias das espécies selecionadas para o estudo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa experimental em que o objeto de estudo foi o extrato de própolis verde adquirido em farmácias especializadas em manipulação. As amostras bacterianas de *Staphylococcus aureus* e *Streptococcus pyogenes* foram fornecidas pelo laboratório Carlos Chagas (Itaúna-MG) e a pesquisa foi realizada no laboratório de microbiologia do curso de Medicina da Universidade de Itaúna.

Inicialmente, as amostras bacterianas recebidas foram cultivadas em placas de petri contendo ágar Mueller Hinton para a obtenção de colônias. Em seguida, as mesmas foram cultivadas em caldo Tioglicolato por 24 horas e, posteriormente, semeadas em placas de petri contendo ágar Mueller Hinton e 5 discos de papel filtro de 1 cm de diâmetro. Para cada espécie de bactéria foram utilizadas 12 placas, sendo estas divididas em 3 grupos de 4 placas.

No primeiro grupo, os discos de papel filtro estéreis foram embebidos em 1 ml de extrato de própolis verde puro. Já no segundo grupo, os discos foram embebidos em 1 ml de extrato alcoólico de própolis verde 10% e, no terceiro grupo, 1 ml de álcool 70% foi adicionado aos discos. Para garantir que a exata quantidade das substâncias fosse adicionada aos discos, foram utilizadas pipetas automáticas. Após esse processo, as placas foram colocadas em uma estufa por 48 horas.

Em seguida, os halos de inibição formados nas placas foram mensurados em milímetros com a utilização de uma régua adequada a tal finalidade e registrados em uma tabela. Para que os resultados fossem analisados, foram calculadas as médias dos halos de inibição observados em cada uma das 16 placas e, também, foi calculada a média de todos os halos pertencentes ao mesmo grupo de placas (1º, 2º e 3º grupo).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos testes com *Streptococcus pyogenes*, observou-se que os halos de inibição apresentaram uma média de 4,25 mm de raio quando o extrato puro de própolis verde foi adicionado aos discos de papel filtro. Quanto ao uso do extrato alcoólico de própolis verde 10% e do álcool 70%, as médias encontradas foram, respectivamente, 1,15 mm e 0,35 mm de raio.

Nos testes realizados com *Staphylococcus aureus*, obteve-se uma média de 5,7 mm de raio quando utilizado o extrato puro, 3,45 mm com o uso do extrato de própolis verde 10% e 0,8 mm ao se adicionar álcool 70% nos discos.

Com base nesses resultados, as propriedades antimicrobianas do extrato de própolis se mostraram mais intensas nos testes com *Staphylococcus aureus*, cuja média dos halos obtidos a partir do extrato puro (5,7 mm) foi aproximadamente 1,65 vezes maior quando comparada à média obtida com o uso do extrato alcoólico de própolis verde 10% (3,45 mm) e 7,13 vezes maior em relação ao valor encontrado com o uso do álcool 70% (0,8 mm).

Os extratos de própolis verde também demonstraram considerável atividade antimicrobiana nos ensaios com *Streptococcus pyogenes*. Nestes testes, a média dos halos obtidos a partir do extrato puro (4,25 mm) foi aproximadamente 3,69 vezes maior quando comparada à média obtida com o uso do extrato alcoólico de própolis verde 10% (1,15 mm) e 12,14 vezes maior em relação ao valor encontrado com o uso do álcool 70% (0,35 mm).

Assim como os resultados desta pesquisa, o estudo de Magalhães, Lot e Del Carratore (2016) demonstrou que a utilização dos discos de papel com álcool livre de extrato de própolis verde apresentou menor efeito antimicrobiano nos agentes avaliados.

Estudos sobre as propriedades da própolis mostraram que seu extrato inibe o crescimento bacteriano por inibir a divisão celular e por produzir defeitos na estrutura da parede celular, levando à bacteriólise parcial e desorganizando o citoplasma, que passa a apresentar espaços vazios ou estruturas fibrosas, além de causar alteração na membrana citoplasmática e inibir a síntese proteica (LOPEZ *et al.*, 2015).

Assim como nesta pesquisa, o extrato de própolis verde também manifestou ação antibacteriana em amostras de *Streptococcus pyogenes* em estudo de Bosio *et al.* (2000), sendo esta ação diretamente proporcional à concentração e à quantidade do extrato de própolis utilizado.

Tabela 1 – Tamanho médio dos raios dos halos de inibição em milímetros

<i>Streptococcus pyogenes</i>			
Placa	Extrato puro de própolis verde	Extrato alcoólico de própolis verde 10%	Álcool 70%
1	5,2	1	0,4
2	4,2	0,8	0,2
3	4,4	1,4	0,4
4	3,2	1,4	0,4
Média	4,25	1,15	0,35

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 2 – Tamanho médio dos raios dos halos de inibição em milímetros

<i>Staphylococcus aureus</i>			
Placas	Extrato puro de própolis verde	Extrato alcoólico de própolis verde 10%	Álcool 70%
1	6,2	3,4	0,7
2	5,2	4,2	0,9
3	6	3,2	0,9
4	5,4	3	0,7
Média	5,7	3,45	0,8

Fonte: Dados da pesquisa

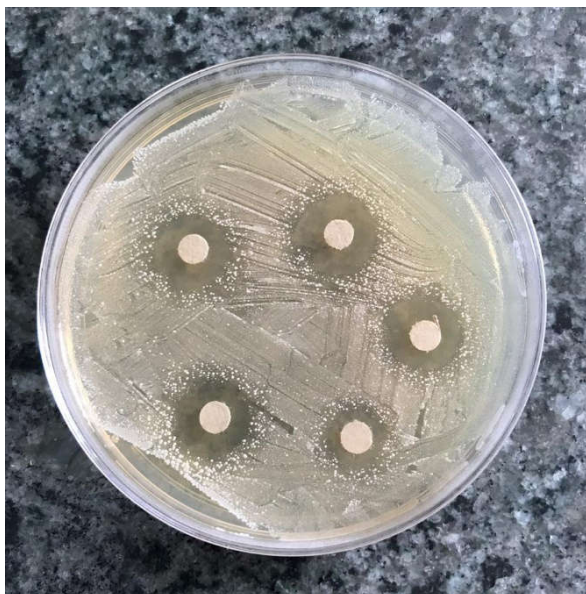


Figura 1 - Fotografia dos halos de inibição formados pelo extrato puro de própolis verde em bactérias da espécie *Staphylococcus aureus*.

Alguns fatores associados à técnica de extração da própolis, sua metodologia de condução de ensaios, local de origem e época do ano em que foi produzida podem ter influência sobre o maior ou menor grau de inibição da substância em relação às diferentes espécies bacterianas (DALEPRANE, ABDALLA, 2013).

4 CONCLUSÃO

Tanto as bactérias da espécie *Streptococcus pyogenes* quanto as bactérias da espécie *Staphylococcus aureus* mostraram-se sensíveis aos extratos de própolis verde utilizados, sendo o extrato puro aquele que demonstrou maior atividade antimicrobiana em ambas as espécies. Assim, existe a possibilidade de sua indicação médica com a finalidade de tratar infecções nas vias aéreas se tornar frequente na prática clínica caso mais estudos sejam realizados. Além disso, os resultados desta pesquisa reforçam e complementam as evidências científicas de que a própolis apresenta significativos benefícios à saúde humana e que possui potencial para assumir um papel de destaque nas abordagens terapêuticas que envolvem o combate de bactérias patogênicas.

REFERÊNCIAS

AHMAD, A. *et al.* Perspectives on the role of isoflavones in prostate cancer. **The AAPS Journal**, v. 15, p. 991-1000, 2013.

- BOSIO, K. *et al.* In vitro activity of propolis against *Streptococcus pyogenes*. **Letters in Applied Microbiology**, v. 31, p. 174-177, 2000.
- CASTALDO, S.; CAPASSO, F. Propolis, an old remedy used in modern medicine. **Fitoterapia**, v. 73, n. 1, p. 1-6, 2002.
- CORTES, J. A. *et al.* Frequency of microorganisms isolated in patients with bacteremia in intensive care units in Colombia and their resistance profiles. **Brazilian Journal of Infectious Diseases**, n. 17, v. 3, p. 346-352, 2013.
- DALEPRANE, J. B.; ABDALLA, D. S. Emerging roles of propolis: antioxidant, cardioprotective and antiangiogenic actions. **Evidence-based Complementary and Alternative Medicine**, 2013: 175135, 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.1155/2013/175135> >. Acesso em: 20 jan. 2019.
- KUROPATNICKI, A. K.; SZLISZKA, E.; KROL, W. Historical aspects of propolis research in modern times. **Evidence-based Complementary and Alternative Medicine**, 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.1155/2013/964149> >. Acesso em: 25 jan. 2019.
- LOPEZ, B. G. *et al.* Antimicrobial and cytotoxic activity of red propolis: an alert for its safe use. **Journal of Applied Microbiology**, v. 119, p. 677-687, 2015.
- MAGALHÃES, T. V.; LOT, R. F. E.; DEL CARRATORE, C. R. Analysis of antibacterial action of propolis and standardization of volumes through antibiogram. **Revista Unimar Ciências**, v. 25, n. 1-2, p. 38-44, 2016.
- MONTEMAYOR, J. C. G.; BOFARULL, A. M.; MOCHALES, F. B. Impacto de los movimientos migratorios en la resistencia bacteriana a los antibióticos. **Revista Española de Salud Pública**, v. 88, n. 6, p. 829-837, 2014.
- PEREIRA, A. S.; SEIXAS, F. R. M. S.; AQUINO NETO, F. R. Própolis: 100 anos de pesquisas e suas perspectivas futuras. **Química Nova**, v. 25, p. 321-326, 2002.
- PINTO, M. S. *et al.* Efeito de extratos de própolis verde sobre bactérias patogênicas isoladas do leite de vacas com mastite. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 38, n. 6, p. 278-283, 2001.
- RODRIGUES, T. S. *et al.* Resistência bacteriana à antibióticos na unidade de terapia intensiva: Revisão Integrativa. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, v. 4, 2018. Disponível em: < <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/nupcis/article/viewFile/7350/pdf> >. Acesso em: 20 jan. 2019.
- SADER, H. S. *et al.* Perfil de sensibilidade à antimicrobianos de bactérias isoladas do trato respiratório baixo de pacientes com pneumonia internados em hospitais brasileiros. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, n. 27, v. 2, 2001.
- SILVA, C. D. R.; SILVA JÚNIOR, M. Estratégias para uso adequado de antibioticoterapia em unidade de terapia intensiva. **Einstein**, v. 13, n. 3, p. 448-453, 2015.
- SIQUEIRA, A. L. *et al.* Estudo da ação antibacteriana do extrato hidroalcoólico de propolis vermelha sobre *Enterococcus faecalis*. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 43, n. 6, p. 359-366, 2014.
- TORETI, V. C. *et al.* Recent progress of propolis for its biological and chemical compositions and its botanical origin. **Evidence-based Complementary and Alternative Medicine**, 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.1155/2013/697390> >. Acesso em: 25 jan. 2019.

BARREIRAS DE GÊNERO NO ACESSO À EDUCAÇÃO: COMO O FATO DE “SER MULHER” INFLUENCIA NO ACESSO AO ENSINO

Julia Beatriz da Silva¹
Andrey da Silva Brugger²
Jorge Heleno Costa³

O presente trabalho apresenta o resultado do projeto de pesquisa que teve por objetivo discutir o sistema escolar enquanto espaço criador e desenvolvedor de subjetividades, de maneira a estabelecer a relação entre a vivência escolar e o acesso à educação superior. A essa apresentação atribuímos o recorte de gênero. Para realizar esse objetivo, levantamos dados bibliográficos a partir de literatura selecionada durante a caminhada da pesquisa e também lançamos mão de questionário para medir a percepção e eventual vivência sobre o papel de gênero no ambiente escolar e as consequências na formação e desejos do futuro das/dos discentes. Os resultados ainda estão em fase de tabulação final para apresentação no painel comentado, porém já foi possível perceber que o aspecto de gênero impacta diretamente na fruição ao direito à educação de meninas e mulheres em idade escolar, de modo que diferentes situações psicobiológicas atuam para que conquistem de maneira mais ou menos dificultosa a formação. Concluímos que o gênero por si pode gerar barreiras à fruição do direito à educação e que essas barreiras intensificam a partir do cruzamento de outras chaves sociais como renda e cor de pele.

Palavras-chave: Gênero. Direito à educação. Acesso à escolarização formal. Aspectos biopsicológicos da condição de mulher. Direitos fundamentais.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho presente é fruto de parte do resultado da pesquisa sobre discursos e ações afirmativas a partir da escola para a sociedade e vice-versa, em que analisamos políticas públicas e/ou atos de incentivo para a inclusão de alunas e alunos para o acesso aos diversos níveis de ensino. Neste resumo expandido, apresentamos um dos recortes: a perspectiva do gênero.

1 Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

2 Mestre em Ciências Sociais pela UFJF. Foi Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN no primeiro semestre de 2018, tendo orientado o presente projeto até 30 de setembro de 2018; após, é Colaborador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

3 Mestre em Direito pela FUMEC. Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Orientador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN, desde 30 de setembro de 2018.

E-mail para contato: andreybrugger@hotmail.com.

A pesquisa partiu da hipótese de que o sistema curricular escolar e o ambiente da escola podem formar um campo de criação da subjetividade daqueles e daquelas discentes que a eles estão submetidos, seja pelo espaço físico, seja pelas disciplinas, pelos currículos, pela interação discente-discente e discente professor, e que esse sistema e esse ambiente se intercomunicam, em via de mão dupla, com fatores externos, exóginos e, no limite, sociais, de maneira decisiva na fruição e alcance do direito à educação. O recorte de gênero foi uma ótica que fez confirmar essa hipótese, sobretudo ao iluminar como as relações de gênero perpassam e transpassam o ambiente escolar e social dos e das discentes.

A partir do recorte de gênero, foi possível perceber como que o próprio ambiente escolar molda as subjetividades, as escolhas e coloniza os corpos e mentes das discentes. Desde a mais tenra idade, percebemos nos registros que o “ser mulher” é ensinado, enculcado, colocado como modo de viver, pensar, sentir, estudar, almejar uma profissão. Adicionalmente, fatores externos, como a doença de um familiar ou a gravidez impactaram de maneira assimétrica em discentes mulheres frente a discentes homens; além de outros fatores que serão pormenorizados na apresentação. Nossa perspectiva de investigação compreende o gênero como correntemente tem sido entendido nas ciências humanas e sociais, isto é, gênero se refere à maneira como a sociedade constrói o sexo anatômico. O conceito difere a dimensão biológica e a dimensão social, quer-se dizer, há machos e fêmeas na espécie humana; entretanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é informada pela cultura. Desta maneira, homens e mulheres são construções sociais e não decorrências diretas das anatomias de seus corpos.

O trabalho justifica-se, portanto, pela importância de iluminar tais questões referentes ao processo de formação e a relação entre o que está posto normativamente e o que acontece na realidade. Sabe-se que a Constituição de 1988, ainda vigente, estabelece em seu artigo 205 que a Educação será promovida e incentivada visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tendo isso em vista, a pesquisa se mostrou importante também para refletir se a prática institucional local, mormente uma escola estadual localizada em São João del-Rei, retratava de maneira completa essa tripla diretriz constitucional. Para o UNIPTAN, foi importante a conexão com alunos de ensino médio e o aprendizado prático de ver, via instrumentos de investigações empíricos e teóricos, a ação da realidade frente à positivação normativa. Além disso, a tabulação dos dados pode ser uma contribuição adicional para outros estudos sobre as barreiras de gênero encontradas no ambiente intraescolar, bem como no ambiente extraescolar, mas que acaba por reverberar neste.

Isto posto, a pesquisa teve o objetivo de compreender e apreender o discurso escolar, social, as inter-relações entre discentes e docentes, bem como com toda a comunidade escolar

e do entorno, para (re)pensar as barreiras de gênero à fruição do direito constitucional à educação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo esse cenário da pesquisa posto, nosso ponto de partida, foi estudar artigos e livros sobre esse o tema de interesse. Assim, a pesquisa se notabilizou por ser uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, em razão do fôlego curto de pesquisa e da ausência de experiência dos bolsistas com pesquisa na área. Desse modo, o orientador e o colaborador acharam por bem construir a base teórica antes de levantar os dados estatísticos e mesmo aplicar o questionário, que acabou sendo a última fase da pesquisa. Anote-se que como o questionário ainda não foi finalizado, a aprovação pelo conselho de ética não foi resolvida até o momento em que este resumo está sendo submetido, mas está dentro do cronograma a solução desta etapa até março de 2019.

Iniciamos a leitura pelo livro “O poder simbólico” de Pierre Bourdieu (1989). Ali, definimos o marco teórico que nos guiaria durante a empreitada científica. A escolha se deu por conta da ideia da força de poderes que exercem influência sobre comportamentos e subjetividades sem serem notados – o poder simbólico –, que se coadunava com a hipótese de trabalho construída.

Na sequência, também lemos os artigos de Karine Godoy e Mariana de Paula Vieira (2017); as autoras propõem importantes reflexões pedagógicas e têm o mérito de sistematizar como desde a infância os papéis de gênero são delineados, sob a benção da disciplinar escolar.

O tripé da construção teórica é fechado pelo livro “para educar crianças feministas” de Chimamanda Ngozi Adichie (2017). Por meio de uma “carta” para uma amiga que estava prestes a ser mãe, ela sugere alguns pontos que refletem também sobre os papéis de gênero.

Nossos encontros aconteceram quinzenalmente no UNIPTAN. Fazíamos fichamentos dos textos propostos. O professor colaborador, que orientou parcialmente o projeto durante a realização da pesquisa, geralmente articulava as ideias introdutórias. Posteriormente, os bolsistas apresentavam seus fichamentos suas reflexões teóricas e pessoais sobre os temas elencados para o encontro.

Apesar da troca de orientação durante a pesquisa, o que prejudicou o andamento do cronograma, as leituras foram realizadas, fichamentos foram produzidos e combinamos de criar questionários para investigarmos se as reflexões teóricas apontadas em nossos encontros encontravam guarida/confirmação na realidade de São João del-Rei. Esses dados ainda estão

sendo tabulados e analisados, mas há conclusões parciais para serem registrados na próxima seção, com a finalização da análise na apresentação do painel comentado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do ponto de vista dos resultados e da discussão, o marco teórico que iniciou e acabou por guiar toda a empreitada da pesquisa foi “O poder simbólico”, de Pierre Bourdieu (1989). A escolha se deu quando a hipótese foi formulada, afinal Bourdieu afirma que “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 8). A escolha do marco teórico se provou acertada, pois deu norte e substrato para as análises dos demais textos bibliográficos e das discussões sobre os fatores subjetivos ao contexto escolar que fazem com que barreiras e obstáculos sejam criados. No caso do presente trabalho, foi possível ver esse exercício do poder de forma plena nas questões de gênero.

Além da leitura dos textos, foram coletadas impressões pessoais em nossos encontros e no questionário. Por meio deles, concluímos que a escola é um grande exemplo de locais em que o indivíduo certamente obtém sua formação, porém é onde ocorre um grande número de casos de preconceitos e discriminações relacionados ao gênero. Podemos exemplificar, ainda sem a precisão da porcentagem da tabulação dos dados coletados nessa última fase da pesquisa, que são relevantes o número de casos de discentes que afirmam ter reconhecido pelo menos um caso de discriminação em razão do gênero, como censura pela roupa que vestia na escola, negativa de participação em determinada modalidade esportiva, proibição de envolvimento em eventos sociais tidos como masculinos, direcionamento de professores para carreiras “que não eram prioritariamente masculinas”, assédio de colegas ou professores, conhecimento ou vivência de alguma situação extraescolar (doença na família ou gravidez própria ou de parentes) que as impedisse de assistir aulas ou mesmo de prosseguir nos estudos regulares. Esses impedimentos mostram-se mais intensos e difíceis, portanto, quando o fator “gênero” é interseccionado com fatores como “renda” e “cor da pele/etnia”. Isso parece demonstrar que a interseccionalidade é um fator social que precisa constar de futuras análises, sejam nossas ou de outros estudos sobre barreiras de gênero na fruição de direitos sociais, sobretudo o direito à educação.

Aparece também nos dados coletados, por meio de registros de entrevistas e conversas informais, o contínuo apagamento desses debates sobre o papel de gênero nas correlações sociais. Sendo mais usual que se discuta “gênero” quando das aulas de sociologia, filosofia ou

história. Poucas são as alunas que conhecem as contribuições de mulheres na área de física, química, matemática, ou nas lutas sociais brasileiras. Esse apagamento é disciplinar, está de maneira omissiva, embora ativa, nos currículos. Em um primeiro lance de olhar formal, pode parecer que em nada impacta no acesso de mulheres à escola ou na fruição da educação. Nada obstante, condições subjetivas são extremamente importantes para o sucesso do ser humano que, nada obstante seu caráter racional, também é embalado por emoções como se sentir acolhido, receber e dar afeto, ter sua identidade preservada, ter seu autorrespeito considerado.

4 CONCLUSÃO

A hipótese formulada foi confirmada em nossa pesquisa: a escola é um local de formação de subjetividades por meio de seu currículo, seu sistema disciplinar, e também pelas relações interpessoais que abriga. Fatores exógenos, como o recorte de gênero, são poderes simbólicos que atuam de maneira decisiva na fruição do direito à educação.

Nossa análise esteve transpassada pelo ensino médio, de modo que foi possível observar que as pretensões de continuidade nas graduações acadêmicas/escolares eram uma certeza “maior” dentre os meninos que as meninas. Queremos dizer com isso que as barreiras de gênero são visíveis no acesso ao ensino superior, o que reverberará na ocupação dos postos de trabalho mais “destacados” no futuro e na construção de uma sociedade. É preciso, por fim, atentar para esses dados coletados, essas percepções delineadas, para que instrumentos de políticas públicas tornem a educação verdadeiramente universal, paritária entre os gêneros, e consiga realizar o pleno desenvolvimento dessas meninas, preparando tanto elas como os meninos para o pleno exercício da cidadania e ocupação, maior por parte delas, dos postos de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Disponível em: < <http://www.justicadesaia.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Para-Educar-Crian%C3%A7as-Feministas.pdf>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2019.
- BOUDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989. Disponível em: < <http://docente.ifrn.edu.br/nonatocamelos/disciplinas/etica-no-servico-publico/texto>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2019.
- GODOY, Karine Natalie Barra; VIEIRA, Mariana de Paula. **A Construção das identidades de gênero na infância**. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]: 13th Women's Worlds. – Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499466038_ARQUIVO_artigofazendogenero.pdf>. Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

COMPARAÇÃO DO COMPORTAMENTO DA PRESSÃO ARTERIAL EM ATLETAS FEMININAS PÓS-COMPETIÇÃO DE 5 KM E 10 KM

Ana Paula de Almeida¹
Washington Nepomuceno¹
Zirlene Santos²

Por ser a corrida uma atividade física de baixo custo, de fácil acesso e promover bem-estar físico e mental, esta prática esportiva vem se popularizando e captando adeptos de todas as idades e classes sociais em todas as partes do mundo. Dentre os benefícios da corrida pode-se citar a perda de peso, aumento da capacidade respiratória, aumento do HDL-colesterol e diminuição do LDL-colesterol, melhora da sensibilidade à insulina e, conseqüente, redução do risco de diabetes tipo II, melhora da qualidade do sono, melhora da autoestima, diminuição do estresse e melhora da depressão. Outro benefício da corrida é a promoção do efeito hipotensor pós-exercício, que pode ser observado após o treinamento crônico ou mesmo após um dia de treino. O efeito hipotensor resulta em redução da pressão arterial sistólica e diastólica no período pós-corrida. A proposta do estudo foi comparar reduções da pressão arterial sistólica e diastólica entre corredoras após corrida de 5 km e 10 km. Os dados foram coletados a partir da aferição e registro da pressão arterial sistólica e diastólica em atletas do sexo feminino, antes e após corrida tradicional com distância de 5 km e 10 km. Os resultados permitiram constatar redução da pressão arterial sistólica e diastólica.

Palavras-chave: Efeito hipotensor do exercício. Corrida de rua. Treinamento de corrida.

1 INTRODUÇÃO

Por ser a corrida uma atividade física de baixo custo, de fácil acesso e promover bem-estar físico e mental, esta prática esportiva vem se popularizando e captando adeptos de todas as idades e classes sociais em todas as partes do mundo. Com a popularização das Corridas de Rua em todo o mundo, e a busca de melhoria da qualidade de vida, na última década, houve um aumento significativo do número de praticantes em todo o mundo, assim como no Brasil, em especial no estado de São Paulo (CORPORE, 2005).

. Dentre alguns dos benefícios da corrida podemos citar a perda de peso, aumenta a capacidade respiratória, aumenta o colesterol bom – HDL, e diminui o ruim – LDL, melhoram

¹ Discente do Curso de Educação Física do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Docente do Curso de Educação Física do UNIPTAN. Orientadora do Programa Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: zirlene.treino@hotmail.com.

a sensibilidade à insulina diminuindo o risco de diabetes tipo II, melhora a qualidade do sono, melhora a autoestima, diminui o estresse e melhora a depressão além de promover o efeito hipotensor.

A partir da década de 80, estudos observaram que após a realização de uma sessão de exercício físico ocorria uma diminuição nos níveis pressóricos (fatores relacionados à taxas que favorecem a análise de uma homeostasia do organismo, sendo o desajuste desses níveis um comprometimento da pressão arterial do indivíduo mais especificamente). dos indivíduos, os quais permaneciam abaixo daqueles observados no período de repouso pré-exercício (WILCOX *et al.*, 1982, BENNETT *et al.*, 1984), sendo esse fenômeno, então, denominado hipotensão pós-exercício (HPE) (FORJAZ *et al.*, 2000).

A Hipotensão Pós-Exercício (HPE) tem sido observada em indivíduos hipertensos e normotensos, jovens e idosos (MacDONALD *et al.*, 2000; KAUFMAN *et al.*, 1987; HAGBERG *et al.*, 1987). Sua magnitude e duração dependem do tipo de população estudada, sendo mais frequentemente observada em indivíduos com maiores níveis pressóricos; do tipo de exercício realizado, sendo evidenciada principalmente após exercícios aeróbicos; e da duração do exercício, de modo que o mais prolongado parece provocar uma hipotensão pós-exercício maior, mais precoce e mais duradoura.

Este efeito é benéfico, principalmente se levarmos em consideração os inúmeros problemas causados pela hipertensão arterial como infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral.

A hipotensão pós-exercício tem sido observada após a realização de variados tipos de exercícios aeróbicos (caminhada, corrida). A corrida age como prevenção e tratamento da hipertensão arterial. Ainda não existe consenso na literatura sobre os mecanismos causais da HPE. Apesar da maioria dos estudos apontarem a redução da resistência vascular periférica como principal causa, os mecanismos desencadeadores desta diminuição ainda não estão bem esclarecidos.

O objetivo do presente estudo foi comparar a redução da pressão arterial sistólica (PAS) e diastólica (PAD) entre corredoras de 5 km e 10 km.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Os dados foram coletados em corrida de rua tradicional, realizada na cidade de São João del-Rei, com percurso de 5 km e 10 km. A PAS e PAD foram aferidas por três discentes do Curso de Enfermagem do UNIPTAN, antes do aquecimento das atletas e uma hora após a

passagem das atletas pela linha de chegada. Ao final da prova, as atletas foram orientadas a evitar movimentos excessivos, de forma a evitar alterações nos valores pressóricos. A largada das duas provas foi dada simultaneamente e o percurso da prova de 5 km passava pelo trajeto da prova de 10 m, ambas com percurso plano.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 23 atletas da categoria Feminina com idade que variou entre 19 e 52 anos, todas treinadas e habituadas à prática de competição de corrida de rua. Do total das atletas do estudo, 10 atletas competiram a prova de 5 km e 13 atletas competiram a prova de 10 km.

Foi constatada redução da pressão arterial sistólica e diastólica tanto em atletas que correram os 5 km (redução na PAS de 6 mmHg e na PAD de 3,33 mmHg) quanto das atletas que correram os 10 km (redução na PAS de 5,55 mmHg e na PAD de 8,88 mmHg).

O valor da PAD nos 10 km foi significativamente superior do que na prova de 5 km.

4 CONCLUSÃO

Houve redução da pressão arterial após uma hora de término da competição em ambas as provas de 5 km e 10 km. O valor da PAD foi significativamente superior na prova de 10 km em relação a prova de 5 km. Este valor pode ser justificado pelo tempo de duração das duas provas. De acordo com Forjaz *et al* (1998), a maior duração do exercício provoca hipotensão pós-exercício maior e mais duradoura.

REFERÊNCIAS

BENNETT, T., WILCOX, R.G. E MACDONALD, I.A. Post-exercise reduction of blood pressure in hypertensive men is not due to acute impairment of baroreflex function. Clin Sci, 1989, v.28-35, p.67.

CORPORE. Corredores Paulistas Reunidos Disponível em: <http://www.corpore.org.br/cor_estatisticas.asp>. Acesso em: 27 Abr. 2005.

FORJAZ, M.L.C., Rezk C.C., Santaella F.D., Maranhão, F.A.D.G., Souza, O.M., Nunes, N., Nery, S., Bisquolo, F.A.V., Rondon, B.P.U.M., Júnior, M.D. e Negrão, E.C. Hipotensão pós-exercício: características, determinantes e mecanismos. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo, 2000, Mai/Jun v.10(3-A)

FORJAZ, Santaella, F.D., Rezende, O.L., Barreto, P.C.A. e Negrão, E.C. A Duração do exercício determina a magnitude e a duração da hipotensão pós-exercício. Arq Bras Cardio, 1998, v.70(2), p. 99-104

HAGBERG, M.J.; MONTAIN, J.S.; MARTINS, H.W. Blood pressure and hemodynamic responses after exercise in older hypertensives. *European Journal Applied Physiology*. v. 63(1), p.270-76, 1987.

KAUFMAN, F.L., Hughson, R.L., Schaman, J.P. Effect of exercise on recovery blood pressure in normotensive and hypertensive subjects. *Journal of the American College of Sports Medicine*, Feb v.19(1), p.17-20, 1987

MACDONALD, J.R., MACDOUGALL, J.D.; Hogben, C.D. The effects of exercising muscle mass on postexercise hypotension. *Journal of Human Hypertension*, v.14, p.317-20, 2000.

COMPARAÇÃO DOS ATENDIMENTOS MÉDICOS, PSICOLÓGICOS E SOCIAIS DAS PESSOAS RADIOACIDENTADAS PELO CÉSIO-137 NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA/GO NOS ANOS DE 2012 E 2017

Jonathan Walison Carvalho Leite¹

Mariana de Fatima Vieira¹

Tiago Henrique do Nascimento¹

Jaíne das Graças Oliveira Silva Resende²

Jane Daisy de Sousa Almada Resende³

O evento envolvendo o Césio-137, em Goiânia/GO, é considerado o maior acidente radiológico que o Brasil e o mundo já viram fora das usinas nucleares. E mesmo após 31 anos, ainda afeta muitas pessoas que precisam de acompanhamento dos profissionais do Centro de Atendimento aos Radioacidentados, os quais trabalham conscientizando a sociedade e desmitificando os acontecimentos a fim de combater o preconceito e os estigmas construídos ao longo desse tempo. Assim, este trabalho teve como objetivo comparar os anos de 2012 e 2017 nos números de atendimentos médicos, psicológicos e sociais aos radioacidentados do município de Goiânia e para isso foi realizado estudo bibliográfico e utilização de dados das plataformas do DATASUS, IBGE, CNEN, SISRAD, além do site oficial do Governo do Estado de Goiás. Percebeu-se que no geral esses atendimentos foram diminuídos ao longo dos anos e cumpri-nos refletir que mais de 30 anos após o acidente ainda deve-se discutir e conscientizar sobre o correto descarte dos materiais médicos hospitalares.

Palavras-chave: Césio-137. Radioacidentados. Atendimento.

1 INTRODUÇÃO

Em setembro de 1987 aconteceu o maior acidente radiológico que o Brasil e o mundo já viram fora das usinas nucleares. No dia 13 de setembro daquele ano, um aparelho de radioterapia em desuso tinha sido levado, de um prédio abandonado, por dois catadores de papel que, 6 dias depois, o havia vendido a um ferro-velho. O acidente não teria sido tão trágico se a fonte de Césio-137, um cilindro metálico de 3,6 cm de diâmetro por 3,0 cm de altura, contida no aparelho, não tivesse sido violada.

1 Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN. Mestre em Ciências – UFLA.

3 Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN. Mestre em Ciências Biológicas – UFJF. E-mail para contato: jane.resende@uniptan.edu.br

Eventos como este são classificados numa escala de níveis 1 a 7, de maneira similar à escala de terremotos. Sendo 1 a 3 classificados como incidentes e os níveis de 4 a 7, acidentes. Ressalta-se que para receber classificação de acidente, o evento deve ter pelo menos uma morte por radiação. Assim considerando, o evento que ocorreu em Goiânia em 1987 está classificado como acidente de nível 5 (OKUNO, 2013).

Desde então, as pessoas que tiveram contato com a fonte de radiação foram cadastradas no Centro de Atendimento aos Radioacidentados (CARA), definido como uma unidade ambulatorial que acolhe e presta atendimento médico, psicológico e social às pessoas que sofreram danos relacionados ao Césio-137. Nesta unidade os pacientes foram categorizados em três grupos (I, II e III) de acordo com as normas da *International Atomic Energy Agency* (IAEA, 1988), levando-se em conta critérios de classificação conforme a gravidade das lesões cutâneas e da intensidade de contaminação interna e externa.

O Césio-137, após encontrado, pela sua característica atrativa de “pó brilhante”, foi distribuído para várias pessoas, inclusive crianças, o que resultou em irradiação dos envolvidos. Móveis, objetos pessoais, casas (pisos e paredes) e até parte da rua foram contaminados (CARDOSO, 2000).

Na época, em torno de 112 mil pessoas foram envolvidas no acidente, cerca de uma centena diretamente e outras centenas indiretamente, incluindo familiares, vizinhos e agentes públicos (FUINI *et al.*, 2013).

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de Epidemiologia do 4º Período do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN - e teve como objetivo comparar os atendimentos médicos, psicológicos e sociais aos radioacidentados do município de Goiânia nos anos de 2012 e 2017.

1.1 Breve Histórico

O resíduo gerado para a produção de energia nuclear é uma das maiores preocupações de estudiosos da área. No Brasil, o controle nuclear é responsabilidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), que emite a licença e inspeciona as instalações que utilizam material nuclear no país, inclusive instalações médicas e industriais (GONÇALVES, 2005).

A tragédia de Goiânia inicia-se devido ao descarte de resíduos hospitalar sem o devido cuidado e assim, num prédio abandonado do Instituto Goiano de Radioterapia, na região central do município, dois indivíduos retiraram uma fonte de Césio-137 de um equipamento de

radioterapia deixado no local que ao contato sentiram-se mal e contaminaram várias dezenas de pessoas, das quais quatro faleceram nos dias seguintes (MERÇON, 2004).

Seis dias depois, o material foi vendido ao dono de um ferro-velho e sua esposa em contato com a peça sentiu-se muito mal que a levou de ônibus dentro de um saco à Vigilância Sanitária. Eles foram encaminhados para o Centro de Informações Toxicológicas e em seguida um físico fez a medição e confirmou altíssimo nível de contaminação, não só na Vigilância Sanitária, mas em várias localidades da cidade de Goiânia (OKUNO, 2013).

Vale ressaltar que, quando o físico chegou para fazer a medição radiológica, a equipe do corpo de bombeiros estava no local para descartar a “peça” no rio; caso fosse feito, a tragédia poderia ter tomado proporções imensuráveis (OLIVEIRA, 2013).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica utilizando como método de pesquisas análises quantitativas dos atendimentos médicos, psicológicos e sociais das pessoas radioacidentadas pelo cézio-137 no município de Goiânia/Go nos anos de 2012 e 2017.

Tais dados foram encontrados disponíveis em plataforma digital do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), o qual é coletor, processador e disseminador de informação de saúde; dados disponíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados disponíveis no site da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Goiás, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e Sistema de Registro e Acompanhamento de Documentos (SISRAD), além de pesquisas por meio de artigos científicos.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Conforme descrito anteriormente, os acidentados são classificados conforme grau de exposição, sendo Grupo I, II, III, a saber: Grupo I: Indivíduos que sofreram síndrome aguda à Radiação e/ou irradiados; Grupo II: Indivíduos irradiados sem contaminação interna; Grupo III: Indivíduos sem irradiação ou contaminação comprovada, conforme descrito no Boletim Epidemiológico Resumido de 2017. Assim, os pacientes do Grupo I foram aqueles avaliados e apresentaram mais de 20 rads no corpo, que é a unidade que mede a quantidade de radiação identificada. Os membros do Grupo II são aqueles que apresentaram menos de 20 rads, e o Grupo III é formado por vizinhos do local onde houve o acidente e trabalhadores que atuaram

na área contaminada. Os filhos e netos dos dois primeiros grupos também têm direito à assistência.

Conforme apresentado na Tabela 1, a população atendida pelo CARA em 2012 do grupo I eram 50 e passaram a 47 no ano de 2017, esta redução se deve ao fato de ocorrência de óbitos daqueles monitorados; do grupo II eram 44 em 2012 e mantiveram o mesmo número em 2017. Do Grupo III eram 835 e passaram a 960. Foi observado um aumento da população atendida no Grupo III em 2017, devido à inclusão de novos indivíduos conforme avaliação do comitê multidisciplinar.

Tabela 1: Número de Indivíduos radioacidentados pelo Césio-137 no município de Goiânia/GO nos anos de 2012 e 2017.

Período de estudo	Grupo I	Grupo II	Grupo III
2012	50	44	835
2017	47	44	960

Fonte: Boletim Epidemiológico Resumido 2017.

Além disso, segundo no Boletim Epidemiológico Resumido de 2017, foram disponibilizados atendimentos a todos os indivíduos dos grupos classificados acima. Dos atendimentos prestados, conforme apresentado na tabela 2, no ano de 2012 houve 839 atendimentos médicos e 726 no ano de 2017. Tais atendimentos estavam inseridos em clínicas médicas, pediátricas, cardiologia, dermatologia, oncologia, ginecologia e obstetrícia. Pires (2011) relata que a extensão dos danos à saúde depende da dose e do tempo de exposição e até da região do corpo atingida. Logo, uma dose altíssima de radiação instantânea pode causar a falência do sistema imunológico e requer intenso acompanhamento médico. Bandazhevsky (2013) corrobora relatando que o césio-137 exerce sua ação grave sobre o sistema energético das células provocando necrose celular, assim como, em muitos casos, a morte do indivíduo.

Quanto ao atendimento Psicológico houve 431 no ano de 2012 e 371 no ano de 2017, vale ressaltar que houve atendimento no domicílio quando havia necessidade. Segundo Nicacio (2005), o sofrimento psíquico é o objeto privilegiado da psicoterapia e passa a auxiliar mais confortavelmente a medicina científica.

No entanto, segundo Lifton (1985), há poucas pesquisas a respeito das consequências psicossociais a acidentes radioativos. Segundo especialistas, os principais efeitos psicológicos detectados entre os japoneses no episódio das bombas atômicas se refletem na existência do medo à presença da radiação, a ansiedade e a depressão. Outros grandes desastres

radionucleares aconteceram pelo mundo após alguns anos como: Three Miles Island, EUA (1979) e Chernobyl, URSS (1986) e verificou-se que há uma certa constância no comportamento psicológico de vítimas deste tipo de evento (BAUM, GATCHEL, SHAFFER, 1983). Tais efeitos também são percebidos em 1987, com o vazamento de Césio-137 em na cidade de Goiânia-GO (BITTENCOURT, 2007).

Tabela 2: Atendimentos prestados aos Indivíduos radioacidentados pelo Césio-137 no município de Goiânia/GO nos anos de 2012 e 2017.

Atendimento	2012	2017
Médico	839	726
Psicológico	431	371
Serviço Social	895	641

Fonte: Boletim Epidemiológico Resumido 2017.

No que se refere ao atendimento de Serviços Sociais, conforme a tabela 2, houve no ano de 2012, 895 atendimentos e 641 em 2017. Tal atendimento visa realizar o acompanhamento das vítimas e seus familiares com ênfase na informação sobre os direitos e benefícios sociais e na orientação e qualificação para o mercado de trabalho.

É notória a importância do auxílio da equipe dos Serviços Sociais e, segundo Martins (2017), o total de radioacidentados que recebe pensão estadual em Goiás é de 265, a pensão federal é dada a 486 pessoas. No entanto, destes grupos, 116 recebem ambas. Portanto, das vítimas, 751 são pensionistas devido ao auxílio dos Serviços Sociais.

Conforme relato de Carla Wascheck (GTI, 2019), os profissionais do CARA desde a criação até a atualidade vêm conscientizando a sociedade e desmitificando os acontecimentos a fim de combater o preconceito e os estigmas sobre os radioacidentado construídos ao longo desse tempo.

4 CONCLUSÃO

Observa-se que dentre os atendimentos prestados às vítimas que tiveram contato direto ou indireto com o Césio-137, houve redução do número de indivíduos assistidos nos períodos de 2012 e 2017. Sugere-se que tal redução possa ter se dado por ocasião de óbitos ocorridos e descontinuidade de tratamento por parte dos pacientes. Além disto, cumpri-nos refletir que mais

de 30 anos após o acidente ainda deve-se discutir e conscientizar sobre o correto descarte dos materiais médicos hospitalares.

REFERÊNCIAS

BANDAZHEVSKY, Y. Danos causados pelas radiações ionizantes sobre órgãos e sistemas vitais de fetos e crianças pequenas. **Estudos Avançados**, v. 27, n.77, p. 201-206, 2013.

BAUM, A.; GATCHEL, R. J.; SHAFFER, M. A. Emotional behavioral and physiological effects os chronic stress at Three Miles Island. **Journal of Consulting Psychology**, 1983.

BITTENCOURT, A. M. Césio 137: Relatos da Segunda Geração do Maior Acidente Radiológico da História. Artigo. **Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação**. Unesp - Bauru. 2007.

Boletim Epidemiológico Resumido de 2017. Disponível: www.cesio137goiania.go.gov.br/wp.../2017/.../Boletim-Epidemiológico-Resumido-2017... Acesso dia 14 de set. de 2018.

CARDOSO, E. M. **Radioatividade**. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN; 2000.

FUINI, S. C.; SOUTO, R.; AMARAL, G. F.; AMARAL, R. G. Qualidade de vida dos indivíduos expostos ao césio-137, em Goiânia, Goiás, Brasil. **Caderno Saúde Pública**. v.29 n.7, p.1301-10, 2013.

GONÇALVES, O. D.; ALMEIDA, I. P. S. A Energia Nuclear. **Ciência Hoje, Belo Horizonte**, v. 37, n. 220, p. 36-44, 2005.

GTI- **Gerencia de Tecnologia de Informação. Secretaria de estado de saúde de Goiás. Césio – 137**. Disponível em: <http://www.cesio137goiania.go.gov.br/setimo-post-teste/>. Acesso: 10 de jan. 2019.

IAEA. International Atomic Energy Agency. **The Radiological Accident in Goiania**. Vienna: International Atomic Energy Agency; 1988.

LIFTON, R. J. Hiroshima and ourselves. **JAMA**, v. 254, n. 5, p. 631-632, 1985.

MARTINS, V. **Após 30 anos, vítimas do acidente com césio-137 dizem sofrer com a falta de apoios médico e financeiro, em Goiânia. G1 GO. 14/09/2017**. Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/cesio30anos/noticia/apos-30-anos-vitimas-do-acidente-com-cesio-137-dizem-sofrer-com-a-falta-de-apoios-medico-e-financeiro-em-goiania.ghtml>. Acesso em 10 de jan. 2019

MERÇON, F.; QUADRAT, S. V. A radioatividade e a história do tempo presente. **Química Nova na Escola**, v. 19, p. 27-30, 2004.

NICACIO, E. Tecnologias do corpo: uma antropologia das medicinas no Brasil. **Caderno Saúde Pública**. v. 6, p.1963-65, 2005.

OKUNO, E. Efeitos biológicos das radiações ionizantes. Acidente radiológico de Goiânia. **Estudos Avançados**. v. 27, n.77, p.185-99, 2013.

OLIVEIRA, E. C. O acidente com o Césio 137 e a estética do sublime. **Revista de História**, v.37, n.01, p. 141-165, 2013.

PIRES, M. T. Os efeitos da radioatividade no corpo humano. Saude. **Revista Veja**. 18 de mar. 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/os-efeitos-da-radioatividade-no-corpo-humano/>. Acesso: 10 de jan. 2019.

COMPARAÇÃO DO EFEITO HIPOTENSOR PÓS-COMPETIÇÃO DE CORRIDA DE RUA ENTRE CORREDORES AMADORES E DE ALTO NÍVEL

Washington Nepomuceno¹
Ana Paula de Almeida¹
Zirlene Santos²

A corrida é o exercício mais utilizado em pesquisas que buscam conhecer o efeito hipotensor pós exercício. Por ser uma atividade acessível a toda a população e ser o esporte que mais cresce em número de adeptos em todo o mundo, a corrida de rua teve o número de competições multiplicado nos últimos anos, com isso pessoas comuns, não atletas, participam de competição juntamente com atletas de alto nível de performance. Este estudo terá como objetivo conhecer possíveis reduções da pressão arterial após uma competição de corrida de rua e comparar diferenças variações entre grupos de corredores amadores e de alto nível de performance, ambos os gêneros. Para sua realização foram aferidas a pressão arterial de 28 atletas, sendo divididos em 13 atletas amadores e 15 atletas de alto nível. A competição utilizada foi uma prova de 10km de corrida de rua com percurso aferido pela organização. Os resultados foram analisados individualmente para pressão arterial sistólica e diastólica e levado também em consideração o tempo gasto para completar a corrida. Foram considerados atletas de alto nível atletas que concluíram a prova abaixo de 35 minutos e atletas amadores os que concluíram acima de 60 minutos de prova.

Palavras-chave: Pressão arterial. Corrida de fundo. Hipertensão arterial.

1 INTRODUÇÃO

Estudos mostram que a hipertensão arterial é responsável por 6% das mortes em todo o mundo e é apontada como o principal fator de risco para doença cardiovascular e acidente vascular cerebral (WOLF-MAIER, 2004). Schiffrin (2012) relata que no mundo mais de 7 milhões de mortes anuais podem ser atribuídas de forma direta e indireta a hipertensão arterial, isso porque a hipertensão afeta e danifica o coração, os rins, o cérebro e os olhos.

Os exercícios aeróbios são os mais citados na literatura como forma de tratamento não medicamentoso da hipertensão arterial, devido ao seu efeito hipotensor, ou seja, efeito de

¹ Discente do Curso de Educação Física do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Docente do Curso de Educação Física do UNIPTAN. Orientadora do Programa Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: zirlene.treino@hotmail.com.

redução da pressão arterial logo após seu término, persistindo este efeito por até 24 horas a depender do tempo de duração e intensidade do exercício (NEGRÃO, 2001).

A modalidade esportiva é um dos fatores que pode influenciar de forma distinta a variação da pressão arterial e os mecanismos que as controlam. A corrida tem predominância de exercícios dinâmicos, implicando assim em maior sobrecarga cardíaca. A redução dos valores pressóricos, mesmo em sujeitos normotensos ($PAS < 140$ mmHg e $PAD < 90$ mmHg), é importante fator para minimizar o risco cardiovascular.

Diversos estudos demonstram esta redução da pressão arterial pós-exercício. No entanto, a literatura necessita de estudos que demonstrem esta redução em dias de competição. Isso porque durante a competição o atleta se esforça ao máximo, conseguindo resultados que dificilmente conseguiria durante os treinamentos. Especula-se que os resultados sobre o efeito hipotensor podem não ser idênticos aos encontrados no treinamento, principalmente pelos fatores estressantes da competição e uma cobrança natural em relação a performance por parte do atleta.

No caso específico da corrida de rua, tem-se observado aumento no número de provas e de adeptos desta modalidade. Com isso, em provas de corrida em todo o mundo é possível encontrar atletas que treinam arduamente para melhorar sua performance e também inúmeras pessoas que entram nas provas apenas para completar ou melhorar seu tempo pessoal (LOPES *et al.*, 2016).

As provas de rua com percurso de 10 km parece ser a mais escolhida pelos corredores, por ter percurso não muito longo como o da maratona (42.195 m), permitindo que indivíduos de todos os níveis de performance consigam completar a prova sem grandes desgastes. A competição nas provas de 10 km pode causar o efeito hipotensor em atletas amadores e de alto nível. No entanto, é necessário averiguar se mecanismos de redução da pressão arterial agem da mesma maneira em diferentes níveis de condicionamento dos participantes desta modalidade, e se corredores amadores poucos treinados são tanto quanto beneficiados em relação aos atletas de alta performance no que se refere ao efeito hipotensor do exercício, principalmente pelo fato de que a redução da pressão arterial é um importante fator para reduzir e minimizar os riscos de doenças cardíacas (BRANDÃO, 2003).

Considerando o exposto, o presente estudo teve como objetivo comparar o efeito hipotensor entre atletas de elite e corredores amadores após competição de corrida de rua de 10 km.

2 METODOLOGIA

Os dados foram colhidos em corrida de rua tradicional da cidade de São João del-Rei com percurso de 10 km. A pressão arterial sistólica (PAS) e diastólica (PAD) foram aferidas por três discentes do Curso de Enfermagem do UNIPTAN, antes do aquecimento das atletas e após a passagem das atletas pela linha de chegada. Ao final da prova, os participantes foram orientados a evitar movimentos excessivos, de forma a evitar alterações nos valores pressóricos. No final da competição, após os atletas se hidratarem, 10 minutos, 40', 1 hora e 2 horas após a chegada dos atletas, a pressão arterial foi novamente aferida.

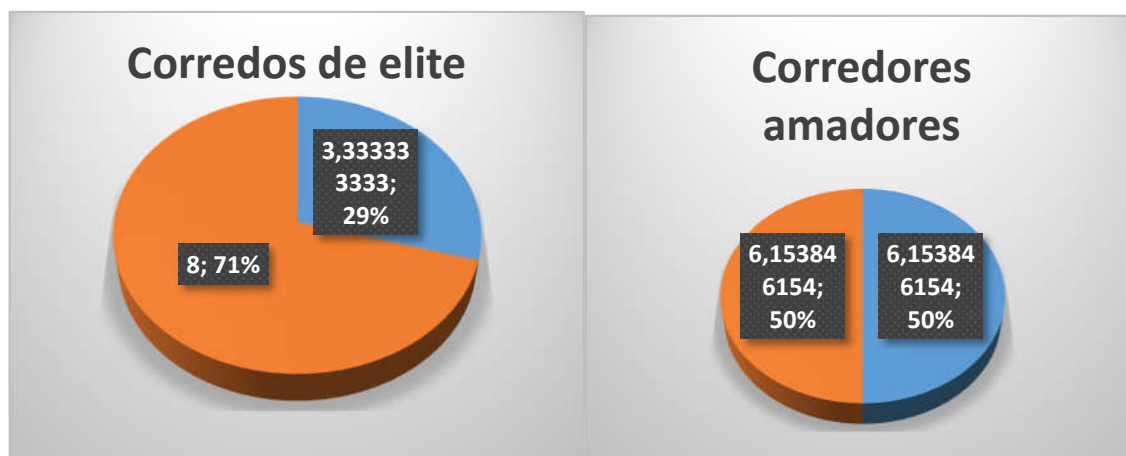
O presente estudo caracteriza-se como descritivo correlacional, com delineamento transversal (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007). O estudo procurou relacionar a redução da PAD e PAS com o tempo gasto para completar uma competição de corrida de 10 km.

Os critérios de inclusão no estudo foram: idade superior a 20 anos; já terem completado uma prova de 10km (para atletas amadores); terem tempo inferior a 35 minutos nos 10 km (para os atletas de elite masculino); terem tempo inferior a 45 minutos nos 10 km (para atletas de elite feminino); terem tempo superior a 60 minutos para corredores considerados amadores e ter pressão arterial sistólica inferior a 140 mmHg.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 28 atletas com idade que variou entre 20 e 64 anos, todos treinados e habituados à prática de competição de corrida de rua.

Após uma hora do término da competição os atletas retornaram para aferição da pressão arterial. Foi constatada variação da pressão arterial sistólica e diastólica tendo como média em corredores amadores de (PAS 6,15 mmHg e PAD 6,15 mmHg) e a de elite foi (PAS 3,33 mmHg, e PAD 8 mmHg). Observou-se que os valores pressóricos dos corredores amadores ficaram em média geral superior aos corredores de elite quanto ao efeito hipotensor pós-competição. Mas os valores pressóricos na diástole dos corredores de elite obtiveram diminuição de milímetros de mercúrio superior aos atletas amadores. A diástole se dá pelo relaxamento do coração que pela queda da resistência periférica, ocorre uma vasodilatação, em que ocorrerá maior deslocamento de sangue pelas artérias diminuindo assim a pressão arterial por um período prolongado.



4 CONCLUSÃO

Houve redução da pressão arterial após uma hora de término da competição. Os valores da PAD foi significativamente maior em corredores de elite. Este valor pode ser justificado pela intensidade durante a prova. Contudo diante dos estudos realizados, ainda há uma necessidade de se elaborar mais pesquisa correlacionando a hipotensão pós competição investigando possíveis interferências que neste estudo não foi possível avaliar tornando o trabalho inconclusivo.

REFERÊNCIAS

- ALVES L L, FORJAZ C. Influência da intensidade e do volume do treinamento aeróbio na redução da hipertensão arterial em hipertensos. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, v. 15, p. 115-22, 2007.
- BASSAN R, RAMIRES JAF. Recomendações para o diagnóstico e tratamento da angina instável e IM. **Revista Brasileira de Cardiologia**, v. 2, p. 84-102, 2000.
- BRANDÃO AP, BRANDÃO AA, MAGALHÃES MEC, POZZAN R. Epidemiologia da hipertensão arterial. **Rev. Soc. Cardiologia**, v.13, n.1, p. 7-19, 2003.
- CRUZ AP, ARAÚJO SS, SANTOS JR, LEÃO AS. O Efeito Hipotensor do Exercício Aeróbico:uma Breve Revisão. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v.15, n.4, p. 479-486, 2011.
- FERNANDES FILHO, J. **A Prática da Avaliação Física: Teste, Medidas e Avaliação Física em Escolares, Atletas e Academias de ginástica**. Rio de Janeiro RJ: Shape, 2003.
- FONSECA, T,Z. Corrida de rua: o aumento do número de praticantes migrando para maratonas. **Revista Digital**. Buenos Aires, Año 16, n.164, 2012.
- FORJAZ, C.L.M.; SANTAELLA, D.F.; REZENDE, L.O. BARRETO, ACP, NEGRÃO CE. A duração do exercício determina a magnitude e a duração da hipotensão pós exercício. **Arq. Bras. Cardiologia**, v.70, n.2, p. 99-104, 1998.
- HADDAD S, SILVA PR, BARRETO ACP, FERRARETTO I. Efeito do Treinamento Físico de Membros Superiores Aeróbio de Curta Duração no Deficiente Físico com Hipertensão Leve. **Arq Bras Cardioogia**, v. 69, n.3, p. 169-173, 1997.

HALLIWILL JR, TAYLOR JA, ECKBERG DL. Impaired sympathetic vascular regulation in humans after acute dynamic exercise. **J Physiol**, v.495, p.279-88, 1996.

LATERZA, MC, RONDON MUPB, NEGRÃO, CE. Efeitos do Exercício Físico Aeróbico na Hipertensão Arterial. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Rio Grande do Sul**, ano XV, n 09, 2006.

LOPES HJ, BARRETO-FILHO JAS, RICCIO GMG. Tratamento não medicamentoso da hipertensão arterial. **Rev Soc. Cardiologia**, v.13, n.1, p. 148- 155, 2003.

McARDLE WD, KATCH FI, KATCH VL. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. 4ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1998.

MACHADO, A. F. **Corrida: Bases Científicas do Treinamento**. São Paulo SP, Brasil, ícone, 2011.

NEGRÃO C E, RONDON, M U, Exercício físico, hipertensão e controle barorreflexo da pressão arterial. **Revista brasileira de hipertensão**, v. 8, p. 89-95, 2001.

PESCATELLO LS, FRANKLIN BA, FAGARD R, FARQUHAR WB, KELLEY GA, RAY CA. Exercise and hypertension. American College of Sports Medicine Position Stand. **Med Sci Sports Exercise**, v. 36, n. 3, p. 533-53, 2004.

REBELO FPV, BENETTI M, LEMOS L DE S, CARVALHO T DE. Efeito agudo do exercício físico aeróbico sobre a pressão arterial de hipertensos controlados submetidos a diferentes volumes de treinamento. **Rev. Bras. Ativ.Fis. Saúde**, v.6, n.2, p. 28-38, 2001.

SALGADO, J.V.V.; CHACON-MIKAHIL, M.P.T. Corrida de rua: análise do crescimento do número de provas e de praticantes. **Revista Conexões**, v.4, n.1, p. 100-109, 2006.

SCHIFFRIN, EL. Hypertension: Treatments, diabetes, and developing regions. **The Lancet**, London, p. 539-41, 2012.

VERAS-SILVA AS, MATTOS KC, GAVA NS, BRUM PC, NEGRÃO CE, KRIEGER EM. Low-intensity exercise training decreases cardiac output and hypertension in spontaneously hypertensive rats. **Am J Physiol** v. 273, p.2627-31, 1997.

WOLF-MAIER K, COOPER R, KRAMER H, BANEGAS JR, GIAMPAOLI S, JOFFRES MR, POULTER N, PRIMATESTA P, STEGMAYR B, THAMM M, Hypertension Treatment and Control in Five European Countries. **Hypertension**, v. 43, p. 10-17, 2004.

COMUNICAÇÃO E SAÚDE: ESTRATÉGIAS DE EDUCOMUNICAÇÃO PARA CAPACITAR A COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Cecília Helena Toledo Vieira¹

Estudos sobre comunicação e saúde são cada vez mais frequentes nas duas áreas de conhecimento e por isso o relacionamento entre trabalhadores que atuam na área da saúde deve primar pela qualidade do atendimento. Este projeto de extensão, inserido na linha temática da saúde, abordou a comunicação como elemento preponderante no relacionamento entre os trabalhadores das 13 Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Distrito de Saúde Noroeste, de Campinas-SP e o usuário. O projeto refletiu sobre a importância da comunicação interpessoal nas relações entre os profissionais de saúde e a população e seu objetivo foi capacitar os trabalhadores das Unidades Básicas de Saúde, visando qualificar a comunicação interpessoal desses profissionais e, consequentemente, melhorar o atendimento à população. Por meio da educomunicação, foram realizadas intervenções pontuais, contínuas, de caráter educativo, em encontros semanais, na sede das UBS. Além da qualificação dos profissionais de saúde, foi produzida de forma coletiva uma TV Corporativa, cujo objetivo foi divulgar à população assuntos de interesse das UBS. Os encontros valorizaram o conhecimento e as vivências dos trabalhadores da saúde, docente e alunos. O projeto, previsto para ser executado no biênio 2018-2019, está relacionado ao Projeto Pedagógico da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas.

Palavras-chave: Comunicação interpessoal. Unidades Básicas de Saúde. Educomunicação. TV corporativa.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação é uma das principais ferramentas de todas as profissões. Por ser um ato espontâneo e natural ao ser humano, muitos profissionais acreditam ter uma comunicação eficiente nas suas relações. Mas a comunicação exige acima de tudo diálogo com o outro. Na área da saúde, comunicar-se bem significa agilizar o atendimento e ajudar o indivíduo a se conhecer e reconhecer sua saúde e doença. A promoção da saúde ultrapassa, portanto, os serviços de saúde.

Neste modelo, a comunicação dá-se por etapas que começa com o emissor da mensagem. Codificada em uma forma simbólica, a mensagem é transmitida por algum suporte

¹ Professora da Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, coordenadora do projeto de extensão “Comunicação e saúde: estratégias de educomunicação para capacitar a comunicação dos trabalhadores das Unidades Básicas de Saúde”, aprovado para o biênio 2018-2019. E-mail para contato: cicatoledo@puc-campinas.edu.br.

ou meio e enviada por um canal físico, que sofre a influência de ruídos (interferências) até ser recebida fisicamente por alguém. A decodificação ou tradução da mensagem é feita pelo receptor. Por meio do *feedback* ou retroalimentação é possível avaliar o impacto da mensagem no outro, no receptor. Isso implica na capacidade do emissor de decodificar a resposta do receptor. No caso do profissional de saúde, ele deve conhecer os códigos do receptor/usuário para compreender sua resposta e comportamento. Fala, escrita, expressões faciais e corporais são algumas das maneiras encontradas para a comunicação se expressar e se fazer entender.

Para Schuler (2004), há três tipos de comportamento de receptor: o passivo, o reativo e o proativo.

No comportamento passivo, o receptor percebe as mensagens que chegam a seus sentidos, mas não as utiliza. No comportamento reativo, o receptor recebe as mensagens que lhe chegam e reage a elas. E no comportamento proativo, o receptor procura ou prova a emissão da informação que ele deseja. Em certos casos, ele emite, por sua vez, estímulos para provocar a manifestação da fonte (SCHULER, 2004).

Na relação entre emissor e receptor, quanto mais sinergia existir entre os elementos e processos envolvidos, mais eficiente será a comunicação. Segundo Schuler, vários fatores podem interferir na qualidade do processo, como um desajuste entre o canal e a mensagem, ou entre o emissor e a mensagem. Para ela, é importante que haja adequação entre o emissor e o canal, entre o canal e o receptor e entre a mensagem e o receptor. Na comunicação interpessoal, ainda existem fatores que podem interferir na sua eficácia, como as habilidades de comunicação dos agentes, as atitudes, o nível de conhecimento e o sistema sociocultural do emissor e receptor.

Como lembra Freire (2014), é necessário respeitar os saberes dos alunos, no caso, dos funcionários e usuários:

[...] o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas, também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 2014).

Reconhecer o conhecimento do outro é fundamental, portanto, para que os relacionamentos se aprimorem. Na definição de Pinho (2006), quem envia/emissor uma mensagem precisa conhecer minimamente o outro/receptor para adequar seu vocabulário ao repertório do indivíduo. O papel do emissor é fundamental para que a comunicação interpessoal se estabeleça, principalmente em se tratando da área da saúde, onde o profissional pode tanto educar como persuadir o usuário.

Para estudiosos como Morin (2000) e Freire (2014), a comunicação vai além de processos e habilidades, tecnologias e sistemas de informação. Para Morin (2000), a comunicação não garante a compreensão, vital para a educação, mas é necessária, devendo ser aprendida em conjunto e partilhada. “A informação, se for bem transmitida e compreendida, traz inteligibilidade, condição primeira necessária, mas não suficiente, para a compreensão” (MORIN, 2000).

Nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), também conhecidas como Centros de Saúde, a comunicação é o principal canal de informações entre os profissionais e o usuário. A cidade de Campinas-SP, onde se desenvolve este projeto de extensão, tem 63 UBS, espalhadas em cinco Distritos de Saúde, que também englobam outras Unidades Integrantes. As UBS de Campinas estão distribuídas nos Distritos de Saúde Norte, Sul, Leste, Noroeste e Sudoeste. O referido projeto de extensão desenvolve atividades no Distrito de Saúde Noroeste.

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em convênio com o Ministério da Saúde e o Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão e divulgada em 2013², revelou que maioria dos brasileiros entrevistados (71,1%) procura as unidades públicas quando apresentam algum problema de saúde. Deste total, 47,9% das pessoas entrevistadas indicaram as UBS como a porta de acesso ao Serviço Único de Saúde (SUS), que oferece atendimento e uma série de serviços à população.

O Distrito de Saúde Noroeste de Campinas é formado por 13 UBS, localizadas em vários bairros. Além deles, o Distrito tem também outras Unidades Integrantes: Vigilância em Saúde (VISA); Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD); Centros de Apoio Psicossocial (CAPS); Centro de Convivência Cooperativa Toninha; Casa das Oficinas; Centro de Especialidades Odontológicas e Pronto Atendimento Campo Grande. As UBS e as Unidades Integrantes recebem moradores de 24 bairros da região periférica da cidade, predominantemente das classes socioeconômicas B e C, além da população da Macrorregião Noroeste de Campinas, que é estimada em 145 mil habitantes, segundo o site da Prefeitura Municipal de Campinas³. Esse

2Disponível no endereço <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf>. Acesso em 12/02/2018.

3 Disponível no endereço <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/noroeste/index.php>. Acesso em 12/02/2018.

número, no entanto, aumenta em função da procura por atendimento de moradores de cidades vizinhas a Campinas, como Hortolândia, Sumaré e Monte Mor.

Considerável parcela dos moradores dessa região utiliza as UBS para o atendimento médico pelo SUS e também para a captação de medicamentos por meio do Programa Farmácia Popular. No entanto, em função da crise econômica do país e de políticas públicas inadequadas, particularmente relacionadas ao setor da saúde, as UBS do Distrito Noroeste carecem atualmente de recursos humanos e econômicos. O repasse do SUS não é suficiente para atender a demanda do serviço público e por isso a administração municipal tem que encontrar outros mecanismos para conscientizar a população da importância de preservar a saúde e combater a doença. Somada à precária situação financeira do município no setor da saúde, a crise econômica do país levou considerável parcela da população a abandonar o convênio médico particular e buscar atendimento no SUS, por meio das UBS.

Esse cenário, somado a escassez de funcionários, desfalcou os Centros de Saúde do Distrito Noroeste em recursos materiais e humanos. Diante dessa crise, a comunicação tornou-se ainda mais fundamental e indispensável para que os profissionais das UBS informem à população, de maneira eficiente, como prevenir-se de doenças para ter uma vida saudável. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a qualidade da saúde está intimamente relacionada às influências do ambiente externo, o que significa que a saúde como um produto social se constrói por meio de ações dos governos, da sociedade e de cada cidadão. E na base dessas ações está a comunicação interpessoal.

Portanto, a implantação deste projeto de extensão tem como objetivo qualificar a comunicação interpessoal dos trabalhadores dos Centros de Saúde do Distrito Noroeste para que desenvolvam habilidades comunicacionais eficientes junto à população e, assim, consigam obter resultados positivos no relacionamento com a comunidade. Espera-se que a melhoria na comunicação interpessoal ajude no atendimento e tratamento do usuário, levando-o a exercer um papel ativo na busca de autonomia no cuidado e na manutenção da própria saúde. O projeto também visa aumentar a visibilidade do trabalho desenvolvido por estes profissionais, além de contribuir para o desenvolvimento do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, constitutivo da universidade brasileira e, de acordo com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) da PUC-Campinas (2015).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este projeto de extensão utilizou como metodologia a educomunicação, que possibilitou educar os públicos envolvidos por meio dos saberes da educação e da comunicação. O público-alvo é a equipe multidisciplinar de profissionais, formada por médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem. Há também profissionais de apoio e cerca de 1/3 das equipes das UBS têm psiquiatras, psicólogos, dentistas, auxiliares de consultório dentário e terapeutas ocupacionais. As atividades educomunicativas deram-se por meio de reuniões pontuais, semanais, na sede das UBS, com as coordenadoras, funcionários, docente extensionista, aluna bolsista e voluntárias. Neste modelo, audiências, espectadores e usuários das UBS puderam interagir entre si em uma convergência não apenas tecnológica, mas também cultural, linguística e estética.

Para Soares⁴ (2000), “é preciso criar novos modelos de relação pedagógica e comunicativa para que os adultos ensinem não o que os jovens devem aprender, mas como devem fazê-lo e não como devem comprometer-se, mas qual é o valor do compromisso”. A base dessa relação pedagógica e comunicativa é a empatia, essencial no processo de interação e relacionamento dos funcionários das UBS com a comunidade. Por isso, percepção e autonomia foram alguns temas discutidos nas oficinas de capacitação a partir de mediações feitas pela educomunicação.

Esses encontros possibilitaram a criação de um produto audiovisual que foi denominado ‘TV corporativa’ por apresentar características institucionais e de interesse das UBS. A primeira versão produziu 100 *templates* com assuntos variados da área da saúde e particularidades de cada um dos Centros de Saúde envolvidos no projeto. Às páginas foram introduzidas ilustrações ou fotos, alusivas ao tema. Neste modelo, audiências, espectadores e usuários das UBS puderam interagir entre si em uma convergência não apenas tecnológica, mas também cultural, linguística e estética.

A proposta da TV corporativa, que continua em 2019, é servir de canal de comunicação e diálogo entre a UBS e o usuário. A apresentação dos *templates* tem a duração de aproximadamente 15 minutos e se repete, automaticamente, durante o horário de

4 O pesquisador é coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) do Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP. É vice-presidente (regional) do World Council.

funcionamento da UBS. O conteúdo produzido é inserido em um aparelho de televisão com entrada USB, por meio de um pen drive.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais resultados obtidos em 2018 com o projeto de extensão foram a capacitação dos funcionários das UBS no tocante à sua comunicação interpessoal, bem como seu envolvimento na elaboração e produção da TV corporativa. O público-alvo da TV corporativa é a comunidade das UBS do Distrito de Saúde Noroeste envolvidas neste projeto de extensão, que compreende tanto a população dos bairros de Campinas atendidos na Região Noroeste, como cidades vizinhas.

Ao término da primeira versão da TV corporativa, as coordenadoras das UBS avaliaram positivamente o envolvimento dos funcionários na produção, que tem como objetivo despertar o interesse do usuário por assuntos referentes ao funcionamento do Centro de Saúde, prevenção e combate a doenças e manutenção da saúde. As coordenadoras avaliaram o projeto por meio de uma tabela construída pela docente, com parâmetros e indicadores que serviram para avaliar os resultados do projeto, no seu primeiro ano de implantação.

Para os estudantes que participaram do projeto, a experiência foi enriquecedora pela oportunidade de conviver com uma realidade social até então conhecida apenas em noticiário. Para a docente, o projeto adequou-se à política da PUC-Campinas, que atende demandas externas de grupos sociais organizados da cidade e Região Metropolitana de Campinas. O projeto também se ajustou ao Projeto Pedagógico do Curso de Graduação da Faculdade de Jornalismo, que foi elaborado visando à formação técnica, política e filosófica dos alunos bolsistas e voluntários.

4 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos no primeiro ano deste projeto mostraram que a capacitação dos profissionais dos Centros de Saúde foi fundamental para um maior envolvimento e entrosamento nos processos de comunicação das UBS com a comunidade. A troca de conhecimento e vivência entre funcionários, docente e alunas resultou na produção da TV corporativa, que envolveu os saberes de toda a equipe. Por meio do projeto foi possível auxiliar as UBS na divulgação dos serviços prestados à comunidade.

O projeto continuará em 2019 com a meta de produzir mensalmente conteúdo diferenciado para as TVs corporativas das USB do Distrito de Saúde Noroeste. Com isso, a comunidade terá acesso às informações de interesse das UBS, assim como seus funcionários poderão qualificar sua comunicação interpessoal, tornando-a mais eficaz. O trabalho, portanto, atende os interesses das UBS, comunidade, docente, alunos e também a missão da Universidade, que é produzir, enriquecer e disseminar o conhecimento produzido em sala de aula, para contribuir com a construção de uma sociedade justa e solidária.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49ª ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**; (trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho); 8.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PINHO, J.B. **Comunicação nas organizações**. Viçosa: Ed. UFV, 2006.

SOARES, Ismar. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação, São Paulo, (19): 12 a 24, set./dez. 2000.

SCHULER, Maria. **Comunicação Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2004.

CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E CONFEÇÃO DE CADERNOS A PARTIR DE PAPEL RECICLADO BRANCO

Gabrielle Cristina Teixeira¹
Yan Guilherme Ferreira Silva¹
Jane Daisy de S. Almada Resende²
Domingos Sávio dos Santos²
Jaíne das Graças Oliveira Silva Resende³

O objetivo foi fabricar cadernos a partir de papel reciclado branco. O estudo foi proposto pelo UNIPTAN, financiado pela FAPEMIG, com a presença de dois bolsistas na modalidade PIBIC-Jr e executado no Projeto de Assistência a Crianças e Adolescentes Carentes Vida Nova, localizado em São João del-Rei/MG, que atende cerca de 20 crianças. Na 1ª fase do projeto, durante o 1º semestre de 2018, os alunos bolsistas fizeram um levantamento bibliográfico em base de dados acadêmicos e demais publicações sobre o assunto com apresentação de seminários a cada quinze dias. A 2ª etapa compreendeu a coleta, segregação e quantificação de papel usado gerado por estabelecimento comercial local, durante os meses de junho e julho de 2018. A 3ª parte foi a confecção de papel reciclado e fabricação dos cadernos. A 4ª etapa consistiu na escrita do artigo científico. Foram coletados cerca de 3000kg de papel usado e utilizado cerca de 1000kg, pois, após a realização da triagem, observou-se que vários papéis não se enquadravam nos critérios de utilização para a reciclagem como papéis sujos, coloridos, encerados. Após a confecção de 50 folhas de papel reciclado foram produzidos 100 cadernos de tamanho ¼ do tipo brochura. Os impactos resultantes deste projeto foram a conscientização e aquisição de conhecimentos teórico/prático sobre a importância da reciclagem, a confecção de objetos reciclados a partir de materiais que seriam descartados indevidamente, a oportunidade de retirar esta população carente da rua e ensinamento a este público de um possível trabalho para geração de renda própria.

Palavras-chave: Papel reciclado. Fabricação de cadernos. Educação Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

O acontecimento da Revolução Industrial contribuiu em grande escala para os inúmeros problemas ambientais que se tem nos dias atuais. A produção intensa induziu a sociedade a consumir cada vez mais, aumentando a quantidade de resíduos gerados. Assim, as áreas criadas

1 Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

2 Docentes do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Colaborador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

3 Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN. E-mail para contato: jaíne.resende@uniptan.edu.br.

para descartar o lixo tornaram-se insuficientes e, acabou gerando um acúmulo e despejo indevido do lixo, o que provocou também a poluição (SENKO; BOVO, 2012).

Um dos métodos plausíveis para que haja uma melhora sustentável é a educação ambiental, a qual introduz o aluno no projeto e o deixa esclarecido sobre os benefícios que vão encontrar em uma possível mudança de hábitos. Trabalhar o tema "meio ambiente" irá formar cidadãos conscientes, prontos para atuarem como base de uma nova sociedade, com novos pensamentos e com outro olhar crítico.

No Brasil, o papel reciclado para uso comercial tem sido um dos métodos utilizados para a redução dos custos das empresas. A produção de papel reciclado gera novas oportunidades de emprego e de fonte de renda. Para o ambiente, a reciclagem do papel reduz o número de árvores cortadas e gastos com água. O trabalho utilizado para promover a formação de crianças e adolescentes sustentáveis ocorreu no Projeto de Assistência a Crianças e Adolescentes Carentes Vida Nova, localizado na cidade de São João del-Rei/MG. O objetivo do estudo foi fabricar cadernos a partir de papel reciclado branco.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este projeto foi desenvolvido na comunidade do Senhor dos Montes no município de São João del-Rei (21° 08' 09" S 44° 15' 43" O), localizado na região do Campo das Vertentes, pertencente ao estado de Minas Gerais.

O projeto denominado “Conscientização ambiental e confecção de cadernos a partir de papel reciclado branco” foi submetido à aprovação no Programa de bolsas BIC-JÚNIOR FAPEMIG/UNIPTAN.

Após aprovação, foram selecionados dois alunos do ensino médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima para tal programa que é uma modalidade de bolsa destinada a estudantes do ensino fundamental, médio e de educação profissional das escolas públicas municipais, estaduais e federais, sediadas no Estado de Minas Gerais e que queiram atuar em atividades de pesquisa.

Em seguida, firmou-se parceria com o Projeto de Assistência a Crianças e Adolescentes Carentes Vida Nova, que atende cerca de 20 crianças de 07 a 14 anos de idade aproximadamente.

Foi feito o trabalho de conscientização dos alunos do Projeto de Assistência a Crianças e Adolescentes Carentes Vida Nova pelos bolsistas da FAPEMIG, por meio de aulas teóricas, uma vez por semana, no horário de 14h às 16h, durante os meses de março a junho de 2018.

Em relação às oficinas de reciclagem, estas foram realizadas uma vez por semana, no horário de 14h às 16h, durante os meses de agosto a dezembro de 2018. As crianças foram divididas em três grupos de 06 pessoas aproximadamente. Sob a orientação de um profissional especializado, os alunos transformavam o papel usado branco em papel reciclado e este, era utilizado para a confecção de cadernos.

Primeiramente, o papel foi selecionado. Optou-se por utilizar o papel usado branco como folhas de provas, exercícios, cadernos usados, dentre outros, pois o produto final se apresenta de forma mais limpa. A seguir, o papel a ser reciclado foi picado e o mesmo colocado de molho em água limpa em um recipiente por 2h. No passo seguinte, preencheu-se o copo do liquidificador com água, e aos poucos, foi acrescentando o papel picado. É importante não forçar o motor do liquidificador. Depois, deixou bater por cerca de 1 minuto. Retirou-se a massa do liquidificador eliminando o excesso de água (utilizando uma peneira) e repetiu o processo até refinar todas as aparas. Em seguida, a massa foi depositada no balde e acrescentou 250mL de cola branca para cada 4 litros de aparas batidas e escorridas e ½ colher de chá de essência de cravo (previamente preparada com álcool e cravo) e misturou bem. O próximo passo foi encher um recipiente com água limpa e acrescentar três copos de pasta pronta (papel batido com cola e essência de cravo) e agitar bem para diluí-la por igual. Mergulhou os quadros de madeira ou alumínio (o quadro sem tela sobre o outro com a tela) até o fundo do recipiente para capturar a pasta da folha de papel. Os quadros foram retirados bem devagar, aproveitando o vácuo que se formou para secar o máximo possível a nova folha, procurando manter a tela nivelada para que a folha se forme por igual em toda a sua extensão. Já fora da água, o quadro sem tela que estava sobre o outro foi retirado. A folha de papel foi coberta com um pedaço de entretela umedecida e maior do que ela. OBS.: Na ausência da prensa deve-se secar suavemente a folha pressionando com um pano de prato por duas ou três vezes até retirar o excesso de água (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2007).

Sobre a placa de fórmica ou mesa, dois pedaços de feltro ou pano absorvente foram colocados. A tela com a entretela foi virada para baixo sobre o feltro ou pano absorvente. A folha do quadro foi retirada da direita para a esquerda, passando os dedos pelo canto direito da tela para soltá-la. Uma entretela umedecida foi colocada sobre a folha. Foi feita uma pilha de folhas novas, mantendo-a o mais certo possível, com as folhas coincidindo, umas exatamente acima das outras, separadas entre si por pedaços de entretela. Após a pilha pronta, cobriu-se com mais uma entretela umedecida e mais dois pedaços de feltro ou pano absorvente. Colocou-se outra placa de fórmica sobre a pilha. OBS.: Na ausência de uma prensa, pode-se colocar um

peso em cima para retirar o excesso de água das folhas até que a água pare de escorrer (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2007).

O peso e a fôrmica foram retirados de cima da pilha e, vagarosamente, o feltro até chegar às folhas de papel. As folhas, uma a uma, foram retiradas, sempre puxando a entretela por um canto para evitar que as folhas de papel se rasgassem. Cada entretela foi dependurada no varal com dois pregadores. Depois de secas, as folhas foram retiradas das entretelas sempre puxadas por um dos quatro cantos e empilhadas colocando todas as folhas com a mesma face para cima e alinhadas. Pôs-se um peso para alisar as folhas, substituindo a prensa e deixou-as de um dia para o outro (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2007).

Após a confecção do papel reciclado branco, estes foram utilizados para a montagem de cadernos com tamanho $\frac{1}{4}$ tipo brochura que foram distribuídos aos próprios alunos envolvidos no projeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram coletados cerca de 3000kg de papel usado e utilizado cerca de 1000kg, pois, após a realização da triagem, observou-se que vários papéis não se enquadravam nos critérios de utilização para a reciclagem como papéis sujos, coloridos, encerados, dentre outras características específicas. Após a confecção de 50 folhas de papel reciclado foram produzidos aproximadamente 100 cadernos de tamanho $\frac{1}{4}$ do tipo brochura. Estes dados corroboram com os valores obtidos no trabalho de Nascimento *et al.* (2018), em que também foi verificado que, grande quantidade de papel coletado seria descartada de forma indevida para o meio ambiente gerando contaminação ao solo, lençóis freáticos, ar, dentre outras.

Na reciclagem de uma tonelada de papel, evita-se o corte de 22 árvores, há uma economia de energia elétrica de cerca de 75% e o ar fica 74% menos poluído do que se fosse produzido o papel novamente. Ainda, de acordo com Rosa (2005):

Uma das importâncias de se reciclar o papel está relacionada à economia que se tem, tanto ambientalmente quanto financeiramente falando. A cada 28 toneladas de papel reciclado evita-se o corte de 1 hectare de floresta. Enquanto que para fabricar 1 tonelada de papel novo precisa-se de 50 a 60 eucaliptos, 100 mil litros de água e 5 mil KW/h de energia. Para a reciclagem do papel é preciso 1200 kg de papel velho, 2 mil litros de água e de 1000 a 2500 KW/h. Com a produção de papel reciclado ameniza-se a utilização de processos químicos, evitando-se a poluição ambiental: reduz em 74% os poluentes liberados no ar e em 35% os despejados na água, a reciclagem de uma tonelada de jornais evita a emissão de 2,5 toneladas de dióxido de carbono na atmosfera (ROSA, 2005).

Diante destes resultados, foram trabalhados com os alunos conceitos básicos sobre resíduos sólidos, sustentabilidade, reciclagem, algumas doenças que podem acometer a população como diarreias e hepatite A e alguns agravos gerados ao meio ambiente quando se descarta na natureza materiais que poderiam ser reutilizados, reaproveitados e/ou reciclados, além de mostrar à comunidade envolvida no projeto que a implementação de um projeto de reciclagem beneficia tanto a comunidade quanto o meio ambiente. Outros benefícios foram apresentados como a preservação dos recursos naturais, a diminuição do desperdício, da poluição e da contaminação da água, do ar, do solo e novas oportunidades de geração de renda aparecem como a criação de cooperativas de catadores de resíduos sólidos e de reciclagem (LOMASSO *et. al.* 2015).

Trigueiro (2012) *apud* Scomação e Metri (2013), em seu trabalho, relata que, de 20% a 40% dos resíduos sólidos, como por exemplo, o papel gerado em domicílio, que poderia ser reaproveitado ou reciclado, é desperdiçado. Se houvesse a reutilização ou projetos de reciclagem para este material, poderia haver uma grande redução desse desperdício. Estes dados vieram de encontro com os resultados deste trabalho, em que foi observado um desperdício de papel, visto a quantidade deste resíduo que foi recolhido em alguns estabelecimentos.

As alternativas sugeridas que minimizassem os dados encontrados foram ações simples que podem ser adotadas no nosso dia-a-dia como: reaproveitar o papel utilizando o verso do mesmo; quando necessário a impressão, fazê-la frente e verso; no momento de jogar fora este papel, não o amassar, pois as fibras do papel são destruídas, impedindo a sua reciclagem em mais de uma vez, ao passo que, se este material for rasgado, ele pode ser reciclado em até dez vezes. Assim muitos desperdícios são evitados.

Neste sentido, Guimarães (2005) *apud* Grigoletto (2012) relata que, para resolução dos problemas locais, quanto a Educação Ambiental, a escola tem uma participação fundamental, pois é capaz de trabalhar a interdisciplinaridade de forma participativa, comunitária, criativa, valorizando a ação. Os professores são formadores de opinião, participam ativamente do processo de construção de novos hábitos e conhecimentos. Os alunos conquistam novos valores e mudam de atitudes, e como multiplicadores do conhecimento adquirido e absorvido, são capazes de melhorar a qualidade de todos os níveis de vida, pois haverá o equilíbrio ambiental local e global.

Na sequência à explanação do conteúdo teórico, a turma foi dividida em pequenos grupos para a participação nas oficinas de reciclagem de papel aplicada aos jovens da comunidade do Senhor dos Montes da cidade de São João del-Rei/MG.

4 CONCLUSÃO

A sociedade atual vive a euforia das tecnologias, dos descartáveis e, consequentemente, do desperdício. Este modo de vida atinge diretamente a preservação do meio ambiente, pois finaliza os recursos ditos “renováveis” uma vez que o ecossistema não consegue absorver a grande quantidade de lixo produzido pela população. Diante deste cenário, a escola é peça fundamental para a disseminação da política dos 5Rs (Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Repensar, Recusar). Mesmo não dependendo exclusivamente dela, é trabalhando com crianças que alguns hábitos podem ser direcionados para o consumo consciente, como o reaproveitamento e/ou a reciclagem de papel por meio de oficinas de reciclagem do mesmo, visto a grande quantidade deste material que foi recolhido durante a execução deste projeto e que seria destinada ao lixão controlado da cidade de São João del-Rei, gerando agravos ao meio ambiente e à saúde das comunidades. Os resultados obtidos neste trabalho permitiram dar um novo destino a este resíduo como a confecção de cadernos que foram utilizados pelos próprios alunos compondo o material escolar destes; ensinando-os uma nova maneira de adquirir uma fonte de renda e conscientizá-los sobre a importância da redução e reutilização como uma forma de preservar o meio ambiente, passando, assim, a serem multiplicadores dessa ideia.

REFERÊNCIAS

- FIGUEIREDO, Rodrigo Teixeira de. **Técnicas de produção de papéis artesanais e reciclados: produção e arte de papel reciclado na geração de trabalho e renda**. Fundação Bradesco. 2007. 59p.
- GRIGOLETTO, I.C.B. Reaproveitar e reciclar o papel: proposta de conscientização da preservação ambiental. **Monografias Ambientais (REMOA/UFSM)**. V (6), nº 6, p.1414–1422, mar/2012.(e-ISSN: 2236-1308)
- LOMASSO, Alexandre Lourenço. SANTOS, Bruno Rodrigo dos. Benefício e desafios na implementação da reciclagem: um estudo de caso no centro mineiro de referências em resíduos. **Revista Pensar Gestão e Administração**, v. 3, n. 2, jan. 2015.
- ROSA, B. N; MORAES, G. G; MAROÇO, M; CASTRO, R, de. **A importância da reciclagem do papel na melhoria da qualidade do meio ambiente**. XXV Encontro Nac. de Eng. De Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005.
- SCOMACÃO, Irene Baptistel; METRI, Cassiana Baptista. Consumo consciente: ações para redução, reutilização e reciclagem de resíduos. *In*: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. **Cadernos PDE Versão On-line** ISBN 978-85-8015-076-6. Governo do Estado. Secretaria de Educação, Paraná. v. 1, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipar_cien_ar_tigo_irene_baptistel_scomacao.pdf Acesso em: 04 fev. 2019.
- SENKO, Ana; BOVO, Marcos Clair. O consumo e sua relação com a produção de lixo: a questão de juranda (pr). *In*: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. Governo do Estado. Secretaria de Educação, Paraná. v. 1, 2012. Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_fecilcam_geo_artigo_ana_senko.pdf Acesso em: 06 fev. 2019.

NASCIMENTO, Fernanda Sottani; REIS, Diego Lacerda; RESENDE, Jane Daisy de Sousa Almada; SANTOS, Domingos Sávio dos; RESENDE, Jaíne das Graças Oliveira Silva. **Reciclagem de papel e criação de produtos: Uma proposta de educação ambiental e social com jovens da comunidade do Senhor dos Montes da cidade de São João del-Rei/MG.** Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN (3. : 2018 : São João del-Rei, MG). Anais [recurso eletrônico] / III Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN, 21, 22 e 23 de março de 2018, São João del-Rei, MG / Organizado por: Coordenação de Pesquisa e Extensão – São João del-Rei, MG: UNIPTAN, 2018.

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: OFICINAS E MÍDIAS DIGITAIS EM ESCOLA PÚBLICA DE SÃO JOÃO DEL-REI

Jonathan Walison Carvalho Leite¹
Josiane de Paula Nunes²

Este projeto tem como público alvo os alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Iago Pimentel em São João del-Rei. Propõe-se, por meio da realização de oficinas e intervenções didático-pedagógicas, abordar as temáticas sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). A partir das oficinas, os alunos serão inseridos nos debates sobre as IST's e, a partir das mesmas, serão orientados para produção de material de aprofundamento sobre o tema. Dessa forma, pretende-se consolidar as discussões e formas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Utilizando recursos em que os alunos se sintam envolvidos e proativos na compreensão das diversas IST's e suas formas de prevenção. Aproximando a relação entre o profissional da enfermagem e o espaço escolar e, portanto, fortalecendo o processo de promoção à saúde, tendo como foco os métodos de profilaxia e possibilitando debates para serem realizados em pesquisas e trabalhos escolares. Entre as infecções propostas para aprofundamento serão contempladas: AIDS (Síndrome da imunodeficiência adquirida), Hepatite B e C, Sífilis e Gonorréia.

Palavras-chave: IST. Oficinas. Educação. Saúde. Educação em saúde.

1 INTRODUÇÃO

Desde os tempos remotos temas relacionados às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) são um grande desafio a ser vencido pela população, patologias causadas por essas infecções acometem a toda população mundial, mesmo com avanços na ciência não foi possível conter o avanço das mesmas.

Como citado por Falkenberg *et al.* (2013), o Ministério da Saúde (MS) define educação em saúde como:

Processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população [...]. Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades.

1 Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Extensão SANTANDER/UNIPTAN.

2 Docente da Instituição UNIPTAN. Orientadora do Programa de Extensão SANTANDER/UNIPTAN. E-mail para contato: josinunesbj@yahoo.com.br.

O processo de promoção da saúde e as relações entre saúde e educação em saúde, tornaram-se, nas últimas décadas, importantes redes de debates para a necessidade do fortalecimento das políticas públicas e da formação mais humanizada dos profissionais da saúde (MAIO; MONTEIRO, 2005).

Neste projeto, buscaremos focar principalmente no eixo da promoção da saúde por meio do eixo da educação em saúde. Como apontado por Franco *et al* (2003) entre os elementos que envolvem as características formativas de um profissional de saúde, as ações de educação permanente em saúde, humanizam e aproximam o profissional das demandas socioespaciais e, muitas vezes, dos condicionantes e determinantes na qualidade de vida da população.

Em muitas pesquisas (Marin; Storniolo; Moravcik *et al.*, 2003), já foram identificadas uma maior sensibilização do profissional de saúde quando aproximado das ações e práticas de atenção primária em saúde. Contudo, entendemos que ainda existe uma necessidade de circulação e atuação maior desse profissional no espaço escolar, nas demandas dos jovens e, principalmente, na organização de processos de promoção em saúde nesses espaços.

Dessa forma, estabelecendo uma relação próxima e direta entre escola e atenção básica em saúde, a contribuição para sociedade se estabelece antes mesmo da doença. Entendemos a saúde como um conjunto de atos sociais de cuidado e de atenção a necessidades e carências de saúde e qualidade de vida (FILHO, 2011).

Além disso, as desigualdades no acesso à promoção da saúde, tornaram-se aspectos importantes nas discussões e identificação das necessidades específicas de grupos social e economicamente excluídos.

Entendendo a importância dos processos de promoção da saúde e da educação em saúde, por meio de oficinas e interações didático pedagógicas, busca-se aprofundar o conhecimento sobre temáticas relacionadas às IST's nos alunos de uma escola pública da periferia de São João del-Rei, atendendo um público de trinta e cinco alunos, matriculados no segundo ano do Ensino Médio, em 2018.

Para esse público alvo, buscou-se aproximar as discussões e medidas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis utilizando recursos em que os alunos se sintam envolvidos e proativos na divulgação do processo de promoção à saúde, abordando os métodos de profilaxia, como, por exemplo, oficinas orientadas. Entre as infecções propostas para estudo foram contempladas: AIDS (Síndrome da imunodeficiência adquirida), Hepatite B e C, Sífilis e Gonorreia.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O projeto tem como público alvo trinta e cinco alunos do ensino médio da Escola Estadual Professor Iago Pimentel localizada na cidade de São João del-Rei, dentro desse número, três alunos deixaram de cursar o ensino médio, pois, atingiram a idade de 18 anos. Destaca-se ainda, para além das evasões, que muitos alunos não se interessam diretamente pela temática, o que dificulta as discussões e o desenvolvimento das atividades do projeto. Entre as frequências nas oficinas, destaca-se apenas oito alunos presentes na totalidade das atividades. Foram planejados encontros mensais com os alunos, de acordo com o cronograma do projeto seriam realizadas quatro intervenções até dezembro/2018. Contudo, foram efetivados apenas três encontros com os alunos, que serão descritos nos resultados. As atividades foram desenvolvidas fora do horário de aula, o que dificultou ainda mais a participação dos alunos. Recentemente solicitou-se à escola que as atividades estejam presentes durante o horário regular das aulas, usando, por exemplo, as aulas de biologia (uma aula ao mês).

A metodologia aplicada foi a realização de oficinas coordenadas organizadas em: debates e apresentação sobre o tema; a realização de uma intervenção prática, com a elaboração de um informativo pelos alunos. A partir das primeiras intervenções buscou-se aprofundar temas sobre o aumento da AIDS e da sífilis no Brasil, destacando as principais faixas etárias envolvidas nesses percentuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizados três encontros com os alunos. No primeiro foi feita a apresentação do projeto para os alunos, e realizado um breve debate sobre a temática sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis, com a participação de 26 alunos (não estavam presentes os 35 alunos da turma). No segundo encontro tivemos a realização da primeira oficina, que se consistiu em uma apresentação em formato de PowerPoint abordando sucintamente profilaxia, patologias às infecções por sífilis, AIDS/HIV e pós exposição, logo após os alunos foram instruídos a sentar-se em círculo para um debate e discussão dos principais pontos que lhes chamaram a atenção. Percebeu-se que com a organização da turma em círculos, os alunos interagiram mais com a execução da atividade. O objetivo dessa organização é para que os alunos se sintam mais próximos. No terceiro encontro em novembro de 2018, dos 35 alunos integrantes do projeto, 2 haviam evadido do ensino médio, e apenas 8 compareceram na terceira atividade. Nesta oficina, os alunos foram encaminhados para uma sala de informática, na escola, equipada 28 computadores, 1 TV e 1 retroprojetor, para produzirem um informativo com

conteúdos abordados nas duas oficinas anteriores. Nesse aspecto, buscou-se um maior envolvimento dos alunos na produção de conhecimento em relação às infecções, aplicando na prática as discussões teóricas realizadas e tornando-se mais proativos em seu processo de ensino-aprendizagem. O resultado da produção do informativo (Figura 1) foi estabelecido após cinquenta minutos de discussão entre o grupo de 8 alunos que participaram da atividade.

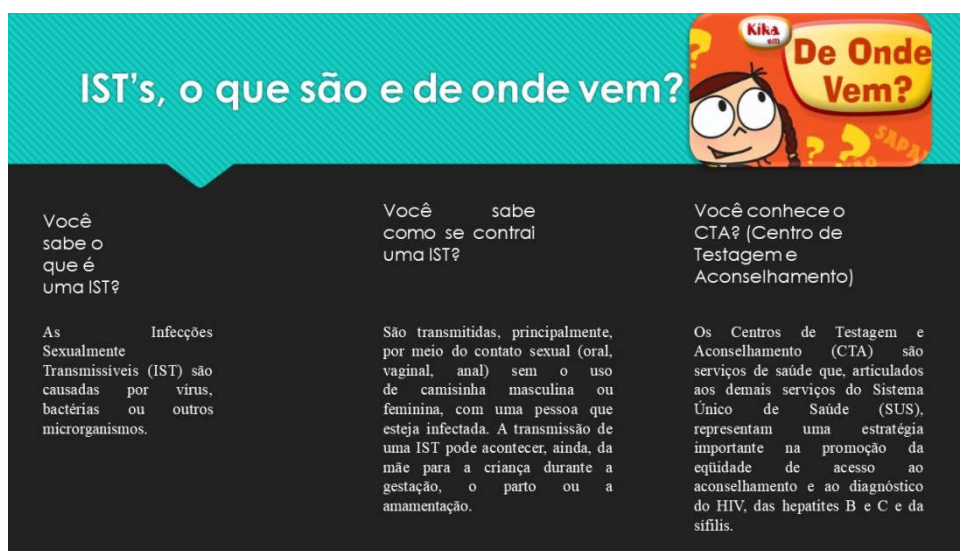


Figura 1. Informativo produzido pelos alunos participantes do projeto

Após os três encontros realizados, a forma a qual foi encontrada de estimular os alunos a falarem e se sentirem mais proativos, foi fazer uma atividade de sondagem na qual os mesmos utilizaram o informativo produzido por eles e o divulgaram por meio da rede social *WhatsApp*®, compartilhado com membros da comunidade escolar, familiares e amigos. Contudo, como pode-se observar o índice de alunos que participam, de fato, das atividades é reduzido. Quando as atividades são realizadas em sala de aula (inseridas no horário regular de alguma disciplina) a participação é maior, mas, a partir do momento que se desloca para outros ambientes, os alunos acabam não participando da atividade.

4 CONCLUSÃO

A proposta inicial do projeto vem na direção de atender às demandas em relação a discussão sobre infecções sexualmente transmissíveis na adolescência, principalmente após os índices de AIDS e sífilis crescentes nos últimos anos no Brasil, mas também na consolidação da relação entre profissional da saúde (enfermagem), alunos e professores da educação básica

no âmbito do espaço escolar, contribuindo para a formação dos alunos e para a integração da área da saúde com a escola.

Percebeu-se dificuldades no cotidiano escolar em inserir as atividades das oficinas, embora inicialmente tenham-se colocado à disposição para as mesmas. No decorrer das atividades tinha-se dificuldades em agendar as oficinas, devido ao cumprimento da carga horária da disciplina ‘regular’. Como a oficina era apenas uma vez ao mês, tendo início em setembro, a coordenação da escola abria o espaço, mas alegava a proximidade do final do ano letivo, com isso, teve-se duas datas de oficinas alteradas bem próximo de sua realização.

Além disso, o interesse dos alunos é algo que ainda precisa ser estimulado. Tenta-se nas oficinas perceber quais os assuntos são mais problematizados e desdobrem mais interesse. Contudo, é um processo lento que demanda contato contínuos com os alunos. De qualquer forma, entende-se a importância do aprofundamento das discussões sobre a temática e, principalmente, a inserção dos alunos na construção do seu próprio conhecimento.

Em 2019, tem-se a continuidade do projeto até o mês de julho e pretende-se aprofundar as relações com os alunos e desenvolver as atividades com o maior número possível dos mesmos. Nesse sentido, entende-se que profilaxia e conscientização em IST são essenciais na redução dos indicadores, sendo a informação e o conhecimento um primeiro passo.

REFERÊNCIAS

FALKENBERG, Mirian Benites; MENDES, Thais de Paula Lima; MORAES, Eliane Pedrozo de; SOUZA, Elza Maria de. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2014, vol.19, n.3, p.847-852. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n3/1413-8123-csc-19-03-00847.pdf>. Acesso em 10 de março de 2019.

FILHO. Naomar de Almeida. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, 160 p.

FRANCO TB; BUENO WS; MERHY EE. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim (MG). In: Merhy EE, Magalhães Jr. HM, Rimoli J, Franco TB, Bueno WS, editores. **O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano**. São Paulo: Editora Hucitec; 2003. p. 37-54.

MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Tempos de racialização: o caso da ‘saúde da população negra no Brasil’. **Hist. ciênc. saúde-Manguinhos** vol.12 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2005.

MARIN MJS; STORNILO LV; MORAVCIK MY. A humanização do cuidado na ótica das equipes da Estratégia de Saúde da Família de um município do interior Paulista, Brasil. **Rev. Latino Americana Enfermagem**. 2010;18(4):763-9.

CONSTRUÇÃO PRELIMINAR DE TAREFAS PARA AVALIAÇÃO DIRETA DA CRIANÇA A PARTIR DA DIMENSÃO COGNITIVA DO INVENTÁRIO DIMENSIONAL DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Lívia Wenischenck¹
Juliana Cunha da Silva¹
Mônia Aparecida da Silva²

Quando há o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento infantil por profissionais da área da saúde, riscos ao desenvolvimento podem ser precocemente detectados e tratados de forma a minimizar o impacto negativo na vida do indivíduo. O presente estudo é parte de um projeto de Iniciação Científica e tem por objetivo a construção de tarefas de avaliação direta da criança baseadas nos itens da dimensão Cognitiva do Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI). O IDADI é um instrumento de relato materno que avalia o desenvolvimento infantil nas dimensões Cognitiva, Socioemocional, Motricidade, Comunicação e Linguagem e Comportamento Adaptativo. As tarefas estão sendo elaboradas para conter brinquedos, um livro de estímulos e brincadeiras a serem realizadas no momento da avaliação. Estão sendo realizadas sessões piloto de aplicação das tarefas pela orientadora e alunas de iniciação científica em sessões com crianças de quatro a 72 meses. A primeira aplicação piloto foi realizada pela orientadora e uma bolsista do projeto e envolveu a participação de duas crianças de cinco anos de idade. As instruções contidas no livro de estímulos auxiliaram as aplicadoras, de modo que a tarefa ficou clara para ambas as partes, tanto aquela que estava ministrando, quanto a criança que estava executando. Algumas tarefas não foram possíveis de serem efetuadas em virtude da pouca idade das crianças. Assim, nessa aplicação inicial pode-se perceber a importância deste pré-piloto para o refinamento do instrumento. Estudos subsequentes serão realizados para concluir o processo na dimensão Cognitiva e iniciar a criação de tarefas para as demais dimensões do IDADI.

Palavras-chaves: Desenvolvimento infantil. Avaliação. Dimensão Cognitiva. Avaliação direta da criança.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil, nas concepções mais atuais, é compreendido em uma perspectiva dialética de interconexão do indivíduo com o seu contexto (SAMEROFF, 2010; LERNER, 2006). O efeito dos diferentes tipos de experiências é potencializado no cérebro na primeira infância, uma vez que as experiências com o ambiente resultam em reestruturações

¹ Aluna de Iniciação Científica, Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ.

² Orientadora, Professora Adjunta do Curso de Psicologia da UFSJ.

E-mail para contato: liviawenischenck2504@gmail.com.

das redes neurais com efeito duradouro ou irreversível (SHAFFER *et al.* 2013; ERZURUMLU; GASPAR, 2012; FRANCIS; DIORIO, 2002).

Durante os primeiros anos de vida ocorrem os notáveis avanços nas áreas motora, cognitiva e social da criança, assim como a aquisição e o controle da linguagem, que são essenciais para o desenvolvimento do indivíduo como um todo. Este desenvolvimento está inerentemente ligado às condições nutricionais, ambientais, à cultura, à estimulação advinda da relação familiar e ao nível educacional e socioeconômico da família. Quando algum desses pontos age negativamente no desenvolvimento integral das crianças, tem-se o risco de atrasos e transtornos no desenvolvimento infantil, que podem vir a comprometer a saúde geral do sujeito causando diversos danos futuros (OLIVEIRA; FLORES; SOUZA, 2012).

Em muitas das vezes, condições como atraso de linguagem, hiperatividade e transtornos emocionais são diagnosticados tardiamente, por isso é importante o reconhecimento precoce e o acompanhamento de grupos que são mais vulneráveis, tendo em mente que as crianças quando recebem algum tipo de intervenção precoce têm um melhor desenvolvimento. Resultados negativos podem ser minimizados quando atrasos ou problemas de desenvolvimento são detectados e tratados precocemente (OLIVEIRA; FLORES; SOUZA, 2012).

Tendo em vista a importância de avaliar e intervir precocemente como medida protetiva ao desenvolvimento infantil, o uso sistemático de técnicas de rastreio e avaliação do desenvolvimento tem sido cada vez mais recomendado na literatura (GLEASON, 2010). A avaliação do desenvolvimento envolve a medida de habilidades, aptidões e comportamentos considerados típicos do desenvolvimento das crianças em uma determinada idade (NEWBORG, 2005; PINQUART, 2014). Dentre as principais formas de avaliação, destacam-se o exame pediátrico, os instrumentos de rastreio psicometricamente válidos, geralmente preenchidos por pais e/ou educadoras infantis, e as tarefas padronizadas de avaliação direta da criança (JOHNSON; MARLOW, 2006).

No Brasil, há um crescente reconhecimento da importância de avaliar o desenvolvimento infantil e o maior investimento em políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento da primeira infância. Em fevereiro de 2016, o governo brasileiro criou o *Marco Legal para a Primeira Infância*, uma lei que prioriza a atenção à primeira infância, particularmente o desenvolvimento de serviços públicos, bem como programas sociais e sua avaliação. Também tem sido reconhecida a carência de instrumentos para avaliar o desenvolvimento de crianças pequenas no Brasil (BECKER *et al.*, 2013).

A Escala de Desenvolvimento Infantil Bayley II e o Teste de Desenvolvimento de Denver-II têm sido usados nas pesquisas brasileiras, porém sem normas especificamente brasileiras. No país, são encontrados estudos insuficientes sobre a utilização de instrumentos de triagem do desenvolvimento em saúde pública (SANTOS; ARAÚJO; PORTO, 2008 *apud* AIELLO; SIGOLO, 2011).

Para contribuir com a prática clínica e com os estudos nesta área, Silva, Mendonça Filho e Bandeira (no prelo), construíram o Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI). O IDADI avalia, via relato materno, o desenvolvimento infantil nas dimensões Cognitiva, Comunicação e Linguagem (Receptiva e Expressiva), Motricidade (Ampla e Fina), Socioemocional e Comportamento Adaptativo. Também foram realizadas análises estatísticas para testar empiricamente o instrumento e refinar o conjunto de itens, bem como reunir evidências de validade e fidedignidade. Os resultados da versão de relato materno foram excelentes e apontaram a adequação do IDADI para a avaliação do desenvolvimento infantil (SILVA *et al.*, RELATÓRIO DE PESQUISA EM ELABORAÇÃO).

Além de medidas do relato parental, é importante que as avaliações sejam feitas diretamente com as crianças, por meio da realização de tarefas, observação do comportamento e medidas da capacidade da criança em aprender e adquirir habilidades esperadas para a faixa etária (SHEPARD; KAGAN; WURTZ, 1998). Em virtude dessa necessidade, bem como dos poucos instrumentos disponíveis no Brasil para avaliação direta do desenvolvimento infantil em suas múltiplas dimensões, o objetivo do presente trabalho é construir uma versão de tarefas de avaliação direta das crianças a partir dos itens da dimensão Cognitiva do IDADI. Optou-se por iniciar pela dimensão Cognitiva pelo fato de ela abarcar muitos itens potenciais a serem transformados em tarefas.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar a construção preliminar de tarefas de avaliação direta da criança com base nos itens da dimensão cognitiva do IDADI. Além disso, pretende-se apresentar os dados de aplicações piloto das tarefas com crianças de quatro a 72 meses de idade.

2 MATERIAIS E MÉTODO

Para a construção das tarefas foram considerados os itens que compõem a dimensão Cognitiva do IDADI e que mais discriminam as habilidades de desenvolvimento das crianças. Foram realizadas análises de conteúdo para selecionar os itens e decidiu-se, por fim, utilizar

aqueles que possuíam as melhores perspectivas de serem transformados em tarefas. Como exemplo, há os itens cognitivos “empilha três blocos ou brinquedos”, que poderia ser concretizado com cubos de madeira e “risca um papel com lápis ou giz de cera depois de ver você riscar”, que utiliza materiais do cotidiano infantil.

Passada a fase de seleção dos itens mais adequados, a transformação dos itens de relato em tarefas envolveu a utilização de brinquedos, livro de estímulos e brincadeiras a serem realizadas com as crianças no momento da observação. Foi desenvolvido um livro de estímulos que contém as tarefas referentes aos itens cognitivos, sendo estas ilustradas com imagens retiradas da internet ou de livros. Procurou-se utilizar linguagem simples e direcionada ao público infantil nas instruções de todas as tarefas. Futuramente, será contratado um desenhista para melhor qualidade das mesmas.

Para testar a adequação das tarefas, as bolsistas e a orientadora estão realizando estudos pilotos, por meio de sessões de grupo focal com crianças de idades de quatro até 72 meses. Após treinamento prévio, as avaliadoras estão administrando as tarefas de avaliação do desenvolvimento cognitivo com as crianças e anotando as respostas para posterior análise. Até o momento foram realizados dois pilotos. Para a realização futura de tarefas com crianças de idades mais precoces, está prevista a presença da mãe, pai ou cuidador principal na sala de aplicação das tarefas, para evitar possíveis desconfortos para a criança. O número de sessões de grupo focal será definido em função da necessidade de testar todas as tarefas em construção.

2.1 Instrumentos e materiais

2.1.1 Inventário Dimensional para Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI)

As tarefas são derivadas da dimensão Cognitiva da versão de relato parental do IDADI (SILVA; MENDONÇA FILHO; BANDEIRA, NO PRELO). Ele avalia o desenvolvimento das crianças com base no relato das mães. A dimensão cognitiva do IDADI inclui 101 itens que avaliam aspectos de desenvolvimento cognitivo com alternativas de resposta tricotômica (ou seja, 0 = ainda não, 1 = às vezes e 2 = sim).

2.1.2 Materiais para construção das tarefas

Foram utilizados brinquedos (blocos de empilhar, xilofone e cubos), livro de estímulos e brincadeiras para avaliar as habilidades do desenvolvimento cognitivo. Algumas tarefas incluem materiais como papéis e lápis preto ou de colorir. Para a compra desses materiais, a proponente deste projeto, juntamente com os pesquisadores Euclides José de Mendonça Filho e Denise Ruschel Bandeira (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) receberam um financiamento da *University of Nebraska-Lincoln* e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), Edital 02/2017.

2.1.3 Análise de dados

Os dados da versão de relato parental do IDADI foram analisados para identificar os itens que mais discriminavam as habilidades de desenvolvimento das crianças de acordo com a faixa etária. Para tal, foram usadas análises da Teoria de Resposta ao Item (TRI). A seguir os itens foram avaliados qualitativamente do ponto de vista prático. Para ser transformado em tarefa, ele deveria ser passível de ser realizado com a criança no contexto clínico. Por exemplo, o item “compara duas coisas em relação ao tamanho” pode ser facilmente avaliado com uma tarefa, o mesmo não ocorrendo para o item “brinca com outras crianças quando convidado”, uma vez que outras crianças não estariam presentes.

As sessões de grupo focal com as crianças estão sendo analisadas pela orientadora e bolsistas de iniciação científica por meio de seu conteúdo. Um diário de campo é atualizado a cada aplicação, anotando-se as especificidades das aplicações, o que as crianças foram capazes de realizar e no que tiveram mais dificuldade. Por exemplo, estão sendo anotados problemas das instruções e dificuldades de realizar alguma tarefa e os possíveis motivos hipotetizados. São registradas qualitativamente as facilidades e dificuldades das crianças na realização das tarefas. Algumas sessões serão filmadas, com autorização prévia e assinada dos pais, e os vídeos serão analisados qualitativamente para justificar as decisões da equipe de pesquisa em modificar as tarefas. As tarefas em que as crianças apresentarem muitas dificuldades poderão ser indicadas para potencial exclusão.

2.1.4 Considerações Éticas

Os procedimentos éticos adotados neste estudo estão de acordo com as resoluções Nº466 (2012) e Nº510 (2016) do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres

humanos. Este projeto faz parte de uma pesquisa maior intitulada "Construção e Estudo de Evidências de Validade E Fidedignidade do Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil" desenvolvida pela professora orientadora. Ela foi aprovada pela Comissão de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob o parecer número 1.274.779, CAAE: 45991815.5.0000.5334. O sigilo das informações pessoais de todos os envolvidos está garantido. Os vídeos não serão publicados em hipótese alguma, sendo apenas utilizados no laboratório de pesquisa com o intuito de modificar as tarefas. As mães assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a participação de seus filhos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Construção das Tarefas

A construção do livro de estímulos foi realizada utilizando imagens da internet e de livros. As instruções foram pensadas para serem claras e inteligíveis para crianças da faixa etária abrangida. A Figura 1 apresenta três exemplos de itens, identificando o item-alvo (da versão de relato do IDADI), a instrução e imagem usadas para a Tarefa.

Dos brinquedos usados destacam-se os blocos, para verificar se a criança sabe agrupar objetos por cor e tamanho, e o xilofone, para testar atenção a sons. Também foi feito um jogo da memória com imagens da internet e papel cartão. As brincadeiras envolvem a interação com a criança por meio de problemas abstratos e faz-de-conta. A Tabela 1 apresenta um exemplos de brincadeiras propostas à criança e a identificação do item da qual derivou.

CONTEÚDO DO ITEM C83 - COMPARAR PELO TAMANHO	APLICADOR DIZ: “Compare as figuras (árvore e flor) abaixo. Me diga: qual é a maior?”  <i>Árvore e flor (imagem retirada da internet)</i>

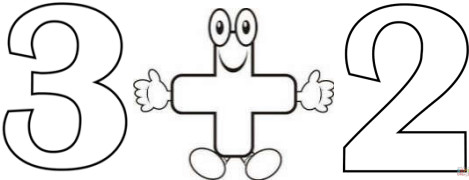
CONTEÚDO DO ITEM C57 – DIZER NOME DE TRÊS CORES	APLICADOR DIZ: “Você conhece as cores? Agora eu vou te mostrar um desenho e você vai me dizer quais são as cores que tem no desenho. Então vamos começar”.  <i>Flor colorida (imagem retirada da internet)</i>
CONTEÚDO DO ITEM C92 - RESPONDER CONTAS DE MAIS CORRETAMENTE	APLICADOR DIZ: “Olha essas continhas de mais. Você já consegue fazer? Então responda para mim”.  <i>Conta de adição (imagem retirada da internet)</i>

Figura 1. Exemplos de tarefas construídas a partir dos itens da dimensão Cognitiva do IDADI.

Tabela 1. Demonstração de exemplo de item transformado em brincadeira.

Conteúdo do item IDADI Relato	Instrução na versão tarefas
C60. FAZ DE CONTA (PESSOAS OU OBJETOS)	APLICADOR DIZ: Agora nós vamos fazer uma brincadeira diferente. Vamos imaginar uma história e fazer de conta que a gente é outra pessoa ou outra coisa, do jeito que você quiser. Crie a sua historinha. Eu posso participar se você quiser.

3.2 Estudo piloto

Dois pilotos com crianças foram realizados tentando-se usar linguagem simples, explicativa e objetiva, com o intuito de facilitar a aplicação e compreensão pelas crianças. A primeira aplicação usando o livro de estímulos construído foi realizada pela primeira autora e sua orientadora no dia 07 de fevereiro de 2019, com duas crianças de cinco anos de idade. Para a realização da aplicação das tarefas, os pais foram comunicados previamente de todas as atividades que seriam realizadas. Eles autorizaram a participação e assinaram o Termo de Consentimento. Não se utilizou gravação em vídeo.

A aplicação foi realizada de forma individual, e as instruções contidas no livro de estímulos se mostraram claras e adequadas, pois as crianças entenderam o objetivo de todas ou da maioria das atividades propostas. Algumas tarefas que envolvem leitura, escrita e contagem acima de dez não foram realizadas por completo devido ao fato de as crianças participantes não possuírem habilidades de pré-alfabetização. A análise das sessões de grupo permitiram alterar as instruções de duas tarefas e identificar os itens que não poderiam ser aplicados para crianças para a faixa etária de cinco anos. Contudo, a aplicação confirmou que a grande maioria das tarefas está clara para o público pretendido.

Novas aplicações piloto das tarefas serão realizadas, para se observar as facilidades e dificuldades de cada uma e efetuar modificações no livro de estímulos. As tarefas em que as crianças apresentarem muita dificuldade ou, porventura não conseguirem realizar poderão ser indicadores de que devem ser excluídas.

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi apresentar o processo preliminar de construção de tarefas para a avaliação direta da criança com base nos itens da dimensão cognitiva do IDADI e testar as tarefas por meio de estudo piloto. Os resultados preliminares apontam que quase todas as tarefas estão claras e são aplicáveis à população-alvo e que poucas modificações são necessárias. A continuidade do estudo poderá dar novas informações para o aprimoramento da dimensão Cognitiva do IDADI-Tarefas.

Diante da necessidade de avaliação do desenvolvimento infantil no Brasil e da escassez de instrumentos necessários para identificar atrasos e transtornos prematuramente, a construção do IDADI-Tarefas se mostra promissora. Estudos subsequentes estão previstos para a construção de tarefas com base nas demais dimensões do IDADI. Espera-se que o IDADI-

Tarefas seja um instrumento eficiente para avaliação do desenvolvimento de crianças de até 72 meses no Brasil, identificando atrasos e transtornos de forma precisa.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução No 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. (2012).

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução No 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. (2016).

ERZURUMLU, R. S.; GASPAR, P. Development and critical period plasticity of the barrel cortex. *The European Journal of Neuroscience*, <<<http://doi.org/10.1111/j.1460-9568.2012.08075.x>>> 35(10), 1540–53. (2012).

FRANCIS, D.; DIORIO, J. Environmental enrichment reverses the effects of maternal separation on stress reactivity. *The Journal of Neuroscience*. <<<http://www.jneurosci.org/content/22/18/7840.short>>>22(18), 7840–7843 (2002).

GLEASON, M. M.. Recognizing young children in need of mental health assessment: Development and preliminary validity of the Early Childhood Screening Assessment. *Infant Mental Health Journal*, 31, 335–357. doi: 10.1002/imhj.20259 (2010)

HERNÁNDEZ-NIETO, R. A.. Contributions to Statistical Analysis. Mérida: Universidade de Los Andes . (2002).

JOHNSON, S.; MARLOW, N. Developmental screen or developmental testing? *Early Human Development*. <<<http://doi.org/10.1016/j.earlhumdev.2006.01.008>>> 82(3),173–83. (2006).

LERNER, R. M.. Developmental science, developmental systems, and contemporary theories of human development. In R. M. Lerner (Ed.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development*Hoboken, New Jersey: John Wiley; Sons, Inc. , Vol. 1 (6th ed., p. 1–18).(2006)

NEWBORG, J. Batelle Developmental Inventory, 2nd Edition, Examiner's Manual. Rolling Meadows, IL: Riverside. (2005).

NÚCLEO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA E ACOMPANHAMENTO PSICOTERAPÊUTICO. First Brazilian Conference on Microcephaly. <<<http://www.congressomicrocefalia.com.br/pre-launching>>> (2016).

OLIVEIRA, L. D.; FLORES, M. R.; SOUZA, A. P. R. Fatores de risco psíquico ao desenvolvimento infantil: implicações para a fonoaudiologia. *Revista CEFAC*, p. 333-342, 2012.

PINQUART, M. Achievement of Developmental Milestones in Emerging and Young Adults With and Without Pediatric Chronic Illness—A Meta-Analysis. *Journal of Pediatric Psychology*, <<<http://jpepsy.oxfordjournals.org/content/early/2014/04/10/jpepsy.jsu017.short>>>39(6), 577–587. (2014)

SAMEROFF, A. A unified theory of development: A dialectic integration of nature and nurture. *Child Development*, <<doi.org/10.1111/j.1467-8624.2009.01378.x>> 81(1), 6-22. (2010).

SHAFFER, D. R., KIPP, K., WOOD, E.; WILLOUGHBY, T. *Developmental psychology: Childhood and adolescence* Toronto, ON: Nelson Education.. (4th ed). (2013)

SHEPARD, L., KAGAN, S. L.; WURTZ, E. Principles and Recommendations for Early Childhood Assessments.<<<http://govinfo.library.unt.edu/negp/reports/prinrec.pdf>>> (1998)

SIGOLO, A. R. L.; AIRELLO, A. L. R. Análise de instrumentos para triagem do desenvolvimento infantil. *Paidéia*, vol. 21, n. 48, p. 51-60, 2011.

SILVA, M. A., MENDONÇA FILHO, E. J., BANDEIRA, D. R. (Manuscrito em avaliação). Construção do Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI). Psico-USF.

SILVA, M. A., MENDONÇA FILHO, E. J., KOZIOL, N., HAWLEY, L., BANDEIRA, D. R. (Relatório de pesquisa em elaboração). Validation and norms of interpretation for The Dimensional Inventory for Child Development Assessment.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DE GÊNERO EM CRIANÇAS

Ana Carolina Santos de Resende Martins¹

Tatiane de Sousa Silva¹

Patrícia Uebe Ribeiro²

Jaqueline Vieira Range³

O objetivo da pesquisa ora apresentada foi analisar a construção da identidade de gênero em crianças alunas de creches e escolas públicas no município de São João del-Rei com idades entre 0 e 8 anos de idade, a fim de compreender a influência do meio social, familiar e escolar nesta construção. Durante toda realização da pesquisa houve estudos teóricos orientados e grupos de debates. Inicialmente foram realizadas entrevistas junto a educadores de creches e escolas públicas de Ensino Fundamental para definir os grupos de crianças analisadas. Esses alunos participaram de momentos de interação grupal e estímulos pedagógicos no laboratório de Pedagogia (Brinquedoteca) da instituição, sendo observados pelas bolsistas previamente instruídas, bem como se realizaram outros momentos de observação na Creche Municipal. Como resultados observou-se que crianças mais novas, entre 0 e 3 anos, não faziam distinções de gênero ao escolher um brinquedo e optavam pelo objeto sem preocupar-se com julgamentos. Crianças entre 4 e 6 anos de idade, escolhiam inicialmente brinquedos culturalmente destinados ao seu sexo, porém muitas vezes também se interessavam em brincar com os brinquedos dos colegas e o faziam sem impedimentos. Entre as crianças de 7 a 8 anos tanto os brinquedos quanto as brincadeiras eram voltados para as escolhas direcionadas culturalmente para meninas e meninos e, quando um deles manifestava interesse diverso era mencionado em tom de desaprovação pelos demais e logo abandonava sua intenção. Concluiu-se, portanto, que as escolhas são influenciadas pelo meio social.

Palavras-chave: Identidade. Gênero. Papel social. Sexualidade.

1 INTRODUÇÃO

O vasto campo da sexualidade humana e da aquisição da identidade de gênero tem encontrado espaço cada vez mais amplo na literatura atual. Os movimentos libertários e de contestação feminina estão no âmbito das causas desta difusão. Vários autores referem-se a estes aprendizados sociais como uma expansão da considerada superada ideia de "papel social" anteriormente difundida e que serviu de esteio para diversas formulações ideológicas sobre o

1 Discente do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Bolsista do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Pedagogia do UNIPTAN. Colaboradora do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

3 Docente do Curso de Pedagogia do UNIPTAN. 2 Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior Particular – FUNADESP.

E-mail para contato: jaqueline.rangel@uniptan.edu.br.

tema. O fato de os denominados "papéis sociais" estarem ancorados em determinações biológicas (homem/mulher) tem determinado ao longo dos séculos a condição feminina e a masculina.

Historicamente o termo identidade de gênero remonta aos movimentos feministas advindos das reivindicações do sufragismo⁴ universal do início do século vinte. De origem sociológica o termo diferia do combalido "papel social" de gênero tão amplamente difundido nos diversos estudos sociológicos e ampliados pelos conceitos já construídos por meio de estudos da Psicologia Social, mas sobretudo da Psicanálise que expandiu os horizontes na construção do conceito de identidade.

A própria expressão "papel social" indica apenas a forma como o indivíduo se apresenta socialmente e desempenha as funções que são esperadas de seu gênero, se feminino ou masculino (Louro, 2008). Não obstante estes termos tenham origem no material biológico de cada indivíduo a identidade pessoal é um conceito bem mais amplo, pois, refere-se à construção emocional e muito peculiar de cada sujeito. Sendo a expressão da identidade pessoal vivenciada socialmente o indivíduo passa a representar aquilo que está internalizado e em construção desde o seu nascimento. Na construção da identidade de gênero, a partir dos primeiros anos de vida a criança experimenta várias aprendizagens sociais relevantes. As questões de gênero e sexualidade estão presentes em todas as relações sociais e são constantemente vivenciadas no meio social e institucional. Nesta construção a criança em desenvolvimento sofre influências da experiência pessoal dos adultos que com ela interagem (Louro, 1997).

Para a criança esta construção está radicalmente acelerada tendo em vista todo seu contexto de desenvolvimento global. Assim, tanto física quanto emocionalmente esta encontra-se totalmente voltada para seu crescimento carecendo de um suporte efetivo para o mesmo. Este suporte é essencialmente familiar no primeiro momento e logo torna-se institucional, a partir da cada vez mais precoce entrada da criança para a escola.

4 O sufragismo, movimento no qual as mulheres reivindicavam o direito ao voto, é considerado por muitos autores e autoras como a primeira onda do feminismo. Sobre a história dos debates em torno das questões feministas, ver o artigo de YANNOULAS, Silvia. Iguais, mas não idênticos. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 1, 1994.

A Pedagogia interpõe-se justamente neste aspecto de construção permanente, vez que inserida teoricamente de forma expandida e observando o movimento de construção de conhecimento, reveste-se e auxilia nas diversas possibilidades de aprendizagem utilizadas pelos sujeitos (Souza, 1999). Assim, a construção da aprendizagem relaciona-se tanto com o desenvolvimento pessoal e emocional dos sujeitos quanto com sua representação social e tudo que envolve o ser e estar no mundo.

A responsabilidade, portanto, das instituições escolares na ampliação da aprendizagem dos sujeitos apresenta-se permanentemente exigida. Nesse sentido, a criação e o desenvolvimento de formas de abordagem educacional fica aumentada sendo que a constante formação dos docentes envolvidos neste processo é imprescindível.

No processo de formação dos futuros pedagogos, professores, gestores escolares e estudiosos dos processos educacionais em geral, a aprendizagem dos processos de desenvolvimento das crianças é indispensável. Não obstante toda a aura de tabu social de que ainda se revista o tema "identidade de gênero" é por esta mesma razão que os estudos da Pedagogia devem lançar luz sobre o mesmo ampliando seus significados e sua abordagem.

Nesse sentido o objetivo da pesquisa desenvolvida e ora apresentada foi analisar a aprendizagem social na construção da identidade de gênero observando se a mesma ocorre em igual proporção para ambos os sexos, em diferentes faixas etárias infantis e que atitudes das crianças denotam esta influência.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa de caráter descritivo e abordagem qualitativa, utilizou como estratégia metodológica a Análise de Conteúdo, visando compreender por meio de um grupo/amostra os processos de construção da identidade de gênero com influência dos grupos sociais em que estão inseridas.

A primeira etapa contou com o aprofundamento de ideias sobre o assunto, um exercício de revisão bibliográfica por meio de grupos de estudos e debates, bem como estudos individuais. Após o contato com a Secretaria Municipal de Educação viabilizou-se uma parceria com as escolas do município, visando realizar observações.

Subsequentemente foram realizadas entrevistas com os profissionais de creches, educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. A partir das indicações dos profissionais, alguns grupos de crianças foram selecionados, sendo meninos e meninas na

mesma proporção e obedecendo as seguintes faixas etárias: alunos de 0 a 3 anos da creche, alunos de 4 a 5 anos da educação infantil, alunos de 6 a 8 anos do ensino fundamental e alunos de 9 a 10 anos também do ensino fundamental. Vários alunos foram convidados a participar das atividades lúdicas realizadas no laboratório da Pedagogia (Brinquedoteca) e, portanto, algumas observações aconteceram nesse local. Outros momentos de observação aconteceram em atividades diretamente nas escolas e também nas creches visitadas. Tais encontros, previamente agendados nos locais, tiveram duração aproximada de 1 hora e 30 minutos cada e ocorreram em momentos distintos.

Durante os encontros foram realizadas diversas observações referentes ao contexto e as relações que as crianças estabelecem entre si, incidindo o foco sobre alguns pontos considerados importantes, tais como: de que maneira as crianças escolhem seus brinquedos e brincadeiras? Quais critérios se estabelecem nas relações de convivência meninos-meninas? Como (e se) os adultos (professores/educadores) presentes no contexto interferem na construção da identidade de gênero infantil? As observações realizadas foram anotadas em um Diário de Campo, fotografadas e filmadas, compondo um material cujas regularidades, especificidades e diferenças encontradas foram analisadas à luz dos fundamentos teóricos referentes à identidade de gênero.

Dos dados coletados a partir das observações foi realizada uma análise descritiva para identificar semelhanças e divergências entre algumas ideias, conceitos e práticas. Em seguida realizou-se procedimentos de análise mais finos, propostas pela técnica de Análise de Conteúdo. Esta se processou nas seguintes etapas: a pré-análise, a exploração do material com tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Durante a pré-análise foi realizada uma organização propriamente dita de todos os documentos, registros e informações das observações realizadas. Num segundo momento foi realizada a exploração da pesquisa analisando de forma sistemática as decisões tomadas e aplicando-se o exercício de codificação, decomposição e enumeração do que foi organizado. Na terceira fase fez-se uma interpretação dos dados com processos de codificação, transformando-se os dados brutos das anotações e observações em recortes para análise e a categorização dos dados por meio da classificação de elementos do texto construídos em temas. As categorias de análise foram definidas buscando maior adequação e pertinência aos objetivos da investigação, facilitando, assim, a análise dos dados gerados. Por este motivo, as respostas às questões da presente pesquisa foram reduzidas a um mínimo de categorias possíveis, a serem discutidas e aprofundadas objetivando fornecer os resultados da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações iniciaram-se com algumas questões norteadoras previamente definidas pelas pesquisadoras: Como as crianças escolhem seus brinquedos e brincadeiras? Que critérios se estabelecem nas relações de convivência meninos-meninas? Como (e se) os adultos (professores/educadores) presentes no contexto interferem direta ou indiretamente nas escolhas de brinquedos e brincadeiras, refletindo, em última análise, a interferência social no desenvolvimento da identidade de gênero?

Subsequentemente estas primeiras questões norteadoras se desdobraram em outros pontos relevantes para discussão e análise, compondo resultados e suscitando outras provocações. A recorrência das observações nas escolas apresentou, conforme a teoria da análise de conteúdo, três importantes categorias para serem discutidas: a escolha primária e secundária do brinquedo e a relação com o gênero; a construção da identidade de gênero por meio do diálogo corporal “menina/menina” e o papel do adulto na construção da identidade de gênero por meio do brincar.

A escolha primária nem sempre está ligada ao gênero, mas ao interesse e curiosidade da criança. Se estiver em um espaço com brinquedos variados, boa parte opta por aqueles que ainda não conhecem ou brincaram, enquanto outros correm para os quais já desenvolveram gosto. A escolha secundária apontou um interesse compartilhado. Como ocorre após um determinado tempo, a criança analisa mais criteriosamente as possibilidades para brincar, ou seja, observa qual brinquedo está disponível e quem está brincando. Comumente as escolhas são pelo brinquedo e não pelo gênero que está brincando.

A construção da identidade por meio de um diálogo corporal tem demonstrado que os critérios para a escolha do brinquedo não têm a ver com a sobreposição da condição de um sexo sobre o outro, e sim por quem “chega primeiro” no brinquedo. A inserção nas brincadeiras se dá de maneiras variadas, dentre as quais se destaca o fato de que as meninas se aproximam comumente primeiro de uma menina, que a insere na atividade lúdica, e o menino faz o mesmo. Nas interações há momentos em que os meninos, principalmente do ensino fundamental, querem “mandar” nas brincadeiras e querem demonstrar que são os mais fortes, os espertos. É uma mensagem subliminar, às vezes sutil, mas caso seja percebida pelas meninas estas costumam não aceitar, indicando que a construção da identidade de gênero por meio do diálogo corporal é estabelecida por uma relação de conflito que é essencial no processo.

Os resultados das análises indicam ainda que os adultos têm um papel muito importante na construção da identidade de gênero em crianças, sendo inclusive capazes de direcionar escolhas, educar gostos e sobrepor valores. Quanto menor a criança, mais ela aceita as orientações dos adultos. As crianças maiores desconsideravam as orientações de seus professores na realização de atividades lúdicas ou escolhas de brinquedos. Embora, durante os momentos de observação da pesquisa as professoras e monitoras foram orientadas a não interferir nas escolhas, quase sempre elas davam seus palpites, sendo que algumas ficavam inclusive visivelmente constrangidas quando meninas escolhiam brinquedos socialmente considerados de meninos e, mais ainda, quando acontecia o inverso, meninos escolhiam brinquedos socialmente considerados de meninas, denotando posturas adultas pré-concebidas quanto à questão relativa ao temas gênero e infância.

O desenvolvimento da pesquisa trouxe o entendimento de que o processo de construção da identidade de gênero se dá ao longo da vida e é determinada por múltiplos fatores. Constatou-se que por meio do brincar as crianças revelam parte dos enigmas firmados pelo universo cultural quando à construção da identidade de gênero.

Por meio da observação qualitativa realizada em algumas instituições de educação infantil que atendem crianças de 0 a 5 anos, foram registradas brincadeiras coletivas, nas quais meninos e meninas se revezavam nas brincadeiras, sem considerar as funções sociais que são esperadas para seu gênero ou as diferenças entre papéis considerados masculinos ou femininos. As crianças normalmente buscam companhia para brincar e vivenciar momentos agradáveis, não fazendo distinção destas companhias entre homem ou mulher, menino ou menina. A variedade dos brinquedos e as diversas opções de brincadeiras que o ambiente da escola de educação infantil proporciona, favorecem a ocupação de todos os espaços indiscriminadamente por meninas e meninos e as crianças brincam espontaneamente com os brinquedos que escolhem sem constrangimentos.

Tal observação permite perceber que há uma autonomia da criança sobre sua brincadeira. Dizer que uma criança tem autonomia por suas atitudes é o mesmo que proferir que esta cumpre suas tarefas sem a ajuda de um adulto. Curiosamente, quanto menor, mais autônoma em suas escolhas, embora não se possa precisar com exatidão a quais fatores tal escolha se refere. Por meio destes estudos de campo, percebeu-se que as crianças de 0 a 3 anos não faziam distinção de feminino e masculino e optavam pelo objeto sem preocupar-se com o pré-julgamento de outra criança ou até mesmo de um adulto. Entretanto, as crianças com idades a partir de 4 anos e até os 10 anos, faixas etárias elencadas pela pesquisa, relacionavam-se, na

maioria das vezes, com brinquedos culturalmente destinados ao seu sexo, apontando para a interferência de fatores culturais preestabelecidos. Percebeu-se ainda que as crianças a partir de 4 anos em vários momentos sentem vontade de brincar com brinquedos socialmente estereotipados para o sexo oposto, mas não o fazem indicando talvez o sentimento de medo de serem julgados por suas escolhas. Esta observação vai de encontro à ideia de Azevedo (2003) indicando que por meio de brinquedos e brincadeiras, as crianças sofrem também internalização de ideologias relativas ao contexto sociocultural e político do qual fazem parte, embora elas não vivenciem esses processos de forma totalmente passiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que as relações das crianças na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental constituem-se formas de introdução de meninos e meninas na vida social, quando passam a conhecer e apreender seus sistemas de regras e valores, interagindo e participando nas construções sociais. Porém, ao observar as relações entre as crianças, foi possível levantar a hipótese de que os estereótipos dos papéis sexuais, os comportamentos pré-determinados, os preconceitos e discriminações são construções culturais que existem nas relações dos adultos, mas ainda não conseguiram alcançar totalmente a cultura infantil. São os adultos que esperam comportamentos sociais e reservam às meninas e aos meninos determinados estereótipos sociais discriminatórios.

A partir da observação das brincadeiras e interações nas escolas pesquisadas foi possível concluir que as relações entre meninos e meninas devem ser consideradas sugestivamente como dados importantes na construção de uma relação não-hierárquica, uma relação de respeito entre os gêneros. Deste modo, o profissional de educação infantil pode intervir para que fundamentalmente essas relações aconteçam de forma livre e sem cobranças quanto a um papel sexual pré-determinado. Observou-se, entretanto, que frequentemente meninos e meninas, em interação social espontânea, quando demonstram comportamentos considerados não apropriados para seu sexo, causam preocupação e são motivo de incômodo e dúvidas para os educadores.

As crianças, capazes de múltiplas relações, estão a todo momento experimentando diferentes formas de brincadeira, buscando novos prazeres e agindo motivadas pela curiosidade e vontade de conhecer o mundo. À medida que meninas e meninos extrapolam o que é pré-determinado socialmente para cada sexo, demonstram que à instituição de educação infantil

pode-se acrescentar mais uma característica positiva e que se refere à condução das relações entre os sexos: o ambiente da educação infantil pode ser um espaço propício para o não-sexismo. A escolha e a utilização dos brinquedos pela criança foram pontos essenciais para análise reflexão sobre as relações entre os gêneros. É importante ressaltar que os brinquedos são elementos culturais, portadores de significados sociais e as crianças estão a todo momento recriando novos significados, ou ressignificando o ato de brincar e as brincadeiras em si.

Nessa perspectiva as questões não se fecham de maneira conclusiva, pois acredita-se que o acompanhamento da formação da identidade de gênero em crianças de diferentes faixas etárias pode suscitar novas pesquisas, capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma melhor abordagem educacional menos envolvida com estereótipos sociais e com investimento educacional desprendido do preconceito que envolve esta temática.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Tânia Maria Cordeiro. **Brinquedos e gênero na Educação Infantil: um estudo do tipo etnográfico** no estado do Rio de Janeiro. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado) – Área de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

SOUZA, Jane Felipe. **Gênero e Sexualidade nas Pedagogias Culturais: Implicações para a Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA DE INFORMÁTICA BÁSICA PARA A TERCEIRA IDADE NO PROJETO DE EXTENSÃO DO IF SUDESTE MG – CAMPUS JF

Thais Brito Dibo¹

O trabalho teve como objetivo analisar as contribuições da Disciplina de Informática Básica para os participantes do Projeto de Extensão Florescer para a 3ª idade do IF Sudeste MG – campus Juiz de Fora nos anos de 2016, 2017 e 2018. Os procedimentos metodológicos utilizados para mensuração dos resultados foram à abordagem qualitativa/quantitativo de dados assumindo um caráter explicativo e interpretativo. O levantamento de dados foi feito por meio de entrevistas coletivas e questionários individuais não identificados. A pesquisa foi aplicada no IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora, onde as atividades do Projeto acontecem. Os resultados apresentados foram: a percepção da familiarização com o uso de computadores e a criação da cultura de estarem sempre abertos a novas aprendizagens. A totalidade dos participantes declarou o quanto às aulas de Informática foram importantes na melhoria da autoestima e que esses novos conhecimentos poderão ser aplicados no dia a dia deles. Concluiu-se ser imperativo que as Instituições de Ensino em parceria com os Governos criem políticas públicas e ações efetivas para suprir as necessidades da população idosa que cresce a cada ano, que espera viver com cada vez mais qualidade de vida e em condições de estarem definitivamente inserida na sociedade.

Palavras-chave: Inclusão Digital. Informática Básica. Terceira Idade.

1 INTRODUÇÃO

O aumento da população de idosos, em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial que também vem sendo percebido no Brasil. Estima-se que em 2050, 25% da população mundial terá 60 anos ou mais, com expectativa de vida para os países desenvolvidos de 87,5 anos para os homens e 92,5 para mulheres (IBGE, 2010).

Essa tendência de crescimento da população nessa faixa etária é percebida também no município de Juiz de Fora, segundo o Censo 2010, a população juiz-forana era de 516.247 mil habitantes e a população de idosos de 70.065, ou seja, 13,57% da população juiz-forana encontra-se nesta categoria.

Ao mesmo tempo em que a população brasileira passa pelo aumento de sua população idosa, percebe-se também o aumento da informatização da sua população, de acordo com a

¹ Técnica Administrativa em Educação do IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora. Subcoordenadora do Projeto de Extensão Florescer para a 3ª idade. E-mail para contato: thais.dibo@ifsudestemg.edu.br.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C 2018), divulgada pelo IBGE, o Brasil fechou 2016 com 116 milhões de pessoas conectadas à internet, o equivalente a 64,7% da população com idade acima de 10 anos. De acordo com o órgão, 63,3 % das casas brasileiras possuíam acesso à internet.

Nesse contexto a disciplina de Informática Básica do Projeto de Extensão Florescer para a 3ª idade do IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora, tem a proposta de procurar respostas para algumas questões que afligem a população idosa. A população brasileira está envelhecendo e o fator primordial desse dado é responder como as pessoas estão envelhecendo? Qual o sentido da vida delas? Quais as necessidades? Quais os anseios? Como diminuir a exclusão digital nessa faixa etária? Como mostrar-lhes os benefícios da Informática?

Diante desses questionamentos, o Projeto justifica-se diante da necessidade de aproximação da realidade vivenciada pelo público-alvo e dos desafios que cercam o envelhecimento. Principalmente, acreditando que por meio da participação no Projeto as pessoas poderão envelhecer com mais qualidade de vida, independência, bem-estar e autonomia, por meio de atividades socializadoras, informativas, recreativas.

O Projeto atua em quatro frentes: aulas teóricas de Educação Cidadã e Educação Emocional, e aulas práticas de Atividade Física e Informática Básica.

Para PEQUENO (2010, p. 25), “As tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet, possibilitam a inserção do idoso no mundo virtual potencializando a interatividade e o acesso à informação, o que amplia as oportunidades de se incluir novamente na sociedade”.

A disciplina de Informática Básica foi pensada justamente para integrar o público alvo do projeto às essas novas tecnologias. Mostrar-lhes os benefícios dessa informatização e como eles podem se valer da socialização promovida pela internet.

O objetivo geral da disciplina de Informática Básica é promover a inclusão digital, fornecer conhecimentos básicos de uso dos principais softwares (editores de texto e planilhas eletrônicas), criação de e-mail e cadastro nas principais redes sociais. Com o propósito de despertar nos participantes o interesse pelo uso das novas tecnologias e desse modo melhorar a qualidade de vida deles. Para que eles percebam que com a internet, conseguem se comunicar com amigos e familiares distantes, podem fazer novas amizades e que a informática pode ser adaptada para melhorar o dia a dia deles.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O Projeto de Extensão acontece há 3 anos, o público atendido majoritariamente é o feminino, como demonstrado na figura 1 e com renda familiar até 2 salários mínimos, conforme apresentado na figura 2.

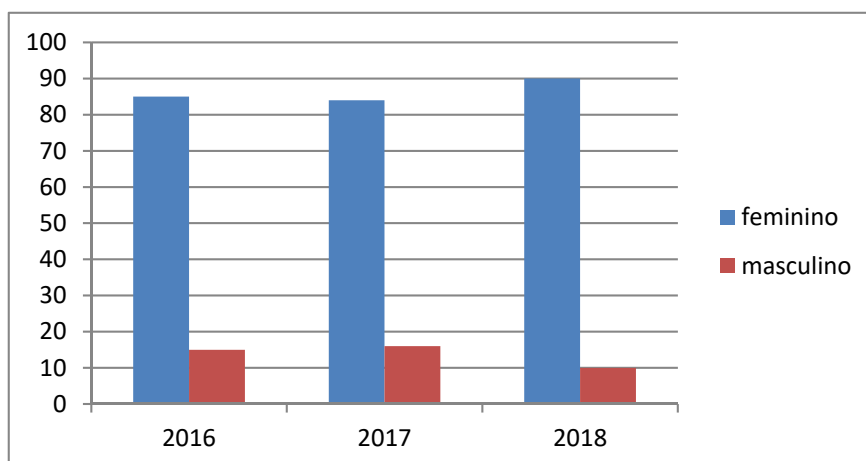


Figura 1: Gráfico de gênero dos participantes ano a ano.

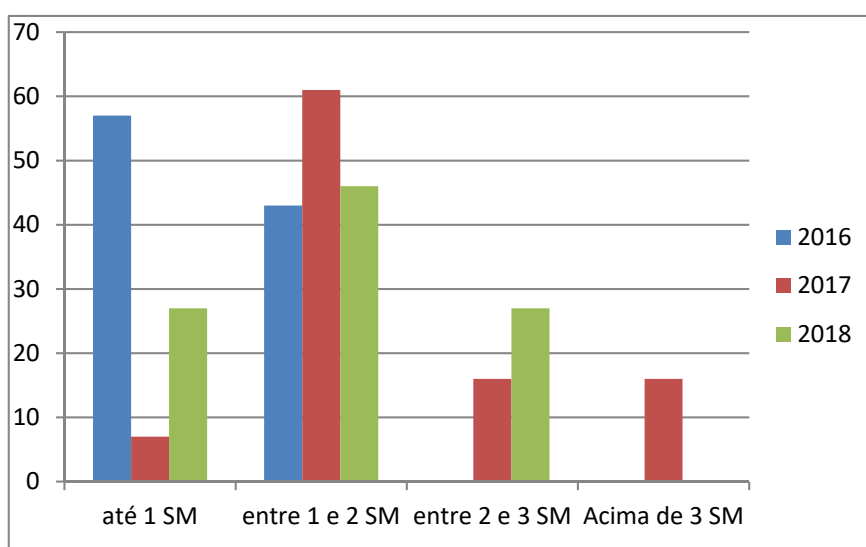


Figura 2: Renda familiar dos participantes.

As inscrições para o Projeto acontecem sempre no início do ano letivo e a duração total dos encontros é de 1 ano. As aulas acontecem 2 vezes por semana e com duração total de 6 horas/semana. Cada encontro tem 60 min de atividade física, 30 minutos de intervalo, 60 min de aula de Informática Básica e 30 minutos de aula teórica.

As aulas de Informática Básica são desenvolvidas dentro do Laboratório de Informática. Após a aula, acontece a monitoria de Informática, com duração de 1 hora, onde os participantes têm a oportunidade de refazerem os exercícios dados na aula ou tirarem dúvidas. Os participantes vão sendo aos poucos introduzidos no mundo virtual, primeiramente

apresentando-lhes os periféricos (mouse, teclado, pen-drive, CPU, monitor). Depois, são demonstradas as funções dos programas de edição de texto e de planilhas eletrônicas. Após essa fase, os participantes criam seus próprios e-mails, aprendem a mexer na Internet e depois criam perfis nas redes sociais.

CANCELA (2007) explica que as características do envelhecimento vão aparecendo gradualmente acompanhando o aumento da idade e incluem-se nelas, a diminuição da audição e acuidade visual, neste caso com limitação a captação e discriminação de ruídos e limitada adaptação ao escuro; a fala pode tornar-se restrita e incompreensível; o aprendizado e a memória de curto prazo ficarão prejudicados. Por isso, todas as atividades desenvolvidas são elaboradas de acordo com o grupo, respeitando suas limitações, seus interesses e suas necessidades. Depois de cada assunto novo, são feitos vários exercícios visando à fixação do conteúdo aprendido e a cada bimestre é realizada uma revisão geral do que já foi ensinado.

Vivenciam-se novas experiências no que se refere ao direcionamento do processo ensino aprendizagem, o qual se constrói na relação entre a professora e participantes, que juntos selecionam linhas de discussão e atuação a partir de temas significativos para a sua trajetória de vida. A metodologia aplicada deu condições para vislumbrar os participantes de forma sistêmica, com condições de compreender a importância de troca entre eles e a informática e o resultado positivo que esta pode ocasionar.

A articulação com a pesquisa acontece, pois, a disciplina oportuniza o levantamento de dados e informações e serve de base para a produção de conhecimento na área do envelhecimento e diagnóstico da realidade social. A partir da metodologia de ensino, podem-se produzir pesquisas científicas que servirão para conhecer a realidade dos idosos e de instrumento para construção de políticas públicas de inclusão direcionadas para a 3ª idade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para mensuração dos resultados foi utilizada a abordagem qualitativa/quantitativo de dados, assumindo um caráter explicativo e interpretativo, composto por levantamento de dados por meio de entrevistas coletivas e questionários individuais não identificados. A pesquisa foi aplicada ao final dos anos de 2016, 2017 e 2018 no IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora, onde as atividades do Projeto acontecem.

Percebeu-se uma familiarização com o uso de computadores e a criação de uma cultura de estarem sempre abertos a novas aprendizagens. A maioria dos participantes afirmou que antes das aulas de informática básica o nível de conhecimento que eles tinham era regular ou

ruim. Após as aulas, a maioria respondeu que o nível de conhecimento era elevado ou bom, como pode ser demonstrado nas figuras 3 e 4 abaixo.

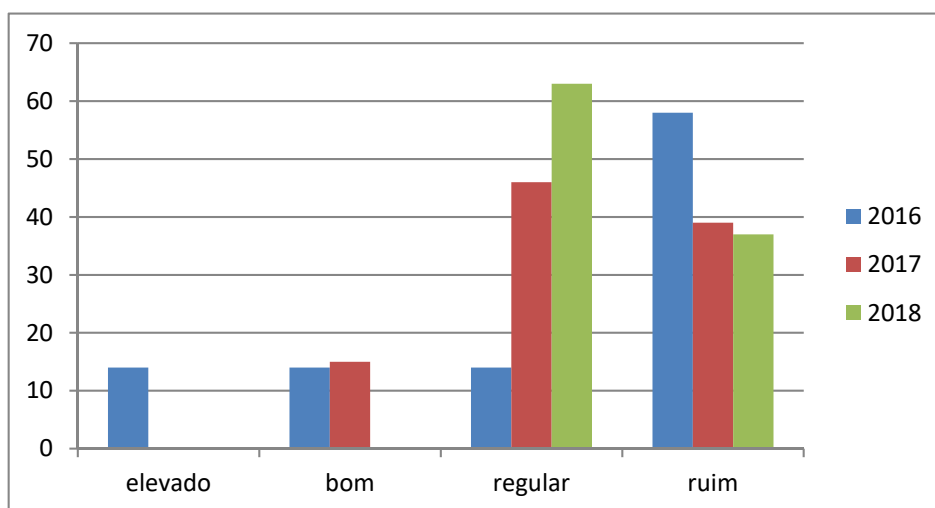


Figura 3: Nível de conhecimento antes do início das aulas de Informática.

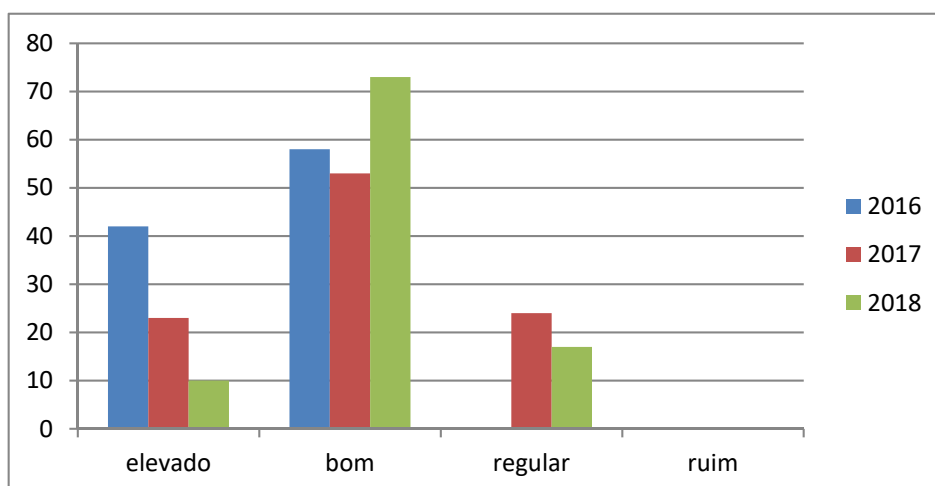


Figura 4: Nível de conhecimento de informática após as aulas de Informática.

A totalidade dos participantes declarou que às aulas de informática foram importantes na melhoria da autoestima, na percepção de que são capazes de aprender algo novo e que esses novos conhecimentos poderão ser aplicados no dia a dia, como explicitado na Tabela 1.

Tabela 1: Percepção dos participantes sobre o uso da Informática.

Ano	Você considera a Informática importante?	Você considera que a Informática pode te ajudar?	Você acha que o aprendizado na aula de Informática será usado no dia a dia?
2016	100%	100%	100%

2017	100%	100%	100%
2018	100%	100%	100%

Dessa forma, eles perceberam que a 3ª idade não precisa necessariamente ser uma fase só de tristezas, que são capazes de novas aprendizagens, de quebra de tabus e que podem adaptar-se ao uso das novas tecnologias. Ainda como resultado, O Projeto possibilita aproximar a comunidade acadêmica dos anseios e carências da faixa etária, oportunizando, assim, um espaço de discussão e pesquisas sobre a população idosa de Juiz de Fora.

4 CONCLUSÃO

Concluiu-se que o trabalho foi de grande importância, uma vez que trouxe à tona demonstrações de que as pessoas da 3ª idade têm potencialidade para novas aprendizagens e nos fez analisar os tabus e desafios que cercam essa faixa etária.

A contribuição do trabalho para o IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora foi que notadamente houve melhoria e fortalecimento da interação entre a Instituição e a comunidade externa, pois permitiu que a Instituição atuasse para além de suas atividades habituais, demonstrando compromisso com a comunidade local, bem como a efetivação dos deveres públicos estatuídos na Lei 10.741.

Percebe-se ser imperativo que as Instituições de Ensino em parceria com os Governos criem políticas públicas e ações efetivas para suprir as necessidades da população idosa que cresce a cada ano, que espera viver com cada vez mais qualidade de vida e em condições de estarem definitivamente inserida na sociedade.

Agradecimentos pelo apoio financeiro do IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora.

REFERÊNCIAS

CANCELA, D. M. G. **O processo de envelhecimento**. Trabalho realizado no estágio de complemento ao diploma de Licenciatura em Psicologia pela Universidade Lusíada do Porto: 3- 4, 2007.

CENSO 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em 28 de janeiro de 2019. Acesso em: 28 jan. 2019.

IBGE 2010. **Idoso no mundo**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/ibgteen/datas/idoso/idoso_no_mundo.html. Acesso em: 20 jan. 2019.

PNAD C 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PEQUENO M. A. **A Inclusão digital na terceira idade**. 30f. Dissertação (Serviço Social) – Escola Superior de Educação Serviço Social, Portugal, 2010.

CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS DO ACERVO GEOLÓGICO INICIAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

Samuel Conrado Jaques¹
Júlia Cássia da Silva Kunsch²
Helbert Rezende De Oliveira Silveira³

As especificidades das coleções mineralógicas-petrográficas, compostas por minerais e rochas que apresentam uma variedade de formas, tamanhos e cores, promovem maneiras próprias de exposição que chamam a atenção, logo de mediação com o público. Assim, este trabalho objetivou a criação do banco de dados das coleções mineralógicas - petrográficas do acervo inicial do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Para a criação do acervo foram realizadas pesquisas exploratórias na região, direcionadas para a aquisição e verificação de materiais de ocorrência. A coleção conta também com amostras oriundas de doações de alunos, professores, da comunidade e de outras universidades. O banco de dados inicial possui 24 tipos de minerais, com 8 variações entre as classes minerais e 22 tipos petrográficos diferentes, incluindo as três classes existentes: ígneas ou magmáticas, metamórficas e sedimentares. Este acervo se mostra como material didático que, além de proporcionar oportunidade única para discentes terem acesso a materiais físicos no entendimento da geologia, podem despertar maior interesse nos conteúdos geológicos.

Palavras-chave: Banco de dados. Mineralogia. Petrologia. Coleção geológica.

1 INTRODUÇÃO

A importância das coleções mineralógicas-petrográficas, ganhou destaque dentro do movimento de valorização dos objetos de história Natural, em meados do século XVIII. Esse início da História Natural, segundo Foucault (1999), corresponde ao olhar minucioso sobre as coisas, no qual a preocupação tem sido em alcançar as descrições neutras e fiéis. E foi por meio dessas descrições que os estudiosos começaram a refinar a realidade e a constituir a história da natureza. Assim, uma vez analisados e catalogados com seus próprios nomes, os objetos,

1 Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

2 Discente do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

3 Docente do Curso de Engenharia Civil do UNIPTAN. Orientador dos Programas PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN e BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior Particular – FUNADESP. E-mail para contato: helbert_rezende@yahoo.com.br.

agrupados de acordo com seus traços comuns, passaram a constituir os herbários, as coleções zoológicas, as coleções mineralógicas, os jardins, entre outros (LOPES, 2009).

Uma das primeiras coleções mineralógicas no Brasil foi trazida em 1818, por Dom João VI, que adquiriu uma obra com 3126 exemplares, organizada pelo alemão Abraham Werner, um dos mais importantes nomes da História da Geologia. Outra importante coleção mineralógica foi montada pela Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), organizada, inicialmente, em 1875 por Claude-Henri Gorceix, primeiro diretor do EMOP. Durante todo o seu período de existência, há mais de 100 anos, recebeu contribuições do próprio Gorceix, de outros colecionadores, de estudantes, de ex-estudantes, entre outros, e dispõe de espécies provenientes de várias regiões do Brasil e de outros países (BARBOSA, 2000).

Em 1934, a coleção mineralógica-petrográfica da Universidade de São Paulo foi organizada junto ao Departamento de Mineralogia e Petrologia da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras FFCL/USP. A partir de 1980, essa coleção passou para o Museu de Geociências, instalado no Instituto de Geociências da USP, com acervo ampliado e atualmente contando com cerca de 10.000 exemplares de minerais, minérios, gemas, meteoritos e fósseis, incluindo as coleções Araújo Ferraz, Coleção Luiz Paixão e C.L. Schnyder (BARBOSA, 2000).

Materiais conservados, quando corretamente estudados, organizados e expostos são testemunhos do patrimônio científico da humanidade e, ao mesmo tempo, fundamentais para auxiliar no trabalho para conservação de ambientes e espécies. O público deve ter acesso a essas informações e, para isso, o caráter didático dos museus deve ser assumido como fundamental.

Assim, as parcerias entre as coleções e as escolas, por exemplo, devem ser pautadas na perspectiva de conhecer essas especificidades pedagógicas, além de reconhecer a importância do acervo que possuem, pois é especialmente na perspectiva da ampliação da cultura que os museus podem auxiliar na alfabetização científica dos cidadãos (MARANDINO, 2009).

De maneira geral, todas as instituições que trabalham com pesquisa e ensino organizam coleções mineralógicas-petrográficas próprias. Essas coleções constituem importantes ferramentas para o ensino e a pesquisa e, em alguns casos, ficam expostas aos visitantes, considerando a beleza, a raridade ou o exotismo das suas amostras (BARBOSA, 2000).

O banco de dados é uma ferramenta digital que ajuda na organização interna e na identificação do local onde cada material está armazenado, cada elemento é colocado em um campo separado. Um sistema de gerenciamento de banco de dados eficaz é vital para o bom andamento das operações. Com ele, é possível manter organizados os registros dos materiais, a localização, fotografia dos materiais, e muitas outras informações. Assim, este estudo objetivou

evidenciar a importância da criação de um banco de dados das coleções mineralógicas–petrográficas existentes no acervo inicial do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Primeiramente realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a importância das coleções mineralógicas e petrográficas, assim como seu papel na pesquisa e ensino sobre geologia. Sendo levantadas, ainda, informações sobre as propriedades físicas de minerais e sobre texturas e estruturas de rochas.

A coleção mineralógica e petrográfica está armazenada no laboratório de geologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN, na cidade de São João del-Rei, município brasileiro da região geoeconômica do Campo das Vertentes, localizado na região sudeste do estado de Minas Gerais.

Para a criação do acervo foram realizadas pesquisas a campo, eminentemente práticas e investigativas, direcionadas para a aquisição de materiais e verificação das ocorrências de minerais e rochas na região onde se localiza o UNIPTAN, com o intuito de gerar conhecimento globalizado e aquisição de visão abrangente da geologia local. No acervo constam, também, amostras oriundas de doações de alunos, professores, da comunidade e outras universidades, também por meio de coletas em atividades de pesquisa exploratória na região.

Após as atividades de pesquisas a campo, as amostras coletadas passaram por processo de limpeza e posterior catalogação.

A caracterização petrográfica e mineralológica foi realizada por meio de análise macroscópica, com auxílio de lupa de mão e livro chave para o reconhecimento das rochas e minerais, conforme descrito em Pirsson e Knopf (1935), Dana e Hurlbut (1976), Gonçalves (2010) e Navarro e Zanardo (2018).

A organização da coleção foi realizada por meio de cadastramento das amostras; construção de conjuntos temáticos, criação de fichas de papel e captação de imagens.

O banco de dados foi criado com informações e imagens das amostras disponíveis no acervo. Para o banco de dados foi elaborado índice por tipologia e classificação, no qual as amostras passaram por processo de codificação, para facilitar sua localização no acervo. Esta codificação foi realizada colando os códigos impressos em uma extremidade da amostra. Os códigos contêm a inicial M (Mineral) ou R (Rocha) e as três primeiras letras do nome do

mineral/rocha, seguido do número de amostra de cada material (ex.: Barita – MBAR001). Após este processo, foi usado verniz transparente por cima deste campo, para preservação da codificação.

O banco de dados foi preenchido com as seguintes informações: nome do mineral ou da rocha, doador, procedência, quantidade de amostras, localização no acervo, classificação, fórmula química do mineral/composição mineralógica da rocha, propriedades físicas do mineral/textura, estrutura da rocha, dimensões da amostra, dentre outras

A criação inicial deste acervo foi conduzida durante o ano de 2018, enquanto o projeto “Geologia geral da região de São João del-Rei – MG: Aspectos mineralógicos e petrográficos” foi desenvolvido, e terá construção constante a partir desta criação assim como a contínua alimentação do banco de dados. O acervo será usado, inicialmente, como material de ensino em aulas práticas e teóricas, em exposições para a comunidade e em oficinas didáticas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O banco de dados inicial do Laboratório de Geologia está composto por 24 tipos diferentes de amostras de minerais. Esses exemplares foram individualizados dentro das classes químicas, de acordo com Dana e Hurlbut (1976) e Navarro e Zanardo (2018). Em nosso acervo foram observadas amostras distribuídas em 8 diferentes classes minerais.

A principal classe mineral presente no acervo é a dos silicatos, responsável por 38% das amostras (Gráfico 1). A classe dos minerais silicáticos é a mais comum no planeta Terra, representam 98% da crosta terrestre, por conta da sua abundância na crosta terrestre há uma variedade muito grande de minerais desse grupo (MENDES *et al.*, 2018).

Após os silicatos, os elementos nativos e os óxidos são as classes com maiores números de amostras cadastradas no banco de dados, representando 13% do acervo, cada uma. Posteriormente vem os carbonatos, hidróxidos, sulfatos e sulfetos representando 8% das amostras, cada uma. Por fim temos a classe dos halogenetos, representando 4% do acervo. Na figura 1 podem-se visualizar alguns dos minerais que compõem a coleção mineralógica juntamente com a codificação gerada pelo banco de dados para identificação das amostras (Figura 1).

Quanto às amostras petrográficas, o banco de dados conta com 22 tipos petrográficos diferentes, incluindo amostras dos três grupos existentes, ígneas ou magmáticas, sedimentares e metamórficas. O acervo conta com maior número de amostras de origem metamórfica,

correspondendo a 41% das amostras catalogadas, seguida pelas rochas ígneas, 32%. As rochas sedimentares representam 27% do total de rochas do acervo.



Figura 1 – Exemplares de minerais presentes na coleção mineralógica-petrográfica do UNIPTAN cadastradas e identificadas pelo banco de dados: Barita (MBAR001), Mica moscovita (MMOS015), Cassiterita (MCAS005), Pirita (MPIR016), Turmalina (MTUR022) e Quartzo (MQUA017).

As rochas ígneas foram subclassificadas em rochas ígneas extrusivas e intrusivas, desta forma nossas amostras de rochas ígneas são compostas em sua maioria por rochas de formação intrusiva, 57%, enquanto que 43% das rochas ígneas presentes na coleção são extrusivas. A seguir podemos observar algumas amostras disponíveis no acervo com a identificação gerada após a criação do banco de dados (Figura 2).



Figura 2 – Exemplares de rochas presentes na coleção mineralógica-petrográfica do UNIPTAN: Itabirito (RITA012), Esteatito, pedra sabão (REST033), Filito cinzento (RFIL034), Basalto amigdalóide (RBAS028), Gnaisse (RGNA036) e Quartzito (RQUA042).

4 CONCLUSÃO

A partir da criação do banco de dados do acervo do Laboratório de Geologia, foi possível criar identificação das amostras presentes no laboratório, facilitando a organização e apresentando informações relevantes assim como fotografias de cada amostra. O banco de dados se mostra muito didático e traz grande oportunidade para discentes terem acesso a informações de cada amostra presente no acervo inicial do UNIPTAN.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. M. Importância de uma coleção mineralógica – petrográfica – paleontológica e o acervo do laboratório de geociências e geologia da uefs. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.23, p.9-18, 2000.
- DANA, J. D.; HURLBUT, C. S. **Manual de mineralogia**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1976. 578 p.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes. 8ª ed., 2ª tiragem, 1999. 541 p.
- GONÇALVES, L. B. **Sistema inteligente de classificação de imagens de rochas macroscópicas para a indústria de petróleo e gás**. Niterói, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. 2010.
- LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 2ª ed, 2009. 369 p.
- MARANDINO, M. Museus de Ciências, Coleções e Educação: relações necessárias. **Museologia e patrimônio** - v. 2 n. 2, 2009.
- MENDES, M. V. A.; CANANÉIA, H. L. M.; NEIVA, I. B.; MACHADO, L. A.; CORREA, L. A.. Flotação de silicatos. **Holos**, Ano 34, v. 03, p. 46-56. 2018.
- NAVARRO, G. R. B.; ZANARDO A. **Tabelas para determinação de minerais**. Rio Claro, Museu Heinz Ebert, 2018. 220 p.
- PIRSSON, L. V.; KNOFF, A. **Rocks and Rock Minerals: A Manual of the Elements of Petrology without the Use of the Microscope**. Second edition, New York, 1935. 504 p.

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO NUTRICIONAL

Mylena Paiva Brezolini¹
Samyres D Margotti¹
Natália Elvira Sperandio²
Eliane Moreto Silva-Oliveira³

Quando se discute a dificuldade de aprendizagem, os fatores a ela associados são bem abrangentes. O fracasso da escola em cumprir sua tarefa de transmitir conhecimento aos seus alunos tem sido estudado sob diferentes enfoques extra e intraescolares. A má nutrição é um dos fatores ambientais que interferem no processo de aprendizagem. O presente estudo teve como objetivo revisar a literatura sobre a dificuldade de aprendizagem, destacando a sua relação com o estado nutricional. A partir de revisão de literatura e seleção de artigos e capítulos de livro que abordavam a problemática da dificuldade de aprendizagem, foram destacados alguns conceitos básicos sobre o tema, bem como os aspectos nutricionais que interferem no processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Nutrição. Estado Nutricional. Aprendizagem. Desempenho Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A dificuldade de aprendizagem é tema que inquieta pesquisadores e educadores. Embora a Constituição Federal e outras leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras) garantam o ingresso e a permanência de todos os indivíduos na escola, muitos alunos são excluídos do conhecimento que as instituições de ensino oferecem (SHIMAZAKI *et al.*, 2007).

De fato, o fracasso da escola em cumprir sua tarefa de transmitir conhecimento aos seus alunos tem sido estudado sob diferentes enfoques, sendo, por vezes, atribuído a fatores escolares, como uso de métodos de ensino inadequados, fatores extraescolares, como família e

1 Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Colaboradora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

3 Docente do Curso de Nutrição e Educação Física do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: eliane.oliveira@uniptan.edu.br.

condição de vida material dos alunos, e, por vezes, às questões biológicas, psicológicas e culturais (SANTOS, 2004; TORRES; SOARES; CONCEIÇÃO, 2016).

O objetivo do presente trabalho foi revisar a literatura sobre a dificuldade de aprendizagem e sua relação com o estado nutricional. A partir de revisão de literatura e seleção de artigos e capítulos de livro que abordavam a problemática da dificuldade de aprendizagem, foram destacados alguns conceitos básicos sobre o tema, bem como aspectos nutricionais que interferem no processo de aprendizagem.

2 MATERIAL E MÉTODOS

No presente trabalho, desenvolvido junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior do UNIPTAN (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN), foi realizada pesquisa bibliográfica/qualitativa a partir da busca de estudos que abordavam dificuldade de aprendizagem, bem como relação entre nutrição/alimentação e dificuldade de aprendizagem, nutrição/alimentação.

Para a fundamentação teórica foram selecionados artigos de revisão e capítulos de livro que apresentavam definições e conceitos sobre o tema. Dos trabalhos selecionados foram destacados alguns conceitos e resenhadas algumas considerações sobre o tema, conforme apresentado a seguir.

3 DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Aprendizagem é processo pelo qual o conhecimento é adquirido, sendo esse processo evolutivo, constante e que resulta em um conjunto de modificações no comportamento do indivíduo. Aprender é um processo contínuo que se dá no decorrer da vida, permitindo-nos adquirir novos conhecimentos em qualquer idade (BARBOSA, 2015).

Aprender é um processo amplo, complexo e contínuo. O conhecimento humano é construído e a sua inteligência é desenvolvida a partir de interações com o meio físico e social em que vive, ocorrendo de acordo com nossa maturação biológica e psicológica. A aprendizagem da criança ocorre a todo momento. Desde o primeiro dia de vida, a partir de quando a criança é exposta aos elementos da cultura e à presença do outro, se estende para a fase escolar, quando, por meio da linguagem dirigida, a criança adquire hábitos, habilidades,

informações, conhecimento e atitudes, e se amplia na interação da criança com adultos e colegas do seu convívio social, seja no ambiente escolar, seja no ambiente familiar (BARBOSA, 2015).

Para que a apreensão de novos conhecimentos ocorra de forma eficaz, vários fatores intrínsecos devem ser considerados no processo, que incluem: boa saúde física e mental, motivação, maturação, inteligência e afetividade. Dessa forma, a ausência de algum desses fatores, bem como a inadequação pedagógica pode resultar em dificuldade de aprendizagem (SILVA, 2014).

A dificuldade de aprendizagem tem sido estudada sob vários aspectos, sendo atribuída a fatores intra e extraescolares. Entre os fatores que interferem no processo de aprendizagem encontram-se as causas físicas, sensoriais, neurológicas, emocionais e intelectuais (ou cognitivas). As causas físicas dizem respeito a qualquer perturbação do estado físico e envolvem condições transitórias ou permanentes (congenita ou hereditárias); as causas sensoriais incluem distúrbios que atingem os sentidos da visão, audição, paladar, olfato e/ou tato; as causas neurológicas incluem perturbações do sistema nervoso que afetam a capacidade cerebral para entender, recordar ou comunicar informações; as causas emocionais envolvem distúrbios psicológicos ligados a sentimentos, emoções e à personalidade, de ocorrência normalmente ligado a outros problemas, como motor, sensorial etc.; as causas intelectuais ou cognitivas se referem à inteligência do indivíduo, à sua capacidade de perceber, conhecer e compreender o mundo a sua volta (SANTOS, 2004; BARBOSA, 2015; TORRES; SOARES; CONCEIÇÃO, 2016).

Família e condições socioeconômicas, questões biológicas e culturais são apontadas por muitos especialistas, que afirmam que crianças de ambiente economicamente desfavorecido, sem acesso a bens culturais e/ou a uma boa alimentação, com comprometimento do estado nutricional, têm maior dificuldade de aprendizagem (GAROZI; MENDES, 2017). Os fatores intraescolares dizem respeito ao processo educativo da criança, destacando-se o ensino inadequado feito por meio de currículos obsoletos e falta de motivação (SHIMAZAKI *et al.*, 2007).

Conforme exposto, o fracasso escolar resulta de fatores extraescolares e de fatores intraescolares, que atuam isoladamente ou em associação, exercendo efeito mais ou menos intenso, de acordo com a população de estudo.

Para o presente estudo, foram destacadas as causas biológicas, especialmente a falta de acesso à alimentação adequada, que resultam a curto prazo em comprometimento biológico e

que, a médio e longo prazo, irá afetar a capacidade cerebral para entender, recordar ou comunicar informações.

4 PAPEL DA NUTRIÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

No processo de aprendizagem, quando se tem acesso a uma nova informação, vários mecanismos cerebrais são acessos para que haja fixação e armazenamento da informação recém-adquirida. Para que a memória de curto prazo, que persiste por curto período de tempo, seja convertida em memória de longo prazo, com estocagem permanente da informação, devem ocorrer alterações funcionais e estruturais nas sinapses, que são pontos especializados do sistema nervoso central onde neurônios se encontram e comunicam entre si (SILVA-OLIVEIRA, 2018).

A fixação e o armazenamento de informações recém-adquiridas baseiam-se na formação de novas sinapses e/ou fortalecimento de sinapses existentes, a partir do aumento da expressão de genes e a síntese de novas proteínas, que resultam em alterações estruturais e funcionais que mantêm a estabilidade da memória ao longo do tempo (DUDAI, 2004).

A deficiência nutricional, seja global ou específica, durante a infância ou vida adulta, constituem-se em um dos insultos ambientais que podem afetar o sistema nervoso, fazendo com que a formação de novos neurônios e outros eventos envolvidos na fixação e armazenamento da memória de longo prazo sejam afetados de maneira irreversível. A alimentação adequada provê o organismo de uma série de nutrientes que desempenham papel crítico na proliferação celular, síntese de DNA, metabolismo de neurotransmissores e de hormônios que são constituintes de sistemas enzimáticos no cérebro. Todos esses envolvidos no processo de aprendizagem. Os efeitos da deficiência do nutriente sobre o desenvolvimento cognitivo podem acarretar sequelas irreversíveis. Os efeitos da deficiência de nutrientes variam de acordo com a função do nutriente em eventos envolvidos nos processos de memória e aprendizagem e também com a fase do desenvolvimento humano em que ocorre (SILVA-OLIVEIRA, 2018).

Uma dieta balanceada é fundamental para o crescimento e desenvolvimento intelectual, pois melhora o nível educacional e reduz transtornos de aprendizagem causados por deficiências nutricionais. Embora haja consenso da importância da nutrição para garantir adequada formação, desenvolvimento e funcionamento cerebral, a Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - em parceria com o Ministério da Saúde - MS, mostrou que, apesar dos brasileiros estar procurando ter hábitos de vida mais saudáveis, os hábitos alimentares da população brasileira são ainda preocupantes,

com inadequado consumo diário de frutas, verduras e legumes, com elevado consumo de alimentos calóricos e pouco nutritivos, como doces, tortas, balas e biscoitos recheados (IBGE, 2013).

A falta de acesso à alimentação adequada, muitas vezes associada a condições socioeconômicas precárias, hoje é encontrada em todas as classes sociais. Se há algumas décadas se falava em desnutrição devido à falta de acesso à alimentação adequada por questões financeiras, hoje, a má alimentação é resultado do processo de industrialização, urbanização, desenvolvimento econômico e globalização. Dessa forma, a má alimentação é resultado da transição nutricional, que é um processo que se caracteriza pela quase ausência de desnutrição proteico-energética grave, presença de baixa estatura (associada à desnutrição crônica nos primeiros anos de vida) e pelo aumento do sobrepeso e da obesidade em escalas populacionais alarmantes que, de modo progressivo, atingem também as camadas socioeconômicas mais baixas (POPKIN; GORDON-LARSEN, 2004).

Para resolver o problema de dificuldade de aprendizagem relacionado à deficiência de nutrientes, não é suficiente que os indivíduos e as famílias tenham acesso à alimentação. É necessário trabalho de educação nutricional no ambiente escolar e na comunidade, formando um aluno mais crítico e autônomo, capaz de fazer escolhas alimentares mais saudáveis frente à alimentação a que tem acesso diariamente. A escola, como ambiente de produção do conhecimento, pode exercer papel fundamental para a educação nutricional, que, iniciada em sala de aula pode ser disseminada na família e comunidade onde o aluno está inserido.

4 CONCLUSÃO

A dificuldade de aprendizagem é um dos graves problemas enfrentados pelos educadores. A nutrição exerce importante influência sobre o desenvolvimento cerebral de maneira que a deficiência global de nutrientes, bem como deficiências específicas, pode afetar aspectos da sua macroestrutura (como o desenvolvimento de áreas cerebrais como o hipocampo), sua microestrutura (como processo de mielinização dos neurônios) e o nível e operação dos neurotransmissores, todos aspectos que influenciam no desenvolvimento cognitivo e, conseqüentemente na aprendizagem (SILVA-OLIVEIRA, 2018).

Embora o adequado acesso à alimentação, por si só, não seja capaz de resolver o problema de dificuldade de aprendizagem, trabalho de educação nutricional na escola e junto à comunidade podem minimizar os efeitos da deficiência de nutrientes sobre o fracasso da escola

em transmitir conhecimento. Assim, trabalho colaborativo entre educação e saúde deve ser incentivado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. B. **Dificuldades de aprendizagem no contexto escolar: perspectivas para sua compreensão e superação**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2015. 51 p. (Monografia, Licenciatura em Pedagogia).

DUDAI, Y. The neurobiology of consolidations, or, how stable is the engram? *Annu. Rev. Psychol.*, v. 55, p. 51-86, 2004.

GAROZI, M. J. O.; MENDES, F.; A. Impacto da alimentação no estado nutricional e aprendizagem de universitários. *In: 3º Congresso Multidisciplinar de Produção Científica*, 2016, Alegre – ES. Propostas Educacionais da Diversidade no Contexto dos Direitos Humanos, p. 10-27, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde: 2013. Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas**. Rio de Janeiro: IBGE; 2014.

POPKIN, B. M.; GORDON-LARSEN, P. The nutrition transition: worldwide obesity dynamics and their determinants. *Int J Obes Relat Metab Disord*, v. 28, supl. 3, p. 2-9, 2004.

SANTOS, M. A. F. Dificuldades de aprendizagem na alfabetização dos alunos de classes populares. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2004. 44 p. (Monografia, Especialização em Psicopedagogia).

SHIMAZAKI, E. M.; DIAS, L. C.; MORI, N. N. R.; OLIVEIRA, L. V. Causas das dificuldades na leitura e escrita. *In: COLE*, 2007, Campinas - SP, v. 01, p. 01-09, 2007. Disponível em: <http://alb.com.br/anais16/sem09pdf/sm09ss03_02.pdf> Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

SILVA, J. V. B. O. **Dificuldades na leitura e escrita**. Itabaiana: Universidade Estadual da Paraíba, 2014. 41 p. (Monografia, Especialização em Fundamentos da Educação e Práticas Pedagógicas Interdisciplinares).

SILVA-OLIVEIRA, E. M. Nutrição e aprendizagem. *In: CARVALHO, J. M.; SOUZA, H. P. (Coord). Educação e saúde: diálogos*. 1. Ed. Campinas: Pontes, 2018. p. 167-176.

TORRES, N. L.; SOARES, T. S.; CONCEIÇÃO, F. H. G. Dificuldade de aprendizagem: além do muro escolar. *In: II Encontro Científico Multidisciplinar da Faculdade Amadeus*. Qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, p. 114-124, 2016. Disponível em: <<http://faculdadeamadeus.com.br/graduacao/Web/content/content-anais/encontro-multidisciplinar/attachments/download/DIFICULDADE%20DE%20APRENDIZAGEM%20alem%20do%20Muro%20Escolar.pdf>>.

ECOCÍDIO NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DE SUA COMPETÊNCIA EM FACE DA SOBERANIA DO ESTADO

Adriana Netto Cardoso¹

Júlia Caroline Silva¹

Luiz Henrique Guimarães Senna²

Jorge Heleno Costa³

Este trabalho teve como objetivo abordar a competência do Tribunal Penal Internacional para julgar o crime de ecocídio em paralelo ao fundamento constitucional da soberania do Estado. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, por meio do método jurídico-dedutivo, tendo como marco-teórico a Constituição Federal e a recente literatura sobre o tema. Como resultado, foi constatado que o crime de ecocídio ultrapassa o território em que foi praticado, uma vez que a natureza não pertence a determinado local e sim a toda a coletividade. Por outro lado, foi apurado que o Tribunal Penal Internacional tem transcendência supra estatal, dada a sua função de proteger os direitos humanos. Após o estudo, pôde-se concluir que a competência para julgamento do crime de ecocídio pelo Tribunal Penal Internacional não fere o fundamento constitucional da soberania do Estado, tendo em vista que o bem jurídico protegido diz respeito a toda humanidade.

Palavras-chave: Ecocídio. Tribunal Penal Internacional. Soberania do Estado.

1 INTRODUÇÃO

Ecocídio é o conceito jurídico contemporâneo que surgiu pela necessidade de explicar a interferência destrutiva dos seres humanos em um determinado ecossistema, atingindo em parte ou ainda toda uma vegetação, comprometendo, também, a habitação pacífica dos seres humanos e dos animais no território devastado.

O crime de ecocídio teve seu início de elaboração na década de oitenta, com o Estatuto de Roma, mas em 1996 foi retirado repentinamente de tal sem que maiores informações fossem dadas. Sem essa remoção, hoje o ecocídio seria um crime autônomo, como por exemplo, o genocídio e teria respaldos nas leis para ser julgado de uma maneira mais eficaz.

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

2 Discente do Curso de História da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

3 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN.

E-mail para contato: adriananettoc@gmail.com.

O Brasil vem sofrendo com a reincidência de crimes ambientais, mas o legislativo e o judiciário ainda não oferecem as soluções mais adequadas. Sendo assim, a presente pesquisa buscou tribunais que reconhecessem o crime de ecocídio e que tivessem competência para julgá-los. A análise da possibilidade de jurisdição do Tribunal Penal Internacional é de suma importância para a comunidade acadêmica, pois diz respeito à eventual interferência entre a competência internacional e a soberania nacional, fundamento da Constituição da República de 1988.

Segundo Piovesan [2000], “o Estatuto busca equacionar a garantia do direito à justiça, o fim da impunidade, a soberania do Estado à luz do Princípio de Complementariedade”. Nesse sentido, a jurisdição do TPI complementa o direito pátrio, tornando-se um importante mecanismo para a devida responsabilização dos crimes de ecocídio, tendo em vista a incapacidade ou omissão do sistema judicial interno.

É, também, inegavelmente relevante para a comunidade externa que busca, sem sucesso, amparo legal diante das recentes tragédias envolvendo os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, ambas situadas no estado de Minas Gerais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Os objetivos do presente trabalho serão buscados por meio de pesquisa bibliográfica por meio do método jurídico-dedutivo tendo como marco teórico o fundamento constitucional da Soberania do Estado em face a competência do Tribunal Penal Internacional.

O Dossiê *Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro*, produzido por Flávia Piovesan e Daniela Ribeiro Ikawa, instrumentalizam o presente trabalho no sentido de apontar a relação entre a jurisdição internacional e os tribunais locais por intermédio do princípio da complementariedade.

Especificamente sobre a incidência do Tribunal Penal Internacional para crimes de ecocídio, com relação às problematizações da inclusão deste tipo penal no Estatuto de Roma e dos atuais mecanismos legais para julgar crimes dessa natureza, busca-se o diálogo entre as considerações da jurista Polly Higgins com o recente artigo *Ecocídio e o tribunal penal internacional* de Heron Gordilho e Fernanda Ravazzano.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No final de 2016 o TPI passou a reconhecer o ecocídio como um crime contra a humanidade. O conceito ainda não consta expressamente como um tipo penal autônomo nas disposições do Estatuto de Roma e certamente sua inclusão não está isenta de problemas econômicos e políticos a nível mundial. Entretanto, alguns juristas têm proposto sua inclusão. Polly Higgins propõe, desde 2010, a inclusão desse crime no roll do artigo 5º do Estatuto, o que garantiria uma maior eficácia no combate aos crimes ambientais de incidência internacional. Também em recente entrevista ao periódico online El País, a mesma jurista apresenta a hipótese de que possivelmente os desastres de Mariana e Brumadinho podem ser tipificados como crimes de ecocídio, mas que existem evidências a serem analisadas, sobre o tamanho, a duração e o impacto dos eventos:

Embora o ecocídio não exista como crime no Brasil, examinar as evidências neste contexto como um potencial ecocídio reformula a questão. Deixa de ser visto como um ‘acidente’ para se analisar se houve uma falha significativa de um dever legal de cuidado da empresa, o que, por sua vez, abre a questão sobre se o Estado deve processar os responsáveis [HIGGINS, 2019].

Porém, como processar os responsáveis se não existem os mecanismos legais para isso? Higgins sugere que existe a possibilidade de usar o argumento do artigo 7º, alínea ‘k’, do Estatuto de Roma, que tipifica atos desumanos como crimes contra a humanidade.

Toda a humanidade tem direito a viver em um ecossistema equilibrado, configurando um dos direitos humanos transindividuais de terceira dimensão. Então, a destruição em larga escala do ecossistema gera a possibilidade de responsabilizar os autores do crime em nível internacional. Porém, segundo Assis [2018], segue-se que “a admissão do ecocídio não é um tema pacífico”, mas por outro lado conclui a autora que os efeitos dos danos ambientais ultrapassam as fronteiras nacionais, no sentido que as alterações climáticas afetam o planeta Terra como um todo:

A proteção ao meio-ambiente não pode ser simbólica e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado deve ser levado a sério. O ser humano depende do meio ambiente para sobreviver, logo é preciso encarar a proteção ambiental como uma questão de sobrevivência [ASSIS, 2018].

Seria uma alternativa, então, para conduzir os responsáveis pela tragédia do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, há 3 anos atrás ao Tribunal Penal Internacional. Em solo nacional o crime quase prescreveu, enquanto isso muitos dos danos àquele ecossistema e aos habitantes daquele território são irreversíveis, ao passo que a profundidade do impacto ainda não está conclusa e levará tempo para averiguar.

Fato é que o Relatório preliminar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que em visita ao Brasil no início de novembro de 2018, constatou que o rompimento da Barragem do Fundão “representou o maior desastre ambiental do Brasil, por conta da inundação de um dos maiores santuários da biodiversidade marinha do mundo”, e ainda foi informada, que “pouco há avançado na investigação e sanção dos responsáveis e a reparação das vítimas afetadas” [CIDH, 2018, p.8].

Considerando que o ordenamento jurídico brasileiro está comprometido com a ordem interna e internacional, tal como aduz o Preâmbulo constitucional, e lembrando que a dignidade humana também consta no rol de fundamentos da República brasileira, juntamente com a soberania, cumpre questionar se existe realmente um conflito de competências entre a jurisdição internacional e o direito pátrio. O Dossiê *Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro* apresentam argumentos que derrubam aquela hipótese:

O Tribunal Penal Internacional reflete, ainda, um avanço na consolidação do princípio da dignidade humana na esfera internacional, implicando uma maior flexibilização do princípio da soberania centrado na figura do Estado [PIOVESAN; IKAWA; p.187, 2008].

Para combater esse crime, a atuação do judiciário, somada à omissão do legislativo, têm se mostrado ineficaz no sentido de prevenir novos desastres, levando em consideração a reincidência ocorrida em Brumadinho no início 2019. Então, é nesse sentido que se invoca a complementariedade do Tribunal Penal Internacional, pois

“[...] a competência do TPI é complementar, sendo admitida apenas para os delitos sem previsão nas legislações internas dos Estados-membros que reconhecem e ratificaram o Tratado que criou o tribunal.” [GORDILHO; RAVAZZANO; p.690, 2017]

4 CONCLUSÃO

Segundo Piovesan, “o Estado pode utilizar-se do Tribunal para estender os limites de sua própria soberania com vistas à proteção de direitos humanos” [2008, p.164]. Dessa forma, entende-se que a atuação complementar e subsidiária do TPI não é avessa ao fundamento da soberania estatal, antes disso, parece representar exatamente o oposto.

Faz-se necessária a complementariedade do Tribunal Penal Internacional, já que sua transcendência supra-estatal tem função protetiva dos direitos humanos e está em consonância com o princípio internacional disposto no artigo 4º, inciso II da Constituição Federal, a saber,

a prevalência dos direitos humanos. Devido à gravidade do ecocídio, a questão passa a ser de interesse de todas as nações, pois significa uma ameaça à humanidade como um todo, e não apenas em âmbito nacional.

Pôde-se extrair do presente trabalho que, em se tratando de um crime de projeção internacional, uma vez que o meio ambiente equilibrado é um direito fundamental transindividual e diz respeito a toda humanidade, a justificativa de interferência na soberania nacional parece equivocada.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Christiane Costa. Ecocídio?! **Revista online Dom Total**, 2018. Disponível em: <<http://domtotal.com/noticia/1248026/2018/04/ecocidio/>> Acesso em: 21 fev. 2019

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto 4.388, de 25 de setembro de 2002**. Promulga o Estatuto de Roma. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CIDH. **Observações preliminares da visita in loco da CIDH ao Brasil**. Rio de Janeiro, 2018.

GORDILHO, Heron; RAVAZZANO, Fernanda. Ecocídio e o tribunal penal internacional. **Justiça do Direito**, v. 31, n. 3, p. 688-704, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/7841>> Acesso em: 12 de março 2019.

HIGGINS, Polly. **Proposed Amendment to the Rome Statute**. 2010. Disponível em: <<https://eradicatingecocide.com/the-law/rome-statute/>> . Acesso em: 21 fev. 2019.

HIGGINS, Polly. **Os desastres da mineração no Brasil podem ser julgados como crimes contra a humanidade**. El País: 26 Fev 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550859857_043414.html?id_externo_rsoc=fbads_BZ_CM&fbclid=IwAR1ZdYAnuIIcv0AF535m7Nn8E_t9Z5hskQvZuXCy3V9lgmYIROPs7JT4I> Acesso em: 12 de março 2019.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 16 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela Ribeiro. O Tribunal Penal Internacional e o Direito Brasileiro. **Dossiê CIDH**, p. 154-191, 2008. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33247.pdf>>. Acesso em: 12 de março 2019.

PIOVESAN, Flávia. Princípio da complementariedade e soberania. **Revista CEJ**, v. 4, n. 11, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/349/551>> Acesso em: 12 de março 2019.

EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA BIQUINHA NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI - MG COM USO DE MATERIAL RECICLADO

Laísa Santos Magalhães¹
Luciana Martins Ezequiel Sousa Lima²

É imprescindível no século XXI, que as civilizações tenham consciência de seus atos de consumo exagerados e o descarte incorreto de resíduos sólidos urbanos (RSU). Nesse contexto, é primordial que os indivíduos tenham conhecimento das práticas existentes de reciclagem, remanufatura e reutilização para minimizar os efeitos colaterais da disposição incorreta dos RSU. Diante disso, é fundamental a presença da educação ambiental no intuito de promover uma sensibilização no uso dos recursos finitos e também, no descarte de resíduos. Logo, o presente estudo foi dividido em duas fases iniciais que tiveram como objetivo fazer um levantamento por meio de uma pesquisa com os moradores e frequentadores próximos a praça da Biquinha na cidade de São João del-Rei com a finalidade de captar respectivas opiniões quanto à proposta de revitalização da praça por meio de produtos reciclados e identificar a disposição/aceitação da mesma. Assim, foi aplicado um questionário semiestruturado para 102 indivíduos nos dias 29 e 30 de janeiro de 2019. Para fundamentar o estudo, foi feito um apanhado bibliográfico sobre sustentabilidade, educação ambiental e políticas de RSU. Tornar-se-á importante ressaltar que esse estudo compreende apenas umas das etapas do projeto de pesquisa para revitalização da praça. Dessarte, como resultado parcial, compreende-se que é vital a educação ambiental, para que, por meio dela a sensibilização ambiental possa ser inserida de maneira gradual na cultura dos habitantes sanjoanenses. Ainda, que os interesses individuais se tornem coletivos no que tange às preocupações ambientais da esfera pública formada dentro da sociedade e dos interesses políticos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Sustentabilidade. Resíduos Sólidos. Sensibilização Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Devido à escassez dos recursos finitos e a degradação ambiental que vivenciamos ao longo do século XXI, é fundamental que as civilizações tenham conhecimento sobre as consequências dos seus atos de consumo e descarte, bem como das alternativas a respeito de métodos de reciclagem, remanufatura e reutilização dos resíduos sólidos urbanos. Vivemos em uma sociedade capitalista pautada nas questões de produtividade e consumo. Dessa maneira, os

¹ Discente do Curso de Administração do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista no Programa de Bolsas de Extensão em interface com a Pesquisa– UNIPTAN/SANTANDER.

² Docente do Curso de Administração do UNIPTAN. Doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientadora do Programa de Bolsas de Extensão em interface com a Pesquisa– UNIPTAN/SANTANDER. Email para contato: luciana.lima@uniptan.edu.br.

indivíduos consomem cada vez mais, limitando assim os recursos existentes no planeta Terra. Tais atitudes elevam a quantidade de lixo que é gerada e descartada de forma inadequada, que acaba por levar a humanidade a enfrentar um dos maiores problemas da atualidade, a gestão adequada do lixo (SEGATTO, 2013).

Logo, o tema da presente pesquisa é relevante para toda a sociedade civil, uma vez que o Panorama dos Resíduos Sólidos de 2017 da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), alega que 6,9 milhões de toneladas de RSU ainda são depositadas diariamente em locais inadequados uma vez que 75% dos brasileiros não separam seus resíduos para coleta seletiva e por falta de conhecimento a respeito da reciclagem de RSU. Além disso, buscou-se por meio desse estudo fazer um levantamento inicial sobre as opiniões de uma revitalização a ser feita por meio da reciclagem. Como ponto inicial para utilizar a reciclagem e o reaproveitamento é de suma importância um trabalho de sensibilização a ser desenvolvido com a participação de pessoas e seu engajamento na busca de melhorias para as condições de vida da população de onde residem.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Com a finalidade de embasar o estudo proveniente do programa de extensão com interface em pesquisa do Santander, foi realizado um apanhado bibliográfico referente a temática de sustentabilidade, resíduos sólidos e sensibilização ambiental. Assim, levando em consideração o que Vergara (2005) nos diz, pode-se entender que a pesquisa bibliográfica é um estudo que se baseia em livros, revistas e jornais já publicados tanto fisicamente como no modo eletrônico, que, possibilita o contato do público com o mesmo. Para validar a segunda parte do estudo, foi feita uma pesquisa de opinião por meio da aplicação de um questionário contendo treze perguntas que se referiam de modo geral ao sexo, faixa etária, escolaridade, e com o principal propósito de verificar a frequência de visita dos entrevistados na praça e o motivo. Além disso, foi perguntado aos entrevistados, se aceitariam uma revitalização da praça com produtos reciclados. Ainda, se os mesmos estariam dispostos a preservar a praça situada no bairro do Tijuco (chamada de praça da Biquinha) e com que frequência poderiam exercer tal ação.

Foi aplicado um questionário a uma amostra de 102 habitantes da cidade de São João del-Rei, mais especificamente, moradores e/ou frequentadores da praça localizada no bairro Tijuco com 15.699 mil habitantes nos dias 29 e 30 de janeiro de 2019. A fim de se obter uma

amostra válida, foi realizado um cálculo pelo software Minitab previamente, baseado na quantidade de habitantes do bairro do Tijuco em torno de 15.700 habitantes com *P de 50* e intervalo de confiança de 95% que resultou em uma amostra válida de 70 elementos. Nesse contexto, pode-se dizer que foi feita uma pesquisa de campo, que segundo Vergara (2005), é uma investigação empírica, que é realizada onde ocorreu um determinado fenômeno ou quando há necessidade de elementos para validá-lo, sendo assim, entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não são consideradas pesquisas de campo. É a pesquisa que busca informação diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter. Trata-se de um procedimento útil, especialmente em pesquisas exploratórias e descritivas (SANTOS, 1999). A pesquisa com *survey* pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa (FONSECA, 2002, p. 33). Nesse tipo de pesquisa, o respondente não é identificável, portanto o sigilo é garantido.

Nesse mesmo contexto, pode-se dizer que a pesquisa possui natureza quali-quantitativa, isso porque fez levantamento dos percentuais obtidos por meio de análise estatística simples para cálculo de amostragem e percentuais, onde posteriormente se realizou a comparação e descrição dos dados levantados. A análise qualitativa é caracterizada pelo uso de transcrições, depoimentos e citações que definem pontos de vista sobre determinado tema ou objeto de estudo (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, como parte da pesquisa qualitativa foi realizada a análise de conteúdo e descrição de dados, bem como sua comparação com referencial, assim como a observação e análise de fatos e documentos dispostos durante a primeira e segunda parte do estudo aos pesquisadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado parcial da primeira fase do estudo, levou-se em consideração o questionário aplicado aos 102 habitantes e/ou frequentadores da praça da Biquinha no bairro do Tijuco, localizado na cidade de São João del-Rei e a análise dos dados levantados. Dessa forma, pode-se constatar que 52% da amostra selecionada é do sexo masculino e 48% é do sexo feminino. Nota-se que a maioria, ou seja, 28,4% dos entrevistados possui entre 36 a 50 anos e 38,2% da amostra possui apenas o Ensino Médio completo. Uma das perguntas feitas aos entrevistados se referia sobre a proximidade da sua residência a praça e 52% afirmaram morar

perto da “Biquinha”. Ainda, a pesquisa constatou que 85,3% dos 102 indivíduos entrevistados afirmam que a praça faz parte de suas rotas para trabalho, estudos entre outros. Foi perguntado também aos respondentes se eles frequentam a praça e 83,3% afirmam passar algum tempo no local. Dessa forma, 42,5% frequentam o local 1 vez na semana, 35,6% de 2 a 3 vezes na semana e 21,8% frequentam mais de 3 vezes durante a semana.

Como parte do objetivo da pesquisa, foi perguntado se eles se sentem bem ao frequentar a praça, a partir daí, foi possível mensurar que 90,9% dos 102 entrevistados se sentem bem ao visitar e passar algum tempo no local estudado, dado que, consideram a praça um lugar de convívio social e para entretenimento. Esse dado específico demonstra que o local escolhido para revitalização possui frequentadores com considerável assiduidade e que reconhecem o espaço como local de lazer e entretenimento. Já os 9,1% alegam não se sentir bem ao frequentar a praça pois a considera um lugar perigoso e mal cuidado.

Nessa perspectiva, nota-se a importância de revitalizar a praça para aqueles que já possuem algum sentimento positivo em relação ao local e, também, torná-lo um lugar mais agradável, colorido, seguro e ainda possibilitar a sensibilização ambiental por meio de uma revitalização sustentável da praça. Portanto, nesse contexto, foi perguntado aos entrevistados se eles aprovavam a revitalização do local com produtos sustentáveis (reciclados e reutilizados) e os percentuais podem ser observados no gráfico a seguir.

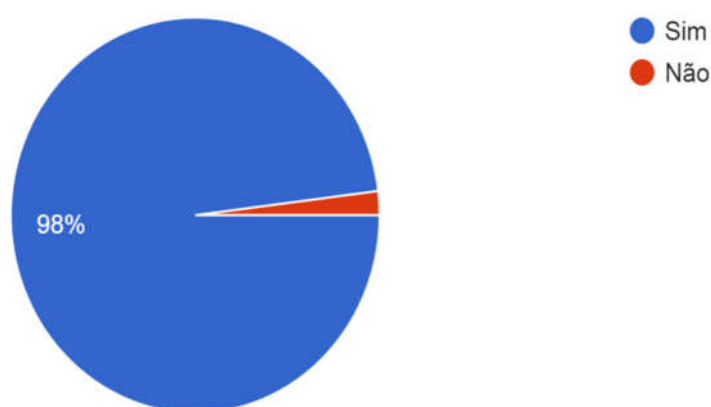


Gráfico 1 - Percentuais de aprovação da revitalização da praça da Biquinha com produtos sustentáveis. **Fonte:** Dados de pesquisa (2019)

Ao analisarmos o gráfico, nota-se que uma grande parte da amostra 98%, concorda com a possibilidade de revitalização da praça com produtos sustentáveis. Sendo assim, constatou-se que os respondentes têm interesse nas práticas de cunho sustentável. Porém, quando questionados sobre a possibilidade dos mesmos participarem da revitalização (canteiro/horta

comunitária), assim como da preservação da praça, 65,7% se dispõe a ajudar, porém 34,3 % alegam não tem tempo para tais atividades e, portanto, não se dispõe a auxiliar na manutenção.

Assim sendo, é importante que não só as empresas, mas sim que toda comunidade adote práticas de redução, reutilização e reciclagem dos materiais, por meio de ações educativas, já que a sustentabilidade ambiental propõe um consumo mais consciente, além de buscar tornar os cidadãos conhecedores da legislação vigente a um nível federal, estadual e municipal. A partir do momento que cada um de nós se sensibiliza com as questões relacionadas ao meio ambiente, nos tornamos responsáveis pela flora e fauna que compõe nosso planeta, pois a partir de uma interação inadequada, eles podem ser afetados, o que poderá refletir de maneira inadequada no planeta Terra (ECHEVARRÍA, 2008). Nesse sentido, os entrevistados demonstram a preocupação e a intenção de participar em ações de cunho sustentável. Nessa visão, outra pergunta foi feita sobre a constância que os entrevistados se dispunham a auxiliar na manutenção da praça caso fossem consumir as hortaliças e temperos da proposta horta/canteiro comunitário. Como resposta, verificou-se que a maioria, ou seja, 30,4% nunca iriam repor o que haviam consumido, uma vez que, alegam falta de tempo para se dedicar à tais atividades. Já 23,5% iriam repor mensalmente; 17,6% semanalmente; 14,7% quinzenalmente; 9,8% esporadicamente e 3,9% iriam repor anualmente.

Notar-se-á a importância da sensibilização por meio de ações educativas de caráter socioambiental contínuas, já que a população tem disposição, mas ainda demonstra a falta de conscientização ambiental ao demonstrar um interesse individual, pautado em questões de proveito próprio e não voltados para o bem comum. Logo, esse processo demanda ações a longo prazo, mas contínuas, que possibilitem uma transformação profunda nas raízes do consumo e na utilização dos recursos, visto que o capitalismo é fundamental, todavia, é de imprescindível que haja um desenvolvimento sustentável por parte das civilizações que permita a evolução e sobrevivência dos seres vivos (ROOS; BECKER, 2012).

4 CONCLUSÃO

Por meio dos resultados parciais da primeira etapa da pesquisa sobre a revitalização da Praça da Biquinha, já podemos identificar a necessidade de se acentuar as ações socioeducativas na região. A questão socioambiental está muito mais associada às questões culturais, políticas, econômicas e aos valores e interesses da população do que prevíamos. Portanto, para o direcionamento desses interesses individuais à formação de uma consciência ambiental na

esfera pública, dever-se-á primeiramente, dotar os indivíduos de conhecimento, e assim, sensibilizá-los para as consequências graves da falta de interesse público sobre a questão socioambiental. Somente por meio de uma efetiva e contínua educação ambiental introduzida de maneira gradual no dia a dia de cada cidadão, será possível criar uma cultura sustentável, por meio de hábitos corretos e a sensibilização da população para participar e exigir políticas públicas e ações ambientalmente responsáveis. Dentro dessa perspectiva, promover uma real e efetiva sensibilização ambiental na comunidade, que a tornará mais participativa e consciente dos seus direitos e deveres relacionados às ações de preservação do ambiente em que vivem.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos de 2017**. São Paulo, Setembro 2018. Disponível em: <<http://abrelpe.org.br/panorama/>>. Acesso em: 02 fev. 2019.
- ECHEVARRÍA, J. C. M. Ambiente y cultura como objetos del derecho. 1. ed. **Buenos Aires: Quorum**, 2008. p. 1-2.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- ROOS A, BECKER ELS. Educação ambiental e sustentabilidade. **Reget.**, v. 5, n. 5, p. 857-66, 2012.
- SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SEGATTO, F. B. B. Conhecendo as formas de descartes do óleo saturado de cozinha para verificar a Educação Ambiental na escola. **RGET/UFSM**, v.10, n.10, jan 2013.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E REVISÃO TEXTUAL: UM ESPAÇO PROFISSIONAL ALTERNATIVO PARA OS LICENCIADOS EM LETRAS

Ana Clara Reis Moura¹
Janaína de Assis Rufino²

Esta comunicação tem por objetivo apresentar as experiências adquiridas em 2018 no “Curso de Formação de Revisores”, uma ação de extensão realizada no IF Sudeste MG – *campus* São João del-Rei. Consiste na preparação de alunos e ex-alunos da instituição de ensino supracitada, bem como de membros da comunidade acadêmica externa, para atuar na área de revisão textual. O curso também garante oportunidades de desenvolvimento das atribuições indispensáveis a esse profissional por meio da revisão de produtos acadêmicos elaborados pelo Instituto. Para o relato das atividades, adotamos o seguinte percurso metodológico: primeiro, delimitamos a natureza da ação e fizemos uma breve explanação acerca do papel profissional e social do revisor de textos. Em seguida, apresentamos os referenciais teóricos que subsidiam o curso e descrevemos as atividades realizadas no período de maio a dezembro, finalizando com detalhes do trabalho de revisão desenvolvido na coletânea de artigos do IF São João del-Rei e nos resumos expandidos submetidos ao VIII Simpósio de Pesquisa e Inovação, evento promovido no mesmo *campus*. Como resultados, expomos como a ação atingiu ou não as nossas expectativas e também a repercussão positiva do trabalho dos revisores no âmbito interinstitucional. Para concluir, reforçamos que a Universidade deve cumprir com sua função de produtora e socializadora do conhecimento técnico-científico. Apresentamos nossa visão sobre como o curso oferecido empenha-se na formação integral dos discentes, fomentando os diversos letramentos e comprometendo-se com a emancipação humana e profissional.

Palavras-chave: Curso de extensão. Revisão textual. Letramento. Emancipação.

1 INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura brasileira de constantes transformações nas esferas política, econômica e social, a Universidade deve assumir um papel ativo na comunidade em que se insere. Isso é possível, por exemplo, por meio da Extensão Universitária, a qual deve estar calcada no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sobretudo em seu aspecto operacional, de maneira que possamos verificar como a

1 Discente do curso de Letras do IF/SJDR. Bolsista do PIAEX/IF Sudeste MG.

2 Graduada em Letras pela UNIPAC. Especialista em Extensão Universitária pela UFSJ e em Língua Portuguesa pela PUC Minas. Mestre e Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG. Docente do curso de Letras do IF/SJDR. Orientadora do PIAEX/IF Sudeste MG.

E-mail para contato: janaina.rufino@ifsudestemg.edu.br

interdisciplinaridade permite a construção de uma relação dialógica entre a Universidade e a sociedade, superando o discurso da hegemonia acadêmica (FORPROEX, 2012).

Diante disso, nossa proposta neste trabalho é apresentar a edição de 2018 do “Curso de Formação de Revisores”, que integra, desde 2016, o conjunto de ações extensionistas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – campus São João del-Rei. No ano seguinte, vinculou-se ao Programa de Extensão Centro de Linguagens e de Letramentos (CELL), estruturado no referido campus por contemplação em editais do Programa Institucional de Apoio à Extensão (PIAEX).

Nosso objetivo geral com o CELL é alcançar uma sistematização de ações de extensão desenvolvidas no Núcleo de Educação da instituição, mais especificamente no curso de Letras, partindo da conceituação bakhtiniana de linguagem em uma perspectiva interacionista e de letramento como uso social dessa mesma linguagem. Acreditamos que essa sistematização é um mecanismo bastante eficaz para a potencialização das ações, bem como para o cumprimento das diretrizes de impacto previstas pelos Pró-Reitores na Política Nacional de Extensão Universitária (2012).

É justamente nesse domínio que o “Curso de Formação de Revisores” se encaixa. A ação se torna relevante na medida em que busca apresentar ao público-alvo aspectos práticos da revisão de texto, as principais características a serem aprimoradas pelos profissionais da área e sugestões para organização e gerenciamento da carreira de revisor. Ademais, por ser articulado em uma instituição pública de ensino, o curso se compromete com a ressignificação da revisão e do revisor profissional no meio científico e social, visando à formação integral dos sujeitos e atingindo diferentes setores da sociedade por meio da disseminação do conhecimento produzido na academia.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Diretoria de Extensão do IF São João del-Rei define curso, enquanto modalidade de extensão, como um “conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de oito horas e processo de avaliação” ([s.d.], p. 2). Nesse sentido, o “Curso de Formação de Revisores” do CELL se configura como uma oportunidade de conhecer e adquirir experiência em um campo de atuação que ainda está em construção.

Por fundamentar-se no uso da linguagem, a prática profissional de revisar textos exige dedicação e estudo constantes, pois um vasto conhecimento de mundo contribui para um do trabalho de qualidade. De acordo com Lemos (2014, p. 142),

O revisor é o profissional responsável por ajustar as imperfeições estruturais, lexicais, linguístico-gramaticais e semânticas de um texto. A revisão do texto se processa depois de o seu autor tomá-lo por finalizado e antes de ser publicado/divulgado. Assim, corrigem-se inadequações linguísticas e semânticas que podem passar despercebidas pelo autor, cabendo ao profissional de revisão fazer os ajustes necessários para, então, expô-lo publicamente. Para isso, a atividade do revisor vai além da correção gramatical, uma vez que é necessária a análise do texto como um todo, observando estrutura, contexto, sentido, gênero textual, elementos de coesão e de coerência e estilo do autor.

Embora o revisor de textos não precise, necessariamente, ser egresso do curso de Letras, hoje várias instituições de Ensino Superior oferecem formação em Letras com ênfase na revisão textual, a exemplo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e da Universidade Federal de Pelotas. No âmbito do IF São João del-Rei, o “Curso de Formação de Revisores” empenha-se no estabelecimento de um espaço profissional para além da formação docente proposta pela Licenciatura em Letras.

Toda a dinâmica do nosso curso de extensão é voltada, primeiramente, para os alunos atendidos pelo Núcleo de Educação do campus, além de ex-alunos e da comunidade acadêmica externa ao Instituto. Dessa forma, para dar início às atividades, fizemos a divulgação nas salas de aula dos cursos superiores e entramos em contato com ex-alunos, contando com a difusão individual para alcançar mais pessoas.

Dentre as atividades propostas, há a formação continuada daqueles que, no segundo semestre letivo, constituirão a equipe de revisores do CELL. Por isso, costuma-se realizar mais de um curso ao longo do ano e alguns encontros para leitura e discussão de textos ou excertos que tratam de aspectos teóricos e práticos do trabalho de revisão. Destacamos os artigos “A regulamentação da profissão do revisor de textos: uma medida social necessária” (LEMONS, 2014) e “A revisão de textos” (ROSA; GONÇALVES, 2013), além do “Guia para Revisores de

Texto: Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida”, este sendo o Trabalho de Projeto de Mestrado³ de Marta Fidalgo (2014).

Esse procedimento deve-se à necessidade de destacar a importância da leitura para o processo de revisão, uma vez que esse profissional passa todo o tempo orientado ao entendimento do que está escrito no texto. A partir desse contato, foi possível que os alunos envolvidos compreendessem que o trabalho do revisor requer uma capacidade de distanciamento em relação ao texto e que, ao final, deve ser imperceptível para o leitor, tendo sempre em vista a valorização e o aperfeiçoamento do produto (FIDALGO, 2014).

Em um primeiro momento, realizamos um curso com carga horária de 10 horas, que ocorreu entre os dias 16 e 18 de maio de 2018, nas dependências do IF São João del-Rei. O curso foi ministrado por Adriano Silva⁴. Dez discentes compareceram, todos graduandos em Letras pelo IF. Apoiado em manual próprio, ele apresentou orientações para revisão de trabalhos acadêmicos, com foco em monografias e artigos, seguidas de uma atividade prática a partir da NBR 6023, elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para normatizar as referências.

Também oferecemos uma palestra com duração de 4 horas no dia 31 de agosto, a qual atraiu 13 pessoas, entre comunidade interna e externa do campus. Promovendo uma atmosfera informal, Daniele Ribeiro⁵ tratou de aspectos práticos da profissão de revisor e forneceu dicas para facilitar o processo de revisão. Depois, analisamos trechos de trabalhos acadêmicos que ela estava revisando como *freelancer*⁶ e discutimos diferentes maneiras tecer comentários sobre os problemas encontrados.

O diferencial da formação que propomos é a elaboração e publicação/difusão de produtos acadêmicos. Quem passou por pelo menos um curso desenvolvido pelo CELL, em 2018 ou em anos anteriores, foi convidado a integrar a equipe de revisores do programa,

3 Em Portugal, equivalente a um Trabalho de Conclusão de Curso.

4 Graduado em Letras pela UFSJ e pelo CES/JF. Pós-graduando em Didática e Trabalho Docente pelo IF/SJDR. Professor concursado das redes estadual e municipal de ensino. Revisor, assistente editorial e escritor pelo Grupo Editorial Hope, com obras publicadas por diversas editoras.

5 Graduada em Comunicação pela UFJF. Mestre em Educação pela UFSJ. Atua na produção editorial, na revisão e no registro das publicações da EdUEMG.

6 Por questões éticas, qualquer informação a respeito da procedência dos textos foi omitida.

colaborando na revisão do terceiro volume da coletânea “Saberes; Fazeres”, que reúne artigos de extensão, pesquisa e ensino do IF São João del-Rei; e na organização dos anais do VIII Simpósio de Pesquisa e Inovação (SIMPESQ), evento realizado pela mesma instituição.

Em 2018, a equipe foi composta por 11 pessoas, que trabalharam no período de setembro a dezembro. Entre elas, encontram-se discentes do curso de Letras, duas pessoas pós-graduadas em Didática e Trabalho Docente pelo IF/SJDR e uma mestranda em Discurso e Representação Social pela UFSJ. O referencial bibliográfico que norteou a atividade de revisão foi o “Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas” (FRANÇA; VASCONCELLOS, 2009).

Na intenção de possibilitar um intercâmbio de saberes, formamos cinco duplas, preferencialmente com uma pessoa que já tivesse participado da ação anteriormente e uma novata. Cada dupla ficou incumbida da revisão de dois artigos da coletânea no prazo de uma semana e meia, sendo que todos passariam por uma revisão final, a cargo da bolsista responsável. Para a revisão dos resumos expandidos do SIMPESQ, alteramos a dinâmica da equipe, de modo que o trabalho passou a ser individual. Cada revisor teve uma semana para trabalhar em dois textos e a bolsista, junto a um membro da comissão científica do evento, fez a revisão final.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tarefa de revisar textos é complexa por si só. Como aponta Fidalgo (2014, p. 16), “Uma revisão de qualidade é [...] aquela que deteta (*sic*) (e não acrescenta) problemas de interpretação, omissões, incoerências terminológicas ou desvios do ponto de vista da normalização linguística e em que as alterações inseridas não sobressaem no texto”. Assim, este trabalho prima por apresentar um curso de extensão que, além de preparar discentes e membros da comunidade acadêmica de São João del-Rei para revisar textos com competência, garanta que eles tenham experiência na área ainda no período de formação.

Enfrentamos certa dificuldade no desenrolar da revisão dos textos acadêmicos, já que algumas das integrantes da equipe não participaram do curso ministrado em maio, que forneceu o conhecimento básico necessário para realização integral do trabalho. Eventuais dúvidas que surgiram foram esclarecidas com base no manual previamente mencionado.

Observamos que, no caso do trabalho em duplas, a troca de experiências foi mútua, de sorte que atingimos resultados satisfatórios com essa disposição. Em contrapartida, algumas

peessoas se desentenderam com o seu par, grande parte das vezes pelo não cumprimento dos prazos acordados. Com a individualização na segunda parte da revisão, as adversidades foram atenuadas ou eliminadas.

Pelo bom trabalho, a equipe de revisores do CELL está conquistando seu espaço no mercado editorial. Ciente da ação desenvolvida no programa, Daniele Ribeiro, que ministrou uma palestra pelo “Curso de Formação de Revisores” no ano em questão, convidou os membros da equipe para revisar os textos que serão publicados nos próximos dois números da revista “Mal-Estar e Sociedade”, da Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais (EdUEMG).

4 CONCLUSÃO

O “Curso de Formação de Revisores” aqui discutido é realizado no âmbito da Extensão Universitária. Defendemos e trabalhamos por uma extensão como forma de socialização e democratização do saber científico, a fim de que este não se traduza em privilégio de uma minoria da população, mas que seja difundido também à comunidade não acadêmica, de acordo com os próprios interesses dessa mesma comunidade.

Em nossa perspectiva, é necessário que tenhamos consciência do compromisso que estamos firmando ao colocar o aluno como protagonista de sua formação, como agente de transformação da realidade. Porquanto entendemos que as práticas de letramento fazem referência às formas culturais de se utilizar a linguagem escrita, o revisor de textos deve estar atento à maneira com que se transformam de acordo com o contexto e expressam como cada grupo social entende a leitura e a escrita.

Para mais, estamos traçando planos para melhoria da ação no ano de 2019. Pretendemos nos concentrar na formação continuada dos revisores, incluindo reuniões quinzenais para discussão do andamento do trabalho, de forma que todos sintam-se bem preparados para atender às demandas de revisão que surgirem. Além disso, entendemos ser importante a realização de algum jogo ou dinâmica de *team building* antes de começarmos os trabalhos, na intenção de possibilitar o desenvolvimento da sinergia entre os membros da equipe.

REFERÊNCIAS

DIRETORIA DE EXTENSÃO. **Coordenação Geral de Extensão. Manual de orientação para Projetos de Extensão.** [s.d.]. Disponível em: <http://www.sjdr.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/manual%20de%20projetos%20extensao-1.doc>. Acesso em: 15 fev. 2019.

FIDALGO, M. F. G. M. **Guia para Revisores de Texto: Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida**. 2014. 124 f. Trabalho de Projeto (Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/13518/1/Guia.para.Revisores.de.Texto.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

LEMOS, M. E. A regulamentação da profissão do revisor de textos: uma medida social necessária. **Cenário, Porto Alegre**, v. 1, n. 9, p. 139-151, 2014. Disponível em: <https://seer.uniritter.edu.br/index.php?journal=cenarios&page=article&op=view&path%5B%5D=869&path%5B%5D=552>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ROSA, V. M. V.; GONÇALVES, M. A. C. C. A revisão de textos. **Letras Raras**, Campina Grande, v. 2, n. 2, p. 143-160, 2013. Disponível em: revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/download/199/164. Acesso em: 14 fev. 2019.

FATORES ASSOCIADOS À IDEIAÇÃO E À TENTATIVA DE SUICÍDIO EM PESSOAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO DA ESQUIZOFRENIA ATENDIDAS EM SERVIÇOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE MENTAL¹

Pedro Henrique Silva Batalhione²

Mário César Rezende Andrade³

Marina Bandeira⁴

Denise Martin⁵

Sérgio Baxter Andreoli⁶

O objetivo foi avaliar os fatores de risco da ideação e tentativa de suicídio na vida em pessoas com transtornos do espectro da esquizofrenia. Trata-se de um estudo transversal com amostra probabilística de 401 pessoas com transtornos do espectro da esquizofrenia dos cinco serviços comunitários de saúde mental da cidade de Santos, Brasil. Uma versão brasileira adaptada do *Life Chart Rating Form* foi utilizada para coleta de dados acerca do suicídio. A escala *Camberwell Assessment of Needs* foi usada para avaliar o número de necessidades não atendidas e a Escala de Síndromes Positiva e Negativa para avaliar os sintomas. A análise de regressão logística foi utilizada para avaliar os preditores da ideação e tentativa de suicídio separadamente, com nível de significância de 95%. Um total de 52,3% da amostra apresentou ideação suicida ao longo da vida, enquanto 31,8% tentaram suicídio. A ideação suicida foi predita pela variável sociodemográfica ter filhos e pela variável clínica menor duração da doença. A tentativa de suicídio foi predita pela variável sociodemográfica ter filhos e pela variável clínica história de internação psiquiátrica. Os resultados são consistentes com a maior prevalência de ideação suicida e tentativa de suicídio na vida em pessoas com esquizofrenia, em comparação com a população em geral. Tanto variáveis sociodemográficas como clínicas foram associadas com ideação suicida e tentativa de vida. Ter filhos foi um importante fator de risco para ambas as variáveis dependentes. Um amplo espectro de fatores deve ser considerado na prevenção do suicídio na esquizofrenia.

Palavras-chave: Saúde Mental. Suicídio. Esquizofrenia.

1 INTRODUÇÃO

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo 2006/00679-0).

² Discente do Curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Aluno do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIIC/UFSJ.

³ Docente do Curso de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI), no nível de Mestrado, da UFSJ. Orientador do Programa PIIC/UFSJ.

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI), no nível de Mestrado e Doutorado, da UFSJ.

⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) e do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

⁶ Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UNISANTOS e do Departamento de Psiquiatria da UNIFESP.

E-mail para contato: mariocesar@ufs.edu.br.

O comportamento suicida tem sido reconhecido como um problema grave de saúde pública, sendo mais frequente em pessoas com transtornos psiquiátricos. Tais transtornos ocorrem em mais de 90% dos casos de suicídio (NOCK *et al.*, 2008).

Esse alto risco se faz presente na esquizofrenia, caracterizada pela presença de sintomas psicóticos e por incapacidade progressiva em várias áreas da vida (POPOVIC *et al.*, 2014). Aproximadamente 30-40% das pessoas com esquizofrenia apresentam ideação suicida na vida, 20-30% cometem ao menos uma tentativa e 5-10% morrem por essa causa (PALMER *et al.*, 2005). Apesar de ainda não haver uma causa clara para esse risco elevado, diversos fatores têm sido associados a um risco maior de comportamento suicida na esquizofrenia. Entre eles, destacam-se os sintomas do humor, história prévia de tentativas de suicídio e de internação psiquiátrica. Outros fatores comuns são maior idade, sexo masculino, início mais tardio do transtorno e abuso de substâncias psicoativas (POPOVIC *et al.*, 2014).

Apesar desses dados bem documentados, ainda existem algumas lacunas nas investigações sobre o suicídio na esquizofrenia. A maioria dos estudos tem enfatizado amostras populacionais ou pessoas em internação psiquiátrica. Poucos estudos investigaram pessoas atendidas em serviços comunitários de saúde mental (BROWN *et al.*, 2000). Finalmente, não foi encontrado nenhum estudo verificando os fatores associados ao suicídio na esquizofrenia no contexto da assistência comunitária em saúde mental no Brasil.

Considerando essas lacunas e a originalidade dessa questão no contexto internacional e nacional, propõe-se o presente estudo. Seu objetivo é investigar os fatores diferencialmente associados à ideação e à tentativa de suicídio na vida, em pessoas com transtornos do espectro da esquizofrenia, atendidas em centros comunitários de saúde mental.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Tipo de pesquisa

Este é um estudo epidemiológico de corte transversal e do tipo correlacional, no qual são apenas verificadas as associações entre variáveis naturais, ou seja, que não foram manipuladas. Neste caso, tais variáveis foram a ideação/tentativa de suicídio na vida e seus fatores associados.

2.2 Caracterização da população-alvo e amostra

A população foi constituída por pessoas com transtornos do espectro da esquizofrenia, atendidas nos cinco Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Santos, São Paulo, nos 12 meses anteriores à coleta de dados. Os critérios de inclusão foram: pacientes de ambos os sexos, maiores de 18 anos e que receberam o diagnóstico de Esquizofrenia, Transtornos Esquizotípicos ou outros Transtornos Delirantes, segundo a décima edição da Classificação Internacional de Doenças – CID-10. Foram excluídos aqueles que estavam hospitalizados ou em estado clínico que não permitisse sua participação na entrevista, de acordo a impressão clínica de seu profissional de referência, e também os pacientes que apresentaram diagnóstico duvidoso e não confirmado por meio de uma entrevista clínica estruturada posterior.

Uma amostra de 558 participantes foi calculada, sendo selecionada de forma probabilística, ou seja, aleatória, respeitando a proporção de pessoas com transtornos do espectro da esquizofrenia atendidas em cada CAPS de Santos. A amostra final do estudo foi constituída por 401 participantes. As razões para exclusão dos participantes inicialmente selecionados foram apresentadas em outra publicação (ANDRADE *et al.*, 2015).

2.3 Técnica de coleta

Para coletar as informações sobre suicídio e outros dados clínicos, foi utilizado uma versão adaptada do questionário semiestruturado do *Life Chart Schedule* (LCS), desenvolvido pela OMS para avaliar o histórico clínico na esquizofrenia (SUSSER *et al.*, 2000). Este instrumento contém questões sobre o histórico de hospitalizações psiquiátricas; uso de medicação; uso de psicoterapia; uso de atividades de reabilitação psicossocial; envolvimento da família no tratamento; ocorrência de heteroagressividade. Todas essas questões se referem a acontecimentos ao longo da vida e/ou ao longo dos últimos 12 meses. O suicídio é avaliado por meio de questões acerca da ocorrência de ideação suicida e de tentativa de suicídio, todas ao longo da vida e nos últimos 12 meses. Também foi utilizado um questionário com o objetivo de levantar as características sociodemográficas dos participantes.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas com profissionais de saúde independentes e previamente treinados. Para avaliar as necessidades clínicas e sociais dos pacientes, foi utilizada a Escala *Camberwell Assessment of Needs* – CAN (PHELAN *et al.*, 1995). O escore utilizado neste estudo foi o número de necessidades respondidas como não atendidas. A Escala de Síndromes Positiva e Negativa (PANSS) foi utilizada para avaliar a

presença e gravidade dos sintomas psiquiátricos (KAY; OPLER; LINDENMAYER, 1988). O instrumento contém 30 itens, distribuídos em subescalas: sintomas positivos (sete itens), sintomas negativos (sete itens) e de psicopatologia geral (16 itens). Os participantes com diagnóstico duvidoso ou não confirmado por seu clínico submeteram-se também a uma entrevista diagnóstica, na qual foi utilizado o *Composite International Diagnostic Interview* (CIDI) 2.1 (Quintana *et al.*, 2007), com base na seção de Esquizofrenia, Transtornos Esquizotípicos ou outros Transtornos Delirantes da CID-10.

O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (protocolo 2014/816.863).

2.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio do programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) *for Windows*, versão 20.0. Os fatores sociodemográficos e clínicos associados com a ideação e tentativa de suicídio foram investigados por meio de modelos de regressão logística. Para selecionar as variáveis independentes incluídas nas análises multivariadas, foram realizadas análises estatísticas bivariadas. As variáveis associadas às necessidades dos pacientes a um nível de significância $p < 0,10$ foram selecionadas para análises de regressão múltipla. Nas análises de regressão logística, foi utilizado um nível de significância $p < 0,05$.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria dos 401 pacientes entrevistados era do sexo masculino (51,9%), solteira (56,6%) e vivia com outras pessoas (89,0%). Mais da metade possuía filhos (52,0%). A idade média foi 45,6 anos (DP = 12,3) e o tempo médio de escolaridade foi de 6,4 anos (DP = 4,0). A maioria (85,5%) esteve sem ocupação nos últimos seis meses. Quanto à acomodação, 83,3% moravam em uma casa. O diagnóstico mais frequente foi esquizofrenia (60,0%), comparado com outros transtornos psicóticos (40,0%). A idade média de início do transtorno foi 26,8 (DP = 12,0) anos e sua duração média foi 18,82 (DP = 12,5) anos. A maioria relatou a existência de internações psiquiátricas na vida (64,3%). O número médio de necessidades não atendidas foi 2,9 (DP = 2,5). Os escores médios da PANSS foram: 18,5 para sintomas negativos, (DP = 7,8); 33,0 para psicopatologia geral (DP = 10,4); e 13,9 para sintomas positivos (DP = 5,1).

Neste estudo, 52,3% da amostra apresentou ideação suicida ao longo da vida, enquanto 31,8% apresentaram tentativa de suicídio. Segundo a Tabela 1, a ideação suicida na vida foi associada de forma significativa com a variável sociodemográfica ter filhos e com a variável clínica menor tempo de duração da doença. Segundo a Tabela 2, a tentativa de suicídio ao longo da vida foi associada de forma significativa com a variável sociodemográfica ter filhos e com a variável história clínica de internação psiquiátrica.

Tabela 1 Regressão logística para os fatores associados à ideação suicida na vida

Variável	<i>p</i>	OR (95% I.C.)
Ser solteiro	0,59	1,22 (0,60 – 2,49)
Ter filhos	0,02	2,34 (1,15 – 0,77)
Menor duração da doença	0,02	0,98 (0,96 – 0,99)
Insatisfação com a medicação atual	0,24	1,40 (0,80 – 2,45)
Maior nível de sintomas positivos (PANSS)	0,36	1,03 (0,97 – 1,09)
Maior nível de sintomas de psicopatologia geral (PANSS)	0,25	1,02 (0,99 – 1,05)
Maior número de necessidades não atendidas	0,11	1,09 (0,98 – 1,20)

OR = *odds ratio*; C.I. = intervalo de confiança.

Tabela 2 Regressão logística para os fatores associados à tentativa de suicídio

Variável	<i>p</i>	OR (95% I.C.)
Ser solteiro	0,39	1,40 (0,65 – 3,04)
Ter filhos	0,03	2,38 (1,08 – 5,20)
Ter histórico de hospitalização psiquiátrica na vida	0,04	1,75 (1,01 – 3,02)
Insatisfação com a medicação atual	0,20	1,46 (0,82 – 2,61)
Maior nível de sintomas positivos (PANSS)	0,22	1,04 (0,98 – 1,11)
Maior nível de sintomas de psicopatologia geral (PANSS)	0,26	1,02 (0,99 – 1,05)
Maior número de necessidade não atendidas	0,75	1,02 (0,92 – 1,13)

OR = *odds ratio*; C.I. = intervalo de confiança.

Os resultados encontrados confirmaram a maior prevalência de ideação e tentativa de suicídio em pessoas com esquizofrenia, em comparação com a população geral. Além disso, as taxas encontradas neste estudo foram também maiores do que aquelas encontradas em outros estudos com pessoas com esquizofrenia (PALMER *et al.*, 2005). Quanto aos fatores preditores, a associação significativa da ideação suicida com menor duração da doença e da tentativa de suicídio com história de internação psiquiátrica replicam dados da literatura (CASSIDY *et al.*, 2018; POPOVIC *et al.*, 2014). A variável ter filhos, que teve associação significativa tanto com a ideação quanto com a tentativa de suicídio na vida, foi uma novidade deste estudo. Esta variável parece funcionar, neste caso, como um fator estressor psicossocial. Entretanto, deve-se salientar uma limitação do estudo, que possui um desenho transversal, não permitindo inferências causais.

4 CONCLUSÕES

Os resultados são consistentes com a maior prevalência de ideação suicida e tentativa de suicídio na vida em pessoas com esquizofrenia, em comparação com a população em geral. Tanto variáveis sociodemográficas como clínicas foram associadas com ideação suicida e tentativa de vida. Ter filhos foi um importante fator de risco para ambas as variáveis dependentes. Um amplo espectro de fatores deve ser considerado na prevenção do suicídio na esquizofrenia. Os resultados deste estudo podem orientar as políticas de assistência em saúde mental, oferecer subsídios para um melhor manejo clínico e desenvolver estratégias para reduzir a incidência do suicídio nessa população.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário César Rezende *et al.* Subjective distress in a representative sample of outpatients with psychotic disorders. **Journal of affective disorders**, v. 189, p. 220-223, 2016.
- BROWN, Gregory K. *et al.* Risk factors for suicide in psychiatric outpatients: a 20-year prospective study. **Journal of consulting and clinical psychology**, v. 68, n. 3, p. 371, 2000.
- CASSIDY, R. M.; YANG, F.; KAPCZINSKI, F.; PASSOS, I. C. Risk factors for suicidality in patients with schizophrenia: A systematic review, meta-analysis and meta-regression of 96 studies. **Schizophrenia Bulletin**, v. 44, n. 4, p. 787-797, 2018.
- KAY, Stanley R.; OPLER, Lewis A.; LINDENMAYER, Jean-Pierre. Reliability and validity of the positive and negative syndrome scale for schizophrenics. **Psychiatry research**, v. 23, n. 1, p. 99-110, 1988.
- NOCK, Matthew K. *et al.* Cross-national prevalence and risk factors for suicidal ideation, plans and attempts. **The British Journal of Psychiatry**, v. 192, n. 2, p. 98-105, 2008.
- PALMER, Brian A.; PANKRATZ, V. Shane; BOSTWICK, John Michael. The lifetime risk of suicide in schizophrenia: a reexamination. **Archives of general psychiatry**, v. 62, n. 3, p. 247-253, 2005.
- PHELAN, Michael *et al.* The Camberwell Assessment of Need: the validity and reliability of an instrument to assess the needs of people with severe mental illness. **The British Journal of Psychiatry**, v. 167, n. 5, p. 589-595, 1995.
- POPOVIC, D. *et al.* Risk factors for suicide in schizophrenia: systematic review and clinical recommendations. **Acta Psychiatrica Scandinavica**, v. 130, n. 6, p. 418-426, 2014.
- SUSSER, Ezra *et al.* Reliability of the life chart schedule for assessment of the long-term course of schizophrenia. **Schizophrenia Research**, v. 42, n. 1, p. 67-77, 2000.

GERENCIAMENTO DE ESTOQUE: APLICAÇÃO DO MÉTODO DA CURVA ABC E LOTE ECONÔMICO EM UMA EMPRESA DO SETOR VAREJISTA LOCALIZADA EM SÃO JOÃO DEL-REI – MG

Afonso Wallikson Rodrigues¹
Débora Maria de Resende¹
Lavínia Ferreira Palumbo¹
Renan Fernandes da Cunha²
Hercules José Marzoque²

Atualmente, com a concorrência cada vez maior, as empresas têm que explorar o máximo de suas vantagens para se manterem ativas e competitivas no mercado. Dessa maneira, a gestão eficaz de estoque requer atenção cada vez maior, visto que o acúmulo de material sem monitoramento gera custos que podem ser evitados. Da mesma forma, a falta de mercadoria também pode ocasionar despesas, por motivo de não atender às demandas. A metodologia adotada neste trabalho foi de caráter quantitativo, o que possibilitou determinar, por meio de pesquisa bibliográfica e coleta de dados, o desenvolvimento de um plano para configuração de tabelas e uso de ferramentas como: Curva ABC, lote mínimo e máximo e ponto de reposição. A empresa em questão é uma varejista localizada na cidade de São João del-Rei/MG e que possui sistema pouco falho quanto à gestão de subsídios. Desta forma, o trabalho permitiu conhecer a aplicabilidade dos conceitos de gestão que contribuem para uma administração tanto eficaz quanto eficiente dos recursos da empresa e para tomadas de decisão em relação ao controle de gastos financeiros com os estoques.

Palavras-chave: Gestão de estoque. Curva ABC. Lote máximo e mínimo. Ponto de reposição.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, as empresas buscam cada vez mais a consolidação no mercado, alinhando sempre a inovação de seus produtos, adoção de métodos de gestão eficientes e disponibilização de produtos de qualidade, com preços baixos e com bom atendimento ao cliente, tendências essas oriundas do processo de globalização e flexibilização das empresas. Diante das forças mercadológicas e a atual instabilidade econômica vivenciada no Brasil, faz-se necessário que as organizações que querem obter lucro e continuarem ativas no mercado,

¹ Discente do Curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Docente do Curso de Engenharia de Produção do UNIPTAN.
Contato: renanfcunha@live.com.

cada vez mais competitivo, adotem métodos de gestão de estoque eficientes e capazes de reduzir suas perdas por obsolescência e que, ao mesmo tempo, não deixe faltar produtos que possuem uma rotatividade maior.

Em termos de economia brasileira atual, é de extrema importância que os gestores trabalhem evitando gastos e perdas abusivas. Sabe-se que a partir da década de noventa significativas mudanças ocorreram no comércio para uma melhoria na gestão dos estoques, que passou a ser feita nos computadores, facilitando o trabalho e as tomadas de decisões dos gerentes e trabalhadores da empresa, assegurando que a demanda diária de materiais que a organização necessite para seu funcionamento, seja suprida a fim de evitar a falta de material, ou acumulação por eventuais paralizações. Para Borges *et al.* (2010), um bom gerenciamento de estoques ajuda na redução dos valores monetários envolvidos, de forma a mantê-los os mais baixos possíveis, mas dentro dos níveis de segurança e dos volumes para o atendimento da demanda.

Diversas ferramentas já auxiliam no gerenciamento e nas tomadas de decisões como: curva ABC, Lote Econômico de Compra – LEC, gráfico dente de serra, dentre outras. Percebe-se, então, que para gerir uma empresa envolve diversas variáveis que são de extrema importância para se diferenciarem dos concorrentes e obter bons resultados no empreendimento.

Assim, este trabalho tem como objetivo análise da gestão de estoque de uma empresa de peças na cidade de São João del-Rei – MG e visa propor melhorias por meio de ferramentas de gestão de maneira com que seja mais eficiente o gerenciamento dos produtos disponíveis e necessários de modo a evitar o estoque excessivo e ao mesmo tempo a sua falta nas prateleiras.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo buscou analisar o gerenciamento de estoque de uma empresa localizada na cidade de São João del-Rei/MG, que atua no setor varejista, comercializando produtos da linha industrial e automobilística. A empresa atua no mercado há 13 anos e tem forte influência no fornecimento de peças para grandes empresas da cidade e região.

Por meio de pesquisas bibliográficas, de campo e documental foram desenvolvidas hipóteses estatísticas para demonstrar uma melhor forma no gerenciamento de estoque da empresa apontando o que deve ser melhorado no processo existente e propor novas formas de gestão dos seus recursos disponíveis.

O modelo de pesquisa é classificado como quantitativo, devido ele considerar que tudo pode ser quantificável, enumerável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.) (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 69).

Os primeiros passos que guiaram a pesquisa foi o agendamento de uma reunião com os gestores e funcionários da empresa para maior conhecimento do processo e entender quais as dificuldades presentes no departamento de estoque. Também foram coletados dados dos softwares dos últimos cinco meses do ano de 2018 que quantificavam o fluxo de entrada e saída de mercadorias no estoque da companhia com intuito de estudá-los e analisá-los.

Nos relatórios obtidos e nas primeiras impressões do processo que a empresa trabalha foi verificado que não havia classificação dos produtos de acordo com suas semelhanças, ou seja, ordenação dos produtos de forma que facilite a visualização por categorias. Também foi verificado que não havia uma quantificação dos produtos que a empresa tinha no estoque, os dados que a mesma continha eram superficiais e não demonstravam certeza, fazendo com que os funcionários procurassem fisicamente determinado produto, caso durante o ato da compra o sistema acusasse a não disponibilidade do mesmo.

Após identificação das falhas de gerenciamento e da coleta dos dados das transações recentes do estoque, foi realizada inspeção visual a fim de alinhar o que a empresa tinha armazenado em suas instalações e o que estava registrado no sistema. Com os dados verificados foi desenvolvida uma planilha no software Excel que agrupava todos os produtos por suas semelhanças em conjuntos, por exemplo, todos os modelos de parafusos foram agrupados em um único grupo.

Com todos os produtos organizados em grupos, foi possível verificar quais possuíam maior rotatividade no estoque, ou seja, quais eram vendidos com maior frequência. Para o qual foi calculado seu percentual em relação ao estoque total e, posteriormente, por meio de porcentagem acumuladas, os grupos foram categorizados com a classificação A, B ou C, segundo critérios do método da Curva ABC.

Encontrado o grupo mais rentável para a empresa, foi estudado o produto daquele conjunto que era o mais procurado pelos consumidores e, tendo ele em foco, pôde-se estipular seu lote máximo, mínimo e o ponto de reposição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a obtenção do histórico das movimentações que aconteceram no estoque da empresa foi construída uma tabela contendo todos os produtos que a empresa movimentou no seu estoque nos últimos cinco meses, essa tabela contabilizou 3.978 tipos de produtos e somados possuem um estoque de 97.641 unidades, representando R\$ 497.138,71 de bens materiais no estoque da empresa nesse período.

Com todos os itens contabilizados, foi feita a classificação em A, B ou C. Para essa classificação foi usada a fórmula:

$$P = \frac{Ep}{Et} \times 100$$

Onde: P= Porcentagem que o item representa no estoque; Ep= Valor total do item (em R\$); Et= Valor total de todos os bens do estoque (em R\$).

O próximo passo foi calcular as porcentagens acumuladas dos itens. A tabela foi classificada da maior porcentagem para a menor e só assim foi feito o somatório dos valores. Itens que estavam entre 0% e 70% foi classificado como A, itens que estavam entre 70% e 90% como B e itens entre 90% e 100% como C.

A partir desses dados foi dada maior ênfase ao grupo A, pois tal conjunto é responsável pela maior movimentação de capital na empresa. A tabela com todos os itens dessa divisão pode ser observada abaixo:

Tabela 01. Classificação A dos grupos de produtos da empresa.

Item	Quantidade	Valor Total	Porcentagem	Porcentagem acumulada	Classificação ABC
Mangueira	19789,31	R\$ 145.680,88	29,30%	29,30%	A
Correia	2429,46	R\$ 49.875,38	10,03%	39,34%	A
Mangote	1610,18	R\$ 40.256,78	8,10%	47,43%	A
Guarn	487,90	R\$ 17.262,64	3,47%	50,91%	A
Femea GIR	718,00	R\$ 16.697,45	3,36%	54,27%	A
Lencol	221,89	R\$ 14.214,69	2,86%	57,12%	A
Piso	865,37	R\$ 13.701,93	2,76%	59,88%	A
Abraçadeira	9161,00	R\$ 13.133,49	2,64%	62,52%	A
Terminal	585,00	R\$ 12.469,97	2,51%	65,03%	A
Tubo	882,07	R\$ 10.144,72	2,04%	67,07%	A
Chave	479,00	R\$ 7.458,80	1,50%	68,57%	A
Fita	1980,81	R\$ 7.005,75	1,41%	69,98%	A

Pode-se observar que a família de mangueiras é a responsável por 29,30% do valor total das movimentações feitas entre maio a outubro de 2018. Esse conjunto é formado por 471 modelos de mangueiras e possui itens que são mais vendidos e itens que não são tão ativos nas movimentações. Então foi feita uma nova classificação ABC do grupo de mangueiras e as mais influentes, classificadas como A, podem ser observadas na Tabela 02.

Tabela 02. Modelos de mangueiras no estoque da empresa.

Item	Valor total
MANG.SILICONE AMARELA 1/2 X 2,4MM – JARDIM	R\$ 8.423,71
MANG.HIDR.100R1 - 1 TRAMA ACO (A) 1/4"	R\$ 7.181,41
MANG.HIDR.100R2 - 2 TRAMAS ACO (C) 1/2"	R\$ 6.488,21
MANG.HIDR.100R2 - 2 TRAMAS ACO (B) 3/8"	R\$ 6.330,90
MANG.SILICONE AMARELA 3/4 X 2,5 – JARDIM	R\$ 4.300,12
MANG.HIDR.100R1 - 1 TRAMA ACO (B) 3/8"	R\$ 3.796,26
MANG.HIDR.100R2 - 2 TRAMAS ACO (E) 3/4"	R\$ 3.545,97
MANG.LAVADOR 1/2" X 1000PSI – HIMAFLEX	R\$ 3.397,85
MANG.AR AGUA (D) 1/2 500PSI PNEUMATICA	R\$ 3.190,13
MANG.AR AGUA (G) 1" 300 PSI RUBBER	R\$ 2.694,98
MANG.MARROM (ENTERRAR) REFORCADA (B) 3/4"	R\$ 2.461,56
MANG.AR AGUA (D) 1/2"	R\$ 2.418,43
MANG.HIDR.100R1 - 1 TRAMA ACO (C) 1/2"	R\$ 2.397,89
MANG.AR AGUA (H) 1 1/4" 200 PSI RUBBER	R\$ 2.326,07
MANG.OLEO/SOLVENTE (E) 5/8"(KORAX)	R\$ 2.215,75
MANG.AR AGUA (A) 1/4 300 PSI RUBER	R\$ 2.182,01
MANG.PULVERIZAR (D) 3/4" 750PSI	R\$ 1.995,46
MANG.HIDR.100R12 - 4 TRAMAS ACO (C) 3/4"	R\$ 1.802,71
MANG.AR AGUA (B) 5/16" 300 PSI RUBBER	R\$ 1.631,04
MANG.JARDIM FORTE (A) 1/2" – PLASTEX	R\$ 1.583,90
MANG.MARROM (ENTERRAR) REFORCADA (C) 1"	R\$ 1.558,16
MANG.TRANC.GAS	R\$ 1.541,28
MANG.COMB.I.E.NITRILICA/NEOPR 7,0 X 13,0	R\$ 1.530,86
MANG.AR AGUA (B) 5/16" 500 PSI PNEUMATICA	R\$ 1.530,44
MANG.AR AGUA (F) 3/4" 500 PSI PNEUMATICA	R\$ 1.500,87
MANG.AR AGUA (C) 3/8" 500PSI PNEUMATICA	R\$ 1.491,06
MANG.HIDR.100R2 - 2 TRAMAS ACO (D) 5/8"	R\$ 1.475,22
MANG.OLEO/SOLVENTE (F) 3/4"(KORAX)	R\$ 1.407,69
MANG.MARROM (ENTERRAR) REFORCADA (A) 1/2"	R\$ 1.375,33
MANG.LAVADOR 3/4" X 750PSI – HIMAFLEX	R\$ 1.360,00
MANG.AR AGUA (F) 3/4 300PSI PNEUMATICA	R\$ 1.343,80

MANG.JARDIM 1/2" – BARICOLOR	R\$ 1.296,94
MANG.OLEO/SOLVENTE (B) 5/16"(KORAX)	R\$ 1.168,14
MANG.OLEO/SOLVENTE (H) 1"(KORAX)	R\$ 1.145,23
MANG.HIDR.100R12 3/8"	R\$ 1.141,77
MANG.ORDENHA 3/4 X 5,50MM X 50M HIMAFLEX	R\$ 1.140,20
MANG.AR AGUA (A) 1/4 500 PSI PNEUMATICA	R\$ 1.122,21
MANG.JARDIM 3/4" – BARICOLOR	R\$ 1.106,43
MANG.HIDR.100R2 - 2 TRAMAS ACO (A) 1/4"	R\$ 933,32
MANG.OLEO/SOLVENTE (D) 1/2"(KORAX)	R\$ 927,19
MANG.CHATA AZUL SDM 6" 50PSI	R\$ 900,00
MANG.OLEO/SOLVENTE (C) 3/8"(KORAX)	R\$ 878,73
MANG.PULVERIZAR (A) 5/16" 750PSI	R\$ 875,26
MANG.PULVERIZAR (C) 1/2" 750PSI	R\$ 853,52
MANG.VAPOR 3/4	R\$ 822,73
MANG.SILICONE COMBUSTIVEL 5MM – JAHU	R\$ 804,31

Sabendo quais são itens mais procurados na empresa, pode-se encontrar seu lote máximo, mínimo e de reposição. O item em questão é a MANG.SILICONE AMARELA 1/2 X 2,4MM – JARDIM que representa R\$ 8.423,71 no ativo da empresa e foi vendido 2594 metros, uma média de 432,33 metros por mês, nos seis meses em questão. Considerando 20 dias letivos por mês a média de vendas diárias (por metro) são de 21,62 metros.

Com intuito de entender qual seria o lote ideal, foram desenvolvidos cálculos para determinar os lotes máximo, mínimo e o ponto de reposição. Após contato com a empresa, foi sabido que a mesma leva 1 dia para realização do pedido de compra, o fornecedor leva 7 dias para entregar a mercadoria no estabelecimento, a empresa leva 2 dias úteis para dar entrada com os materiais no estoque e só assim ficarão disponíveis para compra. Foi adotado 3 dias como prazo de segurança. Com essas informações tem-se:

A média de vendas da empresa diariamente é de 21,62 metros, em um período de 5 dias, período de funcionamento da empresa, o estoque mínimo será de $21,62 \times 5 = 108,1$ metros; o ponto de pedido ou ponto de reposição será de $21,62 \times 13 + 108,1 = 389,16$ metros.

O lote máximo, ou seja, o maior valor de metros que a empresa deve manter no seu estoque é calculado da seguinte forma: $\text{Estoque máximo} = 389,16 + 108,1 = 497,26$ metros.

Pode-se concluir que taxa média de vendas por dia são de 21,62 metros de mangueira, a menor quantidade que a empresa deve manter no estoque para suprir uma demanda de 5 dias de funcionamento são 108,1 metros, contudo considerando que os pedidos levam 10 dias desde sua solicitação até ficarem disponíveis para a venda o ponto de reposição é de 389,16 metros,

ou seja, quando a quantidade atingir essa marca a empresa deve fazer o pedido de compra, sendo o ideal manter 497,26 metros da mesma em estoque para que depreciação e perdas sejam evitadas.

Tais conclusões podem ser tiradas dos itens mais movimentados na empresa usando o mesmo fundamento matemático a fim de evitar a depreciação dos bens e também a sua não disponibilidade caso um cliente venha a procura-lo. É sugerido também que a empresa reformule sua gestão dos itens em estoque para que tenha maior controle dos mesmos, uma vez que a competitividade do mercado faz com que as empresas prezem por excelência e as que não se encaixam nesse padrão vão a falência.

4 CONCLUSÃO

A gestão de estoques em toda e qualquer organização é de suma importância, visto que uma gestão adequada e bem administrada dos produtos contidos na empresa é de grande valia para a obtenção de lucros. Outro fator fundamental na gestão de estoques é a armazenagem de forma correta dos produtos facilitando o manuseio e evitando custos desnecessários para a organização. Se a gestão de estoques é falha, os lucros da empresa caem e os produtos estocados perdem o seu valor. Por isso, a necessidade de inovação do funcionamento das empresas.

A gerência, por exemplo, deve estar sempre bem atualizada e munida de informações para conseguir se manter em um mercado cada vez mais acirrado e competitivo, além de fazer a diferença em uma tomada de decisão operacional e estratégica.

As propostas que foram dadas no início deste trabalho em função da melhoria de estocagem na loja de peças permitiram atingir os objetivos propostos inicialmente. Hoje, com todas as informações e técnicas obtidas no decorrer do estudo, o gerente pode contar com métodos mais adequados e eficientes.

Os sistemas de gestão de estoques, juntamente com as ferramentas que auxiliam em uma estocagem adequada como a Curva ABC e o Estoque Mínimo e Máximo, certamente trouxeram benefícios e controles para a organização e continuam auxiliando nas atividades rotineiras da empresa, o que só foi possível com o compartilhamento de informações entre os departamentos e a sincronização de tarefas.

É importante destacar, ainda, que estas ferramentas proporcionaram uma estocagem de acordo com a demanda dos clientes, conseguindo obter um estoque ideal, e, consequentemente,

diminuir custos com manutenção e aumentar os privilégios sob uma visão geral de custo/benefício.

Portanto, verifica-se que tais ferramentas facilitaram a padronização e sistematizaram a gestão de estoques dentro da organização, possibilitando o acompanhamento dos resultados para a estocagem ideal que antes não era possível. Desse modo, foi possível alinhar os estudos com a prática para se obter melhoria contínua, e assim, adequar – se as mudanças do ambiente em busca de benefícios para todos os setores da organização.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, S.A. de *et al.* Algoritmos genéticos na estimação de parâmetros em gestão de estoque. Rio de Janeiro, 2007.
- CORRÊA, Henrique L.; GIANESI, Irineu G. N.; CAON, Mauro. Planejamento, programação e controle da produção. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONÇALVES, P. S. Administração de Materiais. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- HARA, C. M. Administração de recursos materiais e patrimoniais. Campinas: Alínea, 2012. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em 22/09/2018.
- MACHADO, M. C. Gestão de Operações V. 2013. Disponível em: Acesso em: 19 nov. 2016.
- SILVA, C.A.; OLIVEIRA, G.; DRUZIAN, H. Controlar para desenvolver. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis de Lins, 1994.
- SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HERMENÊUTICA JURÍDICA SOB O PRISMA DE MIGUEL REALE

Maiara Aparecida Sampaio Santos¹

Valéria Christina Ferreira¹

Sílvio Firmo do Nascimento²

Etimologicamente, a palavra hermenêutica remonta ao verbo grego *hermeneuein* (interpretar) e ao substantivo *hermenia* (interpretação), o objetivo deste estudo envolveu a hermenêutica como a ciência da interpretação e como uma compreensão concreta de toda a experiência jurídica. O meio social, as normas e a própria experiência do intérprete passam a ser fatores de suma importância nas decisões proferidas nos tribunais. A metodologia utilizada foi a de natureza bibliográfica, onde fora evidenciado o entendimento de Miguel Reale sobre a hermenêutica jurídica e seus desdobramentos. Não haveria como existir uma norma sem que antes houvesse a interpretação, o ato de interpretar se torna essencial a existência da normatividade jurídica, por tanto, a hermenêutica é o conjunto de princípios e normas gerais que devem ser interpretados e relacionados ao caso concreto.

Palavras-chave: Hermenêutica jurídica. Experiência do Direito. Intérprete.

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser estudado tem como núcleo principal a hermenêutica jurídica na perspectiva de Miguel Reale. Para Reale (1992, p. 235), “todo processo exegese pressupõe uma análise da estrutura ou natureza daquilo que se quer interpretar”, e é nesse contexto que surge a importância da hermenêutica. De nada importaria ter esse complexo ordenamento jurídico, desenvolvido para solucionar conflitos, organizar e dividir o Estado, sem uma disciplina habilitada a dar sentido real ao conteúdo dos campos abrangidos pelo sistema jurídico.

A função da Hermenêutica é exatamente esta, é uma ciência indispensável para compreensão do efetivo desígnio da norma. Os métodos de interpretação possibilitam estudar o mesmo conteúdo de diferentes pontos de vista, destacando alguma característica a ser averiguada mais profundamente.

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Docente do UNIPTAN. Orientador do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Email para contato: silvio.nascimento@uniptan.edu.br.

Em suma, para dizer como se deve interpretar uma norma de direito, deve-se preliminarmente assumir perante o problema do ser mesmo da interpretação, seu alcance e modalidades, variarão necessariamente se o intérprete conceber o direito, por exemplo, apenas como um “sistema de proposições normativas”, uma “ordenação de comandos”, “um fato-normativo”, um “puro-fato.” (REALE, 1992, p. 236).

Nesse sentido expõe Gadamer (2002, p. 405):

O intérprete deve superar o elemento estranho que impede a intangibilidade de um texto... o discurso do intérprete não é um texto, mas serve ao texto. Isso significa, porém, que a contribuição não é temática, não objetivável como o texto, mas está incorporada ao texto. Essa figura caracteriza a relação entre texto e interpretação em seus aspectos mais gerais. Por isso, sua ajuda no entendimento não se limita ao plano de linguagem, mas passa sempre por uma intermediação real que busca equilibrar o direito e os limites de ambas as partes.

Diante desse contexto e a partir dos estudos realizados e debatidos ao longo da leitura do livro base e dos demais materiais utilizados, surgiu a problematização para elaboração do presente trabalho, hermenêutica jurídica sob o prisma de Miguel Reale. Objetivando compreender a eficácia da hermenêutica, o papel do intérprete e da experiência do direito no cenário jurídico.

Esse estudo é de suma importância para a comunidade acadêmica visto que a partir dos ensinamentos de Reale compreende-se que a interpretação deixa de ser vista como parte exterior do direito e integra todo o momento que envolve a experiência jurídica, desse modo a norma passa a representar aspectos da realidade social, buscando determinar seu sentido de acordo com os comportamentos sociais. Cria-se uma visão coordenada dos fenômenos da posituação e da aplicabilidade do direito.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O Trabalho foi desenvolvido no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN), a partir da proposta para o projeto de pesquisa do Professor Sílvio Firmo do Nascimento, o qual tinha como objeto de estudo o autor Miguel Reale.

A metodologia utilizada foi de natureza bibliográfica, com materiais de ordem textual: livros, artigos e textos. O andamento do trabalho se deu por meio de encontros semanais, com elaboração de fichamentos, análises textuais das obras propostas e debates sobre os assuntos tratados. Os encontros com o orientador e as discussões com a colega no grupo de estudo foram fundamentais para a delimitação do tema e embasamento para o conteúdo que foi elaborado.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Com todo arcabouço elaborado pode-se afirmar que a interpretação é a arte de desvendar, de fazer descobertas e revelações, o que a torna indispensável na resolução dos conflitos jurídicos. Sendo assim, o desenvolvimento social torna-se um importante fator quando falamos em hermenêutica, interpretação e direito. A sociedade está em constante mudança, o que obriga os seus componentes e a legislação a acompanharem sua evolução. De acordo com Reale (1978) *apud* Bicca (2012, s. p), “toda Hermenêutica Jurídica é sempre expressão da estrutura histórico-cultural na qual ela se insere e se desenvolve, só podendo e devendo ser apreciada no respectivo contexto.” Desse modo, os objetos histórico-culturais, sempre carregam um propósito e uma essência que demonstram uma finalidade e uma intencionalidade, o que é importante para o ato de interpretar, entretanto o mesmo deve se dar de acordo com o contexto atual ao qual está inserido.

Diante desse cenário o intérprete passa a ter grande importância para hermenêutica jurídica, deixa de ser apenas porta voz da normatividade expressa na letra da lei, de considerar o direito como puro fato e começa a envolver sua própria experiência no ato de interpretar.

O intérprete pode recriar ou reinterpretar dentro dos limites daquilo que já foi objetivado, poderia assim dizer que por mais que ele venha a desempenhar uma função criadora em sua interpretação, a sua criação não poderia ultrapassar a intenção originária da essência normativa. A liberdade experiencial ficaria restrita a uma estrutura que já foi objetivada, essa limitação imposta ao intérprete não causaria deficiência no resultado, seria apenas uma liberdade relativa concedida ao intérprete desde que não deturpasse ou desfigurasse a estrutura já posta. De acordo com Reale (1992, p. 242), “O ‘interprete’, ao contrário, não tem diante de si algo indefinidamente ‘objetivável’, mas sim algo que só pode ser re-criado ou re-presentado dentro dos limites daquilo que já se tornou objetivo por ato de outrem.”

Ainda de acordo com o posicionamento de Reale (1992, p. 254) “todo direito é uma tentativa de direito racionalmente objetivado”, é daí que pode-se extrair a ideia de que as experiências valorativas se convertem em fórmulas normativas, representando o momento social culminante que resulta em uma racionalidade elevada ao plano objetivo.

Entretanto, nem sempre a norma racional objetivada é traduzida de forma clara para o intérprete, os legisladores editam, criam ou complementam normas que muitas das vezes são obscuras e não tem um contexto condizente com a realidade, o que dificulta o entendimento e aplicação da norma pelo intérprete, é a partir daí então que o mesmo irá usar ainda mais sua racionalidade em conjunto com as exigências axiológicas, fazendo conexão com a própria

experiência jurídica e caminhando além para atender as necessidades demandadas no momento histórico no qual se encontra aquela demanda.

Se a lei é obscura, incerta, pouco adequada às condições sócio-econômicas, incongruente na totalidade do sistema, é aqui que se põe, de maneira viva, a dignidade da jurisprudência, em virtude do trabalho do intérprete que capta a *ratio legis*, indo além dos simples nexos lógico-formais, encontrando, em suma, as razões reais a que o legislador teve em vista atender e às que devem ser atendidas no envolver do processo histórico (REALE, 1992, p. 254).

Segundo Robert Alexy (2011, p. 19) na realidade atual há inúmeros casos em que uma decisão jurídica põe fim ao problema, mas não pelas formulações normativas e sim por enunciados normativos singulares.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente artigo possibilitou o estudo da hermenêutica na visão de Miguel Reale. O conhecimento acerca do tema hermenêutica é de suma importância para o meio jurídico, uma vez que é por meio dessa ciência que o intérprete alcança uma conclusão para suas indagações. Tentando se aproximar ao máximo dos escritos teóricos, o intérprete segue uma linha hermenêutica, interligando vários tópicos, adequando meios e fins, objetivando um resultado válido e sólido.

No corrente trabalho ficou evidenciado que o progresso social é um importante fator quando falamos de hermenêutica, interpretação e direito. Diante dos diversos ramos do direito, o jurista relaciona a hermenêutica jurídica, a intersubjetividade e sua experiência pessoal, surgindo assim uma história axiológica e uma análise fenomenológica que são inseridas no mesmo contexto.

É papel do intérprete manter-se sempre o mais próximo da essência normativa, entretanto quando este não for possível, poderá o mesmo fazer o uso da jurisprudência, a qual é passo para solução de inúmeros casos, e quando bem, fundamentada, torna o posicionamento do intérprete, seja diante da imprecisão, do conflito ou da falta de norma, um modelo para aplicação a casos semelhantes, podendo-se dizer que se inicia uma força normativa no ato de sua interpretação.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da fundamentação jurídica**/ Robert Alexy; tradução Zilda Hutchinson Schild Silva; revisão técnica da tradução e introdução à edição brasileira Claudia Toledo. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Forence, 2011.

BICCA, Crolina Scherer. **As diretrizes de Miguel Reale para uma interpretação estrutural dos modelos jurídicos**. Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.ber/cadernovirtual/article/view/632>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GADAMER, Hans-Georg, **Verdade e Método II**: complementos e índices; tradução de Ênio Paulo Giachini; revisão da tradução de Marcia Sá Cavalcante-Schuback.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

REALE, Miguel. **O direito como experiência**. Introdução à epistemologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 1992.

JORNALISMO DIGITAL NA PRÁTICA: OBSERVAÇÃO DO PORTAL DE NOTÍCIAS BARBACENA ONLINE

Arthur Raposo Gomes¹

Esta pesquisa teve o objetivo de reconhecer quais são os formatos de conteúdo mais recorrentes do portal de notícias Barbacena Online, assim como analisar se o portal utiliza todas as ferramentas disponíveis na prática de jornalismo digital – sendo derivado de uma pesquisa redigida como trabalho final de uma disciplina isolada de mestrado, cursada pelo autor-pesquisador. A partir de referências bibliográficas utilizadas, deu-se início ao estudo das matérias da editoria de Cultura, empregando a Análise de Conteúdo como técnica metodológica e resultando em um diagnóstico de que o jornalismo digital executado pelo objeto se alinha muito com o jornalismo na mídia impressa, trabalhando apenas pontos textuais e imagéticos estáticos. O fenômeno de simplificação do jornalismo digital pode ser interpretado como uma dificuldade do jornalismo em ambiente local e distanciamento dos conceitos aprendidos na literatura específica.

Palavras-chave: Jornalismo Digital. Observação. Mídia Local. Portal de Notícias. Barbacena Online.

1 INTRODUÇÃO

O conceito do termo jornalismo é o centro de inúmeros debates que visam apresentar uma definição para ele. No entanto, na maioria das exposições, existe um ponto em comum: a atuação do profissional de jornalismo abrange a transformação de informação em notícia, em um produto à venda². E entre os meios de comunicação que vem propiciando mais espaço para o jornalismo, atualmente no Brasil, está a internet³.

Sobre a internet ser um meio de comunicação, Bernardo Kucinski (2005, p. 76) explica que ela está disponível de diversas formas, tais como: blogs pessoais; sites e portais “que são

1 Publicitário formado pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), é estudante de Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e pós-graduando em Comunicação Corporativa, Planejamento e Gestão pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). E-mail: arthurrasposogomes@gmail.com

2 FERREIRA, Fernando. **Afinal, o que é jornalismo?** 06 nov 2012. Observatório da Imprensa [site]. Disponível em: < <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/ed719-afinal-o-que-e-jornalismo/>> Acesso em 23 set 2018.

3 Informação retirada da seguinte matéria jornalística: PACETE, Luiz Gustavo. Jornalismo ganha força no digital. 17 jun 2015. **Meio e Mensagem**. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2015/06/17/jornalismo-ganha-for-a-no-digital.html>> Acesso em 05 fev 2019.

amplos espaços com grande número de conteúdos e informações”; boletins; jornais e revistas on-line e até os e-mails⁴.

O objeto escolhido para ser pesquisado é o portal de notícias Barbacena Online. A sede do portal é localizada em Barbacena – município, que possui cerca de 126 mil habitantes, localizado na região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais, de acordo como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

A presente pesquisa destina-se a responder às seguintes questões: “Quais os formatos de conteúdo trabalhados nas matérias jornalísticas publicadas o portal Barbacena Online?” e “o portal analisado utiliza todas as ferramentas disponibilizadas no jornalismo digital?”. Tal diagnóstico foi fundamentado, principalmente, por meio referências bibliográficas de autores como Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2013), Laurence Bardin (2010) e Breno Brito (meio digital).

Além de responder os questionamentos já indicados, esta pesquisa tem o objetivo de colaborar com os estudos de caso de veículos de comunicação locais e regionais e exercitar a prática de redação de artigos acadêmico-científicos. Ressalta-se ainda que, entre as intenções acadêmicas do autor da pesquisa, está o de incentivar a valorização do local onde habita, fortalecendo desta forma, os vínculos de “aldeia original”⁵.

2 O JORNALISMO NO MEIO DIGITAL

4 O autor-pesquisador deste trabalho comenta que a enumeração apresentada por Kucinski (2005) poderia ser atualizada, por meio do acréscimo das redes sociais – plataformas que ascenderam no meio digital neste período após a publicação.

5 O conceito de “aldeia original” é traçado por José Marques de Melo para se opor ao de “aldeia global”, estabelecido por Marshal McLuhan que advoga que os avanços promovidos pelas tecnologias que ocorreram durante o século 20, imprimiram um efeito globalizado, fazendo com que nações distantes fisicamente acessem as mesmas produções.

MARTINO, Luís Mauro de Sá. Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MELO, José Marques de. Teoria e Metodologia da Comunicação: tendências do século XXI. São Paulo: Paulus, 2014.

Barbeiro e Lima (2013, p. 35) julgam que a internet fortaleceu a liberdade de expressão de uma maneira que não se via “desde à época de Gutenberg, no século XV”. Para os autores,

A rede digital proporciona um novo paradigma, a capilarização da emissão e recepção de notícias por meio de mídias sociais, que são tecnologias usadas pelas pessoas ou entidades, privadas ou públicas, para disseminar conteúdo, provocando o compartilhamento de opiniões, ideias, experiências e perspectivas diferenciadas (BARBEIRO; LIMA, 2013, p. 35-6).

O site Jornalista (meio digital, 2013) ressalta que, a internet permite que uma matéria possa “ser visualizada, compartilhada e comentada por milhões de usuários conectados em todo o mundo”⁶.

Brito (2010), por sua vez, lista as características do jornalismo realizado no meio digital: Instantaneidade; perenidade (memória); multimídia (convergência); interatividade; hipertextualidade e personalização de conteúdo (customização).

Quadro 1 – Características do Jornalismo Digital.

Característica	Definição
Instantaneidade	O webjornalismo possui um processo de produção mais rápido quando comparado com o radiojornalismo, telejornalismo e jornalismo impresso. A informação é dada ou atualizada rapidamente.
Perenidade (memória)	O material jornalístico publicado na internet pode ser armazenado infinitamente, uma vez que utiliza de pouco espaço físico para guardar uma vasta quantidade de informação.
Multimídia (convergência)	Faz referência à união dos formatos nas mídias tradicionais: imagem, texto e som.
Interatividade	No ambiente digital, o leitor pode participar de enquetes sobre temas polêmicos, interagir em grupos de discussão, sugerir temas de reportagens ao repórter, inclusive, enviando conteúdo próprio – prática considerada como jornalismo colaborativo. Além disso, também pode navegar por meio de hiperlinks.
Hipertextualidade	Referência feita em um documento hipertextual para outro documento ou recurso.
Personalização de conteúdo (customização)	Publicando informações por meio de computadores, é rapidamente possível colher informações e opiniões dos leitores e assim, oferecer a mídia e o conteúdo mais interessante para eles.

6 Jornalista. **Jornalismo Online**. Disponível em: <<http://www.jornalista.com.br/jornalismo-online.html>> Acesso em 30 ago 2018.

Fonte: Quadro elaborado por Arthur Raposo Gomes (2018), conforme Brito (2010, meio digital).

3 MATERIAL E MÉTODOS

O objeto de estudo deste trabalho é o portal de notícias Barbacena Online⁷. Tendo suas atividades iniciadas em setembro de 2001, de acordo como a aba Quem Somos, o Barbacena Online, “no decorrer destes anos sempre primamos pela informação clara, sem sofismos e com a intenção de que o próprio leitor crie suas conclusões”⁸.

A título de recorte das publicações a serem analisadas, sublinha-se que foram examinadas as matérias da editoria de Cultura publicadas, no site do Barbacena Online, no período entre 01 de agosto de 2018 e 31 de agosto de 2018. Este recorte de editoria e tempo foi efetuado, uma vez que esta pesquisa é uma parte do trabalho final do autor-pesquisador, quando cursou a disciplina isolada “Cultura e Narrativas para a Comunicação e a História: tensões e limites” no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF).

Na condução deste trabalho, foi utilizada a análise de conteúdo como técnica metodológica quantitativa. Bardin (2010) é quem diagrama os passo-a-passos desta metodologia: organização da análise; codificação; categorização e tratamento e interpretação dos resultados.

No período examinado, o portal Barbacena Online realizou 15 publicações na editoria de Cultura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7 Como não há registros de pesquisas acadêmicas sobre o objeto escolhido, a descrição do objeto fica reduzida as informações que constam no próprio portal.

8 Todas as informações institucionais do objeto Barbacena Online foram retiradas da aba Quem Somos do próprio site do periódico. Quem Somos. **Barbacena Online**. Disponível em: <<https://barbacenaonline.com.br/sobre-nos/>> Acesso em 17 set 2018.

Visto quais são as características do jornalismo praticado no meio digital, foram analisadas as questões de multimídia e hipertextualidade, com a intenção de responder, primeiramente, à pergunta: “As matérias culturais publicadas no portal Barbacena Online utilizam de quais formatos de conteúdos?”.

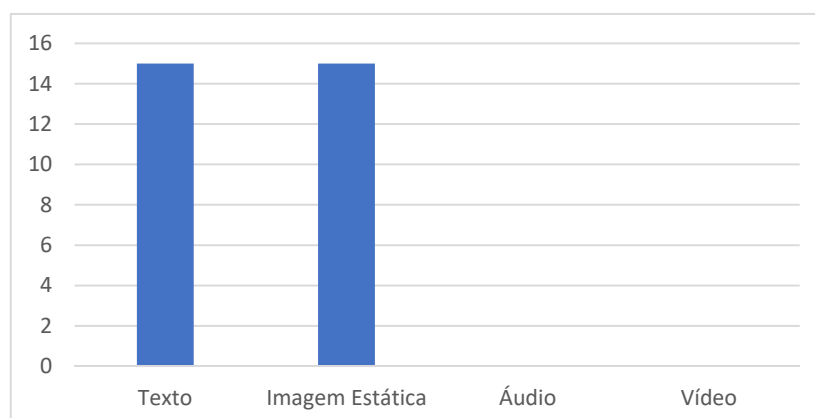


Figura 03 – Relação de conteúdos multimidiáticos das publicações feitas em agosto/2018 pela Barbacena Online. Fonte: Arthur Raposo Gomes (2018), conforme análise de conteúdo das matérias publicadas pela Barbacena Online em agosto de 2018.

Como pode-se ver no gráfico acima, apesar de ter a oportunidade de trabalhar com os diferentes formatos de conteúdo, todas as publicações de cultura do mês de agosto de 2018 são constituídas exclusivamente de textos e imagens estáticas – sejam elas, fotografias ou artes gráficas. Não existindo qualquer referência de uso de áudio e vídeo.

Em seguida, as matérias foram analisadas visando responder à pergunta “O Barbacena Online utiliza de instrumentos que possam ser considerados como de hipertextualidade?”.

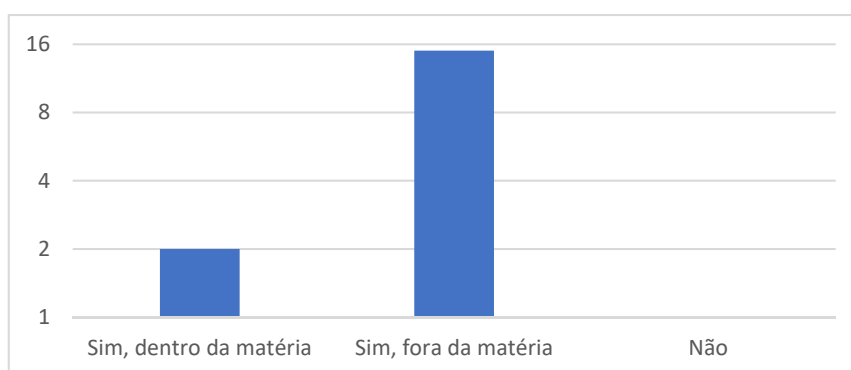


Figura 04 – Relação de recursos de hipermídia das publicações feitas em agosto/2018 pela Barbacena Online. Fonte: Arthur Raposo Gomes (2018), conforme análise de conteúdo das matérias publicadas pela Barbacena Online em agosto de 2018.

Das 15 publicações analisadas, todas possuem ferramentas de hipertexto em suas páginas: O leitor pode, facilmente, compartilhar o link da matéria em alguma rede social – como pode-se ver no exemplo abaixo, um *print* de uma das publicações.



Figura 05 – *Print* de notícia publicada em site local⁹. Fonte: BARBACENA ONLINE, 2018, meio digital.

No entanto, dentro das próprias matérias jornalísticas, apenas duas das 15 publicações contam com ferramentas no *hiperlinks*. Na matéria intitulada “#AGENDAdeFIMdeSEMANA: 19ª edição do Ibitipoca Blues movimentará região”, do dia 24 de agosto de 2018, ao final do texto, na parte que consta a referência da foto, existe um link que leva o leitor até o site oficial de um dos eventos divulgados na publicação. Já no dia 27 de agosto de 2018, na matéria “Grupo de Bale do Sesi é considerado o melhor do Dançaraxá”, o leitor tem a chance de ver, além da foto principal, mais duas fotografias em tela expandida: basta clicar nelas, localizadas ao final da matéria.

5 CONCLUSÃO

9 BARBACENA ONLINE. 10 ago 2018. #AGENDAdeFIMdeSEMANA: Circuito gastronômico movimentará Tiradentes. Disponível em: <<https://barbacenaonline.com.br/agendadefimde semana-circuito-gastronomico-movimentatiradentes/>> Acesso em 20 set 2018.

Este trabalho teve a intenção de observar de que forma o jornalismo digital é executado no Barbacena Online, por meio da aplicação de análise de conteúdo nas matérias do mês de agosto de 2018 da editoria de Cultura do portal. Após a apreciação das matérias, é possível confirmar a hipótese que a atividade jornalística no meio digital, realizado pelo objeto no período recortado, pouco utiliza da vasta possibilidade de recursos que o ambiente digital propicia. Essa afirmação é confirmada uma vez que, em momento posterior, foi constatado por meio de verificação das outras editorias do portal, que não existem grandes diferenças do que foi observado na aba cultural.

A partir do que foi entendido, pode-se pressupor a existência de uma tendência de simplificação do jornalismo digital por parte dos meios de comunicação, que atuam muito similarmente ao jornalismo impresso – que lida, apenas, com texto e imagens estáticas. Além disso, esse fenômeno de simplificação do jornalismo digital local pode ser entendido como uma dificuldade do jornalismo com foco em círculos locais ou também como um sinal de que conceitos aprendidos no ambiente acadêmico e na literatura específica estão distantes da prática diária profissional no interior de Minas Gerais.

O pesquisador frisa, por fim, que possui a esperança que tal pesquisa desperte o olhar dos pesquisadores para os estudos deste tipo de objeto, ou mesmo, fortalece a importância da formação acadêmica dos profissionais que atuam em empresas jornalísticas mesmo em pequenos círculos e das pesquisas voltadas para objetos cujo a presença está delimitada na “aldeia original”. A graduação em jornalismo deve ser o momento em que o estudante se prepara para atuar como jornalista em todos os meios midiáticos existentes e destine o olhar científico para o nível local e regional, gerando – como consequência – uma maior diversidade de literatura especializada. Além disso, também crê que este artigo possa ter mais desdobramentos de caráter analítico.

REFERÊNCIAS

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Jornalismo para Rádio, TV e Novas mídias** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BRITO, Breno. **Características do webjornalismo**. Disponível em: http://www.brenobrito.com/files/WEBJORNALISMO-AULA_04.pdf. Acesso em: 18 set 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era digital: ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: Unesp e Fundação Perseu Abramo, 2005.

LETRAMENTO RACIAL E ATIVIDADES DE EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA DO IF SUDESTE MG CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI COM CRIANÇAS DE 04 A 12 ANOS

Marise dos Santos¹
Diogo Pereira Matos²
Rosana Machado de Souza³

O objetivo deste trabalho é apresentar parte dos resultados de dois projetos de extensão intitulados: “Letramento racial por meio da educação, cultura e gestão: caminhos para a construção de uma sociedade antirracista” e “Ações de cultura, gestão e educação para o letramento racial”. Ambos desenvolvidos no ano de 2018 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), *Campus* São João del-Rei.

Os projetos foram desenvolvidos por editais institucionais específicos de extensão e tecnologia. O primeiro vinculado ao edital de Apoio a Projetos Cooperativos de Extensão Tecnológica e segundo ao Programa institucional de apoio à Extensão (PIAEX), ambos edição 2018. Como ambos projetos foram desenvolvidos de forma conjunta, dividindo espaços, atendendo a público e objetivos semelhantes, preferimos apresentar as ações dos dois projetos.

Os projetos desenvolvidos tiveram três linhas principais de ação, que foram: o letramento racial; o reforço escolar afro-orientado e a gestão de espaços não formais de educação e gestão cultural. Neste trabalho, especificamente, apesar de serem três linhas, iremos apresentar algumas reflexões a partir apenas das atividades de Letramento Racial.

A ideia do Letramento Racial surge como uma ação de reflexão que busca contribuir para que os indivíduos reconheçam seu pertencimento racial (negro ou não) bem como as

1 Discente do curso de Letras (Português/Espanhol) do IF Sudeste MG, Campus São João del-Rei. Bolsista de Extensão.

2 Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei. Pedagogo do IF Sudeste MG, Campus São João del-Rei. Orientador do Projeto vinculado ao Edital de Apoio a Projetos Cooperativos de Extensão Tecnológica. Endereço eletrônico: diogo.matos@ifsudestemg.edu.br.

3 Mestra em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora EBTT do IF Sudeste MG, Campus São João del-Rei. Orientadora do Projeto vinculado ao Programa institucional de apoio à Extensão (PIAEX).

contradições existentes no interior da sociedade brasileira no que concerne ao racismo. Além disso, o Letramento Racial pode ser uma forma de visibilizar as produções artísticas e científicas da população negra na sociedade, bem como de potencializar ações culturais negras locais.

Segundo Skerrett (2011, p. 314), citado por Ferreira (2014, p. 250), o “Letramento Racial tem uma compreensão poderosa e complexa da forma como raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais dos indivíduos e dos grupos”. Levando isso em consideração tivemos como proposta, em cada ação, envolver e mobilizar os atores sociais no sentido de contribuir para a construção de identidades negras positivas, por meio de um processo de interação e em conjunto com outros atores de outros pertencimentos étnicos. Acreditamos que este movimento é necessário para que haja o despertar de uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais e educacionais que envolvem à população negra brasileira.

As ações foram desenvolvidas em parceria com duas Organizações Não Governamentais (ONG's) da cidade de São João del-Rei. Um dos projetos foi realizado no Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Região das Vertentes (CDH) e outro junto ao Grupo de Inculturação Afrodescendentes Raízes da Terra. Por algumas dificuldades no desenvolvimento junto à segunda ONG, as atividades que seriam destinadas ao Grupo Raízes da Terra foram desenvolvidas na Escola Estadual Iago Pimentel.

Antes do início das ações dos projetos foi realizado um trabalho de formação com os bolsistas e voluntária, os quais foram orientados a respeito de temáticas relacionadas à educação para as relações étnico-raciais. Nesse contexto, levamos em consideração que:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípuo de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive a participação no espaço público (SILVA, 2011, p.13)

Numa perspectiva, buscar uma maior compreensão sobre diversos aspectos que envolvem a população negra no Brasil, como os aspectos históricos, culturais, educacionais, construção de identidades, dentre outros que se relacionem à diversidade de raça e gênero, presentes na nossa sociedade é essencial para o desenvolvimento de ações dessa natureza.

No processo de formação utilizamos alguns textos, artigos científicos, livros, pesquisas, dados estatísticos e governamentais, dentre outras fontes de pesquisa e conhecimento relacionados diretamente à cultura negra africana e/ou afro-brasileira. Todo o material foi

discutido nos grupos de estudos realizados semanalmente pelos bolsistas, voluntária e participantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Campus São João del-Rei. Foram trabalhados vários autores e autoras, como por exemplo a professora Nilma Lino Gomes da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cujo os resultados de suas pesquisas em áreas como: organização escolar, formação de professores para a diversidade ético-racial, movimentos sociais e educação, relações raciais, diversidade cultural e gênero são de grande relevância para o campo do conhecimento em que se inserem.

Já as ações de Letramento Racial desenvolvidas na ONG CDH contaram com a participação de 16 crianças com idade entre 4 e 12 anos. Utilizando como critério a heteroidentificação realizada pelas bolsistas do projeto, essas crianças podem ser classificadas racialmente como pretas, pardas (negras) e brancas. Todas as atividades foram realizadas em bairros periféricos da cidade. Nestas atividades os bolsistas e a voluntária, da área de Letras, ficaram responsáveis pela elaboração do material afro-orientado, contação de histórias afro-brasileiras, seleção e exibição de filmes, rodas de conversa, dentre outras atividades lúdicas relacionadas à temática.

Tivemos a colaboração de um professor de música, que fazia um revezamento semanal com os bolsistas, uma vez que os encontros eram quinzenais, realizando aulas de percussão e fazendo com que as crianças entrassem em contato com o som e a música possibilitando que elas expressassem, com o corpo, os diferentes sons, ritmos e melodias ao som de tambores e atabaques. Os objetivos dessas atividades eram estimular as crianças a perceberem-se enquanto sujeitos e responsáveis pela transformação de suas realidades culturais e sociais, com o foco nas relações étnico-raciais e na valorização da diversidade, ao mesmo tempo no combate ao racismo e à discriminação racial.

Apesar das ações não terem sido realizadas dentro de espaços formais de educação, como uma escola, por exemplo, acreditamos que é necessário o desenvolvimento de ações dessa natureza, ações que tenham como meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, além da produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, dentre outras (BRASIL, 2004).

Trabalhamos com contos, fábulas e textos como “O cabelo de Lelê” de Valéria Belém (2012); “Menina Bonita do Laço de Fita” de Ana Maria Machado (2011); “*Kiriku* e a Girafa” de Michel Ocelot (2017); “As tranças de Bintou” de Sylviane Anna Diouf (2004); “Que Cor É

a Minha Cor?” de Martha Rodrigues (2006); “Betina” de Nilma Lino Gomes (2009); dentre outros. Com essas histórias ampliamos o conhecimento sobre as questões relativas à cultura negra, além de refletirmos sobre autonomia, atitudes, valores voltados para a convivência social e a importância de conhecer, valorizar e respeitar a cor negra.

Discutimos com as crianças sobre o conhecimento, ou a falta dele, sobre o continente africano, sobre o reconhecimento da África como um continente rico em diversidade e que contribuiu para a construção do nosso País. Refletimos também sobre a necessidade de reconhecer a contribuição da população negra para a construção do Brasil de forma que “incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participam dessa construção” (SANTOS, 2005, p. 32).

Trabalhamos, por meio de contos africanos, a importância da narrativa, da fala, da cultura oral, do respeito aos mais velhos e a história de um povo, além do conhecimento sobre sua ancestralidade. A proposta nestas atividades também era poder ampliar o universo sociocultural das crianças participantes dos projetos para lidarem com o preconceito vivenciado nas tensas relações raciais e sociais presentes em cada realidade.

Por meio da contação de história pudemos observar o quanto é evidente, e marcante, a ausência de representações negras, principalmente positivas, nos contos literários infantis, em especial nas escolas, uma vez que esse é o espaço no qual a maioria das crianças têm contato com a produção literária. Reconhecemos que diversos materiais foram produzidos na última década, fenômeno esse ocorrido devido a promulgação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino de toda a Educação Básica (BRASIL, 2003). Esse fato, aliado à luta antirracista contribuiu, e contribui, para a efetivação de direitos sociais educacionais, reconhecendo a necessidade de superar as representações, discursos e práticas racistas (GOMES, 2012).

Durante um dos momentos do desenvolvimento das oficinas presenciamos o quanto a falta de representatividade do corpo e da beleza negra pode influenciar na imagem que a criança tem, ou gostaria de ter, sobre si mesma. Um desses exemplos foi quando utilizamos histórias sobre meninas negras, mostrando a importância de reconhecer a beleza e valorizar o que cada indivíduo possui (cabelo, cor de pele, traços, formato do corpo etc.). Na ocasião uma das crianças relatou que só desenhava e coloria pessoas de cor branca e com cabelo loiro, pois estas características são consideradas como belas. Mesmo que a referida criança não esteja dentro desse “padrão”.

A partir desta e de outras situações ocorridas durante as atividades observamos a necessidade de termos um olhar mais crítico sobre o desenvolvimento das atividades de forma que conseguíssemos alcançar alguns dos objetivos dos projetos, como fazer com que as crianças conhecessem outras produções envolvendo a temática racial e pudessem se reconhecer, valorizar e respeitar a sua própria cultura afro-brasileira e seus traços fenotípicos.

Diante do exposto acima, podemos afirmar o quanto foi e é importante ensinar as crianças, desde os primeiros anos de escolaridade, a combater a todos os tipos de discriminação, ao mesmo tempo, desenvolverem o respeito com a diversidade que nos cerca. Compreender a importância de uma educação das e para as relações étnico-raciais é essencial e necessário para o desenvolvimento de práticas pedagógicas nas quais as temáticas que envolvam a questão negra, em especial no Brasil, estejam presentes.

Palavras-chave: Letramento Racial. Cultura. Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

FERREIRA, A. J. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN**, v. 6, p. 236-263, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003. Brasília: **MEC, UNESCO**, 2012.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. p. 32, Brasília, MEC; SECAD, 2005.

SILVA, Petronilha B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: **Relações étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte, Mazza Edições, 11-37, 2011.

MARTIN BUBER E A HERMENÊUTICA FENOMENOLÓGICA

Thais Caroline Reis de Ávila¹

Wallace Félix Cabral Silva¹

José Mauricio de Carvalho²

Neste trabalho examina-se a hermenêutica fenomenológica de Martin Buber, partindo-se da novidade trazida pelo pensamento de Edmund Husserl na compreensão do conhecimento. No esforço para fundamentar o conhecimento, Husserl radicalizou o retorno às coisas mesmas e nesse movimento encontrou o mundo vivido. Esse mundo tomado como o fundamento último do conhecimento nasce de experiências singulares vividas na intencionalidade das consciências. Martin Buber desenvolverá essa noção, diferenciando a intencionalidade em duas palavras princípio *Eu – Tu* e *Eu – Isso*, com as quais resume a relação pessoal com os outros e com as coisas, além das variações dessas palavras como tratar o outro como coisa. Com essa distinção ele conceberá uma linguagem distinta nas palavras-princípio. Esse trabalho se completa com os estudos de Buber sobre os textos históricos, bíblicos e hassídicos, onde se aproxima de nomes fundamentais da hermenêutica como: Paul Wartenberg, Wilhelm Dilthey e Hans George Gadamer, esse último voltado para a objetividade na interpretação.

Palavras-chave: Fenomenologia. Filosofia. Hermenêutica. Palavras princípio. Martin Buber.

1 INTRODUÇÃO

O artigo *Martin Buber e a hermenêutica fenomenológica* foi publicado na revista PIDCC, Aracaju, ano VII, v. 12, n. 3, p. 131-152, outubro de 2018. Ele representa a primeira parte de um estudo que desejava estudar como ocorre a relação psicoterapêutica. Para levar adiante o projeto estudou-se o modo como o psiquiatra Viktor Frankl pensou a relação que clínico e paciente vivem no processo psicoterápico. Frankl afirmou que, em sua atividade médica não podia prescindir da forma de compreensão que Martin Buber elaborou para entender as relações humanas. Assim, antes de tratar propriamente das relações psicoterapêuticas era necessário entender como Buber pensava as relações humanas.

O artigo procurou mostrar que uma hermenêutica fenomenológica como a de Buber parte do legado de Edmund Husserl, criador do método fenomenológico. A descoberta de

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Contato: josemauriciodecarvalho@gmail.com.

Husserl foi que a experiência que cada homem tem do mundo é uma realidade radical, única, isto é, o conceito de “mundo vivido” de Husserl era o ponto de partida para considerar a hermenêutica fenomenológica de Martin Buber, pois sua elaboração hermenêutica é parte dessa experiência radical de compreensão do mundo. Martin Buber a detalha e a diferencia conforme se refira à relação com as coisas ou com as pessoas, sem falar das combinações possíveis como é tratar pessoas como coisas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado na pesquisa foi o analítico. Trata-se de um procedimento utilizado nos estudos filosóficos e nas pesquisas de fundamentação das teorias psicológicas, revelando-se eficaz para clarear aspectos das teorias investigadas e resolver problemas e eventuais contradições ali presentes. Sua aplicação é essencial para fundamentar as teorias apresentadas em várias áreas das ciências humanas e clarear controvérsias. Segundo Nicola Abbagnano (1998): “Na cultura moderna e contemporânea, a tendência analítica, isto é, a tendência a reconhecer a análise como método de investigação disseminou-se e mostrou ser muito fértil” (p. 53). O que é mesmo a análise? É o exame das partes de um todo, tendo o propósito de conhecer sua natureza, funções e relações, isto é, chegar à determinação dos elementos que se organizam em uma totalidade dada ou a se construir. Nessa pesquisa, ou pelo menos, nessa etapa da investigação, o propósito foi o estudo da hermenêutica desenvolvida por Martin Buber e o material utilizado foi sua vasta obra e a de alguns de seus comentaristas.

3 RESULTADOS

Esse artigo foi a base dos trabalhos que se seguiram para completar a pesquisa. Nele se cuidou de caracterizar as relações humanas a partir de dois pares de vocábulos utilizados por Buber para resumir as relações humanas. Os dois pares são respectivamente: *Eu-Tu* e *Eu-Isso*, sendo o Isso substituível por Ele ou Ela. Para Buber, quando se fala Tu ou Isso, pronunciam-se palavras-princípios que resumem todas as relações humanas.

Martin Buber resume as relações humanas dessa forma. Então uma pessoa humana somente se mostra de forma completa numa relação de tipo Eu – Tu. Muitas vezes, a relação com o Tu desaparece para dar origem a uma relação com o Isso. Assim enquanto se olha o outro sem outros interesses ou papéis definidos se está nesse tipo de relação. Numa relação clínica

enquanto temos a relação clínico-paciente não se está propriamente nessa relação mais elevada pois o paciente é objeto do psicoterapeuta. As coisas do mundo não são consideradas como Tu, mas como Isso. Então, por essa delimitação, elas se tornam um objeto da consciência. Como nem sempre o processo é linear o mundo aparece na duplicidade, ele é simultaneamente o Ser que não se objetiva e os entes que se objetivam. Assim ocorrerá na clínica onde o paciente é, geralmente, Isso, mas pode ser Tu, dependendo do olhar do terapeuta.

Nesse artigo pudemos entender melhor o que significa uma relação Eu –Tu. Ela tem características próprias, sendo: não objetivável, imediata, somente ocorrendo na presença de alguém, só se efetiva de forma total, e está para além do tempo e espaço. Assim se dá a relação humana na sua forma mais singular. No amor ou no encontro com Deus não há como tomar o amado ou Deus como objeto, somente é possível essa aproximação se estamos na sua presença, só há verdadeiro encontro se ele é entrega total, se é desinteressado e se realiza para além da realidade espaço-temporal. Por isso, nossa relação com outros homens, mesmo quando ocorre nesse nível logo desliza para a outra forma. Assim também ocorrerá na clínica psicoterapêutica ensinará Frankl.

4 CONCLUSÃO

Procuramos mostrar no artigo que o essencial da hermenêutica fenomenológica de Martin Buber se encontra no livro *Eu e Tu*. Porém, verificamos que aquela obra não esgotava o assunto e tivemos que buscar outros aspectos da bibliografia de Buber para clarear o assunto. Entre esses procedimentos estavam seus estudos sobre os mitos hassídicos. Um outro estudo de Buber considerado na pesquisa foi sua análise do livro do Êxodo, que se mencionou rapidamente neste trabalho porquanto foi o tema fundamental do segundo artigo, uma comparação entre a hermenêutica de Buber e a psicanalítica de Freud. Aplicada a um texto histórico essa hermenêutica permitiu notar que as narrativas bíblicas não são lineares, mas heterogêneas e cheias de ruptura, daí a necessidade de uma chave de leitura que Buber desenvolveu a partir dos elementos que aprendeu com Hans Georg Gadamer e Wilhelm Wundt.

Quanto as características dessa hermenêutica na interpretação das relações humanas, o que era fundamental para investigar as relações psicoterapêuticas de Frankl, indicou-se que o homem somente se entende como sujeito de relações com os outros. Em seu diálogo com os representantes mais importantes da escola fenomenológica existencial, alguns aspectos se destacaram como o encontro e afastamento do ser como se encontra na página 32 de *El Ser y*

Tiempo de Heidegger, a preservação da consciência intencional e sua insuperável cisão S – O na tematização de Edmund Husserl, para quem nas *Meditaciones Cartesianas* (1986, p. 46): "o mundo em geral (nos vem...) tão somente como fenômeno de realidade". Pois bem essa noção de consciência intencional de Husserl aparece na hermenêutica de Buber, nas palavras princípio Eu - Tu e Eu – Isso.

Com essas palavras Buber resumiu as duas atitudes fundamentais frente à vida, porque nelas o Eu se comporta de maneira diferente conforme esteja diante de um Tu ou diante de uma coisa. Logo Buber distingue a relação fenomenológica do encontro de uma outra consciência na experiência do Tu e na experiência do Isso. Nesse último caso se tem uma relação com as coisas, ou uma relação objetivante com os entes.

O Tu e o Isso ocupam na consciência o lugar do objeto na consciência intencional mencionado por Husserl. O Isso é claramente um objeto quando se refere à coisa, mas pode também representar a relação com outro homem, quando esse é tomado como objeto. Na forma de relação Eu - Tu, embora o Tu ocupe o lugar do objeto, Buber pretende que ele seja caracterizado pela reciprocidade entre os interlocutores, de modo que ambos se abram um para o outro com as características mencionadas no item anterior. É uma forma de relação baseada no encontro com o outro e no esforço para interagir com seu mundo.

Logo, somente na relação Eu - Tu se pode falar propriamente em alteridade, porque o Tu atua em reciprocidade e simultaneidade. Estamos diante de um pensamento segundo o qual o sujeito se estabelece pelo encontro com o outro, inaugurando uma cadeia de relações que inclui pessoas, grupos e até a natureza. Porém, as relações constitutivas como Tu são com um outro Eu.

Entendida assim as relações humanas, nessa conclusão parcial do primeiro artigo, pudemos partir para a continuação da pesquisa onde estudamos a forma como Freud pensou essas relações humanas e, finalmente, o modo como Buber utilizou essa distinção nas suas relações psicoterapêuticas na sua clínica conhecida como análise existencial.

REFERÊNCIAS

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2001. 150 p.

CARVALHO, José Maurício de; AVILA, Thaís Caroline Reis de; SILVA, Wallace Félix Cabral da. **Martin Buber e a Hermenêutica Fenomenológica**. PIDCC, Aracaju/Se, Ano VII, Volume 12 nº 03, p.153 a 182, Out 2018. Disponível em: <http://pidcc.com.br/en/2012-10-31-19-03-56/volume-10-n-01-2016/2-uncategorised/318-martin-buber-e-a-hermeneutica-fenomenologica>. Acesso em: 10 mar. 2019.

HEIDEGGER, Martin. **El Ser Y El Tiempo**. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Economica, 1962.

HUSSERL, Edmund. **Meditaciones Cartesianas**. Madrid: Tecnos, 1986. 204 p.

ORTEGA Y GASSET, **Verdad y Perspectiva. Obras Completas**. 3ª reimpresión, v. II, Madrid: Alianza, p. 15-21, 1998.

MODELO PARA MAPEAMENTO DE ECOSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO DA MICRORREGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI

Tiago Paz Lasmar¹
Dárlinton Barbosa Feres Carvalho²

A inovação tecnológica e o empreendedorismo têm sido apontados como soluções para aumento de competitividade nacional. Ao longo do tempo, outros agentes, além da hélice tripla, ganharam relevância e o conjunto desses atores e suas interações constituem ecossistemas de inovação e ao empreendedorismo. Dada a importância de se fomentar estes ecossistemas, alguns modelos conceituais foram estabelecidos de forma a melhorar sua compreensão e sistematizar ações daqueles envolvidos no processo de criação e desenvolvimento de negócios. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi consolidar um modelo de mapeamento e análise do ecossistema de empreendedorismo de uma microrregião do interior de Minas Gerais, São João del-Rei. A importância desse tipo de análise é estabelecer uma ferramenta de suporte adaptada ao contexto estudado, em termos de maturidade das ações realizadas e condições socioeconômicas. A construção se deu a partir de aspectos de modelos já estabelecidos relacionando-os com os contextos socioeconômicos da região. O modelo construído permite a observação de um ecossistema em diferentes níveis. Desde a verificação da existência ou não de atores e determinantes na região, até saber se todas as etapas de desenvolvimento de um negócio estão sendo apoiadas pelas ações desses atores. Espera-se que, ao estabelecer esse recorte, seja possível delinear as principais demandas do ecossistema e construir de maneira conjunta com os atores as ações necessárias para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Ecossistema de empreendedorismo. Ecossistema de inovação. Mapeamento de ecossistema. Desenvolvimento econômico regional.

1 INTRODUÇÃO

A inovação e o empreendedorismo têm sido pauta cada vez mais frequente nos debates sobre aumento de competitividade nacional. Uma consequência prática de ações nesse sentido é a consolidação do Marco Legal para Ciência Tecnologia e Inovação em 2018, cujo arcabouço começou a ser construído desde 2004 com a Lei de Inovação (Nº 10.973). Trata-se do contexto

1 Mestrando em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual pela UFMG. Bolsista (BDT-Nível III/FAPEMIG/UFSJ) na Incubadora de Desenvolvimento Tecnológico e Setores Tradicionais do Campo das Vertentes (INDETEC).

2 Doutor em Ciências em Informática, Professor da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. Coordenador do Núcleo de Empreendedorismo e Inovação Tecnológica (NETEC) e da Incubadora de Desenvolvimento Tecnológico e Setores Tradicionais do Campo das Vertentes (INDETEC).

E-mail para contato: tplasmar@gmail.com/ darlinton@ufs.br.

de transformação econômica, para uma economia informacional, baseada em conhecimento, desenvolvimento tecnológico e interação de diferentes atores (CASTELLS; HALLS, 1995).

Etzkowitz (2000) afirma que um elemento chave para inovação em sociedades cada vez mais baseadas em conhecimento são as conexões interorganizacionais. O autor enfatiza a interação entre universidade, indústria e governo. Ao longo do tempo, outros agentes, além da hélice tripla, ganharam relevância e o conjunto desses atores e suas interações constituem ecossistemas de inovação e ao empreendedorismo.

Dada essa importância, alguns modelos conceituais foram estabelecidos de forma a sistematizar ações daqueles envolvidos no processo de criação e desenvolvimento de negócios. Essas abordagens variam amplamente e podem ser classificadas com base na unidade geográfica de análise, seu nível de detalhamento e seu foco setorial (ASPEN NETWORK DEVELOPMENT ENTREPRENEURS, 2013).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é consolidar um modelo de mapeamento e análise do ecossistema de empreendedorismo de uma microrregião do interior de Minas Gerais que apresenta iniciativas ainda incipientes na temática. A importância desse tipo de análise é estabelecer uma ferramenta de suporte adaptada ao contexto estudado, em termos de maturidade das ações realizadas e condições socioeconômicas. Isenberg (2010) corrobora esse argumento, em suas prescrições de moldar o ecossistema em torno das condições locais ao invés de imitar o modelo estabelecido no Vale do Silício.

Espera-se que, ao estabelecer esse recorte, seja possível delinear as principais demandas do ecossistema e construir de maneira conjunta com os atores as ações necessárias para o seu desenvolvimento.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos construiu-se um referencial teórico buscando esclarecer as diferenças entre as definições de ecossistema de empreendedorismo e inovação. Como segundo passo foi estabelecido relação entre esses conceitos e o contexto da região que se deseja estudar. Por fim, a partir de uma seleção inicial de modelos, consolidou-se o modelo mais adequado para o contexto da região. Nove modelos foram analisados. A escolha desses modelos se deu a partir de uma revisão bibliográfica que caracterizou e analisou os modelos de mapeamento mais relevantes da literatura, propiciando uma escolha mais assertiva e ágil.

Realizou-se um também uma busca, na base DataViva (<http://dataviva.info/>), de informações referentes à cidade e região de São João del-Rei que pudessem caracterizá-la em aspectos socioeconômicos. Utilizaram-se essas informações como elementos de tomada de decisão em relação a qual modelo de mapeamento de ecossistema consolidar. Algumas informações utilizadas foram: o percentual da quantidade de estabelecimentos por atividade econômica, renda mensal média e total da região, porcentagem de empregos por atividade econômica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A microrregião de São João del-Rei

A microrregião de São João del-Rei está localizada na Mesorregião do Campo das Vertentes, a 181 km da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Essa microrregião é composta por 14 municípios. Em 2010, a microrregião tinha um PIB de 2,26 bilhões e uma população de 182 mil habitantes nesse mesmo ano.

No ano de 2016 a microrregião contava com o total de 4,9 mil estabelecimentos. Destaca-se o grande papel do comércio, principalmente o varejista, seguidas por atividades agropecuárias de criação de bovinos e de indústria de transformação com destaque para a de móveis, couros e calçados e produtos alimentícios.

Em relação a salários e empregos, a microrregião apresenta uma renda mensal média de R\$ 1,9 Mil e um total de 34,7 Mil empregos no ano de 2016. Em 2017, o total de exportação da região foi de cerca de \$88,5 milhões de dólares americanos. Na lista de produtos exportados, destacam-se os metais, principalmente as ferro-ligas, os sais inorgânicos e minérios de nióbio, tântalo, vanádio e zircônio.

3.2 Ecossistemas de empreendedorismo e inovação

O foco principal da frente de “ecossistemas de inovação” é a grande empresa que busca a inovação, mas que não consegue atingir seu objetivo de maneira isolada.

Um dos trabalhos seminais é o de Moore, (1993) que faz um paralelo do contexto empresarial com o contexto de ecossistemas biológicos. As empresas coevoluem capacidades, funcionando cooperativa e competitivamente para criar novos produtos, satisfazer as

necessidades dos clientes (MOORE, 1993). Ainda segundo o autor, um ecossistema de negócios, gradualmente passa de uma coleção aleatória de elementos e atores para uma comunidade mais estruturada.

Nessa mesma perspectiva, Adner (2006) enfatiza que o bom funcionamento de um ecossistema permite às empresas criarem valor que não conseguiriam, se atuassem de maneira isolada. Os debates dentro dessa temática giram em torno do entendimento de como que atuar dentro de um ecossistema afeta na gestão do risco de um novo projeto. Ainda é essencial saber definir os papéis e benefícios de cada empresa.

Quando se trata da perspectiva de ecossistema de empreendedorismo, tem-se como principal diferencial a ampliação da visão de participação de atores no ecossistema, indo além das grandes empresas. Cohen (2006) define ecossistema de empreendedorismo como grupo interconectado de atores em uma comunidade geográfica local comprometida com o desenvolvimento sustentável por meio do desenvolvimento de novos empreendimentos. Isenberg (2010) reforça o papel de elementos mais intangíveis como liderança e cultura e clientes mais suscetíveis a novidades.

A percepção da importância de atores, determinantes e condições para o sucesso de um ecossistema de empreendedorismo fez com que diversos autores e instituições propusessem modelos de referência construção, mapeamento e avaliação de ecossistemas. Esses modelos serão debatidos na próxima seção.

3.3 Escolha do modelo de mapeamento de ecossistema

A partir das conjunturas econômicas de São João del-Rei identificadas, existe maior aderência ao desenvolvimento de um ecossistema de empreendedorismo do que de inovação na região. Isso, pois o arranjo produtivo do local é composto por empresas de pequeno e médio porte pertencentes em sua maioria a uma indústria de base e comércio varejista, com baixo investimento em P&D e inovação.

A *Aspen Network Development Entrepreneurs* (2013) realizou um estudo comparativo entre modelos de avaliação de ecossistemas. Nove modelos foram revisados, a saber: 1) *Babson College - Babson Entrepreneurship Ecosystem Project*; 2) *Council on Competitiveness - Asset Mapping Roadmap*; 3) *George Mason University - Global Entrepreneurship and Development Index*; 4) *Hwang, V.H. - Innovation Rainforest Blueprint*; 5) *Koltai and Company - Six + Six*; 6) *GSM Association - Information and Communication Technology Entrepreneurship*; 7)

Organisation Economic Co-operation and Development - Entrepreneurship Measurement Framework; 8) *World Bank - Doing Business*; 9) *World Economic Forum - Entrepreneurship Ecosystem*.

O primeiro ponto observado para a escolha do um modelo foi o de abrangência geográfica. A partir desse recorte foram desconsideradas as metodologias voltadas à análise de países e macrorregiões. Apesar de relevantes, essas metodologias têm foco em fatores macroeconômicos e diretrizes políticas utilizadas a nível nacional. Conforme identificado no estudo comparativo, este é o caso dos modelos identificados pelos números 3, 6, 7, 8 e 9.

Quando se considera o nível de complexidade do modelo, optou-se por abrangência de atores e determinantes em detrimento da profundidade da análise. A razão por esta escolha está relacionada à necessidade de se fazer um estudo de característica exploratória, pelo baixo nível de maturidade do ecossistema local, bem como a baixa sistematização das iniciativas de empreendedorismo na região.

São desconsiderados assim os modelos 2 e 4. Isso porque o primeiro traz um alto nível de complexidade, com 150 indicadores distribuídos em oito domínios. O segundo apesar de ter um bom apelo visual, tem seu foco principal apenas em cultura empreendedora e capital humano deixando de lado fatores e atores importantes.

Após a aplicação destes filtros, elementos de dois modelos (1 e 5) demonstraram aplicabilidade para o contexto estudado. Isenberg (2011), criador do modelo da Babson, identifica seis determinantes dentro dos quais um ecossistema de empreendedorismo se estrutura: Cultura, políticas públicas, recursos humanos, capital financeiro, suporte e mercado.

O outro modelo, Six + Six, desenvolvido por Koltai e Company, é composto por seis pilares e seis tipos de atores. A principal contribuição do modelo é atrelar a atuação dos atores do ecossistema ao processo de criação e desenvolvimento de um empreendimento. Os seis tipos de atores envolvidos na atividade ecossistêmica (ONGs, Fundações, Investidores, Governo, Empresas e Universidades). E os seis pilares que estão relacionados ao empreendedor são: Identificar, Treinar, Conectar e Sustentar, Financiar, Ativar, Celebrar.

A partir dos principais pontos desses dois modelos, consolidou-se uma estrutura orientadora para o mapeamento inicial do ecossistema de São João del-Rei. A Figura 1 apresenta uma consolidação deste modelo proposto. A lógica desta estrutura parte do princípio de que os atores do ecossistema (Koltai e Company) realizam suas atividades de empreendedorismo diretamente relacionadas a uma ou mais determinantes estabelecidas por Isenberg (2011). O resultado dessas atividades tem impacto em uma ou mais das etapas do

processo de desenvolvimento de novos empreendimentos estruturados a partir de Isenberg (2011) e Koltai e Company.

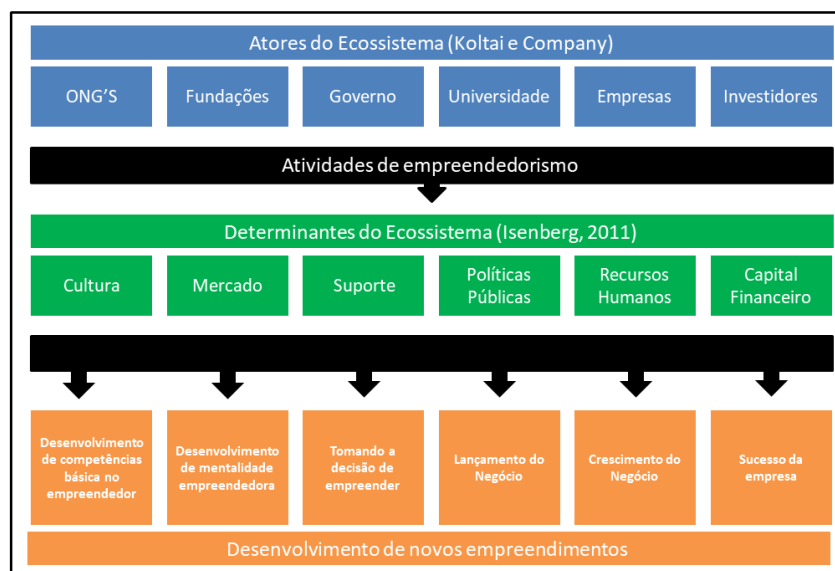


Figura 1 - Estrutura orientadora proposta para o mapeamento inicial do ecossistema.

Sendo assim, o mapeamento do ecossistema deve começar pela definição dos atores relevantes na região. A partir dessa escolha, as atividades desses atores devem ser mapeadas e relacionadas às determinantes do ecossistema. E por fim, deve-se entender em que estágio de maturidade do negócio ou empreendedor essas atividades têm impactado.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou consolidar um modelo de mapeamento e análise do ecossistema de empreendedorismo da microrregião da cidade de São João del-Rei. A construção se deu a partir de aspectos de modelos já estabelecidos relacionando-os com os contextos socioeconômicos da região.

O modelo construído permite a observação de um ecossistema em diferentes níveis. Desde a verificação da existência ou não de atores e determinantes na região, até saber se todas as etapas de desenvolvimento de um negócio estão sendo apoiadas pelas ações desses atores. Torna-se uma ferramenta relevante para um ecossistema incipiente, pois permite identificar lacunas na atuação dos atores, ou sobreposição de atividades impactando os empreendimentos apenas em um nível de maturidade.

O próximo passo do estudo será a validação do modelo a partir da aplicação teste no ecossistema da região. A partir desses testes, melhorias poderão ser implementadas e a proposta revisada.

REFERÊNCIAS

ADNER, Ron. Match your innovation strategy to your innovation ecosystem. **Harvard business review**, v. 84, n. 4, p. 98, 2006.

ASPEN NETWORK DEVELOPMENT ENTREPRENEURS. **Entrepreneurial Ecosystem Diagnostic Toolkit** Dezembro, 2013. Disponível em: <<https://www.aspeninstitute.org/publications/entrepreneurial-ecosystem-diagnostic-toolkit/>>. Acesso em: 28 Jan, 2019.

CASTELLS, Manuel. **Technopoles of the world: The making of 21st century industrial complexes**. Routledge, 2014.

COHEN, Boyd. Sustainable valley entrepreneurial ecosystems. **Business Strategy and the Environment**, v. 15, n. 1, p. 1-14, 2006.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research policy**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

ISENBERG, D. J. (2010) How to start an entrepreneurial revolution, **Harvard Business Review**, 88(6), p. 41–50.

ISENBERG, D. **The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy: Principles for Cultivating Entrepreneurship**. Institute of International European Affairs. Dublin, 2011.

MOORE, J. F. Predators and Prey: A New Ecology of Competition. **Harvard Business Review**, jun. 1993. Disponível em: <<https://hbr.org/1993/05/predators-and-prey-a-newecology-of-competition>>. Acesso em: 28 Jan, 2019.

NOSSO CURRÍCULO ESCOLAR NÃO É *BLUES* (OU À PROCURA DE WAKANDA NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO): APAGAMENTO DA CULTURA E IDENTIDADE NEGRAS NO CURRÍCULO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Jônatas Ruben de Resende Aguiar¹

Andrey da Silva Brugger²

Jorge Heleno Costa³

O presente trabalho apresenta o resultado do projeto de pesquisa que teve por objetivo discutir o sistema escolar enquanto espaço criador e desenvolvedor de subjetividades, de maneira a estabelecer a relação entre a vivência escolar e o acesso à educação superior. A essa apresentação atribuímos o recorte de raça. Para realizar esse objetivo, levantamos dados bibliográficos a partir de literatura selecionada durante a caminhada da pesquisa e também lançamos mão de questionário para medir a percepção e eventual vivência sobre o fator de impacto do vetor social de análise raça no ambiente escolar e as consequências na formação e desejos do futuro das/dos discentes, cotejando a não aplicação da Lei 10639/2003 (que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas e demais níveis de ensino). Os resultados ainda estão em fase de tabulação final para apresentação no painel comentado, porém já foi possível perceber que o aspecto de raça impacta diretamente na fruição ao direito à educação de alunos e alunas em idade escolar, de modo que a subjetividade de alunos e alunas negras sofrem abalos consideráveis frente à subjetividade de alunos e alunas de cor branca; sobretudo nos quesitos de representatividade e autorrespeito. Concluimos que a raça por si pode gerar barreiras à fruição do direito à educação e que essas barreiras intensificam a partir do cruzamento de outras chaves sociais como renda e gênero.

Palavras-chave: Raça. Direito à educação. Acesso à escolarização formal. Aspectos subjetivos e concretos da raça. Direitos fundamentais.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho presente é fruto de parte do resultado da pesquisa sobre discursos e ações afirmativas a partir da escola para a sociedade e vice-versa, em que analisamos políticas públicas e/ou atos de incentivo para a inclusão de alunas e alunos para o acesso aos diversos

1 Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

2 Mestre em Ciências Sociais pela UFJF. Foi Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN no primeiro semestre de 2018, tendo orientado o presente projeto até 30 de setembro de 2018; após, é Colaborador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

3 Mestre em Direito pela FUMEC. Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Orientador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN desde 30 de setembro de 2018.

E-mail para contato: andreybrugger@hotmail.com.

níveis de ensino. Neste resumo expandido, apresentamos um dos recortes: a perspectiva raça e/ou etnia.

A pesquisa partiu da hipótese de que o sistema curricular escolar e o ambiente da escola podem formar um campo de criação da subjetividade daqueles e daquelas discentes que a eles estão submetidos, seja pelo espaço físico, seja pelas disciplinas, pelos currículos, pela interação discente-discente e discente professor, e que esse sistema e esse ambiente se intercomunicam, em via de mão dupla, com fatores externos, exógenos e, no limite, sociais, de maneira decisiva na fruição e alcance do direito à educação. O recorte de raça/etnia foi uma ótica que fez confirmar essa hipótese, sobretudo ao iluminar como a hierarquização social e disciplinar a partir da raça e etnia perpassam e transpassam o ambiente escolar e social dos e das discentes.

A partir do recorte de raça, foi possível perceber como que o próprio ambiente escolar molda as subjetividades, as escolhas e coloniza os corpos e mentes das/dos discentes. Registre-se que estamos trabalhando com a noção de raça preconizada por Munanga (2003, 2012, isto é, a “tendência que insiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas”. Quando falamos sobre etnia, estamos adotando o critério do IBGE. Sobretudo, a noção de raça teoricamente construída por Munanga nos pareceu coadunante com nossa perspectiva de investigação, uma vez que tivemos episódios coletados nas conversas, na literatura acadêmica e em experimentos gravados em vídeo por outros autores, que há, de fato, uma pré-concepção do “ser negro”, que é pejorativa ou menos valorizada frente ao “branco” e ao “amarelo”; para exemplo, ver o vídeo na internet sobre racismo estrutural, em que fotos de homens brancos e negros de terno são mostradas em uma seleção de emprego. Neste vídeo, os candidatos respondem que o homem branco de terno é empresário e que o homem negro de terno é segurança de shopping. Acreditamos que isso tem a ver com a construção de subjetividades e a escola/currículo escolar tem muito a contribuir com isso.

Com efeito, a referência no título faz a primeira tentativa de justiça ao utilizar trechos da música “Bluesman” do rapper Baco Exú do Blues. Na letra em que estabelece as metáforas, Baco fala sobre como determinadas questões, determinados símbolos da cultura negra, assim como o *blues*, tiveram que ser “embranquecidas” para serem respeitadas e acolhidas pelo grande público. Ele canta: “a partir de agora considero tudo blues: o samba é blues, o rock é blues, o jazz é blues. O funk é blues, o soul é blues. Eu sou Exu do Blues. Tudo que era preto era do demônio e depois virou branco e foi aceito, eu vou chamar de blues. É isso, entenda: Jesus é

blues”⁴. Acreditamos que o conhecimento “científico” também passou por esse caminhar, com o completo apagamento do conhecimento afrodiaspórico, afrobrasileiro, africano em si, ainda que muito do conhecimento tido como científico a partir da matriz eurocêntrica tenha bebido na fonte dos conhecimentos que circula(vam) pelo continente africano. Nossa pesquisa se pautou pelo perene questionamento deste apagamento e pela pergunta sobre a não aplicação da Lei 10639, de 2003, que versa sobre o ensino da cultura africana e afrobrasileira nas disciplinas escolares brasileiras. Ainda sobre Baco, quase no fim, o rapper fala sobre a busca por Wakanda. Wakanda é um país fictício localizado na África subsariana, presente nas histórias em quadrinhos publicada pela Marvel. Nos quadrinhos, Wakanda é a nação mais avançada do mundo, tanto social quanto tecnologicamente, local em que tecnologia e tradição convergem. Fazemos essa homenagem e apontamos o desejo para que nossa mentalidade social avance para esse reconhecimento.

O trabalho justifica-se, portanto, pela importância de iluminar tais questões referentes ao processo de formação e a relação entre o que está posto normativamente e o que acontece na realidade. Sabe-se que a Constituição de 1988, ainda vigente, estabelece em seu artigo 205 que a Educação será promovida e incentivada visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tendo isso em vista, a pesquisa se mostrou importante também para refletir se a prática institucional local, mormente uma escola estadual localizada em São João del-Rei, retratava de maneira completa essa tripla diretriz constitucional. Para o UNIPTAN, foi importante a conexão com alunos de ensino médio e o aprendizado prático de ver, via instrumentos de investigações empíricos e teóricos, a ação da realidade frente à positividade normativa. Além disso, a tabulação dos dados pode ser uma contribuição adicional para outros estudos sobre as questões raciais encontradas no ambiente intraescolar, bem como no ambiente extraescolar, mas que acaba por reverberar neste.

Isto posto, a pesquisa teve o objetivo de compreender e apreender o discurso escolar, social, as interrelações entre discentes e docentes, bem como com toda a comunidade escolar e

4 A letra de “Bluesman” pode ser acessada em: < <https://www.letras.mus.br/baco-exu-do-blues/bluesman/>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2019

do entorno, para (re)pensar aspectos raciais à fruição do direito constitucional à educação, seja no plano do apagamento dos currículos via disciplinas e não efetivação do comando legal da lei federal já citada por meio, por exemplo, do ato de professores – embasados em materiais didáticos – ignorarem a história do povo negro, a cultura africana e afro-brasileira, seja pelo menosprezo à subjetividade e reconhecimento da história e trajetória da comunidade negra e seus indivíduos, que acabam gerando o aprendizado mental e comportamental de que o povo negro é identificado com a escravidão, sendo que tivemos líderes, rainhas, reis, comandantes, diplomatas, advogadas e advogados, literatas e literatos, que o saber científico do currículo ostensivamente ignora e comete o epistemecídio ao não considerar essas trajetórias e saberes.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo esse cenário da pesquisa posto, nosso ponto de partida, foi estudar artigos e livros sobre essa o tema de interesse. Assim, a pesquisa se notabilizou por ser uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, em razão do fôlego curto de pesquisa e da ausência de experiência dos bolsistas com pesquisa na área. Desse modo, o orientador e o colaborador acharam por bem construir a base teórica antes de levantar os dados estatísticos e mesmo aplicar o questionário, que acabou sendo a última fase da pesquisa. Anote-se que como o questionário ainda não foi finalizado, a aprovação pelo conselho de ética não foi resolvida até o momento em que este resumo está sendo submetido, mas está dentro do cronograma a solução desta etapa até março de 2019.

Iniciamos a leitura pelo livro “O poder simbólico” de Pierre Bourdieu (1989). Ali, definimos o marco teórico que nos guiaria durante a empreitada científica. A escolha se deu por conta da ideia da força de poderes que exercem influência sobre comportamentos e subjetividades sem serem notados – o poder simbólico -, que se coadunava com a hipótese de trabalho construída.

Do ponto de vista bibliográfico, a produção de Kabengele Munanga (2003, 2005, 2012) também foi de uma luz inestimável para a construção teórica da empreitada da pesquisa.

Nossos encontros aconteceram quinzenalmente no UNIPTAN. Fazíamos fichamentos dos textos propostos. O professor colaborador, que orientou parcialmente o projeto durante a realização da pesquisa, geralmente articulava as ideias introdutórias. Posteriormente, os bolsistas apresentavam seus fichamentos, suas reflexões teóricas e pessoais sobre os temas elencados para o encontro.

Apesar da troca de orientação durante a pesquisa, o que prejudicou o andamento do cronograma, as leituras foram realizadas, fichamentos foram produzidos e combinamos de criar questionários para investigarmos se as reflexões teóricas apontadas em nossos encontros encontravam guarida/confirmação na realidade de São João del-Rei. Esses dados ainda estão sendo tabulados e analisados, mas há conclusões parciais para serem registrados na próxima seção, com a finalização da análise na apresentação do painel comentado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do ponto de vista dos resultados e da discussão, o marco teórico que iniciou e acabou por guiar toda a empreitada da pesquisa foi “O poder simbólico”, de Pierre Bourdieu (1989). A escolha se deu quando a hipótese foi formulada, afinal Bourdieu afirma que “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 8). A escolha do marco teórico se provou acertada, pois deu norte e substrato para as análises dos demais textos bibliográficos e das discussões sobre os fatores subjetivos ao contexto escolar que fazem com que barreiras e obstáculos sejam criados. No caso do presente trabalho, foi possível ver esse exercício do poder de forma plena nas questões raciais. Afinal, o apagamento curricular das trajetórias e subjetividades das vivências e saberes do povo negro se mostrou persistente nos materiais escolares e na rotina escolar experimentada pelos pesquisadores. Além disso, na troca de experiências nas reuniões e diálogos entre os pesquisadores e pessoas de nossa convivência, percebemos como a subjetividade é moldada para “imediatamente” identificar o negro como subalterno, “descendente de escravo” e não de uma pessoa que foi escravizada e, tão pouco, de reis, rainhas, artistas, intelectuais, como o fato de as pessoas que dialogaram conosco terem registrado que sabiam ou tinham certa noção sobre a revolução francesa ou a revolução americana, mas muito pouco ou quase nenhum conhecimento sobre o papel da revolta dos malês no Brasil; ou ainda, sabiam bem alguns reis franceses e rainhas inglesas, sem saber pontuar contribuições e existências de reinados africanos.

Assim, registre-se, que além da leitura dos textos, foram coletadas impressões pessoais em nossos encontros e no questionário. Por meio deles, concluímos que a escola é um grande exemplo de locais em que o indivíduo certamente obtém sua formação, porém é onde ocorre um grande número de casos de preconceitos e discriminações relacionados à raça.

Foi possível observar que o traço da colonização está presente até hoje. Historicamente, é fato de que o racismo se encontra na sociedade brasileira. De tal forma que as minorias são expostas a diversas barreiras socioculturais que implicam diretamente nas oportunidades oferecidas ao indivíduo.

O período da Colonização do Brasil, marcado pela escravidão, gerou raízes irremediáveis quanto a cultura afrodescendente, e as consequências se mostram das mais variadas maneiras, já que, ainda no século XXI, coisas básicas são negadas aqueles que pertencem ao grupo: educação, trabalho e, muitas das vezes, assistência médica. Mesmo no aspecto disciplinar da escola é possível perceber o apagamento curricular da cultura, do sentimento, do bem viver, do pensamento cosmológico e epistemológico.

A integração dos negros na sociedade é comprovadamente um desafio, visto que, de acordo com uma pesquisa feita pelo IBGE em 2017, 67,7% dos desempregados são negros ou pardos, enfatizando de maneira indubitável a seletividade no mercado de trabalho, provocando assim, uma alta taxa de desemprego e aumentando a desigualdade. Esses dados espelham a realidade narrada na literatura e, sem surpresas, também nas vivências de pessoas negras próximas aos pesquisadores que foram consultadas. Dessa maneira, o acesso à educação, sobretudo, ao nível superior é diretamente impactado por uma sociedade que ainda se mantém racista e que reproduz a violência simbólica cotidiana sobre que fala Bourdieu.

4 CONCLUSÃO

A hipótese formulada foi confirmada em nossa pesquisa: a escola é um local de formação de subjetividades por meio de seu currículo, seu sistema disciplinar, e também pelas relações interpessoais que abriga. Fatores exógenos, como o recorte de raça, são poderes simbólicos que atuam de maneira decisiva na fruição do direito à educação.

Nossa análise esteve transpassada pelo ensino médio, de modo que foi possível observar que as pretensões de continuidade nas gradações acadêmicas/escolares eram uma certeza “maior” dentre brancos em relação a alunos negros. Queremos dizer com isso que as barreiras relacionadas à raça são visíveis no acesso ao ensino superior, o que reverberará na ocupação dos postos de trabalho mais “destacados” no futuro e na construção de uma sociedade. É preciso, por fim, atentar para esses dados coletados, essas percepções delineadas, para que instrumentos de políticas públicas tornem a educação verdadeiramente universal, paritária entre independentemente de cor de pele, e consiga realizar o pleno desenvolvimento dos alunos e

alunas, preparando para o pleno exercício da cidadania, com erradicação do racismo comportamental e estrutural, bem como fortaleça a ocupação dos postos de trabalho em condições equânimes.

Tendo em vista os aspectos observados, conclui-se que é imprescindível a participação ativa do Ministério da Educação nas comunidades menos favorecidas, por meio de projetos que envolvam atividades educativas como palestras e oficinas sobre as diferenças raciais, a fim de promover a conscientização e garantir a equidade de direitos entre negros e brancos. Além de políticas intersetoriais que combatam o racismo estrutural e de medidas de reconhecimento e redistributivas para além das cotas, que são importantes, mas são apenas o começo.

REFERÊNCIAS

BOUDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/nonatocamelo/disciplinas/etica-no-servico-publico/texto>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra Proferida no 3º seminário Nacional Relações Raciais e Educação em 05 de novembro de 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2019

_____. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada. Kabengele Munanga (org.). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em 09 de fevereiro de 2019

_____. **Diversidade, identidade, etnicidade, cidadania. Palestra transcrita. 2012**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2019.

NUTRIÇÃO E APRENDIZAGEM: ALIMENTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O DESEMPENHO NO PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA

Samyres D Margotti¹
Mylene Paiva Brezolini¹
Eliane Moreto Silva-Oliveira²
Natália Elvira Sperandio³

O presente trabalho teve como propósito avaliar a relação entre o estado nutricional da criança e seu desempenho educacional, em especial, seu desempenho nos processos de leitura e escrita. Como forma de desenvolvermos o objetivo citado, o presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica/qualitativa. Como nosso objetivo girava em torno de compreendermos, de forma mais ampla, a relação entre estado nutricional e aprendizagem da leitura e escrita, optamos por promovermos um trabalho de revisão de literatura, pois, somente assim, tendo como base diferentes pesquisas, realizadas em diferentes estados, poderíamos ter uma visão mais ampla sobre o assunto almejado. Tendo como base o material eleito para nossa pesquisa, podemos afirmar que, de fato, o estado nutricional afeta o desenvolvimento escolar da criança. Estes estudos demonstraram que as habilidades de leitura e escrita podem ser prejudicadas, principalmente, nas crianças que apresentam distúrbios alimentares. E é justamente por isso que, ao lidar com questões sobre saúde e doença de maneira diferenciada, o professor tem espaço para estimular a aprendizagem dentro da sala de aula, tornando-se um facilitador que intervém no desenvolvimento mental estudantil e contribuindo com a formação de indivíduos cientes de seus direitos de cidadania. O que inclui, tornar seus alunos cientes do papel de uma boa alimentação em seu processo de ensino.

Palavras-chave: Estado Nutricional. Leitura. Escrita.

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa teve como propósito avaliar a relação entre o estado nutricional da criança e seu desempenho educacional, em especial, seu desempenho nos processos de leitura e escrita. Tal trabalho justifica-se pelo aumento da obesidade infantil e pelo fato de esse aumento pode afetar o fracasso escolar. Outro fator que chamou nossa atenção para a promoção desse tipo de pesquisa, diz respeito ao reduzido número de trabalhos que se dedicam

1 Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

2 Docente do Curso de Enfermagem e Educação Física do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Colaboradora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

3 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN. E-mail para contato: natalia.sperandio@uniptan.edu.br.

a esse tema, especialmente, quando direcionamos nosso olhar para a questão dos processos de leitura e escrita.

Diante disso, procuramos, no transcorrer deste último ano, por meio da leitura de diferentes artigos, escritos por especialistas da área, compreendermos a forma pela qual a obesidade infantil, como acontece na região Sudeste, ou até mesmo a desnutrição, como ocorre na região Nordeste, afeta o desempenho escolar de nossas crianças. No caso das habilidades de leitura e de escrita, os diferentes trabalhos utilizados como referencial teórico demonstraram a importância de uma boa alimentação, de uma alimentação saudável, para o desenvolvimento dessas habilidades. O que nos conduz a inferir sobre o importante papel que o professor assume, quando esse passa a ter que lidar com questões relacionadas não apenas à educação, mas também à saúde, já que possui a possibilidade de estimular a aprendizagem, tornando-se um facilitador no desenvolvimento mental do aluno e contribuindo com a formação de indivíduos cientes da importância de um bom processo alimentar.

Assim, tendo como base os aspectos acima apresentados, a presente pesquisa teve como objetivo, por meio de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, analisar a relação entre o desempenho escolar dos processos de leitura e escrita e o estado nutricional da criança. Logo, nosso escopo foi direcionado para a tentativa de tentarmos compreender de que forma o estado nutricional da criança é capaz de afetar seu desempenho nos processos de leitura e escrita.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como forma de desenvolvermos o objetivo supracitado, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica/qualitativa. Como nosso objetivo gira em torno de compreendermos, de forma mais ampla, a relação entre estado nutricional e aprendizagem da leitura e escrita, optamos por promovermos um trabalho de revisão de literatura, pois, somente assim, tendo como base diferentes pesquisas, realizadas em diferentes estados, poderíamos ter uma visão mais ampla sobre o assunto almejado.

Para tal, elencamos para o nosso arcabouço teórico sete artigos científicos que tinham como propósito a análise da mesma relação que elencamos para o nosso objetivo. Ressaltamos que a escolha desses artigos se deve ao fato de dois motivos: primeiro pela autenticidade das pesquisas desenvolvidas e, em segundo lugar, pela diversidade que eles nos oferecem, já que foram trabalhos aplicados em diferentes estados, como diferentes públicos alvo.

Esses artigos elencaram como ambiente de estudo escolas públicas e municipais, localizadas em diferentes estados do nosso país. Para esses estudos, foram escolhidas crianças entre 8 a 10 anos de idades. Como forma de atestar os resultados obtidos, os pesquisadores promoviam ações como medição de peso, estatura e posterior classificação nutricional dos alunos avaliados, sendo esse considerados como desnutridos, eutróficos ou obesos. Além do mais, foram aplicados testes que tinham como propósito verificar as habilidades desses alunos nas áreas de leitura, escrita e aritmética. Insta salientar que, dentre todos os artigos lidos em apenas um aplicou-se a avaliação física e questionários direcionados aos pais das crianças.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo como base o material eleito para nossa pesquisa, podemos afirmar que, de fato, o estado nutricional afeta o desenvolvimento escolar da criança. Esses estudos demonstraram que as habilidades de leitura e escrita podem ser prejudicadas, principalmente, nas crianças que apresentam distúrbios alimentares. E é justamente por isso que, ao lidar com questões sobre saúde e doença de maneira diferenciada, o professor tem espaço para estimular a aprendizagem dentro da sala de aula, tornando-se um facilitador que intervém no desenvolvimento mental estudantil e contribuindo com a formação de indivíduos cientes de seus direitos de cidadania. O que inclui, tornar seus alunos cientes do papel de uma boa alimentação em seu processo de ensino.

Outro fator apontado por essas pesquisas diz respeito ao fato dos docentes estarem desenvolvendo suas práticas pedagógicas de leitura e escrita pautadas em um ensino mecânico, em um trabalho pautado na mera codificação/decodificação do signo linguístico, o que torna o ensino superficial, distante das experiências infantis, reduzindo a competência de compreensão e reflexão dos discentes. Fato comprovado no artigo “Causas das dificuldades na leitura e na escrita”, no qual demonstra-se a preocupação que as instituições possuem com a coordenação motora fina, não se preocupando em integrar as práticas escolares à vida dos alunos.

Além do mais, torna-se evidente a importância de termos que considerar a leitura como um ato social, o que faz com que cada indivíduo possua diferentes formas de leitura, já que essa está relacionada com sua bagagem cultural. Ao atentarmos para esse fato, vislumbramos a necessidade de as escolas focarem nas oportunidades que devem ser oferecidas aos alunos de baixa renda experienciarem a leitura e a escrita. Questão que é corroborada pelos modelos

didáticos pré-estabelecidos, já que esses não possibilitam novas experiências entre professores, alunos e suas bagagens adquiridas no transcorrer de suas vidas.

Outro importante fator que se deve apresentar é o fato de, em muitos casos, o problema não está relacionado à desnutrição, como revelaram os dados obtidos por meio da relação entre peso e altura das crianças estudadas, mas sim à obesidade. Fator que se deve ao fato de muitas famílias hoje optarem por lanches rápidos e não saudáveis. Logo, por meio dos estudos feitos no transcorrer do nosso último ano, concluímos que o estado nutricional e o desenvolvimento escolar estão diretamente relacionados, sendo essa relação muito pouco debatida

4 CONCLUSÃO

Esses trabalhos evidenciaram a importância de um trabalho colaborativo entre educação e saúde, que deve ser feito não apenas com a exposição aos alunos de uma vida mais saudável, mas também às famílias da comunidade. Isto é, não basta incluir na grade curricular das escolas questões relacionadas à saúde, torna-se preponderante levar aos pais a preocupação no controle da dieta de seus filhos, para que se atentem ao uso de alimentos mais saudáveis e evitem refrigerantes e alimentos com altas quantidades de açúcares e gorduras. Outro fator que merece destaque é a disparidade existente entre os estados estudados. Os estudos demonstraram existir altos índices de desnutrição na região nordeste. Com essa disparidade ficam mais claras as dificuldades em disseminar a alimentação saudável no país, pois cada região possui suas especificidades. Podemos concluir nossa pesquisa afirmando sobre a necessidade de melhorias no contexto educacional, sendo essas melhorias possíveis por meio do desenvolvimento de projetos que ampliem a discussão da saúde em ambiente escolar, visando a conscientização dessas crianças/adolescentes para que cresçam saudáveis. Ademais, são necessárias políticas de governo que promovam a saúde dos estudantes, como o Programa Saúde na Escola (PSE), um projeto que visa a boa alimentação das crianças ao aplicar ações de saúde em escolas públicas.

REFERÊNCIAS

- BURLANDY, L.; ANJOS, L. A. **Acesso à alimentação escolar e estado nutricional de escolares no Nordeste e Sudeste do Brasil**, 1997. Cad. De Saúde Pública. Rio de Janeiro: v. 23, n.05, p. 1217-1226, maio. 2007.
- IZIDORO, G, S, L *et al.* **A influência no estado nutricional no desempenho escolar**. Revista CEFAC: v. 16, n.05, p. 1541-1547, set-out. 2014.
- LOPES, P. C. S.; PRADO, S. R. L. A.; COLOMBO, P. **Fatores de risco associados à obesidade e sobrepeso em crianças em idade escolar**. Revista Brasileira de enfermagem: v.63, n.01, p. 73-78, fev. 2010.

MINSITÉRIO DA SAÚDE. **A promoção da saúde no contexto escolar**. Revista saúde pública: v. 36, n.02, p. 533-535. 2002.

SALCI, M.A. *et al.* **Educação e saúde e suas perspectivas teóricas**: algumas reflexões. Texto e Contexto Enferm. Florianópolis: v.22, n.1, p.224-30, jan/mar. 2013.

SAWAYA, S. M. **Desnutrição e práticas pré-escolares de leitura e escrita**. Estudos avançados. São Paulo: v. 27, n. 78. 2013

SHIMAZAKI, E.M.; DIAS, L. C.; MORI, N. N. R. **Causas das dificuldades na leitura e na escrita**. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss03_02.pdf. Acesso em: 08 ago. 2018.

O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA ATRAVÉS DO PROJETO REMIÇÃO PELA LEITURA

Marcos Vinícius Terrim Leite¹
Heberth Paulo de Souza²

Hodiernamente, para os jovens e adultos em situação de restrição de liberdade, a proposta pedagógica encerrada nesse projeto propôs uma ação integradora do aluno com a escrita e produção de textos, garantindo de acordo com a Lei a educação. Nesse ínterim, o projeto Remição pela Leitura, vimos um avanço nos direitos das pessoas destituídas de liberdade, que, por meio da leitura e escrita, em que reduziram sua pena e, posteriormente, e ampliou a visão de mundo com o acesso a obras literárias e filosóficas, entre outros tipos e gêneros textuais. A leitura tem um valor muito eminente, o projeto Remição pela Leitura possibilitou ao recuperando um contato com diversas culturas e, principalmente, uma ampliação na leitura de mundo do indivíduo, propiciou uma visão crítica de sua própria condição pessoal e social. De forma diversa os detentos tiveram uma gama de possibilidades para trabalhar a escrita como também a leitura. São exemplos de gêneros textuais: telefonema, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, outdoor, edital de concurso, resenha. O plano de trabalho acompanhou pelo bolsista todas as fases de desenvolvimento do projeto, desde as criações iniciais do mesmo até a consecução dos resultados finais, além do assessoramento ao coordenador do projeto, bem como toda a equipe responsável pelo mesmo, em termos teórico e práticos, sempre caminhando juntos para um bom desenvolvimento do projeto. O projeto resultou em vários resultados positivos, como por exemplo o desenvolvimento da escrita, a melhor elaboração de textos e discussões propiciando uma nova visão de mundo, agregou muito ao conhecimento dos alunos.

Palavras-chave: Escrita. Leitura. Educação. Aprendizado. Planejamento.

1 INTRODUÇÃO

No projeto “O desenvolvimento da escrita por meio da remição pela leitura”, percebe-se a importância de trabalhar a leitura e escrita no âmbito prisional, de forma que os alunos-detentos possam ter contato com os mais variados tipos de textos. Isso vislumbra o quanto é perceptível a evolução dos mesmos com vistas a mudança de comportamento tendo uma nova visão do mundo, tendo um olhar mais crítico e coerente. O projeto Remição pela Leitura em unidades prisionais, por meio da Resolução conjunta SEDS/TJMG nº 204, de 08 de agosto de 2016 (MINAS GERAIS, 2016), vemos um avanço nos direitos das pessoas destituídas de

1 Discente do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Extensão SANTANDER/UNIPTAN. E-mail para contato: marcosleite98@hotmail.com.
2 Docente do Curso de Pedagogia do UNIPTAN. Orientador do Programa de Extensão SANTANDER/UNIPTAN.

liberdade, que, por meio da leitura e escrita, poderão reduzir sua pena e, posteriormente, ampliar a visão de mundo com o acesso a obras literárias e filosóficas, entre outros tipos e gêneros textuais.

O projeto tem uma finalidade muito positiva tanto para o aluno-detento quanto para os estagiários que mediam as intervenções *in loco*. Elas acontecem na própria unidade prisional em um espaço destinado aos encontros para desenvolver a leitura, escrita e realização de discussões acerca de temas propostos e preparados pelos professores. Isso justifica uma rica amplitude de carga acadêmica para o universitário, pois a convivência em um espaço não convencional, abre caminhos de pesquisas e estudo voltado à pedagogia prisional, vertente nova em nossa sociedade. Não obstante essa importância se dá também aos alunos reclusos que usam o tempo para desenvolver habilidade diversas que vão se perdendo ao longo do tempo como a prática de leitura de textos, desenvoltura crítica para escrever um texto, argumentação para discussão. Portanto, o objetivo maior do projeto é o despertar do senso de responsabilidade por seus próprios atos e a consequência destes na sociedade, ou seja: aumenta-se a responsabilidade e o compromisso de se tornar um cidadão íntegro, como conhecedor dos direitos e fiel aos deveres que lhe cabem, por meio das intervenções que são feitas dando aos alunos- detentos, de acordo com cada nota, a redução da pena, além do conhecimento compartilhado e agregado.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O projeto tem como atividade principal oportunizar aos recuperandos o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade de pensamento crítico, por meio da atividade de leitura e produção de texto, além de resguardar os direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade (PPL). O público alvo são recuperandos do sistema prisional de São João del-Rei, preferencialmente aqueles que ainda não têm acesso ao ensino formal ou educação profissional e trabalho. Para a participação no projeto serão selecionados os recuperandos que cumpram os seguintes critérios: possuem competência de leitura e escrita necessárias para o desenvolvimento das atividades; demonstram interesse em participar do projeto voluntariamente; e preferencialmente, não estejam inseridos em nenhuma atividade educacional ou de trabalho, como também não tenham cometido faltas disciplinares nos últimos 12 (doze) meses.

As intervenções acontecem no presídio de São João del-Rei como também na sede da APAC da mesma cidade, acontecendo todas as terças e quartas-feiras no turno da manhã e da

tarde, com extensão no período da noite na APAC feminina. Num primeiro momento os alunos selecionados receberão material de estudo com textos referentes aos temas escolhidos. Num segundo momento de implementação do projeto, os recuperandos participarão de oficinas, aulas expositivas sobre o tema, palestras de aperfeiçoamento, nas quais serão desenvolvidos os elementos essenciais para uma boa produção textual. As atividades serão mediadas pela Pedagoga da Unidade Prisional e por outros profissionais de nível superior, nas várias áreas do conhecimento humano, junto aos estagiários do curso de pedagogia voluntários do UNIPTAN que acompanharão os participantes do projeto com explicações e orientações necessárias ao bom desenvolvimento do mesmo. Logo, o planejamento dos estagiários universitários vai agregar muito ao conhecimento, pois há uma grande interdisciplinaridade que perpassa durante a atuação do projeto, aplicando conceitos e desenvolvendo métodos aprendidos podendo ser executados na prática em consonância com a teoria aprendida. Pode-se dizer que os alunos usam o espaço para colocar em prática o que está só teoria, vislumbrando diversas disciplinas. Foram realizadas diversas atividades de leitura e produção de textos dentro do projeto, entre algumas abaixo descritas:

1) Textos e apostilas para leitura:

- “Estatuto do Homem”, de Thiago de Mello;
- “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, da ONU;
- “Páscoa – Tempo de Renascimento e Renovação Interior” e “Oração da Páscoa”;
- “Texto sobre as Mães”, de Martha Medeiros e “Oração para o Dia das Mães”;
- Biografias de Nelson Mandela, Malala Yousafzai, Madre Teresa de Calcutá, Irmã Dulce e Princesa Diana.

2) Produção de textos:

- Produção livre com o tema: “O que cada um de nós e a sociedade como um todo podem e devem fazer para melhorar as condições de vida no nosso meio?”;
- Pequenos textos resultantes de cada intervenção *in loco*;
- Texto explorando os tipos: narração, descrição e dissertação, com base no livro lido.

3) Leitura de livros:

- Leitura individual (nas celas) de um dentre os seguintes títulos disponibilizados aos alunos, da autoria de Iris Eliete Neves: “Onde termina o deserto”, “Na serra e mais além”, “A casa das

três meninas” e “Histórias singulares”, “O pequeno príncipe de Antoine de Saint-Exupéry e “A revolução dos bichos” de George Orwell.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do projeto são os mais positivos possíveis, pois desde seu início em 2018, alcançou diversos alunos de diversas idades e culturas, pode contribuir com o desenvolvimento daqueles que estão privados de liberdade. Esse projeto tem uma relevância muito grande, por mais que não afeta tanto a sociedade, mas um grupo de pessoas específicas, que para a sociedade faz muita diferença, mesmo que a mesma não perceba.

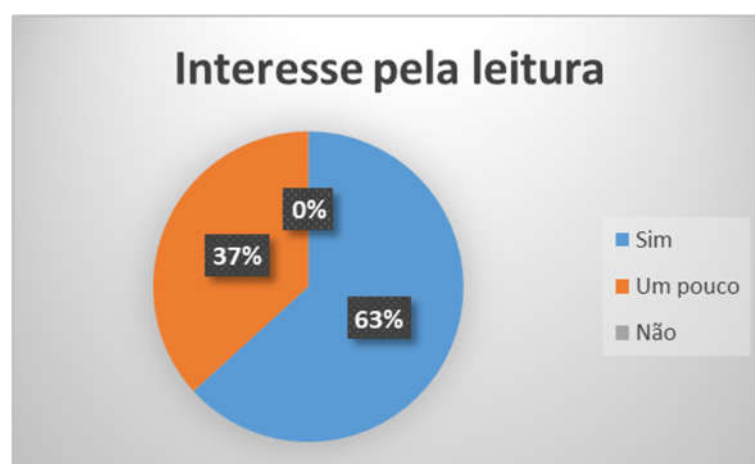


Gráfico 1- Manifestação por interesse pela atividade de leitura, assinalada em entrevista individual escrita, ano 2018.

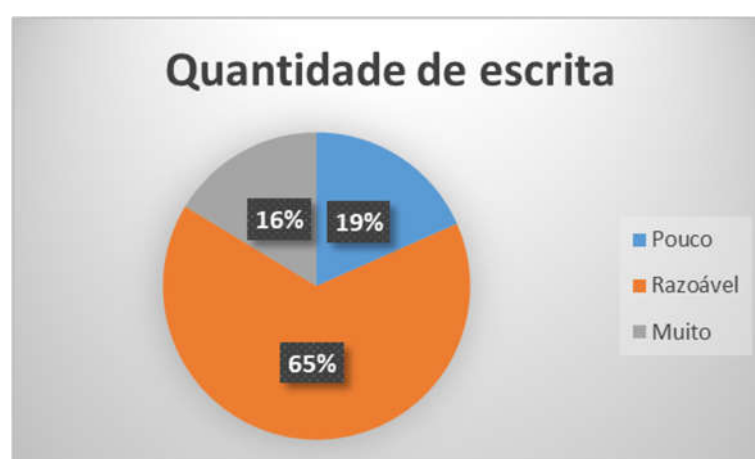
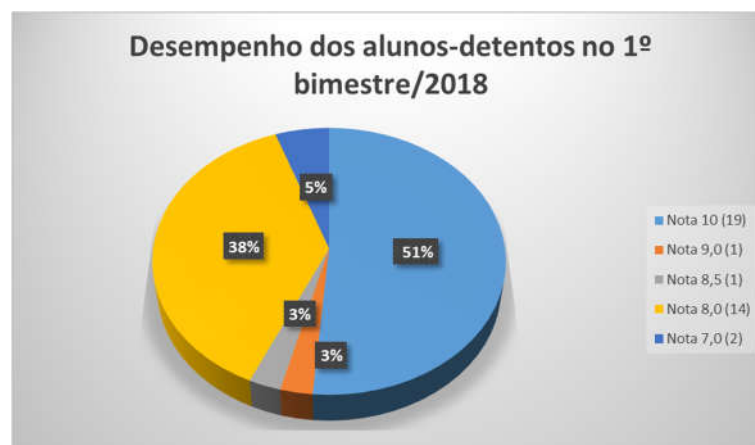


Gráfico 2- Quantidade de texto produzido em entrevista individual escrita.



O resultado obtido nesta primeira etapa foi bastante satisfatório, conforme se pode depreender pelos dados estatísticos apresentados acima, o que levou a equipe a uma análise de cunho qualitativo a respeito dos mesmos, como uma forma de autoavaliação do projeto e de planejamento de novas ações didático-pedagógicas sobre o mesmo.

O primeiro momento de contato com os alunos baseou-se na motivação para as atividades de leitura e de redação, com base no perfil linguístico traçado antes do início das intervenções *in loco*. Nesse perfil, havia sido levantado que: 37% dos alunos apresentavam UM POUCO DE INTERESSE por leitura; 63% apresentavam INTERESSE por leitura; 0% apresentava DESINTERESSE por leitura; 19% dos alunos escreviam POUCO; 65% escreviam RAZOAVELMENTE, em termos de quantidade; 16% escreviam MUITO, em termos de quantidade; 18% dos alunos apresentavam nível de escrita FRACO; 59% apresentavam nível de escrita RAZOÁVEL; e 23% apresentavam nível de escrita BOM.

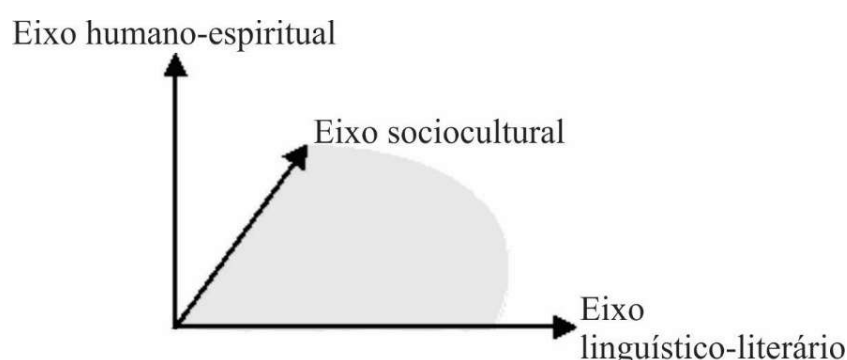


Figura 2 – O aspecto da tridimensionalidade e os eixos que a compõem

De maneira complementar à transversalidade apresentada no tópico anterior, sugerimos que todo o projeto se desenvolva com base em três eixos fundamentais, que se completam e se reforçam, ainda que haja um foco maior em um ou outro desses eixos em momentos diferenciados. São os seguintes: i) Eixo linguístico-literário: representado por conhecimentos

específicos de Linguística e Literatura, envolvendo noções a respeito de autoria, vocabulário, regionalismo, estilística, tipos textuais, gêneros textuais e outros de ordem mais técnica relacionados à estrutura do texto em questão; ii) Eixo sociocultural: representado pelo conjunto de informações e dados necessários ao bom proveito da leitura em pauta, tais como os conhecimentos prévios requeridos para a prática da leitura e os conhecimentos adicionais proporcionados por essa mesma prática; iii) Eixo humano-espiritual: independente de adesão particular a alguma religião, seita ou doutrina, este eixo é representado por aspectos relacionados à formação humanitária e ao engajamento numa filosofia de vida que leva em conta preceitos tais como solidariedade, altruísmo, moral, compaixão e outros.

4 CONCLUSÃO

A educação precisa ser vista e aceita como uma das alternativas para a reabilitação das pessoas privadas de liberdade, e é fundamental que haja uma conscientização das autoridades, bem como de toda a sociedade, aderindo à ideia do quanto a educação pode se tornar uma aliada no processo de ressocialização. É importante que o detento-aluno aprenda a discernir os acontecimentos de sua vida e consiga, ao sair da prisão, fazer escolhas conscientes, que favoreçam o seu retorno à sociedade.

É nessa linha de pensamento que se desenvolveu o presente projeto Remição pela Leitura, que visa, acima de tudo, a proporcionar ao recuperando a aquisição de bens culturais por meio da prática da leitura e da redação. A pessoa dotada de bem cultural é capaz de participar de forma ativa e responsiva da sociedade, podendo transformá-la a começar pela transformação de si próprio, o que no processo de ressocialização se torna imprescindível: perceber seu lugar na sociedade e dela fazer parte. O sentimento de pertencimento faz com que o indivíduo reconheça que também tem responsabilidade na construção dos rumos de uma sociedade justa, igualitária e sem violência. O ato de ler e produzir textos sobre temas transversais certamente propiciará ao recuperando participante do projeto a oportunidade de repensar a mensagem principal das obras, bem como expressar com responsabilidade a sua opinião a respeito, utilizando sua criticidade de maneira a enriquecer sua percepção a respeito do mundo que o cerca.

A liberdade do ser humano consiste no seu direito de ir e vir, e as decisões tomadas em sua vida podem definir o seu trajeto no convívio social. Os presos perderam temporariamente a liberdade porque ultrapassaram os limites do outro e romperam com as regras da sociedade.

Contudo, a pena é de privação de liberdade, e não de cerceamento dos direitos de melhoria e aprimoramento pessoal dos cidadãos – e, nesse contexto, o projeto Remição pela Leitura está tendo um papel muito importante a medida que vai sendo desempenhado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2 de 19/05/2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 março 2019

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação nº 44 de 26/11/2013**. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Disponível em: <cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>. Acesso em: 26 março. 2019.

_____. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução nº 3 de 11/03/2009**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpecp-1/resolucoes/resolucoes-arquivos-pdf-de-1980-a-2015/resolucao-n-o-3-de-11-de-marco-de-2009.pdf>>. Acesso em: 025 março. 2019.

_____. Ministério da Justiça. **Plano diretor de melhorias para o sistema prisional**. 2008. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/plano-diretor-de-melhorias-para-o-sistema-prisional.pdf>>. Acesso em: 25 março 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/322091/mod_resource/content/1/MARCUSCHI%20G%C3%AAneros%20textuais.pdf>. Acesso em: 21 março. 2019.

MINAS GERAIS. **Resolução conjunta SEDST/TJMG nº 204/2016**. Institui o Projeto “Remição pela Leitura”, direcionado aos custodiados nas Unidades Prisionais do Estado de Minas Gerais e regulamenta o seu funcionamento. Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/data/files/5B/30/9E/42/D443B510F6A902B5480808A8/RESOLUCAO-SEDS-TJMG-204-2016%20_1_.pdf>. Acesso em: 25 março 2019.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 4ª ed. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1999 (Col. Passando a Limpo).

O PAPEL DA CONCILIAÇÃO NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Cristiane Ramos Alceu¹
Evellym Aniele De Albuquerque¹
Daniela Oliveira Gonçalves²

O presente resumo tem como objetivo demonstrar como a conciliação se tornou não tão somente um instrumento de solução de conflitos, mas também uma forma rápida e eficaz de acesso à justiça. Realizamos por meio da doutrina, uma análise histórica do tema, relatando de forma cronológica a evolução do método de conciliação, e como tal instrumento se tornou imprescindível para a celeridade da justiça. Constatamos que a conciliação é de extrema importância para as mais diversas áreas do direito, uma vez que funciona como uma espécie de caminho alternativo para resolução de conflitos, que além de célere e eficaz, reduz em uma quantia significativa as custas do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Solução de Conflitos. Efetividade. Conciliação. Acesso à Justiça.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo refletir acerca da Conciliação como instrumento de resolução de conflito visando à efetividade do acesso à justiça.

O Conselho Nacional de Justiça tem como entendimento a conciliação, de processo consensual breve, que busca uma efetiva harmonização social e a restauração, dentro das delimitações possíveis, da relação social das partes.

Vale ressaltar a importância da expansão do instituto da conciliação devido a sua competência no ordenamento jurídico brasileiro, assim o grande número de processos judiciais que podem ser resolvidos por meio deste meio de resolução de conflito, desta forma, não precise chegar nos meios dos procedimentos do judiciário, a conciliação é um método essencial na resolução dos processos.

No decorrer dos últimos anos, esse tipo de audiência vem sendo aplicada pelas varas do judiciário, inclusive nos Juizados Especiais. São muitas as formas que se tem de solucionar um

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN.

E-mail para contato: crisramos895@gmail.com.

conflito pelos meios da conciliação, até mesmo quando se chega à uma audiência de instrução muitos juízes tentam um acordo entre as partes, mostrando os privilégios que podem alcançar. Posto isto, a pesquisa descrita procura conceber os proveitos da conciliação, expondo que o acordo é a melhor forma de se resolver um problema, que em muitas vezes afeta a paz das pessoas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem desse projeto será baseada na pesquisa explicativa. No contexto em questão, serão levantados diversos pontos sobre a Conciliação, como meio alternativo e eficaz na resolução de conflitos, visando demonstrar sua eficácia e contribuição para o acesso à justiça.

O planejamento da pesquisa se dará por meio da pesquisa bibliográfica, secundária, baseando o marco teórico nas obras dos autores: Medina (2004); Caetano (2002); Cintra (2008).

O tipo de pesquisa escolhida para o desenvolvimento será a qualitativa, analisando o funcionamento e procedimentos dos diferentes tipos de Conciliação.

O método escolhido será o dedutivo, considerando as recentes discussões doutrinárias acerca do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A doutrina de Caetano (2002), conceitua a conciliação como meio ou modo de acordo de conflito entre partes adversas, desavindas em seus interesses ou direitos, pela atuação de um terceiro. A conciliação também é um dos modos alternativos de solução extrajudicial de conflitos. Em casos específicos, por força de Lei, está sendo aplicada pelos órgãos do Poder Judiciário.

Conciliação é uma forma de constituição, onde as demandas procuram encontrar uma solução exata e com capacidade para solucionar suas controvérsias. As pessoas interessadas têm o auxílio do conciliador, que apoia na conversa, encaminhando e mostrando as partes caminhos que os aproximem o máximo de suas propostas, estando estes aptos a aceitar ou não.

Cintra (2008) diz que a conciliação é como um acordo de vontades, onde, em geral, concessões mútuas são feitas, com vistas a solução do conflito. O terceiro interventor tem papel menos destacado do que a mediação, limitando-se ao ajuste da situação conflituosa. O conciliador exercerá sua atividade em seu próprio escritório recebendo ali inicialmente, uma

das partes que dirá o seu pleito. Num segundo momento, recebe a outra parte. Vai formando assim sua convicção e por meio de um estilo familiar, simpático e até afetuoso, criará uma corrente de empatias entre si e as partes, e não aquilo que dizem na petição inicial e a contestação. O objetivo aqui não é o contraditório estabelecido pelas peças processuais; busca-se isto sim com perspicácia, tempo e uso da boa psicologia, o conteúdo global da controvérsia, por meio do qual poderá o terceiro conciliador ter noção muito mais precisa da natureza verdadeira do conflito, que poderá ser ou não o que diz o processo, mas será forçosamente o que diz as partes.

O Novo Código de Processo Civil, no artigo 334, o ponto que atenta o Instituto da Conciliação em relação a prazos a serem realizadas após o recebimento da petição inicial, sobre o número de audiências a serem realizadas, a forma de intimação das partes, o caso de não cabimento da audiência, e a representação das partes. Assim percebe-se a força que o instituto da conciliação vem ganhando, na resolução de conflitos.

Este tema é abordado por autores reconhecidos no direito brasileiro, tendo como base principalmente: Luiz Antunes Caetano, Luiz Guilherme Marinoni, Vitor Lenza, Cândido Rangel Dinamarco e também o Novo Código de Processo Civil.

4 CONCLUSÃO

Diante o exposto, podemos reconhecer a relevância da conciliação no âmbito jurídico, a agilidade do acesso da sociedade à justiça nas resoluções de seus conflitos, de maneira eficiente, transparente e rápida.

Assim, tem-se a conciliação como ferramenta fundamental ao fortalecimento do Poder Judiciário, tornando verdadeiros os direitos e garantias individuais, comprovando que o acordo é a melhor forma de se resolver um conflito.

Este resumo expandido não está completo, pois será utilizado para elaboração do trabalho de conclusão do Curso de Direito.

REFERÊNCIAS

CAETANO, Luiz Antunes. Arbitragem e Mediação. São Paulo: 2002.

CINTRA, Roberto Ferrari de Ulhôa, a pirâmide da solução dos conflitos: uma contribuição da sociedade civil para a reforma do judiciário, Ed. Senado, Brasília, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Conciliação e Mediação. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/>> Acesso em 11 fev. 2019.

MEDINA, Eduardo Borges de Mattos, meios alternativos de solução de conflitos, Ed. Artes gráficas, porto alegre, 2004.

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: comparado - Lei 13.105/2015 / coordenação Luiz Fux; organização Daniel Amorim Assumpção Neves. - 3. ed. revista - Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2016.

O PERFIL DOS CONSUMIDORES DE COSMÉTICOS NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI, EM VIRTUDE DE UM PÚBLICO CADA VEZ MAIS EXIGENTE

Isabela Aparecida de Paula¹
Mike Coelho dos Santos¹
Wagner Monteiro Bagnolli¹
Renan Fernandes da Cunha²

Os cosméticos estão inseridos no grupo de produtos para uso externo e com finalidade de embelezar variadas partes do corpo, são misturas envolvendo substâncias naturais ou sintéticas que podem causar riscos à saúde. Com isso, o presente trabalho tem por finalidade analisar, por meio de uma pesquisa, o perfil dos consumidores de cosméticos na cidade de São João del-Rei, quanto ao conhecimento sobre a diferença entre cosméticos naturais e sintéticos, riscos à saúde e testes em animais. Para isso, realizou-se uma pesquisa com 96 pessoas para estudo e avaliação do conhecimento das mesmas sobre os riscos relacionados ao uso de cosméticos, sua variedade e forma de teste. Os resultados mostraram que mais de 80% dos entrevistados desconhecem a variedade presente no mercado de cosmético, o que mostra a necessidade de maior exposição de informações acerca do assunto. Apesar disso, existe preocupação por parte dos consumidores, com os animais, revelando a insatisfação em relação aos testes realizados nos mesmos.

Palavras-chave: Segurança do Trabalho. Boas práticas. Saúde.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a ABIHPEC (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumarias e Cosméticos), o mercado brasileiro é promissor em relação ao uso e produção de cosméticos, observado por meio do crescente número de perfumarias e salões de beleza espalhados pelo país. De 1996 a 2012, a indústria cosmética brasileira apresentou um crescimento de 10% ao ano, comparado a um crescimento de 2,2% ao ano das demais indústrias. Esse aumento se deve pela preocupação cada vez maior entre homens e mulheres com a higiene pessoal e a aparência. Em 2017 o número de empresas de cosméticos regularizados pela ANVISA, segundo a ABIHPEC, era de 2.718. Segundo a revista ABRIL (2016), o mercado

¹ Discente do Curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

² Docente do Curso de Engenharia de Produção do UNIPTAN. Contato: renanfcunha@live.com.

brasileiro se manteve firme neste seguimento em meio à crise no país, ocupando a quarta posição mundial em consumo, atrás apenas de Japão, Estados Unidos e China.

As maquiagens, por exemplo, são constituídas por substâncias naturais ou sintéticas, de uso externo no corpo com o principal objetivo de alterar sua aparência e ou corrigir defeitos (ANVISA, 2018). A princípio, a fonte de seus ingredientes era essencialmente plantas, animais e minerais, porém o avanço da tecnologia resultou no desenvolvimento de novas substâncias para serem incluídas na formulação de tais produtos (CHORILLI *et al.*, 2009 p.1).

Sabendo que os produtos cosméticos são de livre e fácil acesso ao consumidor e, considerando que estes produtos podem ser usados durante um longo período da vida, é extremamente necessário garantir a segurança dos mesmos (CRUZ; ANGELIS, 2012), as formas mais difundidas de averiguação de segurança são referentes aos testes em animais.

A utilização de animais vivos em experimentos, seja no campo científico ou acadêmico, é considerada na visão de muitos uma prática natural e, para alguns, indispensável. Contudo, testes em animais atualmente não são mais um assunto discutido apenas pela comunidade científica ou por defensores de animais. A população atual cada vez mais tem acesso a esse tipo de informação por meio da mídia, havendo também grande pressão no que tange à regulamentação do tema (ABREU, 2017).

Os cosméticos naturais são produtos elaborados com ingredientes vegetais, sem conservantes artificiais e nem substância de origem animal, com isso espera-se que eles sejam mais delicados com a pele e cabelos, até mesmo mais eficazes, estimulando a capacidade natural da pele de recuperar-se sem representar uma agressão ao frágil equilíbrio da epiderme. Esses cosméticos tem uma produção rigidamente controlada, o método de elaboração tem que estar de acordo com o ambientalismo renovável e a heterogeneidade biológica, garantindo segurança para as próximas gerações. Percebe-se então a importância das certificadoras na verificação dos procedimentos, repassando confiabilidade (LYRIO *et al.*, 2011).

A grande receptividade do público às soluções orgânicas mostra, de certa maneira, uma preocupação ligada ao desgaste ambiental e uma maior demanda de cidadãos por um consumo consciente (SCHIMAICHEL; RESENDE, 2006). Tal fato deve-se à percepção das dificuldades da natureza e as ameaças para a preservação da existência dos indivíduos, gerando nas pessoas um maior cuidado com o bem-estar do planeta e consigo próprio (LYRIO *et al.*, 2011). Por esta razão, os compostos naturais gradativamente conquistam o consumidor, em todos os setores de fabricação (CHAVEZ, 2004).

Neste contexto, o objetivo do presente estudo é mostrar o perfil dos consumidores de cosméticos na cidade de São João del-Rei, quanto à diferença entre cosméticos naturais e sintéticos, riscos à saúde e testes em animais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa é de caráter quantitativo, pois tem como objetivo principal, analisar o perfil dos consumidores de cosméticos de São João del-Rei, abordar a diferença entre os tipos de cosméticos, riscos à saúde e testes em animais.

Inicialmente foi preciso fazer um levantamento sobre o tema, em diferentes bibliografias, sites e artigos, reunindo o máximo possível de informações visando a maior diversidade de depoimentos e informações para um melhor direcionamento do nosso parecer do assunto. Os conteúdos foram adquiridos por meio do Repositório Institucional da Unisul (RIUNI), Google Acadêmico, revistas científicas, Abepro (Associação Brasileira de Engenharia de Produção), SciELO (Scientific Electronic Library Online). Dissertações em português e inglês foram consideradas.

Para a escolha dos artigos, foram analisados os títulos e resumos relacionados com o tema desejado. Posteriormente, por meio do Google Forms, foi feita uma pesquisa com 96 pessoas, da cidade de São João del-Rei – MG, buscando saber qual o nível de conhecimento das mesmas sobre cosmético natural e sintético, sobre riscos à saúde causados por esses produtos e se têm consciência de que ainda existe até hoje testes em animais para estes produtos.

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Devido à falta de conhecimento do público sobre cosméticos, foi realizada uma pesquisa na cidade de São João del-Rei – MG, na qual foram entrevistadas 96 pessoas no mês de dezembro de 2018, com intuito de verificar o grau de conhecimento sobre a diferença de cosméticos, seus riscos à saúde e testes em animais. Formulou-se o questionário apresentado nas figuras de 1 a 5:

De acordo com os resultados obtidos, observou-se que mais de 80% dos entrevistados não têm conhecimento sobre a variedade de tipos de cosméticos. Sendo que existem diversos tipos, comumente convivemos com os naturais e os sintéticos.

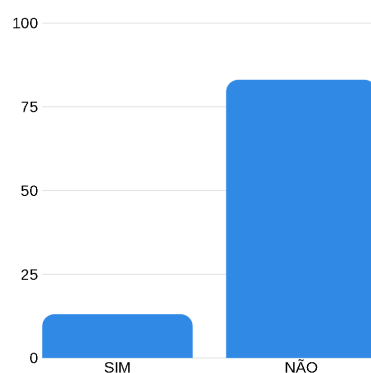


Figura 1 - É de seu conhecimento a existência de vários tipos de cosméticos? Por exemplo, natural, sintético e orgânico?

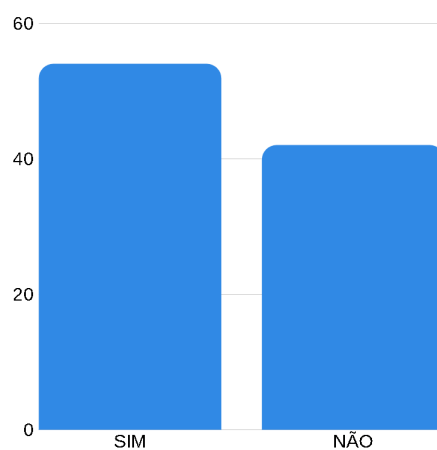


Figura 2 - Você sabia que cosméticos podem causar sérios danos à saúde?

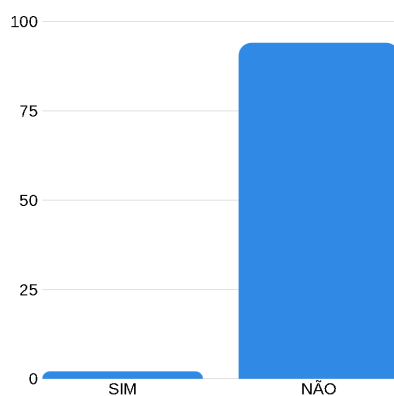


Figura 3 - Você leva em consideração o fato de um cosmético ser orgânico ou não, na hora da compra?

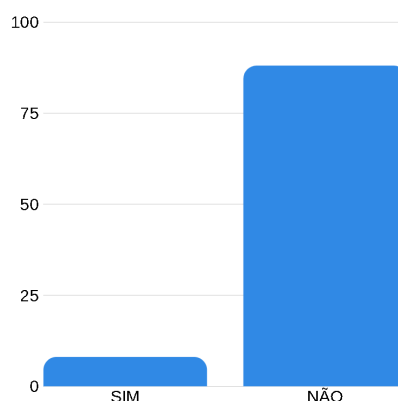


Figura 4 - Você usaria um cosmético sabendo que ele passa por testes em animais?

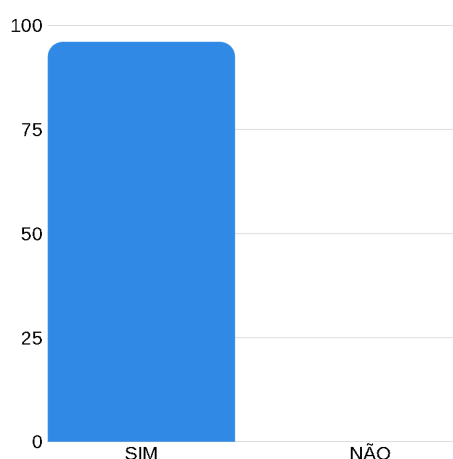


Figura 5 - Você é a favor da aprovação de uma lei que proíbe testes em animais?

Cerca de 40% dos entrevistados não têm conhecimento sobre os possíveis danos à saúde causados pelos cosméticos. Alguns cosméticos sintéticos a base de parabenos (derivados do petróleo), são tão agressivos à saúde humana que podem causar diversas doenças, até mesmo câncer.

O fato de um cosmético ser orgânico ou não, é levado em consideração por menos de 2% dos entrevistados. O que mostra o desinteresse dos entrevistados em relação aos benefícios deste tipo de produto.

Apesar de ser um tema muito debatido atualmente, foi constatado que 8,33% das pessoas envolvidas na pesquisa não se preocupam se o produto foi ou não, testado em animais.

Por fim, mesmo algumas pessoas não se preocupando com os testes, todos os entrevistados são a favor de políticas contra a realização de testes em animais.

4 CONCLUSÃO

Sendo assim, é de suma importância uma maior abordagem sobre o assunto com o intuito de esclarecer os diversos tipos de cosméticos, com suas vantagens e desvantagens específicas.

Contudo, o desconhecimento da população acerca do tema torna o assunto ainda mais delicado. É dever de todos, informar-se sobre os produtos que utilizam no corpo, pois se trata de cuidar da própria saúde. São várias as precauções que se deve tomar com cosméticos, pois até mesmo aqueles de origem orgânica podem causar alguma complicação, devido a intolerâncias do organismo.

Além disso, os testes realizados em animais são tratados, em outros países, como um tema sério, realidade bastante diferente no Brasil. Fiscalizações e selos de qualidade são algumas das medidas utilizadas para tentar acabar com esta prática que certamente não deveria existir.

Diante disso, concluiu-se por meio da pesquisa que mesmo um produto tão usado diariamente pelas pessoas e que pode comprometer a própria saúde, ainda existe um grande desconhecimento, mas as pessoas estão cientes que estão sujeitos a algum problema de pele, ou outro similar mais que mesmo assim não se preocupam com a origem, ou qualidade do produto na hora de comprar.

REFERÊNCIAS

ABIHPEC - Indústria de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos debate novo mercado de luxo. Disponível em: <<https://abihpec.org.br/comunicado/industria-de-higiene-pessoal-perfumaria-e-cosmeticos-debate-novo-mercado-de-luxo/>> Acesso em: outubro de 2018

ABIHPEC - Setor brasileiro de cosméticos em lenta recuperação retoma posições. Disponível em: <<https://abihpec.org.br/setor-brasileiro-de-cosmeticos-em-lenta-recuperacao-retoma-posicoes/>>. Acesso em: outubro de 2018.

ANVISA. Constituição das maquiagens. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/cosmeticos-infantis>>. Acesso em 18 de outubro 2018.

CHYOSHO, B. *et al.* Extração do corante da beterraba (*beta vulgaris*) para aplicação em cosméticos - Disponível em: <[https://maua.br/files/122017/extracao-do-corante-beterraba-\(beta-vulgaris\)-para-aplicacao-cosmeticos-261718.pdf](https://maua.br/files/122017/extracao-do-corante-beterraba-(beta-vulgaris)-para-aplicacao-cosmeticos-261718.pdf)> Acesso em: setembro de 2018.

EUROMONITOR. Disponível em <<https://www.euromonitor.com>>. Acesso em: outubro de 2018.

EXAME. Indústria de cosméticos dribla crise e projeta crescimento. Publicado em 31/08/2016. Disponível em: <<https://exame.abril.coem.br/negocios/dino/industria-de-cosmeticos-dribla-crise-e-projeta-crescimento-dino890103433131>>. Acesso em: dezembro de 2018.

EYNA S. Lyrio *et al.* Recursos em biocosméticos: conceito inovador de beleza, saúde e sustentabilidade (Natureza on Line 9 (1): 47-51).

MARIA, L. *et al* - Câncer de mama e cosméticos. Disponível em <<http://abmanacional.com.br/arquivo/cfb3f01417789d6e3639ea504c08327eab1dc37b-35-1-cancer-de-mama-e-cosmeticos.pdf>> Acesso em: outubro de 2018.

PITACOS E ACHADOS. Você sabe a diferença entre cosmético orgânico, natural e sintético? Publicado em 27/10/2015. Disponível em: <<https://pitacoseachados.com/2015/10/27/voce-sabe-a-diferenca-entre-cosmetico-organico-natural-e-sintetico/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

SILVA, M. de Oliveira. Nível de conhecimento sobre o uso de animais em testes de cosméticos em um grupo acadêmico. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 005, Vol. 01, PP. 179-186, Maio de 2018.

UNIVERSO JATOBA - Veja como diferenciar cosmético orgânico, natural e sintético. Disponível em: <<http://www.universojatoba.com.br/bem-estar/beleza/veja-como-diferenciar-cosmetico-organico-natural-e-sintetico>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

O USO DE CELULAR NA EDUCAÇÃO

Maria Eduarda Vale Moreira¹
Karoline Andrade de Mesquita²
Patrícia Peixoto Carneiro Viegas³

O presente estudo teve como tema o uso de celular nas escolas, mais especificadamente o uso do dispositivo móvel digital dentro da sala de aula, e como objetivo compreender estratégias que têm sido adotadas pelos docentes e o comportamento dos alunos ao se depararem com o uso de dispositivos móveis dentro de uma sala de aula. Primeiramente, realizou-se levantamento bibliográfico de artigos que apresentaram as múltiplas facetas do tema, optando por delimitarmos como objeto de estudo o uso do celular por alunos em sala de aula. Realizou-se pesquisa de campo, observando-se duas escolas de um município da região das vertentes de Minas Gerais, sendo uma instituição pública e uma instituição particular, ambas do 6º ano do Ensino Fundamental. Foi aplicado questionário com os alunos, para quantificar algumas informações quanto ao uso de telefone celular dentro das salas de aulas. Constatou-se que esses dispositivos móveis digitais devem ser explorados para aprendizagem, no entanto, exige-se comprometimento de professores e alunos para que seu uso não seja banalizado.

Palavras-chave: Dispositivos móveis digitais. Celular. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Diante do aumento exponencial do número de dispositivos móveis digitais e as facilidades de acesso a diferentes tecnologias, verificou-se que, em todos os níveis de ensino, estão de alguma forma marcados pelas dificuldade e facilidades para manejar uma aula presencial, em que os celulares, por exemplo, podem tanto atrapalhar, como auxiliar na construção do conhecimento.

Assim, o presente trabalho tratou sobre o uso do celular dentro da sala de aula por professores e alunos, em duas escolas de um município da região das vertentes, ambas com alunos e professores do 6º ano do Ensino Fundamental, sendo uma instituição pública e outra

¹ Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Voluntária do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

³ Docente do UNIPTAN. Orientadora do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN. E-mail para contato: patricia.viegas@uniptan.edu.br.

privada. Com o objetivo de compreender as estratégias adotadas em diferentes estabelecimentos escolares em relação ao uso de dispositivos móveis digitais na educação, em especial, os celulares.

Nos dias atuais esse tema tem sido de grande debate, pois cada vez mais cedo crianças e jovens têm acesso a essa tecnologia que possui tantas ferramentas e atrativos. Os debates de senso comum dividem opiniões até mesmo dentro das escolas, entre quem considera que o celular poderia ajudar a despertar o interesse dos alunos pelas aulas, e os que afirmam que o celular só seria um mecanismo de distração do estudante. A partir dessa divisão de opiniões persiste até mesmo entre os alunos. Esse assunto é polêmico e deixa opiniões totalmente divididas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A bibliográfica adotada partiu de um levantamento de artigos recentes, entre os anos de 2014 a 2018, com os descritores “celular”, “educação”, “docentes”, “discentes”, na plataforma Capes periódicos.

A pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo, pretendeu, em um primeiro momento, fazer a coleta de dados para a formação do *corpus* de forma documental.

Os documentos foram as resoluções, as legislações, os projetos de lei, nas notícias e artigos que para contextualização e conhecimento científico da realidade do ensino e do uso de celulares e outros dispositivos móveis dentro da sala de aula, principalmente da Educação Básica.

Após, o grupo decidiu ir a campo em duas escolas do município da região das Vertentes de Minas Gerais, para realizar observação das salas de aula e questionário com os alunos.

As observações aconteceram semanalmente, no período de 4 semanas, separamos as observações por escala, sendo que a cada aula, duas pessoas estariam observando, antes e depois do recreio. As anotações eram realizadas imediatamente após o aluno emitir um comportamento relacionado com o celular; elas foram realizadas com base em um roteiro observacional.

Após uma semana do término das observações, preparamos um questionário misto (oito assertivas fechadas e uma aberta) e aplicamos para os alunos das duas escolas observadas. O questionário teve como objetivo compreender como os próprios alunos percebem o uso do celular na sala de aula. Segue o questionário:

DATA: _____ Responda o seguinte questionário:

Você tem celular?

☐ sim ☐ não

Se não, usa outro dispositivo móvel digital?

☐ não ☐ sim. Qual? _____

Traz o celular para escola?

☐ sim ☐ não

Com qual frequência você faz uso do aparelho celular nas dependências da escola?

☐ nunca ☐ quase nunca ☐ às vezes ☐ quase sempre ☐ sempre

Você respeita o regimento escolar, quanto ao uso do aparelho celular nas escolas? ____

☐ nunca ☐ quase nunca ☐ às vezes ☐ quase sempre ☐ sempre

Qual o seu conhecimento sobre a LEI Nº 14.486 (Art. 1º - Fica proibida a conversação em telefone celular e o uso de dispositivo sonoro do aparelho em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas.)?

☐ conheço ☐ já ouvi falar, mas não sei sobre o que trata ☐ não conheço

Você considera o aparelho celular prejudicial a sua atenção?

☐ nunca ☐ quase nunca ☐ às vezes ☐ quase sempre ☐ sempre

Como você avaliaria o uso do celular na sala de aula para realização de atividades orientadas pelo professor?

☐ nunca ☐ quase nunca ☐ às vezes ☐ quase sempre ☐ sempre

Sendo o uso do celular permitido na sala de aula, você acha que isso facilitaria sua aprendizagem? Por quê?

A opção foi por acompanhar alunos da rede pública e da rede particular, na mesma série, que foi o 6º ano do Ensino Fundamental. Logo, os questionários estruturados foram aplicados na própria sala de aula, acompanhada pelos pesquisadores, que fizeram a leitura mútua.

Foram obtidos um total de 53 questionários respondidos, sendo 22 da rede privada e 31 da rede pública. O que nos permitiu a elaboração de alguns gráficos para análise, que foram elaborados na própria planilha do Excel.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa teve como objetivo compreender quais estratégias tem sido adotado pelos docentes ao depararem com uso de dispositivos móveis dentro de uma sala de aula regular da Educação Básica, especificamente com alunos de idade entre 10 e 12 anos, que corresponde ao 6º ano do Ensino Fundamental, e seus respectivos professores das diversas disciplinas. Na observação realizadas, acompanhamos aulas de Matemática, Língua Portuguesa, Arte, Ensino Religioso, Filosofia.

E, partimos da premissa que existindo a permissividade do uso de celulares e dispositivos móveis digitais, então isto tem favorecido para o processo de aprendizagem, numa perspectiva de aprendizagem colaborativa.

Levando em consideração que são alunos de contextos sócio-histórico diferentes, percebemos que em ambos os casos, mas principalmente na rede particular, que professores e alunos são letrados digitalmente e que participam, dentro da sua realidade, dos multiletramentos, segundo Rojo (2012), isto é, tem capacidade de manuseio dos aparatos digitais e fazem uso de diferentes tecnologias, desde o quadro negro e livro didático a dispositivos digitais.

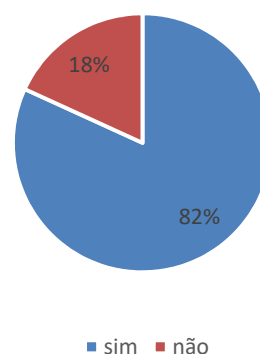
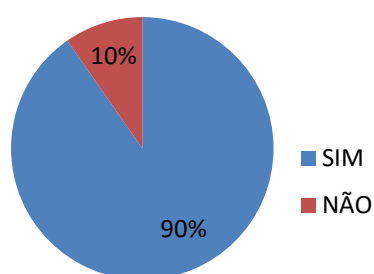
No entanto, não pudemos afirmar, em que nível de letramento digital eles estavam pensando no modelo 3D de Snyder (1999) (operacional, cultural e crítico). Ao menos o “primeiro degrau” da operacionalidade foi demonstrado, podemos citar o uso do celular sugerido para realização de cálculos na aula de Matemática que observamos na escola pública, mas que efetivamente não aconteceu, por obedecer às normas da escola e da Lei 14.486/2002, que proíbe o uso do celular. E, também, no nível cultural, principalmente nas aulas de Arte da escola privada, que fez uso do celular, internet e projetor para acompanhar a música ensaiada.

Quanto ao nível crítico, os dados foram insuficientes para chegar a essa conclusão. Inclusive, podemos questionar se o uso dos celulares que aconteciam na sala de aula ocorreu de modo consciente? Se realmente atingiram a finalidade pedagógica ou se atrapalharam o desenvolvimento. Os próprios alunos, ao responderem o questionário, levantaram uma percepção, no mínimo curiosa, de que o celular atrapalha (ria) na concentração.

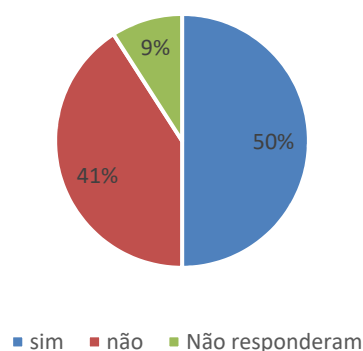
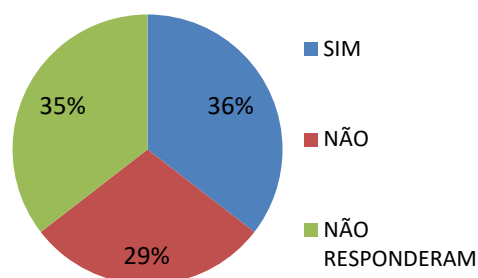
Quanto aos comportamentos observados, diziam respeito ao uso do celular na escola (1), se era escondido (2) e como essa prática era realizada (3), se ocorresse. Se utilizado nas salas de aula ou dependências escolares, com qual finalidade era o uso (4). Se os professores ou funcionários da escola mencionavam a proibição do uso do celular (5). Se os alunos apresentavam algum comportamento de pegar o celular (6) e quantos comportamentos eram observados (7). Se o professor tocou no celular (8) e quantas vezes (9). Se algum aluno da sala demonstrou que levou o celular para a aula (10).

Bem como eventos não verbais, como: se existe avisos na sala de aula sobre a proibição do uso do celular nas escolas (1 não verbal); se existem avisos na escola, de modo geral (2 não verbal). Se algum celular tocou na aula (3 não verbal) e quantas vezes (4 não verbal) e, por fim, se existem outros tipos de multimídia na sala (5 não verbal) e se foram utilizadas (6 não verbal).

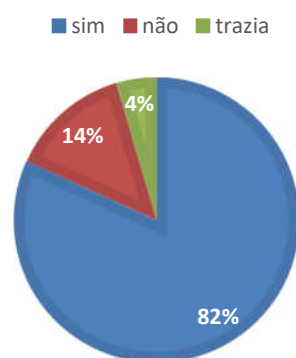
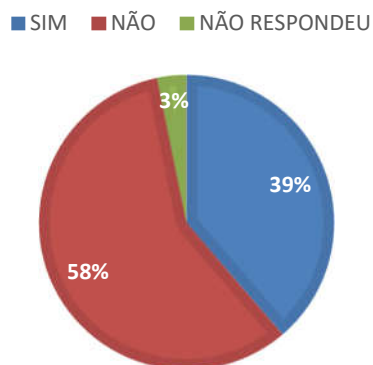
Os gráficos abaixo (1 ao 5) elucidam as semelhanças e disparidades entre as 2 escolas observadas e dados relevantes para ser aprofundado, já que os próprios professores ficaram entusiasmados e curiosos sobre os resultados obtidos.



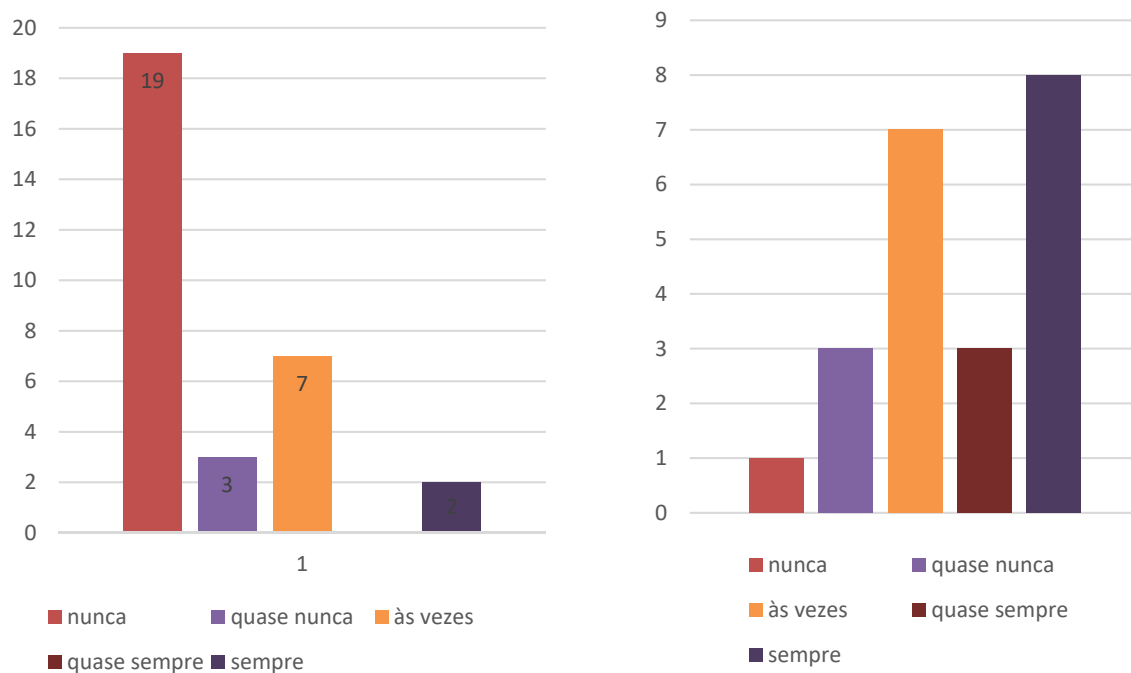
Gráficos 1 – Respostas dos alunos do 6º Ano da Escola Pública e da Escola Privada, respectivamente, da Região das Vertentes de Minas Gerais, quanto ao uso de celular em sala de aula (VOCÊ TEM CELULAR?). Fonte: Das autoras, 2018.



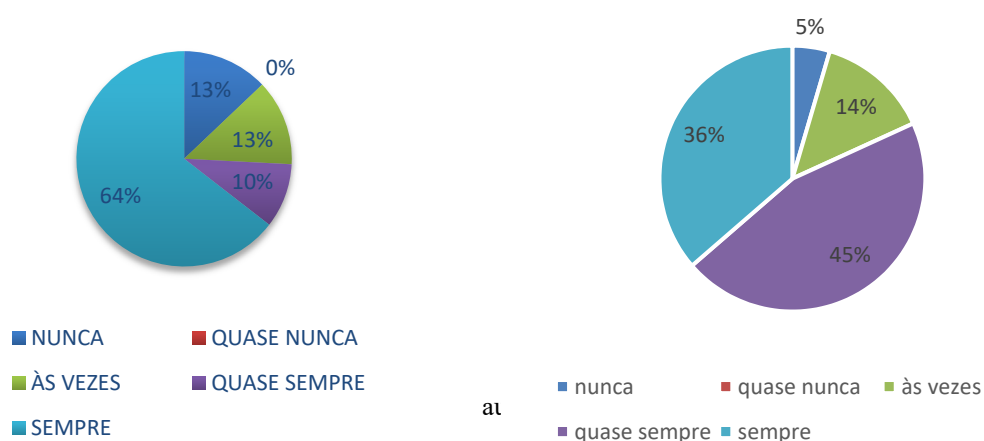
Gráficos 2 – Respostas dos alunos do 6º Ano da Escola Pública e da Escola Privada, respectivamente, da Região das Vertentes de Minas Gerais, quanto ao uso de celular em sala de aula (SE NÃO, USA OUTROS DISPOSITIVOS MÓVEIS DIGITAIS). Fonte: Das autoras, 2018.



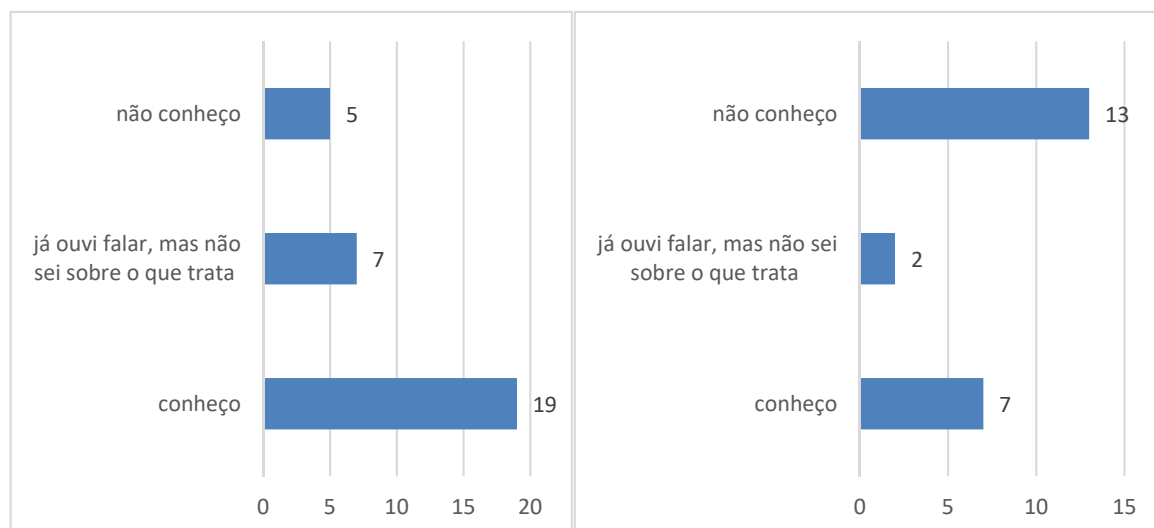
Gráficos 3 – Respostas dos alunos do 6º Ano da Escola Pública e da Escola Privada, respectivamente, da Região das Vertentes de Minas Gerais, quanto ao uso de celular em sala de aula (LEVA O CELULAR PARA ESCOLA?). Fonte: Das autoras, 2018.



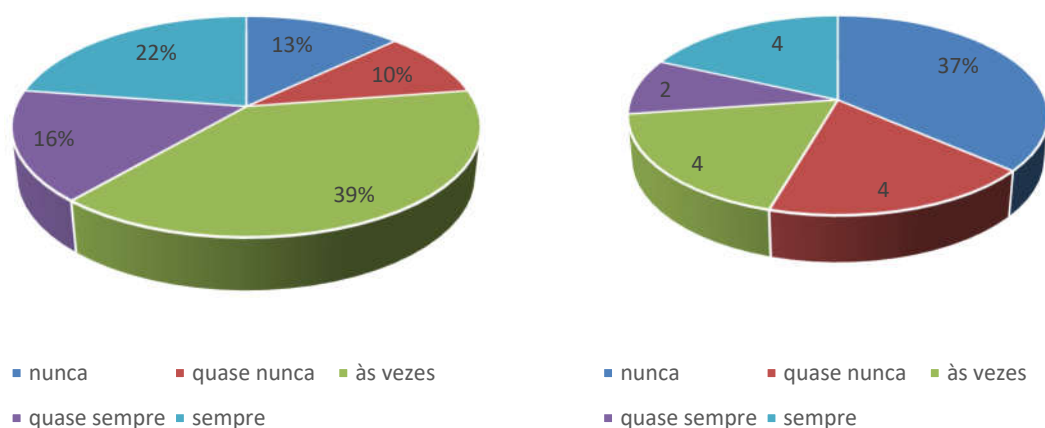
Gráficos 4 – Respostas dos alunos do 6º Ano da Escola Pública e da Escola Privada, respectivamente, da Região das Vertentes de Minas Gerais, quanto ao uso de celular em sala de aula (COM QUAL FREQUÊNCIA FAZ O USO NA ESCOLA NAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA?). Fonte: Das autoras, 2018.



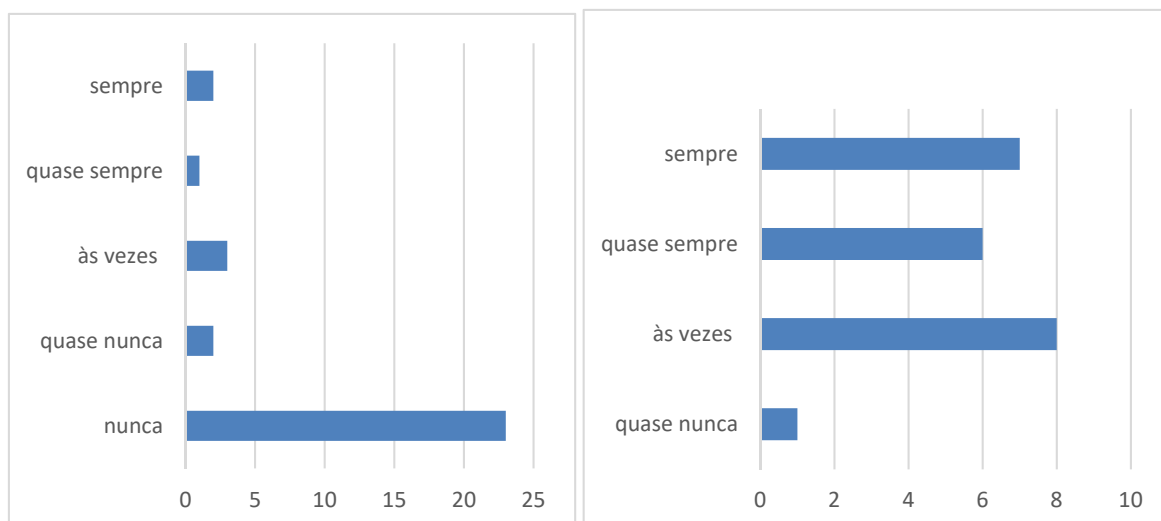
Gráficos 5 – Respostas dos alunos do 6º Ano da Escola Pública e da Escola Privada, respectivamente, da Região das Vertentes de Minas Gerais, quanto ao uso de celular em sala de aula (VOCÊ RESPEITA O REGIMENTO ESCOLAR, QUANTO AO USO DO APARELHO CELULAR NAS ESCOLAS?). Fonte: Das autoras, 2018.



Gráficos 6 – Respostas dos alunos do 6º Ano da Escola Pública e da Escola Privada, respectivamente, da Região das Vertentes de Minas Gerais, quanto ao uso de celular em sala de aula (QUAL O SEU CONHECIMENTO SOBRE A LEI Nº 14.486/2002, QUE PROIBE O USO DO CELULAR NA SALA DE AULA?). Fonte: Das autoras, 2018.



Gráficos 7 – Respostas dos alunos do 6º Ano da Escola Pública e da Escola Privada, respectivamente, da Região das Vertentes de Minas Gerais, quanto ao uso de celular em sala de aula (CONSIDERA O APARELHO CELULAR PREJUDICIAL A SUA ATENÇÃO?). Fonte: Das autoras, 2018.



Gráficos 8 – Respostas dos alunos do 6º Ano da Escola Pública e da Escola Privada, respectivamente, da Região das Vertentes de Minas Gerais, quanto ao uso de celular em sala de aula (COMO VOCÊ AVALIARIA O USO DO CELULAR NA SALA DE AULA PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ORIENTADAS PELO PROFESSOR? – FREQUÊNCIA). Fonte: Das autoras, 2018.

4 CONCLUSÃO

Concluimos a partir da resposta dos próprios alunos, que o celular até os dias atuais não são uma boa ferramenta para ser utilizada dentro da sala de aula, pois as pessoas ainda não têm a amadurecimento suficiente para utilizar o dispositivo como meio de aprendizagem, pois segundo os dados podemos extrair que se a prática não for bem orientada, os alunos farão o mau uso do celular, mesmo com a permissão, utilizando para outros fins como é o caso das redes sociais.

Ao tentar compreender quais estratégias tem sido adotado pelos docentes ao depararem com uso de dispositivos móveis dentro de uma sala de aula regular da Educação Básica, os dados são insuficientes para tirar uma conclusão definitiva, entretanto, percebemos que além do professor ter o domínio dos dispositivos móveis digitais, pois os alunos, na maioria já são nativos digitais, a prática pedagógica deve ser bem orientada para que não incorra em prejuízos para o aluno e a indisciplina em relação ao professor.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Silvia Cristina Freitas; BARCELOS, Gilmar Teixeira. CELULAR NA SALA DE AULA COMO ALTERNATIVA PEDAGÓGICA NO COTIDIANO DAS ESCOLAS. *Novas Tecnologias na Educação*, Campo dos Goytacazes, v. 11, n. 1, p.1-10, jul. 2013.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999.

MINAS GERAIS. **Lei Nº 14.486, de 9 dezembro de 2002.** Disciplina o uso de telefone celular em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas.

MONTEIRO, Castellano Fernandes. Celular como alternativa pedagógica no cotidiano das escolas. **IOC – FIOCRUZ**, n. 16.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** Campinas: Papirus, 2007.

ROJO, R. **Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SNYDER, I. **Literacy and technology studies: past, present, future.** ACER Research Conference, n. October 1999, 1999.

VIVIAN, Caroline Deprá; PAULY, Evaldo Luis. O uso do celular como recurso pedagógico na construção de um documentário intitulado: Fala sério! **Revista Digital da Cva - Ricesu**, Santa Maria, v. 7, n. 27, p.1519-8529, fev. 2007.

ORIENTAR PARA VEM (SER): ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM UM CURSINHO COMUNITÁRIO

Helaine Silva Borges¹

O presente relato é fruto das atividades realizadas em um cursinho Pré-Enem comunitário, oferecido a alunos carentes de uma cidade do interior do estado de Minas Gerais. O público-alvo foi um grupo de adolescentes, de idade entre 17 a 29 anos. A proposta da Orientação Profissional com os adolescentes surgiu após se constatar a importância de um olhar diferenciado a essa população que, em razão das condições socioeconômicas deficitárias, não vislumbravam perspectivas futuras em relação à escolha profissional e ao mercado de trabalho – o que coloca ao psicólogo o desafio de construir uma práxis pautada na emancipação do sujeito, no fortalecimento de sua autonomia e no empoderamento do protagonismo, diante da situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, as ações realizadas buscaram proporcionar um espaço para uma escuta psicológica que pudesse compreender a história de vida dos sujeitos a fim de auxiliá-los na construção de um projeto de vida. Utilizou-se de uma metodologia participativa, por meio de oficinas de grupo e rodas de conversas, por entender que tal metodologia possibilita a compreensão dos aspectos que permeiam a escolha profissional a partir de uma perspectiva histórica, social e individual. Como resultado, podemos afirmar que os participantes conseguiram ampliar o mundo de possibilidades, num tecer e destecer de informações, em um construir, desconstruir e reconstruir que é imprescindível no processo.

Palavras-chave: Orientação profissional. Projeto de Vida. Pré-Enem Comunitário.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Levenfus (1997) o termo Orientação Profissional refere-se as atividades que informam os sujeitos a respeito das profissões e mercado de trabalho, no qual, são aplicadas técnicas de aprendizagem. A autora enfatiza que o processo de Orientação Profissional deve auxiliar e orientar os sujeitos a ampliarem o autoconhecimento, propiciando condições para identificarem afinidades de forma a construírem um projeto de vida.

Silva e Jacquemin (2001) apontam que o objetivo da orientação profissional consiste em orientar os sujeitos na solução de questões profissionais, portanto, abrange indivíduos com dúvidas em qualquer momento de sua trajetória ocupacional. A velocidade de transformações no mundo do trabalho tem colocando novos desafios para profissionais e pesquisadores, o que

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI-UFSJ). Bolsista do Programa oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail para contato: helaineborgesufs@gmail.com.

demanda novos estudos e aprofundamento nas técnicas/ ferramentas utilizadas na atualidade, assim como, avaliação dos resultados das intervenções implementadas.

Uma das diferentes formas de aprofundar as técnicas e os recursos empregados nas práticas institucionais da atualidade consiste em realizar o processo de Orientação Profissional em grupo. De acordo com Soares (1987) auxilia no processo de realização de escolha, em função de permitir compartilhamento de experiências, fazendo com que os indivíduos reflitam sobre as problemáticas, buscando caminhos para superá-las.

Lucchiari (1993) considera que as atividades realizadas em grupo possibilitam aos sujeitos compartilharem os sentimentos de dúvidas em relação ao futuro, o que fomenta o conhecimento do outro e o conhecimento de si mesmo. Deste modo, o processo de orientação auxilia o sujeito na compreensão de sua realidade social e a construir um projeto de futuro de acordo com suas capacidades. A escolha de uma profissão envolve o entrelaçamento de fatores internos, como os processos psíquicos e externos que se referem ao momento histórico e social. Seguindo essa linha de pensamento, Ferretti (1988) ressalta que existem graus de liberdade de escolha, uma vez que a realidade econômica e material do sujeito influencia diretamente no seu (in) sucesso profissional. Deste modo, o objetivo da orientação profissional é facilitar a escolha do sujeito, auxiliando-o a refletir a respeito de suas capacidades e dificuldades de forma que possam ser trabalhadas para uma escolha mais assertiva e consistente. Lucchiari (1993) afirma que o processo de orientação tem como objetivo primordial auxiliar os indivíduos a compreenderem sua situação específica de vida, na qual estão incluídos aspectos subjetivos e sociais. Por intermédio dessa compreensão, os sujeitos terão mais condições para definirem a melhor escolha possível no seu projeto de vida. Segundo a autora Lucchiari (1993), o orientador irá facilitar o processo de escolha para que o próprio indivíduo descubra suas possibilidades. Esse é um posicionamento ético e filosófico que parte da concepção que o homem é um ser livre para realizar suas escolhas dentro de situações concretas limitadas e reais. Para facilitar a escolha, deve trabalhar os aspectos relacionados ao Conhecimento de Si, que se refere à identidade dos sujeitos e o projeto que ele deseja em consonância com seus valores e interesses. Ressalta-se também a necessidade de trabalhar aspectos relacionados ao mercado de trabalho dentro do sistema político-econômico, com vistas a investigar as possibilidades de atuação. Por fim, deve trabalhar a Escolha propriamente dita, que se refere à decisão pessoal.

A orientação profissional na perspectiva da fenomenologia compreende o indivíduo como um ser ativo, com capacidade de elaborar conflitos até definir uma escolha profissional. Deste modo, o papel do orientador consiste em ajudá-lo a aprofundar seu autoconhecimento e

resolver os conflitos que o impedem a tomada de decisão (LEMOS, 2001). A partir das variáveis autoconhecimento e critérios de escolha, o modelo teórico e prático tomado como base no estudo em questão, refere-se ao método fenomenológico-existencial que tem como objetivo auxiliar o sujeito a recuperar a abertura de suas múltiplas possibilidades existenciais.

As técnicas utilizadas no método fenomenológico propiciam que o sujeito compreenda o seu modo de ser no mundo, se responsabilize pela sua existência e alcance a sua independência. De acordo com Forghieri (1984), deve-se elaborar junto com o cliente a sua história de vida e buscar levá-lo a vivenciar profundamente suas dificuldades de forma a promover, no cliente, a compreensão de sua existência para que ele exercite a sua liberdade de escolha diante de todas as possibilidades.

Com referência ao método Fenomenológico-existencial, ele se fundamenta em uma proposta inovadora para se entender os fenômenos psíquicos. Segundo Forghieri (1984), o método fenomenológico nega a existência da consciência e do mundo de forma independente, ou seja, essa perspectiva não segue a dicotomia sujeito/objeto existente em outras perspectivas, mas sim, parte do entrelaçamento entre objetividade e subjetividade para aprofundar-se na vivência da pessoa e conhecer as características do seu existir.

De acordo com essa abordagem, o homem é sempre relação com o mundo ao seu entorno, ele afeta e é afetado pelo mundo e por seus semelhantes. Como disse Forghieri (1984, p.19) “... os seres humanos, embora tenham suas próprias peculiaridades, existem todos no mundo, constituindo-o e constituindo-se simultaneamente”. Assim, pode-se refletir sobre a relação que permite ajudar o sujeito a se conhecer e a encontrar um caminho de superar suas dificuldades e alcançar sua liberdade.

Assim, o projeto de orientação profissional aqui exposto, teve como objetivo principal promover reflexões a respeito da escolha profissional, por meio da estimulação pelo autoconhecimento dos participantes, informações a respeito do mercado de trabalho e discussões sobre os critérios de escolha.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram realizados quatro encontros mensais, nos meses que antecederam a prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). O público-alvo foi um grupo de adolescentes, de idade entre 17 a 29 anos. Os recursos utilizados consistiram em uma reprodução das técnicas propostas por Moreno (2015) para um projeto de orientação profissional ofertado na disciplina

de Orientação Profissional Vocacional de uma Universidade Federal do interior do Estado de Minas Gerais. O referido projeto tem como objetivos, promover autoconhecimento, estimular reflexão a respeito dos critérios de escolhas, bem como propiciar conhecimentos a respeito do mercado de trabalho e da realidade profissional. Cabe salientar que o último encontro consistiu em amenizar a ansiedade dos alunos frente a prova do Enem, já que este ocorreria um dia após o encontro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta de realizar um Projeto de Orientação Profissional em um cursinho popular consistiu em olhar para os participantes como um Ser de possibilidades, o que coloca ao psicólogo o desafio de construir uma praxis pautada na emancipação do sujeito, no fortalecimento de sua autonomia e no empoderamento do protagonismo, diante da situação de vulnerabilidade social (CFP, 2013). Nesse sentido, as ações realizadas buscaram proporcionar um espaço para uma escuta psicológica a fim de auxiliá-los na construção da própria história de vida.

Ante o exposto, o trabalho de orientação profissional foi direcionado a fazer os alunos refletirem a respeito dos fatores internos e externos que influenciavam a eleição de uma carreira profissional. A este objetivo, os alunos demonstraram-se abertos a expor suas histórias de vida, de forma que colocaram de maneira bastante intensa o conhecimento a respeito da condição que estavam fazendo a escolha. Ressalta-se que se faz necessário realizar uma investigação fundamentada no universo político, econômico e social no qual essas individualidades estão inseridas, com vistas a compreender os elementos que resultaram em situações de escolha ou não- escolha.

Os alunos relataram que existe um caminho repleto de elementos que os impossibilitam de concorrer com igualdade com outros indivíduos de classes economicamente favorecidas. Entre elas, a dificuldade de permanecer atento as aulas após uma longa jornada de trabalho. Alguns residiam em área rural, o que resultava em viagem para se deslocar ao cursinho. Na fala dos participantes, também se evidenciou a baixa autoestima, a maioria relatou não se sentir capaz para ingressar em uma universidade, em aproximadamente sessenta alunos, mais da metade da sala informou está tentando ingressar na universidade pelo mínimo de dois anos consecutivos. Nesse sentido, as propostas do encontro foram a partir do tema: “Motivação nos estudos para vencer os desafios”. Foram trabalhadas estratégias de motivação a partir de textos,

músicas e vivências psicodramáticas, esta última foi marcada pela utilização da Técnica da Loja das profissões de Coelho (2015) que propicia espaço para os orientandos expressarem os medos e ansiedades relacionados à escolha. Além de trabalhar também a questão da troca, fazendo-os refletirem sobre a relação de troca que permeia a escolha profissional.

O segundo encontro: “Transforme sonhos em projetos de vida” teve como objetivo captar os interesses iniciais dos alunos de modo a estimular a reflexão a respeito do mundo de possibilidades, incluindo as possibilidades que existem além da formação em nível superior. A estratégia adotada, foram os textos de Rubens Alves “Muito cedo para decidir” e “Viagem longa e destino incerto”. Sob este aspecto os alunos mostraram-se incertos a respeito da escolha profissional, ao mesmo passo, se sentiram “aliviados” ao constatarem que existem outras possibilidades em busca da realização profissional, para além do curso de graduação.

O terceiro encontro: “A dor e delícia de fazer escolhas” teve como objetivo aprofundar o conhecimento que os alunos tinham sobre si próprios, a partir da reflexão sobre as características marcantes na própria personalidade e sua relação com a possível escolha profissional. A partir da proposta da orientadora, os participantes apresentaram um papel ativo ao refletirem sobre a própria escolha.

O sujeito R. registrou em sua fala: “Eu quero ser perita criminal, eu amo estudar anatomia humana e me identifico com a profissão”.

A aluna A.; mencionou que deseja cursar psicologia, pois “adora ajudar as pessoas e gosta de aconselhar as amigas. Porém, o curso é muito concorrido, e o fato de trabalhar oito horas por dia, configura-se como um obstáculo para se dedicar exclusivamente aos estudos”.

Foi realizada de forma dialógica os textos de Moreno (2005): “Assim é a boa escolha da Profissão” e “Como me sinto em relação à minha escolha profissional”. A discussão foi realizada com o cuidado de não tornar as questões abordadas inquisitivas, de modo a propiciar aos orientandos um espaço para que colocassem de forma livre os elementos que permeiam a escolha profissional.

O quarto encontro: “Ansiedade frente ao Enem: estratégias de enfrentamento” que foi pautado em técnicas de relaxamentos fundamentadas na Abordagem da Terapia Cognitiva Comportamental, como por exemplo, a estratégia criada por Rangé (1995) que utiliza o acróstico A.C.A.L.M.E.-S.E. sendo uma ferramenta eficaz para controle de ansiedade.

Dentre as limitações do projeto, evidencia-se a limitação referente a carga horária de cada encontro, bem como o número total destes. Nesse sentido, foi necessário que a orientadora atuasse de forma mais objetiva, limitando-se abordar questionamentos de interesse geral do

grupo. Além disso, a frequência de alguns participantes não pode ser global, devido a evasão do curso preparatório, muitos deixaram de frequentar as aulas antes da realização do ENEM. Por fim, a orientação se pautou no intuito de instigar uma reflexão da escolha não só profissional, mas também a nível de escolhas pessoais.

4 CONCLUSÃO

Diversas técnicas foram realizadas, foram lidos e discutidos textos que auxiliavam em reflexões envolventes à escolha de uma profissão, ajudando também no reconhecimento de suas identificações. Bohoslavsky (1987) diz que as pessoas enfrentam em determinado momento de sua vida a possibilidade e a necessidade de tomar decisões, a aprendizagem de como escolher é o objetivo fundamental da orientação profissional, o que se tornou um desafio dentro do campo de orientação profissional, devido ter sido concretizada em quatro encontros mensais.

O processo de orientação profissional possibilitou a construção de uma nova percepção acerca do âmbito profissional, propiciando uma reflexão ao que mais se aproxima do projeto de vida, num tecer e destecer de informações, em um construir, desconstruir e reconstruir que é imprescindível no processo. Os objetivos almejados pela orientadora foram correspondidos pelos alunos que reafirmavam a satisfação em participar da orientação, pois puderam analisar e compreender os determinantes sociais e influências provindas de diferentes fontes quando se trata da escolha por uma profissão. Os participantes constataram que muitos são os determinantes que influenciam a decisão por uma profissão e que os projetos futuros são concretizados à base de muito esforço e fé no futuro. Foi possível perceber durante todo o trabalho, a transformação em termos de aprendizado e conhecimentos, uma vez que os participantes conseguiram ampliar o mundo de possibilidades. Os alunos que optaram por participar dos encontros, dedicaram parte do tempo para problematizar as próprias escolhas, dispondo-se a: analisar o passado, vivenciar o presente e projetar-se no futuro, tecendo projetos profissionais e projeto de vida.

Com o intuito de possibilitar que o orientando se sinta responsável pelo processo de escolher, atribuindo ao orientador o papel de facilitador desta escolha, foram propostas intervenções a partir de uma escuta minuciosa sobre a demanda do projeto de orientação profissional, e o desejo de participar do processo, foram elementos indispensáveis para os participantes se implicarem no processo. As intervenções foram além da abordagem fenomenológica-existencial, buscou-se integrar técnicas consideradas produtivas, independente

da abordagem teórica, como técnicas do psicodrama e da abordagem Terapia Cognitiva Comportamental (TCC).

Para finalizar, reafirmamos que o processo de orientação profissional teve um papel significativo na vida de cada participante. Por meio destes encontros, os jovens que não tinham condições financeiras para pagar por um serviço especializado, tiveram a chance de refletir e construir projetos profissionais e projetos de vida. Seguindo esse raciocínio, defendemos que é responsabilidade de todos, oferecer condições equânimes para que todo e qualquer cidadão tenha oportunidades para melhorar suas condições de existência.

REFERÊNCIAS

- BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional a estratégia clínica**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- CARVALHO, Maria. M. J. **Orientação profissional em grupo: teoria e técnica**. São Paulo: Editorial psy, 1995.
- COELHO, Marli E. **Conhecendo as Profissões com a Técnica R.O.** Editora: Hogrefe Cetepp, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha Avaliação Psicológica**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <https://formatacaoabnt.blogspot.com/2011/10/referencias.html> Acesso em: 10 jan. 2018.
- FERRETTI, Celso João. **Uma nova proposta de Orientação Profissional**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
- FORGHIERI, Yolanda C. **Fenomenologia e Psicologia**. São Paulo: Cortez, 1984.
- LEMOES, Caioa G. de. **Adolescência e escolha da profissão**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2001.
- LEVENFUS, Rosane S. e col. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LUCCHIARI, Dulce. H. P. S. **Pensando e vivendo a orientação profissional**. 6.ed. São Paulo: Summus, 1993.
- MORENO, Ivanize V.S.L. **Roteiro para Atendimento em Orientação Profissional**. UFSJ. [s.d.]
- MORENO, Ivanize V.S.L. **Projeto de Vida e Escolha da Profissional: Fenomenologia da Vocação**. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.
- RANGÉ, Bernard. P. (Org.). **Psicoterapia comportamental e cognitiva de transtornos psiquiátricos**. São Paulo: Psy, 1995.
- SILVA, Lucy. L. M., JACQUEMIN, André. **Intervenção em Orientação Vocacional/ Profissional: avaliando resultados e processos**. 1.ed. São Paulo: Vetor, 2001.
- SOARES, Dulce. H. P. **O jovem e a escolha profissional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Bárbara Fabrícia Silva Lopes¹

Ana Lúcia da Costa Resende²

Iara Brasil Costa²

Maria Fernanda Assunção³

Morgana Louise de Sousa³

Samara Geralda da Silva³

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) surgiu com a necessidade de melhorar a assistência a homens, por meio de princípios norteadores que propõe auxiliar profissionais de saúde quanto às necessidades que essa população possui. Dessa forma, este estudo buscou mostrar a visão de profissionais de saúde frente a obstáculos vivenciados no cotidiano, como a falta de conhecimento/informações; falta de capacitações; infraestrutura inadequada e carga horária extensa de trabalho; e a visão de usuários que demonstram falta de tempo de procurar o serviço; falta de interesse; dificuldade nos atendimentos e indisponibilidade de horário devido ao emprego. Assim, constatou-se a necessidade de implementar ações educativas a fim de que os princípios da PNAISH se tornem instrumento para melhoria da qualidade assistencial a essa população, buscando proporcionar maior adesão e qualidade de vida aos homens.

Palavras-chave: Saúde do homem. Saúde Pública. Promoção da saúde. Implementação. Atenção Primária à Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) foi estabelecida com a Portaria nº 1.994, de 27 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009) pelo Ministério da Saúde. A necessidade da implementação dessa política surgiu a partir do reconhecimento da premência em proporcionar devida importância aos agravos à saúde do sexo masculino, considerados

¹ Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN. Orientador do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Voluntária do Programa de Iniciação Científica do UNIPTAN.

³ Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: barbara.silva@uniptan.edu.br.

relevantes problemas de saúde pública. A PNAISH foi implantada com o objetivo de desenvolver uma atenção integral e qualificar a assistência à saúde ao público masculino, por meio do desenvolvimento de ações de prevenção, promoção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de doenças, em níveis primário, secundário e terciário, considerando as peculiaridades e singularidades masculinas, dentro de um contexto social, cultural e de gênero. Dessa forma, busca-se por meio dos princípios da PNAISH a melhoria na qualidade de vida masculina, a diminuição do índice de internações e mortalidade por causas ou agravantes que podem ser evitados a partir do momento que essa população recebe a assistência adequada (Ministério da Saúde, 2008).

Nesse contexto, os objetivos do presente estudo foram analisar a importância da implantação da PNAISH, identificar os obstáculos que existem para a população masculina procurar o sistema de saúde e caracterizar a visão de profissionais de saúde e usuários a respeito da política.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Visando compreender a articulação entre um determinado contexto histórico-social na saúde brasileira, optou-se pela pesquisa qualitativa, utilizando revisão bibliográfica. Foram analisados artigos, textos e documentos oficiais do Ministério da Saúde bem como notícias jornalísticas referentes ao processo de construção, lançamento e implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem no cenário brasileiro.

Com o material selecionado seguiram-se as seguintes etapas: leitura, confecção das fichas, redação e conclusão da pesquisa bibliográfica.

Vale lembrar que o rigor científico foi respeitado em todas as fases da pesquisa. Além disso, por ter como fonte primária referências bibliográficas, houve preocupação com os direitos autorais em todas as fases da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população masculina demonstra grande dificuldade de procurar e acessar o sistema de saúde. Assim, o autor descreve as causas que justificam essa resistência, sendo elas: comodismo, descuido, fato de serem os provedores da casa, cultura machista de procurar serviços de saúde apenas em extrema necessidade, irresponsabilidade, preocupação exacerbada

com o trabalho e dificuldade nos atendimentos. Ademais, a prática de atividade física insuficiente pela falta de tempo e hábitos de beber e fumar com frequência são outros fatores agravantes à saúde do homem. Além disso, observou-se que, mesmo quando diagnosticados com uma doença crônica, os homens não procuram serviço de saúde para o devido acompanhamento para redução de agravos. Outro fator importante é que muitas doenças são assintomáticas e a cultura machista, de procurar o sistema de saúde apenas quando se têm sintomas aparentes, dificulta a constatação de muitas patologias. O horário de funcionamento das Unidades de Atenção primária à Saúde (UAPS) também aparece como uma causa de distanciamento da população masculina da atenção primária. Muitas vezes, o horário de funcionamento das UAPS coincide com o mesmo horário de trabalho da maioria dos homens. Assim, a adesão se torna dificultada, sendo necessária uma alteração ou expansão no horário de funcionamento dessas unidades (ALVES *et al*, 2011).

De acordo com dados do sistema Datasus, no ano de 2017 houveram 2.068.914 internações de homens na faixa etária de 20 a 59 anos de idade. Dentre essas internações, observam-se diferentes causas, como por exemplo: doenças do aparelho circulatório, respiratório, urinário, digestivos e causas externas, dentre elas, acidentes automobilísticos. Por meio destes dados colhidos no Datasus no período de maio de 2018, foram pesquisados diferentes patologias de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID) e observou-se que no ano de 2017 houveram as seguintes causas e número de internações: 122.655 por acidente de transporte; 294.067 por aparelho digestivo; 126.153 por aparelho respiratório; 525.847 por causas externas; 216.147 por aparelho circulatório; 15.071 por doenças do fígado; 63.079 por pneumonia; 439 por febre reumática; 9.388 por hipertensão primária; 127.431 por neoplasias. Dentre essas causas, acredita-se que muitas internações poderiam ser evitadas se houvesse uma maior efetividade na realização de ações da atenção primária, constituindo-se de ações preventivas e de promoção da saúde, resultando na redução significativa do índice de morbimortalidade masculina.

Observa-se que a implementação da PNAISH ainda é escassa e falha nos serviços de saúde. Fato este que pode ser justificado pela falta de conhecimento e informações de gestores, profissionais e até mesmo usuários sobre a proposta dessa política. A escassez de informações e discussões acerca do tema gera baixa compreensão por parte dos profissionais quanto à temática proposta pela política e baixa qualificação e educação em saúde dos profissionais. Vale lembrar que, quando são realizadas capacitações acerca da saúde do homem para os profissionais de saúde, os temas se restringem a ações clínico-assistenciais e ao câncer de

próstata. Ademais, a extensa carga horária de trabalho do profissional de saúde e a sobrecarga de tarefas configuram-se também como um agravante para a adesão de ideias e busca por reconhecimento e implantação dos princípios da PNAISH. Destaca-se ainda, o fato dos municípios, muitas vezes, não possuírem dados epidemiológicos e demográficos sistematizados para realizar planejamento e avaliação eficazes sobre a atenção à saúde (BARRETO *et al*, 2016).

É necessário, ainda, mais estudos acerca desta problemática na tentativa de buscar alternativas que visem a melhoria da atual realidade vivenciada por profissionais de saúde e a população masculina.

4 CONCLUSÃO

É necessário salientar a importância de introduzir os princípios e ideias da PNAISH nas instituições de saúde. Os gestores e profissionais de saúde devem se conscientizar a partir do estudo e implementação dos princípios norteadores da política para que estes se tornem instrumentos para a realização de ações educativas e capacitações para os profissionais e usuários. Dessa forma, haverá melhora na qualidade de assistência à saúde do homem e, conseqüentemente, maior adesão dos homens ao sistema de saúde. Além disso, essas ações e capacitações devem ser contínuas, sempre buscando o cuidado de forma integral ao homem.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. F.; SILVA, R.P.; ERNESTO, M.V.; LIMA, A. G. B.; SOUZA, F. M. Gênero e saúde: o cuidar do homem em debate. *Psicologia: Teoria e Prática*. v.13, n.3:152-166, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde do homem: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BARRETO, E.F.; CRISPIM, J.E.B.; NOGUEIRA, W.B.A.G.; ALMEIDA, S.A. A implementação da política nacional de atenção integral à saúde do homem: estado da arte. *Revista Online de Pesquisa*. 2016

Ministério da Saúde. DATASUS. Link: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/niuf.def>. Acesso em: junho de 2018.

OS EFEITOS ARGUMENTATIVOS DA METÁFORA NA POLÍTICA BRASILEIRA: O CASO DA CASSAÇÃO DILMA – TEMER

Letícia Cássia de Freitas¹
Natália Elvira Sperandio²

Os estudos dedicados ao processo metafórico não são novos. Estudos que tomaram grandes proporções a partir dos trabalhos desenvolvidos por Lakoff e Johnson (1980). Todavia, grande parte desses trabalhos aborda apenas o aspecto cognitivo desse tropo, buscando compreender o enquadramento conceitual resultante desse processo. Diante disso, o presente trabalho busca ir além desse aspecto, compreendendo também os aspectos argumentativos/persuasivos e ideológicos presentes nesse processo. Assim, buscaremos compreender de que forma a metáfora atuou argumentativamente, persuasivamente, nos votos proferidos pelos ministros no caso do julgamento da chapa Dilma – Temer. Para isso, faz-se uma análise comparativa das metáforas empregadas pelos ministros que votaram a favor e contra a cassação, com o intuito de verificar as semelhanças e diferenças entre os campos conceituais resultantes dos enquadramentos metafóricos. Como resultado da presente pesquisa, observou-se que, mesmo utilizando as mesmas metáforas em suas construções discursivas, a saber a personificação, diferentes realidades foram apresentadas pelos ministros que votaram a favor e contra a cassação da chapa, realidades que interferem na orientação argumentativa dos fragmentos enunciativos analisados.

Palavras-chave: Metáfora. Argumentação. Discurso Jurídico.

1 INTRODUÇÃO

Tendo como pressuposto a premissa de que em uma democracia o discurso é utilizado pelos líderes políticos como forma de conseguir a adesão da população, sendo a metáfora uma forma preponderante de legitimar ou deslegitimar ideias e ações, o presente trabalho possui o intuito de analisar o papel argumentativo, persuasivo, da metáfora na decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no julgamento da chapa Dilma - Temer.

Tal trabalho se justifica pelo fato de haverem poucas pesquisas que se dedicam ao trabalho persuasivo da metáfora, já que grande parte das investigações que a aborda foca no contexto semântico, buscando analisar os conceitos que dela resultam. Logo, buscaremos

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN).

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – FUNADESP.

E-mail para contato: natalia.sperandio@uniptan.edu.br.

compreender de que forma essas metáforas são utilizadas persuasivamente com o intuito de encobrir avaliações, sendo partes constituintes da ideologia do texto. Assim, ao recorrer a determinados domínios-fontes e não outros, ou até mesmo a certas metáforas e não outras, o produtor dessas metáforas leva a interpretar aquela situação de uma forma, conduzindo leitura.

Mas por que o discurso jurídico como *corpus*? Como intuito da pesquisa é promover a análise do aspecto persuasivo da metáfora, o discurso jurídico torna-se o objeto perfeito, devido ao seu caráter fundamentalmente persuasivo, na medida em que o bacharel em Direito precisa argumentar a favor de uma das partes, com o propósito de influenciar a decisão do magistrado a seu favor. Esse discurso tem como característica descrições científicas e/ou uso de termos técnicos, o que faz com que a linguagem utilizada seja inteligível à maioria dos falantes.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A escolha do *corpus* eleito para a pesquisa, a decisão do TSE no caso da cassação da chapa Dilma - Temer, ocorreu devido ao momento político vivenciado no Brasil e também à polêmica gerada pelo resultado dessa decisão. Como metodologia, o trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa qualitativa/bibliográfica. Ou seja, com base nas teorias eleitas para a pesquisa, fizemos a identificação das metáforas presentes em o *corpus*, a identificação dos domínios fonte e alvo, dos elementos mapeados e, ao final, uma análise comparativa das metáforas utilizadas pelos ministros que foram a favor e contra a cassação da chapa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A visão clássica da metáfora classifica-a como uma figura de linguagem, ou seja, nesse contexto é reconhecida como um simples fato da língua ou um desvio da linguagem habitual. Assim sendo, concluímos que, dentro dessas visões, a metáfora seria somente o uso de um termo no lugar do outro. Contudo, após o redirecionamento dos estudos metafóricos para o campo cognitivo, pode-se que a metáfora pertence essencialmente ao domínio do pensamento e depois da linguagem.

Lakoff e Johnson (1980) entendem a metáfora como uma forma de pensar o mundo, isto é, à medida que experienciamos o mundo à nossa volta, nos tornamos capazes de construir sentidos, que, por sua vez, manifestam-se por meio da linguagem. Dessa forma, a tese principal da TMC afirma que o sistema conceptual ordinário brasileiro, em termos do qual não só

pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza, assim sendo, os conceitos metafóricos são formas de estruturar parcialmente uma experiência em termo de outras (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 45).

A metáfora sistemática, desenvolvida por Lynne Cameron, traz uma abordagem recente no estudo da metáfora, visto que essa teoria tem como objetivo compreender a construção metafórica no contexto discursivo, isto é, as metáforas sistemáticas são aquelas metáforas que foram produzidas no decorrer de um evento discurso e são detectadas pelo uso de diferentes construções metafóricas empregadas de maneira recorrente sobre um mesmo tópico (CAMERON, 2010).

Observamos que essas colocações vão ao encontro dos estudos desenvolvidos por Charteris-Black (2004, 2005) que, também, compreende o aspecto político-ideológico presente na figuratividade. Assim, todas as atividades comunicativas que estabelecem interações entre os diversos grupos e instituições, políticos, sociais e jurídicos dependem extensivamente das construções linguísticas e cognitivas. A metáfora, portanto, é vista como um elemento efetivo para persuadir o ouvinte/leitor, já que esse tropo interfere na articulação de pontos de vistas e posicionamentos discursivos.

Em relação ao discurso jurídico, compartilhamos com Tfouni (1994) a pressuposição de que esse discurso é imposto a quem o produz, sendo assim monológico, ou seja, não permite leituras múltiplas. Dessa forma, a interação, muitas das vezes, neste campo discursivo torna-se unilateral. Porém, como os discursos analisados foram produzidos e recebidos por autoridades nomeadas da área, isto é, ministros do TSE, acreditamos que esse monólogo, que se faz presente em outros discursos, possa ocorrer de forma diferenciada, havendo maior interação entre as partes envolvidas, sendo essa interação feita por meio de argumentos construídos pelas escolhas linguísticas desses interlocutores. Incluindo nessas escolhas a metáfora.

3.1 Análise do corpus

A partir de agora, faremos uma breve apresentação de algumas análises dos fragmentos discursivos construídos pelos ministros que foram contra a cassação da chapa. "É muito fácil fazer o discurso da moralidade. Também eu, ninguém vai me dar lição, aqui, de combate à corrupção, também eu quero isso. Estou muito tranquilo em relação a isso. Mas é preciso que nós analisemos as questões com essa perspectiva. Qual é a perspectiva constitucional? 'Ah, mas o povo quer..., Mas é assim que se destrói mandato?'" (Gilmar Mendes).

Nesse trecho encontramos a utilização do domínio da guerra na conceitualização dos elementos discursivos. Como os termos acima demarcados demonstram, Gilmar conceitualiza os termos corrupções e mandato por meio do domínio da guerra ao construir argumentativamente seu fragmento, demonstrando que a corrupção deve ser, assim como um inimigo, combatida, mas não a qualquer custo. O que implica dizer que a corrupção deve ser sim combatida, porém, não com a destruição injusta de um mandato. Interessante a ser destacado nesse fragmento é o fato desse ministro apontar que não basta o povo querer, não basta o clamor da população, nessa decisão.

Do outro lado do debate, temos os fragmentos textuais dos ministros que se colocaram a favor da cassação da chapa. “Até as pedras sabem que o ambiente político hoje está severamente contaminado. E a hora do resgate é agora. Muitas vezes, coube ao Supremo Tribunal Federal (STF) engendrar a reforma política no país” (Luiz Fux).

Ao construir seus fragmentos, Luiz Fux, como os demais, também recorreu ao domínio da personificação, ao conceitualizar sociedade, pedras, STF por meio de características presentes em domínios de seres animados, tais como: viver, descredito, vergonha, saber e engendrar. Além disso, também encontramos a personificação na construção conceitual de meio ambiente político que passa a ser construído por meio do domínio ser vivo, ou melhor, corpo humano, quando meio ambiente político é concebido como contaminado.

Como resultado, observamos que houve a predominância do domínio da personificação na conceitualização dos elementos que circunscreveram os fragmentos discursivos colocados em destaque nas análises. No entanto, apesar de os ministros, que foram a favor ou contra a cassação da chapa, terem recorrido ao mesmo domínio, verifica-se uma diferença na escolha dos elementos mapeados, fazendo com que diferentes realidades fossem apresentadas ao interlocutor. O que implica que, ao construírem seus discursos por meio de diferentes mapeamentos metafóricos, esses ministros orientam de forma diferenciada seu interlocutor, fazendo com que esse interlocutor caminhe em uma direção argumentativa e não em outra, colocando assim em destaque o papel argumentativo/persuasivo desempenhado por essas construções metafóricas.

4 CONCLUSÃO

Por meio das análises acima apresentadas, observamos, por meio de uma análise comparativa, que, mesmo com a repetição de metáforas na construção de seus votos, cada

ministro buscou construir diferentes realidades na tentativa de justificar o voto a ser dado, tanto os que foram a favor da cassação da chapa Dilma-Temer como os que foram contra.

Logo, temos duas perspectivas, duas realidades sendo construídas por meio de processos metafóricos iguais. Dessa forma, a análise vai ao encontro do postulado pela ACM, ao percebermos o papel persuasivo da metáfora, quando consideramos que essa é capaz de evocar respostas de grande impacto emotivo, conduzindo a interpretação do interlocutor a uma determinada direção no lugar de outra.

REFERÊNCIAS

CAMERON, L. **Metaphor in Educational Discourse**. London: Continuum, 2003.

CAMERON, L. Patterns of metaphor use in reconciliation talk. **Discourse and Society**, 2007.

CHARTERIS-BLACK, J. **Politicians and Rhetoric: the persuasive power of metaphor**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2005.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

TFOUNI, L. V. A escrita: remédio ou veneno? In: AZEVEDO, M. A; MARQUES, M. L. (Orgs.). **A alfabetização hoje**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

OS TRANSEXUAIS: A SITUAÇÃO DOS TRANSEXUAIS NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS

Carla Patrícia Mendes de Freitas¹
Pedro Henrique de Assis Crisafulli²

A questão de como é a situação dos transexuais nos presídios brasileiros, gera uma série de divergências, pois envolve a identidade de gênero desses indivíduos que biologicamente pertencem e identificam-se a outro se comportando segundo este. Partindo de um cenário hordineiro, essas pessoas costumam serem vítimas dos mais diversos tipos de violência nesse ambiente, não tendo a garantia de direitos de personalidade, efetivamente assegurada pelo Estado. Os transexuais encontram-se desamparados juridicamente, buscando direitos, tais como, para o cumprimento em estabelecimento prisional “compatível com o gênero feminino”. Não pode o direito permanecer inerte, tamanha crueldade a essa classe. Assim, a transferência de transexuais para presídios femininos, resguardaria a vida no cárcere, como a tutela do ser humano fundamental para um Estado Democrático, primando também pela ressocialização do preso. Dessa forma, o tema irá debater sobre pontos relevantes a respeito do assunto em questão, fundamentar as controvérsias do direito constituído aos transexuais que antes era impensável.

Palavras-chave: Transexuais. Sistema Prisional. Dignidade da Pessoa Humana. Realidade Atual.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho irá versar sobre os transexuais e a situação desses indivíduos nos presídios brasileiros, analisando os princípios constitucionais que envolvem o direito a dignidade humana, garantidos pelo Estado Democrático de Direito, com proteção dos bens jurídicos fundamentais figurados sob o rol dos direitos humanos.

Levando em consideração o cenário atual, os transexuais ainda se encontram desamparados juridicamente, buscando direitos tais como ao que se refere a cumprimento de pena em presídios com a identidade de gênero.

As modificações ocorridas na sociedade trouxeram novos debates, acerca desse novo panorama na realidade diária dos presídios brasileiros e da sociedade como um todo para adequação frente aos abusos sofridos por esses indivíduos nesse ambiente.

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. E-mail para contato: carlamf31@gmail.com.

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN.

Assim, o direito não pode permanecer inerte, tendo como base os princípios da dignidade da pessoa humana, da proibição ao tratamento degradante ou desumano, garantia à saúde e tutela dos direitos da personalidade.

Portanto, o presente artigo se justifica, especialmente, em relação à população prisional dos transexuais, visando apresentar as inovações jurisprudenciais acerca do tema, bem como discutir direitos fundamentais para a garantia de um direito humano.

Sendo, o objetivo geral contextualizar a vida dos transexuais, com a identidade de gênero no sistema prisional, bem como os avanços com nossa realidade atual, e fundamentar as controvérsias do direito constituído a essa classe que antes era impensável, por meio de pesquisas documentais e doutrinárias.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho utilizará como método o tipo de pesquisa explicativa e delineamento bibliográfico, assim, baseando-se na construção doutrinária, jurisprudencial e normativa, sendo analisadas referências do direito constitucional, com base nos direitos fundamentais e do direito penal com relação a leis que versam a aplicação das penas, para que se possa obter uma conclusão válida para a situação carcerária dos transexuais.

A apresentação do desenvolvimento do tema a ser aplicada será a fonte primária, a fim de reportar novas informações sobre o debate em questão, assim se valendo de leis, jurisprudência, artigos, pesquisas bibliográficas, cabendo o método de procedimento descritivo para expor o conteúdo.

Alguns autores que serão utilizados como referência no decorrer do tema: Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco; Pedro Lenza e Rogério Grego. Também mencionando o pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 527), a qual o Ministro Luís Roberto Barroso deu provimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise parte da premissa abordada no artigo de Rafaella (2016), com relação à preocupação acerca do direito da personalidade relacionado ao gênero e diversidade que já foi levada em consideração pelo Plano de Política Criminal do Ministério da Justiça de 2015, que evidenciou a recorrente violência física e psicológica contra a população LGBT nas unidades

prisoinais, o que gerou a instituição de diretrizes a serem buscadas por todas as unidades prisoinais do país, por meio da “Medida 7”: que garante respeito à diversidade e trata de questões de gênero, de condição sexual, de deficiência, de idade, de nacionalidade, entre outras, são vividas também no campo criminal e penitenciário, e não devem ser desconsideradas.

Na visão de Viegua Júnior (2016), com efeito, o grau de abertura de uma sociedade precisa atingir a amplitude necessária para que o Estado então tutele o máximo de situações sociais não reconhecidas legalmente... É exatamente neste contexto de ausência de reconhecimento social e jurídico a uma minoria exposta a situações vexatórias em razão do gênero que se percebe a atual impossibilidade de se maximizar a dignidade de uma sociedade que possui indivíduos transexuais que levam suas vidas na marginalidade do Estado que, de certo modo, não enxerga as reais necessidades inerentes aos indivíduos que não se enquadram na moldura social petrificada pela sociedade contemporânea.

Assim, uma decisão do Superior Tribunal Federal (2018), com vista ao pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 527) analisado pelo Ministro Luís Roberto Barroso, o qual deu provimento ao feito da autora que alegou na liminar que pedidos judiciais e administrativos de transferência de travestis e transexuais a estabelecimentos prisoinais compatíveis com o gênero feminino têm sido negados sistematicamente, circunstância que justifica a concessão de liminar para assegurar tal direito. A

entidade pediu que o STF interpretasse conforme a Constituição aos dispositivos da Resolução Conjunta Presidência da República e Conselho Nacional de Combate   Discriminação 1/2014 para assentar que as custodiadas transexuais somente poderão cumprir pena em estabelecimento prisoinal compatível com o gênero feminino. Quanto às custodiadas travestis identificadas socialmente com o gênero feminino deve-se garantir o direito de opção entre estabelecimento prisoinal feminino ou masculino.

A decisão fora baseada na Resolução Conjunta n  1, de 15/04/2014, do Conselho Nacional de Combate   Discriminação, que trata do acolhimento de pessoas LGBT em privação de liberdade no Brasil e estabelece, entre outros direitos, que o travesti ou transexual deve ser chamada pelo seu nome social, contar com espaços de vivência específicos, usar roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e manter os cabelos compridos e demais características de acordo com sua identidade de gênero. A resolução também garante o direito à visita ótima. O ministro também citou a Resolução SAP n  11, de 30/01/2014, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a atenção a travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário paulista.

Analisando o Código Penal em sua parte especial Rogério Grego (2017) esclarece que a dignidade sexual é uma qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

A necessidade de garantir aos transexuais o direito de cumprir pena em presídios com a identidade de gênero, assegurando a execução da pena, de forma segura, tentando evitar o tratamento degradante e desumano no cárcere.

A dignidade da pessoa humana segundo Pedro Lenza (2017), as Constituições contemporâneas realçam seus valores, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, associando a ideia de dignidade da pessoa humana aos direitos fundamentais.

Portanto, para resolver o problema de transferência de presos transexuais para presídios de acordo com a identidade de gênero, o esforço para resguardar a tutela e proteção do Estado perante essa classe se torna necessário, buscando avanço em assuntos que precisam de resposta perante o ordenamento jurídico.

Assim, a dignidade da pessoa humana está relacionada diretamente com o desenvolvimento em sociedade, por isso tal princípio é fundamental na Constituição Federal e para abordagem de proteção a pessoa e, como base na defesa desses indivíduos.

Outro ponto importante parte de abordagens acerca dos direitos fundamentais, segundo Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2014), o catálogo dos direitos fundamentais, vem-se avolumando, conforme as exigências específicas de cada momento histórico. A classe dos direitos que são considerados fundamentais não tende à homogeneidade, o que dificulta uma conceituação material ampla e vantajosa que alcance todos eles. Tampouco a própria estrutura normativa dos diversos direitos fundamentais não é coincidente em todos os casos.

4 CONCLUSÃO

O presente resumo expandido pretendeu apresentar a situação dos transexuais nos presídios brasileiros, tema dificilmente discutido, mas que merece respaldo para impedir o

tratamento degradante, devido à vulnerabilidade, bem como garantir segurança dentro do sistema prisional a essa classe.

A triste realidade dos presídios brasileiros não soma na função da Lei de Execução Penal que busca a ressocialização, assim, os transexuais quando encarcerados em presídios que não atendem a sua identidade de gênero perdem a sua liberdade de ser humano, sendo a dignidade reduzida em cadeias superlotadas.

O reconhecimento carcerário dos transexuais, à luz do direito brasileiro, garantiria o direito fundamental à tutela do ser humano fundamental para formação de um Estado Democrático, assim tais conquistas possibilitariam a essas pessoas a segurança ao cumprimento de pena em local condizente com a sua condição de gênero, primando não somente ao princípio do direito humano, mas também pela ressocialização do preso.

Dessa forma, a normalização dos direitos a esses indivíduos demonstra-se primordial e urgente, visando resguardar princípios jurídicos, não restando diferenças e preconceitos, possibilitando que não sejam menosprezados tanto no sistema prisional e, principalmente em sociedade.

É válido mencionar que a garantia de certas leis com proteção aos transexuais, não seria capaz de reduzir ou extinguir todo o preconceito e violência sofridos por estes no sistema carcerário, mas seria um ponto positivo no ramo do direito em busca da equidade.

Ressaltando que este resumo expandido não está completo, pois será utilizado para elaboração do trabalho de conclusão do Curso de Direito.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Rafaella. **Prisão Adequada Para Transgêneros e a Personalidade Humana**. Canal Ciências Criminais. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/prisao-adequada-para-transgeneros/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso De Direito Constitucional**. 9º Ed. São Paulo Saraiva, 2014.

JÚNIOR, Hélio Veiga. **O Direito De Pertencer a Si Mesmo: A despatologização do transexualismo e sua regulamentação jurídica como um direito fundamental ao gênero**. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/137885/veigajunior_h_me_fran_int.pdf?se=>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Supremo Tribunal Federal. **Ação Pede Que STF Afirme Direito De Transexuais De Cumprir Pena Em Presídio Feminino**. Notícias STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=383132>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM DOENÇA RENAL CRÔNICA SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Yasmim Vicentini Silva¹
Andreia Rodrigues Campos²
Bruna Fava Reis²
Maísa Ferreira Miranda³

A incidência e a prevalência da Doença Renal Crônica (DRC) têm crescido de forma significativa em todo o mundo. As causas mais comuns são hipertensão arterial, tabagismo, etilismo, obesidade e idade avançada. Conhecer a natureza da doença e o perfil da população vulnerável torna as estratégias de prevenção e estagnação do processo de adoecimento mais efetivas. Para isso, uma pesquisa com 414 pacientes em diálise no estado de Minas Gerais possibilitou a análise de fatores como sexo, idade, etnia, tabagismo, uso do álcool, Índice de Massa Corporal (IMC) e etiologia associada para melhor delineamento da doença. No estudo foram evidenciados que 45,16% possuem idades entre 45 a 64 anos. Diabetes Mellitus é a doença de base mais predominante seguida por Hipertensão arterial. Do total de pacientes, 10,6% são fumantes e somente 1,69% fazem uso de bebida alcóolica, deles, ainda, 34,54% dos pacientes foram classificados como pré-obesos e apenas uma pequena parcela de 18,6% estão classificados como obesidade grau 1 e 2. Os dados fornecem subsídios para o aprimoramento da assistência aos pacientes com doença renal crônica avançada e para o planejamento nacional de políticas de tratamento dialítico no país. Considera-se que diagnosticar e tratar a DRC em suas fases iniciais pode auxiliar na redução da sobrecarga para o Sistema Único de Saúde, da instalação da DRC e sua progressão, como a DRC terminal e necessidade de terapias renais substitutivas, aumentando a qualidade de vida dos indivíduos no país.

Palavras-chave: Doença Renal Crônica. Etiologias. Fatores de risco.

1 INTRODUÇÃO

A Doença Renal Crônica (DRC) é uma síndrome clínica caracterizada pela perda progressiva e irreversível das funções renais de filtração (RIBEIRO *et al.*, 2008). É uma doença assintomática com manifestação tardia, evoluindo à necessidade de um tratamento de substituição renal, por exemplo, a hemodiálise (CUNHA *et al.*, 2007). Além de se tratar de uma terapia dulcificante, ou seja, que traz alívio e não a cura nos estágios nos quais os rins já se encontram extremamente debilitados, o tratamento por hemodiálise juntamente com a

1 Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica do UNIPTAN. E-mail para contato: yasmimvicentini@hotmail.com.
2 Discente do Curso de Medicina do UNIPTAN. Voluntária do Programa de Iniciação Científica do UNIPTAN.
3 Docente do Curso de Medicina do UNIPTAN. Orientadora do Programa de Iniciação Científica do UNIPTAN.

progressão da DRC afetam a saúde mental, física e a interação social de pacientes, assim como gera significativos gastos públicos.

Com isso, é primordial que se tenha uma assistência integral a esses pacientes, direcionando a maior atenção para a identificação e modificação precoce dos principais fatores de risco, da mesma maneira que seja dado o devido suporte aos pacientes com doenças de base já instaladas (PILGER *et al.*, 2010).

Nas últimas décadas, a DRC tem sido diagnosticada de forma exponencial em todos os países. Em 2016, em 747 unidades de diálise no Brasil, estimou-se 122.825 pacientes em diálise, este número representa um aumento de 31,5 mil pacientes nos últimos 5 anos, sendo metade desses pacientes encontrados na região Sudeste. O sexo masculino é o mais acometido, a faixa etária de 20 a 64 anos representa 65,7% dos pacientes, enquanto que, de 65 a 74 anos compreendia 21,8% dos pacientes. Do total das unidades de Hemodiálise, 83% eram reembolsados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (SESSO *et al.*, 2017), ilustrando a necessidade da atuação da atenção primária na prevenção e diminuição de agravos.

As principais causas associadas ao desenvolvimento da DRC são hipertensão arterial, tabagismo, Diabetes Mellitus, obesidade idade avançada, doenças autoimunes, entre outros (DRAIBE, 2014). Nesse sentido, o conhecimento acerca da epidemiologia e da natureza assintomática e progressiva da doença faz-se de extrema importância, uma vez que as ações de prevenção e o controle dos fatores de risco são ferramentas decisivas para o interregno do processo de adoecimento.

O trabalho teve como objetivo pesquisar a presença das etiologias para prognóstico da DRC em pacientes submetidos à hemodiálise no estado de Minas Gerais, indicando a prevalência e os fatores associados.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para investigar a prevalência da DRC e as etiologias de base associadas, foi realizado estudo de natureza descritiva e observacional, envolvendo 414 pacientes de ambos os sexos submetidos à terapia renal substitutiva no estado de Minas Gerais. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína / FAHESA – ITPAC sob o parecer nº 2.581.541. Todos os participantes foram previamente informados sobre a utilização dos dados coletados para a realização do estudo, se voluntariaram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Os dados foram obtidos no sistema de registro computadorizado do Serviço de Hemodiálise NEFRODATA-ACD do Centro de Tratamento de Doenças Renais de Juiz de Fora (MG). Foram coletados dados em relação ao sexo, idade, tempo de início do tratamento, etnia, tabagismo, uso do álcool, atividade física, índice de massa corporal (IMC) e etiologia subjacente à DRC. A coleta de dados ocorreu no período de agosto de 2017 a novembro do mesmo ano. Para avaliar o estado nutricional do paciente, foi utilizada a classificação da Organização Mundial da Saúde (1997) para adultos, assim foi considerado IMC < 18,5 kg/m² baixo peso, entre 18,5 e 24,9 kg/m² peso adequado, entre 25 e 29,9 kg/m² pré-obesidade, e para IMC ≥ 30 kg/m² obesidade. No que se refere ao tabagismo, a classificação foi realizada considerando as seguintes categorias: fumante, ex-fumante (não fuma há mais de seis meses) e nunca fumou. A determinação da etnia foi feita de acordo com a própria identificação do paciente.

Foi realizada análise descritiva por meio das distribuições de frequências e porcentagem e para as variáveis numéricas utilizou-se média ± desvio-padrão. O teste χ^2 e o teste Exato de Fisher foram utilizados para verificar diferenças de proporções entre as variáveis categóricas com o valor estatisticamente significativo de $p < 0.05$. As análises estatísticas foram realizadas utilizando-se o software IBM SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão statistics 22 (*demo*) para Windows.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 414 pacientes inscritos na terapia de substituição renal, 59,5% são homens e 40,5% são mulheres. Desses, 45,16% possuem idades entre 45 a 64 anos, e as porcentagens se igualam nas faixas de 20 a 44 anos e 65 a 74 anos nos valores de 21,8%, conforme apresentado na Figura 1.

Nota-se que a maior parte dos pacientes em diálise está numa faixa etária inferior a 65 anos, idade hoje definida como população idosa. O que implica na rápida evolução da DRC para estágios dialíticos e na diminuição severa da qualidade de vida de uma população ativa socioeconomicamente.

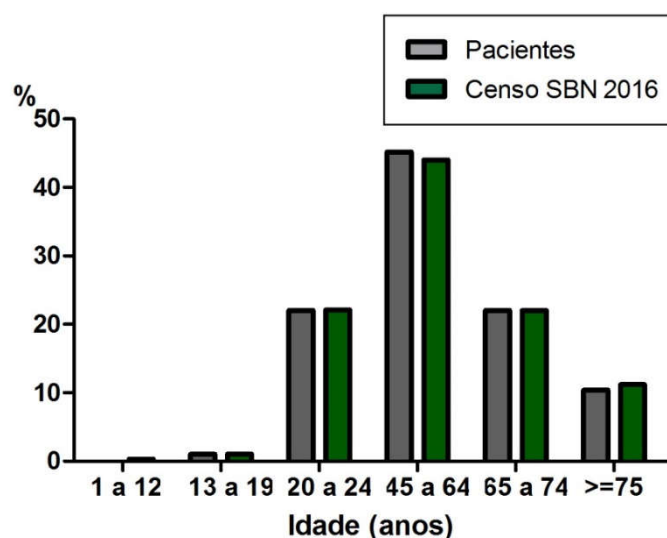


Figura 1: Comparação entre as diferentes faixas etária dos pacientes com DRC em tratamento no município de Juiz de Fora e no Brasil. Dados apresentados em porcentagem. Fonte censo SBN 2016.

A Figura 2 apresenta características do paciente segundo as diferentes etiologias que levaram à ocorrência da doença renal. Diabetes Mellitus é a doença de base mais predominante com 18,6% de incidência, seguida por Hipertensão arterial com 17,4%. Outras causas como glomerulonefrites e rins policísticos somam 24% dos pacientes. Juntos, Outros e Indefinidos ultrapassam a faixa de 38%. Mais uma vez, destaca-se a importância da atenção primária na detecção e controle dos fatores de risco e doenças de base para prevenir agravos.

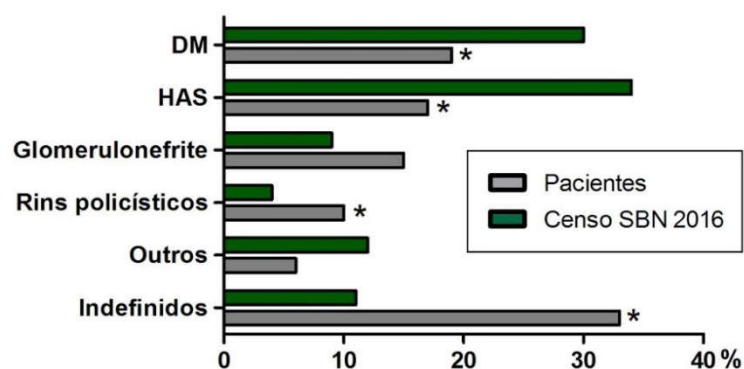


Figura 2. Análise comparativa entre as patologias de bases referidas dos pacientes com DRC de Juiz de Fora e do Brasil, segundo o censo de 2016. Dados apresentados em porcentagem (* $p < 0.05$). Fonte SBN.

No que se diz respeito a hábitos de vida, apresentados na Tabela 1, 10,6% dos pacientes em hemodiálise são fumantes e somente 1,69% fazem uso de bebida alcoólica.

Tabela 1: Frequência de tabagismo e etilismo nos pacientes em lista de espera.

Características	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB
Pacientes	115	131	69	99	27,78	31,64	16,67	23,91
Etilismo								
Sim	4	2	0	1	1,63	0,81	0,00	0,60
Não	111	129	69	98	45,12	52,44	41,07	58,33
Tabagismo								
Sim	9	18	1	16	3,66	7,32	0,60	9,52
Não	106	113	68	83	43,09	45,93	40,48	49,40
Idade (média $\pm$ desvio-padrão)	56,27 $\pm$ 15,0 anos							

B: Branco; NB: Não Branco

Estudos demonstram aumento significativo no risco de desenvolver albuminúria, marcador de lesão renal, e diminuição da taxa de filtração glomerular em pacientes tabagistas e/ou etilistas (PEREIRA *et al.*, 2016).

A obesidade, fator de risco associada a diversas patologias, está presente em 18,6% dos pacientes, classificados como obesidade grau 1 e 2 (IMC entre 35 e 39,9). Apesar disso, 34,54% dos pacientes classificam-se como pré-obesos (IMC entre 25 e 29,9). Os dados podem ser visualizados na Figura 3.

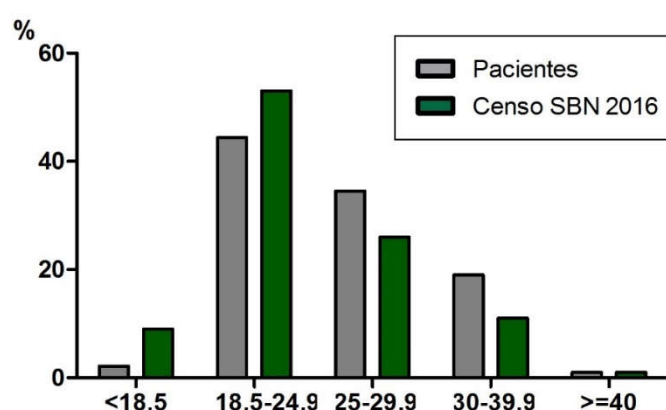


Figura 3. Comparação do IMC dos pacientes com DRC em tratamento no município de Juiz de Fora e no Brasil. Dados apresentados em porcentagem. Fonte censo SBN 2016.

Dessa forma, alerta-se para o fato de sua prevalência estar aumentando significativamente em todo o mundo, a obesidade é considerada um dos principais fatores de risco modificáveis relacionados à DRC. Suas alterações renais parecem ser secundárias à

hiperfiltração glomerular, assim como à presença dos mediadores inflamatórios provenientes do aumento da adiposidade (PEREIRA *et al.*, 2016).

A partir das informações obtidas no estudo, é possível inferir que o perfil epidemiológico dos pacientes submetidos à hemodiálise no estado de Minas Gerais aproxima-se consideravelmente dos dados estatísticos divulgados pela Sociedade Brasileira de Nefrologia em 2016, principalmente nos quesitos sexo, idade e IMC. No relatório publicado, entre os pacientes, o sexo masculino é o mais acometido (57%), a faixa etária de 20 a 64 anos representa 65,7% dos pacientes, enquanto que, de 65 a 74 anos compreende 21,8% dos pacientes. Esses dados mostram que a distribuição regional se aproxima da proporção nacional, uma vez que se esperam valores coincidentes de centros dialíticos no país.

Em relação à etiologia, as causas mais frequentes em 2016 foram hipertensão arterial (34%) e diabetes (30%), seguidos por glomerulonefrite crônica (9%) e rins policísticos (4%); outros diagnósticos foram feitos em 12% e este ficou indefinido em 11% dos casos. No presente estudo, a hipertensão arterial e o diabetes foram responsáveis por 17,4% e 18,6% dos casos de DRC, respectivamente, enquanto outras causas somadas às causas indefinidas ultrapassam 38%.

4 CONCLUSÃO

Tendo em vista os diversos fatores associados à DRC, é importante que todo paciente portador de um ou mais deles, mesmo que assintomático, seja avaliado periodicamente por meio de exame de urina, albuminúria, creatinina sérica e cálculo da TFG como conduta de triagem para diagnóstico precoce (PEREIRA *et al.*, 2018).

Essa avaliação inicial, no Brasil, conforme preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) encontra-se no escopo da Atenção Primária à Saúde por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), mais conhecido como postos de saúde, porta de entrada para a rede assistencial e continuada, assim como encaminhamento para as especialidades de acordo com cada demanda.

Nossos dados fornecem subsídios para o aprimoramento da assistência aos pacientes com doença renal crônica avançada e indivíduos suscetíveis à doença, assim como para o planejamento de políticas de tratamento dialítico crônico no país.

Considera-se que diagnosticar e tratar a DRC em suas fases iniciais pode auxiliar na redução da sobrecarga para o SUS, da instalação da DRC e sua progressão, e necessidade de

terapias renais substitutivas, focando os investimentos públicos em áreas onde haverá maior efetividade no cuidado e aumentando a qualidade de vida dos indivíduos no país.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Cynthia Braga *et al.* Tempo até o transplante e sobrevida em pacientes com insuficiência renal crônica no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23 n.4, p.805-813, Abr. 2007.

DRAIBE, Sérgio Antonio. **Especialização em nefrologia multidisciplinar** – Módulo 3 Análise epidemiológica da Doença Renal - Panorama da Doença Renal Crônica no Brasil e no mundo. Un. 1. UNA-SUS, 2014.

PEREIRA, Edna Regina Silva *et al.* Prevalência de doença renal crônica em adultos atendidos na Estratégia de Saúde da Família. **Jornal Brasileiro de Nefrologia**, V. 38, n. 1, p.22-30, 2016.

PILGER, Calíope *et al.* Hemodiálise: seu significado e impacto para a vida do idoso. **Escola Anna Nery** (impr.). v. 14, n. 4, p. 677-683, 2010.

RIBEIRO, Rita de Cássia Helu Mendonça *et. al.* Caracterização e etiologia da insuficiência renal crônica em unidade de nefrologia do interior do Estado de São Paulo. **Acta Paulista de Enfermagem**. v. 21, n. spe, p.207-211. São Paulo, 2008.

SESSO Ricardo Cintra *et al.* **Inquérito Brasileiro de Diálise Crônica**. 2016. Disponível em <<http://www.jbn.org.br/details/1962/pt-BR/inquerito-brasileiro-de-dialise-cronica-2016>>. Acesso em: Jul 2018.

PONTOS-CHAVE DE CONTROLE: SUPORTE TÉCNICO PARA O MANUSEIO DOMICILIAR DE PACIENTES COM ENCEFALOPATIA CRÔNICA NÃO PROGRESSIVA DA INFÂNCIA PELOS CUIDADORES

Juliana Araújo¹
Letícia Morales Conte¹
Marina Scopinho Furlan¹
Monica Luara Pereira Ferreira¹
Maria Valéria Corrêa e Castro Campomori²

É de conhecimento que portadores de encefalopatia crônica não progressiva da infância apresentam padrões de postura e movimento incoordenados, tornando restritas a intenção e escolha para desenvolverem a função motora global e específica dentro dos padrões de normalidade. Após a alta fisioterapêutica do setor de neuropediatria da PUC-Campinas, as mães-cuidadoras, público-alvo do projeto de extensão docente, passam a protagonizar o manejo e cuidados de seus filhos na rotina domiciliar. No entanto, sentem-se inseguras para melhor manuseá-los e têm desconfortos posturais, se tais atividades causarem sobrecarga física. Isto posto, os pontos-chave de controle constituem-se de técnicas que utilizam determinadas regiões corporais dos pacientes que facilitam movimentos mais adequados, além de as cuidadoras realizarem movimentos menos impactantes para seu sistema musculoesquelético. O objetivo do presente trabalho foi promover o aprendizado das cuidadoras para manusearem adequadamente seus filhos com a referida encefalopatia. Reeducar a postura física materna e, assim, reduzir o impacto no sistema musculoesquelético. O método envolveu: seleção de conteúdo técnico-científico em livros e Bases de Dados: Portal de Periódicos-CAPE, MEDLINE, SciELO e LILACS; Elaboração do material informativo (tutorial de pontos-chave de controle) tendo como referencial fotos e vídeos capturados de simulações realizadas pelas voluntárias e docente responsável; e compartilhamento com o público-alvo nas oficinas socioeducativas do projeto. O resultado do trabalho envolveu elaboração do 'Tutorial de pontos-chave de controle para manuseio dos pacientes no domicílio pelos cuidadores'. Concluiu-se que a educação permanente ao utilizar os pontos-chave nos manuseios dos pacientes foi bem-sucedida pelo público-alvo. Os relatos das cuidadoras nas oficinas evidenciaram redução do impacto das atividades com pacientes no sistema musculoesquelético materno.

Palavras-chave: Educação permanente. Autonomia do cuidador. Pontos-chave de controle. Paralisia cerebral.

1 INTRODUÇÃO

1 Discentes da graduação em Fisioterapia e do Grupo de Alunas Voluntárias da Extensão-GAVE da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), SP, com plano de trabalho concluído em dezembro de 2018, vinculado ao Projeto de Extensão docente intitulado 'Educação permanente dos cuidadores de pacientes portadores de encefalopatia crônica não progressiva da infância em alta referendada da Clínica de Fisioterapia da PUC-Campinas'.

2 Docente extensionista da PUC-Campinas, SP, responsável pelo Projeto de Extensão 'Educação permanente dos cuidadores de pacientes portadores de encefalopatia crônica não progressiva da infância em alta referendada da Clínica de Fisioterapia da PUC-Campinas' e orientadora do plano de trabalho de extensão das alunas voluntárias, vinculado ao projeto mencionado.

E-mail para contato: val2003@puc-campinas.edu.br.

A encefalopatia crônica não progressiva da infância, mais conhecida por paralisia cerebral, possui diversas etiologias e os mais variados quadros clínicos descritos na literatura e, uma vez acometida, a criança com tal encefalopatia apresenta persistência dos reflexos primitivos e alterações do tônus muscular, como, por exemplo, espasticidade, rigidez, movimentos involuntários, entre outros (TECKLIN, 2002; EFFGEN, 2007; CASTILHO-WEINERT; FORTI-BELLANI, 2011). Os pacientes desenvolvem padrões de postura e movimentos corporais anormais, comprometendo as suas atividades sensório-motoras, o controle do tônus muscular, a aquisição do equilíbrio estático e dinâmico, além do transtorno da coordenação motora. Além do prejuízo na motricidade, imprescindível para realizar tarefas básicas na rotina domiciliar, os pacientes têm problemas relacionados com a sedestação, bipedestação e marcha (SHUMWAY-COOK; WOOLLACOTT, 2010; FLORINDO; PEDRO, 2014; DUARTE; RABELLO, 2015).

Souza *et al* (2013, p. 6) e Borella e Sacchelli (2009, p. 163) defendem que, em decorrência das dificuldades físicas e sensoriais dos indivíduos acometidos pela encefalopatia na rotina domiciliar para executarem tarefas das mais simples às mais complexas, o cérebro lesionado recorre à plasticidade neural, ou neuroplasticidade, para se adaptar às modificações das condições ambientais que ocorrem em todos os momentos da existência humana e influenciam a vida dos indivíduos. Sozinhos, tais pacientes se tornam incapazes ou parcialmente capazes para vencer obstáculos referentes à motricidade, ao equilíbrio e à coordenação motora, assim, cuidadores são necessários para que o manejo desses indivíduos seja adequado desde as tarefas mais simples às mais complexas, como, por exemplo, mudanças de decúbitos e posicionamento adaptado para receber as refeições, respectivamente (FINNIE, 2000; EFFGEN, 2007; LEVY, 2007). Um programa de orientações deve ser detalhado, esmiuçado e treinado com o público que mantém cotidianamente relação aproximada com as pessoas comprometidas, representado, geralmente, pelas mães. Tal programa deve focar o treino do manuseio de pacientes por meio de estímulos repetidos que se direcionam ao Sistema Nervoso Central (SNC) objetivando-se melhores resultados, independentemente da idade, haja vista que após a infância a plasticidade neural é gradativamente menor até a fase adulta e a senilidade, porém, não extinta (SOUZA *et al.*, 2013).

2 DESENVOLVIMENTO

A relevância do tema desenvolvido por um Grupo de Alunas Voluntários da Extensão (GAVE) durante o ano de 2018, vinculado ao projeto de extensão docente intitulado Educação Permanente dos Cuidadores de pacientes portadores de Encefalopatia Crônica não Progressiva da Infância em alta referendada da Clínica de Fisioterapia da PUC-Campinas, justifica-se pela possibilidade de desenvolver alunas com postura acadêmico-profissional e crítica no contexto da sociedade contemporânea, capaz de transformá-la de um modo justo e digno. As atividades do GAVE também contribuíram para qualificar a Instituição de Ensino em questão no tocante às ações extensionistas decorrentes da articulação entre o ensino e a pesquisa e consolidar uma das missões da Universidade na sociedade. Destaca-se, ainda, a importância de o projeto ter promovido o protagonismo materno para exercer o manejo e cuidados essenciais dos pacientes com encefalopatia crônica não progressiva da infância na rotina familiar e atividades da vida diária, já que sozinhos os sujeitos estariam restritos às posições e movimentos inadequados, tendendo ao confinamento.

Os objetivos do trabalho do GAVE versaram sobre o aprendizado prático e a educação dos cuidadores por meio de um tutorial elaborado em linguagem acessível e ilustrativo para que, ao manusearem os pacientes, pudessem minimizar e mesmo impedir a presença de atividades motoras indesejadas e posturas inadequadas.

As ações extensionistas do grupo de alunas voluntários de abril a dezembro de 2018 decorreram de um plano de trabalho regido por um Edital da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Universitários (PROEXT/PUC-Campinas), de mesmo título deste resumo expandido, e que esteve vinculado ao Projeto de Extensão docente, citado no primeiro parágrafo deste item 2. O grupo de alunas voluntárias desenvolveu um tutorial com os pontos-chave de controle, que são regiões e segmentos corporais por meio dos quais movimentos e trocas de posições são estimulados e facilitados por outra pessoa, inibindo atitudes posturais e motricidade anormais. O desenvolvimento do tutorial teve como base a interação teórico-prática e, portanto, científico-pragmática de um dos eixos temáticos que compõem o Projeto Pedagógico do curso de graduação da Faculdade, isto é, a atenção à saúde da criança e do adolescente.

2.1 O público-alvo do projeto de extensão docente

O público-alvo envolvido foi composto por mães-cuidadoras de pacientes que já se encontravam em alta referendada da Clínica de Fisioterapia da referida universidade. O número previsto de mães participantes no projeto de extensão docente foi vinte, havendo possibilidade

de oscilar mais ou menos. Assim, vinte e três mães foram convidadas para o primeiro encontro, ocorrido no mês de maio de 2018, onde compareceram somente seis delas. Algumas justificaram suas ausências, remarcando o comparecimento para os meses subsequentes. No entanto, por motivos diversos, dentre os quais predominou o interesse por novo tratamento de seus filhos comprometidos na Clínica de Fisioterapia da universidade, somente de duas a cinco cuidadoras comparecem desde o início às oficinas do projeto docente. Foi devido a este fato que se investiu no efeito multiplicador do conhecimento desenvolvido pelas participantes, pois, como se sabe, este é um dos lemas da extensão: além de envolver o público-alvo direto, o indireto também é alvo das atividades extensionistas. Dessa forma, outras mães de filhos com a mesma encefalopatia têm se beneficiado das orientações.

2.2 As oficinas socioeducativas

As atividades desenvolvidas, e que se realizaram na clínica pertencente à Faculdade de Fisioterapia da PUC-Campinas, se caracterizaram por oficinas socioeducativas da docente extensionista responsável junto a uma aluna bolsista (bolsa da própria universidade), público-alvo e, nos últimos meses de 2018, o projeto contou com o envolvimento de quatro alunas voluntárias da faculdade de Fisioterapia nas oficinas, as quais exerceram seu plano de trabalho da extensão visando à conscientização e treino do tutorial com as cuidadoras.

As atividades obedeceram a periodicidade de duas oficinas socioeducativas mensais, oferecidas em períodos distintos (matutino e vespertino) e, então, seis por ano, cuja base para seu êxito foram as rodas de conversas. No projeto, em sua totalidade, foram idealizadas doze oficinas, seis para cada ano do biênio 2018-2019 faltando, para o corrente ano, ocorrer mais seis encontros.

Os temas abordados foram definidos tomando-se por base as necessidades das mães diante da alta fisioterapêutica, e são descritos resumidamente: Encefalopatia crônica não progressiva da infância; Teorias dos Sistemas Dinâmicos; Neuroplasticidade cerebral; “Meu filho(a) está recebendo alta fisioterapêutica: e agora?”; Família e sociedade; Fisioterapia centrada no ‘cuidador’; Valorização do cuidador: protagonizar os cuidados na rotina familiar; atenção e cuidados com o cuidador – o estresse físico do cuidador; Demandas das famílias, mães e respectivos pacientes em relação aos manuseios e cuidados na rotina domiciliar e convívio social; A importância do ‘toque’ corporal realizado pelo público-alvo envolvido como facilitador do desenvolvimento sensório-motor dos pacientes; ‘Brincando muito – gastando

pouco'; "Meu filho (a) vai andar?". Em todas as oficinas reservou-se um tempo final para comentários, compartilhamento de experiências e esclarecimento de dúvidas.

Até o momento, o conjunto de atividades desenvolvidas com todos os envolvidos promoveu a consciência materna e o encorajamento para o protagonismo dos cuidados e manejo dos pacientes na rotina domiciliar, com destaque para o tutorial de pontos-chave de controle ao término das atividades do plano de trabalho de extensão do grupo de alunas voluntários, em dezembro de 2018.

A percepção e constatação pelo público-alvo de sua habitual má postura corporal, adquirida ao longo dos anos pela sobrecarga física no inadequado manejo diário de seus filhos, acarretando-lhe transtornos de ordem musculoesquelética, como, por exemplo, dores na coluna vertebral (100% das queixas maternas), cansaço (60% das queixas maternas) e dores musculares generalizadas (40% das queixas maternas, concentradas em membros inferiores e superiores), foram compartilhadas com a docente, bolsista e alunas voluntárias nas rodas de conversa das oficinas.

O treino do tutorial com o público-alvo e pacientes pelas alunas voluntárias possibilitou às cuidadoras experimentar maior satisfação, menor esforço físico, menos cansaço e alívio parcial das dores no exercício dos cuidados rotineiros. Tal constatação se deu pelo diálogo com as cuidadoras, onde as mesmas deram retornos positivos, os quais deverão retratar ainda mais segurança e autonomia no decorrer das oficinas de 2019.

2.3 O material informativo: tutorial de pontos-chave de controle

O tutorial representou a produção técnica-cultural mais importante do plano de trabalho das alunas voluntárias da extensão. Construído em linguagem de fácil acesso e, até certo ponto, "interagido" com o leitor, foi estruturado com vinte e três páginas, incluindo as fontes bibliográficas utilizadas. Além de breve informação sobre o significado de pontos-chave de controle em 'Introdução', 'dicas' e 'referências utilizadas' encerram o tutorial, e os demais assuntos que o compuseram foram: explicações e ilustrações feitas por uma desenhista visual com base em fotos e vídeos simulados pelas alunas voluntárias e docente responsável sobre o 'rolar', 'sentar', 'ficar na posição de quatro apoios', 'ajoelhado', 'em pé' e 'andar'. Eis alguns exemplos do conteúdo do tutorial:

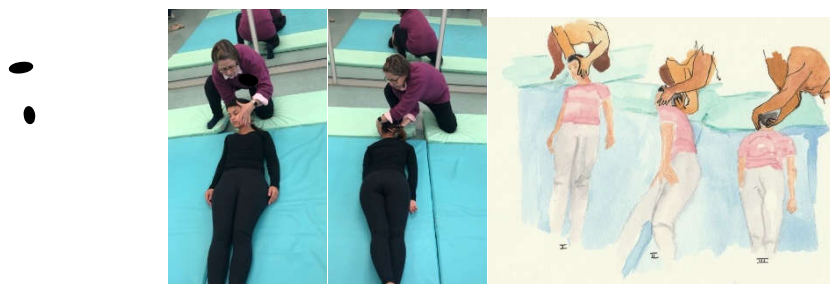


Fig. 1 e 2: Exemplos da simulação do 'Rolar' por um dos Pontos-chave de cabeça e produção da imagem definitiva. Captura de câmera: simulações. Fonte: própria.



Fig. 3. Algumas páginas exemplificando o tutorial. Desenhos aquarelados definitivos. Fonte: GAROFOLO, 2018.

3 CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos mencionados no texto, e educação permanente do público-alvo composto por mães de pacientes portadores de encefalopatia crônica não progressiva da infância pôde comprovar o impacto que as atividades de extensão exercem em prol da comunidade externa, consolidando o real sentido da Universidade para a sociedade de um país emergente, como é o Brasil, bem como a formação integral discente para intervir de modo transformador da realidade social.

O tutorial constituiu instrumento para educação continuada de extrema importância no trabalho realizado, porém, o acolhimento e o treino do público-alvo com seus filhos nas

oficinas, utilizando o tutorial, foi imprescindível para produzir mudanças maternas: conscientização, conhecimento, segurança, autonomia, reeducação postural e alívio das dores musculares e articulares em relação ao manejo dos pacientes na rotina domiciliar após a alta fisioterapêutica.

Apesar de efetivo, os resultados das atividades extensionistas na comunidade teriam sido melhores se não houvesse problemas com a assiduidade do público-alvo nos encontros mensais previamente programados, como aqueles ocorridos durante o período destinado à sua realização.

No entanto, o aprendizado do público-alvo tem servido de modelo para beneficiar outras mães de pacientes portadores da mesma encefalopatia, amigas e membros da família, que não tenham participado diretamente das atividades extensionistas.

REFERÊNCIAS

- BORELLA, M. P.; SACCHELLI, T. Os efeitos da prática de atividades motoras sobre a neuroplasticidade. **Rev. Neurociências**, v. 17 (2): 161-9, 2009.
- CASTILHO-WEINERT, L. V.; FORTI-BELLANI, C. D. (Ed.). **Fisioterapia em Neuropediatria**. Curitiba, PR: Ompipax, 2011.
- DUARTE, M. P.; RABELLO, L. M. Conceito Neuroevolutivo Bobath e a facilitação neuromuscular proprioceptiva como forma de tratamento para crianças com encefalopatia crônica não progressiva da infância. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 6, n. 1: 14-26, jul. 2015.
- EFFGEN, S. K. **Fisioterapia pediátrica: atendendo às necessidades da criança**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- FINNIE, N. A. **O manuseio em casa da criança com paralisia cerebral**. 3ª ed., São Paulo, SP: Manole, 2000.
- FLORINDO, M.; PEDRO, R. O processo de aprendizagem motora e a neuroplasticidade. *Salutis Scientia - Rev. de Ciências da Saúde da ESSCVP*, vol. 6, 19-26, julho 2014.
- LEVY, J. **O despertar do bebê: práticas de educação psicomotora**. 11.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007. 145 p. ISBN 9788533623866 (broch).
- SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. H. **Controle motor: teoria e aplicações práticas**. Barueri: Manole, 2010, 621 p.
- SOUZA, C. A. B. de; AQUINO, F. A. O. de; BARBOSA, M. de L. C.; ALVAREZ, R. B. P.; TURIENZO, T. T. Influência da neuroplasticidade no controle motor. **Rev. UNILUS Ensino e Pesquisa**, v. 10, n. 19,5-11, abr./jun. 2013. ISSN 1807-8850.
- TECKLIN, Jan Stephen. **Fisioterapia pediátrica**. 3.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002. 479 p.

PRECEDENTES JUDICIAIS: UMA ANÁLISE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DO SISTEMA DE PRECEDENTES DO CPC/2015

Thaís Stephani dos Santos¹
Ciro Di Benatti Galvão²

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal desse artigo é averiguar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade dos precedentes obrigatórios positivados nos incisos III, IV e V do art. 927 da Lei nº 13.105/2015.

A criação do sistema de precedentes judiciais revela a preocupação do legislador com a uniformidade, coerência e fortalecimento da jurisprudência, em prol da segurança jurídica e da isonomia, além de se apresentar como alternativa para resolver a progressiva litigiosidade, tendo como objetivo a celeridade processual.

Acontece que, parte da doutrina entende que os incisos III, IV e V do artigo 927 do Novo Código de Processo Civil retiram do texto constitucional a autoridade para ampliação de competência de tribunais e, por consequência, conferem ao Poder Judiciário atribuição típica do Legislativo. É em razão disso que o artigo se sustentará.

Imprescindível ressaltar também que tais incisos equiparam as súmulas comuns do STF e STJ às súmulas vinculantes do STF, visto que determinam que juízes e tribunais vinculem suas decisões em precedentes de enunciados do STF e STJ.

Importante destacar ainda que há clara violação ao princípio do livre convencimento motivado, pois, segundo esse princípio, o juiz deve aplicar a lei conforme sua convicção, visando a melhor solução ao caso concreto. Nesse âmbito, fica evidente o conflito existente entre a independência funcional do juiz e os precedentes vinculantes.

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Trancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. E-mail para contato: thais-stephani@outlook.com.

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.

Dispõe o artigo 927 do NCPC:

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

II – os enunciados de súmula vinculante;

III – os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV – os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V – a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

§ 1º Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1º quando decidirem com fundamento neste artigo.

§ 2º A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.

§ 3º Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.

§ 4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.

§ 5º Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores.

Nesse contexto, pode-se inferir que o art. 927, *caput*, ao utilizar a expressão “observarão”, determina aos juízes e aos tribunais um dever jurídico de observância, ou seja, apresenta-se como verdadeira imposição legal. Os dispositivos supratranscritos revelam clara obrigatoriedade, de modo que, o Direito brasileiro, ao lado da observância obrigatória das decisões proferidas em controle concentrado de constitucionalidade e dos enunciados de súmula vinculante, passa a contar com novas hipóteses de precedentes com força vinculante.

O problema que se apresenta acerca deste tema versa sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade do artigo supramencionado. Assim, a indagação a ser feita é: os incisos III, IV e V do art. 927 do novel diploma processual civil são ou não inconstitucionais?

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O disposto no artigo 927, III a V, do Código de Processo Civil de 2015 vem despertando dúvidas acerca de sua (in)constitucionalidade. Desse modo, o que se busca é averiguar essa dualidade, por intermédio da pesquisa descritiva bibliográfica, de forma qualitativa, tendo como base obras jurídicas nas áreas do Direito Constitucional e do Direito Processual Civil, e artigos publicados na internet.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fernandes (2017) define o precedente como um elemento normativo, *ratio decidendi* (razão de decidir), que surge de uma decisão judicial que pode servir como orientação para o julgamento posterior de casos semelhantes.

Esmiuçando o conceito dado por Bernardo Gonçalves Fernandes, é válido expor o entendimento de Didier Jr, Braga e Oliveira (2015). Eles explicam que ao decidir um caso, o magistrado cria duas normas jurídicas: a primeira é fruto de seu entendimento dos fatos aliado ao que preconiza o Direito positivo e a segunda é a sua decisão para aquela situação específica.

Para melhor elucidação do que foi dito acima, os autores citam como exemplo o art. 700 do CPC. Eles mostram que o referido artigo permite o ajuizamento de ação monitória a quem disponha de "prova escrita" que não tenha eficácia de título executivo. Segundo os escritores, "prova escrita" é termo vago e o STJ decidiu que "cheque prescrito" é prova escrita. Ou seja, a partir do caso concreto, foi criada uma norma geral à luz do Direito positivo.

Essa tese jurídica de que "cheque prescrito" se enquadra no conceito de "prova escrita" é o *ratio decidendi*. Eles concluem que é com base nela que o juiz chegará a uma conclusão acerca da questão em juízo, podendo servir como guia para demandas análogas.

No que tange aos fundamentos do respeito aos precedentes, Fernandes (2017) menciona que eles propiciam o controle do poder do juiz, a promoção da paridade jurídica entre os cidadãos, o desestímulo à litigância e o favorecimento de composições amigáveis, a celeridade processual, eficiência do poder judiciário e, principalmente, a promoção da segurança jurídica. Todavia, apresenta uma crítica feita pelo jurista Lenio Streck quanto à excessiva importância atribuída aos precedentes com eficácia vinculante no NCPC/2015:

No Brasil, o apego ao efeito vinculante virou um fetiche. Atualmente, já se atribuiu à súmula vinculante *status* superior ao da legislação e, com o CPC, estende-se essa 'supremacia' a grande parcela das decisões dos tribunais superiores, ainda que historicamente haja uma confirmação de atuação, voluntarista, ativista e discricionária em boa (ou má) parte das manifestações dos tribunais superiores (STRECK, 2016, *apud* GONÇALVES, 2017, p. 1.259).

No mesmo sentido, compreende Gonçalves (2016) que, pelo fato do artigo 927 do CPC trazer formas de jurisprudências vinculantes não previstas na Constituição Federal, o dispositivo é inconstitucional e que a jurisprudência, nesses casos, deve continuar sendo considerada fonte não formal do direito.

Ainda sob essa perspectiva, José Maria Tesheiner cita o enunciado do novo Código de Processo Civil:

o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código (TECHEINER, 2015)

O professor de processo civil aduz que há clara contradição no referido enunciado, já que expressa adesão ao neoconstitucionalismo, mas edita normas manifestamente inconstitucionais.

O desembargador aposentado conclui seu posicionamento da seguinte forma:

O que se quer – parece – é criar um sistema de concentração do poder jurisdicional em Brasília: só os tribunais superiores poderão “dizer o direito”, cabendo aos demais juízes e tribunais apenas a tarefa de aplicar aos casos particulares o que eles houverem dito (TECHEINER, 2015).

Nesse sentido, entende-se que o problema do excesso de litigância, da morosidade judiciária, bem como da falta de uniformização jurisprudencial não se soluciona com o desprezo ao devido processo legal.

4 CONCLUSÃO

Percebe-se, portanto, que, apesar do esforço do legislador para solucionar o problema do crescente número de demandas judiciais, tutelar pela coesão das jurisprudências, garantir segurança jurídica, entre outros aspectos; o NCPC vem ao mundo jurídico acompanhado de notória inconstitucionalidade no que tange à criação de precedentes. Salienta-se que a conclusão ainda não foi finalizada por se tratar de um trabalho de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS

DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela**. 10. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. rev., ampl. E atual. Salvador: Juspodivm, 2017.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TESHEINER, José Maria. **Inconstitucionalidades gritantes no artigo 927 do novo CPC**. Disponível em: <<https://www.paginasdedireito.com.br/index.php/artigos/317-artigos-set-2015/7376-inconstitucionalidades-gritantes-no-artigo-927-do-novo-cpc>>. Acesso em: 03 out. 2018.

PRECISAMOS FALAR SOBRE SUICÍDIO: A PERSPECTIVA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE NO CAMPO ESCOLAR

Gabriela Silva Nascimento¹
Josiane de Paula Nunes²

O Brasil ocupa o oitavo lugar na lista de países onde há um crescente número de suicídio entre jovens de 15 a 29 anos. Considerando tal fato, percebeu-se a necessidade de discutir o assunto com jovens cuja a faixa etária antecede o grupo de risco apresentado, buscando a promoção da saúde e a prevenção do suicídio. As oficinas deste projeto são realizadas em duas escolas particulares de São João del-Rei – MG, com alunos entre 12 e 16 anos. Elas acontecem uma vez ao mês e as intervenções constam de atividades orientadas e coordenadas como: desenhos, vídeos, palestras, rodas de conversa e atividades lúdicas. Entre os resultados alcançados, foi possível perceber um grande envolvimento dos alunos no assunto e a necessidade e o interesse que eles têm de conversar sobre a temática.

Palavras-chaves: Educação. Saúde Mental. Adolescência. Suicídio. Promoção da Saúde.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual da Saúde Mental, o suicídio pode ser definido como autodestruição e desejo de retirar a própria vida. Já o comportamento suicida precede de três fases: pensar em suicídio, fazer uma tentativa de suicídio e consumir o ato suicida. É um tema que vem sido discutido nos últimos anos, pois os registros mundiais de mortes por suicídio passaram a incorporar números alarmantes. Estima-se que a cada 40 segundos, uma pessoa morre no mundo vítima de suicídio, o que configura mais de 800 mil óbitos anuais (OMS, 2000). Partindo de dados da Organização Mundial da Saúde, Moreira e Bastos (2015) apontam para uma questão atual e preocupante, com a maioria dos suicídios incidentes entre jovens acima de 14 anos (principalmente entre 15 e 19 anos), tem chamado à atenção em alguns países o número crescente de suicídio entre jovens abaixo de 14 anos.

1 Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Extensão SANTADER/UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Psicologia do UNIPTAN. Orientadora do Programa de Extensão SANTADER/UNIPTAN. E-mail para contato: josiane.nunes@uniptan.edu.br

No Brasil, a discussão foi intensificada depois de 2015, pois apesar dos números de óbitos por suicídio serem menores que os registros mundiais – entre 6 e 7 a cada 100 mil pessoas e os registros mundiais ficarem entre 14 e 15 a cada mil pessoas-, esta contabilização tem crescido dentro do país (GONÇALVES *et al.*, 2011). De acordo com Botega (2014), o Brasil encontra-se entre os dez países que registram os maiores números absolutos de suicídios. Além disso, os dados só passaram a serem coletados no ano de 2011, quando foi incorporado ao registro de óbito a causa de morte “suicídio”. Por esse motivo, não há um banco de dados formado no país.

Ao considerar o aumento dos registros, é necessário perceber que há um crescimento de tentativas e de consumação de autodestruição numa faixa etária específica, entre 15 e 29 anos. Era comum, até alguns anos atrás, que as tentativas e consumações fossem feitas por pessoas mais velhas, de acordo com a teoria durkheimiana existe uma relação entre o aumento da idade e a taxa de suicídio. Porém, o cenário passou a ser invertido e as principais razões se encontram na pressão escolar e na pressão do trabalho, conflitos familiares, desordens amorosas, *bullying*, uso abusivo de álcool e outras drogas e descoberta da sexualidade. Além disso, alguns teóricos consideram que essa é a fase onde os jovens descobrem o “mal da civilização” que é caracterizado pela perda de utopia no mundo, rejeição da realidade e um constante estado deprimido. De acordo com o psicanalista Mário Corso, isso ocorre porque a visão de mundo que se tinha na infância começa a ser desconstruída e formada de outro jeito (BRAGA; DELLAGLIO, 2013).

Trazer uma compreensão e uma discussão do tema com os adolescentes é uma forma de promover a saúde ao grupo, problematizando a temática e, por meio de oficinas de intervenção, oferecendo apoio e meios de contribuir para a identificação dos determinantes sociais de saúde que possam prejudicar o ser biopsicossocial.

Ao entender um ser como biopsicossocial é necessário considerar sua subjetividade, suas necessidades individuais como sujeito. Quando esse entendimento consegue ser realizado de forma satisfatória, atinge-se um ponto muito importante dentro da área da saúde: a humanização (ALMEIDA, 2012).

Nesse sentido, o projeto tem como inserção à temática a realização de oficinas dentro de escolas privadas em São João del-Rei. Entendendo a demanda pela promoção da saúde junto à sociedade, e corroborando a relação entre saúde e educação em saúde, entende-se que atuar com intervenções nas escolas na busca pela saúde em seu sentido amplo, podemos contribuir para a qualidade de vida dos jovens.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Por meio dos debates promovidos ao decorrer das oficinas, são trabalhados, com temáticas pré-estabelecidas, a conscientização da importância de falar e compreender a complexidade do suicídio. Os temas a serem trabalhados foram definidos após a realização de uma atividade, feita na primeira oficina, para entender a ideia de suicídio que os alunos tinham. É interessante destacar que as demandas surgiram das escolas, abrindo um espaço de diálogo para a promoção da saúde e atuação de profissionais da área no âmbito da educação em saúde.

As atividades de intervenção ocorrem mensalmente, desconsiderando o período de férias, totalizando assim 6 oficinas. As mesmas são aplicadas no período de aula e acontecem com 14 alunos em uma das escolas e com 31 alunos de outra instituição. A escolha de alunos de ensino fundamental foi feita em conjunto com Direção da Rede de Ensino Atus e Colégio Nossa Senhora das Dores, em São João del-Rei. Sendo a turma de 6º ano escolhida pela primeira escola e a turma de 9º definida pela segunda escola. Tais definições foram atribuídas a quantidade de casos diagnosticados de depressão em cada uma das turmas.

As oficinas visam discutir as motivações do suicídio na adolescência, os centros de prevenção e locais que as pessoas em sofrimento podem buscar ajuda. Além disso, será discutido com os alunos, alguns dados relevantes sobre o suicídio no Brasil e no mundo. Entre as temáticas serão destacados: “O que é suicídio? Porque falar de suicídio? Quais os indicadores sobre suicídio entre os jovens?”.

É importante frisar que as intervenções considerarão as idades e trabalharão com a adaptação do tema para que a compreensão dos alunos seja feita da melhor forma possível. Tais oficinas serão realizadas em formatos de palestras expositivas e/ou de debates feitos com os próprios alunos e com as atividades montadas previamente, deixando com que eles fomentem e discutam sobre conteúdos já pré-estabelecidos.

Nas atividades orientadas foram usados como métodos para as intervenções a aplicação do desenho como um instrumento de medida sobre o conhecimento e percepção dos alunos em relação à temática. De acordo com Menezes *et al.* (2008) o desenho pode ser um importante instrumento de avaliação dos processos psicológicos, nessa perspectiva a prática da realização de desenhos, como levantamento e sondagem, foi aplicada durante uma das oficinas realizadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A visão parcial do projeto conta principalmente com o interesse e envolvimento de todos os alunos, considerando ambas as turmas, já que é um assunto pouco discutido e principalmente com adolescentes. Desde a primeira oficina, muitas dúvidas puderam ser levantadas e esclarecidas. Além disso, todas as atividades realizadas até o presente momento trouxeram debates ricos acerca do período de idade abordado como grupo de risco e as motivações que levariam tais jovens a terem ideações suicidas.

A ação envolve apenas uma turma das escolas da rede particular de ensino de São João del-Rei, sendo estas o Colégio Nossa Senhora das Dores e a Rede de Ensino Atus. Porém, a ação mostrou-se de enorme importância para a necessidade de trazer tal tipo de discussão para o âmbito acadêmico como parte da formação acadêmica e na tentativa de fazer a prevenção também entre as faixas etárias contidas dentro do grupo de risco.

Já foi possível perceber a intenção dos alunos de levar tais conhecimentos para fora do âmbito escolar, discutindo o assunto com amigos, familiares e até desconhecidos que demonstram precisar de ajuda com pontos que envolvem o tema. Além disso, os alunos demonstram um domínio muito grande sobre as possíveis motivações do comportamento suicida, uma vez que vivenciam isso diariamente dentro de experiências pessoais ou com pessoas próximas.

4 CONCLUSÃO

Estudos acerca do comportamento suicida ainda são escassos, principalmente ao que diz respeito do suicídio em pessoas jovens, já que esse é um fenômeno recente. No Brasil, as ferramentas necessárias para a divulgação de dados oficiais sobre suicídio só passaram a existir após o ano de 2011, mas ainda não é possível obter dados concretos sobre o número de mortes por suicídio, o que dificulta a criação de uma política pública eficaz dentro do assunto.

A ideia do projeto é poder levar a discussão sobre o comportamento suicida para a parcela populacional que antecede o grupo que mais tem sofrido atualmente, buscando uma das formas de prevenção apontada pelos poucos especialistas do tema no país: a conversa. É pertinente dizer que este não é o único método de prevenção possível, mas é o mais simples e o que mais demonstra resultados, uma vez que desconstrói o imaginário que permeia a ideia de suicídio.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. V. Alteridade: ponto de partida da humanização dos cuidados em saúde? **Revista Baiana de Enfermagem**. Salvador, v. 26, n. 1, p.399-407, abr. 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/6332/5989>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- BRAGA, L. L.; DELLAGLIO, D. D. Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. **Contextos Clínicos**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.3-14, abr. 2013. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v6n1/v6n1a02.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- BOTEGA, Neury José. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia Usp**, [s.l.], v. 25, n. 3, p.231-236, dez. 2014. UNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n3/0103-6564-pusp-25-03-0231.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- GONÇALVES, L. R. C; GONÇALVES, E.; OLIVEIRA JR, L. B. Determinantes espaciais e socioeconômicos do suicídio no Brasil: uma abordagem regional. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 2, n. 21, p. 281-316, ago. de 2011.
- MENEZES, Marina; MOREÍ, Carmen L. O.; CRUZ, Roberto Moraes. O desenho como instrumento de medida de processos psicológicos em crianças hospitalizadas. **Avaliação Psicológica**, v. 2, n. 7, p.189-198, 2008.
- MOREIRA, Lenice Carrilho de Oliveira; BASTOS, Paulo Roberto Haidamus de Oliveira. Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 19, n. 3, p.445-453, dez. 2015.
- Suicídio é responsável por uma morte a cada 40 segundos no mundo. **Organização Mundial da Saúde (OMS)**. 2000. Disponível em: <[://nacoesunidas.org/oms-suicidio-e-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo/](http://nacoesunidas.org/oms-suicidio-e-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo/)>. Acesso em: 17 jul. 2018.

PREVALÊNCIA E PERFIL DE SENSIBILIDADE DOS MICRORGANISMOS ISOLADOS EM ASPIRADO TRAQUEAL DE PACIENTES COM PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO MECÂNICA NA UTI DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOÃO DEL-REI

Daniela Lima Mendonça¹
Elisa Vilela Ribeiro²
Janaína Teixeira Nunes Silva³

A pneumonia associada à ventilação mecânica (PAV) é uma complicação grave e frequente em pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) responsável pelo aumento no tempo, custos da internação e na morbimortalidade dos pacientes. Conhecer os principais agentes causadores dessa patologia é de extrema importância em uma UTI porque pode orientar o tratamento empírico mais adequado, de acordo com a flora bacteriana local. O objetivo deste estudo foi analisar a prevalência e perfil de sensibilidade de microrganismos isolados de secreção traqueal dos pacientes com PAV na UTI da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei - MG, assim como perfil epidemiológico desses pacientes. Foi realizado estudo transversal de prevalência, por meio de levantamento de dados de prontuários. Inicialmente foram selecionados os pacientes com cultura de secreção traqueal positiva. Posteriormente, foram identificados aqueles que se enquadravam no diagnóstico de PAV conforme critérios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Treze pacientes tinham critérios diagnósticos de PAV. Destes, 61,55% eram do sexo feminino e 38,45% do masculino. Foram identificados 15 microrganismos das culturas dos 13 pacientes que se enquadravam no diagnóstico de PAV. *Pseudomonas aeruginosa* foi a bactéria mais comumente isolada representando 40,0%, seguido de *Staphylococcus aureus*, *Acinetobacter baumannii*, *Klebsiella sp* com 13,33% cada, *Proteus mirabilis*, *Enterobacter sp* e *Bukholderia cepacia* foram responsáveis por 6,66% cada. *Pseudomonas aeruginosa* apresentou alguma resistência à Ceftazidima (33%). Estudos posteriores são necessários para acompanhar esse perfil de resistência visto tratar-se de um padrão que pode apresentar variação com o decorrer do tempo.

Palavras-chave: Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica. Bactérias. Unidade de Terapia Intensiva. Infecção Hospitalar.

1 INTRODUÇÃO

As infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) são eventos adversos que elevam consideravelmente os custos financeiros e sociais nos serviços de saúde, devido ao aumento do

1 Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica do UNIPTAN. E-mail para contato: lmendoncadani@gmail.com.

2 Discente do Curso de Medicina do UNIPTAN.

3 Docente do Curso de Medicina do UNIPTAN. Orientadora do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica do UNIPTAN.

tempo de internação e das taxas de morbidade e mortalidade. As pneumonias são responsáveis por cerca de 15% das IRAS e, aproximadamente, 25% de todas as infecções adquiridas em UTIs.

A maioria dessas pneumonias ocorre em pacientes submetidos à ventilação mecânica, denominadas Pneumonia Associada à Ventilação Mecânica (PAV). A taxa de mortalidade atribuída à PAV varia entre 24 e 50%, podendo atingir até 76% em alguns locais específicos ou quando a infecção é causada por microrganismos de alta infectividade e multirresistência (RELLO *et al.*, 1993).

A coleta da secreção traqueal é feita nos pacientes com suspeita de PAV como uma ferramenta fundamental para o diagnóstico microbiológico do agente causador dessa infecção. É uma estratégia diagnóstica simples por ser um método laboratorial exequível, de baixo custo e relativamente rápido, sendo a realidade nas UTIs de boa parte dos hospitais brasileiros (CARVALHO *et al.*, 2004).

O objetivo deste estudo foi determinar a prevalência e o perfil de sensibilidade dos microrganismos isolados em aspirado traqueal de pacientes com diagnóstico de PAV, além de avaliar as características epidemiológicas desses pacientes na UTI de um Hospital de São João del-Rei, durante o ano de 2016.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado estudo retrospectivo transversal, por meio da análise de prontuários dos pacientes internados na UTI adulto, de um Hospital de São João del-Rei, MG, no período de janeiro a dezembro de 2016. O referido hospital possui 158 leitos de internação e 10 leitos de UTI.

Os prontuários analisados foram de pacientes submetidos a ventilação mecânica com resultados positivos de cultura bacteriana de secreção traqueal. Foram selecionados aqueles que se enquadravam no diagnóstico de PAV de acordo com os seguintes critérios preconizados pela ANVISA (BRASIL, 2017): Paciente com doença cardíaca ou pulmonar de base com 2 ou mais radiografias de tórax seriadas evidenciando infiltrado, opacificação ou cavitação, ou pacientes sem doença de base com 1 radiografia alterada e pelo menos 1 dos sinais e sintomas: Febre $>38^{\circ}\text{C}$; Leucopenia ($<4.000/\text{mm}^3$) ou leucocitose ($>12.000/\text{mm}^3$); Alteração do nível de consciência em pacientes ≥ 70 anos; E pelo menos dois dos sinais e sintomas: Surgimento de secreção purulenta ou mudança das características (cor, odor, consistência e quantidade) ou

aumento da secreção; Piora da troca gasosa (aumento dos parâmetros ventilatórios ou aumento da oferta de oxigênio); Ausculta com roncosp e/ou estertores; Início ou piora da tosse ou dispneia ou taquipneia.

Para a coleta de dados foi utilizada uma planilha eletrônica por meio do programa Excel 2013. A base de dados continha variáveis essenciais para o diagnóstico de PAV.

3 RESULTADOS

Na análise dos prontuários foram detectados 75 pacientes que apresentavam resultados positivos de cultura bacteriana da secreção traqueal. Destes, 13 pacientes (17,33%) se enquadravam nos critérios de PAV preconizados pela ANVISA.

Com relação ao perfil epidemiológico dos pacientes, oito (61,55%) eram do sexo feminino e cinco (38,45%) do sexo masculino. A idade dos pacientes variou de 25 anos a 91 anos sendo a média encontrada de 69 anos.

O exame de culturas bacterianas da secreção traqueal dos 13 pacientes com diagnóstico de PAV, identificou-se 15 bactérias diferentes, sendo 13 (86,66%) Gram negativas e duas (13,33%) Gram positivas. Foi observado 11 pacientes (73,33%) com infecção por uma única bactéria e 2 (26,67%) apresentavam flora mista (duas bactérias isoladas). *Pseudomonas aeruginosa* foi a bactéria mais comumente isolada (40,0%), seguida de *Staphylococcus aureus*, *Acinetobacter baumannii* e *Klebsiella sp* com 2 isolados (13,34%) cada. *Proteus mirabilis*, *Enterobacter sp* e *Bukholderia cepacia* foram responsáveis por 1 isolado (6,66%) cada.

Considerando o principal agente causador de PAV neste estudo, a *Pseudomonas aeruginosa*, apresentou 33% de resistência à Ceftazidima e 16% à Levofloxacino, Ciprofloxacino, Cefepime e Meropenem.

4 DISCUSSÃO

O estudo realizado na UTI de um Hospital de São João del-Rei, levantou dados em um período de um ano, o que explica o pequeno número de prontuários analisados. Entretanto, os dados obtidos são importantes por evidenciar o perfil de bactérias causadoras de PAV na Instituição.

O ponto de partida do estudo foi por meio de 75 culturas positivas de secreção traqueal, o que mostra relativamente poucos microrganismos isolados no período estudado. Por meio da

análise dos prontuários desses pacientes com culturas positivas, somente 13 atenderam aos critérios de diagnóstico de PAV estabelecidos pela ANVISA, mostrando que grande parte dessas culturas positivas poderiam tratar-se na verdade de colonização e não infecção.

As bactérias Gram negativas foram marcadamente mais presentes nos isolados, representando 86,3%, enquanto as Gram positivas representaram 13,6%, achado muito semelhante com um estudo realizado em Porto Alegre que evidenciou 69,2% de Gram negativas e 30,8% Gram positivas. (TEIXEIRA *et al*, 2004).

A principal bactéria isolada nos pacientes com PAV no estudo foi *Pseudomonas aeruginosa*, o que vem de acordo com trabalho realizado no Rio de Janeiro (NETO *et al*, 2006).

Artigo publicado por Larrondo (2010) discorre sobre a problemática dos Gram negativos não fermentadores como *Pseudomonas* e *Acinetobacter* como causadores de infecções em UTIs de Cuba, sinalizando uma preocupação a nível global com essas bactérias.

Organismos multirresistentes são aqueles resistentes à várias classes de antimicrobianos. Observamos neste estudo que boa parte dos isolados Gram negativos apresentavam resistência à diferentes classes de antimicrobianos. Isso também ocorreu no estudo de Teixeira *et al* (2004), onde 82% dos isolados foram considerados multirresistentes. Porém a espécie *Pseudomonas*, mais frequentemente isolada no presente estudo, apresentou com pouca resistência aos antibióticos comumente usados no tratamento da infecção por esta bactéria. Isso pode ter ocorrido por se tratar de uma UTI pequena, com alta rotatividade e com uma equipe de médicos assistentes conscientes do uso racional de antimicrobianos.

Interessante elucidar que o protocolo institucional do local onde ocorreu o estudo, elaborado pelo Serviço de Controle de Infecção Hospitalar, preconiza, como tratamento inicial empírico para PAV, os antibióticos Cefepime e Vancomicina. As bactérias mais frequentemente isoladas apresentaram bom perfil de sensibilidade a estas drogas. Portanto, o estudo mostra que a antibioticoterapia empírica proposta está adequada à microbiota mais comumente isolada na secreção traqueal de pacientes com PAV internados na UTI dessa Instituição.

Esse estudo é limitado pelo pequeno número de pacientes com diagnóstico de PAV com isolamento bacteriano. Isso pode sinalizar a necessidade de reforçar aos médicos assistentes a importância de solicitar coleta de secreção traqueal para realização de cultura e antibiograma sempre que houver suspeita clínica de PAV.

5 CONCLUSÃO

Dos 15 isolados bacterianos do estudo, 40,0% foram de *Pseudomonas aeruginosa*, 13,33% foram de *Staphylococcus aureus* (sendo que ambos eram resistentes à oxacilina - MRSA), *Klebsiella sp* e *Acinetobacter baumannii* e 6,66% de *Proteus mirabilis*, *Enterobacter sp* e *Bukholderia cepacia*.

O principal agente causador de PAV no estudo, a *Pseudomonas aeruginosa*, evidenciou 33,3% de resistência à Ceftazidima, 16,6% de resistência à Levofloxacino, Ciprofloxacino, Cefepime e Meropenem.

Esse perfil bacteriano e de resistência vem de encontro com a terapêutica empírica prescrita para tratamento de PAV na UTI deste Hospital de São João del-Rei, que geralmente consiste nos antibióticos Cefepime e Vancomicina.

Estudos posteriores são necessários para acompanhar os casos de PAV, principalmente quanto aos isolados bacterianos, com os respectivos perfis de resistência, visto tratar-se de um padrão que pode apresentar variação com o decorrer do tempo.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionadas à Assistência à Saúde. Brasil: 2017.

CARVALHO, M.V.C.F. *et al.* Concordância entre o aspirado traqueal e o lavado broncoalveolar no diagnóstico das pneumonias associadas à ventilação mecânica. **J Bras. Pneumologia**. [S.l.], v. 30, n. 1, p. 26-27, 2004.

LARRONDO, H.M. Infecção por bacilos Gram-negativos no fermentadores. Problemática em Las unidades de cuidados intensivos. **Rev. Habanera Cienc. Med.**, v. 9, n. 5, p. 78-82, 2011.

NETO *et al.* Pneumonia associada à ventilação mecânica: Análise de Fatores Epidemiológicos na Confecção de Estratégias de Profilaxia e Terapêutica. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 344-350, 2006.

PRADE, S.S. *et al.* Estudo brasileiro da magnitude das infecções hospitalares em hospitais terciários. **Rev Contr Infec Hosp**, [S.l.] v. 2, n. 1, p. 11-24, 1995.

RELLO, J. *et al.* Impact of previous antimicrobial therapy on the etiology and outcome of ventilator-associated pneumonia. **Chest**, [S.l.], v. 23, p. 973-978, 1993.

TEIXEIRA *et al.* Pneumonia associada à ventilação mecânica: impacto da multirresistência bacteriana na morbidade e mortalidade. **J Bras Pneumologia**. v. 30, n. 6, p. 540-548, 2004.

RECICLAR É VIDA: ATUAÇÃO DE ALUNOS DE UMA COMUNIDADE DO BAIRRO SENHOR DOS MONTES DA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI/MG NA CONFEÇÃO DE CADERNOS A PARTIR DE PAPEL USADO

Yan Guilherme Ferreira Silva¹

Gabrielle Cristina Teixeira¹

Jane Daisy de S. Almada Resende²

Domingos Sávio dos Santos²

Jaíne das Graças Oliveira Silva Resende³

O objetivo do trabalho foi fabricar cadernos a partir de papel reciclado branco. O estudo foi proposto pelo UNIPTAN, financiado pela FAPEMIG, com a presença de dois bolsistas na modalidade BIC-Jr e executado no Projeto de Assistência a Crianças e Adolescentes Carentes Vida Nova, localizado em São João del-Rei/MG, que atende cerca de 20 crianças. Na 1ª fase do projeto, durante o 1º semestre de 2018, os alunos bolsistas fizeram um levantamento bibliográfico em base de dados acadêmicos e demais publicações sobre o assunto com apresentação de seminários a cada quinze dias. A 2ª etapa compreendeu a coleta, segregação e quantificação de papel usado gerado por estabelecimento comercial local, durante os meses de junho e julho de 2018. A 3ª parte foi a confecção de papel reciclado e fabricação dos cadernos. A 4ª etapa constituiu da escrita do artigo acadêmico. Foram coletados cerca de 3000kg de papel usado e utilizado cerca de 1000kg, pois, após a realização da triagem, observou-se que vários papéis não se enquadravam nos critérios de utilização para a reciclagem como papéis sujos, coloridos, encerados. Após a confecção de 50 folhas de papel reciclado foram produzidos 100 cadernos de tamanho ¼ do tipo brochura. Os impactos resultantes deste projeto foram a conscientização e aquisição de conhecimentos teórico/prático sobre a importância da reciclagem, a confecção de objetos reciclados a partir de materiais que seriam descartados indevidamente, a oportunidade de retirar esta população carente da rua e ensinamento a este público de um possível trabalho para geração de renda própria.

Palavras-chave: Papel reciclado. Fabricação de cadernos. Educação Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Com base em uma análise feita pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o Brasil produz cerca de 387 quilos de

1 Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

2 Docentes do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Colaborador do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

3 Docente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.
E-mail para contato: jaine.resende@uniptan.edu.br.

lixo/habitante/ano, a mesma quantidade de lixo que o Japão e outros países desenvolvidos, porém, apenas 40% desse lixo vai para o local adequado (GIRARDI, 2016).

Em abril de 2015, apenas 3% do lixo produzido no Brasil era reciclado, sendo que o lixo que poderia ser reaproveitado chega a 30% (PAIVA, 2015).

Segundo a publicação supracitada, o Brasil, em dez anos, aumentou o número de municípios que implantaram programas de reciclagem de 81 cidades para 900, mas isto não representa nem 20% das cidades do Brasil.

Neste contexto, é notável que o Brasil é um país que não apresenta muita preocupação para com o destino do lixo, refletindo na saúde pública e no meio ambiente, tendo em vista que quando o lixo é descartado de maneira incorreta, ele pode prejudicar todo o ecossistema ao seu redor. Praticando a reciclagem do resíduo produzido, podemos diminuir, mesmo que modestamente, alguns danos que esse material poderia gerar à natureza, se descartado indevidamente.

Este foi um dos motivos para a implantação da Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999 que consiste em “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental, aceita atualmente como sinônimo de educação para a sustentabilidade, está sendo inserida no ambiente escolar por meio de projetos ambientais envolvendo a interdisciplinaridade (NASCIMENO; ARAÚJO, 2011).

A reciclagem de papel é um dos projetos que pode ser trabalhado com alunos de várias faixas etárias. Normalmente, os discentes se interessam por este tipo de atividade prática, pois é uma metodologia dinâmica, lúdica, interativa em que os alunos desenvolvem, além da habilidade de confeccionar papel reciclado, outras habilidades como o trabalho em equipe, a socialização, a divisão de tarefas.

Esta atividade sustentável ajuda na preservação dos recursos naturais do planeta, reduz o volume de resíduos sólidos, é acessível às pessoas, de baixo custo, aumenta a fonte de renda e gera emprego, além de minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente. Por isso, há um aumento no interesse entre as pessoas por este tipo de atividade (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2011).

Portanto, este trabalho, de cunho sustentável, foi desenvolvido no Projeto de Assistência a Crianças e Adolescentes Carentes Vida Nova, localizado na cidade de São João del-Rei/MG,

que atende um público exposto a várias situações de risco. Diante deste contexto, o objetivo do estudo foi fabricar cadernos a partir de papel reciclado branco, trabalhando com os alunos a sensibilização destes sobre a preservação do meio ambiente e os principais impactos que a geração excessiva de papel pode causar na natureza.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este projeto foi desenvolvido na comunidade do Senhor dos Montes no município de São João del-Rei (21° 08' 09" S 44° 15' 43" O), localizado na região do Campo das Vertentes, pertencente ao estado de Minas Gerais.

O projeto denominado “Reciclar é vida: atuação de alunos de uma comunidade do bairro Senhor dos Montes da cidade de São João del-Rei/MG na confecção de cadernos a partir de papel usado” foi submetido à aprovação no Programa de bolsas BIC-JÚNIOR FAPEMIG/UNIPTAN.

Após aprovação, foram selecionados dois alunos do ensino médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima para tal programa que é uma modalidade de bolsa destinada a estudantes do ensino fundamental, médio e de educação profissional das escolas públicas municipais, estaduais e federais, sediadas no Estado de Minas Gerais e que queiram atuar em atividades de pesquisa.

Em seguida, firmou-se parceria com o Projeto de Assistência a Crianças e Adolescentes Carentes Vida Nova, que atende cerca de 20 crianças de 07 a 14 anos de idade aproximadamente.

Foi feito o trabalho de conscientização dos alunos do Projeto de Assistência a Crianças e Adolescentes Carentes Vida Nova pelos bolsistas da FAPEMIG, por meio de aulas teóricas, uma vez por semana, no horário de 14h às 16h, durante os meses de março a junho de 2018.

Em relação às oficinas de reciclagem, estas foram realizadas uma vez por semana, no horário de 14h às 16h, durante os meses de agosto a dezembro de 2018. As crianças foram divididas em três grupos de 06 pessoas aproximadamente. Sob a orientação de um profissional especializado, os alunos transformavam o papel usado branco em papel reciclado e este, era utilizado para a confecção de cadernos.

Primeiramente, o papel foi selecionado. Optou-se por utilizar o papel usado branco como folhas de provas, exercícios, cadernos usados, dentre outros, pois o produto final se apresenta de forma mais limpa. A seguir, o papel a ser reciclado foi picado e o mesmo colocado

de molho em água limpa em um recipiente por 2h. No passo seguinte, preencheu-se o copo do liquidificador com água, e aos poucos, foi acrescentando o papel picado. É importante não forçar o motor do liquidificador. Depois, deixou bater por cerca de 1 minuto. Retirou-se a massa do liquidificador eliminando o excesso de água (utilizando uma peneira) e repetiu o processo até refinar todas as aparas. Em seguida, a massa foi depositada no balde e acrescentou 250mL de cola branca para cada 4 litros de apara batida e escorrida e $\frac{1}{2}$ colher de chá de essência de cravo (previamente preparada com álcool e cravo) e misturou bem. O próximo passo foi encher um recipiente com água limpa e acrescentar três copos de pasta pronta (papel batido com cola e essência de cravo) e agitar bem para diluí-la por igual. Mergulhou os quadros de madeira ou alumínio (o quadro sem tela sobre o outro com a tela) até o fundo do recipiente para capturar a pasta da folha de papel. Os quadros foram retirados bem devagar, aproveitando o vácuo que se formou para secar o máximo possível a nova folha, procurando manter a tela nivelada para que a folha se forme por igual em toda a sua extensão. Já fora da água, o quadro sem tela que estava sobre o outro foi retirado. A folha de papel foi coberta com um pedaço de entretela umedecida e maior do que ela. OBS.: Na ausência da prensa deve-se secar suavemente a folha pressionando com um pano de prato por duas ou três vezes até retirar o excesso de água (FIGUEIREDO, 2007).

Sobre a placa de fórmica ou mesa, dois pedaços de feltro ou pano absorvente foram colocados. A tela com a entretela foi virada para baixo sobre o feltro ou pano absorvente. A folha do quadro foi retirada da direita para a esquerda, passando os dedos pelo canto direito da tela para soltá-la. Uma entretela umedecida foi colocada sobre a folha. Foi feita uma pilha de folhas novas, mantendo-a o mais certo possível, com as folhas coincidindo, umas exatamente acima das outras, separadas entre si por pedaços de entretela. Após a pilha pronta, cobriu-se com mais uma entretela umedecida e mais dois pedaços de feltro ou pano absorvente. Colocou-se outra placa de fórmica sobre a pilha. OBS.: Na ausência de uma prensa, pode-se colocar um peso em cima para retirar o excesso de água das folhas até que a água pare de escorrer (FIGUEIREDO, 2007).

O peso e a fórmica foram retirados de cima da pilha e, vagarosamente, o feltro até chegar às folhas de papel. As folhas, uma a uma, foram retiradas, sempre puxando a entretela por um canto para evitar que as folhas de papel se rasgassem. Cada entretela foi dependurada no varal com dois pregadores. Depois de secas, as folhas foram retiradas das entretelas sempre puxadas por um dos quatro cantos e empilhadas colocando todas as folhas com a mesma face para cima

e alinhadas. Pôs-se um peso para alisar as folhas, substituindo a prensa e deixou-as de um dia para o outro (FIGUEIREDO, 2007).

Após a confecção do papel reciclado branco, estes foram utilizados para a montagem de cadernos com tamanho $\frac{1}{4}$ tipo brochura que foram distribuídos aos próprios alunos envolvidos no projeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram coletados cerca de 3000kg de papel usado e utilizado cerca de 1000kg, pois, após a realização da triagem, observou-se que vários papéis não se enquadravam nos critérios de utilização para a reciclagem como papéis sujos, coloridos, encerados, dentre outras características específicas. Após a confecção de 50 folhas de papel reciclado foram produzidos aproximadamente 100 cadernos de tamanho $\frac{1}{4}$ do tipo brochura. Estes dados corroboram com os valores obtidos no trabalho de Nascimento *et al.* (2018), em que também foi verificado que, a grande quantidade de papel coletado seria descartada de forma indevida para o meio ambiente gerando contaminação ao solo, lençóis freáticos, ar, dentre outras.

Este projeto foi aplicado aos jovens da comunidade do Senhor dos Montes da cidade de São João del-Rei/MG e a turma foi dividida em pequenos grupos para a participação nas oficinas de reciclagem de papel.

O trabalho foi recebido e desenvolvido pelos alunos com grande expectativa e boa aceitação por todos os participantes e os resultados foram satisfatórios. A maioria do público envolvido nas oficinas era muito participativa, completamente absorvida na confecção do produto final, pois os cadernos seriam destinados aos próprios alunos. Kovaliczn *et al* (2009) relataram em seu trabalho que, quando o estudo é realizado com o público infantil, somente a informação não é suficiente para revelar um comportamento satisfatório e duradouro e, portanto, há a necessidade do desenvolvimento de atividades alternativas como relatado neste projeto.

O papel da extensão é justamente introduzir a prática do conhecimento por meio da teoria e aproximar a comunidade acadêmica da sociedade, quebrando antigos e engessados métodos de ensino e aprendizagem, promovendo um processo dinâmico, articulador, com ações educativas motivacionais para o discente, em que ele aprende a teoria associada à prática como demonstra no trabalho do autor supracitado.

A extensão participa ativamente da minimização e/ou resolução de alguns problemas banais, mas que podem gerar consequências sérias a curto, médio e a longo prazo para a sociedade e o meio ambiente. Agravos estes como o descarte inadequado de resíduos sólidos, como por exemplo, o papel. Por meio das ações extensionistas promovidas por este estudo, foi possível diminuir o desperdício na geração e descarte deste material, reaproveitando-o e/ou reciclando-o, corroborando com o trabalho de Nascimento *et al* (2018).

5 CONCLUSÃO

A era dos descartáveis atinge diretamente a preservação do meio ambiente, pois finaliza os recursos ditos “renováveis” uma vez que o ecossistema não consegue absorver a grande quantidade de lixo produzido pela população. Diante deste cenário, a escola é peça fundamental para se trabalhar alguns hábitos para o consumo consciente, como o reaproveitamento e/ou a reciclagem de papel por meio de atividades práticas. Os resultados obtidos neste trabalho foram a confecção de cadernos a serem utilizados pelos próprios alunos compondo o material escolar destes; a conscientização sobre a importância da redução e reutilização dos resíduos sólidos como o papel, por exemplo, e a geração de renda a partir destes materiais. Este público, por meio dos conhecimentos teóricos/práticos adquiridos passam a ser multiplicadores dessa ideia.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9795/1999** que dispõe sobre a Educação Ambiental. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm > Acesso em: 28 jan. 2019.
- FIGUEIREDO, Rodrigo Teixeira de. **Técnicas de produção de papéis artesanais e reciclados: produção e arte de papel reciclado na geração de trabalho e renda**. Fundação Bradesco. 2007. 59p.
- GIRARDI, Giovana. Brasil produz lixo como primeiro mundo, mas faz descarte como nações pobres. **Jornal Estadão**. 2016. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/brasil-produz-lixo-como-primeiro-mundo-mas-faz-descarte-como-nacoes-pobres/>> Acesso em: 28 jan. 2019.
- KOVALICZN, Rosilda Aparecida, FADEL, Cristina Berger., BUSCH, Olívia Mara Savi *et al*. **Promovendo a saúde na aldeia da criança: relato de uma experiência multidisciplinar**. UDESC em Ação, v. 3, n. 1, 2009.
- NASCIMENTO, Aline Gadelha; ARAÚJO, Milânea Corcino de; **A reciclagem de papel como ferramenta de educação ambiental na Escola Estadual Nestor Lima Natal/RN**. In: Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade / Giovanni Seabra, Ivo Mendonça (organizadores). – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. V. 4 1.633 p.: il.
- NASCIMENTO, Fernanda Sottani; REIS, Diego Lacerda; RESENDE, Jane Daisy de Sousa Almada; SANTOS, Domingos Sávio dos; RESENDE, Jaíne das Graças Oliveira Silva. **Reciclagem de papel e criação de produtos: Uma proposta de educação ambiental e social com jovens da comunidade do Senhor dos Montes da cidade de São João Del-Rei/MG**. Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN (3. : 2018 : São João del-Rei, MG). Anais [recurso eletrônico] / III Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN, 21, 22 e 23 de março de 2018,

São João del-Rei, MG / Organizado por: Coordenação de Pesquisa e Extensão – São João del-Rei, MG : UNIPTAN, 2018.

PAIVA, Roberto. Apenas 3% de todo o lixo produzido no Brasil é reciclado. **Jornal Hoje**. São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/04/apenas-3-de-todo-o-lixo-produzido-no-brasil-e-reciclado.html>> Acesso em: 28 jan. 2019.

RELAÇÃO ENTRE A PRESERVAÇÃO DO SNC E A QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS

Isabela Franciele Silveira¹

Rubens Bagni Torres²

Vanessa Conrado Montalvão Torres³

O objetivo deste estudo foi realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a relação entre a preservação do Sistema Nervoso (SN) e qualidade de vida em idosos. O SN tem a função de coordenar nossos movimentos voluntários e os involuntários. Tal sistema é dividido em dois modelos: Sistema Nervoso Central (SNC) e Sistema Nervoso Periférico (SNP). O primeiro tem em sua composição estruturas localizadas entre o crânio e a medula espinhal, e o SNP é constituído por nervos cranianos, gânglios e terminações nervosas. O córtex cerebral é uma complexa região do SNC e desempenha também funções complexas como motricidade, sensibilidade e todos os mecanismos cognitivos correlatos – memórias incidental, imediata e tardia, linguagem, aprendizagem, consciência, entre outros. A partir da terceira década de vida é sabido que ocorre o declínio estrutural do SNC e regiões do hipocampo, córtex frontal, parietal e temporal tendem a apresentar uma maior atrofia com o envelhecimento regiões estas que são responsáveis por funções como memória, motricidade, planejamento motor e associação de informações. Qualidade de vida é um conceito que engloba critérios objetivos e mensuráveis, como funcionamento fisiológico ou a manutenção das atividades de vida diária, bem como componentes subjetivos, como satisfação de vida, que traduzem o balanço entre as expectativas e os objetivos alcançados. À medida que envelhecemos a qualidade de vida é fortemente determinada pela habilidade de manter autonomia e independência. Sendo assim, um envelhecimento bem-sucedido é acompanhado de qualidade de vida e bem-estar.

Palavras-chave: Idoso. Atividade Física. Exercício Físico. Funcionalidade. SNC.

1 INTRODUÇÃO

Nahas (2006) define o envelhecimento como um processo gradual, universal e irreversível, provocando uma perda funcional progressiva no organismo. Segundo a (OMS, 2018) a quantidade de pessoas no mundo com mais de 60 anos dobrou nos últimos 30 anos e

¹ Discente do Curso de Educação Física do UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Docente do Curso de Educação Física do UNIPTAN. Orientador do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior Particular – FUNADESP.

³ Mestre em Saúde Mental (LAPSAM/UFSJ) pela Universidade Federal de São João del-Rei/Minas Gerais/Brasil. Colaboradora do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento e Aprendizagem Motora/GEDAM pela Escola de Educação Física, Terapia Ocupacional e Fisioterapia da Universidade Federal de Minas Gerais (EEFFTO/UFGM) Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil). E-mail para contato: rubens.torres@uniptan.edu.br.

deve chegar a dois bilhões até 2050. A população brasileira está em trajetória de envelhecimento e, até 2060, o percentual de pessoas com mais de 65 anos passará dos atuais 9,2% para 25,5%. Ou seja, 1 em cada 4 brasileiros será idoso (IBGE, 2018).

A partir da terceira década de vida é sabido que ocorre o declínio estrutural do sistema nervoso central. De acordo com Sugiura (2016) um declínio na velocidade de processamento de informações e de memória são provocados pelo envelhecimento neural.

O Sistema Nervoso (SN) tem a função de coordenar nossos movimentos voluntários e os involuntários (POWERS; HOWLEY, 2000, D'ANGELO; FATTINI, 2002). Tal sistema é dividido em dois modelos: Sistema Nervoso Central (SNC) e Sistema Nervoso Periférico (SNP). O primeiro tem em sua composição estruturas localizadas entre o crânio e a medula espinhal, e o SNP é constituído por nervos cranianos, gânglios e terminações nervosas (POWERS; HOWLEY, 2000). O córtex cerebral é uma complexa região do SNC e desempenha também funções complexas como motricidade, sensibilidade e todos os mecanismos cognitivos correlatos – memórias incidental, imediata e tardia, linguagem, aprendizagem, consciência, entre outros (NAVEH-BENJAMIN, 2007).

Conhecer os processos que ocorrem no SN é de extrema importância, principalmente quando se trata do envelhecimento, pois as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde e funcionalidade são de suma importância para este sistema, pois envolvem modificações de inputs sensoriais e reações (automáticas, reflexas e voluntárias) motoras e tais modificações prejudicam a performance do sujeito, mesmo nas tarefas básicas – atividades de vida diária básicas, como nas complexas – atividades de vida diária instrumentais (BEAR *et al.*, 2002). Particularmente em relação ao sistema vestibular, sua alteração pode propiciar dependência funcional e exclusão social (PANSA *et al.*, 2003).

O comprometimento no desempenho neuromuscular, evidenciado por paresia, incoordenação motora, lentidão e fadiga muscular, constitui um aspecto marcante neste processo. Evidências científicas indicam claramente que a participação em programas de atividades físicas é uma forma independente para reduzir e/ou prevenir uma série de declínios funcionais associados com o envelhecimento (VOGEL *et al.*, 2009; NELSON *et al.*, 2007; OMS, 2005).

O conceito de qualidade de vida relaciona-se à autoestima e ao bem-estar pessoal e abrange uma grande gama de aspectos, tais como: capacidade funcional, nível socioeconômico, estado emocional, interação social, atividade intelectual, autocuidado, suporte familiar, estado de saúde, valores culturais, éticos e religiosidade, estilo de vida, satisfação com o emprego e/ou

com as atividades da vida diária e com o ambiente em que se vive (VECCHIA, RUIZ, BOCCHI; CORRENTE, 2005). Assim, o conceito de qualidade de vida é subjetivo e dependente do nível sociocultural, da idade e das aspirações pessoais de cada indivíduo (NERI, 2007b, 2007c; Vecchia *et al.*, 2005). O World Health Organization Quality of Life (WHOQOL, Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde) definiu qualidade de vida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive, em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (WHO, 1998). Por se tratar de um constructo subjetivo e determinado por inúmeras variáveis, a definição de qualidade de vida se torna muito difícil.

A prática de exercícios físicos tem demonstrado auxiliar no tratamento das doenças crônico-degenerativas, além de ter um efeito neuroprotetor e preventivo no desenvolvimento de doenças neurodegenerativas (COELHO *et al.*, 2013) é associada à melhoria das funções cognitivas (COLCOMBE; KRAMER, 2003) e executivas (VOSS *et al.*, 2010).

Compreender o envelhecimento como um processo sociovital multifacetado e se conscientizar de que se trata de um fenômeno irreversível é de suma importância para que todos, profissionais da saúde, governo, sociedade em geral e os próprios idosos, vejam a velhice não como finitude, mas como um momento do ciclo da vida que requer cuidados específicos, o qual pode e deve ser desfrutado com qualidade (WITTER; BURITI, 2011). Isso justifica a importância de propostas de intervenção que estimulem o uso ativo do corpo, pois é consenso entre os profissionais de saúde que a manutenção de um estilo de vida ativo é um fator determinante para o sucesso do processo de envelhecimento (JANUÁRIO *et al.*, 2009).

Desse modo, avaliar as condições de vida do idoso é importante para o desenvolvimento de alternativas válidas de intervenção em programas de saúde, políticos e sociais (GALISTEU *et al.*, 2006). Também é necessário o desenvolvimento de pesquisas e práticas de saúde que se preocupem com a qualidade de vida durante o processo de envelhecimento (JANUÁRIO *et al.*, 2009).

2 MATERIAL E MÉTODOS

A ferramenta utilizada para execução deste estudo teve como base a pesquisa bibliográfica narrativa, na busca por fontes científicas (artigos de revistas, livros etc.) sobre o tema atividade/exercício físico, idoso e SNC, reunindo e comparando os diferentes dados encontrados nas fontes de consulta e listando os principais fatores que correlacionam o tema

central do estudo. Além disso, foi feita busca manual ativa nas listas de referências dos artigos selecionados pela busca eletrônica.

Após a busca nas bases de dados, os estudos foram selecionados inicialmente por título, seguido pela análise do resumo. Os estudos que atenderam aos critérios de inclusão foram selecionados para a análise do texto na íntegra e tiveram suas listas de referências examinadas pela busca manual ativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Define-se como idoso todo indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos para países em desenvolvimento ou 65 anos, no caso de nações desenvolvidas (OMS, 2005). Indicadores específicos como morbidade, mortalidade e qualidade de vida refletem as condições de saúde da população idosa, portanto, manter a autonomia e independência durante o processo de envelhecimento é uma meta fundamental a ser alcançada.

Segundo Murman (2015) e Sugiura (2016), regiões do hipocampo, córtex frontal, parietal e temporal tendem a apresentar uma maior atrofia com o envelhecimento e estas regiões são responsáveis por funções como memória, motricidade, planejamento motor e associação de informações. Perdas teciduais e a mudanças na mielinização das fibras nervosa, incidem diretamente na redução no volume de substância branca, provocadas por esta atrofia (MURMAN, 2015). Uma maneira que tem sido cada vez mais frequentemente apontada de se retardar o envelhecimento do SN e combater possíveis condições demenciais e neurodegenerativas relacionadas à idade seria o engajamento do indivíduo na prática regular de exercícios físicos (COELHO *et al.*, 2013).

Estudos demonstraram que a prática de exercício físico tanto de forma crônica como aguda apresenta efeitos neuroprotetores e neurogênicos no SNC de indivíduos idosos. Em termos funcionais, os resultados apontaram para uma melhoria principalmente em regiões e redes neurais associada com melhores desempenhos cognitivos, como aumento da memória, maior flexibilidade cognitiva e menor tempo de identificação e reação a estímulos (SCIANNI *et al.*, 2018).

Vários são os fatores que influenciam a QV, dentre eles, o estado de saúde, as relações familiares, longevidade, disposição, lazer, satisfação no trabalho, salário, prazer, espiritualidade, capacidade funcional, enfraquecimento, deficiência, nível de atividade física, parâmetros antropométricos e uso de medicamentos. Constata-se que QV é um termo amplo e

subjetivo, com definições diferentes para diversos autores, dependendo também da influência de aspectos e percepções individuais, sociais e ambientais (NAHAS, 2010)

Com o aumento global da expectativa de vida, passou-se a refletir que não adianta apenas proporcionar ao indivíduo uma longevidade, mas é também necessário garantir meios para que ele passe esses anos de maneira satisfatória. Dessa forma, se intencionaria não somente uma existência longa, mas uma vida associada à autonomia, suporte social, bem-estar, amor e felicidade, entre outros (OMS, 1991).

4 CONCLUSÃO

Por meio deste estudo pode-se constatar que com o avançar da idade, não se pode impedir que ocorram alterações físicas e psíquicas inerentes ao envelhecimento. Porém muitas destas alterações podem ser evitadas/minimizadas por meio de hábitos ao longo da vida. A prática de exercício físico tanto de forma crônica como aguda apresenta efeitos benéficos no SN dos idosos, com evidências positivas para os efeitos neuroprotetores em diversas áreas cerebrais, prevenindo e auxiliando no tratamento das doenças neurodegenerativas como a doença de Alzheimer, doença de Parkinson, doença de Huntington e demência e também efeitos neurogênicos no SNC, como melhoria na ativação das unidades motoras e no fator protetor para as disfunções cardiovasculares comumente observadas nessa população.

No contexto atual de envelhecimento populacional, e a crescente necessidade de melhorar a qualidade nessa fase da vida, a utilização de estratégias e programas de atividades físicas orientadas por profissionais gabaritados, mostra-se como uma alternativa eficiente para o desenvolvimento físico e psicológico, onde a conservação estrutural do SNC é fator primordial para que isso ocorra. Estes fatores possibilitam a autopercepção das tensões físicas e emocionais, melhoram a capacidade de mobilidade, diminuem a dor e o desconforto, proporcionando um relaxamento e maiores condições de cuidado de si e uma melhor compreensão desta fase da vida, promovendo a construção do autocuidado, tornando a vida do idoso mais proveitosa e funcional. Neste contexto, o Educador Físico mostra-se como um dos profissionais da área da saúde mais capacitados para o desenvolvimento de estratégias corporais para promoção da saúde e qualidade de vida dessa população.

REFERÊNCIAS

- ACSM's Guidelines for Exercise Testing and Prescription. Philadelphia: Lippincott Williams; Wilkins, 6th edition, 2000.
- ASTRAND PO. Age is not a barrier: a personal experience. In: Quinney HA, Gauvin L, Wall AET (orgs.). Toward Active Living. Champaign: Human Kinetics, 1994:147-152.
- BEAR, M.F., COMMORS, B.W., PARADISO, M.A. Neurociências: desvendando o sistema nervoso. 2ª. ed. Porto Alegre: Artes Médicas 2002, 856p.
- BLAIR SN, Kohl HW 3rd, Barlow CE, Paffenbarger RS Jr, Gibbons LW, Macera CA. Changes in physical fitness and all-cause mortality: a prospective study of healthy and unhealthy men. JAMA 1995; 273:1093-8.
- CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E., CHRISTENSEN, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. Public Health Reports, 100:126–131, 1985.
- COELHO F.G.M., GOBBI S., ANDREATTO C.A., CORAZZA D.I., PEDROSO R.V., R.F. GALDURÓZ S. Physical exercise modulates peripheral levels of brain-derived neurotrophic factor (BDNF): A systematic review of experimental studies in the elderly Arch Gerontology Geriatr, 56 (2013), p. 10-15
- COLCOMBE, S., KRAMER, A.F. Fitness effects on the cognitive function of older adults: a meta-analytic study Psychol. Science., 14 (2003), p. 125-130
- DUARTE, Y, A. O.; ANDRADE, C. L.; LEBRÃO, M. L. O Índice de Katz na avaliação da funcionalidade dos idosos. Revista Escola Enfermagem/USP, 41(2):317-25, 2007.
- GALISTEU K.J., FACUNDIM S.D., RIBEIRO R.C.H.M., SOLER Z.A.S.G. Qualidade de vida de idosos de um grupo de convivência com a mensuração da escala de Flanagan. Rev Arq Ciênc Saúde. 2006;13(4):209-14.
- GUISELINI M. Atividade física e qualidade de vida. Informe Phorte, São Paulo, 1999;1:3.
- JANUÁRIO, R.S.B., SERASSUELO Jr. H., LIUTTI. M.C., DECKER D., MOLARI M. Qualidade de vida em idosos ativos e sedentários. Conscientiae Saúde. 2011.
- JOHNSON JM, BALLIN SD. Surgeon general's report on physical activity and health is hailed as a historic step toward a healthier nation. Circulation 1996; 94:2045.
- MACIEL M. G. Atividade física e funcionalidade do idoso. Motriz, Rio Claro, v.16 n.4, p.1024-1032, out./dez. 2010.
- MURMAN, D.L. The Impact of Age on Cognition Semin Hear., 36 (2015), p. 111-121
- NAHAS, MV. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 5.ed. Londrina: Midiograf, 2010.
- NAVEH-BENJAMIN, M., COWAN, N., KILB, A., CHEN, Z. Age-related differences in immediate serial recall: dissociating chunk formation and capacity. Mem Cogn 2007; 35:724-37.
- NELSON, M.E.; REJESKI, W. J.; BLAIR, S.N.; DUNCAN, P.W.; JUDGE, J.O. *et al.* Physical activity and public health in older adults: recommendation from the American College of Sports Medicine and the American Heart Association. Medicine Science Sports Exercice. 2007, Aug; 39(8):1435-45.
- NERI, A. L. (Org.). (2007b). Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea.
- NERI, A. L. (2007c). Qualidade de vida na velhice e subjetividade. In A. L. Neri (Org), Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Principios de las naciones unidas a favor de las personas de edad: resolución 46/91. Ginebra: OMS; 1991.

PAFFENBARGER RS Jr. Forty years of progress: physical activity, health, and fitness. In: American College of Sports Medicine 40th Anniversary Lectures, 1994.

PATE RR, PRATT M, BLAIR SN, HASKELL WL, MACERA CA, BOUCHARD C, *et al.* Physical activity and public health - a recommendation from the Centers for Disease Control and Prevention and the American College of Sports Medicine. JAMA 1995; 273:402-7.

POWERS, S.K.; HOWLEY, E. T. Fisiologia do exercício Fisiologia do exercício: Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 3. ed. São Paulo: Manole, 2000.

PANSA, F.C.S., GARDIL, T., CHIARELLO, B., DRIUSSO, P. Treino de Equilíbrio em mulheres idosas. Fisioter UNICID 2003; 2:89-99.

SCIANNI, A.A., SILVA, G.F., SILVA, J.S., BENFICA, P.A., FARIA, C.M. Efeitos do exercício físico no sistema nervoso do indivíduo idoso e suas consequências funcionais. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 2018.

SUGIURA, M. Functional neuroimaging of normal aging: Declining brain, adapting brain Ageing Res Rev., 30 (2016), p. 61-72

VECCHIA, R. D., RUIZ, T., BOCCHI, S. C. M.,; CORRENTE, J. E. (2005). Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. Revista Brasileira de Epidemiologia, 8(3), 246-52.

WITTER, C.,; BURITI, M. A. (2011). (Orgs.), Envelhecimento e contingências de vida. Campinas: Alínea.

SENSIBILIZAÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEL: RELATO DE UM INTEGRANTE DO PROJETO SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO REALIZADO NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI - MG

Júlia Aparecida Rodrigues Almeida¹
Larissa Samara de Paula¹
Laísa Santos Magalhães²
Luciana Martins Ezequiel Sousa Lima³

A sustentabilidade ambiental é fundamental à humanidade, uma vez que a mesma é dependente dos recursos dispostos no planeta. Nessa perspectiva é imprescindível que as civilizações adotem práticas voltadas para a reciclagem e reutilização dos resíduos, que são descartados de maneira inapropriada, elevando assim a poluição ambiental. Logo, o presente estudo teve como finalidade promover a educação ambiental por meio de ações de reciclagem de resíduos (óleo de cozinha pós consumo, caixa de leite, cartela de ovo entre outros), assim como a doação e venda dos mesmos, estudar a viabilidade de comercialização desses produtos reciclados e mensurar se há participação dos empresários da região em atividades ambientalmente sustentáveis. Sendo assim, para embasar o estudo foi feito um apanhado bibliográfico a respeito do tema estudado, realizou-se um questionário, que foi aplicado a uma amostra de 500 indivíduos da cidade de São João del-Rei em outubro de 2018, que tinha como objetivo analisar se a comunidade compraria produtos derivados da reciclagem, além disso, foram feitas comparações de coleta, produção, doação e venda dos produtos feitos pelo projeto Sustentabilidade em Ação durante dos anos de 2017 e 2018. Baseando-se no questionário aplicado, foi possível constatar que os indivíduos entrevistados têm interesse em aderir o uso de produtos reciclados, porém poucos já tiveram contato com tal tipo de produto (35%). Portanto, ações de reciclagem, reuso e remanufatura são fundamentais para preservar os recursos do planeta Terra e devem ser inseridas cada vez mais na sociedade para a preservação dos recursos e da humanidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Poluição. Resíduos Sólidos. Reciclagem.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente no século XXI vivenciamos um constante consumismo, que foi imposto pela atual sociedade capitalista que vem a utilizar cada vez mais os recursos dispostos no planeta. Dessa forma é importante nos atentar para a preservação ambiental, visto que toda

¹ Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

² Discente do Curso de Administração do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Voluntária do Programa de Iniciação Científica do UNIPTAN.

³ Docente do Curso de Administração do UNIPTAN. Doutoranda pela Pontifícia Universidade de Minas Gerais (PUC-MG). Orientadora do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: luciana.lima@uniptan.edu.br.

interação do homem impacta diretamente na fauna e na flora presente. Sendo assim é imprescindível que os indivíduos assim como as organizações, aprendam a fazer uso da reciclagem, remanufatura e reutilização dos resíduos sólidos urbanos (RSU) a fim de preservar a vida humana. De acordo com o Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, um desenvolvimento sustentável é aquele que além de suprir as necessidades das atuais gerações, consegue atender as demandas das gerações futuras (CMMAD, 1988, p. 46).

Nesse contexto, é de suma importância aproveitar os resíduos, separando-os e discriminando o que é reutilizável para haver uma efetiva reciclagem de resíduos (COSTA, 2004).

Sendo assim, o presente estudo é relevante para toda sociedade civil, uma vez que, o tema é voltado para a preservação ambiental e visa sensibilizar a comunidade sanjoanense a aderir práticas voltadas para a minimização dos impactos ambientais gerados pelo homem. Portanto, o objetivo do estudo foi promover a educação ambiental por meio de ações de reciclagem de resíduos (óleo de cozinha pós consumo, caixa de leite, cartela de ovo, palitos de picolé, rolo de papel higiênico, entre outros), assim como a doação e venda dos mesmos, estudar a viabilidade de comercialização desses produtos reciclados e avaliar se há participação dos empresários sanjoanenses para preservação dos recursos finitos do planeta Terra.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para embasar o estudo foi realizado um apanhado bibliográfico a respeito dos temas voltados para sustentabilidade ambiental, sensibilização ambiental, poluição de resíduos sólidos assim como o seu processo de reciclagem. Pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica é o estudo em materiais já publicados em meio eletrônico e físico e que é acessível ao público interessado (VERGARA, 2005, p 48).

Além disso foram analisados os relatórios do projeto Sustentabilidade em Ação dos anos de 2017 e 2018, a fim de comparar a quantidade coletada de resíduos, a quantidade de parceiros do projeto, a quantidade de material reciclado assim como sua doação e venda. Na visão de Vergara (2005), uma investigação documental é a realizada em documentos conservados seja de órgãos públicos, privados, ou com indivíduos, por meio de seus registros, memorandos, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, diários, cartas pessoais entre outros materiais.

Ainda, para validar o estudo, foi feita uma pesquisa de campo na cidade de São João del-Rei, onde foi aplicado um questionário para 500 indivíduos da cidade. Foram feitas 4 perguntas aos entrevistados: 1) Qual o seu sexo? 2) Qual a sua escolaridade? 3) Você já comprou algum produto reciclado? 4) Você compraria algum produto reciclado? O questionário foi realizado no mês de outubro de 2018. Dessa maneira, umas das abordagens utilizadas no estudo também é a quantitativa, que tem como cunho preocupar-se com a quantificação dos dados coletados, por meio do uso de técnicas estatísticas para sua medição (FONSECA, 2002). Dessa maneira, o objetivo final de uma pesquisa com enfoque quantitativo é “quantificar” os dados para generalizar os resultados de uma amostra para a população-alvo, sempre coletados a partir do maior número possível de casos que correspondam a uma amostra representativa, por meio de instrumentos estruturados e cuja análise se dê utilizando estatística (MALHOTRA, 2001).

Para validar a amostra de 500 indivíduos foi utilizado o Software MiniTab para estimar a proporção populacional considerando uma proporção desconhecida (0,50 para p), ou seja 50% para ambos, considerando-se uma margem de erro de 4% e um intervalo de confiança de 90%, o que resultou no total de 402 elementos. A amostra selecionada foi probabilística, onde os elementos foram selecionados de forma aleatória (números gerados aleatoriamente no software MiniTab). Para validar os questionários aplicados, foi realizado um pré-teste no intuito de minimizar possíveis falhas e evitar a interpretação incorreta dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas 500 entrevistas por meio das quatro perguntas selecionadas e descritas acima aos habitantes da cidade de São João del-Rei. O questionário aplicado teve como objetivo principal identificar se a população Sanjoanense está disposta a comprar produtos derivados da reciclagem. Sendo assim, a partir da amostra constatou-se que (63%) dos entrevistados são do sexo feminino e (37%) do sexo masculino. Ainda, foi possível identificar os percentuais de escolaridade, a maioria da amostra entrevistada, (36%), tem graduação completa, (19%) possui ensino médio completo, (15%) ainda não concluíram a graduação, (13%) possui o ensino fundamental completo, (10%) possui o ensino médio incompleto, (5%) possui pós-graduação e apenas (2%) não concluíram o ensino fundamental.

Também foi perguntado aos entrevistados se eles já haviam comprado algum produto reciclado e por meio do gráfico a seguir podemos analisar os percentuais obtidos.



Gráfico 1. Fonte: Dados de pesquisa (2018).

Diante dos fatos, pode-se mensurar que mais da metade da amostra nunca comprou um produto reciclado, resultando em apenas 175 indivíduos que já adquiriram algum produto advindo desse processo.

Portanto, é importante que haja uma sensibilização ambiental da população Sanjoanense por meio de uma efetiva educação ambiental. Pois é essencial que tal população tenha contato com esse tipo de processo e produto.

Neste contexto, a adoção da reciclagem, remanufatura e reutilização de materiais é importante para auxiliar na minimização dos impactos gerados pelo homem na natureza. Assim como é importante para as organizações pois os *stakeholders* estão cada vez mais exigentes quanto às atitudes socioambientais dos empreendimentos do século XXI (PEATIE; CHARTER, 2005, p. 517)

Além disso foi questionado aos habitantes da cidade, se eles comprariam algum produto reciclado, e baseando-se no questionário, 78% disseram que fariam o uso de tal tipo de produto e 22% alegaram que não tem interesse em comprar produtos reciclados.

Logo, é possível constatar que muitos indivíduos têm interesse em adquirir um bem reciclável, porém muitas vezes eles não possuem conhecimento a respeito e nem a oportunidade de compra dos mesmos na região.

Levando em consideração os relatórios que exibem os níveis de parceria, produção e doação/ reciclagem quando comparados os períodos de 2017/2018 e 2018/2019, ou seja, a coleta de garrafa PET passou de 260 para 300 unidades coletadas, os rolos de papel higiênicos passaram de 50 unidades para 100, as cartelas de ovo passaram de 15 para 40 unidades. Ainda foi possível constatar que houve aumento na produção de flores com as cartelas de ovo que de

25 passou para 60 unidades, as mandalas passaram de 10 para 15 unidades e as camas de cachorro/gato feitas com PET passaram de zero para 7 unidades. Além disso foram realizadas as vendas no período de 2018/2019 por meio da Boutique Sustentável, que totalizou em uma venda de uma carteira feita a partir da caixa de leite e 4 camas de cachorro/gato feitas com PET.

Sendo assim é necessário que sejam feitas ações de cunho socioambiental para promover ações como oficinas, palestras e minicursos que incentivem a reciclagem dos resíduos sólidos urbanos e a compra de produtos advindos da reciclagem.

3 CONCLUSÃO

Sendo assim, o presente estudo teve como finalidade promover a educação ambiental por meio de ações de reciclagem de resíduos sólidos urbanos, assim como a doação e venda dos mesmos, estudar a viabilidade de comercialização desses produtos reciclados e a participação das empresas da região em ações sustentáveis.

Para validar o estudo foram feitas pesquisas bibliográficas, aplicação de questionário a uma amostra de 500 pessoas na cidade de São João del-Rei e análise e comparação dos dados do projeto com o período anterior.

Tendo em vista os percentuais obtidos, foi constatado que a população tem interesse em adotar práticas sustentáveis, porém não são incentivadas a isso, não tem o conhecimento a respeito e possuem uma cultura resistente a compra e consumo de produtos verdes. A fim de promover a compra de produtos sustentáveis o projeto Sustentabilidade em Ação criou a Boutique Sustentável onde as vendas foram efetuadas de maneira online, em 2018 por meio do *whatsapp* e 2019 por meio do *site* e *whatsapp* do projeto.

Sendo assim é importante que tenha um envolvimento maior do setor público e privado com a sociedade civil para mitigar os efeitos que degradam o meio ambiente e por meio de fiscalizações, incentivos para promover ações de sensibilização e educação ambiental.

REFERÊNCIAS

COSTA, S.S. **Lixo mínimo: uma proposta ecológica para hotelaria**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004. 122 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1988. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PEATIE, K.; CHARTER, M. Marketing Verde. *In*: Michael J. Baker (org). **Administração de Marketing: conceitos revistos e atualizados**. Rio de Janeiro: Elsevier, p.517, 2005.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

SOBRECARGA E SATISFAÇÃO COM O TRABALHO DE PROFISSIONAIS DE EQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Bianca Cristina Silva de Assis¹
Girliani Silva de Sousa²
Gisele Geralda Silva³
Maria Odete Pereira²

Objetivou-se analisar os níveis de sobrecarga e satisfação com o trabalho de profissionais atuantes em equipes da atenção primária à saúde de um município de pequeno porte de Minas Gerais. Estudo com triangulação de métodos, utilizando-se metodologia quantitativa e qualitativa. É possível perceber que os participantes relatam baixa Exaustão Emocional, baixa despersonalização e alta Realização Pessoal; resultando em baixo nível de *burnout*. Em relação à satisfação, os maiores níveis se encontram na Satisfação Intrínseca no Trabalho. Apesar dos achados serem satisfatórios em relação ao trabalho, os profissionais relatam insatisfação em relação à desvalorização e questão salarial. É preciso que a gestão busque medidas de melhorar os quesitos que trazem insatisfação aos profissionais, implementação de políticas públicas e ajuda aos profissionais sempre que necessário, eliminando metas verticalizadas e qualquer possibilidade de gestão autoritária.

Palavras-chave: Pessoal de saúde. Carga de trabalho. Esgotamento Profissional. Atenção Primária à Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A sobrecarga de trabalho é definida por diversos conceitos que se referem à carga de trabalho, como “estresse psicológico” (FOLKMAN *et al.*, 1986), “*burnout*” (MASLACH; JACKSON, 1981) ou “sobrecarga” (LI-PING CHOU; LI CHUNG-YI LI.; SUSAN C HU, 2014), sendo uma pluralidade de formas para medir tal fato.

A sobrecarga de trabalho é definida ainda como algo que exige em excesso do trabalhador e que leva a uma sensação de estar no limite de uma somatória de situações estressantes, tendo como desdobramentos o cansaço e a falta de paciência (FERNANDES *et al.* 2008).

1 Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Av. Prof. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30130-100. E-mail: bianca.ufsj@hotmail.com.

2 Departamento de Enfermagem Aplicada. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Av. Prof. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30130-100.

3 3Graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Av. Prof. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30130-100. E-mail: gihsilvaenf@gmail.com.

Evangelista e colaboradores (2011) indicam que a sobrecarga de trabalho em profissionais da Atenção Primária à Saúde dificulta a execução das tarefas e o atendimento e acolhimento aos usuários. Com isso, os trabalhadores criam condições para as práticas assistemáticas já instituídas, que não geram qualquer motivação de mudança de comportamentos, apenas em busca somente de uma ideologia de desenvolvimento econômico e cumprimentos de regras.

A complexidade laboral dos profissionais de saúde, considerando as relações interpessoais com os demais profissionais e a vivência do sofrimento dos usuários, também pode fazer com que o profissional se sinta insatisfeito com o trabalho. A satisfação no trabalho é um fenômeno complexo com vários fatores causais, incluindo ambiente de trabalho, formação, supervisão e gestão (MORAIS *et al.*, 2016; LERNER *et al.*, 2011).

Zhang e colaboradores (2012) acreditam que a satisfação no trabalho é considerada o melhor preditor de intenções dos profissionais de saúde em permanecer no serviço, assim como da qualidade da assistência e desempenho profissional. Isto se explica pelo aumento do comprometimento organizacional pelos enfermeiros quando apresentam maiores níveis de satisfação profissional.

Gomes, Mendes e Fracolli (2016) afirmam que o fato da Estratégia de Saúde da Família (ESF) ser um modelo voltado ao reconhecimento das condições de vida, vulnerabilidade e necessidade de conhecimento de como os usuários adoecem e morrem, é de grande importância que os profissionais tenham várias competências a fim de estimular e orientar para a melhoria de qualidade de vida. Dessa forma, as mudanças na organização e no paradigma de atenção à saúde com toda a sua singularidade e a complexidade do trabalho a ser desenvolvido na ESF pode resultar aos profissionais a vivência da sobrecarga de trabalho.

Diante do exposto e considerando-se a complexidade dos serviços da ESF, o presente trabalho de pesquisa apresentou a seguinte questão de pesquisa: qual é a relação entre os níveis de satisfação e sobrecarga com o trabalho dos profissionais atuantes na ESF?

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo misto, de abordagem quantitativa do tipo descritiva, e abordagem qualitativa interpretativa, com a triangulação de métodos quantitativos e qualitativos. O estudo foi realizado com trabalhadores das equipes da Atenção Básica das Unidades de saúde do município de Ritópolis, município de pequeno porte de Minas Gerais.

Foram realizadas entrevistas individuais com os trabalhadores que aceitaram participar do estudo. A coleta de dados se deu no período de janeiro e fevereiro de 2018. Os dados quantitativos foram coletados por meio de entrevistas individuais com o emprego dos instrumentos: questionário semiestruturado socioeconômico e demográfico elaborado pela autora, que continha questões acerca da caracterização desses trabalhadores, tempo de serviço, remuneração e outros vínculos empregatícios; escala para avaliação da sobrecarga de trabalho denominada *Malash Inventory Burnout – General Survey – Inventário Burnout* de Maslach (MBI-GS) (MASLACH *et al.*, 2001), traduzida e validado no Brasil pelo Instituto de Prevenção do Stress e Saúde Ocupacional (1999) que avalia a exaustão emocional, despersonalização e realização pessoal, e; a satisfação do trabalhador avaliada pelo Questionário de Satisfação no Trabalho S20/23, que avalia questões acerca da satisfação intrínseca com o trabalho, satisfação com as relações hierárquicas e satisfação com o ambiente de trabalho (CARLOTTO; CÂMARA, 2008, p.205).

Para coleta de dados qualitativos empregou-se entrevistas, utilizando-se um roteiro semiestruturado. Pela entrevista, o interesse do investigador volta-se a conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos da sua vida cotidiana, por meio de suas próprias palavras.

A análise dos dados quantitativos foi realizada na perspectiva de estatística descritiva (média, mediana e desvio padrão) e inferencial, utilizando a análise de multivariada de dados (Método de Regressão Linear MQO). Utilizou-se o modelo de regressão logística múltipla, com a margem de erro de 5% entre os dados. A análise dos dados qualitativos foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, do tipo Categorical Temática (BARDIN, 2011).

O presente estudo obedeceu às determinações da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. Considerando os princípios éticos desse documento, todos os participantes que concordaram em participar do estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra do estudo foi composta por 36 participantes, dentre eles, 67% pertenciam ao sexo feminino; 39% pertenciam ao grupo etário de 30-39 anos; 50% eram solteiros; 50% tinham formação de nível superior, desses, 31% formou-se em pós-graduação. Dentre os participantes, 36% eram Agentes Comunitários de Saúde (ACS); 75% trabalhavam no serviço há um ano ou

mais. No que diz respeito à carga horária de trabalho, 86% trabalhavam 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva e 89% recebiam de um a três salários mínimos.

Tabela 1 - Descrição dos escores médios (n = 36) de sobrecarga de trabalho segundo a Escala de Malash, *et al.* (1996), Belo Horizonte, 2018.

MBI	Média	DP	IC95%
MBI Global	2,81	0,69	2,57-3,04
Exaustão Emocional (EE)	1,84	1,40	1,37-2,32
Despersonalização (DP)	1,21	0,89	0,9-1,5
Realização Pessoal (RP)	5,37	0,56	5,18-5,56

Fonte: A autora (2018). MBI: *Malash Inventory Burnout*.

É possível perceber, na Tabela 1, a média das respostas obtidas, sendo que a média em destaque (5,37) se refere a Realização Pessoal (RP); que deve estar em grau alto para ser classificado como sobrecarga de trabalho. A variável Despersonalização (DP) foi a que se apresentou em menor valor (1,21), na análise. Ao contrário da RP, a Exaustão Emocional (EE) e a DP devem evidenciar níveis altos para ser classificado como sobrecarga de trabalho. Por fim, verificou-se a média da EE como baixa (1,84).

Tabela 2 - Descrição dos escores médios (n=36) de satisfação com o trabalho segundo os fatores da escala S20/23. Belo Horizonte, 2018.

MBI	Média	DP	IC95%
SAT Global	2,3	0,6	2,12-2,53
SRH	2,2	0,7	2,01-2,49
SAFT	1,9	0,7	1,74-2,20
SIT	2,7	0,8	2,47-3,03

SRH: Satisfação com Relações Hierárquicas; SAFT: Satisfação com o Ambiente Físico de Trabalho; SIT: Satisfação Intrínseca no Trabalho. Fonte: A autora (2018).

Observa-se na Tabela 2 que a satisfação global dos profissionais resultou em uma média de 2,3; o que se caracteriza entre “indiferente” e “satisfeito”, de acordo com a Escala de Likert da Satisfação no Trabalho S20/23. A maior satisfação dos participantes observada foi com a

Satisfação Intrínseca no Trabalho com uma média de 2,7. Entre os três fatores, verifica-se a menor média, sendo de 1,9 em relação à satisfação com o ambiente físico de trabalho.

Os participantes investigados nesta pesquisa apresentaram um perfil predominantemente feminino (67%), cuja faixa etária foi entre 30-39 anos e com uma porcentagem expressiva (86%) de carga horária semanal de trabalho de 40 horas, resultados que estão de acordo com o habitual de profissionais atuantes no cenário da Atenção Primária à Saúde no Brasil, bem como com estudos recentes que trazem os mesmos achados (LIMA *et al.*, 2016; SANTANA *et al.* 2013; KANNO; BELLODI; TESS, 2012).

Os resultados do presente estudo mostraram que os profissionais possuíam grau baixo de *burnout*, caracterizado pelo modelo de Maslach (1996). Embora não tenham sido encontrados níveis elevados de sobrecarga de trabalho, os profissionais apontam em suas falas questões que são reflexo de demandas excessivas, como: ausência de tecnologia de trabalho, trabalho em rede de atenção à saúde fragmentado, tensão emocional, dentre outros. Maissiat *et al.* (2015) e Ferri *et al.* (2018) em contradição aos achados quantitativos desse estudo, mas em acordo com os achados qualitativos, apontam a sobrecarga de trabalho no primeiro estudo como a média mais alta, e no segundo, a sobrecarga citada como responsável por estresse, e consequentemente por gerar insatisfação nos profissionais.

Para os resultados da satisfação com o trabalho, a média de satisfação dos profissionais foi de indiferente a satisfeitos. Nota-se a maior satisfação intrínseca no trabalho, coadunando com os resultados de Santos, Vargas e Reis (2014) e Fadel *et al.* (2008), em que a maioria dos entrevistados, estava satisfeita com as atividades que exerciam. Tal achado pode justificar os níveis altos de satisfação e níveis baixos de sobrecarga como trabalho, uma vez que o profissional satisfeito, se apresenta menos sobrecarregado.

4 CONCLUSÃO

Ressalta-se que apesar de baixa sobrecarga e alta satisfação com o trabalho, a grande maioria dos profissionais relatam a sensação de desvalorização profissional, vinculada à questão salarial, em que se sentem desvalorizados diariamente por esse fato. Dessa forma, é necessário que a gestão revise de forme honesta e holística a valorização desses profissionais que atuam na linha de frente do cuidado, e lidam diariamente com diversos tipos e cenários de usuários, e que precisam ser valorizados, afim de melhorias na rede de atenção à saúde, uma vez que estão na porta de entrada do sistema.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Ed. 70. 2011.
- CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. Propriedades psicométricas do Questionário de Satisfação no Trabalho (S20/23). **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 13, n. 2, p. 203-210. jul./dez. 2008.
- EVANGELISTA, A. I. B. PONTES, A. G. V. SILVA, J. V. SARAIVA, A. K. M. A saúde do trabalhador na atenção primária à saúde: o olhar do enfermeiro. **Rev Rene**, v. 12, p. 1011-1020, Fortaleza. 2011.
- FERNANDES, S. M. B. A. MEDEIROS, S. M. RIBEIRO, L. M. Estresse ocupacional e o mundo atual: repercussões na vida cotidiana das enfermeiras. **Revista Eletrônica de Enfermagem** [Internet], v. 10, n. 2, p. 414-427, 2008. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n2/v10n2a13.htm>
- FOLKMAN, S. *et al.* Appraisal, coping, health status,; psychological symptoms. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 50, n. 3, p. 571-79, 1986.
- GOMES, M. F. P.; MENDES, E. S.; FRACOLLI, L. A. Qualidade de vida dos profissionais que trabalham na estratégia de saúde da família. **Rev. Aten. Saúde**, São Caetano do Sul, v. 14, n. 48, p. 27-33, jul./set., 2016.
- KANNO, N. P. BELLODI, P. L. TESS, B. H. Profissionais da Estratégia Saúde da Família diante de demandas médico-sociais: dificuldades e estratégias de enfrentamento. **Rev. Saúde Soc.**, v. 21, n. 4, p. 884-894, São Paulo, 2012.
- LERNER, N. *et al.* Job Satisfaction of Nursing Assistants. **JONA**, v. 41, n. 11, p. 473-478, Nov, 2011.
- LIMA, E. F. A *et al.* Perfil socioprofissional de trabalhadores de equipes saúde da família. **Rev enferm UERJ**, v. 24, n. 1, Rio de Janeiro, 2016.
- LI-PING CHOU; LI CHUNG-YI LI; SUSAN C HU. Job stress and burnout in hospital employees: comparisons of different medical professions in a regional hospital in Taiwan. **BMJ Open**. v. 4, n., p.1-8. 2014.
- MASLACH, C.; JACKSON, S. E. The measurement of experienced burnout. **Journal of Occupational Behavior**. v. 2, p. 99-113, 1981.
- MASLACH, C.; JACKSON, S.; LEITER, M. **Maslach burnout inventory manual**. Palo Alto, CA, Consulting Psychologist Press, 3ª ed, California. 1996.
- MORAIS, M. P. *et al.* Satisfação no trabalho de enfermeiros em um hospital universitário. **Rev Enferm UFSM**, v. 6, n. 1, p. 1-9. Jan./Mar, 2016.
- SANTANA, F. R *et al.* Ações de saúde na estratégia saúde da família no município goiano na perspectiva da integralidade. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet], v. 15, p. 422-429, 2013.
- ZHANG, A.; TAO, H.; ELLENBECKER, C. H.; LIU, X. Job satisfaction in mainland China: Comparing critical care nurses and general Ward nurses. **Journal of Advanced Nursing**, v. 69, n. 8, p. 1725-1736, 2012.

VALOR PROBATÓRIO DA CONFISSÃO

Camila Fernanda Gouvêa Nascimento¹
Bárbara de Souza Nazareth²

O presente trabalho teve o objetivo de analisar o valor probatório da confissão no curso da persecução penal. A confissão é um elemento constituinte do sistema processual penal e já foi admitida no Brasil com valor absoluto em sua análise probatória. Sua utilização servia como prova uníssona, não necessitando ser confrontada com outras provas ou meios. Após a democratização de direitos individuais, a confissão deixou de ser considerada como prova principal, sendo abalizada como uma declaração do acusado contra si próprio sobre a veracidade do delito. Este estudo apresentou como fundamento o valor probatório da confissão no ordenamento jurídico que visa preservar o silêncio do acusado, além de tratá-la como prova relativa, preservando e investigando todas as provas presentes no suposto delito. Foi realizada uma revisão bibliográfica por meio de pesquisa descritiva e explicativa, sendo assim, foi possível concluir que após diversos anos sendo a rainha das provas, na atualidade, a confissão é apenas mais uma prova que se acrescenta à investigação do suposto delito.

Palavras-chave: Confissão. Persecução penal. Delito.

1 INTRODUÇÃO

Houve uma época na história em que a única prova necessária era a confissão. Assim, uma vez que a obtivesse já era permitida a condenação do acusado pelo crime, pois não há ninguém melhor que o acusado para dizer se é culpado ou não do delito cometido, sendo assim, possível ser condenado logo após a confissão, sem mais prova alguma (TÁVORA E ARAÚJO, 2010).

Atualmente, ao acusado é resguardado o princípio da não autoincriminação, bem como o direito de permanecer em silêncio, como forma de autodefesa, de acordo com o artigo 5º, LXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988. Dessa forma, não é admissível haver uma punição com a confissão como meio exclusivo de prova ou até mesmo usar o silêncio (quem cala consente) contra o acusado.

No Brasil, a sua previsão figura-se tanto no Código Civil quanto no Código de Processo Penal. No entanto, a confissão que será apresentada no presente trabalho se encontra abrangida

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente de Almeida Neves - UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Orientadora. Contato: e-mail: barbara.nazareth@uniptan.edu.br.

pelo Código de Processo Penal, como um dos principais tipos de provas, nos termos dos artigos 197 a 200. Desta forma, o valor probatório da confissão na instrução probatória penal deve estar em conformidade com o previsto no ordenamento jurídico.

Para além do exposto, os ensinamentos de Nucci (2010, p. 437) revelam que “confessar, no âmbito do processo penal, é admitir contra si, por quem seja suspeito ou acusado de um crime (...), reduzido a termo, a prática de algum fato criminoso”.

Ainda nesse viés, faz-se importante trazer para o centro das discussões o valor probatório da confissão no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, Marinoni (2009) esclarece que confissão é quando a parte acusada “admite como verdadeiro um fato ou um conjunto de fatos desfavoráveis a sua posição processual”.

Embora, atualmente, nenhuma confissão deva servir como prova “solteira” nos autos, não podendo, isoladamente, ser suficiente para sustentar uma condenação, por diversas vezes, sendo esta a discussão.

Posto isto, serão apontadas indagações acerca da indispensabilidade do exame de corpo delito, como em caso de estupro, não bastando apenas a confissão do acusado, mas também o exame para que se confirme tal crime. Portanto, se restarem vestígios do ato criminoso e a confissão não forem suficientes para provar a materialidade do mesmo, será necessária a realização do corpo de delito (TÁVORA E ANTONNI, 2009).

Desta forma, nota-se que não somente a confissão feita pelo acusado é suficiente para que esta seja aceita. Inicialmente, ela precisa ser sobre o fato criminoso, devendo ser efetivada por pessoa que possui discernimento suficiente para considerar os fatos de forma clara e com equilíbrio, sendo prestada por livre e espontânea vontade, sem que haja qualquer tipo de ameaça. Pode-se afirmar que se refere a um ato de valores e de índole, devendo ser realizado exclusivamente pelo próprio acusado, sem deixar lacunas que resultem em dúvida quanto à sua veracidade. Este ato precisa se adequar com as formalidades legais, evitando que se torne um simples testemunho. Por fim, este trabalho tem como objetivo analisar o valor probatório da confissão no curso da persecução penal.

2 METODOLOGIA

Para obter os resultados e as respostas acerca da problematização apresentadas neste trabalho, foram feitas análises tanto da legislação vigente quanto da importância do valor probatório da confissão por meio de pesquisa descritiva e explicativa.

Coadunante aos ditames de Rampazzo (2002, p. 53), “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador”.

Quanto à pesquisa explicativa:

A Pesquisa explicativa, também denominada Experimental, tem por objetivo não só registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, mas procura mostrar por que eles ocorrem e os fatores que os determinam. Procura aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê das coisas (CIRIBELLI, 2003, p. 54).

Dessa forma, o trabalho avançará a partir do método conceitual analítico, visto que serão utilizados conceitos e ideias de outros autores, que possuam semelhanças com os objetivos da autora, para a construção de uma análise científica sobre o tema abordado neste estudo.

O método de pesquisa foi escolhido por favorecer a liberdade na análise de se mover por uma variedade de caminhos do conhecimento, possibilitando assumir diferentes posições no decorrer do percurso, expandindo as respostas a respeito do objeto.

No que tange aos procedimentos, foram realizadas pesquisas e leituras em artigos sobre o valor probatório das confissões, legislação brasileira e, ainda, análise de livros considerados mais significativos que abrangem o tema da confissão e seu valor no ordenamento penal jurídico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se aclarar, de acordo com os doutrinadores Nestor Távora e Rosmar Antonni (2009), que confissão é a reconhecimento da ação cometida pelo presumível autor da violação, confirmando os fatos ocorridos. A admissão de violação por outrem que nem sequer é indiciado não é confissão e sim autoacusação. Confessar é admitir a autoria da conduta ou dos fatos da investigação.

É possível observar que após diversas discussões sobre a confissão ser uma prova absoluta, não sendo condenatória de imediato, atualmente, deve-se seguir a investigação e procurar novas evidências, sejam elas condenatórias ou não para o acusado.

Sendo assim, o fato criminoso é o objeto da confissão e não seu enquadramento jurídico. O réu apenas se defende dos fatos, uma vez que a confissão recai sobre estes (TÁVORA E ARAÚJO, 2010). Para o juiz, seja ele quem for, a confissão seria uma chance de condenar sem culpa, pois foi o delinquente responsável por confessar seu ato.

Quanto à natureza jurídica, mesmo o interrogatório sendo considerado como uma forma de defesa, a confissão pode ser considerada como um meio de prova como qualquer outro objeto, sendo considerada lógica para a demonstração da autenticidade dos fatos (TÁVORA E ANTONNI, 2009).

Vale ressaltar que para a confissão ser admitida e considerada válida, é preciso que ela preencha os requisitos denominados formais e intrínsecos. Como requisitos intrínsecos são considerados: verossimilhança, clareza, persistência e, por fim, a coincidência entre a narrativa do confidente e os demais meios de prova colhidos no processo. Como requisitos formais destacam-se a pessoalidade, o caráter expresso, oferecimento perante o juiz, a espontaneidade e a saúde mental (AVENA, 2009).

Elucida o doutrinador Tourinho Filho (2007) que a confissão no Processo Penal é um ato personalíssimo, sendo possível somente ao acusado confessar, não podendo haver interesse público ou confessar por intermédio do seu procurador. Além disso, se houver mais de um réu, a confissão de um não afeta aos demais.

Para exemplificar a discussão em debate, é válido trazer à baila, o caso do homicídio brutal do jogador de futebol Daniel Correa Freitas que jogava no clube Curitiba, encontrado morto em uma área rural de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. O empresário, Edison Brites, mesmo após a confissão do assassinato, a investigação continua, em decorrência de várias contradições encontradas no caso. Edison, alterou por duas vezes sua versão sobre o ocorrido no dia do crime atroz, o qual levou à morte e à mutilação de Daniel. Muitas pessoas estão sendo investigadas e exames constataram que mais de uma pessoa carregou Daniel, além de testemunhas afirmarem recebimento de ameaças da família Brites. A esposa e a filha também se encontram presas preventivamente por atrapalharem a investigação policial, tentando coagir as testemunhas para negar qualquer envolvimento dos acusados no crime e indicar um suposto estupro de Daniel a esposa de Brites³.

3 RUMOR, Vanessa; KANIAK, Thais. Suspeito de matar o jogador Daniel é preso em São José dos Pinhais. **RPC Curitiba e G1 PR**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/11/01/suspeito-de-matar-o-jogador-daniel-e-preso-em-sao-jose-dos-pinhais.ghml>> Acesso em: fevereiro de 2019.

Como ressaltado no presente estudo, a confissão não é uma prova única, assim como o caso supracitado confirma, não basta apenas uma confissão para que haja condenação. Muitas vezes, o acusado pensa que confessar o delito é muito mais vantajoso, o que de fato é relevante como versa o artigo 65, III, b, do Código Penal Brasileiro; no entanto, não lhe tira o direito da investigação para que se descubra o que de fato ocorrera (aconteceu), já que muitos confessam parcialmente para que sua pena seja branda, ou seja, menor.

Confere-se de acordo com Capez e Colnago (2015) que é imprescindível o exame de corpo delito nos casos de crimes que deixam vestígios, como estupro, homicídio, contra a honra ou até mesmo lesão corporal, podendo ser dispensado apenas se o prazo houver decorrido e não for mais possível que o exame seja feito, sendo substituído por prova testemunhal.

4 CONCLUSÃO

Após diversos anos sendo a rainha das provas, na atualidade, a confissão é apenas mais uma prova que se acrescenta à investigação do suposto delito. Por um lado, a confissão, sendo uma prova parcial, de nada serve se o acusado pretende se esquivar de uma maior condenação, pois para isso é necessário analisar todas as demais provas da investigação.

Por todo exposto, pôde-se observar que alguns doutrinadores insistem no artigo 197 do Código de Processo Penal, haja vista que alguns magistrados aceitam a confissão como único meio de condenação ou absolvição do acusado. Sendo assim, fica claro e evidente que não é uma prova absoluta, podendo ser passível de recurso, devendo ser provado o motivo de sua confissão: se foi de espontânea vontade ou se foi instigado a tal ato. Em nossos tribunais, há o entendimento predominante de que somente a confissão não é passível de sustentar a condenação ou absolvição do acusado.

Entretanto, alguns magistrados continuam aceitando apenas a confissão do acusado como prova única e sustentadora para a condenação do mesmo, o que de fato está incorreto nos ditames do Código de Processo Penal brasileiro. Nesse *jaez*, corrobora com o exposto os predizeres de Capez e Colnago (2015, s.p):

Se o acusado confessa haver praticado um homicídio, e, ao mesmo tempo, alega que o perpetrou em legítima defesa, é óbvio que, se outros elementos existentes nos autos realçarem a veracidade da palavra do confidente, no sentido de ter sido ele o autor do homicídio, o magistrado aceitará a confissão, por sincera.

Portanto, necessário se faz analisar cada caso e avaliar quais provas podem e deverão ser aceitas para se desvelar uma possível condenação ou absolvição, lembrando-se de que este estudo ainda não foi concluído e a pesquisa não se encontra finalizada.

REFERÊNCIAS

- AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal Esquemático**. São Paulo: Método, 2009.
- CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo Henrique. **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo. Saraiva, 2015.
- CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Por meio da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro. 7Letras, 2003.
- FILHO, Fernando da Costa Tourinho. **Processo Penal**. São Paulo. Saraiva, 2007.
- MARINONI, Luiz Guilherme. **Antecipação da Tutela**. 11. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais**. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2010.
- RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica para Alunos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação**. São Paulo. Edições Loyola, 2002.
- TÁVORA, Nestor; ARAÚJO, Fábio Roque. **CPP Para Concursos**. Salvador: Jus PODIVM, 2010.
- _____. ANTONNI, Rosmar. **Curso de Direito Processual Penal**. Salvador. Jus PODIVM, 2009.

VIABILIDADE DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS RECICLADOS E PARTICIPAÇÃO DE EMPRESÁRIOS DA REGIÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI EM PROJETOS SUSTENTÁVEIS

Larissa Samara de Paula¹

Júlia Aparecida Rodrigues Almeida¹

Laísa Santos Magalhães²

Luciana Martins Ezequiel Sousa Lima³

No século XXI, a sustentabilidade tem se tornado um ponto relevante e crucial à continuidade das gerações. Nessa perspectiva tornar-se-á fundamental criar meios e formas de mitigar os impactos ambientais gerados pela produção de bens e consumo e sensibilizar o homem sobre seu papel no ciclo de desenvolvimento, bem como na preservação dos recursos. Nessa perspectiva é imprescindível que as civilizações adotem práticas voltadas para a reciclagem e reutilização dos resíduos, que são descartados de maneira inapropriada, elevando assim a poluição ambiental. Dessa maneira, o presente estudo teve como objetivo sensibilizar e promover à educação ambiental por meio de ações de reciclagem de resíduos em escolas, feiras e eventos (óleo de cozinha pós-consumo, caixa de leite, cartela de ovo entre outros). Ainda, identificar por meio da participação nos processos de coleta (doação) e venda dos produtos reciclados, se existe interesse e viabilidade para a sua comercialização. Esse estudo, parte de pressupostos a partir do relato da bolsista participante do projeto e também por meio de apanhado bibliográfico a respeito do tema estudado. Como método de coleta realizou-se um questionário, que foi aplicado a uma amostra de 500 indivíduos da cidade de São João del-Rei em outubro de 2018. O objetivo foi analisar se a comunidade compraria produtos derivados da reciclagem. Em contrapartida, foram feitas comparações de coleta, produção, doação e venda dos produtos feitos pelo projeto Sustentabilidade em Ação durante dos anos de 2017 e 2018. Por meio do estudo identificou-se que os entrevistados têm interesse em aderir o uso de produtos reciclados, porém, apenas 35% tiveram contato com esse tipo de produto. Nesse sentido, é fundamental a disseminação de uma cultura sobre a importância de ações de reciclagem, reutilização, descarte e reaproveitamento a fim de aumentar o uso desses produtos no dia a dia dos moradores de SJDR-MG.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Poluição. Resíduos Sólidos. Reciclagem.

1 INTRODUÇÃO

¹ Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

² Discente do Curso de Administração do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Voluntária do Programa de Iniciação Científica do UNIPTAN.

³ Docente do Curso de Administração do UNIPTAN. Doutoranda pela Pontifícia Universidade de Minas Gerais (PUC-MG). Orientadora do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: luciana.lima@uniptan.edu.br.

A educação ambiental surge como uma alternativa para diminuir os impactos da degradação ambiental proveniente da exploração de recursos naturais e do alto consumo da sociedade. Todavia, vivemos em um sistema capitalista oriundo de um desenvolvimento econômico pautada na exploração de recursos para aumentar cada vez mais a produção e o consumo. Nesse sentido, para tentar reverter parte das consequências trazidas com esse processo, buscar-se-á realizar um trabalho de educação ambiental para a sensibilização da sociedade e sua conscientização sobre consumo e descarte. Segundo Barbieri e Silva (2010), por meio da instituição de políticas públicas vigentes e seu aparato legal, é que se tornou possível, por meio da Política Nacional do Meio Ambiente e a Política Nacional de Educação Ambiental, a obrigatoriedade da educação ambiental em todas as modalidades de ensino e nos currículos de forma permanente no Brasil. Dessa forma é importante nos atentar para a preservação ambiental, e a diminuição dos problemas ambientais visto que toda interação do homem impacta diretamente na fauna e na flora presente. Sendo assim, a educação ambiental pode auxiliar na sensibilização dos indivíduos, assim como as organizações, na condução de seus atos de forma a resguardar o meio ambiente. Dentro desse contexto, “a Educação Ambiental transformou-se em meta básica da ação ambiental, cujo objetivo é melhorar todas as relações ecológicas, incluindo as relações dos seres humanos entre si e com os demais elementos da natureza” (Barbieri; Silva, 2010, p. 153).

Como parte dos mecanismos de educação e sensibilização, surgem projetos e agentes que atuam de maneira paralela a esfera pública na condução de ações educativas voltadas à sustentabilidade. De acordo com o Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, um desenvolvimento sustentável é aquele que além de suprir as necessidades das atuais gerações, consegue atender as demandas das gerações futuras (CMMAD, 1988, p. 46).

Nesse contexto, o estudo teve como objetivo relatar as principais experiências com educação ambiental relacionadas às ações de reciclagem e reaproveitamento de resíduos (óleo de cozinha pós consumo, caixa de leite, cartela de ovo, palitos de picolé, rolo de papel higiênico, entre outros). Ainda, analisar o processo de doação e venda dos produtos reciclados a partir da avaliação da participação dos empresários e cidadãos comuns (seu interesse) na preservação dos recursos e seu reaproveitamento.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para embasar a primeira etapa do estudo foi realizado um apanhado bibliográfico a respeito dos temas voltados para sustentabilidade ambiental, sensibilização ambiental, educação ambiental, poluição de resíduos sólidos assim como o seu processo de reciclagem. Pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica é o estudo em materiais já publicados em meio eletrônico e físico e que é acessível ao público interessado (VERGARA, 2005, p. 48).

Além disso, foram analisados os relatórios do projeto Sustentabilidade em Ação dos anos de 2017 e 2018, a fim de comparar a quantidade coletada de resíduos, a quantidade de parceiros do projeto, a quantidade de material reciclado assim como sua doação e venda. Na visão de Vergara (2005), uma investigação documental é a realizada em documentos conservados seja de órgãos públicos, privados, ou com indivíduos, por meio de seus registros, memorandos, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, diários, cartas pessoais entre outros materiais.

A pesquisa realizada tem natureza qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa pode ser vista como uma metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema (MALHOTRA, 2006). Ainda se caracteriza enquanto objetivo como descritiva, pois visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

Outro método de coleta utilizado foi a pesquisa de campo realizada na cidade de São João del-Rei, onde foi aplicado um questionário para 500 indivíduos da cidade. A coleta foi realizada no bairro Centro, Bonfim e Tejuco no mês de outubro de 2018 por meio do questionário que consistia em quatro perguntas: 1) Qual o seu sexo? 2) Qual a sua escolaridade? 3) Você já comprou algum produto reciclado? 4) Você compraria algum produto reciclado?

Dessa maneira, umas das abordagens também utilizadas no estudo é a quantitativa, que tem como cunho preocupar-se com a quantificação dos dados coletados, por meio do uso de técnicas estatísticas para sua medição (FONSECA, 2002). O objetivo final de uma pesquisa com enfoque quantitativo é “quantificar” os dados para generalizar os resultados de uma amostra para a população-alvo, sempre coletados a partir do maior número possível de casos que correspondam a uma amostra representativa, por meio de instrumentos estruturados e cuja análise se dê utilizando estatística (MALHOTRA, 2001).

Para validar a amostra de 500 indivíduos foi utilizado o Software MiniTab para estimar a proporção populacional considerando uma proporção desconhecida (0,50 para p), ou seja 50%

para ambos, considerando-se uma margem de erro de 4% e um intervalo de confiança de 90%, o que resultou no total de 402 elementos.

A amostra selecionada foi probabilística, onde os elementos foram selecionados de forma aleatória (números gerados aleatoriamente no software MiniTab). Para validar os questionários aplicados, foi realizado um pré-teste no intuito de minimizar possíveis falhas e evitar a interpretação incorreta dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado no município tinha como objetivo principal identificar se a população Sanjoanense está disposta a comprar produtos derivados da reciclagem. Logo, constatou-se que (63%) dos entrevistados são do sexo feminino e (37%) do sexo masculino. Ainda, foi possível identificar os percentuais de escolaridade, a maioria da amostra entrevistada, (36%), tem graduação completa, (19%) possui ensino médio completo, (15%) ainda não concluíram a graduação, (13%) possui o ensino fundamental completo, (10%) possui o ensino médio incompleto, (5%) possui pós-graduação e apenas (2%) não concluíram o ensino fundamental. Assim como, foi perguntado aos entrevistados se eles já haviam comprado algum produto reciclado, e 65% nunca compraram um produto reciclado e 35% já fizeram uso de tal tipo de bem de consumo.

Diante dos fatos, é importante que haja uma sensibilização ambiental da população da cidade por meio da educação ambiental dessa mesma população. Neste contexto, a adoção da reciclagem, remanufatura e reutilização de materiais é importante para auxiliar na minimização dos impactos gerados pelo homem na natureza. Assim como é importante para as organizações pois os *stakeholders* estão cada vez mais exigentes quanto às atitudes socioambientais dos empreendimentos do século XXI (PEATTIE; CHARTER, 2005, p. 517)

Após isso, foi questionado aos habitantes sanjoanenses, se eles teriam interesse em adquirir algum tipo de produto reciclado, e baseando-se no questionário, 78% disseram que fariam o uso e 22% alegaram que não tem interesse em comprar esse tipo de produto.

Nessa perspectiva, é notório que muitos dos indivíduos têm interesse em adquirir um bem reciclável, porém muitas vezes não possuem conhecimento a respeito e nem a oportunidade de compra de produtos “verde”.

Ainda para embasar o presente estudo, foram analisados e comparados os relatórios de parceria, produção, doação e reciclagem do projeto dos anos de 2017/2018 e 2018/2019. Dessa

maneira pode-se mensurar que a coleta de garrafa PET teve um aumento, pois, passou de 260 para 300 unidades coletadas, os rolos de papel higiênicos passaram de 50 unidades para 100, as cartelas de ovo passaram de 15 para 40 unidades. Ainda foi possível constatar que houve aumento na produção de flores de cartela de ovo que de 25 passou para 60 unidades, as mandalas passaram de 10 para 15 unidades e as camas de cachorro/gato feitas com PET passaram de zero para 7 unidades. Foram realizadas também, as vendas no período de 2018/2019 por meio da Boutique Sustentável, que totalizou em uma venda de uma carteira feita a partir da caixa de leite e 4 camas de cachorro/gato feitas com PET. E além disso, foram feitas doações de sabão para a ASAPAC e APAC masculina com a finalidade de reduzir os custos com tal tipo de produto e principalmente auxiliar na manutenção e preservação do meio ambiente.

Portanto, é essencial que sejam realizadas ações voltadas para o quesito socioambiental por meio de oficinas, palestras e minicursos que incentivem a reciclagem dos resíduos sólidos urbanos e a compra de produtos advindos da reciclagem na comunidade de São João del-Rei.

4 CONCLUSÃO

Sendo assim, o presente estudo teve como finalidade promover a educação ambiental por meio de ações de reciclagem de resíduos sólidos urbanos, assim como a doação e venda dos mesmos, estudar a viabilidade de comercialização desses produtos reciclados e a participação das empresas da região em ações sustentáveis.

Para validar o estudo foram feitas pesquisas bibliográficas, aplicação de questionário a uma amostra de 500 pessoas na cidade de São João del-Rei e análise e comparação dos dados do projeto com o período anterior.

Tendo em vista os percentuais obtidos, foi constatado que a população tem interesse em adotar práticas sustentáveis, porém não são incentivadas a isso, não tem o conhecimento a respeito e possuem uma cultura resistente a compra e consumo de produtos verdes. A fim de promover a compra de produtos sustentáveis o projeto Sustentabilidade em Ação criou a Boutique Sustentável onde as vendas foram efetuadas de maneira online, em 2018 por meio do *whatsapp* e 2019 por meio do *site* e *whatsapp* do projeto.

Sendo assim é importante que tenha um envolvimento maior do setor público e privado com a sociedade civil para mitigar os efeitos que degradam o meio ambiente e por meio de fiscalizações, incentivos para promover ações de sensibilização e educação ambiental.

REFERÊNCIAS

- COSTA, S.S. **Lixo mínimo: uma proposta ecológica para hotelaria**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004. 122 p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1988. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- PEATTIE, K.; CHARTER, M. Marketing Verde. *In*: Michael J. Baker (org). **Administração de Marketing – conceitos revistos e atualizados**. Rio de Janeiro: Elsevier, p.517, 2005.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: ASPECTOS JURÍDICOS PARA UMA TUTELA COLETIVA

Welliton Luiz Moreira¹

O projeto abordará a violência obstétrica sobre o prisma jurídico. Essa modalidade de violência se caracteriza como uma das espécies de violência contra a mulher, que são atentados a direitos humanos e fundamentais, podendo ser verificada durante o atendimento pré-natal, no parto, em situações de abortamento e no puerpério. No entanto, inexistente conceito jurídico para a violência obstétrica. Aliado a isso, a insuficiência de uma cultura jurídica em torno desse tema faz com que os atos de violência obstétrica sejam tratados, no âmbito jurídico, com menor importância que merecem. Nesse sentido, tem-se por objetivo estudar a noção jurídica para o fenômeno da violência obstétrica, evidenciar atos que possam ser entendidos como tal, analisar o enfrentamento jurídico dado a essa espécie de violência contra a mulher e, a partir disso, demonstrar a necessidade criação e/ou efetivação de um direito fundamental, de natureza transindividual, das gestantes e parturientes, que lhes assegurem, dentre outros direitos, o direito à saúde e à intimidade e à eliminação de tratamentos cruéis e desumanos durante a gestação, parto e pós-parto. Assim, ao se considerar sua natureza transindividual buscar-se-á elementos que apontem para a possibilidade de se instaurar uma tutela coletiva contra esses atos de violência, o que permitiria maior acesso à justiça, segurança jurídica e maior efetividade na prevenção e eliminação dessa constante prática. Para tanto, realizar-se-á uma pesquisa qualitativa analisando a construção da concepção jurídica em torno da violência obstétrica e de suas consequências jurídicas, a partir da revisão bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Direito Humano e Fundamental. Violência obstétrica. Natureza transindividual. Tutela coletiva.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito do ordenamento jurídico nacional existe o reconhecimento de vários tipos de violência contra a mulher². Carece dessa mesma segurança jurídica, no entanto, um tipo de violência muito presente no cotidiano de gestantes e parturientes, as quais se encontram em um

¹ Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Orientador voluntário do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da FAPEMIG/UNIPTAN. E-mail para contato: welliton.moreira@uniptan.edu.br.

² Podemos aqui destacar a Lei nº 11.340/2006, conhecida com Lei Maria da Penha que dispõe acerca de vários tipos de violência contra a mulher (violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral) no âmbito doméstico e familiar, e a Lei nº 13.104/2015, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Aspecto relacionado à Lei Maria da Penha que merece ser ressaltado diz respeito à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4424), que, nomeadamente, declarou inconstitucional o dispositivo legal que dispunha ser de natureza privada a ação penal nos crimes previstos naquela lei. Ao declarar tal dispositivo inconstitucional e considerar que nesses crimes a ação penal deve ser pública, evidencia-se que o enfrentamento da violência contra a mulher é uma questão pública, merecendo, então, o devido tratamento. O que, certamente, não se restringe apenas as modalidades de violência ali previstas.

estágio de vida peculiar, demandando, portanto, uma proteção também qualificada. Este tipo de violência, diante da reiteração de sua prática, não tem merecido o necessário enfrentamento jurídico; a prática social a tornou aceitável, o que não se deve inadmitir. Trata-se da violência obstétrica. Essa modalidade violência pode ser verificada durante o atendimento pré-natal, no parto, em situações de abortamento e no puerpério.

De acordo com OMS (Organização Mundial de Saúde, vinculada à ONU),

No mundo inteiro, muitas mulheres sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde. Tal tratamento não apenas viola os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e à não-discriminação. Esta declaração convoca maior ação, diálogo, pesquisa e mobilização sobre este importante tema de saúde pública e direitos humanos (OMS, 2014).

É, então, neste contexto que surge a violência obstétrica. Essa modalidade de violência deve ser

analisada como violência contra as mulheres institucionalizada e, mais especificamente, sob o aspecto dos direitos sexuais e reprodutivos, ou seja, como uma verdadeira violação de direitos humanos das mulheres nos períodos do pré-parto, parto e/ou pós-parto (NOGUEIRA; SEVERI, 2017, p.2).

A caracterização da violência obstétrica enquanto violência de gênero e atentatória a direitos humanos é observada em vários documentos internacionais³.

A justificativa para o presente projeto de pesquisa se fundamenta na necessidade de se estabelecer uma concepção jurídica para tal termo e também na proposta de contribuir para a mudança de mentalidade acerca do tema.

A inexistência de uma concepção jurídica dificulta a apreensão e melhor conhecimento desse fato social pelos operadores do direito. A esse fato se acrescenta que a violência obstétrica não é tratada como violação a direitos fundamentais. Na prática, ocorre que, muitas vezes, condutas que podem caracterizar esse tipo de violência são enquadradas e interpretadas de

³ Ver, entre outras: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres de 1979 e Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”, de 1994.

modo equivocado. Isto é, verificado um ato atentatório aos direitos da mulher, tal ato é analisado, na seara jurídica, como mera falha na prestação de um serviço ou sob o prisma do erro médico. Desse modo, a violência perpetrada contra a mulher fica em outros planos, ferindo direitos fundamentais e, muitas vezes, tendo reflexos na vida pessoal (física, psíquica) da pessoa lesada; enquanto agentes causadores, cada vez mais, replicam práticas merecedoras de serem abolidas.

Historicamente, as mulheres, com muita luta, têm conquistado o reconhecimento de várias categorias de direitos. Muitos desses direitos foram elevados à categoria de direitos humanos, o que permitem uma tutela jurisdicional também no plano internacional; no plano interno, foram elevados por nossa Constituição da República de 1988 a Direitos Fundamentais.

Em se tratando de direito à saúde, especialmente quando tangenciado com o tema da violência obstétrica, pois direcionado à categoria da mulher, sobreleva sua natureza de direito transindividual. Essa categoria de direito possui a peculiaridade de possibilitar a tutela coletiva, quando lesado ou ameaçado. De acordo com Mazzili (2014), a utilização da tutela coletiva conduz ao maior acesso à justiça e a soluções mais eficientes.

Diante desse contexto de constante violação a direitos da mulher e da falta de uma concepção jurídica para o melhor tratamento do tema da violência obstétrica surge o problema do tratamento judicial dado à questão: tratada como mera falha na prestação de serviço ou erro médico. Nesse sentido, cabe perquirir se a violação a direitos humanos e fundamentais merece ser tratado como “mera falha na prestação de um serviço ou erro médico” ou se demandam uma proteção mais qualificada. E, nessa linha de pesquisa, investigar se os direitos violados por atos de violência obstétrica possuem as características necessárias para uma tutela coletiva.

Ao tratar a violência obstétrica de forma individualizada e como mera falha na prestação do serviço ou erro médico, coloca-se em situação ainda mais vulnerável aquela pessoa que sofreu a violação de seus direitos. Isso por que: a) no campo penal, não há criminalização autônoma da conduta; b) no campo processual, esse tratamento exige que se comprove que houve, ao menos, culpa do médico, isto é, cabe à mulher demonstrar que o médico ao agir, o fez com imperícia, imprudência ou negligência. Assim, somente após a demonstração desse requisito, analisam-se os demais elementos para uma possível responsabilização civil. Diante disso, o viés da tutela coletiva poderia trazer outros efeitos à questão, pois traria novos instrumentos de combate e prevenção dos atos de violência.

Considerando essas colocações iniciais, este trabalho busca, a partir da análise⁴ da produção legislativa, pesquisa jurisprudencial e revisão bibliográfica, compreender esse fenômeno social e suas consequências jurídicas, sobretudo, a partir de condições históricas e sociais, além de demonstrar a necessidade da efetivação fundamental das gestantes e parturientes, que lhes assegurem, dentre outros direitos, o direito à saúde, à intimidade e à eliminação de tratamentos cruéis e desumanos durante a gestação, parto e pós-parto. A partir dessa abordagem, acreditamos ser possível evidenciar e identificar condutas caracterizadoras desse tipo de violência, bem como defendermos mais adequado tratamento jurídico da questão por nossos tribunais, vislumbrando, igualmente, a possibilidade de tutelar coletivamente esses direitos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este presente estudo terá uma abordagem qualitativa para seu desenvolvimento, tendo em vista que seu objetivo geral é analisar a construção da concepção jurídica em torno da violência obstétrica e de suas consequências jurídicas. Desse modo, necessário se faz observar como o tema da violência obstétrica tem sido tratado (e se tem sido tratado) pela literatura jurídica, por leis (em sentido amplo) ou proposta de leis e pelo judiciário, neste caso, quando tais fatos chegam ao seu conhecimento, a partir de um processo judicial.

Considerando essa observação, a pretensão é interpretar esse fenômeno e buscar compreender seu efetivo tratamento pelo poder judiciário brasileiro. Essa compreensão levará em conta, especialmente, projetos de leis e o enfrentamento de casos práticos, levados a juízo, uma vez que a literatura jurídica especializada acerca do tema é limitada. Compreendido o

4 Nesse aspecto, cumpre destacar que analisaremos, em especial, o PL7633/2014. No que a pesquisa jurisprudencial, esclarecemos que não houve a escolha definitiva de decisões e enfrentamento judicial. Adianta-se, nesse sentido, que será dada preferência a discussões judiciais que tratam a temática da violência obstétrica a partir do dever de indenizar/reparar, isto é, com fundamento na responsabilidade civil. Isto porque, a legislação brasileira não trata de maneira autônoma essa espécie de violência, no campo penal, embora, haja a possibilidade de enquadrá-la como crimes comuns.

contorno dado ao tema, serão analisadas determinadas características e estudados aspectos da tutela coletiva, a fim de se investigar sua compatibilidade.

A pesquisa a ser desenvolvida se caracterizará como uma pesquisa explicativa. Ao ter em vista o baixo índice de tratamento da temática no âmbito jurídico, busca-se registrar, analisar e interpretar os fatos a partir de decisões judiciais e análise de projetos de leis que tratam, direta ou indiretamente, da violência obstétrica. Partindo-se dos dados aí coletados e observados, a pesquisa se direcionará no sentido de demonstrar (ou não) que os atos tidos como atos de violência obstétrica são atentatórios a direitos que podem merecer uma espécie qualificada de proteção, por meio da tutela coletiva.

O estudo será regido pelo método de pesquisa bibliográfica e documental. Será bibliográfica enquanto a pesquisa buscar analisar como a temática é tratada, academicamente, a partir de artigos científicos, estudos e livros; será documental, pois a compreensão do tema demandará a análise de convenções internacionais, leis, projetos de leis e decisões judiciais.

Para efetivação dos estudos, serão levadas em conta, inicialmente decisões judiciais, disponibilizadas publicamente, especialmente, na Região Sudeste e eventualmente no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a fim de que o corpus de decisão para análise não fique demasiadamente amplo. Ademais, a escolha das decisões será por amostragem. As amostras serão escolhidas nos sites de tribunais de justiça e do STJ. Para tanto, terão preferência decisões judiciais que tragam em seu teor termos como: “violência obstétrica”, “sofrimento parto”, “responsabilidade civil”, “violência contra a mulher no parto”. Saliente-se, que, no decorrer da pesquisa, esses termos-chaves para a escolha de decisões judiciais poderão ser alterados.

Além das decisões judiciais, serão objeto de estudos algumas convenções internacionais, das quais o Estado Brasileiro é signatário, leis e projetos de leis, que abordam, de alguma forma a temática, em especial, o projeto de lei nº 7.633/2014, que “dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências”.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Salienta-se que a proposta aqui apresentada trata-se de um projeto de pesquisa ainda não concluído. O objetivo geral do projeto é analisar a construção da concepção jurídica em torno da violência obstétrica, de suas consequências jurídicas e a possibilidade de tutela coletiva.

Para tanto, buscar-se-á discutir e compreender o tratamento jurídico dado às hipóteses de violência obstétrica e sua relação com os elementos da responsabilidade civil, no âmbito do direito brasileiro; analisar as condutas que podem caracterizar a violência obstétrica, a partir de condições históricas e sociais; bem como analisar a possibilidade de tutela coletiva contra os atos que configurem violência obstétrica.

Nesse sentido, a partir da análise da lei, doutrina e jurisprudência buscaremos pensar/repensar na hipótese de essa violência ser passível de tutela coletiva bem como instrumentos para dar efetividade e assegurar medidas de combate à violência obstétrica, de forma a garantir o direito das mulheres ao tratamento digno e humanizado previsto na legislação brasileira.

4 CONCLUSÃO

O projeto, ainda em fase inicial, aponta apenas hipóteses de tratamento de um tema tão complexo e, muitas vezes, ignorado pela população. Nesse ponto, a falta de informação ou, até mesmo, o seu monopólio, fazem com que, constantemente, direitos fundamentais das mulheres sejam violados. Tal constatação é de fácil percepção.

O combate à violência obstétrica e a disseminação de informação e meios de se assegurar um direito legalmente garantido, pensa-se, é a principal contribuição desse projeto à comunidade em geral. Contribuição que pode ser direcionada a cidadãos e cidadãs diretamente afetados; àqueles que lutam pela defesa e garantia dos direitos fundamentais; e para profissionais que lidam diretamente em ambientes em que pode ocorrer tal tipo de violência.

REFERÊNCIAS

DIDIER JR, Freddie; ZANETTI JR, Hermes. **Curso de direito processual civil: processo coletivo**. 10ª ed. Salvador: Juspodium, 2016.

LEITE, Júlia Campos. **A desconstrução da violência obstétrica enquanto erro médico e seu enquadramento como violência institucional e de gênero**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11. 2017. Florianópolis. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, 2018. Disponível em <http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499455813_ARQUIVO_ARTIGOFAZENDO_GENERO.pdf> . Acesso em 20 de maio de 2018.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 27ªed.Saraiva,2014.

NOGUEIRA, Beatriz Carvalho; SEVERI, Fabiana Cristina. **Violência obstétrica e acesso das mulheres à justiça**: análise das decisões proferidas pelos Tribunais de Justiça da região sudeste. *Panóptica*, v. 11, n. 2, p. 430-470, jul./dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde.** 2014. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf> Acesso em 10 de abril de 2018.

REDE PARTO DO PRINCÍPIO. **Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa.** Violência obstétrica: “Parirás com dor”. Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres. 2012. Disponível em <http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2018.

VIVÊNCIAS LÚDICAS COMPARTILHADAS: AS EXPERIÊNCIAS DO BRINCAR EM PROL DA FORMAÇÃO MÉDICA

Júlia Mata da Costa¹

Maisa Rezende Nazareth de Freitas Cardoso²

Isadora Barros Previato²

Patrícia Uebe Ribeiro³

Flávia Magela Rezende Ferreira⁴

O Ministério da Saúde dentre as suas ações, preconiza transmitir por meio atitudes, ações humanizadoras. Dessa forma, é fundamental promover atividades que possibilitem ao futuro profissional da saúde, que lidem não só com o curativo e preventivo, mas também com o desenvolvimento de seres humanos e as diversas particularidades que os compõem, uma maior aproximação com seus futuros pacientes beneficiando o processo de humanização da saúde. Assim este projeto de extensão tem como objetivo geral contribuir para a formação integral do futuro profissional da área da saúde. As atividades desenvolvidas contemplam conhecimentos de saúde, corporeidade, psicomotricidade, ludicidade, artes e são planejadas com o auxílio das professoras responsáveis pelo projeto e posteriormente realizadas junto às crianças. Dessa forma, os educandos que participam deste projeto de extensão vêm construindo uma melhor compreensão da criança, das suas necessidades, capacidades e desejos, experienciando o princípio de que, o fato de conhecer melhor a realidade do ambiente infantil e possibilita o desenvolvimento de conhecimentos e práticas mais consistentes, contribuindo tanto para a formação acadêmica quanto para a promoção da saúde em geral, num exercício permanente de ações tanto efetivas quanto eficazes.

Palavras-chave: Brinquedoteca. Crianças. Humanizado. Saúde.

1 INTRODUÇÃO

Cresci brincando no chão entre formigas. De uma infância livre e sem comparamentos. Eu tinha mais comunhão com as coisas do que comparação. Porque se a gente fala a partir da experiência de criança, a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore. Então eu trago das minhas raízes crianceiras a visão comungante e oblíqua das coisas.
Manoel de Barros, Memórias inventadas

¹ Discente do curso de Medicina do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves- UNIPTAN. Bolsista do Projeto de Extensão/UNIPTAN.

² Discente do curso de Medicina do UNIPTAN. Voluntária do Projeto de Extensão/UNIPTAN.

³ Mestre em Educação. Docente do Curso de Pedagogia do UNIPTAN. Colaboradora do Projeto de Extensão/UNIPTAN.

⁴ Mestre em Educação. Docente do Curso de Medicina e Pedagogia do UNIPTAN. Coordenadora do Projeto de Extensão/UNIPTAN.

Contato: flavia.ferreira@edu.com.br.

Acredita-se que desenvolver um projeto com foco na aproximação do futuro profissional de saúde com crianças, possibilita oportunidades para o processo de humanização, instituída pelo Ministério da Saúde que dentre as suas ações preconiza transmitir, por atitudes, ações humanizadoras. A rede do Sistema Único de Saúde (SUS) integra o cuidar de diversos modos, possibilitando um envolvimento maior entre o profissional de saúde e a criança em todas as dimensões. Dessa forma, os profissionais deverão possuir uma boa compreensão da criança, das suas necessidades, das suas capacidades e de seus desejos, tornando-se evidente o fato de que, quando a relação do profissional com seu cliente ocorre de maneira eficiente, a assistência prestada será a mais benéfica possível (BRASIL, 2009; FROTA, 2007; OLIVEIR; OLIVEIRA, 2008).

O ensino da saúde tem sido um desafio, principalmente quando a finalidade é a possibilidade de garantir uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e hábitos de vida. Entre os desafios para a implantação de atividades relacionadas ao conhecimento da saúde está a de incluir a participação ativa dos principais envolvidos, ou seja, a possibilidade de os alunos compartilharem conhecimentos numa perspectiva integral com os âmbitos da saúde/educação.

A implantação de tais atividades implica no fazer “com” e não no fazer “para”, estimulando a participação das crianças e favorecendo ações e interações mais significativas (GONÇALVES *et al.*, 2008). A aplicação de recursos lúdicos pode favorecer a aquisição de informações de uma maneira simples e incisiva, pois atraem o interesse das crianças contribuindo para uma mudança de hábitos, de comportamentos, como também em subsídios para os profissionais da saúde no atendimento infantil, além disso, pode permitir que a criança revele o que sente e pensa, por meio das brincadeiras e da arte (MITRE; GOMES, 2004; FROTA, 2007; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

Considerando-se o período da infância ser um momento de intenso aprendizado, na qual a criança aprende a ser, a fazer, a relacionar-se e a construir seus valores caminhando, assim, para sua cidadania, é fundamental que nessa fase se trabalhe e divulgue informações sobre hábitos de vida saudáveis, transmitindo conhecimentos e habilidades para o autocuidado da saúde; portanto, ensinar a criança a conhecer o funcionamento do seu corpo pode ser um dos primeiros passos para promoção de sua saúde, (MACIEL *et al.*, 2010).

Atualmente, as políticas públicas de saúde enfocam intervenções que possuam um caráter preventivo, sendo assim, a atuação principalmente dos profissionais de saúde no ambiente escolar é de suma importância para a efetivação e sucesso dessas ações. A atuação

junto às crianças, principalmente para o acadêmico da área da saúde, proporciona conhecer melhor a realidade do ambiente infantil, permitindo que propostas alusivas à promoção da saúde possam ser realizadas com maior sucesso (QUEIROZ; JORGE, 2006; MACARINI, MARTINS, VIEIRA, 2009). Busca-se por meio de atividades lúdicas e artísticas levar conhecimento sobre hábitos de vida saudáveis e corpo humano para as crianças que frequentam a Brinquedoteca, a fim de contribuir para a formação integral do futuro profissional da área da saúde, bem como favorecer o desenvolvimento infantil.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho em questão visa tornar o acadêmico de Medicina mais capacitado na aplicabilidade dessa profissão; partindo do pressuposto que o contato delicado e atencioso com as crianças, a responsabilidade do cuidar e uma rotina, são componentes básicos para construção de um exímio profissional.

O público-alvo são crianças entre 4 a 10 anos de idade, que eventualmente frequentam a brinquedoteca. Tais crianças vêm juntamente com a sua professora, em visita proposta às escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de São João del-Rei. A realidade das crianças difere de uma para outra e, também, do ciclo social no qual estamos habituados; visto que, são crianças de diferentes classes sociais, diferentes convivências, culturas e costumes.

Para a implantação do Projeto, utilizamos atividades lúdicas de recorte, colagem, jogos, dentre outros, envolvendo a importância de uma alimentação saudável, higiene, respeito com o próximo, até mesmo dividir brinquedos, sobretudo lanches que muitos não tinham condições de ter, além do conhecimento de cultura por meio de histórias do folclore brasileiro, realização de atividades físicas e recreativas.

Além disso, o contato entre as crianças era sempre de cunho educacional, limitado a uma construção estática do modo de ensinar, por isso buscamos mostrar que o aprender também poderia ser divertido e eficaz, assim sendo, utilizamos do espaço da Brinquedoteca do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves- UNIPTAN, que se beneficia de inúmeros brinquedos tais como: bonecas, carrinhos, brinquedos educativos, quebra-cabeças, jogos de memória, e muitos outros que contribuem para o cognitivo.

As atividades foram realizadas pelos alunos nos horários em que as crianças da comunidade externa, filhos de funcionários de 5 escolas públicas de São João del-Rei (E. E.

Garcia de Lima, E. E. Aureliano Pimente, E. M. Bárbara Heliodora, E. M. Bom Pastor e E. M. Pingo de Gente) frequentaram o espaço. Os discentes do curso de Medicina fizeram um revezamento em grupos de 3 alunos cumprindo 1 (uma) hora por semana cada grupo, durante o ano de 2018. As atividades lúdicas e recreativas desenvolvidas eram planejadas com o auxílio das professoras responsáveis pelo projeto e posteriormente realizadas junto às crianças.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a observação de todos e de todas as atividades na brinquedoteca, somado ao *feedback* constante das professoras e direção das escolas que participaram do projeto, verificou-se que as crianças tiveram acesso a conhecimentos que até então não possuíam. Descobriram e experimentaram novas possibilidades lúdicas e interativas proporcionando avanços significativos para as crianças sobretudo em aspectos socioculturais. Várias crianças declararam não ter em suas escolas ou comunidades um espaço próprio para as brincadeiras e para os jogos. Isso foi fundamental para garantir uma aproximação maior com os colegas e desenvolvimento das também de atividades cognitivas.

Para a formação dos alunos do curso de medicina a experiência foi de grande valia, permitindo compreender um pouco mais na prática como lidar as crianças em suas diferentes maneiras de agir, pensar, visto que foram vários momentos compartilhados. Certamente isso permitiu uma melhor aproximação com a área de pediatria, que era uma disciplina nova na grade acadêmica. Em diversas discussões de grupo, durante as aulas de Pediatria houve espaço para contar dessa experiência, narrar fatos e acontecimentos contribuindo para uma melhor compreensão da realidade infantil, por todos

O cuidado minucioso, atento, o carinho e a atenção das crianças comoviam os alunos a cada semana, isso não tem preço nem estudo que defina. Tudo isso ajudou a construir, com afínco, um pouco mais desta etapa acadêmica.

4 CONCLUSÃO

Frente à importância do brincar para a formação da criança, a brinquedoteca se torna espaço lúdico significativo para as crianças que participam do projeto. Diante do espaço lúdico as crianças transcendem a materialidade e em suas brincadeiras produzem diferentes sentidos e aumentam sua capacidade de produção simbólica.

Esse projeto de extensão contribuiu não apenas para as crianças da sociedade como um espaço lúdico, recreativo e educativo, mas também como um espaço de aprendizagem e integração para os alunos do curso de medicina do UNIPTAN visando a construção de empatia e valores, para a transformação em melhores cidadãos.

REFERÊNCIAS

- _____. Brinquedos e materiais pedagógicos nas escolas infantis. In: Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da USP**. São Paulo. v.27, n.2, jul. dez. 2001. p.229-265.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **O HumanizaSUS na atenção básica**. Brasília, DF, 2009.
- FROTA, M. A. *et al.* O lúdico como instrumento facilitador na humanização do cuidado de crianças hospitalizadas. **Revista Cogitare Enfermagem**, v. 12, n. 1, p. 69-75, jan./mar. 2007.
- GONÇALVES, F. D. *et al.* A promoção da saúde na educação infantil. **Revista Interface**, Botucatu, v. 12, n. 24, jan./mar. 2008.
- KISHIMOTO, T. M. Brinquedo e brincadeira uso e significações dentro de contextos culturais. In: SANTA, M. P. S. (Org). A brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. **Petrópolis: Vozes**, 1997. p.23-40.
- MACARINI, S. M.; MARTINS, G. D. F.; VIEIRA, M. L. Promovendo saúde e desenvolvimento na educação infantil: uma atuação da psicologia. **Revista Paideia**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 43, p. 231-237, maio/ago. 2009.
- MACIEL, E. L. N. *et al.* Projeto Aprendendo Saúde na Escola: a experiência de repercussões positivas na qualidade de vida e determinantes da saúde de membros de uma comunidade escolar em Vitória, Espírito Santo. **Ciência; Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 389-396, 2010.
- MITRE, R. M. A.; GOMES, R. A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde. **Ciência; Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 147-154, 2004.
- OLIVEIRA, R. R.; OLIVEIRA, I. C. S. Os doutores da alegria na unidade de internação pediátrica: experiências da equipe de enfermagem. **Revista Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 230-236, jun. 2008.
- QUEIROZ, M. V.; JORGE, M. S. Estratégias de Educação em Saúde e a qualidade do cuidar e ensinar em Pediatria: a interação, o vínculo e a confiança no discurso dos profissionais. **Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 10, n. 19, p. 117-130, jan./jun. 2006.

A INFLUÊNCIA DA DENSIDADE DE EMPACOTAMENTO DOS AGREGADOS PARA O CONCRETO

Mariana Rezende Schuab¹
Kastelli Pacheco Sperandio²
Sâmara França³

Resumo - O concreto é o material mais consumido pela indústria da construção. Motivo pelo qual tem sido o foco de pesquisas que objetivam desenvolver materiais com elevado desempenho, tanto mecânico quanto de durabilidade. Devido à alta representatividade dos agregados na composição dos concretos, nota-se que suas características tais como: densidade, forma, textura, distribuição granulométrica, entre outras; influenciam diretamente nas propriedades dos concretos produzidos. Em misturas granulares, a distribuição granulométrica ideal dos agregados é aquela que viabiliza o preenchimento dos espaços entre as partículas por outras cuja dimensão é imediatamente inferior, e assim sucessivamente, permitindo a máxima compacidade do conjunto. As principais ocorrências da utilização do método de obtenção da máxima densidade de empacotamento de agregados para o concreto são para a confecção de concretos especiais. Os quais são definidos como aqueles que possuem características específicas, que são desejáveis para determinados fins. Os concretos especiais foram desenvolvidos para compensar deficiências ou desvantagens dos compósitos existentes. A fim de ampliar as opções disponíveis desse versátil elemento construtivo, obtendo a opção mais adequada para cada necessidade específica. A utilização de concreto de alto desempenho nas construções continuará a crescer. Entretanto, esse crescimento requer o fornecimento de concretos produzidos com elevado controle de qualidade dos componentes do processo, fato que impacta no custo final do produto. O presente trabalho visa reunir os principais estudos, análises e discussões relacionadas à influência da densidade de empacotamento dos agregados para o concreto contribuindo com o acervo técnico-científico referente ao Estado da Arte acerca do tema abordado.

Palavras-chave: Empacotamento de partículas. Agregados para o concreto. Densidade de empacotamento. Concreto de alto desempenho.

1 INTRODUÇÃO

O cimento e o concreto, seu principal produto, em conjunto com a água, são os materiais mais consumidos pela indústria da construção. Motivo pelo qual o concreto tem sido o foco de pesquisas científicas que objetivam desenvolver materiais com elevado desempenho, tanto mecânico quanto de durabilidade (CASTRO; PANDOLFELLI, 2009).

1 Docente do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. E-mail para contato: mariana.schuab@uniptan.edu.br.

2 Docente e Coordenadora do Curso de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu - UNIFACIG.

3 Docente dos Cursos de Engenharia Civil e Arquitetura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG.

O concreto é um material composto, basicamente, por: cimento, agregados e água. Tais matérias-primas, quando misturadas em proporções adequadas e com acréscimo ou não de aditivos químicos e adições minerais, atingem variados níveis de fluidez e resistência mecânica, nos estados fresco e endurecido respectivamente (CASTRO, 2007). As propriedades finais deste produto estão diretamente ligadas com as características dos materiais constituintes e com a interação entre eles. Principalmente relacionadas aos agregados, que chegam a representar entre 60% e 80% do volume total do concreto (MEHTA; MONTEIRO, 2014).

Devido à alta representatividade desses materiais na mistura, nota-se que as características dos agregados como: densidade, forma, textura, distribuição granulométrica, entre outras; influenciam diretamente nas propriedades dos concretos. Baseando-se na teoria de que as composições granulométricas, com distribuição contínua, proporcionariam melhoria nas propriedades do concreto, foram desenvolvidos, no início do século XX, estudos sobre o empacotamento das partículas, cuja comprovação da eficiência foi realizada por Füller; Thompson (1907 *apud* MONTEIRO, 2015).

Em misturas granulares, como é o caso do concreto, a distribuição granulométrica ideal dos agregados é aquela que viabiliza o preenchimento dos espaços maiores entre as partículas, por outras cuja dimensão é imediatamente inferior, e assim sucessivamente, permitindo a máxima compacidade do conjunto (MONTEIRO, 2015). Sendo assim, a densidade de empacotamento dos agregados é um fator que possui grande influência nas propriedades finais do concreto (TEIXEIRA; CORDON, 2013). Castro; Pandolfelli (2009), afirmam que este fator em índices elevados é um importante parâmetro para a obtenção de concretos de alto desempenho.

Neste contexto, houve um aumento do interesse pelo empacotamento dos agregados. Uma vez que a maioria destes materiais, utilizados na produção de concreto, é composta por partículas de diferentes formas e tamanhos (CASTRO; PANDOLFELLI, 2009). Ao longo dos anos foram desenvolvidos diversos métodos para auxiliar na definição da melhor distribuição granulométrica e na seleção dos agregados para utilização em compósitos cimentícios (CASTRO; LIBORIO; PANDOLFELLI, 2009).

O presente trabalho visa reunir os principais estudos, análises e discussões relacionadas à influência da densidade de empacotamento dos agregados para o concreto na dosagem de Concretos de alto desempenho (CAD) e concretos especiais. Desta forma, pretende-se contribuir com o acervo técnico-científico referente ao Estado da Arte acerca do tema, de modo

a viabilizar a execução de obras de construção civil que desempenhem melhoria nas características mecânicas e de durabilidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da Plataforma de Periódicos da CAPES. As palavras chave foram definidas na língua inglesa, devido à maior disponibilidade de periódicos e artigos disponíveis. Os termos adotados foram: “*aggregates*”, “*building materials*”, “*particle packing*”, “*concrete*”, e “*particle shape*”.

Para cada combinação possível entre as palavras-chave adotadas, foram selecionados os cem primeiros artigos, cujos resultados estavam ordenados por relevância. Foram utilizados os filtros: “Artigos” e “Periódicos Revisados por Pares”. A primeira seleção de artigos gerou um banco de dados que foi exportado para o *software* Mendeley.

Foram excluídas duplicatas e realizada a análise de cada título. Após esse procedimento foram selecionados os artigos para a leitura de seus resumos. Por meio da qual selecionaram-se os trabalhos para leitura integral. Os artigos selecionados para essa pesquisa foram os que apresentaram maior proximidade com o tema de estudo e que foram publicados em revistas de maior relevância de acordo com a plataforma QUALIS da CAPES.

3 REVISÃO

3.1 Conceitos básicos

O estudo de empacotamento das partículas foi definido por MCGeary (1961 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2000), como o problema da correta seleção da proporção e do tamanho adequado dos materiais particulados. Fazendo com que os vazios maiores sejam preenchidos por partículas menores, cujos vazios serão novamente preenchidos com partículas ainda menores e assim sucessivamente. O termo empacotamento pode ser expressado quantitativamente pela “densidade de empacotamento”, representada pelo volume de sólido em uma unidade de volume total (MEHTA; MONTEIRO, 2014).

A relação entre o empacotamento dos agregados com a produção de concreto foi estudada por Féret (1892 *apud* Larrard; Sedran, 1994), que apresentou, por meio de equações matemáticas, a relação entre a utilização de agregados adequados e a porosidade do concreto

no estado endurecido, assim como sua respectiva resistência. Por meio deste estudo ficou comprovado que quanto maior a densidade de empacotamento, menor é a porosidade do concreto e, conseqüentemente, maior sua resistência (LARRARD; SEDRAN, 1994).

Baseando-se na teoria de que as composições granulométricas com distribuição contínua garantem o melhor empacotamento dos agregados e melhoram as propriedades do concreto, Füller e Thompson (1907 *apud* Monteiro, 2015), propuseram em seus estudos a construção da curva granulométrica ideal. Por meio da análise dos resultados, foi comprovado que a distribuição granulométrica dos agregados utilizados na produção do concreto influencia diretamente em propriedades como: trabalhabilidade, compacidade e resistência à compressão. A obtenção de misturas com máxima compacidade e, ao mesmo tempo, com trabalhabilidade compatível ao elemento moldado são decorrentes da adequação da granulometria ao traço utilizado (MONTEIRO, 2015). Além disso, outros fatores também podem influenciar no empacotamento das partículas, tais como a morfologia dos grãos, a porosidade interna, a densidade, o estado de dispersão, bem como a ocorrência do efeito de parede e a técnica de compactação utilizada (OLIVEIRA *et al.*, 2000).

3.2 Composição

Segundo Oliveira *et al.* (2000), de um modo geral, os empacotamentos aleatórios de monodispersões esféricas, ou seja, onde todas as partículas possuem o mesmo tamanho e forma, ocorrem com o fator de empacotamento situado no intervalo entre 0,60 e 0,64. Porém, como dito anteriormente, essa condição pode ser alterada por diversos fatores como:

- Distribuição granulométrica: a condição de monodispersão ideal dos grãos não é encontrada espontaneamente, pois segue uma distribuição tendencialmente infinita de tamanhos de partículas. Portanto o fator de empacotamento pode variar conforme a distribuição granulométrica dos agregados. Caso o preenchimento dos vazios seja feito por partículas imediatamente menores que os interstícios livres deixados pelas partículas com dimensões mais elevadas, ocorrerá a diminuição da porosidade, com conseqüente aumento da densidade de empacotamento. No entanto, se forem preenchidos por partículas maiores que os vazios existentes, ocorrerá aumento da porosidade e diminuição da densidade de empacotamento (SILVA *et al.*, 2004);

- Morfologia: quanto menos esférica (mais angular) for a partícula, menor será a densidade de empacotamento de uma distribuição que a contenha, como ilustrado pela Figura

1. Fato que pode ser explicado pela existência de atrito entre elas, a partir do contato de suas superfícies irregulares. E quanto menores suas dimensões, maior é a área de contato superficial específica, aumentando o efeito de empacotamento (RIVA, 2010; SILVA *et al.*, 2003).

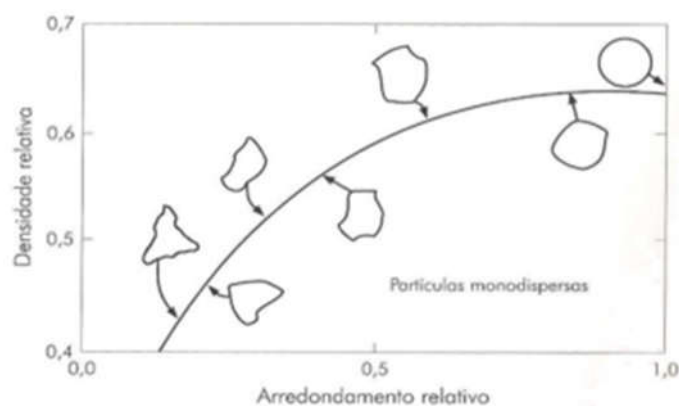


Figura 1 – Relação entre a densidade relativa dos agregados *versus* sua morfologia (CONCEIÇÃO, 2011).

- Porosidade interna das partículas: as partículas podem ser totalmente densas como ilustrado pela Figura 2 (a), com porosidade interna fechada (b) ou com porosidade aberta (c). O empacotamento de maior densidade é garantido com a utilização das partículas não porosas (totalmente densas). Entretanto, não é usual encontrar materiais com tal característica, sendo assim, a utilização de materiais com porosidade interna fechada, que se assemelham às densas, promovem maior grau de empacotamento (RIVA, 2010).

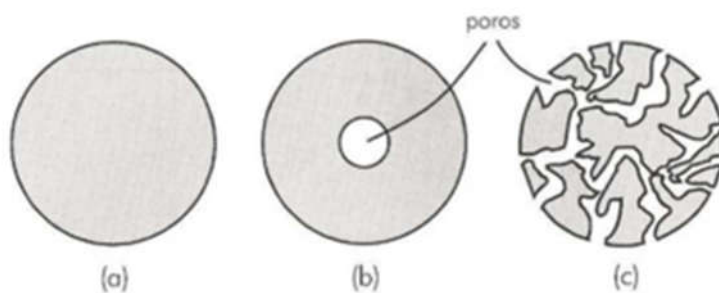


Figura 2 - Porosidade interna típica dos agregados: a) totalmente densos; b) porosidade fechada; c) porosidade aberta (CONCEIÇÃO, 2011).

- Densidade das partículas: a diferença acentuada de densidade entre os componentes da mistura pode favorecer a segregação desses materiais, diminuindo a densidade de empacotamento e prejudicando o desempenho da mistura. Sendo assim, devem-se utilizar agregados com pequeno gradiente de densidade (OLIVEIRA, 2013).

- Estado de dispersão: a dispersão inadequada das partículas pode provocar alterações na curva de distribuição granulométrica prevista. Uma vez que as partículas mais finas podem

se aglomerar, aumentando o diâmetro efetivo da composição. Além disso, estes aglomerados apresentam grande quantidade de vazios, que aumentam a porosidade da microestrutura e prejudicam o desempenho mecânico do material (CASTRO, 2007).

- Efeito parede: se estabelece, no concreto, entre a pasta e o agregado, quando a relação entre as dimensões das partículas seja tal que, a superfície de contato entre uma partícula fina e uma partícula grossa, seja considerada praticamente plana. Há acúmulo de água nesta zona, e consequente aumento da relação água/ cimento, provendo espaço para formação de compostos de maior tamanho, aumento da porosidade e favorecimento do acúmulo de tensões, como pode ser observado na Figura 3 (MOREIRA *et al.*, 2004).

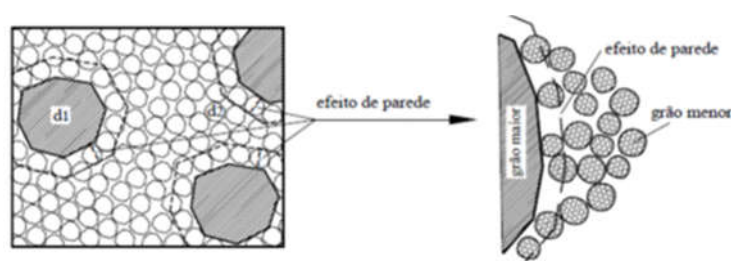


Figura 3 - Efeito parede entre agregados de diferentes dimensões (FOCHS, 2011).

- Técnica de compactação: a forma com que as partículas são colocadas na sua posição de equilíbrio influencia no empacotamento das mesmas, que é otimizado quando as partículas menores ocupam os vazios entre as partículas maiores. Este preenchimento de vazios pode ocorrer de maneira diferente dependendo da técnica de compactação utilizada (KOEHLER; FOWLER, 2007).

Têm sido desenvolvidos estudos, teóricos e experimentais, nesta área, onde foram propostos diversos métodos e ferramentas para calcular a densidade de empacotamento das partículas. Neste contexto, há duas abordagens básicas: a considerada discreta, que trata as partículas individualmente; e a considerada contínua, que analisa as partículas com distribuição contínua (CASTRO; PANDOLFELLI, 2009).

Há vários modelos de empacotamento de partículas, tanto de abordagem contínuas quanto de discretas. Sendo os modelos de Furnas (abordagem discreta) e de Andreasen (abordagem contínua) considerados os mais consistentes. Após diversos estudos comparativos, provou-se que ambos convergiam matematicamente para uma mesma equação. Foi desenvolvido, portanto, um modelo a partir da correlação entre os anteriores. Este terceiro modelo ficou conhecido como Modelo de Alfred, que é um aperfeiçoamento dos dois citados anteriormente (OLIVEIRA, *et al.*, 2000).

Apesar de existirem diferenças entre os modelos citados, o estabelecimento de curvas granulométricas ideais por meio destes modelos matemáticos é, na prática, uma excelente alternativa para determinar o melhor empacotamento das partículas. Definindo, então, uma combinação dos agregados disponíveis que melhor se aproxima da curva ideal disposta pelos modelos (OLIVEIRA, 2013). Independente do modelo adotado, o objetivo do estudo dessas propriedades é prever a distribuição granulométrica ideal dos agregados utilizados. Para que possa haver o máximo empacotamento das partículas, ou seja, o mínimo de vazios dentro do material composto por grãos de diversos tamanhos (TEIXEIRA; CORDON, 2013).

É vastamente difundido na literatura que, entre os modelos de empacotamento de partículas apresentados, o modelo de Alfred é o mais utilizado para a dosagem de concreto, uma vez que possui maior eficiência de empacotamento que os de Furnas e Andreasen, além de ser mais realista que os demais (BARANHUK, 2014; CONCEIÇÃO, 2011; OLIVEIRA, 2013; ORTEGA *et al.*, 1997; PEREIRA, 2010; PILEGGI *et al.*, 1996; REBMANN, 2011).

Por meio de estudos experimentais e simulações gráficas, foi concluído que os valores do coeficiente de distribuição “q” menores ou iguais a 0,37 proporcionariam o máximo empacotamento das partículas, enquanto valores superiores resultariam na formação de uma porosidade residual. Coeficientes de distribuição inferiores a 0,31 garantem uma mistura com boa fluidez. Enquanto os valores mais próximos a 0,31 produzem concretos adensáveis sob vibração. Já os coeficientes de distribuição menores que 0,26, resultam em concretos auto-adensáveis (CASTRO *et al.*, 2009; STUDART *et al.*, 2001).

3.3 Produção/processamento

Segundo Castro *et al.* (2009), a utilização dos conceitos de empacotamento de partículas é de suma importância para a dosagem de concretos. Principalmente quando se busca a produção destes materiais com propriedades superiores. Os concretos dosados com a aplicação destes conceitos, além de se manterem trabalháveis por um período mais longo, sem a necessidade de utilização de aditivos retardadores de pega, apresentam resistência mecânica mais elevada aos 28 dias.

É usual utilizar recursos computacionais para determinar os ajustes necessários à curva granulométrica dos agregados utilizados na dosagem de concretos. Para isso, a distribuição dos diferentes tipos de agregados a serem adicionados no compósito é inserida no software, juntamente com o valor do coeficiente de distribuição estabelecido inicialmente. A fim de se

obter a curva do concreto especial que será produzido com esses materiais. A curva obtida deve ser ajustada à curva ideal, fornecida pelo software e calculada pelos modelos já citados, determinando a quantidade de cada material particulado a ser utilizado no compósito. Um exemplo desse ajuste pode ser visualizado na Figura 4 (MATTIAS *et al.*, 2015; OLIVEIRA, 2013).

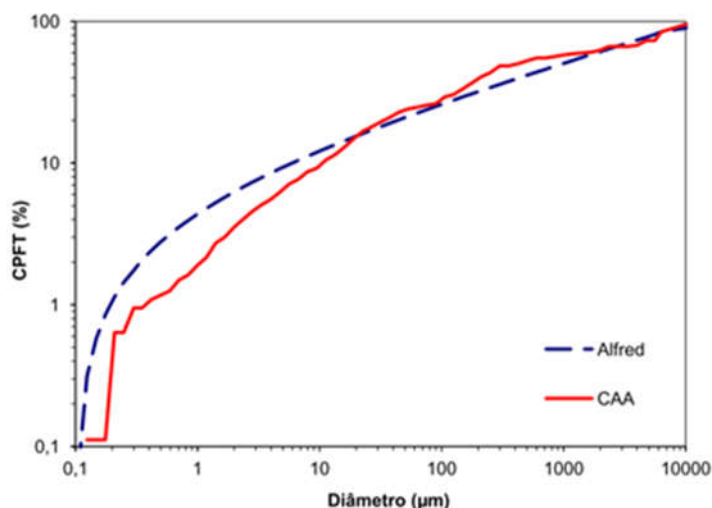


Figura 4 - Ajuste da curva de distribuição granulométrica (OLIVEIRA, 2013).

Quando a distribuição granulométrica dos agregados a serem utilizados for descontínua, indicando a ausência de determinados tamanhos de partículas, a correção deve ser realizada com a adição de materiais. A fim de preencher as lacunas entre os diferentes tamanhos de agregados, determinadas pelos cálculos realizados (CASTRO *et al.* 2009; DAMINELI, 2013).

Segundo Oliveira (2013), os concretos dosados com base nos conceitos de empacotamento de partículas são mais caros quando comparados àqueles materiais dosados sem esse conceito. Tal fato pode ser explicado pela correção da distribuição granulométrica dos agregados requerer a utilização de novos materiais, aumentando assim, o custo.

3.4 Propriedades

3.4.1 Propriedades mais importantes para aplicação na construção civil

Para a confecção de concretos destinados à aplicação em elementos de construção civil, é necessário que sejam garantidas duas premissas: apresentar características satisfatórias no estado fresco e no estado endurecido. No estado fresco, é exigido que a consistência da mistura possibilite o adensamento do concreto e que tenha coesão suficiente para que o compósito seja

transportado e lançado sem que haja segregação dos seus constituintes. No estado endurecido, a principal grandeza que caracteriza a conformidade ou a não conformidade dos concretos, é a resistência à compressão. Pois essa é uma grandeza fácil de ser medida e serve como indicativo do comportamento de outras grandezas, como por exemplo a massa específica, a durabilidade, a resistência mecânica, a porosidade, a absorção e a permeabilidade. De forma resumida, pode-se inferir que os concretos com resistências elevadas possuem propriedades desejáveis (NEVILLE; BROOKS, 2013). Como já foi descrito anteriormente, a distribuição granulométrica dos agregados interfere nos dois estados do concreto e está relacionada às propriedades intrínsecas a ambos.

3.4.2 Propriedades no estado fresco

A trabalhabilidade é a propriedade dos compósitos cimentícios no estado fresco que determina a facilidade de execução da mistura, da aplicação e do acabamento. A adequação da consistência à trabalhabilidade reduz as dificuldades no manuseio e no adensamento do concreto, evitando, conseqüentemente, o surgimento de futuras patologias. Essa propriedade pode ser definida, também, como o grau de resistência à segregação das fases do sistema, além de ser traduzida por meio da fluidez (facilidade de mobilidade) e da coesão (resistência à exsudação e à segregação) (KOEHLER; FOWLER, 2007). A presença de grandes quantidades de grãos micro finos nos agregados utilizados para a confecção de concretos e argamassas, demanda aumento do teor da água de amassamento ou a utilização de aditivos para garantir a trabalhabilidade (ARNOLD; KAZMIERCZAK, 2012; MEHTA; MONTEIRO, 2014).

A segregação é um fenômeno causado devido à heterogeneidade micro estrutural, pois misturas granulométricas descontínuas podem ocasionar maior demanda de cimento, redução de fluidez e promover a formação de vazios entre as partículas dos agregados de maior dimensão. A ocorrência da segregação das fases, ocorrida no estado fresco, pode causar patologias como manchas e fissuras, após o endurecimento (CARDOSO, 2009; MONTEIRO, 2015; NEVILLE, 2016).

A exsudação é uma forma particular de segregação, ocorre quando a água do interior do concreto sobe à superfície, carregando com ela os materiais mais finos. Produzindo, no estado endurecido, um concreto poroso, menos resistente, aderência pasta-agregado enfraquecida (zona de transição), e, conseqüentemente com durabilidade reduzida. Para prevenir a ocorrência desse fenômeno, é necessário que a dosagem da água utilizada nos concretos e argamassas

esteja presente em quantidade ideal e que haja presença de gradientes granulométricos de agregados finos. Um concreto com agregados bem graduados, pode ter sua permeabilidade reduzida por meio do aumento do diâmetro máximo do agregado, porque o volume de pasta requerido é reduzido. Contudo, o aumento do tamanho do agregado aumenta a ocorrência de exsudação interna, criando assim mais regiões porosas. Portanto, a graduação dos agregados tem fundamental importância nesse comportamento (GEYER; RESENDE DE SÁ, 2006; MEHTA; MONTEIRO, 2014; NEVILLE, 2016).

3.4.3 Propriedades no estado endurecido

A massa específica implica diretamente peso próprio da estrutura. Varia de acordo com o tipo de concreto, a técnica de adensamento, o índice de vazios e o tipo de agregados utilizado. É um parâmetro que pode ser considerado indicativo de durabilidade, pois quanto maior a densidade característica do compósito, maior a densidade de empacotamento, e consequentemente menor o índice de vazios intersticiais do concreto, resultando em maiores resistência e durabilidade (NEVILLE, 2016; TEIXEIRA; CORDON, 2013).

A porosidade dos concretos é gerada principalmente na pasta de cimento, na interface pasta-agregado, além da porosidade já existente no agregado. Não se pode deduzir uma porosidade nula em um material, devido à sua formação natural. Outra ocorrência que contribui para o acúmulo de poros nos compósitos cimentícios é a evaporação da água de amassamento, adicionada em quantidade superior à necessária para hidratação das partículas (MEHTA; MONTEIRO, 2014; TEIXEIRA; CORDON, 2013).

A absorção é a propriedade que traduz a capacidade de retenção de fluidos nos condutos capilares dos concretos por meio do gradiente gerado entre a pressão interior e a pressão atmosférica. Para que ocorra a absorção é necessário que haja a interligação entre os poros existentes no interior dos compósitos cimentícios, de forma a gerar condutos capilares que se comunicam com a superfície externa (MEHTA; MONTEIRO, 2014; NEVILLE, 2016).

A permeabilidade é a capacidade de permitir a passagem de água pelo seu material, por meio de pressão, filtração e/ou difusão por meio da capilaridade. Que é governada pela porosidade da pasta de cimento. Quanto menor a relações água/cimento, menor a ocorrência desse fenômeno. A distribuição granulométrica dos agregados, também é um fator determinante para essa condição, pois os agregados com maiores formas e sem empacotamento de partículas adequado produzem um concreto mais permeável. Do ponto de vista da durabilidade, é

importante a obtenção de uma baixa taxa de permeabilidade nos concretos (MEHTA; MONTEIRO, 2014; NEVILLE; BROOKS, 2013; TEIXEIRA; CORDON, 2013).

Uma das formas de se conseguir uma estrutura durável é obtendo-se um índice de compacidade mais alto do concreto por meio do aumento da densidade de empacotamento dos agregados. Com o avanço das reações de hidratação, algumas propriedades importantes, tais quais a porosidade, a permeabilidade, a resistência à tração, o coeficiente de expansibilidade térmica, a dureza e a composição são formadas. A influência dos agregados na durabilidade do concreto começa no ato da mistura, pois a granulometria, a forma e a textura dos grãos, definirão a compacidade e o consumo de água para uma dada trabalhabilidade. Como a durabilidade é uma propriedade diretamente ligada à estrutura dos poros, às microfissuras da pasta de cimento e à forma que os agentes agressivos penetram no concreto, conclui-se que quanto menor a ocorrência de poros interligados, mais durável a estrutura será (BOLINA; TUTIKIAN, 2016; CASTRO, 2007).

Sabe-se que a resistência à compressão é uma propriedade diretamente relacionada, também, à quantidade de poros existentes, pois os vazios são potenciais causas da diminuição da resistência. Por meio da redução do índice de vazios, obtém-se um concreto com maior compacidade. O que dificulta o transporte de agentes agressivos para o interior da massa de concreto, e, conseqüentemente, melhora a resistência do composto cimentício aos esforços a que está sujeito (BOLINA; TUTIKIAN, 2016; MEHTA; MONTEIRO, 2014).

3.5 Aplicações atuais e perspectivas

As principais ocorrências da utilização do método de obtenção da máxima densidade de empacotamento de agregados para o concreto são para a confecção de concretos especiais. Os quais são definidos como aqueles que possuem características específicas, que são desejáveis para determinados fins (NEVILLE, 2016). Dentre os quais serão abordados, neste estudo, os concretos de alto desempenho e os concretos auto adensáveis.

- Concretos de alto desempenho (CAD)

O conceito de CAD é geralmente associado a concretos que imprimem elevadas resistências. Contudo, a aplicação desse método, segundo a NBR 6118 (ABNT, 2014), estende-se aos compósitos cimentícios estruturais que apresentam, no mínimo, 55 MPa de resistência à compressão. A real aplicação do CAD deve contemplar, primeiramente, a durabilidade e, posteriormente, o alcance de altas resistências (JUCÁ *et al.*, 2001).

A principal característica que determina ao CAD o alto desempenho é o emprego de uma baixa relação água/cimento. A qual deve estar contida em intervalos inferiores a 0,35, muitas vezes em torno de 0,25 podendo chegar até 0,20. Para a execução desses concretos especiais, é utilizada a combinação de algumas técnicas que permitem a ocorrência de uma mistura homogênea com tão baixo consumo de água. Dentre as quais destacam-se a definição da densidade de empacotamento ótima dos agregados utilizados, a adição de compostos minerais muito finos (fíler) e a utilização de aditivos superplastificantes (DAMINELI, 2013; NEVILLE, 2016).

- Concreto auto adensável (CAA)

O CAA, que possui elevada fluidez (80 a 110% na mesa de fluidez), é descrito como umas das grandes revoluções ocorridas na tecnologia do concreto nas últimas décadas. Inicialmente desenvolvido para garantir o adensamento adequado do concreto sem a dependência da habilidade do operário, imprimiu vantagem técnica, econômica e ambiental. Sua grande vantagem diz respeito à facilidade de aplicação, dispensando inclusive a necessidade de vibração. Fato que pode ser determinante e imprescindível para determinadas situações, como é o caso da concretagem de fundação profundas, por exemplo (FOCHS, 2011; PILEGGI *et al.*, 1996).

O CAA é caracterizado, também, pela resistência à segregação, à exsudação e pela capacidade de ser lançado entre espaços estreitos. Para a confecção desse tipo de concreto, são utilizados, basicamente, os mesmos materiais constituintes do concreto convencional, entretanto em proporções distintas. Principalmente relacionadas à parcela dos componentes finos, uma vez que essa característica garante a minimização da ocorrência de efeitos indesejáveis como a segregação e a exsudação. Por tais motivos, é indispensável a utilização do conceito de empacotamento das partículas e definição da granulometria ideal dos agregados no cálculo do traço desse tipo de concreto. Geralmente são utilizadas adições minerais finas para atuar como o fíler. Já a fluidez do CAA, é garantida por meio da utilização de aditivos superplastificante (ROCHA *et al.*, 2012).

3.6 Limitações

A limitação dos modelos teóricos utilizados no cálculo da densidade máxima de empacotamento dos agregados, devem-se ao fato de considerar o formato das partículas perfeitamente esféricas. Além disso, os cálculos para atingir a definição da granulometria ideal

são extensos, e para evitar a ocorrência de erros sugere-se a utilização de softwares específicos, que muitas vezes não são facilmente acessíveis (ORTEGA *et al.*, 1997; TEIXEIRA; CORDON, 2013).

Por meio da análise dos resultados dos trabalhos utilizados para compor a revisão bibliográfica, verifica-se a ocorrência de desvios da curva granulométrica experimental em relação à teórica. Entretanto, apesar de não serem significativos, é possível inferir que a origem da diferença entre a teoria e a prática deve-se principalmente à impossibilidade de se conseguir um ajuste perfeito com as matérias-primas disponíveis.

Para a confecção de concretos especiais, utilizando o comportamento micro estrutural como base, são necessários cuidados especiais no proporcionamento e na mistura. Como por exemplo a necessidade de um tempo maior de mistura para garantir a homogeneidade e a impossibilidade de utilização da capacidade máxima da betoneira. Além da definição da sequência de adição dos materiais ser determinada por meio de tentativas, o que pode ser um fator complicador. O fator água cimento baixo amplia a falta de compatibilidade entre os materiais na mistura, devido à grande concorrência dos vários componentes pela água para a molhagem superficial e hidratação inicial (NEVILLE, 2016).

Apesar da utilização dos conceitos de empacotamento e dispersão de partículas em concretos especiais, esses conceitos são pouco conhecidos pela maioria dos profissionais atuantes na construção civil, especialmente no Brasil. Assim, os conhecimentos de empacotamento e dispersão aplicados aos concretos resultam em um diferente processo de dosagem, baseado em conceitos mais aprofundados, que constituem uma alternativa mais eficiente aos métodos existentes (CASTRO; PANDOLFELLI, 2009).

4 CONCLUSÃO

Os concretos especiais foram desenvolvidos para compensar deficiências ou desvantagens dos compósitos já existentes. Com a finalidade de ampliar as opções disponíveis desse versátil elemento construtivo, podem ser obtidos estudos e análises disponíveis na literatura, na qual é possível determinar a opção mais adequada para cada necessidade (TUTIKIAN *et al.*, 2011). A utilização de concreto de alto desempenho nas construções continuará a crescer. Entretanto esse crescimento requer, por parte das centrais de concreto, o fornecimento de concretos produzidos com elevado controle de qualidade dos componentes do processo, fato que impacta no custo final do produto. Apesar dos benefícios conhecidos, o custo

deve ser analisado em função da durabilidade aumentada, bem como a possível redução das seções dos elementos estruturais (devido à maior resistência), o que resulta em maior área útil e menores solicitações de cargas nas fundações (NEVILLE, 2016).

Os concretos obtidos, a partir do conhecimento e das técnicas aplicadas à engenharia micro estrutural dos materiais, são necessários ao desenvolvimento da indústria da construção civil. Tais compósitos, constituídos por partículas com granulometria fina e baixa relação água/cimento, apresentam matrizes densas, que são obtidas a partir da otimização do empacotamento dos materiais granulares, enquanto a trabalhabilidade adequada é garantida por meio da dispersão das partículas, viabilizada pela incorporação de aditivos químicos. Por meio das ferramentas, experimentais e teóricas, disponíveis, é possível compreender as relações entre as propriedades macroscópicas desses materiais e os processos químicos e físicos que ocorrem dentro dos mesmos (CASTRO; PANDOLFELLI, 2009).

REFERÊNCIAS

- ABNT NBR 6118. **Projeto de Estruturas de Concreto - Procedimento**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2014.
- ARNOLD, D. C. M.; KAZMIERCZAK, C. S. **Influência da forma dos grãos e do teor de filler na trabalhabilidade de argamassas**. Coimbra: Universidade de Coimbra, APFAC / ITEcons, 2012. p. 11.
- BARANHUK, A. D. **Análise da influência do empacotamento dos agregados na porosidade do concreto**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2014.
- BOLINA, F; TUTIKIAN, B. Specification faced with durability to meet superior level of performance in structural elements buried. **IBRACON Structures and Materials Journal**, v. 9, n. 2, p. 275–296, 2016.
- CARDOSO, F. A. **Método de formulação de argamassas de revestimento baseado em distribuição granulométrica e comportamento reológico**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2009.
- CASTRO, A. L. De; LIBORIO, J. B. L.; PANDOLFELLI, V. C. Desempenho de concretos avançados para a construção civil, formulados a partir do método de dosagem computacional. **Cerâmica**, v. 55, n. 335, p. 233–251, 2009.
- CASTRO, A. L. **Aplicação de conceitos reológicos na tecnologia dos concretos de alto desempenho**. Universidade de São Paulo, 2007.
- CASTRO, A. L.; PANDOLFELLI, V. C. Revisão: conceitos de dispersão e empacotamento de partículas para a produção de concretos especiais aplicados na construção civil. **Cerâmica**, v. 55, p. 18–32, mar. 2009.
- CONCEIÇÃO, Edilene de Souza. **Influência da distribuição granulométrica no empacotamento de matérias-primas na formulação de porcelânicos**. Universidade de São Paulo, 2011.
- DAMINELI, B. L. **Conceitos para formulação de concretos com baixo consumo de ligantes: controle reológico, empacotamento e dispersão de partículas**. Universidade de São Paulo, 2013.
- FOCHS, R. G. **Estudo comparativo entre métodos de dosagem de concreto autoadensável**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

GEYER, A. L. B.; RESENDE DE SÁ, R. **Importância do controle de qualidade do concreto no estado fresco**. Aparecida de Goiânia, 2006.

JUCÁ, T. P. *et al.* Estudo da dosagem de concreto de alto desempenho - comparativo de custos. Foz do Iguaçu: **IBRACON**, 2001. p. 11.

KOEHLER, E. P.; FOWLER, D. W. Aggregates in self-consolidating concrete - **Research report ICAR 108-2F** sponsored. Austin, 2007.

LARRARD, F.; SEDRAN, T. Optimization of ultra-high-performance concrete by the use of a packing model. **Cement and Concrete Research**, v. 24, n. 6, p. 997–1009, 1994.

MATTIAS, L. W. A. *et al.* **Software de simulação do arranjo do empacotamento de partículas e os vazios existentes**. Salvador: Biblioteca Digital Brasileira de Computação, p. 29–36, 2015.

MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. **Concreto: Microestrutura, Propriedades e Materiais**. 2a ed. São Paulo: IBRACON, 2014.

MONTEIRO, R. S. **Estudo da influência de diferentes composições de agregados na obtenção e caracterização do concreto autoadensável**. Universidade Federal de Alagoas, 2015.

MOREIRA, B. P.; ISAIA, G. C.; GASTALDINI, A. L. G. **Durabilidade da camada de cobrimento ao ataque por cloretos de protótipos de concreto estrutural com altos teores de cinza volante**. Rio Grande: FURG, 2004. p. 9.

NEVILLE, A. M. **Propriedades do concreto**. 5a. ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2016.

NEVILLE, A. M.; BROOKS, J. J. **Tecnologia do concreto**. 2a. ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2013.

OLIVEIRA, C. O. **Análise das propriedades reológicas de materiais cimentícios associando o conceito de empacotamento de partículas**. Universidade Estadual Paulista, 2013.

OLIVEIRA, I. R. *et al.* **Dispersão e empacotamento de partículas - Princípios e aplicações em processamento cerâmico**. São Paulo: Fazendo Arte, 2000.

ORTEGA, F. S. *et al.* Influência dos modelos de Alfred e de Andreasen sobre a microestrutura e densidade a verde de compactos cerâmicos obtidos por colagem ou prensagem. **Cerâmica**, v. 43, n. 283-284, p. 183–189, 1997.

PEREIRA, T. A. C. **Concreto auto-adensável, de alta resistência, com baixo consumo de cimento Portland e com adições de fibras de lã de rocha ou poliamida**. Universidade de São Paulo, 2010.

PILEGGI, R. G.; PANDOLFELLI, V. C.; RODRIGUES, J. A. Concreto Refratário Auto-Escoante: Metodologia de Formulação e Correlações entre Distribuição Granulométrica e Reologia. **Cerâmica Industrial**, v. 01, n. 03, p. 7–12, 1996.

REBMANN, M. S. **Durabilidade de concretos estruturais com baixo consumo de cimento Portland e alta resistência**. Universidade de São Paulo como, 2011.

RIVA, R. D. D. **Efeitos das propriedades físicas dos grãos da fração areia de solos arenosos e de agentes de cimentação no comportamento de sistemas empacotados**. Universidade Federal de Viçosa, 2010.

ROCHA, J. P. A.; LUZ, C. A. D.; HERMANN, A. **Influência da areia de fundição nas propriedades do estado fresco do concreto auto-adensável**. Pato Branco: UFTPR, 2012.

SILVA, A. P.; SEGADÃES, A. M.; DEVEZAS, T. C. Aplicação de métodos estatísticos na otimização da densidade de empacotamento de distribuições de pós de alumina. **Cerâmica**, v. 50, p. 345–354, 2004.

SILVA, A. P.; SEGADÃES, A. M.; DEVEZAS, T. C. **Relações entre distribuição granulométrica, morfologia e empacotamento de partículas num sistema real: alta-alumina**. João Pessoa: Congresso Brasileiro de Cerâmica, p. 150–161, 2003.

STUDART, A. R. *et al.* High-alumina multifunctional refractory castables. **American Ceramic Society Bulletin**, v. 80, n. 11, p. 34–40, 2001.

TEIXEIRA, C. S.; CORDON, H. C. F. **Estudo da influência do empacotamento de partículas nas propriedades do concreto**. São Paulo: USP, p. 1689–1699, 2013.

TUTIKIAN, B. F.; ISAIA, G. C.; HELENE, P. **Concreto de Alto e Ultra-Alto Desempenho. Concreto: Ciência e Tecnologia**. São Paulo: IBRACON, p. 1283–1326, 2011.

A RELIGIOSIDADE COMO BEM CULTURAL IMATERIAL E DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL

Beatriz Angélica Silva¹
Daniela Oliveira Gonçalves²

Resumo - O presente trabalho apresentou a cultura imaterial como elemento fundamental para a construção da identidade do ser humano, influenciando em sua formação e seu modo de viver. Verificou que a cultura imaterial é passada de uma geração para outra, e muitas vezes de maneira informal, havendo o risco do esquecimento e da perda do patrimônio. Foi utilizada a pesquisa explicativa bibliográfica, com fontes primárias e secundárias e o método dedutivo. Realizada a pesquisa sobre o objeto de estudo, a religião como sistema cultural, identificou-se a religiosidade como elemento presente na sociedade, desde a antiguidade até os dias atuais, influenciando nos padrões éticos e morais e até mesmo na legislação. Dessa forma, torna-se manifestação cultural, assumindo status de direito fundamental e humano.

Palavras-chave: Cultura imaterial. Salvaguarda. Identidade. Religiosidade.

1 INTRODUÇÃO

A religião representou um conjunto de crenças, valores e costumes presente nas sociedades, nas mais diversas épocas, locais e formas. Até nos dias atuais, com todos os avanços científicos e tecnológicos, os seres humanos mantêm suas crenças religiosas.

Nesse contexto, pode-se dizer que as manifestações religiosas muitas vezes se confundem com as práticas culturais, o que permite afirmar que a religiosidade pode ser considerada como parte do patrimônio cultural imaterial dos povos. Dessa forma, fica clara a importância e a magnitude da cultura imaterial na vida humana. Uma vez que a cultura introduziu valor aos atos humanos, é ela que dá significado às práticas sociais no decorrer da existência das sociedades, e é ela que dá sentido à transmissão dos costumes para as gerações futuras, por meio de memórias preservadas.

1 Discente do curso de Direito no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves- UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

2 Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Docente do curso de Direito do Centro Universitário Tancredo de Almeida Neves- UNIPTAN. Orientadora do Programa PIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: s.beatriz54@yahoo.com.br.

Assim, o problema da pesquisa verificou se a religiosidade pode ser considerada uma manifestação cultural, devendo então ser objeto de proteção legal. A pesquisa identificou a religiosidade como elemento presente na sociedade, desde a antiguidade até os dias atuais, influenciando nos padrões éticos e morais e até mesmo na legislação, um elemento fundamental para a construção da identidade do ser humano, tornando então um direito humano fundamental. Verificou também que a cultura imaterial é passada de uma geração para outra e muitas vezes de maneira informal, havendo o risco do esquecimento e da perda do patrimônio, o que leva à conclusão de que a religiosidade, como um bem cultural imaterial, deve ser tutelada pelo ordenamento jurídico.

2 MATERIAL E MÉTODOS:

O presente artigo tem como metodologia a pesquisa explicativa bibliográfica, cujas bases serão fontes primárias, tais como a Constituição Federal e normas infraconstitucionais, e fontes secundárias, doutrinas, artigos científicos e jurisprudências. O método de abordagem será dedutivo, partindo das teorias e leis para uma especificidade. O material bibliográfico selecionado tem o intuito de proporcionar informações capazes de fundamentar a hipótese apresentada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Definir cultura não é tarefa fácil. A Cultura é composta, dentre outros elementos, pelos saberes, pelas artes, pelas crenças, pelas leis e costumes de determinado povo e o conjunto das manifestações culturais é capaz de criar a identidade desta comunidade.

Assim, segundo o entendimento de Tykor (1871) e Keesing (1974), a identidade de um povo é criada com os seus próprios hábitos e aptidões e cada povo faz de sua cultura algo pessoal e único para os indivíduos que nela estão inseridos. A cultura é desenvolvida primeiramente no seio familiar, e depois nas relações sociais. Cada grupo de pessoas tem seus próprios saberes, suas crenças e suas artes, o que faz com que cada cultura possua aspectos pessoais, e únicos.

Segundo o dicionário Michaelis da língua portuguesa, Cultura é o “conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social” (MICHAELIS, 2018).

Assim a cultura será construída por meio de grupos, ou aglomerações de pessoas que iram ter em comum praticas, costumes, ou ritos que segue, sendo que esses irão compor e intervir no comportamento dos indivíduos que estarão nesse sistema cultural.

A primeira definição de cultura foi dada por um antropólogo britânico, Sir Edward Burnett Tylor, no ano de 1871, que a definiu como um conjunto de comportamentos que pode ser aprendido (TYLOR *apud* LARAIA, 1986). Por se tratar de um aprendizado, poderá se modificar ao logo do tempo, se transformar, e mudar seus valores. O antropólogo Alfred Louis Kroeber ampliou a definição afirmando que “a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência das gerações anteriores. Esse processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo” (KROEBER *apud* LARAIA, 1986).

No que se refere ao processo acumulativo, o ser humano se torna único por ter a capacidade de memorizar ensinamentos, tornando possível a preservação dos saberes e conhecimentos. Os seres humanos guardam os saberes, as artes e as performances de seus antepassados e dá valor a todo esse acervo. Mantendo ou modificando sua cultura com o passar do tempo, aprimorando-a para as novas gerações.

Sendo uma construção humana, toda cultura tem valor, pois cada manifestação cultural possui importância para os membros daquela coletividade. Assim, não há uma cultura “melhor que outra”, pois todas são dotadas de valor. Sendo a cultura um bem tão relevante para a humanidade, surgiu a necessidade de criar mecanismos para sua proteção, tarefa desempenhada pelo ordenamento jurídico nacional e internacional.

O patrimônio cultural de uma sociedade é composto por tudo aquilo que é criado ou valorado nela, e esse acervo representará a identidade daquele povo. A Constituição Federal Brasileira de 1988 disciplina o que é patrimônio cultural nos artigos 215 e 216, com o objetivo de proteger e zelar por esses bens. No artigo 215 faz da cultura um direito do cidadão e impõe ao Estado o dever de apoiar e valorizar as manifestações culturais:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988).

Já no artigo 216 a norma constitucional apresenta as duas formas de bens patrimoniais culturais, abordando os bens materiais e imateriais, nos seguintes termos:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O patrimônio material se apresenta nos bens imóveis como as cidades históricas, que são tombadas para preservação da memória, por suas belezas únicas e também nos bens móveis, como por exemplo, os acervos museológicos. Estes bens culturais são protegidos pelo ordenamento jurídico, especialmente por meio do tombamento (previsto no decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937).

Já os patrimônios imateriais foram classificados pela UNESCO³ e são compostos pelas práticas, expressões, representações e conhecimento de técnicas, como por exemplo, as cantigas de roda e as cerimônias da semana santa católica. Assim, de uma forma mais clara e objetiva podemos dizer que são as danças, os costumes e as celebrações, por exemplo, que irão compor esses patrimônios. Esse acervo cultural é passado e compartilhado entre os membros de uma sociedade, sendo que muitas das vezes essas formas de patrimônio se misturam e se integram, como descrito por Hoebel:

a cultura não material consiste no comportamento em si, tanto manifesto (atividade motora) quanto não manifesto (que se passa no íntimo das pessoas). Muitas vezes, a cultura imaterial encontra-se em perfeita fusão com a material. A cerimônia de casamento, por exemplo, apresenta os dois aspectos (HOEBEL *apud* MARCONI; PRESOTTO, 2012, p.26).

Uma vez que o patrimônio imaterial está ligado à memória e à cultura humana, e que sua transmissão se dá na maioria das vezes de maneira informal, sem registros materiais, este patrimônio tem uma maior chance de se perder. Se o patrimônio imaterial se perde, também se perdem as memórias e conseqüentemente, a identidade daquela população, uma vez que esta está diretamente relacionada com o acervo cultural imaterial. Dessa forma, e considerando que os patrimônios materiais e imateriais se misturam, um complementando o outro, é importante

3 UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e a Cultura.

junção das duas formas patrimoniais para que se assegure a preservação da cultura e da memória.

Dessa forma, não resta dúvida acerca da necessidade de preservar e proteger o patrimônio imaterial, o que fez surgir no ordenamento jurídico uma lei específica para assegurar tal proteção por meio do Decreto nº 3.551/00, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e esse originou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

O citado Decreto estabeleceu que o registro dos bens culturais imateriais se fará em livros, tendo quatro classificações: o livro dos saberes, o livro das celebrações, o livro das formas de expressão e o livro de lugares. Os registros serão realizados pelos órgãos do Sistema Nacional de Cultura, tais como o IPHAN⁴ ou o IEPHA⁵, que farão o reconhecimento e proteção dos atos culturais, registrando então as memórias do povo, evitando assim que elas se percam com o tempo. Tal registro também pode ser realizado na esfera municipal, por meio de leis específicas, junto a secretaria de cultura.

Ao se fazer o registro de um patrimônio imaterial busca-se o reconhecimento e a proteção para determinado ato cultural, tendo o objetivo de registrar as memórias, evitando que elas se percam.

Dentre as manifestações culturais imateriais, pode-se encontrar os costumes e tradições religiosas. A religião baseia-se, de forma geral, na crença de que existe um poder superior, sobrenatural, que determina a existência e o destino da raça humana, ao qual os indivíduos devem obediência.

Segundo Marconi e Presotto (2012), a maioria das populações conhecidas acredita na existência de um “poder” superior à existência humana, em um “poder sobrenatural”. Tal crença é passada de uma geração para outra, bem como seu próprio sistema de regras, ritos e costumes.

As manifestações religiosas geralmente estão presentes na vida do indivíduo desde seus primeiros anos e se manifestam no meio familiar, escolar e social. A religiosidade exerce grande influência em vários momentos da vida do indivíduo, desde seu nascimento (por exemplo, no

4 IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

5 IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

costume de se fazer a “purificação” do recém-nascido ou na escolha de seu nome). As diversas religiões apresentam ritos de transição e manifestações próprias, também em vários outros momentos da vida: batismo, casamento, morte etc.

Dessa forma, as manifestações religiosas formam um sistema cultural muito rico e diversificado, que influencia diretamente na formação moral e social dos indivíduos inseridos naquela sociedade, muitas vezes determinando sua formação, sua forma de pensar e agir. Como a religião é formada por crenças que levam à prática de ritos, cada comunidade religiosa apresenta suas formas próprias de manifestação. Tais costumes são passados de uma geração para outra, com suas peculiaridades e características, como por exemplo os locais que são considerados sagrados, os objetos importantes e os ritos a serem seguidos, bem como a forma de praticar a religião.

A religião é um aspecto importante na vida das comunidades, exercendo grande influência na vida das pessoas e representando um elo entre indivíduos diferentes, mas que professam a mesma fé. Segundo Felix Keesing, a religião possui duas funções básicas: a explanatória (que se dedica a responder as dúvidas dos indivíduos acerca de sua existência, das forças do universo, da vida e morte etc.) e a interpenetrativa (que tenta “interpretar os comportamentos importantes e valorizados”, ligando-se aos demais setores da vida, tais como política, economia etc.) (KESSING *apud* MARCONI; PRESOTTO, 2012).

Também para Raymond Firth a religião possui funções sociais, tais como na organização da vida social, no fornecimento de padrões de comportamento e no ajustamento pessoal (FIRTH *apud* MARCONI; PRESOTTO, 2012). Já Marconi e Presotto afirmam que:

a religião, de modo geral, reforça e mantém os valores culturais, estando muitos deles ligados à ética e à moral, pelo menos implicitamente. Sustenta e incute normas particulares de comportamento culturalmente aprovadas, exercendo, até certo ponto, poder coercitivo. Ajuda na conservação de conhecimentos ao transmitir, por meio de rituais e cerimônias dramatizadas, os procedimentos ou normas de conduta importantes em determinada cultura (MARCONI; PRESOTTO, 2012, p.159).

Além das funções exercidas nas sociedades, a manutenção dos costumes religiosos muitas vezes está ligada à autoridade familiar, pois os indivíduos mais velhos impõem, aos mais jovens, tais práticas, acreditando que tal conduta agrega valores importantes para a vida das pessoas. Creem então que essa experiência com a religião irá de formar muito significativa influenciar na vida intelectual, emocional e moral, fazendo assim o conceito religioso ir além dos seus contextos específicos, fornecendo então um arcabouço de ideias gerias como diz o antropólogo Clifford Geertz (2014).

Pode-se observar que nas mais diversas religiões, as manifestações (os ritos) ocorrem de modos distintos, pois cada uma delas tem sua crença e seu modo de pensar, o que consequentemente se traduz em formas diferentes de exteriorização. A título de exemplo, pode-se destacar a visão e interpretação do católico sobre determinados temas, que será diferente do modo com que o evangélico vê o mesmo tema. Tais diferenciações também ocorrem em relação às demais religiões, tais como umbanda, ou testemunha de Jeová.

Como são formas distintas de ver o mundo, a influência de cada religião na cultura também será distinta. Importante ressaltar que até mesmo entre indivíduos de uma mesma religião, as manifestações de fé podem assumir formas diferentes. Isso porque as manifestações religiosas podem mudar de uma região para outra ou de uma época para outra. Em razão dessas diferenças, um mesmo aspecto da religião, pode ser visto de formas diferentes, a depender do sistema cultural em que está inserido e até mesmo para cada indivíduo, cada grupo ou região.

Nesse sentido, podem-se citar os feriados religiosos. As “regras” sobre estas datas, quais atitudes podem ou não ser praticadas pelos indivíduos, quais cerimônias são realizadas, dentre outros aspectos, podem ser diferentes, pois cada comunidade tem sua peculiaridade. É o que ocorre, por exemplo, na sexta-feira da paixão. Para alguns representa um dia de penitência, enquanto para outros é um dia para compartilhar. Dentre os que acreditam ser um momento de compartilhar, o objeto da partilha é diferente, variando de local para outro (em determinados locais ocorre a distribuição de leite, em outros de peixe etc.).

Considerando que a religião é um meio de fortalecimento de laços sociais, existem várias teorias que tentam explicar sua origem: Dentre elas, cita-se a teoria sociológica, representada por Durkheim, Fustel de Coulanges, R. Smith, Marcel Mauss e Radcliffe-Brown. Essa teoria vê a religião como um fenômeno social, que se manifesta na crença coletiva, fator esse que reforça os laços sociais entre os indivíduos.

Segundo Marconi e Presotto, a principal teoria sociológica refere-se ao sagrado e ao profano, nos seguintes termos:

R. Smith e depois Durkheim refutaram o argumento de que a religião teria se originado das crenças em seres sobrenaturais. Para eles, a religião iniciou-se a partir dos ritos e cerimônias (cantos e danças) que, intensificando as emoções, levaram os participantes ao êxtase. Essas emoções, difundidas entre os presentes, fizeram com que elas acreditassem estar “tomados” por poderes sobrenaturais (MARCONI; PRESOTTO, 2012, p.161).

Para essa teoria, a religião é uma forma de fortalecer os laços sociais e as crenças e rituais são praticados para distinguir o “sagrado” do “profano” para Durkheim, o sagrado está ligado a algo extraordinário, ao incomum, gerando medo e sensação de desconhecido. Já o

profano está ligado ao normal, ao conhecido, ou seja, é algo cotidiano (DURKHEIM *apud* MARCONI; PRESOTTO, 2012).

Marconi e Presotto (2012) apresentam ainda as teorias psicológicas sobre a origem da religião. Tais teorias acreditam que a religião é baseada na emoção e nos sentimentos de modo geral. Entre elas os autores citam: a) teoria do mito natural criada por Müller que foi a primeira a ser desenvolvida e sustenta que o homem primitivo venerava os fenômenos naturais como a lua, o sol, as estrelas etc. Assim apesar de não criar a religião, seus sentimentos, especialmente o medo, levaram o homem a crer em divindades com poderes superiores, fazendo surgir a crença; b) teoria do Animismo, desenvolvida por Tylor, que acredita que a crença em seres espirituais ou espíritos que animam a natureza, partiu da necessidade de compreender os sonhos, a morte etc., fazendo com que o homem acreditasse na existência de um “eu” com espírito e dotado de poderes sobrenaturais (seres conhecidos como alma, fantasma, espíritos de plantas e animais, fadas etc., que transcendem a matéria). Tal teoria se baseia no conceito de alma, que é a força vital que anima o corpo e está presente em todos os seres e c) teoria do Totemismo, adotada por Frazer, Goldebweiser e outros, que se baseia na adoração da natureza. Para esta teoria, as qualidades espirituais eram atribuídas às plantas, animais e objetos e a crença é que alguns grupos descendem de um antepassado comum-animal, vegetal ou mineral.

Nota-se que não se tem um consenso em torno do assunto, sendo assim, em busca de respostas, a mais recente definição foi feita no ano de 2001, por Byrne P., sendo essa definição baseada na vertente moral, nos seguintes termos:

[...] uma religião é um sistema simbólico (quando associado com crenças e práticas) que articula o pensamento de que há uma fonte de moral por trás do mundo, que é o pensamento de que os reinos dos valores e dos fatos estão, em última análise, unidos (BYRNE *apud* DALGALARRONDO, 2008, p.23).

Para outros autores a religião está ligada ao sentimento. Dalgalarrondo, que ainda expõe o pensamento de Freud (1929/1982) por exemplo, nos diz que a religião está sempre ligada a um outro sentimento, sendo esse primário, mais básico para a vida humana como o medo, o desejo de saber sobre a morte e a necessidade de não se sentir só, criando assim um ser maior dotado de poder, como era ressaltado por Freud. E essa crença irá influenciar e ser determinante na vida humana, moldando muitas vezes seu comportamento, como mencionado por Paulo Dalgalarrondo em sua obra religião, psicopatologia e saúde mental:

A crença se define por uma certa adesão ao que parece ou pode ser verdadeiro. Ela é subjetivamente o assentimento voluntário dado a asserções que são tidas como verdadeiras (crenças morais, políticas, religiosas etc.). Para Jolivet (1967), o domínio por excelência da crença é a fé religiosa. Nesta, os enunciados referem-se aos

mistérios sobrenaturais. Enunciados como, no cristianismo, trindade, encarnação, redenção e graça, ou no espiritismo, reencarnação, são objetos de fé (DALGALARRONDO, 2008, p. 25).

Ainda que não exista consenso acerca da origem e dos fundamentos da religião, pode-se afirmar que as manifestações religiosas são importantes para as comunidades e compõem seu acervo cultural. E dessa forma, devem ser protegidas pelo ordenamento jurídico. Em especial na cidade de São João del-Rei, há uma forte ligação entre a religião e os costumes populares, havendo normas municipais para a salvaguarda destas tradições.

Analisando-se o que ocorre na cidade histórica de São João del-Rei - MG, percebe-se que a religião está fortemente ligada à cultura, mantendo-se presente na vida dos cidadãos, exercendo grande influência na forma de viver e na moral dos membros inseridos nessa comunidade. Nos ritos religiosos, a tradição é mantida e preservada pelos moradores, da mesma forma como lhes foram ensinadas por seus antepassados.

Sendo assim, em observância ao que foi sugerido pela UNESCO, em Conferência Geral realizada em 15 de novembro de 1989, na qual ficou determinado que os governos deveriam ter um papel atuante na salvaguarda cultural e tradicional, o município de São João del-Rei fez constar em sua lei orgânica de 21 de março de 1990, expressamente no artigo 221, que incentivaria e apoiaria o patrimônio cultural quando esse tratasse da identidade e memória dos diferentes grupos que formam a cidade, bem como os bens imateriais.

Considerando que as festas religiosas são comuns no município e que tais manifestações fazem parte das tradições locais e da identidade do povo, o poder público municipal edita o Decreto nº 7.620 de 17/08/2018, que tem a finalidade de criar o calendário anual de festas Religiosas Tradicionais do Município de São João del-Rei. Em suas considerações iniciais a norma apresenta que “tradições festivas fazem parte da identidade cultural de milhares de são-joanenses, contribuindo com a formação de seu modo de ser, do cabedal de saberes, o sistema de crenças, a estruturação de seu universo simbólico e respectiva religiosidade popular, folclore e desenvolvimento de relações sociais” (Decreto Municipal 7.620/18).

Neste decreto, 128 eventos são reconhecidos e inseridos no calendário oficial. As festas religiosas locais passaram pelo processo de inventário junto aos órgãos competentes e hoje compõem o acervo do patrimônio cultural imaterial da cidade. Dentre estas festas, destacam-se as celebrações da Semana Santa, onde as tradições promovem a integração entre cultura material e imaterial, especialmente nas vias sacras realizadas nas belas ruas históricas da cidade, mantendo os hinos e ritos nessa manifestação de fé, como por exemplo, o ofício de trevas, que

ainda é celebrado em latim, segundo informação da paróquia da Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar.

Como a religiosidade é um sistema cultural, muito forte e influenciador na vida humana, e tem um grande significado na vida cultural e na identidade dos que estão nessa comunidade. Assim fazem parte da memória coletiva, sendo um direito humano fundamental, devendo ser tutelado pelo ordenamento jurídico, sendo dever do Poder Público e da coletividade zelar pela sua proteção.

4 CONCLUSÃO

Após a investigação realizada, conclui-se que a cultura é, sem dúvida, um direito inerente ao homem, e esse tem o dever de preservá-la, usando os mecanismos legais, para manter vivo esse conjunto de memórias coletivas tão frágil, e imensamente rico e com valor inestimável para a sociedade que a possui.

Como parte integrante do acervo cultural, as manifestações religiosas devem ser objeto de registro e salvaguarda, como elemento caracterizador da identidade social dos povos. A religião por ser um sistema cultural imaterial muito rico e vasto em tradições e ritos, está ligada diretamente à vida humana, sendo parte integrante de sua cultura, influenciando na vida social, ditando regras, costumes e práticas.

Dessa forma, fica claro que a religião compõe e modifica o patrimônio cultural e imaterial dos indivíduos que se encontram inseridos em uma sociedade, sendo, sem dúvida, parte integrante do acervo cultural.

Assim a religião sendo considerada cultura imaterial, se torna objeto apto a ter sua salvaguarda regulamentada por lei, como disposto em diversas recomendações supramencionadas. Atendendo às determinações legais, em São João del-Rei foram inventariadas diversas festas religiosas, como manifestação de fé e cultura.

REFERENCIAS

Assembleia Geral da ONU. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos (217 [III] A). Paris. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em 30 mai 2018

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Carta de Fortaleza. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>>. Acesso em: 31/01/2007.

DALGALARROND, Paulo. Religião, Psicopatologia e Saúde mental. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536312248/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 29/01/2019.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2397-7/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em: 29/01/2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. -- 3. ed. -- Brasília, DF : Iphan, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. Disponível em https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4362514/mod_resource/content/1/Bloco%20I%20-%20Texto%20-%20Cultura%20-%20um%20conceito%20antropol%C3%B3gico%20Roque%20Laraia.pdf. Acesso 12 out 2018.

MARCONI, Andrade, M. D., PRESOTTO, Neves, Z. M. (12/2012). Antropologia: uma introdução. 7ª edição. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478415/>. Acesso em 10 out 2018.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em 10 abr 2018.

NOLASCO, Simone Ribeiro. Patrimônio Cultural Religioso: A herança portuguesa nas devoções da Cuiabá Colonial. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2010.

SÃO JOÃO DEL-REI. Lei municipal nº 5.443, de 20 de junho de 2018.

SÃO JOÃO DEL-REI. Decreto Municipal Nº 7.620, de 17 de agosto de 2018.

SILVA, Daisy Rafaela da. Patrimônio cultural imaterial: antecedentes e proteção jurídico ambiental. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 63, abr 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5931>. Acesso em 30 jun 2018.

ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS RELAÇÕES ENTRE POBRES E ESTRUTURAS DE DOMINAÇÃO A PARTIR DE UM PROCESSO CRIMINAL

Elimar Cosme do Espírito Santo¹

Resumo – O presente trabalho dedicou-se a analisar historiograficamente elementos da relação empreendida entre mulheres pobres e as estruturas e valores “dominantes”, notadamente a justiça e os estereótipos exigidos ao gênero feminino, presentes em um processo criminal movido em 1862 no Sul de Minas Gerais. A metodologia adotada foi aquela que enxerga os processos criminais como fonte para a pesquisa de uma história tanto da justiça quanto dos excluídos sociais, sendo analisadas qualitativamente, com amparo bibliográfico e teórico, as informações encontradas nas falas explícitas ou entrelinhas dos depoimentos e julgamentos. Os principais resultados encontrados foram a percepção de uma exaltação ainda a estereótipos seculares da condição feminina (pureza, honra), certamente com impactos das conjunturas do momento, mas também a visão popular da justiça como forma de defesa ou consecução de interesses, isso em contexto de consolidação do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Mulher pobre. Processo criminal. Justiça.

1 INTRODUÇÃO

No século XIX, o Brasil, dizendo em poucas palavras, foi da condição de Colônia a sede do Reino Lusitano (1808), Reino Unido a Portugal (1815) e país independente em 1822 após as agitações portuguesas da década de 1820, sendo a construção do novo Estado igualmente intensa e tumultuada². Em relação às políticas de administração e justiça, cabe destacar a forte centralização do poder feita na figura do Imperador pela Constituição de 1824, no Primeiro Reinado (BASILE, 1990, p. 211); as reformas liberais do final do Primeiro Reinado e início da Regência, que, segundo Ivan Vellasco, descentralizaram a máquina jurídica e criaram o juizado de paz (1827), o Código Criminal (1830) e o Código do Processo Criminal (1832); e, após críticas sobre inconsistências e abusos, a nova centralização ocorrida com o “Regresso conservador” (volta dos conservadores ao poder), por meio principalmente da promulgação da Lei Interpretativa do Ato Adicional (1840) e do Código do Processo em 1841 (VELLASCO, 2004, p. 106-148). Com o “golpe da maioria”, em 1840, antecipou-se a maioria do futuro

1 Graduando em História (bacharelado) pela Universidade Federal de São João del-Rei. Contato: elimar.csanto@gmail.com.

2 Sobre o assunto ver os trabalhos de Marcello Basile (1990) e Ilmar Rohloff de Mattos (1987).

Imperador, dando-se início ao Segundo Reinado. Findada a Revolta Praieira (1848), iniciou-se uma época de estabilidade sociopolítica e prosperidade econômica (BASILE, 1990, p. 244). Para Ilmar Mattos, a partir da reforma judiciária de 1841 visava-se corrigir a “anarquia” gerada pela reforma liberal, o que significava manter a ordem e propagar a civilização e o progresso, reprimir crimes e rebeliões, vadios e desordeiros e esquadrihar a população, ou seja, controlá-la mais de perto (MATTOS, 1987, p. 281-282). Outros pontos são as transformações com o fim do tráfico externo de escravos, que aumentaram o tráfico interno, causaram o crescimento do preço dos escravos e a concentração deles nas mãos de poucos, bem como o número de brancos livres pobres e sem escravos. No último caso foi gerado, consequentemente, o rompimento de parte da solidariedade dos brancos com a escravidão. Houve aumento das pessoas de cor principalmente pelo aumento da compra de alforrias, o que gerou a não-menção à cor nos documentos como critério de diferenciação entre livres e escravos (MATTOS, 1998, p. 94-99).

O tema mais amplo que serve de ponto de partida para nosso objeto é a “História das Mulheres”³. O objeto específico, o qual insere-se no tema e possui diálogo direto com as transformações e consolidações mencionadas, compreende a análise de um caso criminal ocorrido em 1862. Caso, o qual, tem indícios da relação de mulheres pobres com o aparelho de justiça e do discurso local sobre a condição feminina. O objetivo da análise é descortinar parte da participação social das mulheres e das respostas delas aos valores e estruturas “dominantes” mencionados. A baliza temporal é o ano de 1862, contexto de um Estado Imperial consolidado, e o recorte espacial é a Freguesia de São Thomé das Letras, então subordinada à cidade de Baependi (Sul de Minas Gerais)⁴. A relevância do estudo está na necessidade historiográfica de realizar análises micro sobre vários locais do país a fim de compará-los com os contextos maiores em um “jogo de escalas”⁵, o que complexifica o conhecimento da sociedade brasileira e ajuda a reduzir as chances de generalizações. Além do mais, estudos do tipo podem ser

3 Rachel Soihet (2011) descreve o campo historiográfico da “História das Mulheres”, o qual surgiu na segunda metade do séc. XX após a incorporação à historiografia do estudo dos pobres, escravos e excluídos dos estudos anteriores, aos quais as mulheres se incluem. Isso se deu, segundo a autora, a partir dos revisionismos marxistas.

4 O historiador Marcos Andrade (2008) faz, em sua obra, caracterização da região conhecida como “Sul de Minas”, enquanto Carla Alfonsina D’Auria (2000) tem trabalho sobre a região de São Thomé das Letras.

5 Sobre a Micro-História e os “jogos de escalas”, ver Jacques Revel (1998).

importantes para ampliar o conhecimento social de grupos da atualidade. Quanto ao amparo teórico, serão de grande valia os postulados da noção de *gênero*, que, segundo Joan Scott, serve para designar as relações sociais entre os sexos e enfatizar que, longe de serem biológicos, os papéis atribuídos a eles são construções e imposições socioculturais (SCOTT, 1995, p. 75). A noção citada será útil para auxiliar-nos a fugir de determinismos e perceber que as características exigidas às personagens são discursos em constante transformação histórica. Ou seja, estes cuidados serão importantes para, como sugere Maria Odila Dias (1995, p. 36-51), inserir as mulheres estudadas em seus contextos históricos específicos. Mais que isso, enxergar as personagens não segundo ótica dos discursos eruditos sobre uma ideia universal de “Mulher”, mas sim como atores sociais complexos e autônomos, bem como capazes de integrarem redes de ajuda mútua e de improvisarem papéis informais cotidianos que fossem contra os modelos dominantes de feminilidade.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A fonte básica da pesquisa é um processo criminal movido em 1862 após caso ocorrido na Freguesia de São Thomé das Letras, pertencente à cidade e Comarca de Baependi (Sul de Minas Gerais)⁶. A metodologia é a sugerida por historiadores como Boris Fausto, Sidney Chalhoub e Keila Grinberg. Segundo Grinberg, os processos criminais “são aqueles relativos a atos criminosos considerados como tais pelo Estado, cujas definições variaram ao longo do tempo” (GRINBERG, 2012, p. 123). É vital encará-los, segundo Boris Fausto, como relacionados a um acontecimento que infringiu leis e como a materialização da busca de reconstituição de uma “verdade” que produza culpados ou inocentes (FAUSTO, 1984, p. 21). Grinberg ressalta que devem ser encarados como parte dos esforços estatais de dominação, havendo, por isso, intencionalidades da justiça, incluindo dos escrivães que transcreveram as falas e dos atores processuais (acusação, defesa e testemunhas). Por isso, para a autora é

6 O citado documento pertence ao acervo da cidade de Baependi e encontra-se no Arquivo Histórico de São João del-Rei, localizado no Escritório Técnico II do IPHAN, em São João del-Rei. Denominação usada: ACB/IPHAN/SJDR/ETII.

necessário entender as definições de crime para cada sociedade (GRINBERG, 2012, p. 122, 126). Já Sidney Chalhoub ressalta que a análise desta fonte não deve ter foco em descobrir a “verdade”, o que não é possível, mas a produção das versões e seus significados, perpassando o dissecar das contradições, “mentiras” e repetições presentes nas falas dos atores processuais, as quais permitem penetrar no contexto e nas contradições de uma época (CHALHOUB, 2012, p. 40-41). Assim, serão analisados qualitativamente, segundo os cuidados ressaltados pelos autores citados, aspectos presentes nas petições, julgamentos e demais falas das autoridades, testemunhas e envolvidos no processo. Tudo isso com apoio teórico e bibliográfico adequado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caso analisado é um sumário de culpa iniciado em oito de novembro de 1862 na subdelegacia do distrito de São Thomé das Letras, após queixa dada três dias antes por Angélica Maria do Espírito Santo⁷ diretamente ao Juiz de Direito da Comarca de Baependi. Ao juiz, Angélica declarou-se miserável e incapaz de “perseguir” o acusado na justiça, o que, com base no art. 73 do Código do Processo Criminal de 1832, fez o processo seguir *ex-officio*. Em auto de perguntas feito ainda na subdelegacia citada, Angélica narrou que Manoel Domingues Diogo Chaves⁸ foi à sua casa e, chamando-a em particular, ofereceu uma “casa de telha [...] bem arranjada” e tratar dela e da filha com a condição de “dar a sua filha para ele desonrar”⁹, o que a ofendida chamara de “compra” de honra. A ofendida disse ter confrontado Manoel, questionando se ela, uma mulher pobre, entregaria mesmo a filha. O réu teria argumentado que a menina não se casaria por ser pobre e que, se fosse para ficar com algum pobre, que fosse com ele, que tinha dinheiro e poderia dar-lhe felicidade. Em seguida, teria pedido para entrar e conversar com a filha de Angélica, ao passo que esta repreendeu-lhe e, após insistência, “o

7 40 anos, natural da Freguesia, vivia de costurar e fiar, não sabia ler e escrever.

8 37 anos, viúvo, negociante, brasileiro, natural da Vila de Araxá e sabia ler e escrever.

9 Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

ameaçara com justiça”¹⁰. Após isso, o depoimento faz menção a uma dívida que Angélica teria com o réu e sobre, em outra ocasião, a tentativa de Manoel em cobrá-la, tendo, segundo a queixosa, tentado entrar na casa da mesma com um cavalo, estragado objetos, tentado agredi-la e quase matado uma criança. Vale citar que, após estes últimos fatos supostamente ocorrerem, o acusado, indo embora a cavalo, teria gritado “adeus, mulata bonita”¹¹ para a filha da ofendida.

Um dos principais elementos da trama processual analisada, é a referência aos valores e estereótipos atribuídos ao gênero feminino. Assim, o mote da denúncia é a suposta tentativa de Manoel Chaves de “comprar” a honra da filha da ofendida, estando secundariamente relacionado a isso as injúrias e ameaças de agressão. Durante o depoimento, a queixosa fez um contraponto contundente entre sua pobreza e a manutenção da honra da filha a todo custo, mesmo recebendo supostamente uma proposta “vantajosa”. Antes de mais nada, vale a pena frisar novamente que o documento em questão, o processo criminal, se trata de uma luta entre duas partes, a acusadora e a defensora, cada qual interessada em prevalecer uma versão da história e, assim, vencer o oponente. Por isso, uma primeira questão são os indícios de uma moral local, no que se refere à conduta feminina, sendo necessários ao menos aparentar¹², mesmo que não se praticasse no cotidiano, diante de uma esfera de controle oficial. A própria menção feita pela ofendida à palavra “desonrar” já diz muito do assunto, permitindo-se perceber que, naquele local e época, o discurso oficial de conduta exigia que a mulher deveria manter-se

10 Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

11 Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862. Esta questão da cor é importante de mencionar, mas é de difícil análise, uma vez que há esta menção de Angélica a algo que Manoel teria dito e, fora isso, há poucas testemunhas que mencionam o fato, mesmo que de forma vaga. Nas demais falas do processo não há menção às ofendidas enquanto negras, em um possível “silêncio da cor”, como caracteriza Hebe Mattos (1998). Diante disso, é preferível frisar a possível situação de cor das mulheres.

12 Tendo em mente os esforços estatais de controle social citado por Ilmar Mattos (1987), vale citar, com base nas palavras de Carlos Ribeiro (1995, p. 22), que os processos criminais revelam “versões do comportamento popular elaboradas para satisfazer as expectativas e necessidades jurídicas dos funcionários do sistema jurídico-policial”. Ou seja, muitas pessoas (pobres ou não) sabiam que deveriam aparentar a prática de certos discursos de conduta, para não terem problemas com a justiça ou para vencerem os oponentes no fim do processo.

“honrada”, ou seja, pura e casta¹³, tanto que para isso foi necessária uma ação judicial¹⁴. Ou seja, pode-se conjecturar que: 1) Angélica de fato acreditava e praticava o que dizia, tanto que buscou se defender das ofensas de Manoel; 2) ou a mesma estava dizendo o que julgava ser necessário para triunfar diante do indiciado; 3) a queixosa poderia estar, então, mentindo como alega a defesa do réu. Novamente trazendo elementos metodológicos citados, não interessa, saber se Angélica mentiu ou não; se foi ofendida ou não. Até porque, conforme Chalhoub (2012) e Grinberg (2012), isso não só não é possível, dada a natureza de construção do documento, como não é o desejado e também porque o trabalho do historiador para este caso não deve ser de “detetive”. Interessa, então, perceber os aspectos presentes nas entrelinhas dos autos, bem como, para o caso analisado, salientar 1) as possibilidades de prática pelas ofendidas, que são mulheres, pobres e possivelmente negras, de discursos impostos pelas camadas dirigentes; 2) os dados mais concretos que demonstram uma parte do discurso que exigia certas características às mulheres. Lembrando, segundo o conceito de *gênero*, que as características exigidas aos gêneros são construções que, como tais, estão em constante transformação e não são homogêneas para todo um país. Voltando à questão do discurso de gênero, outro elemento a comentar, que corrobora a ideia introduzida linhas acima, está na apelação feita pelo réu após o mesmo ser condenado. Segundo a defesa de Manoel, a queixosa não deveria nutrir grande orgulho pela honestidade da filha, haja vista que a mesma vivia “emancipada na vida mundana [...] há mais de três anos”¹⁵, sendo inclusive mãe. Percebe-se aí mais um elemento, no qual há 1) uma possível visão de mundo do réu sobre as mulheres “mundanas”, cujo contraponto seriam aquelas honradas, puras (sem filhos) e confinadas em casa; 2) ou, em argumentação semelhante

13 Ronaldo Vainfas (1997) é referência sobre a misoginia presente na colonização brasileira entre os séculos XVI e XVIII, quando a mulher era vista como incapaz intelectualmente e propícia a vícios que arruinariam o marido. Por isso, exigia-se das mulheres, de modo geral, prudência, pureza, castidade, obediência ao marido e dominação do último frente à esposa. Para o século XIX, o trabalho de Silvia Brügger (1995) discorre sobre as transformações discursivas ocorridas à luz das transformações no país, sendo analisados os discursos tridentino (antigo), médico (de pouco alcance mesmo como discurso) e romântico (que triunfou enquanto discurso na segunda metade do século). Segundo a autora, apesar de diferenças entre os discursos, de modo geral ainda se exigia às mulheres “ideais” muitos dos aspectos tridentinos citados.

14 Para Celeste Zenha, muitas vezes *honra* referia-se à virgindade e *desonra* a desvirginar. Em um caso analisado pela autora demonstra-se que a honra poderia ser um bem valioso a pessoas despossuídas. (ZENHA, 1984, p. 182)

15 Recurso do réu. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

ao caso da ofendida, de elementos que a defesa acreditava serem ideais de mencionarem, como forma de desacreditar a parte rival. O último ponto fica mais forte quando pensamos que a parte acusadora alegou em tese os mesmos elementos, ou seja, acreditavam ou sabiam que deveriam falar aquilo. Isso permite dar contornos mais concretos ao discurso local de feminilidade.

Discorrendo sobre as demais nuances do caso, vale mencionar outros aspectos da estratégia de defesa do réu, feita no recurso pós-condenação. A parte recorrente também frisou que tudo não passava de uma história criada pelas acusadoras, como artifício de fuga a uma dívida tida por Angélica com Manoel. O tal débito fora mencionado de forma contraditória pela queixosa. Segundo o depoimento da mesma, o recorrente ofereceu perdão da dívida em troca de sigilo sobre a proposta de compra da honra, ao passo que Angélica disse ter pego um dinheiro e quitado o que devia. Linhas após, a queixosa disse que Manoel adquirira uma dívida que ela tinha com outro comerciante e, indo cobrá-la em casa, fez menção àquele primeiro débito. Angélica se contradisse no momento em que disse ter argumentado que a dívida inicial fora perdoada pelo recorrente, em vez de dizer, como fez antes, que tinha feito o pagamento. Para além da hipótese de que aquelas mulheres poderiam de fato praticar e acreditar no que diziam, pode-se dizer que, mesmo no caso de traçar uma tática para fugir da referida dívida, outra forma de resolução poderia ter sido escolhida, como fuga ou violência, em vez da justiça. Sobre essa questão, é importante, apesar de críticas pertinentes¹⁶, o trabalho de Maria Sylvia Franco (1997, p. 23-61) para o interior de São Paulo em mesma época. A autora, analisando os “caipiras” do Vale do Paraíba paulista e fluminense no século XIX, afirma ser a violência um aspecto vital nas relações comunitárias dessas pessoas. Indo além, Franco ressalta como os ajustes violentos

16 Entre as críticas, Sidney Chalhoub (2012, p. 185) é contrário à ideia de Franco de que a violência era elemento fulcral nas relações sociais dos “caipiras” do local analisado, argumentando o autor que, como a autora usa processos criminais, logicamente o aspecto violento apareceria muito. Tratando dos “significados da liberdade” para as populações do sudeste escravista do século XIX, Hebe Mattos (1998, p. 34-35) critica a historiografia clássica por ver o século XIX como continuação (sem transformações) do XVIII em relação ao assunto. Franco, segundo a autora, cunhou a ideia de que, quando a economia de mercado chegou a locais onde não era presente, os “antigos padrões de reprodução social” sobreviveram na forma de, entre os livres pobres, marginalidade econômica e anomia social, assim como recurso à violência para a resolução de seus conflitos. Mattos argumenta contra à ideia de anomia, ressaltando o tamanho das populações taxadas de “desclassificadas” e afirmando que os significados e expectativas da liberdade foram construídos em cada sociedade e cultura, e chegavam aos pobres livres e escravos, mesmo que estes interpretassem a seu modo ou tivessem as próprias ideias sobre o assunto.

irrompiam cotidianamente em todo tipo de situação, muitas vezes de súbito e sem acúmulo de tensões, assim como em situações de lazer, família e trabalho. Assim, assimilando as palavras da autora, pode-se ter em mente a disponibilidade da violência como forma disponível de resolução de questões. Sobre o caso, um fato a citar é que a queixa fora dada pela ofendida e não por iniciativa exclusiva de algum agente da justiça. Considerando este lado, e lembrando que outra forma de resolução poderia ter sido adotada, pode-se argumentar sobre um indício de visão popular face a justiça. Sendo esta provavelmente vista como instância de resolução de pendências e disputas, ou forma de legitimação social e tática de sobrevivência. Neste quesito, Ivan Vellasco traz afirmações importantes ao trabalhar com a estruturação da justiça brasileira após a Independência, tendo como recorte espacial a Comarca mineira do Rio das Mortes. Baseado em autores como Norbert Elias, Vellasco pontua que a construção do Estado brasileiro não podia ser feita apenas com imposição e violência, mas também por negociações com as massas que as cooptassem a participarem da ordem e, conseqüentemente, garantisse entre as mesmas as reciprocidades e legitimidade necessárias. Uma forma de atrair legitimidade era oferecer ativação de cidadania e direitos por meio da resolução de conflitos na justiça, o que “seduzia” as pessoas a participarem da ordem, principalmente as sem posses (VELLASCO, 2004, p. 21, 179, 223-226).

Ainda na questão da visão popular à justiça, é preciso citar o argumento da defesa do réu, de que a ofendida tinha “relação ilícita” (relação amorosa informal) com um oficial de justiça, o qual teria levado Angélica até o juiz para fazer a queixa. João Pedro Correia, o oficial de justiça citado, no final de seu depoimento foi questionado pelo réu sobre as tais relações com a queixosa, confirmando-as em seguida. Um detalhe a destacar é a hipótese de João ter de fato orientado Angélica a procurar a justiça e, mais, de como se portar e falar diante dela. Caso isso tenha ocorrido, ainda assim é perceptível elementos da visão popular ao aparato jurídico. Neste caso em específico, é patente e interessante, apesar de certamente ilegal, a ideia de um funcionário jurídico, provavelmente fora de serviço, orientar uma pessoa pobre a como se comportar e o que falar, ou seja, quais os discursos oficiais citar e aparentar prática. Indo além, este detalhe enriquece a análise no momento em que complexifica o olhar contemporâneo ao passado e auxilia a fuga à dicotomia, muito reproduzida sobre a época, de dominante *versus* dominado. Por outro lado, tanto no caso de as ofendidas estarem se defendendo, como de estarem usando o apoio da justiça para acusar Manoel e fugir da dívida para com ele, isso demonstra apropriações populares das estruturas de dominação. Lembrando, como ressalta Vellasco (2004), que o aparelho judiciário oferecia às populações (pobres ou não) a

oportunidade de garantir benefícios participando da ordem e, consequentemente, legitimando-a, percebe-se o fato de pessoas de menos posses vendo o veículo judiciário como forma de defesa ou para conversão em táticas para a luta por sobrevivência.¹⁷

Um último ponto a comentar é a visão popular a outra questão, o matrimônio. Em sua fala, Angélica destaca como, após fazer a proposta de compra da honra e receber uma negativa, Manoel supostamente argumentara que a filha da queixosa era pobre e, como tal, não se casaria. O elemento sobressalente é a associação do casamento a uma espécie de contrato com fins econômicos. Antes de mais nada, sobre o assunto há o estudo de Silvia Brügger sobre as transformações nos discursos conjugais no bispado do Rio de Janeiro, entre 1750 e 1888. A autora analisa, enquanto discurso ou prática, os discursos conjugais tridentino (originado no Concílio de Trento no século XVI), médico (de pouca expressão no Brasil mesmo enquanto discurso) e romântico (que triunfou como discurso na segunda metade do século XIX brasileiro). Brügger explica que, durante a “moral conjugal tridentina”, assim como, entre ao menos o século XVIII e início do XIX, as estratégias matrimoniais eram tomadas pela família e aceitas/seguidas pelos filhos. Deste modo, vários grupos sociais viam o casamento como forma de consecução de alianças. Para os pobres rurais interessavam os filhos com capacidade de trabalhar e, para os ricos, a possibilidade de auferir prestígio social e cargos políticos. Para os forasteiros, por sua vez, interessava a possível entrada na rede de sociabilidade da esposa. Para a autora, nesta época o papel das mulheres era central e, por poderem oferecer mais benefícios à família, elas eram o alvo das preocupações matrimoniais. Tanto que, para torná-las “atraentes” aos pretendentes, havia os dotes. Vale a ressalva da autora de que, apesar de o discurso tridentino prever como mais importante o mútuo consentimento do casal em detrimento do desejo dos pais, não significa exatamente que a Igreja se opusesse aos casamentos por aliança, visto que, apesar de reforçar o consentimento mútuo, submetia-os ao controle das famílias. O que importava não era a felicidade individual, mas a procriação. Todavia, segundo a autora, a partir de 1840 difundiu-se no Brasil romances influenciados pelas ideias românticas

17 Michel de Certeau (1998) descreve que as “táticas” partem das regras impostas pelas “estratégias” e, por meio de improviso e astúcia, dão origem a situações diferentes das imaginadas pelo impositor.

européias. O Romantismo brasileiro, questionando a moral conjugal vigente, falava do amor. Mais que isso, contrapunham ao casamento por interesse socioeconômico e escolha familiar aquele por amor entre os cônjuges e de escolha individual. Uma grande novidade do romantismo foi situar o casamento como o local para o verdadeiro amor, enquanto a antiga moral católica não exigia amor entre os cônjuges, mas sim mútuo respeito. O dote passou, inclusive, a ser atacado, visto como obstáculo às uniões por amor. Todavia, a autora demonstra, após analisar processos de divórcio e banhos matrimoniais, que na segunda metade do século ainda predominavam as uniões por interesse familiar, mesmo que dissimuladas de uma aparência romântica (BRÜGGER, 1995, p. 14-76).

Este panorama bibliográfico serviu para, voltando ao caso de Angélica e Manoel, ajudar-nos a perceber a peculiaridade da nuance destacada. Ora, chama atenção o fato de Angélica, no caso de estar inventando uma história e talvez ter sido orientada por um funcionário da justiça sobre o que falar, exaltar na década de 1860 um discurso até então ultrapassado ao menos na capital do país. É preciso lembrar que 1) tratava-se de uma conjuntura mais interiorana, o que pode ter implicado em uma não-mudança efetiva do discurso conjugal; 2) Angélica, no caso de não ter recebido orientação, pode ter falado algo que acreditava ser o correto a dizer, dadas suas vivências, ainda no caso da invenção; 3) desconsiderando a possibilidade de invenção, Manoel de fato falara aquilo, o que incorre possivelmente em uma prática, como afirma Brügger, afim ao antigo discurso conjugal e não ao romântico (que triunfava no momento). O que interessa afirmar, para além das hipóteses, é a presença desses elementos conjugais ainda nos anos 1860, o que denota discurso ou prática entre pessoas pobres e, no caso de Manoel, possivelmente com mais posses.

4 CONCLUSÃO

O caso criminal de Angélica contra Manoel é, apesar de curto, fonte de interessantes elementos cuja problematização teórico-metodológica fornece importantes pistas da sociedade brasileira oitocentista, assim como de alguns aspectos discursivos. Mais ainda, da relação de alguns grupos sociais, aqui os pobres, a certas estruturas e discursos de dominação. A fala de Angélica Maria do Espírito Santo, relativamente longa para um documento curto, demonstra a existência de mulheres pobres usando o recurso à justiça como forma de defesa ou com o objetivo pôr em prática interesses e táticas de sobrevivência. Tudo isso já em fase avançada de consolidação do Estado brasileiro, na qual a justiça já era uma possível alternativa ao uso da

violência como forma de resolução de querelas. Por outro lado, percebeu-se nas estratégias da acusação e da defesa a exaltação, ao menos como discurso com o objetivo de vencer no processo e não como prática, a estereótipos femininos de honestidade, contingência e honra. Logo, havia a validade ao menos oficial de discursos sobre a mulher que vinham de séculos, certamente com ressignificações derivadas do tempo e espaço. A principal contribuição esperada da análise é um enriquecimento da historiografia do interior do Brasil imperial e da atuação e conhecimento social de grupos brasileiros atuais. É necessário tomar o cuidado de não fazer generalizações excessivas, tanto que, para a análise ser mais concreta, são necessários estudos mais detalhados e com mais fontes tanto para São Thomé das Letras, quanto para outras localidades e mesmo províncias do Brasil imperial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro** – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799 – 1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BASILE, Marcello. O Império brasileiro: panorama político. IN: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). **História geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Valores e vivências matrimoniais: o triunfo do Discurso Amoroso**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. 3. ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

D'AURIA, Carla Alfonsina. **São Thomé das Letras na encruzilhada das fontes, dos tempos e dos saberes: um estudo sobre etnografia e historicidade com registros audiovisuais**. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, [s.n.], 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. IN: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15-38.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Cor e criminalidade**: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação; Realidade. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As sedução da Ordem**: Violência, criminalidade de administração da justiça. Minas Gerais, século 19. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2004.

ZENHA, Celeste. **As práticas da justiça no cotidiano da pobreza**: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1984.

FONTE PRIMÁRIA

Acervo do Fórum do município de Baependi/MG, AFB. Sob guarda do Arquivo Histórico de São João del-Rei, localizado no Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), São João del-Rei/MG. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

APONTAMENTOS SOBRE AS NARRATIVAS NA FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Francisco Maia Rodrigues¹
Daniela Oliveira Gonçalves²

Resumo – Por meio deste artigo buscou-se analisar a influência das narrativas no processo de criação do patrimônio cultural imaterial. Para essa finalidade, adotou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia, com ênfase nos trabalhos de Paul Ricoeur e sua abordagem sobre tempo, história e o discurso narrativo. Foram discutidos os conceitos de cultura, das modalidades do patrimônio cultural e de memória, para então investigar alguns dos mecanismos de proteção e salvaguarda dos bens culturais imateriais e a relevância da narrativa sobre estes institutos. Trata-se de um processo comunicacional fundamental para a transmissão de valores, saberes e celebrações guardados na memória de indivíduos, responsável por moldar a identidade de um grupo social.

Palavras-chave: Patrimônio cultural imaterial. Narrativa. Memória. Cultura.

1 INTRODUÇÃO

A convivência e interação entre os membros de uma comunidade ao longo do tempo resultam em um conjunto de objetos artísticos, costumes, celebrações e outras manifestações que compreendemos como cultura. A partir do momento que tais produções são reconhecidas pelo Estado, passam a compor o patrimônio cultural de uma nação. Trata-se de um conjunto de bens que representam a história de um povo e capazes de reafirmar a identidade de um grupo social.

O patrimônio resiste ao tempo por meio da disseminação de uma herança cultural entre seus praticantes, mas nossos bens culturais também podem ser preservados por institutos especializados ou via instrumentos previstos na Carta Magna. Todavia, mesmo com o cuidado de preservar esse legado, a cultura passa por mutações e pode se adequar às novas realidades.

1 Discente do Curso de Direito do Centro de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica – PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

2 Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Docente do curso de Direito do UNIPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: cotrip@gmail.com

Diante desses aspectos, destaca-se a importância da comunicação estabelecida entre o emissor e receptor de histórias. As narrativas são meios de transmitir informações, de repassar conhecimento, mas são personalizadas e seletivas.

Propõe-se no presente trabalho mapear algumas das repercussões do processo narrativo na criação e sedimentação dos patrimônios culturais imateriais, isto é, aqueles compostos pelos bens intangíveis. Ao longo do trabalho, serão brevemente abordados alguns conceitos fundamentais para a compreensão deste tema, como a cultura, e a memória, além de apresentar a relação das narrativas com o campo científico da história.

O presente artigo cuida de abordar a relevância das narrativas como instrumento de manutenção, propagação e efetivação das diversas culturas existentes. Tal ferramenta encontra amparo jurídico na constituição, com os modos de fazer e criar, além de todo arcabouço constitucional voltado para proteção e manutenção da pluralidade cultural. O grande problema da pesquisa é o processo de comunicação, as formas como se desenvolvem, nas diversas tradições, e sua utilização para garantir a efetividade dos direitos constitucionais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar o objetivo proposto, fez-se necessário a descrição de fatos e fenômenos correspondentes a uma realidade específica para então exercer uma análise crítica das informações apresentadas, justificando a escolha pela pesquisa descritiva como método utilizado. Relativo ao procedimento técnico, a coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa bibliográfica, utilizando-se do levantamento teórico de livros, artigos científicos, entre outras formas de pesquisa.

Pretendemos investigar a capacidade de influência das narrativas, amparado por um viés interdisciplinar, recorrendo principalmente ao pensamento do filósofo Paul Ricoeur, com a análise da narrativa, mas também de outros pesquisadores do campo do Direito, Antropologia, História e Comunicação Social.

Por meio de uma pesquisa exploratória, com revisão bibliográfica, buscando dados primários na obra de Ricoeur e resultados secundários acerca da cultura, transformação e propagação por meio de narrativas e patrimônio cultural, esperamos contribuir para um melhor entendimento desse processo comunicacional e de sua repercussão na formação das identidades de uma sociedade.

3 CULTURA - CONCEITO E ORIGEM

O homem é um ser predominantemente cultural, um “produto” do meio em que se socializa. Ainda que precise satisfazer uma série de atividades para sobreviver, comum a todos os humanos, o modo de alcançar tais objetivos varia entre as culturas (KROEBER, 1952). A cultura é um processo acumulativo, por meio do qual o ser humano constantemente absorve conhecimentos e experiências por meio de uma “herança” transmitida pela sociedade e pelas gerações anteriores. Tal transmissão se dá pela comunicação e pelas linguagens criadas, que além de instrumento de difusão, são também processos culturais.

Embora não seja possível apontar a sua origem com precisão, a cultura começou a ser produzida a partir do momento em que o cérebro dos primatas foi modificado, em decorrência de um processo evolutivo, possibilitando ao homem reter conhecimento (LARAIA, 1986). O Conceito de cultura partiu de Edward Tylor³ (1871), englobando os significados dos termos Kultur (Alemanha) e Civilization (França). Segundo o autor inglês, a cultura pode ser compreendida como um conjunto de realizações humanas, que inclui costumes, conhecimentos, celebrações, crenças, artes, leis, entre outras capacidades e produções do homem como membro de uma sociedade. No mesmo sentido, o conceito também é explorado por Jacques Turgot (*apud* LARAIA, 2003), que compreende a cultura como um processo inerente ao homem, sendo este um acumulador e intérprete de signos, capaz de reter ideias eruditas e transmiti-las às novas gerações, estabelecendo um processo de herança contínua.

Para Alfred Kroeber (1952), a cultura determina o comportamento do ser humano e justifica as suas condutas. É também um meio de se adaptar a distintos ambientes ecológicos, sem necessidade de modificar seu organismo biológico – por meio disso, o homem foi capaz de romper barreiras da natureza e fez da terra seu hábitat. Ao adquirir cultura, a humanidade começou uma era de acúmulo de aprendizados, conhecimentos estes que determinam seus comportamentos e capacidades. O antropólogo Christoph Brumann estabelece uma definição contemporânea do conceito de cultura, ressaltando a importância da comunicação:

3 Fonte: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1724>.

A Cultura é o conjunto de padrões adquiridos socialmente a partir dos quais as pessoas pensam, sentem e fazem. Uma cultura não requer proximidade física ou um tipo específico de sociabilidade direta, apenas interação social, mesmo que mediada por meios de comunicação e que seja casual. Mesmo ver, ouvir ou ler uns aos outros pode ser o suficiente (*apud* PELEGRINI, FUNARI, 2008, p.18).

Pode-se inferir que não há cultura sem um legado. A acumulação e propagação do conhecimento pressupõe que experiências e realizações de comunidades anteriores sejam transmitidas, por meio da manipulação adequada de um patrimônio cultural. Portanto, é imprescindível que existam meios de preservação e manutenção desse patrimônio histórico.

4 PATRIMÔNIO CULTURAL

O Conceito contemporâneo de patrimônio cultural foi consolidado pela Constituição Federal de 1988, introduzido junto aos direitos culturais. Os direitos culturais são aqueles que amparam a criação, transmissão e proteção do patrimônio e do capital cultural, práticas que são imprescindíveis para o desenvolvimento da identidade do homem.

Tais direitos estão previstos no artigo 215 da Constituição Federal: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). Do texto constitucional podemos extrair algumas das modalidades dos direitos culturais, também trabalhados pela doutrina, tais como o direito à preservação do patrimônio cultural e histórico, direito à diversidade e identidade cultural, além do direito de acesso à cultura.

Faz-se necessário citar que, por meio de declaração universal realizada na Conferência Geral da UNESCO⁴ de 2001, os direitos culturais foram compreendidos como aspecto integrante dos direitos humanos. Tal inclusão confere maior proteção de direitos e liberdades individuais referentes à diversidade cultural (NETO, 2012)

No artigo subsequente da Constituição (artigo 216), o constituinte aborda o patrimônio cultural como aqueles bens materiais e imateriais que fazem referência à memória e identidade

4 UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira. A Constituição Brasileira ampliou o significado do conceito de patrimônio cultural, abrangendo também o intangível. A dimensão imaterial desse patrimônio passa a ser formalmente reconhecida e discutida junto aos bens culturais corpóreos (TELLES, 2007).

Segundo a Constituição (BRASIL, 1988), o patrimônio cultural pode ser dividido em três categorias: uma primeira perspectiva compreende o patrimônio como um conjunto de elementos pertencentes à natureza. A segunda categoria refere-se ao intangível, ao saber, às técnicas, celebrações e conhecimentos. Por fim, o patrimônio cultural também diz respeito aos objetos, artefatos e construções resultantes da interação do homem com o meio-ambiente.

Embora a Constituição de 1988 traga os aspectos que constituem o patrimônio cultural, não há, segundo Rodrigues (2008), uma definição formal desse conceito, exigindo um viés interdisciplinar a fim de compreendê-lo plenamente:

A construção do conceito de patrimônio cultural abrange a abordagem de aspectos privatistas fundamentais como o conceito de propriedade e exige, também, uma verificação da forma de atuação do Estado na preservação da memória coletiva. Assim, evidencia-se, inicialmente, que a formulação de um conceito de patrimônio cultural, longe de ser tarefa fácil, importa em incursões a matérias afeitas ao direito privado, no caso o direito civil, assim como aos direitos constitucional e administrativo, ao direito público, portanto (RODRIGUES, 2008, p.34).

Por meio da ampliação e modificação do conceito de patrimônio cultural, fez-se necessário expandir os mecanismos de proteção legal das outras formas de manifestações culturais, além daqueles objetos de valor histórico como monumentos e edificações (TOMAZ, 2010). Conforme exposto, o patrimônio cultural pode ser dividido em material e imaterial segundo a Constituição. A esfera correspondente aos bens materiais compreende os objetos tangíveis - patrimônio este que também possui suas especificidades na forma de resguardá-lo.

4.1 Patrimônio Cultural material

A dimensão material dos bens culturais materiais é frequentemente associada aos bens imóveis, envolvendo, por exemplo, conjuntos arquitetônicos de cidades, no entanto existem classificações mais amplas que também são contempladas pelo tombamento. Segundo o

IPHAN⁵, o patrimônio cultural material é composto de bens culturais que podem ser de natureza arqueológica, paisagístico/etnográfico, histórico, belas artes ou artes aplicadas⁶.

Dentro dessa categoria de patrimônio, há os bens imóveis compostos por núcleos urbanos, sítios arqueológicos/paisagísticos e bens individuais. O segundo componente dessa categoria são os bens móveis, integrados por coleções arqueológicas e diversos acervos: documentais, museológicos, bibliográficos, fotográficos, cinematográficos, entre outros.

Das diversas possíveis formas de proteção ao patrimônio cultural material, cumpre destacar o instituto do tombamento, uma das formas mais usuais de preservação dessa categoria. Trata-se de um instituto previsto pela Constituição que possibilita a interferência do poder público na esfera privada, instituindo um regime especial de propriedade com o intuito de resguardar o patrimônio com valor histórico, artístico ou cultural, assim como de documentos, evitando o seu desgaste (BERTOLI, 2014)

No outro espectro da dimensão dos patrimônios culturais estão os bens culturais intangíveis. A separação entre o material e imaterial se dá por conta de práticas institucionais e políticas públicas brasileiras (NETO, 2012). Tal modalidade do patrimônio é o nosso interesse de pesquisa e, portanto, será aprofundado adiante.

4.2 Patrimônio Cultural Imaterial

Fruto da interação do homem com a natureza, resultante de sua capacidade intelectual, os bens de origem imaterial, ainda que intangíveis, se materializam com a sua prática e seu registro. O patrimônio cultural imaterial passou a ser alvo de discussão e preservação após a Convenção da UNESCO de 1972, embora Mário de Andrade já havia ressaltado em 1930, a necessidade de se proteger os saberes e costumes do povo brasileiro. O tema no Brasil foi retomado após tal convenção, com a ampliação do conceito de patrimônio por estudiosos do Centro Nacional de Referência Cultural (NASCIMENTO, 2009).

5 IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

6 Fonte: <http://www.brasil.gov.br/editoria/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>

Com o intuito de preservar o nosso patrimônio, a Constituição Federal de 1988 estabelece que o poder público, em conjunto com as comunidades, é responsável por proteger o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, entre outras formas de preservação. Embora muitos desses instrumentos sejam aplicáveis aos bens culturais materiais, o mesmo não se estende aos imateriais. É especialmente por meio do instituto do registro, introduzido no decreto nº 3551/2000, que os bens culturais imateriais tiveram suas memórias preservadas na trajetória do tempo. Do mesmo modo que o tombamento, o registro se utiliza de livros para inscrever os bens culturais com o intuito de serem preservados.

Embora os registros, arquivos e gravações desse patrimônio sejam modos eficazes de resguarda, a UNESCO considera que a forma mais eficaz de preservação é a contínua prática dessas atividades por suas respectivas comunidades. Outro importante meio de preservação se dá com a educação patrimonial – uma ação educativa com o objetivo de disseminar conhecimento sobre o patrimônio cultural para as comunidades, conforme cita Luana Bispo:

A Educação Patrimonial surge como prática transformadora que trabalha com a memória enquanto mediadora do patrimônio, seja ele material (construções físicas, objetos, fotografias etc.) ou imaterial (expressões mais subjetivas como o fazer, o pensar etc.) buscando fortalecer identidades e, conseqüentemente, promovendo um exercício de cidadania mais equânime, em que as pessoas exerçam seus deveres e direitos por se enxergarem como sujeitos e agentes indispensáveis na manutenção social, cultural, histórica da comunidade (BISPO, 2016)

Atualmente, o IPHAN disponibiliza o registro e o inventário como os meios mais adequados ao levantamento e preservação dos bens imateriais. Cabe ressaltar que apenas o ato do registro não garante a proteção do patrimônio, mas estabelece um número de medidas que possibilitam planos de salvaguarda (PEREIRA, 2012).

Os métodos de preservação aqui elencados almejam guardar um conhecimento integrante da história local das comunidades, são ações que visam fortalecer identidades por meio da memória. Para compreender os valores do patrimônio imaterial, é preciso também abordar o conceito de memória, assim como sua distinção com o campo da história.

5 MEMÓRIA

Para a construção do patrimônio cultural e consolidação da identidade de um grupo é imprescindível a rememoração de acontecimentos, além do resgate de elementos subjetivos característicos de uma sociedade no passado. A fim de resguardar o legado de um povo, faz-se

necessário um suporte de comunicação, uma narrativa. Tal instrumento mantém vivo os aspectos definidores de uma cultura e é capaz de explicar o sentimento de inclusão e permanência associado ao patrimônio cultural imaterial (RICOUER, 2012).

Ulpiano Meneses (1992) complementa o significado de memória, definindo-a como um mecanismo de construção social e de ordem ideológica. Diferente do conceito de história, que se caracteriza como uma observação intelectual do passado, restrita a um olhar ideológico, a memória representa a construção de uma imagem necessária para conceber e sedimentar os processos de identidade individual e coletiva.

“[...] o objeto histórico é de ordem ideológica e não cognitiva. Não que não possa ser utilizado para a produção de conhecimento. Ao contrário, são fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto, precisamente, objetos históricos” (MENESES, 1998, p.95).

Embora misturados ou tratados como sinônimo em uma determinada época, a memória só foi separada da história por meio dos trabalhos do sociólogo Maurice Halbwachs (1997). Enquanto que a história era marcada por uma abordagem científica com certo rigor intelectual, a memória ganha seu próprio campo de estudo, com foco nas experiências palpáveis, no concreto e sensorial. Não há uma separação nem oposição entre os dois campos, a memória se situaria no limite da história (SANTOS, 2016).

Para Halbwachs (1997) a memória também representava a diversidade e pluralidade de vozes essenciais para a estruturação e operação de um passado coletivo. Compreende-se, portanto, que a memória é essencial na construção identitária e na identificação dos patrimônios culturais materiais e imateriais.

A memória configura-se como um processo de cognição e de produção de sentido, em que elementos do passado são recordados e destacados de acordo com sua importância para os membros de um determinado grupo social. Para Simões e Santana (2015), “A memória contribui para coesão social, definindo seu lugar, suas conexões, bem como seus conflitos”.

O patrimônio está interligado a seu povo por meio de uma propriedade especial, de evocar o passado e criar um elo com gerações do presente e futuro – cria-se uma continuidade do lugar no tempo. A associação de valores e saberes a lugares ou objetos confere a tais monumentos ou relíquias, em um determinado local, o potencial de transmitir visualmente os mesmos valores e ideias (GONÇALVES, 1988). Ressalta-se que não apenas o patrimônio cultural tangível é capaz desse tipo de comunicação, mas os bens imateriais também, por meio de sua efetiva prática e constante realização nas comunidades.

Acerca da memória, conforme mencionado anteriormente, esse conceito explica a sustentação dos laços de um grupo social. Ao definir as singularidades e distinções de um grupo, a memória como uma lembrança viva, fundamenta e fortalece o sentimento de pertencimento. Dessa forma, o patrimônio cultural colabora para consolidar a inclusão entre os integrantes de uma tribo social, mas também é responsável por definir sua naturalidade:

O patrimônio oferece aos membros de uma comunidade a possibilidade de eles perceberem sua origem, a de seus familiares e ancestrais, isto é, o patrimônio como representação da memória vincula os indivíduos a experiências de vivências individuais e coletivas, que caracterizam a trajetória da vida (SANTANA, SIMÕES, 2015).

A memória está atrelada as vivências e experiências coletivas, como festas, manifestações dos costumes, técnicas e outros saberes, mas seu processo de significação é alterado com o tempo, com o lugar e de acordo com as subjetividades de cada grupo social (SANTANA, SIMÕES, 2015). Contudo, sem a memória como um ponto de partida, o presente de uma cultura perde as referências ideológicas responsáveis por suas origens.

Barros complementa o supracitado, mencionando o sentido da memória no presente e sua influência na identidade dos povos:

Como elemento fundamental na identidade cultural de um grupo tanto dos dominados quanto dos dominadores, dos vencedores e dos vencidos, dos colonizadores e dos colonizados, a memória constitui um sistema seletivo e referencial que irá localizar no presente os códigos e experiências culturais (BARROS, 1999).

O autor ainda estabelece uma comparação de memória como uma forma de reservatório em que se armazenam processos de identificação e identidade. A memória configura-se como uma forma de acesso às produções e experiências do passado, que guarda a simultaneidade de níveis de produção cultural. Trata-se de um processo de restauração do passado, de reconstrução dos signos utilizados no presente e um modo de antecipar o futuro. A memória seria “um trabalho sobre o tempo e no tempo” (Barros, 1999).

Os eventos e bens culturais desenvolvidos no transcorrer do tempo são resguardados pelo viés humano, por meio das histórias relatadas, dos contos, das narrativas estabelecidas. É impossível resgatar o patrimônio cultural e a identidade de um povo, sem recorrer ao tempo humano narrado. Esse processo comunicacional é imprescindível também para exercer os mecanismos de proteção do patrimônio cultural imaterial. Sem explorar esse gênero textual e modo de transmissão de história, não há como se falar em patrimônio histórico e cultural. Os bens imateriais são construídos, repassados e herdados a partir da comunicação daqueles que os contam e da forma como é transmitida no decorrer do tempo.

6 NARRATIVAS

O texto narrativo possui a finalidade de relatar fatos e acontecimentos, com a presença de um narrador, personagens situados no tempo e espaço, entre outros requisitos de estruturação do texto. A exposição narrativa obviamente não se limita a tais generalidades, se estendendo também à prática oral, aos materiais visuais, entre outras formas.

Segundo a perspectiva da semiótica, a narrativa pode ser compreendida como uma sequência de signos carregados de valores culturais, sociais ou históricos particulares. O signo representa um valor, um significado ou algum objeto que é passível de interpretação de acordo com suas propriedades. Essa definição implica que as narrativas não são estáticas e se movimentam temporalmente, também por serem específicas de particularidades, não podem ser convertidas em teorias ou algo de cunho universal (SQUIRE, Corrine. 2014).

Esse conjunto de signos pode ser operado em diversas formas de mídias e independem do sistema de símbolos (derivado de uma convenção sociocultural, como um determinado idioma, por exemplo) em que tal progressão ocorre. Os bens culturais imateriais são uma ponte entre o passado e presente, e o patrimônio decorrente disso representa a união de narrativas permeadas de símbolos e sentidos elaborados pelo indivíduo, no exercício da recuperação do passado, da memória, afirmando-a no tempo atual (DUTRA, 2016).

As narrativas nem sempre se desenrolam de maneira linear, visto que o tempo não é necessariamente seu principal organizador - acontecem no tempo e também no espaço (SQUIRE, 2014). As histórias, por exemplo, se configuram a partir de relatos organizados e progressivos, respeitando a sequência cronológica dos fatos históricos.

No campo da filosofia e ciências sociais, Ricouer (1983) aborda a relação entre tempo e o processo narrativo explicando que é possível uma conciliação entre o tempo da análise historiográfica (consciência) com o tempo vivenciado (experiência). O filósofo afirma que o discurso do historiador integra o estatuto narrativo e que a consciência da narratividade dentro da História tem repercussões importantes, destacando a busca ao sensível, ao vivido e à ação do homem - características estas que, em situações extremas, eram desprezadas pelos historiadores do século passado, em especial os integrantes da Escola de Annales. Acerca da questão temporal, a informação relativa ao patrimônio histórico só se situa no tempo pela imposição do ritmo decorrente de uma narrativa.

Para Santos (2016), o estatuto narrativo também compõe um dos pilares da comunicação. Há assim, uma conexão entre os conceitos de história, memória e comunicação, evidenciados pelas formas narrativas que resgatam o passado. Compreende-se a narrativa como “um mecanismo de comunicação que permite ao indivíduo expressar-se, reconstruir por meio da linguagem aquilo que guarda em sua memória” (SANTOS, 2016, p.100).

Esse meio de transmissão de informação é dotado de simbologias e marcas identitárias que asseguram um caráter singular a cada relato proferido, preservando também as marcas do emissor que a produz (SANTOS, 2016). O patrimônio cultural imaterial é, portanto, influenciado por narrativas identitárias e o passado não é recapturado de modo intacto ou prístino. A respeito do processo narrativo enquanto parte da experiência humana, Benjamin (1994) aponta que o narrador deixa rastros em seus contos e histórias. Logo, há perspectivas, crenças e ideologias imprimidas em seu discurso, eliminando a possibilidade de neutralidade.

O processo da transmissão do patrimônio cultural pela narrativa de uma geração a outra, embora pré-determinada por se tratar de um legado cultural, também está susceptível à compreensão e constante questionamento da informação transmitida (PAIVA, 2014). Ainda que não se trate de uma releitura do patrimônio cultural, os próprios mecanismos de preservação dos bens culturais imateriais podem influenciar na narrativa do patrimônio que está para ser consolidado.

Conforme aponta Schütze (2014), há situações narrativas que podem ter seu curso alterado pela indução do agente interativo participante. Além disso, como demonstrado ao longo deste trabalho, o patrimônio cultural imaterial é de natureza mutante. Diante disso, pretende-se destacar brevemente alguns institutos de proteção do patrimônio cultural, investigando seus potenciais modificativos na captação de signos e valores transmitidos no decorrer do processo narrativo.

A Constituição Federal aponta em seu artigo 216, § 1º, as ações possíveis para salvaguarda do patrimônio cultural, cabendo às formas do registro, vigilância e inventários o resguardo dos bens culturais intangíveis. Além destes, ressalta-se a existência da educação patrimonial como um método alternativo de preservação, no entanto este não está amparado pelo texto constitucional. Dos instrumentos supracitados, apenas o registro possui legislação própria e é o instituto mais comumente utilizado na proteção dos bens culturais imateriais.

Estabelecido pelo Decreto 3551/00, o registro é um instrumento legal que tem como finalidade preservar, reconhecer e valorizar os bens culturais imateriais do Brasil, que contribuem para a formação identitária da sociedade. Esse Decreto-Lei também estabeleceu o

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), iniciativa dedicada ao reconhecimento, proteção e promoção de nossos bens imateriais por meio de parcerias com órgãos públicos, universidades, instituições privadas associadas à pesquisa da cultura, entre outras instituições.

O registro é realizado por meio da inscrição em livros de registro, contemplando saberes, celebrações, lugares, formas de expressão, entre outras e começa com a proposta formulada por órgãos vinculados ao Ministério da Cultura e que deve ser entregue ao presidente do IPHAN. Seu propósito é guardar e produzir conhecimento acerca de todos os aspectos referentes ao patrimônio cultural.

O procedimento de inscrição do bem cultural imaterial realizado por um agente do IPHAN pressupõe uma pesquisa histórica em conjunto com um trabalho de campo. A inserção no grupo social agrega experiência ao pesquisador e colabora para a autenticidade do registro ou inventário, mas não impede que o autor imprima sua seleção narrativa (sub)consciente no processo de entrevistas e documentação.

A operação de remontar uma história se baseia em um caráter de inovação e sedimentação: “as recordações são, por assim dizer, narrativas e que as narrativas são necessariamente seletivas” (RICOEUR, 2007, p. 455). A seletividade na transmissão de bens culturais e históricos também pode ocorrer nas ações de educação patrimonial e no ensino de história nas escolas. Embora pudesse contribuir para revigorar as culturas, a disciplina de história pouco deu espaço aos “pequenos recortes”, aos costumes e práticas locais, priorizando o que se destaca no cenário nacional, com especial ênfase no que representa a região sudeste (BISPO, 2016).

Recorrendo novamente ao pensamento do filósofo francês, toda narrativa é composta de tramas menores que conectam a um enredo maior, mas são tramas que partem de informações já configuradas em uma linguagem – as chamadas configurações pré-narrativas da ação (RICOEUR, 1983). Se a ação é possível ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras ou normas.

Previamente a qualquer discurso narrativo que irá tomar forma, já existe na língua uma complexa e heterogênea “rede conceitual” que já traz dentro de si seus potenciais narrativos [...] Quando dizemos “Judas traiu Jesus”, a palavra “trair” já contém dentro de si, por assim dizer, uma micro-narrativa. Verbos como “trair”, “amar”, “trabalhar”, “explorar”, já nomeiam previamente certas ações humanas possíveis e tornadas possíveis de serem pensadas por meio da língua, da mesma forma que conceitos como “causa”, “consequência”, “ação”, “reação”, “luta”, “aliança”, e inúmeros outros, já se oferecem como conectores narrativos àquele que manipula a língua para comunicar (BARROS, 2012, p.7).

Relativo à composição das narrativas e ao processo de cognição humana, o pensamento Ricoeuriano também enfatiza o papel do receptor e destaca a importância da narrativa histórica

para o leitor. Este não aprende apenas fatos verídicos de uma determinada realidade, mas também sobre o tempo e sobre mais aspectos da vida. Barros (2012) sintetiza a relevância do leitor segundo os ideais de Ricoeur:

O tempo não se deixa apreender conceitualmente, mas se deixa mostrar por meio da narrativa. Por meio do círculo hermenêutico, o tempo passou de prefigurado a configurado, e por fim a refigurado pelo leitor. O leitor é quem permite que a História retorne ao vivido – aspecto fundamental nas proposições ricoeurianas (BARROS, 2012, p.24).

Seja reconfigurada pelo receptor ou emissor, o narrado ganha significados de acordo com o imaginário subjetivo. As narrativas que materializam nosso patrimônio cultural imaterial são imbuídas de experiências e formadas por diversas vozes. Nas palavras de Alexandria (2011), representam um “caminho” permeado de interferências, percursos de múltiplos significados e sem um destino determinado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção e reconhecimento do patrimônio cultural não importa somente para selecionar bens e receber proteção diferenciada do Estado. O significado de tais medidas é, especialmente, conforme sugere Marisa Velloso Motta Santos (1992), de mirar nas formações discursivas (ou narrativas) que nos possibilitam mapear conteúdos simbólicos e construir a nossa identidade cultural.

O elo com o passado permite ao indivíduo se inserir em um contexto social, se orgulhar de manter sua história e preservar as tradições de seus familiares. É por meio da memória que a narrativa constrói a identidade e por meio dessa modalidade discursiva que o ator da ação define o que se resgata e o que se esquece, referente aos elementos de uma tradição. Sem o suporte da linguagem, da comunicação que confere a passagem do fragmento da memória ao registro e inscrição do patrimônio cultural imaterial, não seria possível recuperar os rastros e vestígios de nossa história.

Constatamos que o processo narrativo pode repercutir na transformação dos bens culturais imateriais, mas trata-se de um elemento natural e intrínseco desses objetos, dada sua natureza mutante. Ressalta-se, no entanto, para o risco da descaracterização dessas culturas, atingindo sua autenticidade e fidelidade, comprometendo sua essência, o que justifica a necessidade de políticas fortes de salvaguarda e proteção do patrimônio histórico e cultural.

Embora este trabalho tenha exposto um recorte reduzido sobre o patrimônio histórico e cultural, esperamos que a pesquisa aqui desenvolvida sirva de contribuição para o crescente, mas ainda limitado estudo deste campo, oferecendo uma nova perspectiva acerca da comunicação, disseminação e mutação dos bens culturais imateriais.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRIA, Genilda. Narrativas de Patrimônio e Percepções Culturais sob a Ótica da Cultural Visual. 2011. Disponível em: <https://culturavisual.fav.ufg.br/up/459/o/2011_Genilda_Alexandria.pdf>. Acesso em: 07 jan 2019.
- BARROS, José D'Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. 2012. Disponível em: <http://revistafenix.pro.br/PDF28/Artigo_9_Jose_D_Assuncao_Barros.pdf>. Acesso em: 05 set 2018.
- BARROS, José Marcio. Cultura, Memória e Identidade: Contribuição ao Debate. 1999. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/1696>>. Acesso em: 20 set 2018.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BERTOLI, Vagner. O tombamento como forma de preservação do patrimônio cultural. 2014. Disponível em: <http://www.eduvaleavare.com.br/wp-content/uploads/2014/07/o_tombamento.pdf>. Acesso em: 07 set 2018
- BISPO, Luana Maria Cavalcanti. A educação patrimonial e suas práticas de incentivo às culturas locais. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/viewFile/14619/10256>>. Acesso em: 15 nov 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 set. 2018.
- DUTRA, Walter Veloso. A face imaterial do patrimônio cultural: um diálogo com a filosofia de Paul Ricoeur. Disponível em <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/02q8agmu/p096yjgt/lv51nYpRnY1POCoo.pdf>>. Acesso em: 10 nov 2018.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/nsx08v>>. Acesso em: 10 dez 2018
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. O que é patrimônio Cultural Imaterial. Col. Primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163>>. Acesso em: 02 set 2018.
- HALBWACHS, Maurice. La mémoire collective. Paris :Albin Michel, 1997.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Disponível em: <http://www.academia.edu/26452995/Roque_de_Barros_Laraia_-_Cultura_um_conceito_antropol%C3%B3gico_pdf_>. Acesso em: 12 out 2018.
- KROEBER, Alfred. A natureza da Cultura. Lisboa: Edições 70, 1952.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>>. Acesso em: 26 set. 2018.

- NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. Relações entre o Patrimônio Material e Imaterial: O Caso do Cemitério Japonês. 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_12_Rodrigo_Modesto_Nascimento.pdf>. Acesso em: 18 dez 2018.
- NETO, José Soares de Sousa. O Lugar do Patrimônio Cultural no Direito Brasileiro. 2012. Disponível em: <<http://www.direitosculturais.com.br/download.php?id=116>>. Acesso em: 23 ago 2018.
- PAIVA, Carlos Magno de Souza. A Autonomia do Direito do Patrimônio Cultural em relação ao Direito Ambiental. (Doutorado em Direito) – PUC, Minas Gerais. 2014.
- PELEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. O que é Patrimônio Cultural Imaterial. São Paulo: Brasiliense. 2008.
- PEREIRA, Elizabeth da Silva. Patrimônio Cultural Imaterial: Uma reflexão sobre o registro do bem cultural como forma de preservação. Disponível em <<https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/448-1262-1-PB.pdf>>. Acesso em 22 nov 2018.
- RICOEUR, P. Temps et récit I: L'intrigue et le récit historique. Paris: Seuil, 1983.
- RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O Direito ao patrimônio cultural preservado – um direito e uma garantia fundamental. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/download/837/1672>>. Acesso em: 08 ago 2018.
- SANTANA, Gisane Souza; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. Identidade, Memória e Patrimônio: A festa DE Sant'ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA). 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecip/article/download/16353/12376>>. Acesso em: 19 out 2018.
- SANTOS, Larissa Conceição dos. Entre memória, história e narrativa: interfaces mediadas pela comunicação. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/21217/14854>>. Acesso em: 05 ago 2018.
- SANTOS, Mariza Velloso Motta. O tecido do tempo: a constituição da ideia de patrimônio cultural no Brasil entre 1920 e 1970. Tese (Doutorado em Antropologia) - UnB, Brasília. 1992.
- SCHÜTZE, Fritz. Análise sociológica e linguística de narrativas. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17117/11469>>. Acesso em: 28 nov 2018.
- SQUIRE, Corinne. O que é narrativa? Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17148/11473>>. Acesso em: 12 dez 2018.
- TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. O registro como forma de proteção do patrimônio cultural imaterial. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15606>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no brasil. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf>. Acesso em: 15 dez 2018.

AS METODOLOGIAS ATIVAS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA INTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

Natália Landim Nogueira Trindade¹

Barbara Maciel Ribeiro²

Natasha Serpa Abdalla²

Romana Toussaint de Paula³

Resumo -Desde a chegada dos jesuítas, que a educação em terras brasileiras vem se transformando. Ao longo de 518 anos, o conhecimento e sua forma de propagação passaram por grandes revoluções. Junto com o desejo pela informação, entramos na era da tecnologia, onde o ensino se fundiu com ferramentas que vieram para acrescentar essa busca pelo conhecimento. Essa fusão trouxe avanços e cada vez mais interesse por novos métodos de ensino. Estudiosos, pesquisadores e cientistas revelam em seus estudos a eficácia união destas práticas. Nesse contexto da evolução da tecnológica, surgem às metodologias ativas, estas são ferramentas que visam levar ao aluno ao aprendizado como protagonista de sua formação e busca pelo conhecimento. Com seu uso a sala de aula tradicional se transformou em um espaço colaborativo para a formação de profissionais mais qualificados, com capacidade de interagir e com raciocínio crítico. Esta pesquisa corrobora em contextualizar a evolução da educação Superior até a chegada das metodologias ativas. Este estudo evidencia a atuação dos alunos do 2º ao 8º período do curso de administração, de uma IES privada, com esta ferramenta ativa que apresenta dados satisfatórios ao longo da pesquisa realizada.

Palavras-chave: Metodologias Ativas. Ferramentas didáticas. Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

Em decorrência da globalização que trouxe novas necessidades para a humanidade, é imprescindível a adoção de novos métodos de ensino para que os mesmos possam atender e superar as demandas já existentes. No Brasil, as formas de ensino iniciaram com a vinda dos padres jesuítas no ano de 1549. Esse contato suscitou o processo de aprendizagem e trouxesse outros valores que foram agregados à cultura já existente nas tribos indígenas. Com o passar dos séculos muitas modificações ocorreram no ensino e seus métodos, principalmente no ensino superior.

¹ Discente do Curso de Administração no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN).

² Discente bolsista do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

³ Docente do Curso de Administração do UNIPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. E-mail para contato: romana.paula@uniptan.edu.br

No século XXI, incorporou-se juntamente as diversas formas de aprendizagem, o método de educação à distância (EaD), que teve um ritmo de crescimento acentuado entre os anos de 2001 a 2010, no qual uma das práticas desse novo modelo de ensino são as Metodologias Ativas de Aprendizagem, que consiste em mecanismos didáticos que induzem os alunos a interagir e a tornar-se os personagens principais na construção de seu aprendizado dentro das salas de aula.

Em face do processo educacional e ao contexto temático, este estudo apresenta como questão norteadora a seguinte problemática: como se caracterizam as metodologias ativas de uma instituição de ensino superior particular na perspectiva dos alunos do curso de Administração?

Este estudo tem como objetivo geral analisar o uso das Metodologias Ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do Ensino Superior. E como objetivos específicos têm-se: Contextualizar o histórico do Ensino Superior no Brasil e seu processo de Ensino-Aprendizagem, pesquisar as principais Metodologias Ativas Aplicadas no âmbito do Ensino Superior do Brasil, e realizar uma pesquisa com os alunos do curso de administração do 2º ao 8º período de uma Instituição de Ensino Superior Privada a fim de identificar os recursos didáticos utilizados em sala de aula no que tangem a pratica das metodologias ativas.

A realização dessa pesquisa consiste em duas importantes etapas: a primeira consiste em uma pesquisa bibliográfica, em artigos científicos, sites e livros. A segunda etapa trata de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, na qual se aplicou um questionário semiestruturado a 123 alunos com questões sobre as metodologias ativas, nas turmas de 2º ao 8º período do curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior Privada, também sua análise e conclusão final.

2 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Para compreender a estrutura da educação superior no Brasil, é necessário entender todo o contexto histórico que refletiu sobre o modelo vigente. Em reação à Reforma Protestante, a igreja católica criou, em 1540, a Companhia de Jesus, sendo esta a primeira forma de ensino brasileira mencionada pela história e que se tornou permanente no Brasil até 1759, quando os

padres jesuítas foram expulsos de Portugal e suas colônias pelo Marquês de Pombal. A Companhia de Jesus pretendia inicialmente propagar a fé católica, ao mesmo tempo que impedia os nativos de seguir a religião protestante (ALMEIDA, 2016).

O primeiro colégio jesuíta no Brasil, foi inaugurado em 1550 na Bahia, e se tornou um modelo para os próximos, apresentando várias inovações, como por exemplo, a faculdade de Matemática no século XVIII. O colégio do Rio de Janeiro, fundado no século XVI, ofertou o curso de Filosofia em 1638, enquanto o colégio de Olinda, também fundado no século XVI, deu início à cursos superiores apenas em 1687. O último curso superior criado pelos jesuítas, inaugurado em 1750, foi no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, este foi inaugurado usando a justificativa que os moradores de Minas Gerais estavam criando grandes despesas ao mandarem seus filhos a outros colégios em outros estados (CUNHA, 2007).

Porém em 1759 os jesuítas foram expulsos de Portugal, criando assim, um vácuo que demorou a ser preenchido na educação, considerando que estes tinham forte influência. A decisão de expulsá-los de Portugal coube ao então Primeiro Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Que acabou com um modelo de ensino de 210 anos e tornou a situação educacional um verdadeiro caos (RODRIGUES, 2010).

A pesquisa proporciona uma viagem ao lembrarmos a evolução do ensino superior no Brasil, partindo do século XV, com a criação do curso de artes e teologia do colégio Jesuíta na Bahia, passando pelas reformas da era Vargas em 1930 (BARREYRO, 2008) e chegando às evoluções dos nossos dias. Estas reformas têm sido consequências da representatividade da educação superior em todo o país. O Fluxograma a seguir representa um breve panorama da evolução da Educação Superior

4 Companhia de Jesus Corresponde a uma ordem religiosa fundada em 1534, cujos membros são chamados de jesuítas. Foi fundada por Santo Inácio de Loyola juntamente com um grupo de estudantes da Universidade de Paris, que se reuniram e fizeram um voto de pobreza, castidade e obediência.

5 Sebastião José de Carvalho e Melo passou à história conhecido por seu título de nobreza, Marquês de Pombal. Este nasceu em Lisboa e foi um político Português, embaixador na Inglaterra e também na Áustria. Com seu destacado talento, foi nomeado Secretário de Estado (ministro) para assuntos exteriores, em 1750, pelo rei José I de Portugal.

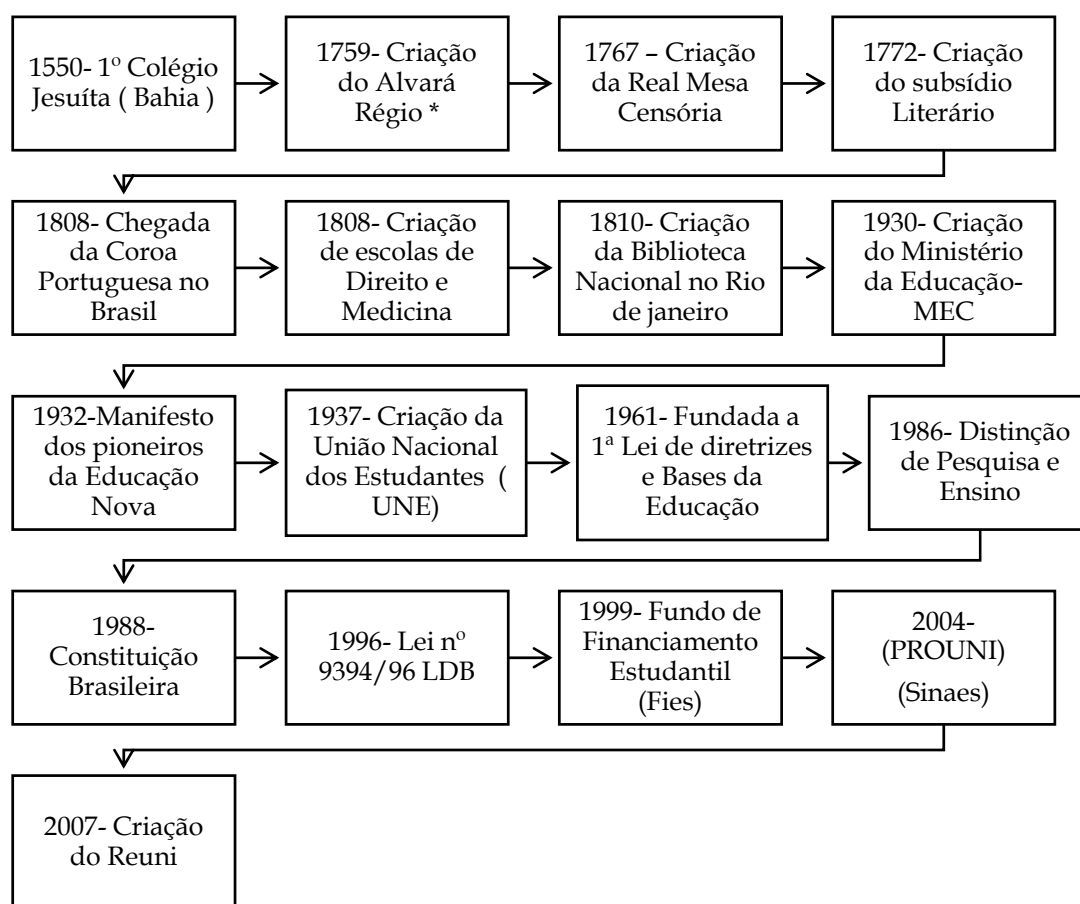


Figura 1- Fatos Importantes na Educação Superior no Brasil de 1550 a 2007. Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

O fluxograma acima representa a história da Educação Superior no Brasil até o ano de 2007. Colossi, Consentino e Queiroz (2001, p.51) consideram que as primeiras escolas superiores não religiosas surgiram com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, quando fugiam das forças napoleônicas, sendo estas denominadas de “Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Escola de Medicina da Bahia e Escola de Engenharia e Arte Militar do Rio de Janeiro”.

Entre 1889 a 2005 houve um expansionismo do ensino superior no Brasil. Neste período, surgiam as escolas politécnicas, escola de minas, as escolas superiores de agricultura e de farmácia que foram se multiplicando, despertando o interesse à pesquisa. Os crescimentos das IES vieram acerbados por leis que buscaram atender às exigências de interesse tanto das pessoas como das entidades envolvidas. “[...] segundo dados do Ministério da Educação em 1994 havia 2.000.000 alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil” (SAMPAIO, 1991, p.7) Diante deste contexto, década de 90 ficou conhecida como a “década da educação” (SILVA, 2007, p.29).

Em dezembro de 1996, houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº9394/96. Essa lei incorporou inovações, como a explicitação de variados tipos de IES

(Instituições e Ensino Superior) admitidos. Essa nova lei trouxe a obrigatoriedade do credenciamento das instituições de ensino superior, que incluiu avaliações e renovações periódicas para o reconhecimento dos cursos. A implantação da LDB representou para o setor privado, uma ameaça a sua autonomia e possível perda de poder (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Em 2001, entre em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) na Lei 10.172 /01 2001, que “tem como diretriz, a expansão com qualidade da educação superior e, como visão de futuro, a noção de que nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior” (Ristoff, 2011, s.p.).

Godotti (2000, p.7) descreve que no início deste século, a sociedade viveu a “era do conhecimento”. O acesso à “internet” possibilitou a procura rápida e precisa de informações na qual o aluno poderia acessar da sala de aula várias bibliotecas de qualquer lugar do mundo. Afirma também que entrava em vigor “uma Revolução da Informação, como ocorreram no passado a Revolução Agrícola⁶ e a Revolução Industrial⁷”.

Estes fatores deram uma nova roupagem para educação superior, que sensível ao expansionismo veio se adaptando às normatizações e legislações específicas. Colossi, Constantino e Queiroz (2001) consideram que esta adaptação gerou um “campo de forças” que foram consequências dos fatos e transformações políticas, sociais e econômicas no país.

O uso das metodologias ativas vem reafirmar esta nova modelagem na educação, pois possibilita o desenvolvimento de competências individuais e grupais, como forma de proporcionar ao discente maior envolvimento em seu próprio aprendizado e torná-lo um profissional e ser humano mais capacitado (FERREIRA, 2012).

6Revolução Agrícola, onde a eficiência produtiva estava voltada ao plantio, com necessidades de gerenciamento e operacionalização mínimas. Foi a transformação do homem nômade e caçador no homem agrícola preso à terra, a qual surgiu 10 mil anos atrás, proporcionando o surgimento das grandes sociedades agrícolas do passado. (TOFFLER, 1980, s.p.).

7A Revolução Industrial tem início no século XVII, com foco da industrial, modificando as relações agrárias por meio do grande aumento produtivo, a saída das pessoas do campo concentrando-se nas cidades, incorporando a mão de obra à indústria, surge a sociedade do consumo, com aumento da produção, distribuição e massificação de produtos, e destacadamente da informação (TOFFLER, 1980 s.p.).

3 METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM

As metodologias ativas trazem formas diversificadas de buscar a participação dos alunos em seu próprio aprendizado, tornando-os assim, personagens principais. Nessa perspectiva, o docente torna-se um facilitador no modelo de aplicação e do conhecimento trabalhado, extinguindo dúvidas sobre o conteúdo e ao mesmo tempo desafiando e instigando os estudantes a resolverem e buscarem seu aprendizado, os auxiliando e conduzindo-os para os objetivos propostos (HARTZ; SCHLATTER, 2016).

Para tanto, o ensino exige pesquisas, responsabilidade, pensamento crítico e interesse dos alunos. O professor por sua vez deve facilitar e participar do processo de aprendizagem, estando sujeito a indagações e diferentes curiosidades. Assim como existem vários métodos específicos de ensino-aprendizagem, outras técnicas também podem ser relacionadas com as metodologias ativas devido à forma como estas são aplicadas, tais como: oficinas, seminários, dinâmicas de avaliação oral e exposições (PAIVA *et al.*, 2016).

Outro aspecto importante do uso das metodologias ativas de ensino é a constante interação entre os colegas de classe, professores e trabalhos em equipes, levando os estudantes a emitir e argumentar suas opiniões, dialogando sobre todo tipo de conteúdo abordado a fim de enriquecer e ampliar seus conhecimentos (BALDEZ; DIESEL; MARTINS, 2017). Diante dessa metodologia de ensino, este estudo analisou as seguintes ferramentas em destaque: (Mapa Conceitual, Método do estudo de Caso, Sala de aula Invertida e Socrative) que serão detalhadas a seguir:

3.1 Sala de Aula Invertida

A sala de aula invertida é uma metodologia ativa, onde há a junção das aulas tradicionais com aulas online. É a interação entre professores e estudantes, mediado pelas tecnologias da informação (TICs). O conteúdo geralmente é ministrado em um ambiente virtual, e posteriormente as atividades serão trabalhadas em salas de aula presenciais. Desta maneira, o aluno torna-se personagem principal de sua aprendizagem (FROTA, 2018).

Com o aluno praticando a leitura prévia do conteúdo, o docente amplia seu tempo de debate e problematização do assunto. Conseguindo explorar elementos composicionais e conteúdos programáticos para a melhor compreensão e interpretação do discente. No processo de se inverter a sala de aula, há um estímulo à leitura e um aprofundamento ao pensamento

crítico. É interessante nessa ferramenta pedagógica, usufruir do conhecimento obtido pelo aluno propondo a ele, a fazer um mapa mental expondo os principais pontos do conteúdo ministrado (SPERANDIO, 2018).

De acordo com SUHR (2016) a sala de aula invertida foi divulgada por Bergmann e Sams a partir de experiências realizadas em escolas de nível médio dos Estados Unidos. Os autores, embasados em estudos anteriores realizados em diversas Universidades, agregaram a tal metodologia para o ensino médio com o propósito de atender a alunos atletas, que se ausentavam das salas de aula devido aos campeonatos que participavam. A autora complementa que, embora seja apresentada como algo novo, a ideia de se inverter a sala de aula vem desde a década de 90, com o crescimento e acesso a TICs.

3.2 Socrative

Socrative é um software que funciona como uma plataforma social educacional que permite o ensino, aprendizagem e comunicação em tempo real entre professores e alunos, fornecendo um envolvimento simultâneo nas atividades virtuais e proporcionando o feedback imediato dos trabalhos realizados dentro e fora da sala de aula, de forma mais criativa e dinâmica, concedendo o estudante um papel interativo e com maior facilidade de acesso do conteúdo trabalhado (ANDRADE; CARVALHO; MALAQUIAS, 2018).

Esse dispositivo é disponível por conexões via internet, podendo ser utilizado por aparelhos moveis, como celulares e computadores pessoais, que permite o acesso às aulas virtuais e o compartilhamento da compreensão dos alunos respondendo perguntas e realizando atividades formativas de variadas maneiras. Oferece também a oportunidade aos professores de aplicarem avaliações aos estudantes independente de suas localizações, podendo os mesmos realizarem-nas em um determinado período de tempo (BEZERRA; JUNIOR; SANTOS, 2016).

Pode-se perceber que o Socrative auxilia a avaliar o conhecimento prévio do aluno a respeito do conteúdo trabalhado, onde os professores podem acompanhar por meio de planilhas e diagnósticos em tempo real o processo de aprendizagem e emitir relatórios baseados no desempenho de seus alunos, sendo possível compartilhar essas informações com pais, pedagogos e coordenadores (ANDRADE; CARVALHO; MALAQUIAS, 2018).

3.3 Aprendizado Baseado Em Problemas (PBL)

Segundo Ribeiro (2008), o aprendizado baseado em problemas se trata de uma metodologia de ensino-aprendizagem que utiliza diversos problemas como incentivo ao entendimento de questões conceituais, que necessitam de objetivismo e de prática. A primeira universidade a implementar o método foi a McMaster (Canadá), porém, segundo o autor, os princípios funcionais do PBL podem ser observados em teorias muito mais antigas (RIBEIRO, 2008).

Frezzatt e Silva (2014) salientam como a PBL está associada a um aprendizado de maneira autônoma, o qual exige debates sobre os atuais problemas que devem ser resolvidos, a partir da aproximação entre aluno e prática, que requer intervenção deste com a realidade. Portanto o discente após a investigação sobre o tema, deve refletir e obter seus próprios resultados.

Para Ribeiro (2008) a aprendizagem é um processo de construção de conhecimentos, não se restringindo apenas à um procedimento onde há concentração de informações de forma receptiva. Este diz ainda que “para que informações se tornem conhecimento é preciso ativar conceitos e estruturas cognitivas existentes a respeito do assunto, permitir aos alunos que as elaborem e as ressignifiquem” (RIBEIRO, 2008, p. 24).

Normalmente ao colocar em prática o método, organizam-se grupos que variam entre 6 a 10 alunos, além do professor que fará papel de tutor. O tutor de cada grupo deverá ajudar os alunos os guiando e definindo objetivos, quantidade de encontros e datas para estes (PINTO *et al.*, 2011).

BARROWS *apud* ALENCAR; BORGES (2014, p.132) diz que “o problema na PBL é um fim aberto, ou seja, não comporta uma única solução correta, mas uma (ou mais) melhor solução dadas as restrições impostas pelo próprio problema ou pelo contexto de aprendizagem em que está inserido, tais como tempo, recursos etc.”

Desse modo a PBL é capaz de enriquecer várias habilidades do aprendiz e trabalho em grupo. O aprendizado baseado em problemas pode permitir que surjam profissionais mais eficazes, preparados para situações desafiadoras, mesmo que exija alto grau de dedicação deste enquanto discente (RIBEIRO, 2008).

3.4 Mapa Conceitual

O mapa conceitual é um recurso para representar o conhecimento, em forma de uma rede de nós, explicitando conceitos ou objetivos conectados. Vem sendo muito utilizado na área educacional com o propósito de ajudar o estudante a se inter-relacionar com o conteúdo

ministrado, gerenciando, investigando e representando as estruturas envolvidas em tomadas de decisões, sendo também conhecido como mapa cognitivo (ARAÚJO; MENEZES; CURY, 2002).

A teoria cognitiva surgiu em na década de 50 e um dos seus principais influenciadores foi David Ausubel. Para ele, a estrutura cognitiva de um indivíduo é o conteúdo total e o organizado de ideias se torna significativa quando uma informação é relacionada com um aspecto relevante de conhecimento do indivíduo. Fazendo assim com que a aprendizagem passe a ser significativa (SILVA; CLARO; MENDES, 2017).

Para se fazer um mapa conceitual, o aluno deverá levantar algumas questões: apontar o conceito que queria abordar; o início do mapa deverá ser de algum lugar de destaque na folha e correlacionar o conhecimento em destaque por meio de setas ou linhas. Conforme surjam novas ideias e aprofunde seus conhecimentos, o estudante poderá acrescentar e modificar seu mapa. Os mapas podem ser elaborados em materiais artesanais como cartolinas, cartões, canetas coloridas ou com aplicativos tecnológicos que facilitem sua elaboração (FERREIRA et.al., 2018).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A primeira etapa da pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, pois busca compreender e obter uma maior familiaridade com o problema da pesquisa. Realizada por meio de um apanhado bibliográfico por meio de livros, dissertações, artigos, revistas e sites. A pesquisa de natureza bibliográfica é um procedimento metodológico essencial na busca de conhecimento científico e de soluções. Tem a capacidade de averiguar assuntos com pouca nitidez e levantar questionamentos, servindo de base para outras pesquisas (LIMA; MIOTO, 2007).

Na segunda etapa deste estudo, foi realizada uma pesquisa de natureza quantitativa, pois lida com aspectos estatísticos e percentuais dos dados obtidos no questionário aplicado para uma amostra de 123 discentes no curso de administração, em uma IES privada. Segundo Fonseca (2002, p. 20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem

matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

E também uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, uma vez que estuda, compara e descreve as respostas obtidas. A pesquisa descritiva caracteriza-se por descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, temos como exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental, pesquisa *ex-post-facto* (TRIVIÑOS, 1987).

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma seqüência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório (GIL, 2002, p.133).

Como método de pesquisa, utilizou-se um questionário com 9 questões fechadas e 1 aberta. Para Parasuraman (1991), um questionário é um conjunto de questões, criado para gerar dados necessários para se alcançar os objetivos de um projeto. Desta maneira, foi escolhido o questionário semiestruturado, levando em consideração à liberdade que o pesquisador tem para desenvolver questões e levá-las na direção que considerar mais conveniente (MARCONI; LAKATOS, 2009, p.278).

4.1 Composição amostral e análise de dados

A presente pesquisa foi realizada entre os dias 06 e 07 de dezembro de 2018, com os alunos do curso de administração de uma Instituição de Ensino Superior Privada, no qual se obteve uma amostragem de 123 respondentes, dos quais pode-se fazer as seguintes observações:

Ao analisarmos a questão de número 01, na qual se questionava o tipo de aula preferida pelos respondentes, 42% dos alunos responderam que preferem aulas em que o professor expõe o conteúdo e depois aplica as atividades para se exercitar, e 38% preferem aulas expositivas e com diálogo entre professor e alunos.

Já na questão de número 02, os alunos foram questionados sobre sua participação em sala de aula, 38% dos discentes se consideram ativos apenas em aulas que se sintam mais à vontade com o conteúdo ou com o docente. E 35% se consideram ativos em todas as aulas. Por meio da análise das duas questões acima, observa-se que o aluno de maneira indireta vivencia essa prática ativa em sala de aula no momento em que se trabalha ferramentas como, por exemplo, o mapa conceitual, que tem [... o propósito de ajudar o estudante a se inter-relacionar

com o conteúdo ministrado, gerenciando, investigando e representando as estruturas envolvidas em tomadas de decisões...] (ARAÚJO; MENEZES; CURY, 2002, s.p).

Na sequência, a questão de número 03, aborda-se a participação dos colegas em sala de aula, no qual 70% dos discentes afirmaram que a participação dos colegas em sala de é importante, pois contribui para o aprendizado, que por muitas das vezes, a dúvida do outro também pode ser a sua. Questão essa que sem afirma com o relato de Hartz e Schlatter (2016) em que os discentes são ativamente personagens principais no processo de aquisição de seu próprio conhecimento.

Na questão de número 04, quando questionados sobre como estudam fora da sala de aula, 49% dos alunos dizem estudar fora da sala de aula com materiais disponibilizados pelo professor e assistem a vídeo-aulas. Na questão 05, os discentes foram questionados sobre o que acham das atividades feitas em sala de aula. Dos 123 respondentes, 56% dos alunos consideram as atividades em sala de aula importantes. Mas ponderam que deve ter maior equilíbrio entre as explicações e os exercícios.

Já na questão de número 06, que investigou sobre a lista de exercícios e atividades fora de sala. Dos respondentes, 64% dos alunos afirmam que são importantes, pois ajudam a fixar o conteúdo. Observa-se nas 3 questões acima, afirmativas que podem se correlacionam-se com a ferramenta Socrative que [... permite o ensino, aprendizagem e comunicação em tempo real entre professores e alunos, fornecendo um envolvimento simultâneo nas atividades virtuais e proporcionando o feedback imediato dos trabalhos realizados dentro e fora da sala de aula...] (ANDRADE; CARVALHO; MALAQUIAS, 2018).

Quando questionados na pergunta 07 sobre a leitura e atividades propostas para casa, 42% dos discentes relataram que nem sempre fazem. Leem os textos mais importantes e realizam a tarefas quando tem alguma dúvida. E na questão 08, foram questionados sobre algumas atividades que lhes chamou a atenção ou despertou o interesse em estudar. Dos 123 alunos, 58% dos respondentes afirmaram que “sim”. Que houve atividades que despertou seu interesse em estudar e foi significativa para o seu aprendizado. Nestas duas questões observou-se claramente o uso das ferramentas de metodologia ativa sendo aplicadas, havia vista que a “Sala de aula Invertida” é compatível como o relato dos respondentes, com a ideia de que a sala de aula [...é uma metodologia ativa, onde há a junção das aulas tradicionais com aulas online. É a interação entre professores e estudantes, mediado pelas tecnologias da informação...] (Frota, 2018).

Na questão 09, foi questionado sobre se ter aulas apenas expositivas no período que estão cursando a graduação. Dos respondentes, 41% dos discentes afirmaram que no período

atual do curso, há matérias trabalhadas somente no formato de aula expositiva. E 39% dos respondentes afirmaram que não há somente aulas expositivas em seu período do curso. Estes 39%, nos remetem a aulas com aprendizado baseado em problemas [...se trata de uma metodologia de ensino-aprendizagem que utiliza diversos problemas como incentivo ao entendimento de questões conceituais, que necessitam de objetivismo e de prática ...] (RIBEIRO, 2008), contrapondo as aulas apenas expositivas.

A última questão do questionário, investigou, o conhecimento sobre a temática principal do estudo. Se os discentes sabem o que são “Metodologias Ativas”. Dos 123 respondentes, 61% afirmaram que sabem do que se trata, 24% afirmaram ter uma ideia mas não sabem exatamente o que é, e 15% não sabem do que se trata. Estes dados, foram confrontados com algumas citações diretas, haja vista que nesta questão, o respondente teve a oportunidade de se expressar, conforme algumas frases retiradas do questionário a seguir:

“São aulas com maior interação entre a turma e com tecnologia.”, “São metodologias que envolvem maior interação dos alunos e propostas mais interessantes, com recursos que possibilitam um melhor aprendizado.”, “Quando o professor da aula não somente na teoria, e sim utilizando outros métodos de ensino para melhorar a fixação da matéria para o aluno.”, “Recursos tecnológicos que comprovadamente elevam o grau de aprendizado.”, “Metodologia em que o aluno é o protagonista, sendo proativo e discutindo os temas propostos.”, “Metodologia ativa é onde o aluno é responsável por sua aprendizagem.” Relatos que podem ser confrontados com as passagens de alguns autores abaixo, reafirmando assim, o conhecimento deste discentes sobre do que se tratam as metodologias ativas.

As metodologias ativas têm objetivo tornar o estudante proativo e criativo, envolvendo o aluno em atividades que auxiliem e nas tomadas de decisões e como avaliá-las, demonstrando a criatividade a partir de novas experiências (MACEDO *et al.*, 2018). Para Berbel (2011), metodologias ativas de aprendizagem são formas de desenvolver o processo de aprender, por meio de experiências reais ou simulatórias, buscando condições de solucionar, com sucesso, desafios em diferentes contextos.

“Metodologias ativas são os meios para inovação das aulas por meio de novos métodos e tecnologias”. Metodologias ativas são mecanismos didáticos que colocam o aluno direta e ativamente no centro do processo de aquisição do conhecimento, pois concentram o ensino e a aprendizagem no “fazer para aprofundar o saber” (Neves, 2018, p.13).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este nos traz a importância do uso das metodologias ativas na perspectiva dos estudantes do curso de administração de uma IES privada. O estudo iniciou-se com uma passagem pelo tempo, desde período o Jesuítico até a chegada das metodologias ativas no Ensino Superior. O marco central foi o advento tecnológico, caracterizado pelo uso de uma metodologia de aprendizagem moderna que ao mesmo tempos, utiliza-se técnicas que podem serem trabalhadas com ou sem o uso da tecnologia. Nota-se que, algumas ferramentas já são utilizadas pelos discentes, porém as usam de maneira aleatória, que em algumas das vezes não sabem explicitar precisamente qual a técnica que foi utilizada.

Dentro desta vertente, os discentes apresentaram diversas afirmativas que fazem jus ao estudo. Dentre elas podemos citar as passagens da questão de número 10, que foi questionado se os alunos sabem o que é metodologia ativas, no qual 61% dos respondentes afirmaram que sim, e justificaram por meio de algumas citações como “Metodologia em que o aluno é o protagonista, sendo proativo e discutindo os temas propostos” e “Quando o professor da aula não somente na teoria, e sim utilizando outros métodos de ensino para melhorar a fixação da matéria para o aluno.”.

Com base nestas análises e no estudo, conclui-se que a problemática é clara e os discentes nos respondem de maneira direta com base na questão 10 e em questões como a de número 03 e 08, vide análise acima. Para tanto, a pesquisa deixa aberta novas possibilidades de futuras investigações relacionadas ao tema central, haja vista a amplitude do tema e constante evolução da Educação Superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gidéia; BORGES, Tiago Silva. Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. **Cairu em Revista**, v. 3, n. 4, p. 119-143, 2014.
- ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. **Revista Grifos**, v. 23, n. 36/37, p. 117-126, 2016.
- ANDRADE, Livia Naiara; CARVALHO, Jáder José; MALAQUIAS, Júnior Moura. O socrático no processo de aprendizagem ativa. In: NEVES, Vander José das; MERCANTI, Luiz Bittencourt; LIMA, Maria Tereza (Org). **Metodologias Ativas: perspectivas teóricas e práticas no ensino superior**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. cap 7.
- ARAÚJO, Ana Marina Teixeira; MENEZES, Crediné Silva de; Cury, Davidson. Um Ambiente Integrado para Apoiar a Avaliação da Aprendizagem Baseado em Mapas Conceituais. 2002. Disponível em: < <http://www.br-ic.org/pub/index.php/sbic/article/view/164>>. Acesso em 02 ago. 2018.

BALDEZ, Alda Leila; DIESEL, Aline; MARTINS, Silvana Neumann. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica**. 2017. Disponível em: <<http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/404/0>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado**. MEC, Ministério da Educação, INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Ciências Sociais e Humanas, Londrina**, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011

BEZERRA, Ada Augusta Celestino; JUNIOR, Claudemir Alcântara dos Santos; SANTOS, Shirley Conceição Soares. **Socrative: O amigo professor**. 2016. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/2428>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

COLOSSI, Nelson; CONSENTINO, Aldo; QUEIROZ, Eg de. **Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo**. DA FAE 4.1 (2001): 51-8.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FERREIRA, M. R. *et al.* Mapa conceitual no processo de ensino-aprendizagem. In: NEVES, Vander José das; MERCANTI, Luiz Bittencourt; LIMA, Maria Tereza (Org). **Metodologias Ativas: perspectivas teóricas e práticas no ensino superior**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. cap 11.

FREZATTI, Fábio; DA SILVA, Sidnei Celerino. Prática Versus Incerteza: Como Gerenciar O Estudante Nessa Tensão Na Implementação De Disciplina Sob O Prisma Do Método Pbl. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 28-46, mar. 2014.

FROTA, Gustavo Linhares Lélis. **Sala De Aula Invertida: A Metodologia Blended Learning**. 2018. Disponível em: <<http://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/101>>. Acesso em: 03 out. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002. Disponível em: <<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 2, p. 03-11, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 2002. Disponível em: <http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

HARTZ, Ani mari, SCHLATTER, Gabriel Vianna. **A construção do trabalho de conclusão do curso por meio da metodologia ativa team-based learning**. 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42317/a-construcao-do-trabalho-de-conclusao-do-curso-por-meio-da-metodologia-ativa-team-based-learning>>. Acesso em 20 jun. 2018.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEVES, José das. **Metodologias ativas: perspectivas teóricas e práticas no ensino superior**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018, p13.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira *et al.* Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, 2016.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**, 2ª ed. New York: Addison-Wesley Publishing Company, 1991.

PINTO, Gabriela R. P. R. *et al.* **PBL-VE: Um ambiente virtual para apoiar a aprendizagem baseada em problemas.** 2011. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/8/sexoestec/art1695.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

RIBEIRO, Luiz Roberto. **Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) na educação em Engenharia.** São Carlos, SP. v. 27, n. 2, 2008.

RISTOFF, Dilvo. A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas. In: MOROSINI, M. (Org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos.* Brasília: INEP, 2006. p. 37-52.

RODRIGUES, Luciano Sérgio. **Educação a Distância Rompendo com o Monopólio do Saber: A Construção do Conhecimento no século XXI.** Belo Horizonte. 2010. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/46077.pdf> . Acesso em: 12 jul. 2018.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro.** São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho, v. 8, p. 91, 1991.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes.** 2009. Disponível em: <<http://flasco.org.br/?publication=ensino-superior-trajetoria-historica-e-politicas-recentes>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SILVA, Wilson da; CLARO Genoveva Ribas; MENDES Ademir Pinheli. **Aprendizagem Significativa E Mapas Conceituais.** 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24179_12230.pdf>. Acesso em: 22 jul.2018.

SPERANDIO, Natália Elvira. Plataformas digitais e sala de aula invertida como ferramentas de ensino para a leitura In: NEVES, Vander José das; MERCANTI, Luiz Bittencourt; LIMA, Maria Tereza (Org). *Metodologias Ativas: perspectivas teóricas e praticas no ensino superior.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. cap 8.

SUHR, Inge Renate Fröse. **Implantação De Cursos Semipresenciais Usando a Metodologia Da Sala De Aula Invertida: Limites E Possibilidades A Partir Do Olhar Dos Professores Envolvidos.** 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/15919_7227.pdf>. Acesso em 23 jul.2018.

SPERANDIO, Natália Elvira. Plataformas digitais e sala de aula invertida como ferramentas de ensino para a leitura In: NEVES, Vander José das; MERCANTI, Luiz Bittencourt; LIMA, Maria Tereza (Org). *Metodologias Ativas: perspectivas teóricas e praticas no ensino superior.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. cap 8.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

AVALIAÇÃO DO HÁBITO ALIMENTAR DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL DR. GARCIA DE LIMA EM SÃO JOÃO DEL-REI - MG

Tábata Maria Silveira¹
Mariana Ladeira Ferreira²
Eliane Moreto Silva-Oliveira³

Resumo – O monitoramento e a avaliação das práticas alimentares de indivíduos e populações são essenciais para o direcionamento de ações de educação em saúde e o primeiro passo de incentivo à adoção de hábitos alimentares saudáveis. O presente estudo teve como objetivo avaliar os hábitos alimentares de alunos, de ambos os sexos, regularmente matriculados no Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima no ano de 2018, a partir da aplicação, em sala de aula, de questionário semiestruturado composto por questões sociodemográficas e questões sobre as práticas alimentares individuais. De acordo com os resultados, porcentagem elevada de alunos relatou consumir pele de aves e gordura visível de carnes, consumo diário ou frequente (2 a 5 vezes por semana) de frituras e salgadinhos fritos ou em pacotes, carnes processadas e embutidos, doces, biscoitos recheados, refrigerantes e/ou sucos industrializados. Por outro lado, muitos alunos não têm hábito de consumo diário ou frequente de frutas, verduras ou legumes e o consumo de carnes ou ovos abaixo do recomendado para 18,2% dos participantes. Embora avaliação do conhecimento sobre alimentação saudável não tenha sido realizado com os participantes, acredita-se que trabalho de educação nutricional seja favorável para a melhora do alimentar do grupo estudado.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Hábito alimentar. Adolescência.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, pesquisadores e profissionais da área da saúde pública têm destacado a importância da adoção e da manutenção de hábitos e estilo de vida saudáveis para garantir melhor saúde e qualidade de vida (BRASIL, 2008) e para prevenir ou tratar doenças crônico-degenerativas (OLIVEIRA; VENCIO, 2014).

Embora haja consenso quanto à importância dos hábitos saudáveis para garantir a qualidade de vida, a Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de

¹ Discente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Discente do Curso de Medicina do UNIPTAN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

³ Docente do Curso de Nutrição e Educação Física do UNIPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – FUNADESP.

E-mail para contato: eliane.oliveira@uniptan.edu.br.

Geografia e Estatística - IBGE - em parceria com o Ministério da Saúde - MS, mostrou que, apesar dos brasileiros estar procurando ter hábitos de vida mais saudáveis, os hábitos alimentares da população brasileira são ainda preocupantes. De acordo com a pesquisa, o percentual de indivíduos que referem o consumo adequado de frutas e hortaliças aumenta com o avanço da idade, enquanto o percentual de indivíduos que referem o consumo regular de alimentos doces ou carnes com excesso de gordura diminui com o avanço da idade (IBGE, 2013).

Estes dados corroboram a importância de políticas de educação alimentar em fases iniciais da vida, especialmente se considerando os hábitos alimentares inadequados verificados entre os adolescentes (VEIGA *et al.*, 2013), o aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade nesta faixa etária (WANG *et al.*, 2002).

Monitorar e avaliar as práticas alimentares do indivíduo são fundamentais para o direcionamento de ações de educação em saúde e o primeiro passo para a implementação de programas de educação nutricional (BUKENYA *et al.*, 2017). Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo avaliar os hábitos alimentares de alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, situada no município de São João Del Rei – MG.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se estudo descritivo transversal em escola da rede pública de ensino do município de São João Del Rei – MG. A população de estudo foi constituída por alunos, de ambos os sexos, regularmente matriculados no Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima no ano de 2018, no período diurno. Utilizou-se como critérios de exclusão: alunos que por deficiência física ou mental apresentaram impossibilidade de compreensão dos instrumentos de coleta de dados.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2018, com os alunos que manifestaram interesse em participar da pesquisa e que obtiveram autorização expressa a partir da entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelo pai e/ou responsável legal.

Para avaliação do consumo alimentar foi aplicado questionário semiestruturado composto por questões sociodemográficas e questões sobre as práticas alimentares individuais. O questionário foi elaborado tendo como base as diretrizes alimentares para a alimentação saudável contidas no Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008).

A aplicação do questionário ocorreu em sala de aula na presença de um professor e simultaneamente a todos os alunos de uma mesma turma, sendo conduzido pelo pesquisador de forma a esclarecer dúvidas quanto às questões nele contidas.

Para as variáveis quantitativas foram realizadas as estatísticas descritivas de posição e variabilidade (média e desvio padrão), enquanto para as variáveis qualitativas (categóricas) foram construídas tabelas de contingência. Avaliação preliminar foi realizada por meio da comparação do consumo alimentar dos participantes com recomendações contidas no Manual de Alimentação Saudável para Adolescentes (SALGUEIRO *et al.*, s/d).

O protocolo de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa via Plataforma Brasil, obtendo aprovação sob número de parecer 2.832.279.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 342 alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, com idade entre 15 e 20 anos (média = $19,82 \pm 0,94$), sendo 27,2% do primeiro ano, 34,2% do segundo ano e 38,6% do terceiro ano. Dos participantes do estudo, 52% eram do sexo feminino, 43,9% se autodeclararam como brancos e 55,8% declararam nunca terem recebido orientação nutricional/alimentar. Algumas perguntas de caracterização da amostra que constavam no questionário não foram respondidas pelos alunos, como a pergunta quanto à raça e à orientação nutricional/alimentar, ambas omitidas por 2,9% dos participantes.

Nas Figuras 1 a 10 são apresentados os resultados sobre os hábitos alimentares dos alunos, de acordo com respostas obtidas no questionário aplicado em sala de aula. Os dados encontrados no estudo foram comparados com recomendações contidas no Manual de Alimentação Saudável para Adolescentes (SALGUEIRO *et al.*, s/d). De acordo com o Manual, o consumo diário por adolescentes deve ser: 5 porções de frutas, 4 porções de hortaliças, 4 porções de leite e derivados, 2 porções de carnes e ovos, 1 porção de leguminosas, 1 porção de óleos e gorduras e 1 porção de açúcares. Quanto ao grupo dos cereais, raízes, tubérculos e derivados, o consumo varia, sendo 5 porções para adolescentes do sexo feminino e 9 porções para adolescentes do sexo masculino.

Conforme apresentado na Figura 1 e 2, muitos alunos não têm hábito de consumir frutas (22,8%), verduras ou legumes (18,7%) diariamente. Somente 14,9% relataram consumir diariamente 3 ou mais unidades de fruta.

A ausência de feijão na alimentação diária foi relatada por somente 5,3% dos alunos (Figura 3). De acordo com o Manual de Alimentação Saudável para Adolescentes

(SALGUEIRO *et al.*, s/d), o consumo de leguminosas para adolescentes deve ser de 1 porção por dia, o que corresponderia a aproximadamente 2 (duas) colheres de sopa. Dessa forma, 72,2% dos alunos relataram consumir a quantidade mínima recomendada de leguminosas.

O consumo de carnes ou ovos esteve adequado para 43,3% alunos, enquanto 18,2% relataram consumir quantidade abaixo da recomendação (Figura 4). A maioria dos alunos do estudo relataram retirar a gordura visível das carnes ou pele das aves antes do consumo. No entanto o percentual de participantes que relataram consumir a gordura visível das carnes e pele de aves é muito grande, correspondendo a 39,8% da amostra.

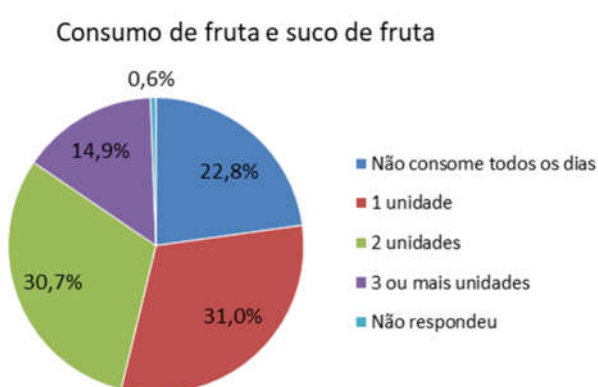


Figura 1: Consumo diário de frutas por alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, 2018.

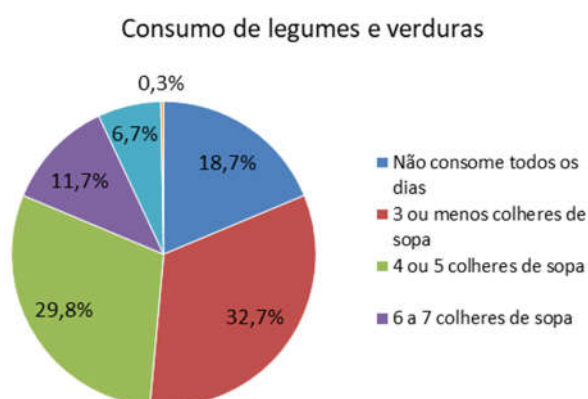


Figura 2: Consumo diário de legumes e verduras por alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, 2018.

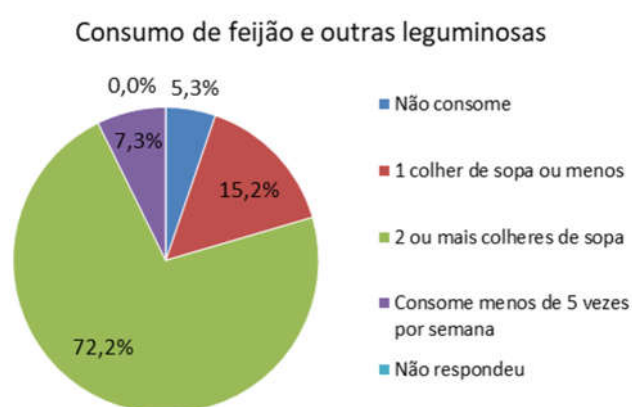


Figura 3: Consumo diário de leguminosas por alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, 2018.

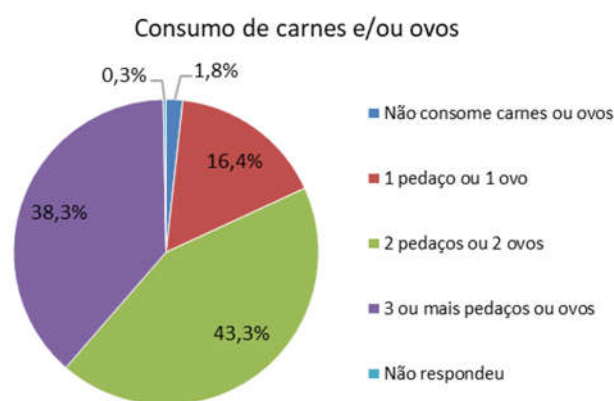


Figura 4: Consumo diário de carnes (gado, porco, aves, peixes) e ovos por alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, 2018.

O consumo de porções de leite e derivados abaixo das recomendações foi relatado por 75,7% dos alunos (Figura 5). Esta informação chama a atenção quanto ao adequado consumo de cálcio por estes alunos, visto ser o leite e seus derivados a principal fonte alimentar deste mineral. O leite integral é o mais frequente na alimentação diária destes alunos, correspondendo ao tipo de leite mais consumido por 74,0% dos participantes do estudo (Figura 6). O leite integral é importante fonte de vitaminas lipossolúveis para crianças e adolescentes.

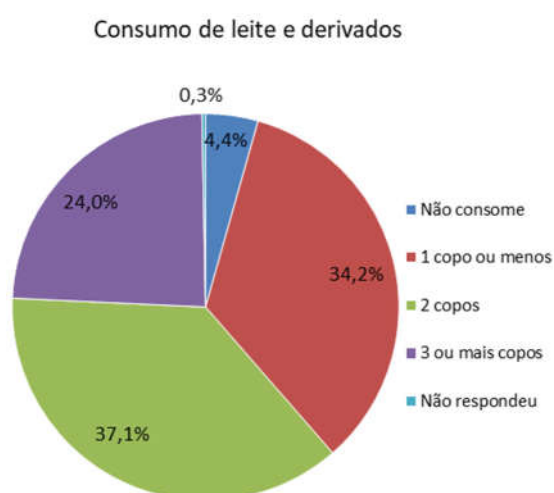


Figura 5: Consumo diário de leite e derivados por alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, 2018.



Figura 6: Tipo de leite e derivados consumidos por alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, 2018.

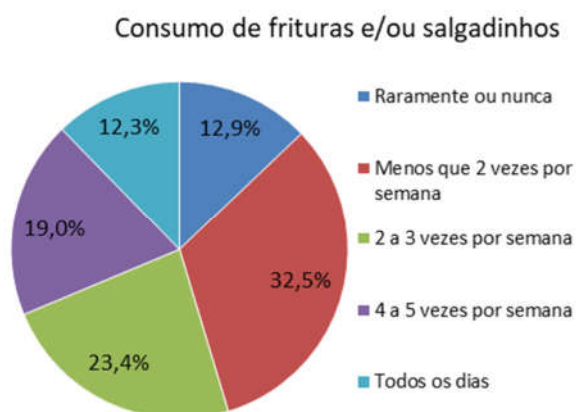


Figura 7: Consumo de frituras e salgadinhos fritos ou em pacotes por alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, 2018.

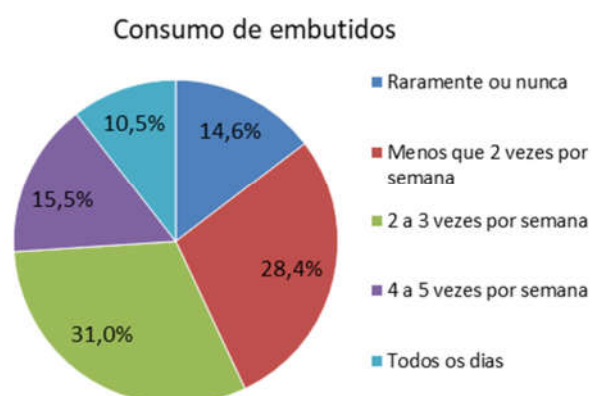


Figura 8: Consumo de carnes processadas e embutidos por alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, 2018.

O consumo de frituras e salgadinhos fritos ou em pacotes é diário para 12,3% dos alunos, sendo que 42,4% dos alunos relataram consumir de 2 a 5 vezes por semana (Figura 7). Porcentagem elevada de alunos relatou também consumir carnes processadas e embutidos de 2 a 5 vezes por semana, correspondendo a 46,5% (Figura 8). O consumo diário de doces, biscoitos recheados, refrigerantes e/ou sucos industrializados foi relatado por 26,3% dos participantes, enquanto 43,9% relataram consumir de 2 a 5 vezes na semana algum destes alimentos (Figura 9).

Quase metade dos alunos (47,9%) relataram baixo consumo diário de água e outros líquidos, como água, chás ou sucos naturais (Figura 10).

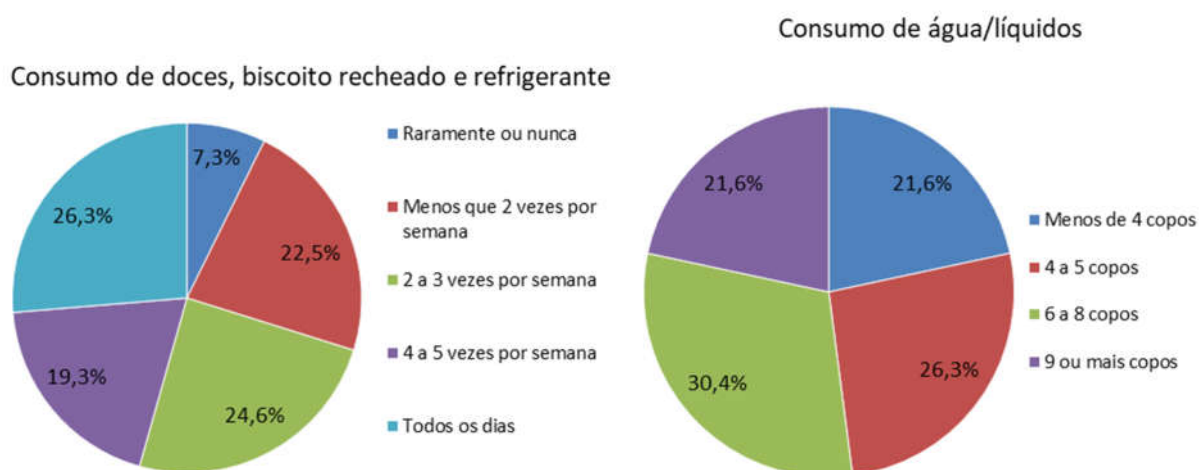


Figura 9: Consumo de doces, bolos confeitados, biscoitos recheados, refrigerantes e sucos industrializados por alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, 2018.

Figura 10: Consumo de água e outros líquidos (sucos de frutas naturais ou chás) por alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, 2018.

Os dados apresentados permitiram identificar o grau de adequação da alimentação dos alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, situada em São João del-Rei-MG. Comparando os resultados de consumo alimentar dos participantes do estudo com as recomendações de alimentação saudável para adolescentes, verificou-se que hábitos não saudáveis fazem parte da rotina alimentar de muitos alunos participantes do estudo, enquanto hábitos saudáveis como o consumo diário de frutas, verduras e legumes estão ausentes para muitos participantes.

A adolescência é período no qual a alimentação saudável é essencial para garantir o adequado crescimento e desenvolvimento do indivíduo. Estudos longitudinais mostram que a nutrição inadequada nesse período aumenta o risco de obesidade e doenças graves na idade adulta (THE *et al.*, 2010), depressão e transtornos de ansiedade (ANDERSON *et al.*, 2007), alguns tipos de câncer (LUBIN *et al.*, 2003; FUEMMELER *et al.*, 2009) e condições de risco cardiovascular (FORD *et al.*, 2008).

Embora a necessidade de uma alimentação saudável neste período esteja evidenciada, verifica-se que à medida que o indivíduo entra na adolescência, os hábitos alimentares geralmente ficam menos saudáveis. Os hábitos alimentares e de estilo de vida adquiridos e consolidados durante a adolescência podem causar implicações imediatas à saúde e potencializar o risco de doenças crônicas não transmissíveis e a adiposidade na vida adulta. A obesidade na infância e adolescência tende a persistir ao longo da vida e, dessa forma, o aumento do acúmulo de gordura corporal nesse período da vida é um fator expressivo na epidemia mundial de obesidade (RODRIGUES, 2014).

Devido à curiosidade e interesse por novas ideias, a adolescência é um período propício para a introdução de novos hábitos alimentares, sendo os adolescentes passíveis de adotar novas práticas alimentares e de estilo de vida (WHO, 2005).

Estudos mostram que hábitos alimentares mais saudáveis, bem como menores taxas de obesidade, têm sido associados com o grau de conhecimento sobre alimentação (DE VRIENDT *et al.*, 2009; BONACCIO *et al.*, 2013; GROSSO *et al.*, 2013). No presente estudo, o grau de conhecimento dos participantes sobre alimentação não foi avaliado. No entanto, para evitar que o comportamento alimentar não saudável encontrado se torne integrado à cultura e à vida cotidiana futura do adolescente, culminando em fator de risco para o desenvolvimento de sobrepeso e de doenças crônico-degenerativas nesse grupo populacional, sugere-se trabalho de educação alimentar e nutricional voltado aos alunos e seus familiares como incentivo à adoção e manutenção de práticas alimentares mais saudáveis.

4 CONCLUSÃO

Com o presente estudo foi possível identificar o grau de adequação da alimentação dos alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, situada em São João del-Rei-MG. A partir dos resultados encontrados será possível apresentar à escola, aos alunos e seus

familiares o panorama dos hábitos alimentares dos alunos participantes. Trabalho de orientação alimentar e nutricional junto a estes alunos está em fase de elaboração e ocorrerá em breve.

Espera-se que a apresentação dos resultados aos dirigentes da escola favoreça o direcionamento de ações e a implementação de programas educativos na área de nutrição e alimentação dentro da escola.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, S. E.; COHEN, P.; NAUMOVA, E. N.; JAQUES, P. F.; MUST, A. Adolescent obesity and risk for subsequent major depressive disorder and anxiety disorder: prospective evidence. **Psychosom. Med.**, v. 69, n. 8, p. 740-747, 2007.

BONACCIO, M.; DI CASTELNUOVO, A.; COSTANZO, S.; DE LUCIA, F.; OLIVIERI, M.; DONATI, M.B. *et al.* A. Nutrition knowledge is associated with higher adherence to Mediterranean diet and lower prevalence of obesity. Results from the Moli-sani study. **Appetite**, v. 68, p. 139-146, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 210 p.

BUKENYA, R.; AHMED, A.; ANDRADE, J. M.; GRIGSBY-TOUSSAINT, D. S.; MUYONGA, J.; ANDRADE, J. E. Validity and reliability of general nutrition knowledge questionnaire for adults in Uganda. **Nutrients**, v. 9, n. 2, p. 1-11, 2017.

DE VRIENDT, T.; MATTHYS, C.; VERBEKE, W.; PYNAERT, I.; DE HENAUW, S. Determinants of nutrition knowledge in young and middle-aged Belgian women and the association with their dietary behaviour. **Appetite**, v. 52, n. 3, p. 788-792, 2009.

FORD, C. A.; NONNEMAKER, J. M.; WIRTH, K. E. The influence of adolescent body mass index, physical activity, and tobacco use on blood pressure and cholesterol in young adulthood. **J. Adolesc. Health**, v. 43, n. 6, p. 576-583, 2008.

FUEMMELER, B. F.; PENDZICH, M. K.; TERCYAK, K. P. Weight, dietary behavior, and physical activity in childhood and adolescence: implications for adult cancer risk. **Obes. Facts**, v. 2, n. 3, p. 179-186, 2009.

GROSSO, G.; MISTRETTA, A.; TURCONI, G.; CENA, H.; ROGGI, C.; GALVANO, F. Nutrition knowledge and other determinants of food intake and lifestyle habits in children and young adolescents living in a rural area of Sicily, South Italy. **Public Health Nutr.**, v. 16, n. 10, p. 1827-1836, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde: 2013. Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas**. Rio de Janeiro: IBGE; 2014.

LUBIN, F.; CHETRIT, L. S.; FREEDMAN, E.; ALFANDARY, Y.; FISHLER, H.; NITZAN, A. *et al.* Body mass index at age 18 years and during adult life and ovarian cancer risk. **Am. J. Epidemiol.**, v. 157, n. 2, p. 113-120.

OLIVEIRA, J. E. P.; VENCIO, S. (Orgs). **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2013-2014**. Sociedade Brasileira de Diabetes. São Paulo: AC Farmacêutica, 2014.

RODRIGUES, P. R. M. **Hábitos alimentares, estilo de vida e estado nutricional de adolescentes: um estudo de base escolar em Cuiabá – MT**. Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição da UFRJ. 2014. 240 p.

SALGUEIRO, M. M. H. A. O.; RODRIGUES, B.; LIMA, C. B. *et al.* Manual de Alimentação Saudável para Adolescentes. UNASP. São Paulo: Centro Universitário Adventista de São Paulo, s/d. 21 p.

THE, N. S.; SUCHINDRAN, C.; NORTH, K. E.; POPKIN, B. M.; GORDON-LARSEN, P. Association of adolescent obesity with risk of severe obesity in adulthood. **Jama**, v. 304, n. 18, p. 2042-2047, 2010.

VEIGA, G. V.; COSTA, R. S.; ARAÚJO, M. C.; SOUZA, A. M.; BEZERRA, I. N.; BARBOSA, F. S. *et al.* Inadequação do consumo de nutrientes entre adolescentes brasileiros. **Rev. Saude Publ.**, v. 47, n. 1, p. 212-221, 2013.

WANG, Y.; MONTEIRO, C.; POPKIN, B.M. Trends of obesity and underweight in older children and adolescents in the United States, Brazil, China, and Russia. **Am. J. Clin. Nutr.**, v. 75, p. 971-977, 2002.

WHO (World Health Organization). **Nutrition in adolescence: issues and challenges for the health sector: issues in adolescent health and development.** Geneva: WHO. 2005. 123p.

AZUL LINHAS AÉREAS E OPERAÇÃO SORRISO: UMA PARCERIA SOB A ÓTICA DO MARKETING E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Fernando Iarley do Nascimento Lopes¹

Resumo – Uma organização de vanguarda dispõe de habilidades que atendem as transformações do mercado com efetividade e as dissemina mais rapidamente que as suas concorrentes. A Azul Linhas Aéreas completou a sua primeira década e desde a sua fundação tem se destacado no mercado aéreo nacional e internacional. Entretanto, o presente trabalho não se limitou a prestação rotineira dos seus serviços, mas almejou ir além dos pousos/decolagens, check-in/check-out, embarques/desembarques diários. Buscou-se compreender a atuação social da Azul em relação à ONG Operação Sorriso, sob a ótica da RSE (Responsabilidade Social Empresarial). A RSE é de relevância crucial na concepção de criar e desenvolver ações sociais inovadoras no mercado cuja a competição é acirrada. Por sua vez, as universidades podem ser consideradas um berço de profissionais que dispõem um sentido crucial para uma formação focada nos resultados empresarial. Além disso, foram alinhadas teorias de Responsabilidade Social e Marketing com a atividade vivencial da Azul dando assistência a Operação Sorriso. O trabalho também se caracteriza por trazer consigo reflexões e critérios a respeito dos métodos organizacionais da cia que vêm conquistando o cenário das empresas brasileiras e mundiais, onde a Responsabilidade Social e o Marketing exercem um papel fundamental.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial. Marketing Social. Azul Linhas Aéreas. Operação Sorriso.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Garcia (2017), as ideias sobre a RSE (Responsabilidade Social Empresarial) passaram a ser notáveis a partir das décadas de cinquenta e sessenta, quando se pensou em expandir os seus horizontes nos Estados Unidos, posteriormente a guerra do Vietnã. Segundo a autora, foi nessa época que a sociedade repudiou o uso de armamentos bélicos, prejudiciais ao meio ambiente e ao Homem, produzidos por empresas norte-americanas.

Messetti (2014) afirma que em um contexto de grandes mudanças nas relações sociais, em que cresce a conscientização para a educação da cidadania e a necessidade coerente entre discurso e práticas organizacionais, é relevante considerar a forma como é desenvolvida, aplicada e divulgada a Responsabilidade Social nas organizações contemporâneas. Assim

¹ Discente do Curso de Administração de empresas na Universidade Federal do Cariri – UFCA. Ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial do curso de Administração - PETADM-UFCA.
E-mail para contato: fernandostelman@gmail.com.

sendo, compreende-se que a RSE está diretamente ligada às transformações que ocorrem e envolvem todos os tipos de organizações.

Partindo desta perspectiva, é notável que a RSE seja capaz de gerar potentes resultados, sejam de caráter econômico ou social, pois ao ser utilizada como uma estratégia de Marketing, pode acarretar na maior visibilidade da empresa, bem como, servir de instrumento para a expansão das práticas adotadas pelas organizações junto à sociedade.

Dickson (2001) fragmenta a Responsabilidade Social e o Marketing de três formas distintas. O primeiro estágio trata-se da técnica de instigar os profissionais do marketing a desempenharem suas tarefas de maneira responsável, obedecendo de maneira ágil as disposições do mercado, resultando no retorno financeiro à empresa. O segundo estágio fundamenta-se na utilização de uma RSE de forma ética, ou seja, de modo a respeitar os limites do consumidor, bem como, ser capaz de portar um comportamento responsável diante do que é ofertado. Por fim, a terceira forma tem como princípio estimular comportamentos que motivem os indivíduos a agirem de maneira consciente. Empresas que dotam este tipo de postura podem ser facilmente reconhecidas pela sociedade como tendo uma utilidade que supera as expectativas.

Em um passado não tão distante, as empresas costumavam concentrar-se apenas em oferecer produtos e serviços de qualidade. Manter atitudes positivas como tratar os fornecedores, parceiros e clientes de forma ética, era uma simples ferramenta para transmitir e sustentar uma boa imagem perante o mercado. No entanto, com o passar dos anos, percebeu-se a necessidade de atender as exigências voltadas à política de recursos humanos, de tratamento ao cliente e de responsabilidade social alinhada ao marketing. Diante deste cenário, notou-se uma maior influência da sociedade como um dos princípios norteadores das organizações. A partir deste momento, as empresas passaram a ser mais atuantes com a comunidade, alinhando os seus esforços no mesmo sentido de órgãos públicos. É desta forma que se concretiza a inserção da RSE, resultando no envolvimento de uma empresa que desempenha um papel fundamental junto à sociedade.

Imersas em um mundo competitivo, as corporações passaram a enxergar a Responsabilidade Social como um fator de divulgação de seus produtos/serviços. Para Dickson (2001), a competitividade está ligada à eficiência e eficácia que as empresas são capazes de portar diante de seus concorrentes. A eficácia trata-se da qualidade dos produtos, da fatia de mercado e da lucratividade, enquanto a eficiência tem a ver com a velocidade de resposta e os custos baixos (DICKSON, 2001, p. 45).

Portanto, com a intenção de contribuir e despertar novas teorias alinhadas ao marketing e a responsabilidade social, este artigo tem como objetivo compreender a atuação social da Azul em relação à ONG Operação Sorriso, sob a ótica da SER. Para tanto, o trabalho divide-se em oito partes: sendo a primeira, esta introdução. A segunda parte trata-se de uma abordagem histórica e conceitual sobre o tema Responsabilidade Social Empresarial. Em seguida, é apresentada a história da Azul Linhas Aéreas. O trabalho segue com uma breve explanação sobre a fissura lábio palatal, as ações da ONG Operação Sorriso, bem como relacionando-as com os conceitos de RSE aqui apresentados e aplicados na Azul Linhas Aéreas. É apresentado o método de pesquisa, os resultados são discutidos e, por fim, são tecidas as considerações finais e expostas as referências bibliográficas.

2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL

As diferentes percepções sobre a Responsabilidade Social variam de acordo com o ponto de vista do pesquisador, podendo ser acerca do setor privado, governos e/ou organizações da sociedade civil. Ainda não há uma definição universal que conceitue a RSE, pois existem diversas definições e debates sobre as maneiras distintas de compreendê-la, conforme podemos perceber a partir do olhar de alguns autores.

Cardoso e Silva (2000) caracterizam a eficácia da responsabilidade social a partir do momento que é incutido uma nova cultura dentro da empresa, sendo incorporada na gestão e nos principais setores organizacionais, como Marketing, Recursos Humanos, Produção e Finanças.

Para Vieira (2007), à medida que as empresas se viram obrigadas a repensar alguns de seus valores, no sentido de constituir mais que uma realidade econômica, foi sendo incorporada a sua filosofia um contexto social, dentro do qual se estabeleceram responsabilidades.

Já Sampaio e Lacerda (2009) concordam que a Responsabilidade Social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem de forma positiva, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

Na perspectiva do Instituto Ethos (2018), a RS trata-se de uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento

sustentável da sociedade, perseverando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (Site da Ethos, 2018). Considerando a ideia de trabalhar o *locus* da pesquisa em uma empresa do setor privado, este artigo segue a mesma linha conceitual adotada pelo Instituto Ethos, mas não descarta as definições expressas pelos demais autores, de forma que as mesmas somam referências e servem como base para uma futura análise de dados.

No Brasil, não há uma data precisa que simbolize o surgimento da Responsabilidade Social. Conforme a ‘Carta de princípios dos dirigentes cristãos de empresas’ que fora publicada no ano de 1965 pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil), o que existe são registros de ações sociais prestadas por empresários desde o século XIX. Foi nessa época que ocorreram as mudanças de paradigmas, em que no primeiro momento a empresa devia se mostrar responsável para os seus acionistas, empregados, consumidores, fornecedores e *stakeholders*.

Para mais, é importante destacar a Norma ABNT ISO 26000 (2010), que surgiu para ser a primeira norma internacional de Responsabilidade Social Empresarial. A mesma começou a ser desenvolvida no ano de 2005, mas só foi concluída e publicada no ano de 2010. Assim como os indicadores Ethos, o documento tem como objetivo traçar diretrizes para ajudar empresas de diferentes portes, origens e localidades na implantação e desenvolvimento de políticas baseadas na sustentabilidade.

Segundo a norma ISO 26000, convém que as organizações pautem o seu comportamento em normas, diretrizes ou regras de conduta que estejam em conformidade com os princípios aceitos de uma conduta moral e correta no contexto de situações específicas, mesmo quando essas situações representarem um desafio à organização. Uma empresa não pode deixar de cumprir com as determinações legais que impactam na sua operação, sejam elas tributárias, trabalhistas, civis e/ou penais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2010).

Messetti (2014) afirma que estes princípios apresentam uma normatização do que os diversos autores vêm produzindo sobre Responsabilidade Social Empresarial. A autora afirma ainda que este aspecto traz itens que evidenciam a necessidade de cumprir a legislação e de ter atitudes transparentes frente ao mercado, aos acionistas e à sociedade e reforçam o comportamento ético, ambiental e cultural. De forma simplificada, podemos compreender que se trata de uma ferramenta de ética comercial e que acontece quando as decisões de uma organização cumprem os direitos, os valores e os interesse de todos.

3 A AZUL LINHAS AÉREAS

Aos 27 de março de 2008, o empresário David Neeleman, anunciou a criação de uma nova companhia aérea brasileira, seguindo o modelo já aplicado em suas outras companhias: “*low cost, low fare*”. Companhias com este conceito tem como principal característica oferecer um excelente serviço, a baixo custo. De acordo com Beting (2012), a Azul surgia no Brasil para ser uma empresa humana, fácil e econômica, objetivando ser a melhor aérea do mundo e proporcionar a melhor experiência para os seus clientes, bem como o melhor lugar para trabalhar.

A missão da Azul é “Servir, servir e servir” e a visão é “Construímos juntos a melhor companhia aérea do mundo”. Percebe-se, portanto, que há uma sintonia entre ambos conceitos, havendo uma complementação entre estes. Ainda de acordo com Beting (2012), isto deve-se uma espécie de ciclo de valores que consistem na hipótese de quando o cliente estar feliz, o acionista estar feliz; se o acionista estar feliz, o tripulante Azul estar feliz e se o tripulante estar feliz, ele deixa o cliente feliz. Assim, entende-se que este ciclo virtuoso é o cumprimento da Missão e o alcance diário da Visão empresarial da Azul, que podem ser integralizadas com os seis valores que representam a companhia:

- Segurança – Respeite a vida em todas as ações;
- Consideração – Trate a todos como gostariam de ser tratados;
- Integridade – Honre a sua palavra e aja de forma ética;
- Paixão – Use a paixão pelo o que faz para servir as pessoas;
- Inovação – Inove em tudo o que fizer e busque renovar-se sempre;
- Excelência – Faça o melhor para obter resultados excepcionais.

Em conformidade com os dados cedidos pela empresa, atualmente, a Azul é a empresa aérea que mais cresce no Brasil. A companhia conta com cerca de 22 milhões de clientes transportados por ano, já compõe 18% do mercado doméstico em termos de demanda, atendendo a 108 cidades (100 destas, nacionais), enquanto as suas concorrentes servem a cerca de 60 cidades. Ainda conforme os dados, a Cia dispõe uma frota de 118 aeronaves de última geração, empregando mais de 11 mil tripulantes. Ademais, a empresa tem 780 voos diários que correspondem a 31,8% das decolagens domésticas no Brasil, no primeiro trimestre deste ano. E a malha da companhia só tem crescido nos últimos tempos, atingindo horizontes

internacionais. Uma das últimas conquistas da Azul, foi a aquisição de 40% da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) e 32% da segunda maior companhia francesa, a Aigle Azur.

4 A FISSURA LABIOPALATAL E A OPERAÇÃO SORRISO

Conforme o Ministério da Saúde (2018), denominam-se fissuras labiopalatinas, fenda palatina ou lábio leporino, as malformações em pessoas que nascem com o lábio e/ou céu da boca aberto (palato). A abertura pode ser no céu da boca, com até duas falhas no lábio. Esta, também pode ser unilateral (falha de um lado) ou bilateral (de ambos os lados), no palato pode ser palatina (céu da boca), pequena (incompleta) ou grande em toda a extensão. Estas imperfeições alteram a autópsia normal, podendo interferir no falar, no ouvir, no suspiro, na ingestão e nos dentes.

A OMS (Organização Mundial de Saúde, 2018), afirma que a cada três minutos nasce uma criança com fissura labial. Destas, uma em cada seiscentos e cinquenta nascidos estão no Brasil. Estima-se ainda que hajam cerca de 300 mil pessoas com fenda palatina no país e a cada ano surgem 6 mil novos casos. O mais triste é que uma em cada dez crianças com fenda palatina não chegam nem a completar o primeiro ano de vida. Este fator negativo, deve-se por muitas vezes, a falta de um atendimento especializado e acessível por parte das famílias que têm estes casos.

O tratamento do lábio leporino envolve procedimentos cirúrgicos e dependendo do caso, podem ser vários. De acordo com Lisboa, Rocha e Pine (2012), a primeira cirurgia labial deve ser feita em torno dos seis primeiros meses de vida da criança, enquanto a do palato pode ser feita até o 18º mês, evitando assim, o comprometimento da fala e infecções auditivas. Ademais, o tratamento ortodôntico e ortopédico é primordial para evitar fístulas, deficiência perinasal maxilar, dentes impactados, más oclusões, devendo ser feito durante o período de pré-dentição, dentição mista e permanente.

A pessoa que nasce com lábio leporino é um ser humano capaz de exercer atividades normais e rotineiras como qualquer outra. No entanto, a timidez de se relacionar socialmente pode resultar no isolamento, principalmente na infância. Objetivando criar soluções para tais problemas, surge a maior organização médica voluntária do mundo: A Operação Sorriso. Em conformidade com os dados descritos no site da Operação Sorriso (2018), a ONG reúne profissionais de 60 países e atua em mais de 80 para ajudar exclusivamente pessoas nascidas com deformidades faciais, especialmente fissura labial e fenda palatina. Fundada em Norfolk

(EUA), no ano de 1982 pelo cirurgião plástico norte-americano Dr. William P. Magee Jr. e sua esposa, Kathleen S. Magee, enfermeira e assistente social, que deram início a este trabalho após uma viagem com um grupo de médicos para as Filipinas, objetivando operar crianças com lábio leporino e fendas palatinas.

Ainda de acordo com os dados da Instituição, em 36 anos de atuação, a ONG já transformou a vida de mais de 270 mil crianças e adultos carentes nascidos com fissura lábio palatina em todo o globo terrestre. No Brasil, as ações tiveram início em 1997. Ao longo destes 21 anos, mais de 10 mil pessoas foram atendidas em quase 97 mil avaliações especializadas. Mais de 6,8 procedimentos cirúrgicos foram realizados em mais de 5,1 mil pacientes. Existem cerca de 350 voluntários cadastrados que ajudam nas missões brasileiras e estrangeiras. Tudo gratuitamente, devolvendo funcionalidade e autoestima para milhares de pacientes (Site da Operação Sorriso, 2018).

A ONG não se limita somente ao atendimento infantil, são atendidas pessoas de todas as idades. No entanto, em algumas cidades, os hospitais que sediam a missão são pediátricos, então nestes casos, em específico, somente crianças são atendidas. Além disso, as missões da Operação Sorriso proporcionam outros serviços gratuitos de atendimento médico com nove especialidades e os que não são operados naquela missão são acompanhados pelo hospital local.

A escolha dos lugares onde as missões ocorrem ou vão ocorrer se dão pela demanda de pacientes, bem como pela capacidade de atendimento público local, pela equipe de apoio, parceria governamental, patrocinadores, entre outros fatores. Nesse sentido, percebe-se manter um programa humanitário bem organizado é uma tarefa complexa para os idealizadores do Projeto, pois envolve também o transporte e o armazenamento de cargas, autorização de todo o suprimento médico na Anvisa, documentação nos órgãos de representação profissional para cada profissional voluntário e mais um arranjo de coisas são necessárias para garantir toda a estrutura de um atendimento de qualidade aos pacientes.

5 MÉTODO DE PESQUISA

Para que fosse necessário mapear as ações da Azul atreladas à Operação Sorriso, cumpriu-se uma análise documental da parceria entre ambas organizações. Tal estudo partiu da importância em compreender a atuação social da Azul em relação à ONG Operação Sorriso, sob a ótica da RSE (Responsabilidade Social Empresarial). A temática escolhida dispõe de natureza exploratória, buscando avançar nos debates e reflexões sobre o tema a ser discutido na

literatura acadêmica e assim, proporcionar uma maior familiaridade com o mesmo, objetivando torna-lo mais explícito (GIL, 2007), bem como, identificando a importância do departamento de RSE de uma empresa privada apoiando uma ONG, por meio de uma análise descritiva. A abordagem de caráter qualitativo que fora adotada, também contribui para o aprofundamento e compreensão do objeto escolhido e seu funcionamento (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

O estudo se fundamentou pelo método de pesquisa bibliográfica. Este, por sua vez, permite que o autor conheça o que já fora estudado sobre o assunto, a partir de um levantamento de referências teóricas, tais como livros e artigos científicos (FONSECA, 2002). A escolha da Cia aérea e da ONG se deu a partir dos seguintes critérios de seleção: 1) a empresa deve ter no mínimo cinco anos de fundação, isto, porque a idade da organização pode impactar as fases de aquisição de conhecimento da mesma. A Azul está completando a sua primeira década, e apesar de se tratar de uma empresa jovem, tem se posicionado se forma madura no mercado; 2) A ONG/Projeto precisa ser atuante no Brasil, sendo capaz de fomentar o desenvolvimento local. A Operação Sorriso, embora seja de origem americana, oferece oportunidade para a atuação dos membros do Programa de Voluntariado Azul, voluntários locais e ainda proporciona a interação entre pessoas de diferentes lugares.

A pesquisa constituiu-se em duas etapas. A princípio, procedeu uma vasta análise de documentos, os quais incluem: 1) relatórios de 2014 a 2017, fornecidos pelo setor de RSE da Azul; 2) publicações internas do primeiro semestre de 2018 que remetem a prestação do serviço nos dias de missões da ONG; 3) Sites de ambas organizações; 4) O site do Programa de Voluntariado Azul 5) Postagens feitas no *Facebook* da cia relacionadas ao tema, bem como o canal de vídeos no *You Tube* das duas organizações; 6) Notícias publicadas nos meios de comunicação, a respeito do apoio da cia ao Projeto.

Em segundo plano, como base complementar dos dados secundários, o material coletado foi analisado tendo como essência os procedimentos de análise de Bardin (2011) para a fusão dos elementos coletados por meio do dossiê documental.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Messeti (2014), a partir das relações entre organizações do Terceiro Setor e as empresas privadas, é possível falar em Responsabilidade Social Empresarial, observando um contexto em que as desigualdades sociais obrigam a repensar o desenvolvimento econômico,

social e ambiental, visando um desenvolvimento sustentável para as organizações e para a sociedade como um todo.

Estudos contemporâneos revelam que empresas focadas e norteadas na RSE, apresentam em suas apurações financeiras um melhor desempenho em prazos reduzidos. Este tipo de fenômeno ocorre graças a imagem que a empresa desenvolve. Em conformidade com Milles e Covin (2000), a imagem da empresa que produz produtos de qualidade e obedece às normas ambientais, traz consigo vantagens competitivas.

No que tange ao apoio da Azul a Operação Sorriso, trata-se de uma parceria atuante desde outubro de 2013. A Cia entende que seu principal produto (as passagens aéreas), podem ser valiosas para essas realizações. Conforme os relatórios da cia, já foram transportados cerca de 500 profissionais de saúde e mais de 16 toneladas de equipamentos médicos, transportados pela Azul Cargo, para os mutirões que aconteceram no país ao longo destes cinco anos de parceria (Site da Azul, 2018).

Esta iniciativa é essencial para promover o crescimento pessoal e profissional dos tripulantes, fortificando o espírito de servir ao próximo, expressado na missão da Azul. Para Closs e Antonello (2014), aprender a pensar por si próprio, libertando-se de pressuposto condicionados sobre o mundo, sobre os outros e sobre si mesmo, é crucial para o mundo do trabalho, para a cidadania e para a tomada de decisões morais em uma sociedade em constante mudança. Nesse contexto, torna-se fundamental o papel do Voluntariado Azul desenvolvido pela empresa, promovendo o trabalho em equipe.

Além das missões humanitárias vivenciadas por meio da Operação Sorriso, outra parte fundamental do departamento de Responsabilidade Social da Azul é despertar o espírito do voluntariado nos tripulantes e formar líderes humanitários, que se mobilizam para transformar mais vidas pelo mundo afora. Os Voluntários Azul são responsáveis por acolher às famílias dos pacientes e colaboraram também para que a experiência dentro do hospital se torne mais alegre e humanizada, tanto durante a seleção das crianças, quanto durante os dias de cirurgia.

Visando promover e dar visibilidade ao trabalho da Operação Sorriso, a Azul se encarregou de adesivar um de seus ônibus simbolizando a ONG e dez aeronaves da frota, com um sorriso estampado na parte frontal dos aviões, conforme é possível observar abaixo, nas figuras 1 e 2. Esta ideia foi essencial para disseminar as ações da Operação Sorriso tanto por terra, quanto pelos ares, possibilitando a comunicação com vários públicos, inclusive quem não frequenta os aeroportos.



Figura 1: Ônibus da Azul simbolizando a parceria com a Operação Sorriso. Fonte: Ônibus Brasil.



Figura 2: Aeronave PR-AUE, com um sorriso pintado na região do nariz. Fonte: JETPHOTOS.NET.

Para Kotler e Keller (2006), os profissionais de marketing devem ser suscetíveis aos apelos da sociedade por empresas idôneas e responsáveis, ou seja, cabe a este profissional demonstrar por meio de um planejamento de marketing as ações que estão sendo desenvolvidas pela organização e benefícios decorrentes deste processo. No mês de abril de 2018, a Azul lançou um vídeo que se encontra disponível no Facebook da empresa, resumindo a ação dos voluntários Azul nos dias de missão da ONG. Inserido no quadro “Histórias de quem voa mais longe”, o episódio “Novos Sorrisos”, conforme a figura 3, narra a vivência dos tripulantes que desenvolvem o trabalho em equipe junto aos demais voluntários da ação, em prol da felicidade dos pacientes da Missão Mossoró (RN) que aconteceu em janeiro de 2018. O vídeo desperta o olhar de centenas de internautas, acrescentando valor e credibilidade a marca de ambas organizações.



Figura 3: Print Screen do quadro “Histórias de quem voa mais longe”. Fonte: *Facebook* da Azul.

A parceria também costuma chamar a atenção de jornalistas que se motivam a escrever matérias a fim de divulgar os dias de missões em determinada região. Basta pesquisar na internet sobre o assunto e logo aparecem diversas opções de notícias que remetem as ações humanitárias. A figura 4 representa uma das matérias de sites que apresentam dados das ações realizadas em Mossoró (RN).

Azul ajuda Operação Sorriso a realizar 53 cirurgias em Mossoró/RN

Published on 2016-08-10 by Turismo em Pauta - Rita Minami



Figura 4: Print Screen de notícia sobre a Missão Mossoró (RN). Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A partir de 2014, foram preparados e montados os relatórios por cada ano de parceria trabalhada, os quais podemos ter uma noção da amplitude da ação da cia a partir da planilha que segue:

Tabela 1 – Dados estatísticos da parceria entre Azul e Operação Sorriso de 2014 a 2017

2014	2015	2016	2017
230 cirurgias realizadas	222 cirurgias realizadas	268 cirurgias	173 cirurgias
356 procedimentos cirúrgicos	312 procedimentos	4.392 consultas realizadas e 373 procedimentos cirúrgicos	251 procedimentos cirúrgicos e 3672 consultas realizadas
3 missões realizadas Porto Velho, Fortaleza e Santarém	3 missões: Porto Velho, Fortaleza e Santarém	4 missões: Porto Velho, Fortaleza, Santarém e Mossoró	3 missões: Fortaleza (2) e Santarém
3 toneladas de equipamentos transportados pela Azul Cargo	3 toneladas	4 toneladas	6 toneladas

FONTE: Departamento de RSE da Azul Linhas Aéreas (2018).

Nesse sentido, é possível perceber o impacto social e organizacional que é gerado a partir do apoio da companhia, permitindo também dar uma chance a pessoa que anseia desenvolver ações humanitárias. Programas como a Operação Sorriso tem a capacidade de mudar não somente a vida de uma criança, mas de proporcionar a cada tripulante o desenvolvimento pessoal e solidário que deve ser cultivado aonde quer que estejam. O marketing tem influências tanto na empresa como na sociedade. A aplicação das técnicas de marketing na empresa, pode tornar os funcionários mais satisfeitos e gerar bem-estar entre eles e ajudar a motivá-los (CASAS, 2006 p. 15).

Outro ponto relevante nesta parceria é a integração entre a experiência que o Voluntário Azul traz do ambiente social e a sua capacidade crítica em meio ao que está em seu entorno, inclusive nos espaços de trabalho, como a melhor forma para tratar o desenvolvimento humano. Essa perspectiva considera as vivências prévias do indivíduo e abre possibilidade para ação reflexiva do mesmo, mediante as ações que o ele participa. Com isso, percebe-se a necessidade de criar espaços no meio organizacional para a manifestação e atuação do empregado, proporcionando a aprendizagem em meio à comunidade.

Integrando a teoria abordada à prática gerencial, nota-se que o apoio se concretiza de três formas básicas: 1) por meio da doação de passagens aéreas para todos os envolvidos; 2) transporte de equipamentos e 3) mão-de-obra voluntária nos dias de realização dos projetos, por intermédio do programa de Voluntariado Azul, que é promovido pelo departamento de Responsabilidade Social da cia. A atuação do voluntário Azul pode se suceder de diversas

maneiras, tais como: recreação e atividades lúdicas com as crianças no hospital ou alojamento; distribuição de lanches e refeições; preenchimento de prontuários médicos (histórias clínicas), entre outras atividades gerais descritas no Manual do Voluntário Operação Sorriso.

Nesse Contexto, a Responsabilidade Social tem refletido em extremos resultados, tanto econômicos, como sociais, pois juntamente com o Marketing, este modelo de gestão tem originado maior visibilidade para as empresas, assim como tem servido para expandir as práticas adotadas por elas junto à sociedade, nas quais são reconhecidas pela mesma como tendo uma utilidade que superam as expectativas.

7 CONCLUSÃO

Nota-se que a Responsabilidade Social Empresarial, como discurso e prática, é um fenômeno cada vez mais difundido no meio corporativo e em toda a sociedade. Pode-se afirmar que a RSE representa, atualmente, uma das formas mais estruturadas e mais emblemáticas do que é conhecido como “terceiro setor”. Na medida em que este fenômeno cresce como forma de intervenção social, a RSE ganha espaço também no meio acadêmico, tornando-se objeto de pesquisa cada vez mais frequente em diversas áreas das ciências humanas (LUCAS, 2006).

Com base nos conhecimentos levantados, é notável que as empresas podem idealizar uma cultura de gerar e compartilhar conhecimentos em seus processos para incentivar a geração de vantagem competitiva. De nada adianta acreditar que um só agente pode resolver tudo. É dever do setor privado, das ONGs e dos governos exercerem a prática de atuar juntos, de modo que, cada um desempenhará as suas responsabilidades a fim de atingir um objetivo comum. Esta pesquisa contribui com essa dinâmica ao discutir e valorizar que a RSE adotada pelas organizações contemporâneas não se limita ao ato de filantropia, como era enxergado no passado. E apesar de não se tratar de um tema tão novo, as novas perspectivas de abordagem da RS que se desencadearam a partir dos anos 2000, resultam na relação entre o desenvolvimento corporativo e a aprendizagem do indivíduo na empresa a qual está inserido.

Assim sendo, é possível compreender também que a RSE, se configura como responsável por despertar os processos internos que se somam ao desenvolvimento pessoal, ao respeito às diferenças, ao crescimento e a fortificação da cultura organizacional de uma corporação. Uma limitação identificada na pesquisa foi não ter contato direto com os participantes das missões, tanto da Operação Sorriso, quanto os tripulantes do Programa de Voluntariado Azul. Isto impossibilitou o desenvolvimento e a aplicação de um possível

questionário para o melhor aprofundamento da pesquisa empírica com os voluntários da missão, que poderiam dotar uma perspectiva crítica sobre a atuação deles.

Dada a importância do assunto, como um fenômeno atual que tem sofrido constantes mudanças ao longo da história, inspiram-se novos desafios para a academia. Como sugestão de pesquisas futuras, salienta-se o desenvolvimento de novas teorias de cunho social que sejam úteis para o administrador ampliar a esfera de domínio da empresa, tornando-o capaz de expandir novas estratégias, táticas ou técnicas de gerenciamento por meio das ideias de marketing social. Assim, tanto na dimensão interna, quanto na dimensão externa, as empresas podem tornar-se agentes principais provedoras do bem-comum para a comunidade a sua volta. Percebe-se que desenvolver as práticas de Responsabilidade Social nas empresas é uma oportunidade para que estas assumam causas sociais, trazendo consequências de âmbito positivo para a própria organização, para os colaboradores e para a sociedade como um todo, além de poderem ampliar o seu poder no meio à qual pertencem.

Contudo, pode-se afirmar ainda que o fenômeno de Responsabilidade Social Empresarial, torne-se alvo de reflexões que visem beneficiar não somente as empresas, mas ao Homem. Partindo desse pressuposto, é possível compreender que o papel de uma empresa na sociedade vai além da geração de empregos e riquezas, esta, por sua vez, pode exercer uma postura atuante na disseminação do caráter socioeducativo, sendo capaz de transpor teorias para a Administração. A Azul entende que o seu apoio a Operação Sorriso é consequência da existência de qualquer negócio e que as empresas são detentoras de um amplo poder de realização e transformação social, principalmente quando todos os envolvidos trabalham alinhados no mesmo objetivo: servir ao próximo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES CRISTÃOS DE EMPRESAS. Site institucional. Disponível em: <<http://www.adcemg.org.br/artigos/voce-conhece-a-adce/>>, Acesso em: 24 mai. 2018.

AZUL LINHAS AÉREAS. Azul transporta 60 profissionais e 1,5 tonelada de equipamentos para Fortaleza em missão da Operação Sorriso. Disponível em: <https://www.voeazul.com.br/imprensa/releases/azul-transporta-60-profissionais-e-15-tonelada-de-equipamentos-para-fortaleza-em-missao-da-operacao-sorriso-1383359976063>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENEVIDES, E. S.; MINETTO, G. P.; GRACIANO, M. I. O acesso a direitos das pessoas com fissura labiopalatinas: as repercussões do laudo de deficiência. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o serviço social: Bauru, 2010.

BETING, GIANFRANCO. Azul acima de tudo. Porto Alegre: EDIPUCRS. São Paulo: Beting Books, 2012.

BRASIL. ABNT ISO 26000: 2010. Estabelece as diretrizes sobre responsabilidade social. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro, RJ, 122 f, 2010.

CARDOSO, A. SILVA, D. A responsabilidade Social como uma atitude Estratégica de Gestão. Caderno de Administração, São Paulo-SP, FEA/PUC, Nº 3, março 2000, p. 89-100.

COMPANHIA do fundador da JetBlue se chamará Azul. Portal G1, 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL455463-5602,00COMPANHIA+DO+FUNDADOR+DA+JETBLUE+SE+CHAMARA+AZUL.html>. Acesso em: 13 mai. 2018.

DICKSON, Peter R. Ambiente de Marketing e Responsabilidade Social In _ Marketing: as melhores práticas, Czinkota, Michael R. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares e Nivaldo Montigelli Jr. Porto Alegre, RS, Bookman, 2001.

DIEZ, E. B.; SOTORRÍO, L. L. O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. Revista Brasileira de Gestão de Negócios: São Paulo, 2018.

FACEBOOK AZUL LINHAS AÉREAS. Disponível em: <https://www.facebook.com/AzulLinhasAereas/>, Acesso em 19 mai. 2018.

FERNANDES, A. R.; FONSECA, S. E.; CUNHA, C. L. Responsabilidade Social e influências sobre retornos de cotações: um estudo acerca do desempenho de índices de sustentabilidade. Revista Administração em Diálogo: São Paulo, 2018.

FONSECA, J. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FORBES BRASIL. Conheça David Neeleman, CEO da Azul e vencedor do processo de privatização da TAP. Disponível em: <http://forbes.uol.com.br/negocios/2015/06/conheca-david-neeleman-ceo-da-azul-e-vencedor-do-processo-de-privatizacao-da-tap/>. Acesso em: 13 mai. 2018.

GARCIA, Thays. Como surgiu a responsabilidade social. Dialogus Consultoria, 2017. Disponível em: <https://www.dialogusconsultoria.com.br/como-surgiu-a-responsabilidade-social/>. Acesso em: 24 mai. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (2009). (Orgs). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Página Institucional. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/>, Acesso em: 04 jun. 2018.

JETPHOTOS. Disponível em: <https://www.jetphotos.com/photo/8115236>. Acesso em: 06 jun. 2018.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. Administração de Marketing, 12 ed, São Paulo, SP, Pearson Prentice Hall, 2006.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de Marketing: Conceitos, planejamentos e aplicações à realidade brasileira, São Paulo, SP, Atlas, 2006.

LISBÔA, P. K.; ROCHA, V. P.; PINI, Regina. Fissura lábio-palatal: uma revisão de literatura. Ciências da Saúde: Santa Maria, 2012.

LUCAS, M. R. Os sentidos e os limites da responsabilidade social empresarial: estudo de caso sobre os projetos do Instituto Algar. Revista Habitus: Rio de Janeiro, 2006.

MESSETI, Érica Sardinha. Azul também é rosa: campanha institucional pela conscientização à prevenção do câncer de mama. 2014. 71 f. Monografia. (Relações Públicas) – Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

MILES, Morgan. GOVIN, Jeffrey. Environmental Marketing: A source of Reputational, competitive and financial advantage, Vol. 23, p. 299-311, fevereiro 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fissura labiopalatal. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/cirurgia-plastica-reparadora/fissura-labiopalatal>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

MOTTA, C. A. M. S; NETTO, O. D. M; CARNEIRO, R. J. O desenvolvimento de estratégias para evitar riscos, obter ouro e tornar a concorrência irrelevante - O caso da “Azul”. Revista Unicuritiba, Curitiba - PA, v. 1, N° 11, janeiro 2011, p. 156-171.

ÔNIBUS BRASIL. Disponível em: <<https://onibusbrasil.com/rturismo/4445346>>, Acesso em: 06 jun. 2018.
OPERAÇÃO SORRISO. Página Institucional. Disponível em: <<http://www.operacaosorriso.org.br>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

PIRES, C. M.; PEREIRA, M. W.; LEITE, R. M. Os elementos da responsabilidade social empresarial e sua relevância para o consumidor. Revista de Gestão Social e Ambiental: São Paulo, 2015.

SEMPRE FAMÍLIA. Azul e Operação Sorriso se unem e atendem mais de mil pacientes com fissuras labiopalatinas. Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/azul-e-operacao-sorriso-se-unem-e-atendem-mais-de-mil-pacientes-com-fissuras-labiopalatinas/>>, Acesso em: 19 mai. 2018.

TRAVEL3. Azul ajuda operação sorriso a realizar 53 cirurgias em Mossoró (RN). Disponível em: <<http://www.travel3.com.br/sem-categoria/azul-ajuda-operacao-sorriso-a-realizar-53-cirurgias-em-mossoro-rn/>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

VIEIRA, R. F. Iniciativa privada no contexto social: exercício de cidadania e responsabilidade social. RP em Revista: Salvador, 2013.

VOLUNTARIADO AZUL. Página Institucional. Disponível em: <https://voluntariadoazul.v2v.net/>. Acesso em: 18 mai. 2018.

YOU TUBE. Azul Linhas Aéreas. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCaTnb3doCQk_PT7pYz29SNw>. Acesso em: 14 de mai. 2018.

YOU TUBE. Operação Sorriso. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCUkR9iDkie4oVh57z_Lb43w>. Acesso em: 17 mai. 2018.

BREVE ANÁLISE QUALITATIVA DE ALGUNS DOS PROCESSOS CRIMINAIS DE FORMIGA - MG ENVOLVENDO MULHERES NA PARTE INDICIADA: 1841-1871

Elimar Cosme do Espírito Santo¹
Silvia Maria Jardim Brügger²

Resumo – O objetivo principal do presente trabalho foi descortinar os aspectos diversos das vidas das mulheres residentes na cidade de Formiga (MG), atentando para o tipo de conduta “ideal” exigida oficialmente das mesmas ali. A fonte de pesquisa foram os processos criminais de 1841 a 1871 tramitados na região citada, que permitiram coletar dados diversos de mulheres, inclusive pobres, sendo analisados conforme a metodologia que os enxerga como ferramenta para análise tanto da História da Justiça como do cotidiano dos excluídos sociais. A metodologia referiu-se a coletar aspectos de falas explícitas dos envolvidos, testemunhas e autoridades, mas também nas entrelinhas das referidas falas, incluindo suas repetições, “mentiras” e aspectos aparentemente desnecessários. Os principais resultados foram a percepção de que o “modelo” de mulher “ideal” do local conectava-se ainda às ideias de passividade e recato femininos, mas também uma exigência de trabalho possivelmente para as mulheres pobres, o que parece contradizer a ideia de mulher passiva e confinada no lar.

Palavras-chave: Mulheres. Processos criminais. Conduta ideal.

1 INTRODUÇÃO

Trata-se o presente trabalho de um recorte de meu relatório final de Iniciação Científica. Por ser um recorte do relatório original, foram feitas algumas alterações e adaptações pontuais no texto, incluindo alteração da ordem de alguns parágrafos e frases, visando suprir as passagens eliminadas. Além disso, foram incluídos dados e fontes novas, para complementação do conteúdo discutido. Feitas as ressalvas, pode-se passar para a apresentação e delimitação do tema, objeto e objetivos do trabalho. Antes da “reviravolta” historiográfica do século XX, havia poucos estudos sobre as mulheres. Entre eles, Rachel Soihet destaca os de Michelet no século XIX, que pontuava haver desequilíbrio histórico caso as mulheres fossem para o espaço público e “usurpassem” os papéis masculinos. Com o Positivismo os estudos sobre o feminino foram ainda menores e, com os *Annales*, apesar de não se incorporar as mulheres à historiografia,

1 Graduando em História (bacharelado) pela Universidade Federal de São João del-Rei. Contato: elimar.csanto@gmail.com.

2 Docente do curso de História da Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Ciências Sociais (DECIS). (Orientadora)

foram dadas condições para uma incorporação futura. Para o Marxismo, por sua vez, não havia porque fazer análises separadas de homens e mulheres e, por isso, um campo de pesquisa sobre as últimas. A partir dos anos 1960, com os revisionismos marxistas envolvidos na História Social e consequente ideia de valorização dos estudos sobre os populares e excluídos, a situação começou a mudar. A história da mulher teve avanços com os novos campos de pesquisa surgidos, incluindo as histórias cultural e das mentalidades, incorporando-se a estes estudos o apoio de outras disciplinas. O feminismo, na mesma década, contribuiu para o avanço ainda maior do campo de pesquisa, havendo demanda por informações acerca das mulheres e fazendo-se, por isso, pressão para criação de cursos, palestras etc. Na década seguinte, surgiram estudos e cursos específicos sobre a área em países como EUA, Reino Unido, França e Brasil (SOHIET, 2011, p. 263-265). Soihet, baseada em Joan Scott, ressalta que a história das mulheres e o feminino influenciaram-se mutuamente. Até os anos 1970, identificava-se as mulheres enquanto uma identidade homogênea, o que favoreceu o feminismo por gerar um antagonismo homem/mulher. Todavia, no final da década, com cisões internas feministas, questionou-se a categoria “mulher” em prol da ênfase nas várias identidades diferentes, o que se conectava ao movimento historiográfico mais amplo de queda do “sujeito humano universal”. Além disso, até os anos 70, discutia-se a ação feminina enquanto passiva ou em reação à opressão patriarcal. Daí surge a necessidade, segundo Soihet, de superar esta dicotomia, realçando toda a complexidade da ação feminina (SOHIET, 2011, p. 265-266).

Será importante o amparo teórico da noção de *gênero*. Segundo Teresa de Lauretis, apesar de variar de cultura a cultura, o sistema de “sexo-gênero” sempre se relaciona a fatores sociais, políticos e econômicos (LAURETIS, 1994, p. 211). Para Joan Scott, é uma “categoria útil de análise histórica” por auxiliar a análise das relações entre os sexos e perceber que os papéis atribuídos a eles não são biológicos, mas construídos e impostos socialmente (SCOTT, 1995, p. 75). Ou seja, sendo necessário analisar cada contexto. Outras noções importantes são *usos, estratégias e táticas*, de Michel de Certeau. Para o autor, o uso ou consumo refere-se à forma silenciosa e astuciosa como alguém incorpora e ressignifica o que lhe é imposto, para fins novos e estranhos aos pensados pelo impositor. As estratégias, relacionadas a isso, visam “produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar” (CERTEAU, 1998, p. 92). Partindo de regras impostas e critérios próprios, as táticas podem chegar em novas situações estranhas às pensadas por quem as impôs, por meio de criatividade e improviso. Enquanto as estratégias partem de um “próprio” e resulta em uma autonomia capaz de reunir vantagens e planejar o futuro contra as adversidades, as táticas vêm da ausência do

“próprio”, de autonomia e capacidade de se manter e prever as circunstâncias futuras. Sendo, nesse caso, necessário jogar com as imposições a elas feitas (CERTEAU, 1998, p. 92-100).

O entendimento do objeto de pesquisa requer ter em mente as transformações no Brasil do século XIX. Dizendo de modo resumido, após a independência (1822) e criação do Império do Brasil, a tarefa era dar conta dos problemas administrativos e jurídicos herdados da Colônia e atender parte das expectativas da população. Assim, pode-se citar rapidamente a centralização política ocorrida com a Constituição de 1824, a descentralização ocorrida com as reformas liberais em fins do Primeiro Reinado e parte das regências, e a nova centralização com o Regresso Conservador, por meio da Lei Interpretativa do Ato Adicional (1840) e do Código do Processo em 1841. A partir da reforma de 1841, o projeto conservador era corrigir a alegada “anarquia” gerada pela reforma liberal. Visava-se manter a ordem e propagar a civilização e o progresso, o que para Ilmar Rohloff de Mattos significava, além de reprimir crimes e rebeliões, esquadrihar a população e reprimir vadios e desordeiros, ou seja, controlar mais de perto a população. Mais que isso, o projeto visava manter as relações dos senhores com escravos e a posse da terra com a minoria que tinha privilégios e raízes na Colônia e época da Corte no Rio, bem como a integridade do Império e a autoridade do Imperador (MATTOS, 1987, p. 281-282).

Além disso, segundo Hebe Mattos, na segunda metade dos Oitocentos houve aumento de negros e mestiços livres por causa, principalmente, do aumento da compra de alforrias. Com a abolição do Tráfico Atlântico de escravos (1850) houve não só encarecimento dos escravos, mas também concentração social da posse dos mesmos e intensificação do tráfico interno. Além do mais, houve aumento dos brancos pobres e deslegitimação da escravidão, quando foi quebrada a solidariedade branca no que se refere à sua identidade racial e à posse de escravos. Neste quadro de aumento da população de cor, esta não podia mais ser vista como “exceção controlada” e, assim, a cor deixou de ser critério de diferenciação entre ser livre ou não. Parou-se de mencionar a cor em documentos como processos criminais. Diante do novo quadro, os “significados da liberdade” se transformam, mesmo que ainda em oposição à condição de escravo. Por outro lado, com o fim do tráfico, tornou-se explosiva a capacidade escrava de negociar e pressionar pela alforria, assim como as mesmas aumentaram, em vez de reduzirem, como é de se esperar (MATTOS, 1998, p. 33-34, p. 95, p. 192).

Adotando como ponto de partida o tema “História das Mulheres”, podemos esclarecer ser nosso objeto de pesquisa a atuação feminina enquanto seres sociais em seu cotidiano, enfocando para isso as situações diversas ocorridas em processos criminais nos quais atuaram como indiciadas. O principal objetivo é historicizar fragmentos de trajetórias de vida diversas,

muitas das quais, por serem de mulheres pobres, silenciadas de fontes historiográficas como inventários e testamentos. Especificamente, objetiva-se fazer um panorama qualitativo de alguns dos documentos que mais chamaram-nos atenção, assim como perceber um pouco das práticas referentes ao feminino no local escolhido, a visão da comunidade e justiça às mulheres, entre outros aspectos. A relevância do trabalho é justificada com base no relativo ineditismo das fontes e também na escassez de estudos relacionados para a região selecionada, assim como a (esperada) possibilidade de incorrer em ganhos sociais referentes à atuação dos gêneros.

O recorte espacial é a cidade de Formiga e seus distritos, localizada no Centro-Oeste da província de Minas Gerais. Segundo Waldemar Barbosa, Formiga localizava-se na “Picada de Goiás”, sesmarias do caminho entre as vilas de São João del-Rei e Paracatu (BARBOSA, 1995, p. 227), povoadas a partir de 1737 em busca de ouro e expansão das atividades agropastoris (GAMBI, 2013, p. 49). Segundo Francisco Pinto, as sesmarias de 1737 foram abandonadas após ataques de índios e quilombolas, sendo realizadas expedições para destruição dos mesmos entre 1740 e 1760. O autor aponta o papel do português Inácio Correia Pamplona, que, em expedição feita em 1769 à região, ficou responsável por evitar novos quilombos, garantir a autoridade do rei no local, abrir caminhos, construir capelas, distribuir sesmarias etc. (PINTO, 2014, p. 73-74). A região citada fora efetivamente ocupada apenas após as expedições de Pamplona (BARBOSA, 1995, p. 39). Formiga, em específico, era localizada “a oeste do município anterior [Tamanduá], na cabeceira do Rio São Francisco” (HALFELD; TSCHUDI, 1998, p. 167). Por fim, a baliza temporal corresponde ao período de 1841 a 1871, intervalo entre a reforma criminal centralizadora de 1841 e a próxima reforma no último ano citado.

2 MATERIAL E MÉTODOS

As fontes usadas são os processos criminais do fórum da cidade mineira de Formiga, correspondentes ao período de 1841 a 1871.³ Tratam-se de manuscritos que estão higienizados

3 Os documentos encontram-se sob a guarda do Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC), localizado no Campus Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei. Coordenado pelo professor Dr.

e em bom estado, tendo sido catalogados em banco de dados até certo ponto. Convém, antes de mais nada, citar algumas noções metodológicas importantes. A primeira delas, de *crime*, refere-se, segundo Boris Fausto, ao “fenômeno na sua singularidade”, enquanto a segunda, *Criminalidade*, ao “fenômeno social na sua dimensão mais ampla” (FAUSTO, 1984, p. 9).

Ainda em relação ao crime, Keila Grinberg esclarece que é o “ato proibido” cujo significado e punições variam conforme a época e estão previstos nos códigos penais de dada sociedade (sendo preciso consultá-los). O *processo criminal* refere-se ao percurso do crime na polícia e justiça, sendo uma instância de controle oficial marcada por intencionalidades da última e seus atores. Grinberg pontua que, mesmo já antes usado, este documento teve uso generalizado para as análises históricas e antropológicas no Brasil a partir da década de 1980, contexto de efervescência e redemocratização, havendo desejo de analisar o cotidiano dos trabalhadores livres e escravos, mas também de difusão da História Social no país, tal qual no exterior, desde os anos 60. No último momento houve aproximação entre História e Antropologia, surgindo a “história vista de baixo” por mãos de marxistas britânicos (GRINBERG, 2012, p. 122-127).

Em relação à metodologia, o sociólogo Carlos Ribeiro ressalta haver duas correntes metodológicas sobre o processo-crime: uma de antropólogos e outra de historiadores. Entre os primeiros, com Mariza Corrêa e Yvonne Maggie, de modo geral (havendo peculiaridades) pontua-se ser a fonte fecunda apenas para a “História da Justiça” (RIBEIRO, 1995, p. 20), por conter distorções dos “manipuladores técnicos”⁴, o que prejudica a análise do cotidiano. Os “manipuladores”, conforme Corrêa, agindo a partir dos limites impostos pelas leis, mas com liberdade de escolher o que comporá o processo a partir das lacunas delas, elaboram a versão final que vai para o júri, preocupando-se em contemplarem a visão de mundo deste. A elaboração é feita de modo consciente para gerar inocentes ou condenados, coletando-se do fato

Ivan de Andrade Vellasco, o LABDOC realiza o projeto *Fórum Documenta*, um convênio feito com fóruns municipais com o intuito de higienizar, catalogar e restaurar as documentações pertencentes aos mesmos, o que também é feito com o acervo criminal de Formiga. AFF/LABDOC/UFSJ – Acervo do Fórum de Formiga/MG. Em processo de identificação pelo Projeto Fórum Documenta feito no Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC)/Universidade Federal de João del-Rei (UFSJ), Campus Dom Bosco.

4 Expressão de Mariza Corrêa (1983, p. 25) sobre os funcionários da justiça.

original aspectos que melhor se encaixem nos pontos de vista e “interesses pessoais e sociais” dos manipuladores técnicos. Por isso, para a autora, o processo criminal seria uma *fábula* com versões de um fato irrecuperável, estando perdidas as relações concretas por trás do crime. A perda dos dados cotidianos se dá porque as situações complexas ocorridas no mundo, quando capturadas por um processo e sua linguagem formal, são simplificadas em torno de duas versões de mesma base, a acusação e a defesa (CORRÊA, 1983, p. 23-26, 40, 41, 301, 306).

O debate não tem separações absolutas, já que Historiadores reconhecem a importância da ideia de que o processo criminal é uma construção cuja ligação com o fato originário é turva. Todavia, alguns também advogam o uso do documento para análise de aspectos cotidianos, inclusive dos mais pobres. Boris Fausto concorda com Corrêa sobre o ponto citado no início do parágrafo, alertando que o objetivo da análise não pode ser descobrir “verdades”, uma vez que a relação entre o fato-base e o que vai para o júri não é linear. O autor, porém, usa os dados quantitativos encontrados na fonte para obtenção de padrões e regularidades sociais (FAUSTO, 1984, p. 9, 21, 22). Em análise qualitativa, Sidney Chalhoub afirma que o foco analítico deve ser a construção das versões dos envolvidos enquanto portadoras de significados, contradições, mentiras e repetições que permitem penetrar no contexto e lutas de uma sociedade (CHALHOUB, 1986, p. 21-23). Sueann Caulfield enfatiza que as “mentiras” dizem muito da moral oficial de um local, já que certamente uma afirmação seria feita com a convicção do emissor de que seria bem-sucedida para o desenrolar processual (CAULFIELD, 2005, p. 39).

Assim como os historiadores citados, consideramos importante problematizar a fonte e encará-la como uma ficção produzida pelos envolvidos e justiça permeados pelos ideais de dominação, o que ajuda a ter em mente as constantes tentativas de aparentar valores e práticas. Coletamos os dados sobre as mulheres indiciadas contidos nas petições, testemunhos, interrogatórios e julgamentos, atentando para as entrelinhas, fimbrias, contradições, mentiras e construção das versões, o que permite detectar aspectos discursivos, mas também cotidianos. O critério de seleção de fontes foi de casos ocorridos de 1871 em diante e processos abertos até 1871. No marco inicial uma problemática foi que alguns processos abertos em 1841 tinham crimes ocorridos antes; por isso a escolha de casos ocorridos deste ano em diante. Para a análise qualitativa, o critério foi casos que apresentassem elementos mais flagrantes e passíveis de discussão. Foram as grafias dos nomes e palavras devidamente atualizadas aos padrões atuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o recorte espaço-temporal, foram encontrados 541 processos envolvendo homens e mulheres, dos quais os relacionados a mulheres perfazem um total de 182, ou 33,64%. Dividimos esse número em três categorias: “Crimes com mulheres vítimas”⁵, “Crimes com mulheres indiciadas”⁶ e “Crimes com mulheres na motivação”⁷. Escolhemos trabalhar com a segunda categoria, de mulheres indiciadas, que envolve um número de 50 documentos (27,47%). Escolhemos o segundo grupo por permitir melhor análise da participação social da mulher, já que as indiciadas, centro das investigações, tinham suas ações mais destacadas que as vítimas. Uma ressalva é a existência de casos “diretos” e “indiretos” no que se refere às mulheres indiciadas. Enquanto o primeiro caso é de mulheres indiciadas e investigadas diretamente, por vezes algum documento tinha dados “indiretos” sobre a participação feminina entre os indiciados. Há casos de mulheres citadas (pelas autoridades ou depoentes) como coautoras ou colaboradoras de crimes, mas não investigadas; e também há processos referidos a outros documentos (e contendo elementos deles) em que mulheres foram indiciadas e até condenadas. Apesar de a pesquisa de Iniciação Científica ter envolvido aspectos quantitativos e qualitativos das mulheres indiciadas (dados pessoais e ocupacionais), dos tipos de crime e motivação, e de análise das tramas processuais, para o presente trabalho escolhemos priorizar o último ponto. Sendo mais específico, serão analisados oito dos principais casos dos 50 documentos do recorte espaço-temporal. Será apresentada uma análise qualitativa de elementos encontrados nas petições, depoimentos e falas de autoridades, que permitirão descortinar parte dos discursos e estratégias de dominação relacionados ao gênero feminino no local e época.

Em 22 de abril de 1842, às cinco da manhã, na Rua do Sabão, Vila Nova da Formiga (MG), Francisco das Chagas (livre, 42 anos, que as testemunhas diziam ser miserável), o “Gago”, foi morto a facadas, enquanto dormia, por José dos Santos Leão (livre⁸, 40 anos, viúvo,

5 Incluídos os casos em que escravos de mulheres foram atacados, o que implicava em prejuízos às senhoras.

6 Ou citadas pelos envolvidos como entre os indiciados e nem sempre processadas.

7 Entre os exemplos há os casos passionais em que homens se agrediam por causa de alguma mulher.

8 Conforme nos explica Hebe Mattos, apesar das transformações de metade do século XIX com o fim do tráfico externo de escravos (1850), citando-se o “silenciamento da cor” ocorrido com o aumento de livres e forros de cor, a “experiência da liberdade” ainda se definia em oposição ao cativo (MATTOS, 1998, p. 34, 98). Assim, a condição de escravo era sempre mencionada na documentação, exceto em casos de escravos fugidos de outras regiões. Logo, quando não mencionada a condição dos personagens, optamos por considerá-los como livres.

vivia de esmolas, sendo antes carpinteiro). Luíza Maria da Conceição (livre, 42 anos, esposa da vítima, costureira e fiandeira), que, segundo testemunhas, era amante de Leão, teria sido a mandante. Ambos foram presos e, apesar da negativa da ré, Leão confessou ter agido a mando da mesma. Em vista da condenação do Júri, o Juiz de Direito condenou os réus à pena de morte, os quais apelaram ao Tribunal do Rio de Janeiro. O Imperador, porém, mandou cumprir a sentença. Leão foi enforcado, mas a execução da ré foi adiada após alegação de gravidez. Luíza teve a gravidez constatada, informando ter há seis meses relações com um preso de nome Quintiliano Ferreira Leandro, que passava por um buraco que havia feito na parede da prisão. A ré disse que pouco antes engravidara de Quintiliano da mesma forma, sofrendo um aborto. O promotor, alegando zombaria à Justiça, mandou realizar novo exame. O Juiz Municipal mandou deixar o tempo transcorrer para se ter maior solidez das provas. O processo termina sem informações do destino de Luíza.⁹

O caso de Luíza é um indicativo forte, para o recorte, de mulheres agindo ativamente de várias formas. É preciso tomar o cuidado alertado por Maria Odila Dias, de não ver esta ação “ativa” como atípica, incomum ou patológica, o que seria aceitar os discursos de dominação. Além disso, a autora pontua a necessidade de ver as mulheres como capazes de ação social autônoma, de integração e formação de redes de ajuda mútua, de constantes improvisos feitos nas fimbrias do sistema discursivo dominante sobre feminilidade. Por tudo isso, Dias ressalta o dever de desvelar aspectos omitidos pelos documentos oficiais e os preconceitos neles contidos (DIAS, 1995, p. 36, 49-51). Além da tática de eliminação do marido, vale destacar a gravidez. Caso fosse uma artimanha para fugir da morte, interessa destacar que se trataria, citando Rachel Soihet, de uma apropriação e inversão dos discursos de dominação feminina, muito relacionados à maternidade (SOIHET, 1997, p. 398-399) ou, segundo Michel de Certeau (1998), da tática de ação tomada por um personagem dominado, no caso uma mulher. Todavia, não é possível saber se foi uma artimanha ou não, o que também não deve ser o foco da análise. Por outro lado, é preciso pensar no tal modelo de mulher “ideal” para o local e época.

9 AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 8, doc. 31.

Em 1856, Faustino José da Rocha (livre, casado, 50 anos, vivia de fazer carretos com seu carro e viagens) acusou a esposa Maria Magdalena (livre e casada) e José Antônio Paim (livre, casado e recruta desertor) de adultério. Paim, segundo o queixoso, aproveitara-se de sua ausência para seduzir sua mulher, alugando uma casa em Formiga para viver com ela, sendo a situação vivida às vistas de todos, segundo as testemunhas. O ofendido disse que o réu era um sedutor de mulheres casadas que viviam em honra e recato. A primeira testemunha disse que a ré era tratada pelo marido com todo o necessário, assim como nunca ouviu falar que a ré, antes de abandonar o marido, tinha cometido faltas ou que alguém falasse de sua honra. Vê-se que a acusação tentava mostrar o ofendido como marido exemplar e o réu como desencaminhador de mulheres honradas. Destaca-se a ideia de que a mulher caía em desonra quando abandonasse o cônjuge. Prova disso é que o cerne da investigação não era tanto a reputação dos homens, mas sim o passado da mulher antes de abandonar o marido, se era honrada, bem quista etc. Aliás, quando se disse que antes não se ouvira falar da honra da ré, ao que parece, insinua-se que honrada era a mulher que era contida e prudente. Insinua-se, então, que, assim que foi seduzida e largou o marido para viver em concubinato, a boa conduta de Maria foi anulada. Portanto, depreende-se que o “ideal”, ao menos como discurso a ser demonstrado na arena judicial (para vencer o oponente ao final), era a vida de casada, o recato e a honra.¹⁰

Sobre a conduta feminina “ideal”, vale citar o autor Ronaldo Vainfas. Segundo o autor, a partir do século XVI países católicos e protestantes defendiam o casamento e a família associados ao patriarcalismo e “sociabilidade conjugal”, a fim de subordinar o cotidiano dos fiéis ao Estado e à religião. Originava-se, assim, um modelo “monárquico” de família, no qual o pai era o “monarca” e o “sacerdote” do lar. Segundo Jean-Louis François Flandrin, citado pelo autor, tal modelo existia desde inícios do cristianismo, do direito romano e da família judaico-cristã. Vainfas pontua que a moral tridentina propagandeava esta família “monárquica” e patriarcal como de direito divino, isolada do coletivo e marcada pela autoridade absoluta paterna, submissão “humilde” da mãe e obediência dos filhos. As raízes da misoginia eram antigas, refletindo o esforço em dominar as mulheres. A partir do século XVI, os moralistas

10 AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 19, doc. 2.

incentivavam, além do casamento cristão, a submissão da mulher, tida como um mal em potencial ao marido e que, caso não fosse dominada por ele, poderia arruinar-lhe com traição, desonra, gastos irracionais etc. Até porque, segundo manuais de atuação doméstica e conjugal da época, a mulher era inferior intelectualmente, devendo ser “governada” de modo cuidadoso e racional pelo marido. A este caberia a gestão integral do lar, podendo a esposa dar sugestões, mas devendo obedecer cegamente e estar isolada ao máximo do mundo externo. Vainfas ressalta que, na prática, muitas mulheres do Brasil colonial reagiam livrando-se de maus casamentos e tomando liberdades amorosas e sexuais. Contudo, muitas delas acabavam interiorizando normas misóginas em seu cotidiano (VAINFAS, 1997, p. 119-144).

Para o século XIX, em que nosso recorte de 1841 a 1871 se insere, Maria Ângela D’Incao enfatiza que, além de urbanização, ocorreu no Brasil a consolidação do capitalismo e ascensão de uma mentalidade burguesa, que colaborou para reconfigurar os valores familiares e domésticos, as atividades femininas e as formas de ver o amor. Houve mudanças na configuração das casas, valorizando-se o conforto e a privacidade, tanto que o homem burguês e sua família isolaram-se no privado. O Estado tomou “medidas higiênicas” pautadas no discurso médico que, de repercussão maior nas classes altas, visavam emular os preceitos de civilização à europeia no ambiente insalubre brasileiro. Nesta época, segundo a autora, surgiu uma “família burguesa” e uma “nova mulher”, assim como as casas ricas abriram-se a eventos públicos e as próprias senhoras abastadas passaram a frequentar eventos sociais (D’INCAO, 1997, p. 223-230). As palavras da autora são importantes, mas é necessário flexibilizá-las, já que certamente não houve absorção rápida de tais medidas (ainda mais nos locais afastados), muitas das quais não devem ter ultrapassado o âmbito dos discursos. Além disso, é importante pensar no tamanho do país e, conseqüentemente, a diferença regional de absorção de tendências.

Silvia Brügger (1995), trabalhando com as transformações da moral conjugal no Bispado do Rio de Janeiro entre 1750 e 1888, traz dados importantes. Analisando o alcance como discurso ou prática dos discursos tridentino, romântico (predominante no Brasil da segunda metade do século) e médico, percebe que, em todos eles, basicamente da mulher esperava-se submissão, matrimônio, maternidade e castidade. É claro, como abordado pela autora, que houve especificidades, confluências e rearranjos desses discursos conforme a realidade brasileira. A autora ressalta que os românticos brasileiros contrapunham ao casamento por interesse socioeconômico (até então predominante) e escolha familiar àquele por amor entre os cônjuges e de escolha individual. Todavia, para a autora, no recorte analisado o casamento romântico foi mais discurso do que prática, predominando a união por interesse

socioeconômico. Em relação às transformações conjugais, esclarece que se inseriram no conjunto de mudanças ocorrido no Brasil oitocentista, sendo destacadas as ocorridas após 1808, após a Independência e após 1840, principalmente no Rio de Janeiro. Houve abertura às ideias europeias, desenvolvimento de infraestrutura, economia, cultura, política (liberalismo), vida social e hegemonia do Centro-sul. O Romantismo refletia algumas influências liberais: valorização do indivíduo e sua felicidade etc. Todavia, em um país rural de interesses comandados pela aristocracia agrário-escravista, o individualismo não veio ao mesmo tempo que a consolidação da ordem burguesa. Algumas das ideias europeias (romantismo, por exemplo) foram adaptadas à realidade do país (BRÜGGER, 1995, p. 41-73).

Sobre o discurso médico, Magali Engel fala do reforço científico dado, principalmente na segunda metade do Oitocentos, à oposição entre homens (ativos, racionais e inteligentes) e mulheres (sentimentais e irracionais). Assim, embasou-se como biológicos aspectos “femininos” de beleza, fragilidade, submissão e uma ambiguidade na qual a mulher seria portadora, transgressora ou não, de perfídia e amoralidade (como Eva). Por isso, era imprevisível à medicina e perigosa à sociedade e moral, sendo preciso uma rígida disciplina normatizadora a fim de garantir que não fugisse à “obrigação” de “esposa-mãe” (ENGEL, 1997, p. 332). Silvia Brügger ressalta que o modelo médico não teve grande circulação no Brasil mesmo como discurso, talvez por ser distante da realidade do país (BRÜGGER, 1995, p. 63-71). Sobre as mulheres pobres, Martha Esteves, trabalhando com a virada do século XIX para o XX, sublinha que as do Rio de Janeiro tinham contato com muitos dos ideais dominantes e por vezes tentavam aparentá-los na arena judicial para terem chances de vitória. Todavia, a autora percebeu a formação de uma “cultura popular” autônoma a partir das condições de vida dessas pessoas, na qual havia hábitos culturais próprios sobre assuntos como corpo, virgindade e honestidade (ESTEVES, 1989). Ideia parecida é defendida por Maria Odila Dias, sendo destacada a importância dos improvisos e dos hábitos de mulheres pobres na São Paulo de fins do século XVIII e todo o XIX em burlar o sistema e as regras a fim de sobreviver (DIAS, 1995).

Ou seja, percebe-se que, segundo os autores citados, grosso modo no século XIX exigia-se ao gênero feminino ainda a pureza e castidade, bem como o casamento e a maternidade. Tudo isso, é claro, com variações segundo o contexto e grupo social e mesmo com discrepâncias em relação às práticas cotidianas mesmo das mulheres ricas. Alguns destes elementos ficam visíveis nas fontes, nas falas das autoridades judiciais e dos envolvidos, os quais, mesmo que não praticassem cotidianamente o que dissessem, certamente sabiam o que deveria ser dito diante da justiça. Ou seja, sabiam qual o modelo oficial exigido. Enriquecendo a análise, em

outros casos percebe-se um contraponto entre prostituição/vida desregrada/ociosidade e trabalho/pacificidade. Em 1841, no distrito de Bambuí, Vila Nova da Formiga, Rosária Maria da Conceição (livre) foi acusada de furto por José Hipólito da Silva Caldas (livre, proprietário e negociante). Segundo testemunhas, a ré era conhecida por sua vida ociosa, vivendo de furtar roupas e animais, seduzindo pessoas para isso (incluindo escravos), sendo referida como prostituta e ladra de vida desregrada.¹¹ Miquelina Pereira da Silva (livre, casada, 60 anos, fiandeira e tecedeira), a “Miquelina do Sapé”, foi acusada em 1864 de seduzir filhas alheias em Formiga a sair da casa dos pais para entrar na prostituição, inclusive a filha do denunciante Camilo Rodrigues da Costa (livre), a menor Maria Cândida (livre).¹² Seria o caso de chamar de “prostituta” qualquer moça que fugisse do poder do pai ou do marido? Ou talvez de que quem não tivesse uma ocupação “honesta”? No último caso citado, faz-se várias vezes o contraponto entre prostituição e trabalho. Mas isso valia para quem? Para pobres?

Quanto ao trabalho, há casos interessantes como o de Maria Luíza (livre, viúva, 26 anos, costureira e fiandeira) e Ana Inês (livre, casada, 28 anos, vivia de serviço doméstico¹³) em 1864 na rua do Rosário (Formiga). Na defesa de Ana Inês, o advogado, além de frisar como as testemunhas atribuíam à sua cliente o caráter de mulher pacífica que só cuidava da família e dos filhos, enfatizou como era “casada, honesta e trabalhadeira”¹⁴, refletindo o modelo de mulher que almejava apresentar e que, certamente, entendia como traria a absolvição à ré. Em outro caso, também em Formiga, Florinda Francisca do Carmo (livre, solteira, 50 anos, vivia de seu trabalho) e a filha Helena Maria da Conceição (livre, solteira, 15 anos, vivia de seu trabalho) foram acusadas de andarem embriagadas e ofenderem a honra das famílias. Para a primeira testemunha foi perguntado se as rés trabalhavam, se eram prostitutas etc.¹⁵ Em 15 de maio de 1860, Luíza Maria da Conceição (livre, 20 anos, casada, costureira) foi agredida a facadas e porretadas por Carolina Bernardina (livre, negra, fiandeira, lavadeira e aceitava

11 AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 7, doc. 27.

12 AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 24, doc. 23.

13 No interrogatório disse viver de “fiar, coser” e educar os filhos”. AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 24, doc. 18.

14 AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 24, doc. 18.

15 AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 30, doc. 18.

qualquer trabalho) na rua do Sapé (Formiga). Algumas testemunhas, mesmo não perguntadas, enfatizavam como, além de querida, a ré era trabalhadora¹⁶. Por fim, em 28 de janeiro de 1848, na Rua do Rosário, Vila da Formiga, às sete horas da noite, Rita Maria da Conceição (livre, negra, vivia de seu trabalho) foi agredida por Lucinda de Tal (livre, amasiada). Segundo a quarta testemunha, a ofendida teria dito que a ré ficava “batendo perna à toa”¹⁷.

Pode-se realçar o fato de tantos funcionários da justiça ou testemunhas (muitas falando sem serem perguntadas) fazendo menção ao trabalho feminino como algo de se esperar dessas mulheres, assim como o fato de todos os últimos casos citados referirem-se ao núcleo urbano de Formiga. Assim, mesmo que mentissem, essa exaltação ao trabalho denota que os depoentes possivelmente acreditavam que deviam falar aquilo, o que por si só indica que o discurso oficial exigia trabalho dessas pessoas. Mas exigia isso apenas de pessoas pobres? Apesar de não termos certeza quanto à riqueza ou pobreza das personagens, há indícios de pobreza da maioria a partir dos dados profissionais e pessoais. Logo, seria indício de tentativa oficial de controlar essas pessoas, citando novamente as palavras de Ilmar Rohloff de Mattos (1987), por isso o empenho em rotular e punir as “prostitutas de vida desregrada”? Seria, no local, uma preocupação apenas para o urbano ou também para as áreas rurais? Isso não seria contrário ao modelo de passividade feminina e dedicação exclusiva ao lar e filhos?

Apesar das dificuldades oferecidas pela fonte, um caso ocorrido em Formiga que, apesar de não ter entrado no escopo de fontes (por ter apenas uma mulher enquanto vítima e não indiciada), é bastante interessante ao nosso estudo. Em 6 de fevereiro de 1865, em Formiga, José Manoel Soares (livre, negociante, casado) prestou queixa de injúria contra o Tenente Coronel José Ferreira Pires (livre, comerciante, casado, 41 anos). Na petição inicial, Soares alegou ter o réu, em sua ausência, entrado em sua casa e tentado seduzir sua esposa, D. Maria Thomasia Soares. Supostamente conhecido publicamente por atentar contra a honra das mulheres e “paz das famílias”, o réu teria abusado da confiança depositada nele pela esposa do ofendido, visto que, por terem um “parentesco espiritual” (eram compadres), este deveria ter

16 AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 23A, doc. 4.

17 AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 14, doc. 1.

ainda mais respeito. Porém, o acusado, a fim de satisfazer “a seus brutos e sensuais desejos” e esquecendo-se de “sua idade, do seu estado, de sua posição, [...] das conveniências tão necessárias a guardar-se na ordem social, [...] da moral, e do respeito que se deve guardar a uma Senhora Casada, que tem sempre trilhado a senda da honra, e da virtude”¹⁸, teria tentado conduzir a esposa de Soares à prostituição e a trair o marido. Caso tal feito se concretizasse, segundo o ofendido, sua família seria lançada ao rol da infâmia e desprezo público. Neste ponto é possível perceber uma exaltação à mulher honesta e virtuosa que, sempre fiel ao marido, seria guardiã da honra do marido e família, haja vista que, caso desrespeitasse tais atribuições e cedesse à prostituição, certamente mergulharia a honra do marido e da própria unidade familiar na desgraça e desprezo público. Há aí um claro indício da moralidade vigente. Como foi o próprio ofendido a dar a queixa, e não um procedimento *ex-officio*, percebe-se haver importância à questão. Caso não o fosse para o mesmo, este provavelmente não acionaria a justiça. Todavia, tal falta de importância poderia verificar-se, mas não importa tentar adivinhar o que se passou em sua cabeça, mas sim a possibilidade de, por ser comerciante e, como tal, lidar com a comunidade e depender dela, ser diretamente pressionado a tomar uma atitude a fim de evitar um ataque direto à sua honra e prestígio social, o que poderia acarretar prejuízos não apenas nos negócios. A defesa do réu igualmente salientava que o réu era honrado e respeitador especialmente de senhoras casadas e como tratava-se tudo de uma armação.

Este caso contribui para enriquecer nossa problematização, haja vista demonstrar a existência de pessoas, certamente, de mais posses, preocupadas com o prejuízo que uma ofensa à honra poderia trazer-lhes principalmente para os negócios. Além disso, é interessante destacar como neste processo não se interrogou a esposa do ofendido, que sofrera a suposta tentativa de sedução, assim como, em diferença dos casos citados anteriormente, as autoridades, os envolvidos e as testemunhas não mencionaram o trabalho feminino. Uma hipótese é haver diferença para mulheres ricas e pobres, ou para mulheres ofendidas ou rés. Todavia, é necessário ter o cuidado de não criar uma falsa dicotomia entre ricos e pobres (no que se refere aos discursos sobre mulheres) porque: 1) precisa-se analisar mais casos com mulheres ofendidas

18 Petição de José Manoel Soares. AFF/LABDOC/UFSJ, CX. 25, doc. 22.

e réis; 2) o processo criminal da época não permite ter certeza da riqueza ou pobreza dos personagens (apesar de ser legitimador citar riqueza, como no caso). Apesar disso, vale a pena perceber a existência destas nuances e buscar melhor delineá-las com futuros estudos.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho tratou-se de um recorte de um relatório mais detalhado, sendo priorizados os aspectos qualitativos de oito dos 50 processos em detrimento das quantificações também feitas. Por isso, as conclusões assemelham-se às do relatório original, mas não têm todas as constatações do mesmo. Dos processos analisados, percebe-se como Formiga, afastada dos grandes centros do Império, revela mulheres batalhando pela sobrevivência diária como certamente em outros locais interioranos ou urbanos e vivendo ativamente suas relações sociais em seu cotidiano ou quando tramavam crimes de furto, assassinato etc. Entre as personagens, há as que brigavam, insultavam, embriagavam-se e mesmo tramavam formas de eliminar os companheiros. Por isso, por vezes eram processadas, caindo nas teias de uma justiça à serviço dos dirigentes imperiais (à esta altura conservadores), preocupada em consolidar a ordem e eliminar os focos de perturbação. Chama a atenção como em meados do século o discurso de dominação sobre a mulher girava ainda em torno de ideias de passividade, recato e matrimônio. Certamente, muitas mulheres conheciam os discursos, ou praticavam-nos, já que por vezes enfatizavam aspectos de trabalho, honra e recato, talvez apenas para não serem presas. Também chamam a atenção as menções e exaltações ao trabalho feminino, por vezes espontâneas ou após pergunta dos inquisidores. Para afirmar se havia diferença de tratamento oficial para mulheres pobres ou ricas, o que certamente ocorria, são necessários mais estudos e fontes. Por enquanto, pode-se destacar a comparação entre os oito processos nos quais há a presença de mulheres que trabalhavam em ofícios como costureiras, fiandeiras, lavadeiras e cozinheiras, muitas certamente mais pobres, com um caso em que a ofendida e o ofendido tinham mais posses. Estudos como esse são provavelmente importantes para jogar luzes sobre fontes relativamente inéditas, assim como fomentar conhecimento e debates que impactem o exercício da cidadania de grupos sociais atuais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia LTDA, 1995.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Valores e vivências matrimoniais**: o triunfo do Discurso Amoroso. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. 3. ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. L. M. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ENGEL, Magali Gouveia. Psiquiatria e Feminilidade. In: PRIORE, M. L. M. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

GAMBI, Marcelo Nascimento. **Fronteiras em Movimento**: a ocupação espacial no sertão mineiro da Picada de Goiás, c.1740 - c.1800. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johan Jakob von. A província brasileira de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e Impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1987.

PINTO, Francisco Eduardo. **A hidra de sete bocas**: Sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento das Minas Gerais (1750-1822). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Cor e criminalidade**: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Trad: Guacira Lopes Louro (versão em francês). Ver: Tomaz Tadeu da Silva (de acordo com o original em inglês). Revista Educação; Realidade. Porto Alegre, vol. 20, número 2, jul./dez. 1995.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: PRIORE, M. L. M. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FONTES PRIMÁRIAS

AFF/LABDOC/UFSJ – Acervo criminal do Fórum de Formiga/MG. Em processo de identificação pelo Projeto Fórum Documenta feito no Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC)/Universidade Federal de João del-Rei (UFSJ), Campus Dom Bosco.

CENTRO DE MEMÓRIA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E DA IRMANDADE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA DE VASSOURAS - “DR. JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA LEITE”¹

José Antonio da Silva²
Ângelo Ferreira Monteiro³

Resumo – Neste artigo apresentamos o Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, da Freguesia de Vassouras, a partir da organização dos livros de registros e processos de matrimônio e administrativos desta Freguesia criada em 1837. Justificamos a necessidade da criação deste espaço de pesquisa, devido ao número crescente de pesquisas científicas relacionadas ao Vale do Paraíba Fluminense nas duas últimas décadas, especialmente sobre a cidade de Vassouras-RJ. Para inclusão de documentos inéditos no Acervo, aplicamos a mesma metodologia desenvolvida pelo Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra (CDH/USS), uma vez que a codificação da documentação já foi citada em trabalhos de pesquisa durante o tempo em que ficou no CDH e posteriormente no IPHAN. O principal embasamento teórico está em Michel Foucault e Jacques Le Goff, que “a partir do modo como se fez no século XX a crítica da noção do facto histórico, que não é um objeto que surge concluído visto resultar da construção do historiador, assim se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um documento bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é um monumento”. E completam que “o próprio arquivo dos documentos sofreu uma revolução com o recurso ao computador”. Com principal resultado temos a disponibilização do acervo *online* e a garantia desse acesso para pesquisadores e interessados na história desta região do Vale do Paraíba Fluminense.

Palavras-chave: Preservação. Metodologia de Organização de Acervo. Igreja Católica.

1 INTRODUÇÃO

1 O presente artigo é fruto do resumo simples aprovado para apresentação sob forma de pôster no XVII Encontro de Iniciação Científica de 2018 da Universidade de Vassouras, Vassouras-RJ e também da pesquisa do segundo autor.

2 Doutorando em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Católica Argentina – UCA; Mestre em Direito Canônico pela Universidade Gregoriana de Roma, Diploma Revalidado pela Universidade Católica de Petrópolis -UCP ;Vigário Geral da Diocese de Valença-RJ; Pároco de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras-RJ; Sócio Correspondente da Academia de Letras de Vassouras – ALV e Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras – IHGV.

3 Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra – USS, Professor Assistente III, Pesquisador e Editor Executivo da Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades da Universidade de Vassouras, Coordenador do Projeto de Pesquisa “Família e Religiosidade: A importância da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras no século XIX. Titular da cadeira nº 7 da Academia de Letras de Vassouras – ALV – Patrono Casimiro Cunha e Membro Colaborador do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras – IHGV. Patrono da Cadeira nº 7 da AJLV – Academia Juvenil de Letras de Vassouras.

O presente artigo tem por objetivo apresentar e divulgar o Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras (PNSCV) e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras (INSCV), como mais um espaço para a realização de pesquisa sobre a região do Vale do Paraíba Fluminense criado a partir da organização dos livros de registros e processos de matrimônio e administrativos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras criada em 1837⁴. Anteriormente a esta Freguesia, a Igreja do povoado de Vassouras era ligada eclesiasticamente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Sacra Família do Tinguá (hoje distrito do município de Engenheiro Paulo de Frontin e pertencente da Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda).

O Compromisso da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, da Freguesia de Vassouras foi aprovado em 08 de janeiro de 1840 pelo Monsenhor da Santa Igreja Catedral e Capela Imperial do Rio de Janeiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e Vigário Capitular Sede Vacante, com aprovação do Presidente da Província do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1840 e registrado em cartório de Vassouras em 10 de março de 1869 nas folhas 39 a 49 do livro competente. Com a atualização aprovada no dia 12 de agosto de 1901, pelo Bispo de Petrópolis, Dom Francisco do Rego Maia e foi Registrada no Cartório do 1º Ofício de Vassouras, hoje 4º Ofício de Notas nº 39, folhas 032v/033, registrado em 06/12/1928, onde consta o Compromisso da Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e seus documentos anexos.

Nas últimas duas décadas do século XX, a Irmandade apresentou dificuldades para continuidade de suas atividades, com destaque para a eleição da nova mesa diretora, que não foi realizada em 1989, conforme determinava os artigos do Estatuto Nº 07 e Nº 34, o que levou à sua intervenção em 10 de novembro de 1990, pelo Bispo Diocesano Dom Elias James Manning que nomeou para primeiro interventor Monsenhor Pedro Higino Dias Diniz que foi o interventor de 10 de novembro de 1990 até o dia 03 de junho de 2001 e em seguida foi nomeado

⁴ TAMBASCO, José Carlos V. A Vila de Vassouras e as Freguesias do Tinguá - Um Abordagem social e econômica dos tempos da colonização. Vassouras: Editor Autor, 2004.
e MONTEIRO, Angelo Ferreira. Vassouras – Origens do Povoado até o Centenário de Elevação a Cidade. Revista Mosaico, v. 3, n. 2, 2012. p. 30

o Padre José Antonio da Silva que após 17 anos como interventor lançou edital de Convocação para Assembleia Geral, que foi realizada no dia 23 de novembro de 2017 que deliberou a eleição da nova Mesa Administrativa para o período de 01/02/2018 à 31/12/2020, a reforma e alteração do Estatuto da Irmandade Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras de acordo com o Código Civil Brasileiro. No dia 26 de março de 2018, foi lançado Edital de Convocação para Assembleia Geral que foi realizada no dia 02 de abril de 2018, onde foi feita a leitura do Estatuto da Irmandade e votada sua aprovação. Aos vinte e quatro de abril de 2018, foi realizado a o registro do Novo Estatuto no Cartório do 1º Ofício de Vassouras – Registro Civil de Pessoa Jurídica, com o Nº 366, no Livro A-3.

Com o retorno de suas atividades religiosas e também culturais, esta instituição quase bicentenária, tem entre suas responsabilidades a manutenção de atividades na Igreja Matriz de Vassouras, onde são realizadas apresentações de orquestras, corais, entre outras. Este patrimônio cultural de Vassouras, divulga a história da cidade por meio de folders desenvolvidos por pesquisadores e alunos, possui ainda uma sala de arte Sacra, uma galeria com a história e quadros de personalidades locais, o Centro de Memória e o seu cemitério do Oitocentos, onde encontramos verdadeiras obras de arte em mármore de carrara.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para inclusão de documentos inéditos no Acervo do Centro de Memória a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, da Freguesia de Vassouras, utilizamos a mesma metodologia utilizada quando o acervo estava no Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra, uma vez que a codificação da documentação já foi citada em trabalhos de pesquisa durante o tempo em que ficou no CDH da USS e no IPHAN, o acesso ao acervo era realizado pelo código ou pela busca de nomes e sobrenomes na base de dados desenvolvida por alunos do Curso de Sistemas de Informação da USS.

Destacamos que ao realizar a catalogação, ao optar pela metodologia supracitada, mantivemos a normatização da escrita dos nomes da forma mais simples e usual, além da retirada de acentos ortográficos, cedilhas entre outros, buscando assim garantir o acesso a mais documentações possíveis relacionadas a determinada pessoa ou família. Ex.: Mattos, passamos para Matos.

Após a organização do acervo em uma planilha, esta foi transferida para a um gerenciador de acervo para disponibilização *online* do acervo.

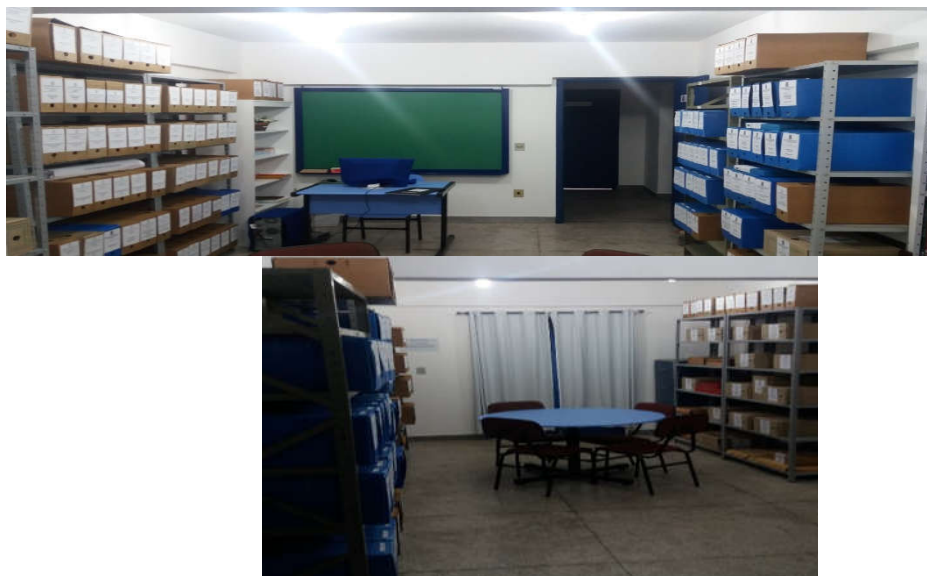
Ainda em 2016, a Paróquia e a Irmandade contrataram uma empresa para digitalização dos livros de batismo, óbito e casamentos, tanto de livres quanto de escravos, com o objetivo da criação de uma plataforma em nuvem de todo o acervo, buscando a preservação dos originais, pela realização da pesquisa *online*.

De março a junho de 2016, o Prof. Carlos Frederico Marques Alves realizou a higienização, organização e catalogação da documentação que se encontrava arquivada em pastas de polionda e outras avulsas, todas guardadas em um armário da sacristia da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, sob a orientação do Prof. M.^e Angelo Ferreira Monteiro. Este trabalho propiciou a inclusão de documentos inéditos ao acervo da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, proprietária e mantenedora da Igreja Matriz de Vassouras e do Cemitério mais antigo do município.

A bibliotecária Maria Lucia do Val Carvalho realizou toda a organização nas estantes dos livros e organização das caixas com os registros de assentos e processos de casamento nas estantes, inserindo a documentação organizada pelo Prof. Carlos Frederico Marques Alves e atualmente recebe no Centro de Memória, grupos de escolas e pesquisadores por meio de agendamento prévio.

O Centro de Memória da Paróquia e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, da Freguesia de Vassouras conta ainda com uma equipe multidisciplinar voluntária formada de Bibliotecária, Historiador, Técnico de Segurança do Trabalho, Analista de Sistemas, Filósofo e Teólogo:

- Filósofo/Teólogo e Coordenador: Pe. José Antonio da Silva
- Bibliotecária: Maria Lúcia do Val Carvalho
- Historiador: Angelo Ferreira Monteiro
- Técnico de Segurança do Trabalho: Carlos Alexandre das Chagas
- Analista de Sistemas: Marcelo Pinto Pereira



Figuras 1 e 2 - Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras - “Dr. Joaquim José Teixeira Leite. Fotos: Angelo Ferreira Monteiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, da Freguesia de Vassouras foi organizado pela primeira vez na década de 1980, por alunos do Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vassouras, mantida pela Fundação Educacional Severino Sombra – FUSVE (mantenedora da Universidade Severino Sombra - USS, atualmente Universidade de Vassouras), com a coordenação da Prof.^a Dr.^a Marilda Corrêa Ciribelli e da Prof.^a M.^a Sônia Violeta de Andrade Motta, responsáveis pela criação do Centro de Documentação Histórica – CDH/FUSVE). Após esta organização do acervo, este foi devolvido para a Paróquia que o guardou em suas dependências, até que em 2001 firmou Termo de Cooperação Técnica com o Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra – USS, registrado no Cartório de Notas e Registro de Documentos do Primeiro Ofício de Vassouras, no dia 11 de junho de 2001, com o objetivo de este ficar com a guarda do acervo, limpeza, classificação, reparo, reorganizando-o e disponibilizando-o à pesquisa. Sendo o Pároco da época e Interventor da Irmandade, o Pe. José Antonio da Silva e Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra, o advogado e professor, Dr. Américo da Silva Carvalho.

No início de 2014, foi rescindido o Termo de Cooperação Técnica, devido à extinção do Centro de Documentação Histórica (CDH/USS), passando a guarda da documentação ao Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN de Vassouras/RJ.

No ano de 2016, por uma decisão da Paróquia e da Irmandade, o acervo voltou para a sua guarda, sendo disponibilizada a sala 03 no Centro Paroquial de Pastoral São Paulo Apóstolo para a criação do Centro de Memória Paroquial, onde tivemos a oportunidade de incluir documentos inéditos da Irmandade que estavam guardados em armários e pastas na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

A criação do Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, fez-se necessária, devido ao número crescente de pesquisas relacionadas ao Vale do Paraíba Fluminense nas duas últimas décadas, especialmente sobre a cidade de Vassouras-RJ.

Vassouras no século XIX se tornou um grande centro urbano com seus casarões e fazendas de café, por meio do trabalho de famílias comprometidas com o desenvolvimento da então vila de Vassouras, com todos os tipos de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, algo inimaginável para uma vila do interior, uma vez que estes estabelecimentos eram encontrados com facilidade somente na Corte Imperial do Rio de Janeiro⁵.

De acordo com Christine Nougaret no artigo intitulado *“Les archives privées, éléments du patrimoine national? Des séquestres révolutionnaires aux entrées par voies extraordinaires un siècle d’hésitations”* [*apud Archives et nations dans l’Europe du XIXe siècle, Actes du colloque organisé par l’Ecole nationale des chartes (Paris, 27-28 avril 2001), réunis par B. DELMAS et C. NOUGARET, Paris, École des chartes, 2004*]: “Na Europa do século XIX, a ligação entre a afirmação da Nação e a criação de arquivos nacionais é um dado geralmente aceitos, os arquivos aparecem como os atributos de soberania e simbolizando a identidade comum.” (DELMAS e NOUGARET *apud* NOUGARET, s/d.).

Rodrigues (2006) cita no trabalho intitulado “A teoria dos arquivos e a gestão de documentos” cita o Dicionário de Terminologia Arquivística da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1996), sobre o princípio de proveniência (que) é o “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade,

⁵ MONTEIRO, Angelo F. **Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX - O Caso Benatar**. 1ª Reimpressão. Vassouras: Editor Autor, 2015.p. 48-51.

não sendo misturados aos de origem diversa” (p. 61). Assim justifica-se a necessidade de criação e manutenção deste centro de memória, uma vez que a permanência em seu local de origem evitará a possibilidade da documentação ser incluída em outro fundo ou mesmo dispersão e até mesmo a perda de documentos.

Michel Foucault e Jacques Le Goff (*apud* LE GOFF, 2000, p. 11), afirmam que a partir do

modo como se fez no século XX a crítica da noção do facto histórico, que não é um objecto que surge concluído visto resultar da construção do historiador, assim se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um documento bruto, objectivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é um monumento (*apud* LE GOFF, 2000, p. 11).

E completam que o próprio arquivo dos documentos sofreu uma revolução com o recurso ao computador (*apud* LE GOFF, 2000, p. 11).

Assim, para criação e manutenção de um centro de memória, no nosso caso o Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, da Freguesia de Vassouras está a necessidade de salvaguardar o acervo da Paróquia e da Irmandade com o intuito de disponibilizar os documentos de forma *online*, buscando valorizar a memória local com o objetivo de resgatar o valor de pertencimento da população local. No entanto, a maior parte da documentação em questão refere-se a um período considerado de maior importância para a História do Brasil Imperial, sendo a cidade em que se encontra o acervo, destaque entre as cidades do Vale do Paraíba Fluminense, atualmente conhecido por questões turísticas como o “Vale do Café”.

O Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, da Freguesia de Vassouras denomina-se Dr. Joaquim Teixeira Leite – Bacharel em Direito, Comendador, presidente da Câmara Municipal de Vassouras e Procurador Geral do Patrimônio da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, pela preocupação com a manutenção dos arquivos, para valorização da história e da memória local.

O Dr. Joaquim José Teixeira Leite na prestação de contas de sua legislatura como presidente da Câmara de Vassouras, na sessão ordinária e de posse realizada no dia 07 de janeiro de 1849, faz a seguinte declaração:

Ainda que a lei não exija, positivamente, o relatório da administração municipal quando uma Câmara a entrega à sua sucessora, a natureza das coisas o pede, além de que os futuros habitantes de Vassouras terão curiosidade de conhecer a história de sua

vila e município, e como o único meio de conhece-la são os arquivos da municipalidade, cumpre que estes digam alguma coisa. (...) (BRAGA, 1975. p. 119).

Corroborando a proposta do Dr. Joaquim J. T. Leite, disponibilizando o acesso e resgatando esta memória, estamos garantindo às próximas gerações a possibilidade de conhecimento do seu passado por meio do acervo *online* da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, como um dos arquivos do município de Vassouras.

O mesmo Dr. Joaquim J. T. Leite foi responsável pela organização da escrituração da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, no momento em que foi procurador Geral desta Instituição que estava sem os registros administrativos por mais de 20 anos (MONTEIRO, 2015. p. 66).

Le Goff afirma ainda que

toda a história é contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, ao seus interesses; isso não só é inevitável mas também legítimo. Dado que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente (LE GOFF, 2000. p. 50).

E sobre Memória, Brum (2006 p. 76) defende que “estamos imbricados em novo e desafiante quadro de propostas: a função cognitiva da imaginação na constituição da memória, para não dizer, do conhecimento”.

4 CONCLUSÃO

Em nossas considerações finais, podemos descrever satisfação e também a grande responsabilidade enquanto cidadãos em salvaguardar, organizar e disponibilizar o acervo do Centro de Memória Paroquial – Dr. Joaquim José Teixeira Leite, buscando atender aos apelos deste patrono ainda no século XIX, que deixou um legado documental para História do Brasil Imperial, por meio de sua tenacidade, demonstrando a necessidade do registro das atividades naquele momento na área legislativa e que no nosso caso, os registros da Irmandade que completam o acervo do Centro de Memória com os livros de registro de batismo, casamento e óbito da Paróquia.

Uma parte da digitalização já foi realizada e estamos na fase de organização da base de dados para disponibilizar o acervo *online* do Centro de Memória, onde buscamos garantir o acesso *online* para pesquisadores e interessados na história desta região do Vale do Paraíba Fluminense.

O grande desafio de todas as instituições guardiãs de fontes primárias da história é a conscientização e responsabilidade dos seus dirigentes em criar políticas e projetos de preservação, restauração e digitalização para disponibilização do acervo para pesquisadores e demais cidadãos interessados, desde que, com o apoio de pessoas habilitadas voluntárias ou remuneradas. Temos ainda, poucos acervos deste tipo com as condições mínimas de armazenamento, organização, conservação e acessibilidade.

Esperamos que este trabalho seja referencial para outras dioceses e paróquias ou instituições religiosas, públicas e privadas que detêm fontes primárias para a construção da história e que elas possam organizar, preservar e disponibilizar para a pesquisa e construção da identidade e cidadania em nosso país.

REFERÊNCIAS

BRUM, Rosemary Fritsch. História e memória: a soldadura da imaginação. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 75-84, junho 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1301/1006>. Acesso 20 AGO 2009.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA. Convênio entre a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e a Fundação Educacional Severino Sombra – FUSVE. Vassouras, 2001.

_____. Relatório de Atividades 2001-2015. Vassouras, 2015.

BRAGA, Greenhalgh H. F. **Vassouras de ontem**. Rio de Janeiro: Cia. de Artes Gráficas, 1975

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA. Notificação Extrajudicial. Vassouras, 2014.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA DE VASSOURAS. Livro de Compromisso. Vassouras, 1840.

_____. Livro de Compromisso. Vassouras, 1901.

_____. Livro de Compromisso. Vassouras, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 1º vol. Lisboa: Edições 70, 2000.

MONTEIRO, Angelo F. **Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX - O Caso Benatar**. 1ª Reimpressão. Vassouras: Editor Autor, 2015.

_____. Vassouras – Origens do Povoado até o Centenário de Elevação a Cidade. **Revista Mosaico**, v. 3, n. 2, p. 29-46, 2012.

NOUGARET, Christine. **Les archives privées, éléments du patrimoine national?: des sequesters révolutionnaires aux entrées par voies extraordinaires un siècle d'hésitations**. p. 737- 750. Disponível em: http://www.archiviodistato.firenze.it/asfi/fileadmin/risorse/allegati_publicazioni_online/150_archivi_storia/150_nougaret.pdf Acesso 15 NOV 2016.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09>. Acesso 16 NOV 2016.

TAMBASCO, José Carlos V. **A Vila de Vassouras e as Freguesias do Tinguá - Um Abordagem social e econômica dos tempos da colonização.** Vassouras: Editor Autor, 2004.

DETERMINANTES DO CONSUMO ALIMENTAR ENTRE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Mariana Ladeira Ferreira¹
Tábata Maria Silveira²
Eliane Moreto Silva-Oliveira³

Resumo – O presente trabalho apresenta uma breve revisão de literatura sobre os fatores determinantes do consumo alimentar dos adolescentes e sobre o papel da escola como ambiente de promoção de hábitos alimentares saudáveis. O estudo faz parte de um projeto de pesquisa maior que avaliou o consumo alimentar de adolescentes estudantes do ensino médio de uma escola da rede pública de São João del-Rei. A primeira fase do projeto consistiu de pesquisa bibliográfica sobre o comportamento alimentar, destacando aspectos intrínsecos e extrínsecos determinantes do consumo alimentar, especialmente entre adolescentes. Na pesquisa bibliográfica foram selecionados artigos científicos que abordavam pesquisas originais e pesquisas bibliográficas sobre o consumo alimentar de adolescentes, sendo destacados alguns estudos, conceitos básicos e considerações sobre o tema, que são apresentados a seguir.

Palavras-chave: Consumo alimentar. Hábito alimentar. Adolescência.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, pesquisadores e profissionais da área da saúde pública têm destacado a importância da adoção e da manutenção de hábitos e estilo de vida saudáveis para garantir melhor saúde e qualidade de vida (BRASIL, 2008) e para prevenir ou tratar doenças crônico-degenerativas (OLIVEIRA; VENCIO, 2014).

Embora haja consenso quanto à importância dos hábitos saudáveis para garantir a qualidade de vida, a Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - em parceria com o Ministério da Saúde - MS, mostrou que, apesar dos brasileiros buscarem uma vida mais saudável, os hábitos alimentares da população

¹ Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Discente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

³ Docente do Curso de Nutrição e Educação Física do UNIPTAN. Orientadora do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – FUNADESP.

E-mail para contato: eliane.oliveira@uniptan.edu.br.

brasileira são ainda preocupantes (IBGE, 2014). De acordo com a pesquisa, o consumo regular de doces, bolos, tortas, chocolates, balas, biscoitos ou bolachas doces em cinco ou mais dias da semana e o consumo regular de carnes com excesso de gordura está acima do esperado, enquanto o consumo diário adequando de frutas e hortaliças foi relatado por pequena parcela dos entrevistados.

Corroborando estes dados, estudo realizado por este mesmo grupo de pesquisadores com adolescentes, alunos do ensino médio de uma escola da rede pública de ensino da cidade de São João del-Rei, mostrou que somente 14,9% relataram consumir diariamente 3 ou mais unidades de fruta, enquanto parcela significativa não tinham o hábito de consumir frutas (22,8%), verduras ou legumes (18,7%) diariamente. Quanto ao consumo de gordura das carnes, 39,8% dos participantes do estudo relataram consumir a gordura visível das carnes e/ou pele de aves. Outro dado que despertou a atenção foi quanto ao consumo de salgadinhos fritos ou em pacotes e o consumo de doces, biscoitos recheados, refrigerantes e/ou sucos industrializados, relatado por 54,7% e 70,2% dos alunos, respectivamente (dados ainda não publicados).

De acordo com Contento (2008), o comportamento alimentar é determinado por fatores biológicos, fisiológicos, psicológicos, ambientais e fatores intra e interpessoais, entre os quais destaca-se o conhecimento sobre alimentação como fator chave determinante do comportamento alimentar do indivíduo.

No presente trabalho, os fatores determinantes do consumo alimentar de adolescentes foram pesquisados como etapa inicial de um projeto de pesquisa que avaliou o consumo alimentar de adolescentes estudantes do ensino médio de uma escola da rede pública de São João del-Rei. A primeira fase do projeto consistiu de pesquisa bibliográfica sobre o comportamento alimentar, destacando aspectos intrínsecos e extrínsecos determinantes do consumo alimentar, especialmente entre adolescentes. Foram selecionados artigos científicos que abordavam pesquisas originais e pesquisas bibliográficas sobre o consumo alimentar de adolescentes, sendo destacados alguns estudos, conceitos básicos e considerações sobre o tema.

Dessa forma, o presente trabalho apresenta uma breve revisão de literatura sobre os fatores determinantes do consumo alimentar dos adolescentes e sobre o papel da escola como ambiente de promoção de hábitos alimentares saudáveis.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Adolescência e fatores determinantes do comportamento alimentar

A adolescência é definida pela OMS como o período compreendido entre os 10 e 19 anos, sendo caracterizado por um complexo processo de desenvolvimento físico, biológico, psicológico e social, que ocorre de forma diferenciada de acordo com a história de vida de cada adolescente e do grupo socioeconômico em que ele está inserido (GAMA *et al.*, 2002).

A adolescência é período no qual a alimentação saudável é essencial para garantir o adequado crescimento e desenvolvimento do indivíduo. Estudos longitudinais mostram que a nutrição inadequada nesse período aumenta o risco de obesidade e doenças graves na idade adulta (THE *et al.*, 2010), depressão e transtornos de ansiedade (ANDERSON *et al.*, 2007), alguns tipos de câncer (FUEMMELER *et al.*, 2009) e condições de risco cardiovascular (FORD *et al.*, 2008).

Embora a necessidade de uma alimentação saudável neste período esteja evidenciada, verifica-se que à medida que o indivíduo entra na adolescência, os hábitos alimentares geralmente ficam menos saudáveis. De fato, nessa fase, o comportamento alimentar caracteriza-se pelo elevado consumo de alimentos de alta densidade energética e pobres em micronutrientes, como lanches, biscoitos recheados, doces, salgadinhos e refrigerantes, e pela ingestão insuficiente de frutas e hortaliças. É frequente a omissão de refeições ou substituição de refeições principais por lanche (CARVALHO *et al.*, 2013).

Esses padrões de alimentação favoráveis ao desenvolvimento da obesidade se tornaram integrados à cultura do adolescente, contribuindo diretamente para o aumento das taxas de sobrepeso e obesidade observado nesse grupo populacional (ENES; SLATER, 2010).

Os hábitos alimentares e de estilo de vida adquiridos e consolidados durante a adolescência podem causar implicações imediatas à saúde e potencializar o risco de doenças crônicas não transmissíveis e a adiposidade na vida adulta. A obesidade na infância e adolescência tende a persistir ao longo da vida e, dessa forma, o aumento do acúmulo de gordura corporal nesse período da vida é um fator expressivo na epidemia mundial de obesidade (RODRIGUES, 2014).

Apesar da preocupante situação da obesidade entre crianças e adolescentes, devido à curiosidade e interesse por novas ideias, a adolescência é um período propício para a introdução de novos hábitos alimentares, sendo os adolescentes passíveis de adotar novas práticas alimentares e de estilo de vida (WHO, 2005). Dessa forma, nessa fase de transição entre a infância e a vida adulta torna-se sobre-eminente a abordagem quanto à autopercepção do

comportamento alimentar e quanto ao conhecimento sobre alimentação saudável (SILVA *et al.* 2009).

O comportamento alimentar é influenciado por diferentes fatores internos e externos ao indivíduo. Entre os primeiros, encontram-se os emocionais e psíquicos, autoestima e autoconfiança, autoimagem corporal, experiências pessoais, preferências alimentares e comorbidades. Fatores externos como ambiente, atitudes e características da família e dos amigos, valores e crenças culturais, grau de instrução, conhecimento a respeito de nutrição e apelo da mídia também exercem forte influência no comportamento alimentar dos indivíduos, em especial das crianças e adolescentes (CARVALHO *et al.*, 2013).

Em estudo realizado por Feitosa *et al.* (2010) foi avaliado o hábito alimentar de estudantes da Universidade Federal de Sergipe, evidenciando a influência de fatores externos na alimentação. A saída da casa dos pais, a falta de tempo para a realização das refeições, a substituição das refeições por lanches práticos e o desenvolvimento de novos comportamentos sociais influenciaram nos resultados encontrados: consumo de frutas, verduras e legumes abaixo do recomendado pelo Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2008).

De acordo com Estima *et al.* (2009), os fatores que influenciam na escolha alimentar são de caráter biológico, socioeconômico, oferta/disponibilidade de alimentos e fatores sociais. Entre o biológico, evidenciou-se que para os adolescentes o sabor e as demais características sensoriais dos alimentos são os principais fatores do consumo alimentar. O caráter socioeconômico foi relacionado à baixa condição financeira que dificulta a aquisição de maior variedade de alimentos e também à residência em áreas desprovidas de estabelecimentos comerciais com maior variedade de alimentos, tornando a alimentação monótona. O acesso e a disponibilidade dos alimentos têm sido descritos como um dos fatores mais importantes sobre o consumo alimentar de frutas e vegetais entre crianças e adolescentes. Na ausência do alimento em casa, a exposição a eles é reduzida e pode levar a uma não preferência desse alimento pela criança.

O consumo e a escolha alimentar de crianças e adolescentes mostram ser influenciados pela estrutura e pelo padrão de consumo alimentar da família. O comportamento alimentar dos filhos está relacionado aos dos pais, sendo a mãe a principal referência no ciclo alimentar da família pois, na maioria das vezes, é ela quem escolhe e prepara os alimentos. A preocupação materna se reflete no consumo de frutas, vegetais, leite e derivados e consumo regular de refeições de seus filhos. Adolescentes que realizam refeições em família podem vir a consumir

mais porções de frutas e vegetais e menos alimentos ricos em açúcar e gordura (ESTIMA *et al.*, 2009).

A participação da família é muito importante no processo de educação alimentar, pois muitos adolescentes adquirem hábitos saudáveis por estímulo e/ou obrigações impostas dentro do ambiente familiar. A falta de tempo, a dedicação exclusiva dos pais ao trabalho e em suas outras atividades, pode levar ao consumo nutricional inadequado, tanto pela falta de vigilância, quanto pelas realizações das refeições fora do ambiente domiciliar (SILVA *et al.*, 2015).

Os alimentos comercializados em locais extradomiciliares geralmente são de qualidade nutricional inferior, contendo maior quantidade de energia, gorduras totais, colesterol, açúcar e sódio, estando o consumo destes alimentos relacionados ao aumento e excesso do peso corporal e, conseqüentemente, ao surgimento das doenças crônicas não transmissíveis (ESTIMA *et al.*, 2009).

Estudo realizado por Silva *et al.* (2009) utilizando registro da alimentação habitual constatou que a alimentação dos adolescentes consiste em cinco tipos de refeições (café da manhã, almoço, jantar, merenda e lanche) e, embora o café da manhã seja considerado a principal refeição do dia, foi a refeição mais omitida pelos adolescentes, que alegaram falta de tempo e/ou falta de apetite.

No que diz respeito ao comportamento alimentar que predispõe ao excesso de peso, vale ressaltar o aumento do risco obesidade devido ao sedentarismo. A televisão, o acesso à internet e o tempo frente à tela aumentam o risco de obesidade por desviar o indivíduo das atividades físicas e por servir como meio de indução a escolhas alimentares não saudáveis. As indústrias usam artifícios emocionais e afetivos para atrair os consumidores e, na maioria das vezes, conseguem (PEREIRA *et al.*, 2017). Estudo realizado por Rodrigues (2012) constatou que 79% dos entrevistados jantam ou almoçam assistindo televisão, o que demonstra a problemática deste hábito. Silva *et al.* (2009) também encontrou uma grande porcentagem de participantes (72,7%) com hábito de assistirem televisão enquanto realizam suas refeições.

2.2 Educação nutricional e o papel da escola

O papel da escola na educação alimentar de crianças e adolescentes já é reconhecido em países como os Estados Unidos. No Brasil, intervenções na escola aos poucos vêm mostrando sua real eficácia na prevenção e combate ao sobrepeso e à obesidade. Estudos mostram que programas de intervenção em curto prazo são pouco eficientes em promover alterações

significativas no peso dos estudantes, mas podem, no entanto, surtir efeitos pontuais benéficos na saúde dos estudantes. As intervenções podem promover, isoladamente, o aumento de atividade física, ingestão de alimentos mais saudáveis em detrimento de gorduras e refrigerantes e diminuição do tempo gasto em atividades sedentárias como assistir televisão (CARVALHO *et al.*, 2013).

A promoção da alimentação saudável na escola é importante estratégia no âmbito da educação nutricional, visto que as crianças e adolescentes passam longo período de tempo nesse ambiente. No entanto, a capacidade dos professores em influenciar o comportamento alimentar saudável na escola pode ser limitada pelo seu nível de conhecimento e por suas próprias atitudes com relação a nutrição (ROSSITER *et al.*, 2007). Bezerra *et al.* (2015), avaliando o conhecimento e a abordagem sobre alimentação saudável de professores de escolas públicas municipais urbanas de Montes Claros – MG, verificaram que dos 158 docentes avaliados, 73% não tinham capacitação específica para trabalhar o tema e 72,1% relataram nível de conhecimento moderado sobre os conteúdos abordados.

Yokota *et al.* (2010) analisaram e compararam o conhecimento adquirido por professores e alunos participantes do projeto “A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”, que existe no Distrito Federal desde 2001. No estudo, palestras ministradas por equipe de nutricionistas e capacitação de professores da escola em oficinas contribuíram efetivamente para a aquisição de conhecimentos sobre nutrição. Este estudo mostrou que com adequada capacitação, professores podem se tornar replicadores aos alunos de conhecimentos sobre alimentação e nutrição, servindo como multiplicadores de ações de saúde, especialmente considerando-se a praticidade e menor custo da ação.

O incentivo para a realização de programas de políticas públicas de educação nutricional nas escolas auxilia na escolha e construção de hábitos alimentares mais saudáveis em que a ampliação e apoio à essas estratégias educativas como as desenvolvidas deve ter foco primordial em qualquer estratégia (YOKOTA *et al.*, 2010).

O estudo das intervenções em escolas e seus resultados são importantes para auxiliar no direcionamento e planejamento de intervenções e, segundo Bezerra *et al.* (2015), ações para promoção da alimentação saudável devem ser estendidas a toda a comunidade escolar, incluindo alunos, professores e familiares, pois a escola e a família devem atuar em conjunto para garantir o sucesso na concretização dos hábitos alimentares saudáveis aprendidos no ambiente escolar.

Assis *et al.* (2014) avaliaram o conhecimento e comportamento alimentar de adolescentes matriculados no ensino fundamental de uma escola privada antes e após a realização de atividades de educação nutricional. Ao final de um ano de atividades intra e extraclasses de educação nutricional, foram observadas mudanças de comportamento alimentar dos alunos: aumento do consumo de frutas e verduras.

Em outro estudo, Gabriel *et al.* (2008) avaliaram o consumo alimentar de alunos de duas escolas de Florianópolis/Santa Catarina, sendo uma pública e outra privada. Os dados foram coletados antes e após intervenção educativa planejada por nutricionista e pedagoga, abordando, entre outros temas: Guia da Pirâmide Alimentar, nutrientes específicos e suas funções, comparação de calorias de alimentos pouco e muito nutritivos e a montagem de cardápio com seis refeições diárias. O resultado da intervenção foi positivo na diminuição do percentual de alunos com sobrepeso/obesidade, redução do percentual de alunos que consumiam alimentos muito calóricos, como mini-pizza, bolachas recheadas e sucos artificiais, enquanto houve aumento do percentual de alunos que consumiam frutas e suco natural.

A adoção de hábitos alimentares conhecidos como “ocidentais”, que consistem em uma alimentação rica em gorduras, especialmente de origem animal, açúcar refinado e reduzida ingestão de carboidratos complexos e fibras, tem sido apontada como condição favorecedora para o estoque energético. Além disso, a falta de informação associada à ausência de políticas de saúde que atendam adequadamente a população torna ainda mais grave e preocupante a epidemia de obesidade instalada no país (ENES; SLATER, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação dos adolescentes geralmente é composta por açúcar, gordura, *fast foods* e diminuição no consumo de frutas, verduras e legumes, o que é fator predisponente de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade e diabetes, e por isso se torna um problema de saúde pública (ASSIS *et al.*, 2014).

Dessa forma, a educação alimentar e nutricional surge como uma ferramenta para conter o avanço de doenças que devido a uma má alimentação tornam os indivíduos mais suscetíveis (ASSIS *et al.*, 2014). A conscientização é uma das formas de abordagem que podem auxiliar nas práticas alimentares saudáveis, provendo conhecimento, percepção, educação em saúde - seja em ambiente escolar, familiar ou social (SILVA *et al.*, 2015).

Quando a criança começa a ir para o ambiente escolar e a conviver com os amigos, o universo de conhecimento se expande, tendo em vista os diversos hábitos observados na população. Além disso, os meios de comunicação também contribuem para esse conhecimento, pois nesta idade é difícil saber distinguir o certo do errado (RODRIGUES *et al.*, 2012).

O objetivo da educação nutricional é promover o consumo de alimentos saudáveis, como frutas e hortaliças, além de restringir os alimentos pobres em nutrientes. A escola é um ótimo ambiente para a construção desse conhecimento, ampliando o acesso sobre saúde e nutrição. Vale ressaltar que o hábito saudável deve ser extensivo aos familiares, pois a influência dos pais/responsáveis sobre a alimentação da criança é grande e possui relação dependente (RODRIGUES *et al.*, 2012).

Existem as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de Educação Infantil, Fundamental e Nível Médio das redes públicas e privadas, regulamentada pelo Ministério da Educação e Ministério de Saúde, assim como a existência do Programa Saúde na Escola, que realiza atividades de promoção, assistência e prevenção, que tem como objetivo causar grandes transformações dentro da escola, aplicando conhecimentos que vão além das disciplinas básicas (SILVA *et al.*, 2015).

Vale destacar que com capacitação adequada, os professores podem se tornar efetivos transmissores de conhecimento sobre alimentação e nutrição, sendo alternativa acessível para solucionar o problema de falta de conhecimento sobre alimentação e para incentivar, dentro do ambiente escolar, hábitos alimentares saudáveis a serem adotados e mantidos no ambiente fora da escola.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, S. E.; COHEN, P.; NAUMOVA, E. N.; JAQUES, P. F.; MUST, A. Adolescent obesity and risk for subsequent major depressive disorder and anxiety disorder: prospective evidence. **Psychosom. Med.**, v. 69, n. 8, p. 740-747, 2007.
- ASSIS, M. M.; PENNA, L. F.; NEVES, C. M.; MENDES, A. P. C. C.; OLIVEIRA, R. M. S.; NETTO, M. P. Avaliação do conhecimento nutricional e comportamento alimentar após educação alimentar e nutricional em adolescentes de Juiz de Fora – MG. **HU Revista**, v. 40, n. 3 e 4, p. 135-143, 2014.
- BEZERRA, K. F.; CAPUCHINHO, L. C. F. M.; PINHO, L. Conhecimento e abordagem sobre alimentação saudável por professores do ensino fundamental. **Demetra**, v. 10, n. 1 p. 119-131, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 210 p.
- CARVALHO, E. A. A.; SIMÃO, M. T. J.; FONSECA, M. C.; ANDRADE, R. G.; FERREIRA, M. S. G.; SILVA, A. F. *et al.* Obesidade: aspectos epidemiológicos e prevenção. **Rev. Med. Minas Gerais**, v. 23, n. 1, p. 74-82, 2013.

CONTENTO, I. R. Nutrition education: Linking research, theory, and practice. **Asia Pac. J. Clin. Nutr.**, v. 17, supl. 1, p. 176-179, 2008.

ENES, C. C.; SLATER, B. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 13, n. 1, p. 163-171, 2010.

ESTIMA, C. D. C. P.; PHILIPPI, S. T.; ALVARENGA M. D. S. Fatores determinantes de consumo alimentar: por que os indivíduos comem o que comem? **Rev. Bras. Nutr. Clín.**, v. 24, n. 4, p. 263-268, 2009.

FEITOSA, E.; DANTAS, C.; ANDRADE, W.; MARCELLINI, P.; MENDES, N. Hábitos alimentares de estudantes de uma Universidade Pública no Nordeste, Brasil, v. 21, n. 2, p. 225-230, 2010.

FORD, C. A.; NONNEMAKER, J. M.; WIRTH, K. E. The influence of adolescent body mass index, physical activity, and tobacco use on blood pressure and cholesterol in young adulthood. **J. Adolesc. Health.**, v. 43, n. 6, p. 576-583, 2008.

FUEMMELER, B. F.; PENDZICH, M. K.; TERCYAK, K. P. Weight, dietary behavior, and physical activity in childhood and adolescence: implications for adult cancer risk. **Obes. Facts**, v. 2, n. 3, p. 179-186, 2009.

GABRIEL, C. G.; SANTOS, M., V.; VASCONCELOS, F. A. G. Avaliação de um programa para promoção de hábitos alimentares saudáveis em escolares de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, v. 8, n. 3, p. 299-308, 2008.

GAMA, S.G.N.; SZWARCOWALD, C.L.; LEAL, M.C. Experiência de gravidez na adolescência, fatores associados e resultados perinatais entre puérperas de baixa renda. **Cad. Saúde Pública**, v. 18, n. 1, p. 153-161, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde: 2013. Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas**. Rio de Janeiro: IBGE; 2014.

OLIVEIRA, J. E. P.; VENCIO, S. (Orgs). **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2013-2014**. Sociedade Brasileira de Diabetes. São Paulo: AC Farmacêutica, 2014.

PEREIRA, T. S.; PEREIRA, R. C.; ANGELIS-PEREIRA, M. C. Influência de intervenções educativas no conhecimento sobre alimentação e nutrição de adolescentes de uma escola pública. **Cien. Saude. Colet.**, v. 22, n. 2, p. 427-435, 2017.

RODRIGUES, P. R. M. **Hábitos alimentares, estilo de vida e estado nutricional de adolescentes: um estudo de base escolar em Cuiabá – MT**. Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição da UFRJ. 2014. 240 p.

RODRIGUES, V. M.; FIATES, G. M. R. Hábitos alimentares e comportamento de consumo infantil: influência da renda familiar e do hábito de assistir à televisão. **Rev. Nutr.**, v. 25, n. 3, p. 353-362, 2012.

ROSSITER, M.; GLANVILLE, T.; TAYLOR, J.; BLUM, I. School food practices of prospective teachers. **J. Sch. Health**, v. 77, n. 10, p. 694-700, 2007.

SILVA, A. R. V.; DAMASCENO, M. M. C.; MARINHO, N. B. P.; ALMEIDA, L. S.; ARAÚJO, M. F. M.; ALMEIDA, P. C.; ALMEIDA, I. S. Hábitos alimentares de adolescentes de escolas públicas de Fortaleza, CE, Brasil. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 62, n. 1, p. 18-24, 2009.

SILVA, D. C. A.; FRAZÃO, I. S.; OSÓRIO, M. M.; VASCONCELOS, M. G. L. Percepção de adolescentes sobre a prática de alimentação saudável. **Cien. Saude Colet.**, v. 20, n. 11, p. 3299-3308, 2015.

THE, N. S.; SUCHINDRAN, C.; NORTH, K. E.; POPKIN, B. M.; GORDON-LARSEN, P. Association of adolescent obesity with risk of severe obesity in adulthood. **Jama**, v. 304, n. 18, p. 2042-2047, 2010.

WHO (World Health Organization). **Nutrition in adolescence: issues and challenges for the health sector: issues in adolescent health and development**. Geneva: WHO. 2005. 123p.

YOKOTA, T.; VASCONCELOS, T.; PINHEIRO, A.; SCHMITZ, B.; COITINHO, D.; RODRIGUES, M. Projeto “A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. **Rev. Nutr.**, v. 23, n. 1, p. 37-47, 2010.

DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DAS RECUPERANDAS DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS COM O MERCADO DE TRABALHO

Louise Rodrigues Silva¹
Josiane de Paula Nunes²

Resumo - A Lei nº 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio. A referida lei pode ser entendida como medida de ação afirmativa. Nesse caso, entendida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 10.639/03 poderá garantir aquilo que os defensores das ações afirmativas pleiteiam, ou melhor, que as políticas universais brasileiras incluam e garantam, de forma explícita, o direito à diferença. Este projeto de extensão traz a proposta de utilização da gestão da diversidade para analisar a ressocialização das recuperandas que estão na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de São João del-Rei. O projeto encontra-se em execução e as oficinas são realizadas na própria APAC dentro das celas do regime fechado, sendo realizadas atividades de interação com as recuperandas. As recuperandas estão alocadas em grupo de minoria, entendido aqui como um grupo, numericamente menor ou não, que possui diferença de oportunidades em relação aos demais grupos. As atividades desenvolvidas no projeto incluem: aplicação de questionários; análises de vídeos sobre temáticas étnico-raciais e do trabalho; análises de filmes; palestra e conversas diretas sobre a temática e atividades sobre inserção no mercado de trabalho de grupos socialmente excluídos. É necessário pontuar que um ano de projeto não é o suficiente para abordagem de todos os aspectos analisados. É um projeto que demanda continuidade e com relevância social significativa.

Palavras-chave: Gestão da diversidade. Ressocialização. Mulheres.

1 INTRODUÇÃO

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 1º).

As organizações, a partir de um movimento iniciado nos EUA, por meio da legislação dos direitos civis de 1960, fez com que empresas iniciassem um processo de inclusão para uma

1 Graduada em Engenharia de Produção do Centro Universitário Presidente Tancredo Neves - UNIPTAN. Bolsista do Programa de Extensão em Interface com a Pesquisa SANTANDER/UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Engenharia de Produção do UNIPTAN. Orientadora do Programa de Extensão em Interface com a Pesquisa SANTANDER/UNIPTAN.

Email para contato: josiane.nunes@uniptan.edu.br

força de trabalho diversa. Estudos de Nkomo e Cox (1996) apontam que existem distinção entre os trabalhadores e que as empresas se preocupam em alocar as diferenças como vantagem competitiva. A gestão da diversidade tem como principal objetivo promover a inclusão social, harmonizando as diferenças. Por meio dela surge um ambiente e condições para que os indivíduos possam agir conforme seus valores individuais e de grupo.

A partir da globalização, as empresas vêm se preocupando cada vez mais com seus clientes e fornecedores enxergam a empresa. A diversidade representa um valor estratégico para a empresa, fortalece sua imagem no novo contexto, buscam novas formas de enxergar as soluções, novos talentos e menor custo com rotatividade de funcionários (CARDOSO et.al, 2007). Um ambiente onde há heterogeneidade torna-se mais estimulante e produtivo, potencializando a elaboração de novos projetos e soluções.

De acordo com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade (2003), a diversidade é uma meta a ser buscada e praticada em todos os âmbitos como uma responsabilidade social compartilhada. Nesse sentido, é importante que as empresas se atentem a permanência e manutenção dos colaboradores, tratados nesse estudo como minorias, que abarcam diferenças de gênero, sexualidade, raça, etnia, de classe, dentre outras, que diferenciam as recuperandas quando retornam ao mercado de trabalho. As políticas de diversidade têm por objetivo

a adoção de iniciativas, atividades e medidas que reconheçam e promovam a diferença entre pessoas ou grupos como um valor positivo a ser desenvolvido como instrumento de integração social, em benefício da produtividade da empresa e da democratização das oportunidades de acesso e tratamento no mercado de trabalho (ALEXIM, 1999. p.84).

Existem diversos estudos que definem a gestão da diversidade como: etnia, gênero, raça, orientação sexual, habilidades físicas, secundária formação educacional, localização geográfica, renda, crença, estado civil e experiência de trabalho (LODEN; ROSENER, 1991). A fim de gerenciar a diversidade cultural há um planejamento e execução de práticas de gestão de pessoas com objetivo de potencializar as vantagens e minimizar as desvantagens (COX JR., 1993). Não é apenas um modismo, mas sim a necessidade da empresa se manter competitiva no mercado (MORRISON, 1996).

As empresas e as organizações, cada vez mais, vão trabalhar com grupos de culturas diversas e equipes heterogêneas em termos de etnia e gênero (THOMAS JR., 2000). A diversidade torna-se importante no sentido de ser um instrumento de inclusão social.

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Direitos Humanos, visando à implementação de atos e declarações internacionais relacionados aos direitos humanos e contando com a adesão brasileira. Uma delas é a Convenção 111 da OIT

sobre a discriminação nas relações de emprego, ratificada pelo governo local em 1965 (FLEURY, 2000, p.21).

Existem três tipos de organização em relação à diversidade: a monolítica, onde há inserção de minorias e mulheres, desde que se sujeitassem a cultura organizacional. Outro tipo é a pluralística onde há reconhecimento das minorias e mulheres, mas a estrutura organizacional não pode ser mudada. E, por fim, a multicultural, onde, além do reconhecimento, sua estrutura pode ser modificada e reconhece que a mudança é necessária para obter maior vantagem da diversidade (AGARS, 2006).

Outro autor, Thomas Jr (2000), cita três tipos de iniciativa da organização em relação a diversidade. A primeira é a valorização das diferenças, nesse caso contribui para a melhoria das relações entre os colaboradores a fim de aceitar e compreender a diversidade. O segundo tipo é o atendimento à ação afirmativa, que acontece por pressão política, nesse caso há os limites de aceitação para organização e para os atendidos. E o terceiro, a gestão da diversidade como vantagem na força de trabalho diversificada e, para isso, a organização deve mudar seus valores culturais centrais e sustentar esforços da diversidade da força de trabalho.

Vale ressaltar que o segundo tipo é a situação vivenciada por ex-recuperandos no Brasil. Embora com a existência de leis que tentam garantir a entrada no mercado de trabalho, os ex-recuperandos enfrentam resistência e preconceito, mesmo com a Lei de Execução Penal (1984) e com as políticas de normatização e incentivo, implementadas a partir de 2010 (BRASIL, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

De acordo com o contexto social e histórico a sociedade brasileira é diversa e heterogênea influenciando o gerenciamento das organizações (CALDAS; WOOD JR., 1999). A gestão da diversidade pode ser utilizada para a valorização da cultura pluralista e também para transmitir conhecimento que atende os interesses da empresa. Por meio de práticas que promovem reflexão pode-se diminuir o racismo, homofobia e desigualdades sociais. Sendo uma importante ferramenta de transformação social e econômica que as organizações podem utilizar. Há uma forte relação entre a diversidade e a responsabilidade social, sendo assim uma prática moral da organização com a sociedade (SANTOS; SANTANA; ARRUDA, 2018). Em uma sociedade carente de justiça, como a brasileira, a gestão da diversidade tem papel positivo, pois representam iniciativas promissoras de inclusão social (FLEURY, 2000).

Para que a diversidade seja implementada é necessário que a direção da empresa esteja emprenhada para que o objetivo seja alcançado, pois indica mudança de comportamento e muitos deles podem estar arraigados na organização. É um processo que tem êxito com a superação de resistências culturais e uma revisão de valores e atitudes. É necessário investir em

treinamentos e capacitações quanto à diversidade e o responsável pela implementação destes deve estar preparado para tal tarefa a fim de que tenha meios e recursos para que essas questões possam ser trabalhadas. Uma boa gestão faz com que a organização amplie ideias e experiências a seu favor e ao mesmo tempo os recursos humanos; além de ter o desafio de gerir bem seus colaboradores e delegar tarefas desafiadoras fazendo com que as partes envolvidas se sintam importantes (RIBEIRO; CONCEIÇÃO; NOVAES, 2015).

A qualidade do ambiente de trabalho e a relação entre os funcionários têm implicações importantes para a produtividade da empresa. Os colaboradores precisam sentir que a empresa se preocupa com eles, para que se estejam motivados e, desta forma, dê o melhor de si, fiquem entusiasmados, sejam leais, sejam produtivos e as taxas de rotatividade fiquem muito menores (SOMOGGI, 1999). A promoção da diversidade e a motivação dos colaboradores a trabalharem junto com essa diferença é uma relação de reciprocidade, tanto para a empresa quanto para os funcionários.

Uma equipe diversificada é o maior diferencial competitivo que a empresa pode ter para atender as demandas do mercado. O motor da diversidade é a busca por conhecimento e competências do mercado para manter a competitividade (VASSALO, 2000). A preocupação da empresa não se limita somente com os consumidores, mas também com as partes interessadas, com a comunidade local, com o governo e, até mesmo, com o mercado estrangeiro. A vantagem competitiva de uma empresa está medida pela qualidade de relação que ela mantém com pessoas, interna e externamente.

As ações afirmativas vêm com o intuito de remover os efeitos da discriminação. CARNEIRO (2002) afirma que o princípio das políticas de ação afirmativas, como cota para negros, baseia-se no reconhecimento das desvantagens historicamente acumuladas pelos grupos discriminados de uma dada sociedade.

Para o caso dos ex-recuperandos, como apontamos acima, a questão da promoção de políticas públicas garante, em certa medida, a inserção no mercado de trabalho. A APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, é uma entidade civil de direitos privados, que se dedica a recuperação e à integração social dos condenados a pena privativa de liberdade. O sistema conta com a premissa de disciplina, na qual as recuperandas são responsáveis e participam da sua recuperação, em conjunto com familiares, diretoria da APAC, voluntários e participação da comunidade.

Contudo, vários são os relatos de ex-recuperandos que apontam algumas fragilidades em sua aceitação dentro da organização. Entendendo a complexidade do processo, acreditamos

que a valorização da identidade dos mesmos, possa contribuir para uma melhor inserção do ex-recuperando no âmbito do trabalho, ainda que isso não se limite à sua responsabilidade exclusiva, mas acreditamos que possa contribuir para a compreensão de sua importância dentro da organização, partindo do fortalecimento e conhecimento das políticas da gestão da diversidade para as empresas.

O objetivo do presente trabalho é descrever a realização de oficinas direcionadas para a valorização da diversidade entre as recuperandas da APAC, em São João del-Rei, buscando ressaltar relatos e história individuais positivas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O projeto realizado na APAC é organizado em torno da elaboração e realização de oficinas com as recuperandas. Inicialmente traçou-se um cronograma, no qual as temáticas sobre a diversidade seriam abordadas com a integração entre moderador e participantes. Foram planejadas onze intervenções durante a vigência do projeto, sendo que, até o momento, foram realizadas cinco atividades. Entretanto, quando dos primeiros contatos com as recuperandas foi possível notar algumas questões que resultaram em reorganização no planejamento. Grande parte delas possui frágil formação educacional e as atividades de escrita e de uso de recursos tecnológicos foram limitadas. Para que o projeto não fosse inviabilizado, novas estratégias foram elaboradas.

Pensando no fortalecimento das identidades individuais e coletivas e no reconhecimento da diversidade como elemento importante para as empresas, buscando fomentar nas recuperandas seu autoconhecimento e, também, sua autoestima (um valor, de fato, já que muitas recuperandas se sentem excluídas), passou-se a utilizar recursos mais lúdicos e didáticos para a inserção da temática, como supracitado. Entre eles: abordagens de filmes com temáticas étnico-raciais; rodas de conversa sobre diversidade e mercado de trabalho. Obteve-se êxito com esse novo redirecionamento e um envolvimento maior das recuperandas nas atividades desenvolvidas.

Todas as atividades são realizadas dentro do espaço de reclusão da APAC, não é permitido fotografar ou filmar, e as atividades são realizadas apenas com as recuperandas do regime fechado, sem a presença de nenhum membro da instituição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro encontro com as recuperandas foram realizadas atividades de apresentação do projeto e introdução à temática sobre a diversidade racial. No debate promovido dentro da oficina foram apontadas experiências positivas sobre a diversidade nas organizações/empresas e também na sociedade. É interessante notar que muitas das recuperandas possuem baixa autoestima, e, sabendo-se negras e na condição de reclusão, sentem-se excluídas economicamente e socialmente. Destaca-se ainda, a baixa alfabetização das recuperandas que, embora envolvidas com o projeto, apresentam dificuldades de leitura, o que dificultou o desenvolvimento de algumas atividades.

Buscando minimizar essa realidade e desenvolver o trabalho, buscaram-se atividades pedagógicas baseadas na interpretação de imagens e discussões das mesmas, o que foi feito nas oficinas seguintes, utilizando trechos de um filme sobre a diversidade racial, superação e autoestima. A partir do filme, as recuperandas falaram mais, se envolveram mais com a temática, principalmente porque a heroína do filme é negra. Na oficina em sequência as recuperandas foram questionadas sobre o que entenderam sobre a abordagem fílmica e muitas se identificaram com a personagem e começaram a se questionar sobre as possibilidades em se romper barreiras, muitas vezes reais, porém com possibilidades de serem transpostas.

Com isso, as 20 recuperandas que participam do projeto são levadas a se manifestarem (fazendo espontaneamente) e são observadas durante suas explanações, a fim de buscarmos compreender quais são suas posturas em relação a elas mesmas. Nesse sentido, destaca-se a percepção de um racismo institucional enraizado, pois muitas percebem sua condição como algo determinado. O sistema de desigualdade é percebido pelas recuperandas, contudo, as mesmas não sabem e não veem formas empíricas de se libertarem dessa condição.

Percebe-se que, à medida que os assuntos sobre a diversidade foram sendo implementados, direcionando às práticas para a realidade de cada uma delas, as reações de imobilidade foram sendo superadas pelos discursos de possibilidade e mudança. Entende-se que isso não é o suficiente para rompermos uma estrutura de atraso em formação profissional e exclusão social. Contudo, acredita-se que apresentar histórias positivas e redirecionar o olhar para a realidade individual (nesse caso, comum e coletiva) das recuperandas possa levá-las à reflexão sobre sua condição, como temporária (mesmo diante da lentidão que relatam em relação aos seus processos na justiça). Cabe ressaltar que são mulheres, negras, em condição de exclusão, lésbicas (em sua maioria) e com baixa formação educacional. Dessa forma, um grupo importante para a realização de trabalhos pontuais na busca por melhores inserções sociais e

orientação em relação ao direito à diferença, apontando seu potencial enquanto sujeito social e político.

O projeto ainda está em desenvolvimento e, como citado, encontramos algumas dificuldades na execução de algumas atividades, superadas com a reorganização das estratégias. Isso demonstra ainda mais o quanto são necessários esses tipos de intervenções. Para além do alcance da Lei nº 10.639/2003 no âmbito escolar (ainda limitado), faz-se necessária a extensão da mesma para os espaços sociais nos quais estão parte da sociedade positivamente afetados pela lei.

As recuperandas acolheram o projeto de imediato, pois enxergam a necessidade de serem valorizadas no mercado de trabalho. Pode-se observar que ainda há muitas demandas a serem atendidas, como: escolaridade, sexualidade e autoestima. Para que todas necessidades sejam supridas houve um maior detalhamento sobre os assuntos e sobre a Lei nº 10.639/2003 onde encontraram-se raízes para sustentar a teoria aplicada nas atividades, palestras e intervenções.

Reconhecemos os limites de um projeto com essa temática, afinal, grande parte das recuperandas desconheciam a lei e as questões institucionais que as amparam em relação à diversidade. Contudo, entendemos a importância da continuidade desse tipo de ação, ampliando os horizontes de mulheres em condição de recuperação, em sua maioria, negras e com baixa escolaridade.

4 CONCLUSÃO

A construção da igualdade e da equidade mantêm relação direta com as lutas políticas da população negra em prol da educação ao longo dos séculos. É importante reconhecer que a lei n. 10.639/03 representa a implementação de ações afirmativas voltadas para a população negra brasileira, as quais são desenvolvidas juntamente com as políticas públicas de caráter universal. O projeto de extensão realizado na APAC vem em busca de fortalecer as recuperandas ao se ingressarem no mercado de trabalho. Desde os primeiros encontros foi observado que as recuperandas possuem baixa escolaridade e baixa autoestima, aspectos que foram trabalhados em todas as oficinas já realizadas, juntamente com a apresentação da importância e o direito à diversidade e ao valor cultural, político e social presente na mesma.

Podemos concluir que, com as intervenções, as recuperandas traçam objetivos após sua saída, pois estão cada vez mais confiantes em si mesmas. No momento em que se reconhecem

e identificam sua condição (temporária) de reclusão, mas que passem a traçar objetivos e metas para o momento em que retornarão ao convívio em sociedade. Muitas possuem expectativas negativas em relação a esse retorno. Contudo, percebe-se que, após as intervenções, as recuperandas tornam-se mais seguras, enquanto mulheres negras que possuem características que as podem garantir a permanência no mercado de trabalho, e conscientes de que o mercado está mais envolvido com a temática (detalhe que todas desconheciam).

Busca-se uma democracia que assuma o direito à diversidade como parte constitutiva dos direitos sociais e assim equacione de forma mais sistemática a diversidade étnico-racial, a igualdade e a equidade. É necessário pontuar que um ano de projeto não é o suficiente para abordagem de todos os aspectos analisados. É um projeto que demanda continuidade e com relevância social significativa.

REFERÊNCIAS

AGARS, M D.; KOTTKE, J L. Models and Practice of diversity management: a historical review and presentation of a new integration theory. *In*: STOCKDALE, M.S.; FAYE, J. C. **The Psychology and management of workplace diversity**. Malden, MA, United States: Blackwell Publishing, p. 55-77, 2006.

ALEXIM, J. “A diversidade no âmbito da educação profissional e do mercado de trabalho”. **Revista Internacional do Trabalho**. Brasília, Ed. Projeto OIT/TEM, 1999.

BRASIL, LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso: 26/02/2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm >. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. **Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 1999.

CARDOSO, J. A. S *et al.* Gestão da Diversidade: uma Gestão Necessária para Estimular a Inovação e Aumentar a Competitividade das Empresas de Contabilidade e Auditoria. **Revista Pensar Contábil**. Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. v. 9, n. 36, 2007. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revistacrc/ojs-2.1.1/index.php/PENSAR/issue/view/6/showToc>>. Acesso em: 10/01/2010.

CARNEIRO, S. Expectativas de ação das empresas para superar a discriminação racial. **Reflexão**, Ano 3, n. 8, set. 2002.

CONCEIÇÃO, L. A.; RIBEIRO, D.; NOVAES, E. D. Diversidade Organizacional e Inclusão de Minorias no Mercado de Trabalho. **Rev. Científica Eletrônica UNISEB**, Ribeirão Preto, v.5, n. 5, p.1-22, jan./jun.2015.

COX JR., T. **Cultural diversity in organizations: theory, research; practice**. San Francisco: Berrett Koehler, 1993.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiências de Empresas Brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 18-25, jul./set., 2000.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa; princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo. 2003. Documento publicado em: https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf. Acesso em 07/01/2019.

LODEN, M.; ROSENER, J. **Workforce America. Managing diversity as a vital resource**. Homewood Business One, 1991.

MORRISON, A. M. **The new leaders: guidelines on leadership diversity in America**. San Francisco: Jossey-Bass, 1996.

RIBEIRO, D.; CONCEIÇÃO, L.A.; NOVAES, E. D. Diversidade organizacional e inclusão de minorias no mercado de trabalho. **Rev. Científica Eletrônica UNISEB**, Ribeirão Preto, v.5, n.5, p.1-22, jan./jun.2015.

SANTOS, J.V.M; SANTANA, A.C; ARRUDA, G.D. diversidade nas organizações: inclusão social ou estratégia competitiva? **Psicologia.pt Portal dos Psicólogos**. Documento publicado em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1170.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2019.

SOMOGGI, L. Combinação produtiva: reunir num único ambiente pessoas de diferentes raças, religiões, idades, e estilos de vida é uma estratégia eficiente. Essa é a opinião do BankBoston e de muitas outras empresas. **Você S.A.**, Ano 2, n.17, p. 112-115, nov. 1999.

THOMAS Jr., R. R. A diversidade e as organizações do futuro. *In*: HESSELBEIN, F.; VASSALLO, C. Viva a Diferença!. Porque a diversidade do capital humano pode tornar as empresas mais criativas, competitivas e poderosas. **Exame**. São Paulo, ano 34, n.18, ed. 722, p. 152-164, 2000.

THOMAS Jr., R. R. Gestão da Diversidade: utilizando os talentos da nova força de trabalho. *In*: COHEN, A. R., **MBA Curso prático: administração, lições dos especialistas das melhores escolas de negócios – práticas e estratégias para liderar organizações para o sucesso**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

EQUIPE DE COMPETIÇÃO E ESTUDO EM ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO - ECEAM

Bianca Ilidia do Nascimento Coimbra¹
Karin Cristine Magnan Miyahira²

Resumo - O presente trabalho buscou denotar a importância dos cursos de extensão, com ênfase na Equipe de Competição e Estudo em Arbitragem e Mediação – ECEAM, para a formação de profissionais capacitados para solucionar conflitos e permitindo aos discentes a obtenção de experiência em Competição Brasileira de Arbitragem e Mediação Empresarial - CAMARB. De forma visionária atribuiu um conceito de ensino pioneiro na região, reconhecimento em nível nacional por meio da maior competição de Arbitragem e Mediação Empresarial da América Latina. A abordagem foi feita basicamente por meio de pesquisa exploratória, bibliográfica, com a utilização do método dedutivo e procedimento técnico de análise textual, temática e interpretativa.

Palavras-chave: ECEAM. CAMARB. Pioneirismo. Experiência. Arbitragem. Mediação.

1 INTRODUÇÃO

Quando um estudante se desperta para ser explorador, a esteira do mundo não mais o intimida. Evitar a infinita absorção de informações que o espaço tempo em descompasso com o mundo é uma das habilidades que alarga horizontes profissional. Mas como? Elegendo curadores certo, para saciar os anseios que até o ser mais autodidata encontra limitações. Ao escolher uma universidade visa um curador que seleciona em um padrão de alta qualidade a aprendizagem que completa a autodidata que é natural de cada indivíduo. A expressão antiquada “terminar os estudos” partem da premissa de que o estudo é algo com final, a grande e enraizada lógica “estudar para se preparar para o mercado de trabalho”. Em contrapartida, o mercado ao qual requer preparação é diferente da realidade que se encontra, porque o mundo muda rápido. Se preparar para o futuro é tarefa que exige flexibilidade, criatividade, celeridade por meio de um mecanismo que envolve a preparação e a prática exigidas. Com esse objetivo

1 Discente do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN.

2 Orientadora. Docente do Curso de Graduação em Direito, Ciências Contábeis e Administração do UNIPTAN. Coordenador da Proposta/Projeto de Extensão ECEAM – UNIPTAN.

E-mail para contato: karin.botelho@uniptan.edu.br.

e ante o exposto, o Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN, em árduo pioneirismo, oferece a possibilidade de já nos anos de graduação a experiência que o mercado de trabalho exige, de maneira atualizada e inovadora, via Equipe de Competição e Estudo em Arbitragem e Mediação – ECEAM.

Devido a necessidade de experiências exigidas pelo mercado de trabalho aos jovens advogados, o presente trabalho se justifica por vez ao curso de extensão da ECEAM e com experiência na Competição Brasileira de Arbitragem e Mediação Empresarial - CAMARB. Com notoriedade que o objetivo é, antes de mais nada, apresentar de que forma a ECEAM, como oportunidade para formação de profissionais experientes e capacitados em solucionar adequadamente conflitos, auxilia a dissolver inexperiência de jovens advogados no mercado de trabalho tendo como benefício a experiência na CAMARB.

Quanto à organização, o presente trabalho de pesquisa exploratória, bibliográfica está estruturado da seguinte forma: neste primeiro capítulo, se encontra a introdução a respeito do tema discutido na pesquisa e dos aspectos considerados relevantes para a delimitação do mesmo. Em seguida, no segundo capítulo, apresenta os procedimentos metodológicos que foram cruciais para os resultados obtidos. No terceiro capítulo, aborda as formas de resolução adequada de conflitos em conceito geral.

No quarto capítulo, trata-se de adjetivar a ECEAM e o seu regimento. A respeito do quinto capítulo, se fez uma breve discussão sobre a exigência de experiência e o diferencial dos profissionais adaptados. No sexto capítulo, abre espaço para explicar e motivar a experiência na CAMARB. Em continuidade, no sétimo capítulo, são exibidos os resultados que é almejado que o presente trabalho tem a tarefa transmitir. Finalmente, no oitavo capítulo, são apresentadas as principais conclusões deste trabalho, pontos que foram o eixo para que esse projeto, fundamentado em observada matéria de estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada neste trabalho tem natureza aplicada com objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais³. Apoiando-se em pesquisa exploratória:

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

Este método de pesquisa se justifica pelo fato de que ao abordar a importância de se fundar a ECEAM foi observado que UNPTAN será pioneira neste método, em nível regional, o que levou a um levantamento de dados por meio de livros, revistas, declaração de profissionais da área⁴ e alunos de outras universidades que são destaque no país em ensino, adotam o método de difundir a Arbitragem e a Mediação por meio de Equipes/Ligas para competição nacional, CAMARB⁵, proporcionando ao aluno grandes oportunidades.

O que nos faz acreditar que a ECEAM é um caminho seguro, inovador e pioneiro que acarretará bons frutos para discentes, docentes e a UNIPTAN.

Por conseguinte, embasamos em Cassal (2006), Carmona (2004), Leal (2017), Revista Exame (2018) e Canal CAMARB - YouTubeBR (2017), gerando veracidade para a realização efetiva deste trabalho.

3 DISCUSSÃO

³ Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

⁴ Para o coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito do Ibmec São Paulo, João Paulo Hecker, “trata-se de um dos eventos mais relevantes do país. Essa competição tem por objetivo difundir meios adequados de resolução de litígios por meio de técnicas metodológicas ativas e inovadoras, despertando interesse, engajamento e profundo protagonismo dos alunos na aquisição do conhecimento(...)”.(Revista Exame, 2018).

⁵ Declarações disponíveis em: https://www.youtube.com/channel/UCwMskWmsMwEgVh7sfz_IfaQ/videos

3.1 Métodos adequados em resolução de conflito - arbitragem e mediação

No findar de todo bom litígio, o objetivo claro entre as partes é o anseio que prioriza o tempo para essa realização e a sensação de justiça é o ponto em comum. Por essa frequente busca, o que antes eram considerados métodos alternativos de resolução de conflito hoje se qualificam como métodos adequados e de resolução de conflito.

A que se refere em adequado, é pela grande proximidade que a Mediação traz para o caso concreto, ao aproximar as partes para acharem pontos verdadeiramente importante e alcançar a justiça de fato ou se aproxima de tal. Se tratando de ser flexível nas disputas refere com especificidade o litígio sem decisões padrão, dando a devida decisão aos anseios do valor de justiça em que cada parte a considera. Em uma pequena sugestão para tal demanda, deixa as partes livres para escolherem entre o necessário e o possível, criando de certa forma a empatia onde havia desajuste de egos. Selando bons acordos onde a livre vontade das partes o constitui e por mais desobstruindo o *roll* de procedimentos estatal.

A arbitragem é método de solução de controvérsias pelo qual as partes depositam poderes de decisão a um terceiro, o qual julga competente para decidir pelas as mesmas. Mediante soberania perante a vontade das partes o árbitro julga o que acha justo e não o que cada parte acha melhor para a sua demanda em particular, fazendo jus a imparcialidade.

Mesmo sendo um método heterocompositivo⁶, Arbitragem se classifica de maneira geral com um método adequado além de alternativo o que deixa claro sua autonomia e poderes extrajudiciais e ainda sim sendo preciso a intervenção estatal e situações isoladas, a Arbitragem como não goza do poder de punir o Estado intervém fazendo que se cumpra a sentença arbitral é um dos exemplos. “Embora não se confunda arbitragem, conciliação e mediação - o objetivo da primeira é a obtenção de uma solução imposta por um terceiro imparcial, enquanto as duas últimas visam a celebração de um acordo” (CARMONA, 2004).

⁶ [A arbitragem] É técnica de solução de conflitos mediante a qual os conflitantes buscam em uma terceira pessoa, se sua confiança, a solução amigável e “imparcial” (porque não feita pelas partes diretamente) do litígio. É, portanto, heterocomposição. (...) (CARMONA, 2004).

3.2 Negociação

Em se tratando de meios adequados de solução de conflitos, é impossível não mencionar a Negociação que é o cerne de toda Mediação e Arbitragem. No que concede ao novo prisma na forma de negociar o “Manual de Negociação baseado na Teoria de Harvard” norteia o raciocínio:

A negociação de Harvard consiste em criar um mecanismo ou procedimento de comunicação voltado para à persuasão, na qual se busca discutir o mérito das questões discutidas pelas partes, a partir de princípios comum a todos, buscando resultado mais satisfatórios possíveis para os interesses de todos os atores do processo de negociação (LEAL, 2017).

Observa-se a necessidade de repudiar o que eles chamam de “negociação posicional” a retrógrada, negociação baseada na premissa de que, para que uma das partes ganhe a outra obrigatoriamente precisa perder, o que limita a lista de opções a serem fornecidas para a solução da demanda e perca a celeridade.

A verdadeira e livre negociação deve objetivar os interesses que motivam as partes a litigar, entender os objetivos em comum, divergentes e complementares para que a lista de possíveis soluções seja satisfatória para ambas as partes. Dessa forma, é possível enxergar uma “negociação ganha-ganha”, a flexibilidade proporciona que as partes em hipótese trabalhem com empatia, evidenciando o problema para que a outra parte entenda que também faz parte deste e que os impasses não são as pessoas o que não deixa que tudo se torne pessoal.

O objetivo maior é que a solução encontrada não cause rompimentos para que futuros laços serem criados ou possam continuar existindo. Ou seja, esse *loop* de ideias que leva diretamente a Arbitragem e Mediação que busca a satisfação das partes, e entender como isso tudo está ligado ao mercado no amanhã é incentivador para que as futuras gerações estejam preparadas para atender esses anseios.

4 EQUIPE DE COMPETIÇÃO E ESTUDOS EM ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO DO UNIPTAN

A ECEAM/UNIPTAN é uma entidade autônoma, civil, laica, não vinculada a partidos políticos, sem fins lucrativos e organizada pelos acadêmicos do curso de Direito do UNIPTAN. A ECEAM/UNIPTAN possui duração ilimitada e a sua atuação abrange todo território nacional. Tem como objetivos a promoção da pesquisa e competição, com enfoque na área de

Arbitragem e Mediação - direito empresarial, direito civil e processo civil – por meio: I - Da discussão de conteúdos teóricos e práticos pelos acadêmicos; II - Da atuação integrada e comprometida com a comunidade; III - Do incentivo à produção de resolução de conflitos de maneira alternativa.

A atuação da ECEAM visa propiciar enriquecimento da formação acadêmica, difundir a educação continuada na área de Arbitragem e Mediação, promover eventos e preparação para futuras competições regionais e nacionais. Salienta-se o caráter eminentemente educador da Liga – artifício para o processo de ensino-aprendizagem em Arbitragem e Mediação tanto para os discentes e membros, quanto para a comunidade. A equipe busca estimular o conhecimento em área pouco explorada.

Abrir-se para o novo sempre será matéria de questionamento e incertezas que fazem parte da caminhada, mas as incertezas tornam-se certas se o novo for colocado a prova. Quando a Revista Exame publicou matéria apresentando o UNIPTAN na lista das 320 melhores instituições particulares elevou em um patamar altíssimo em ensino. Entre as instituições apresentadas na matéria, poucas não têm equipe de alunos que anualmente se comprometem a participar da CAMARB com suas equipes devidamente listadas⁷.

5 FORMAÇÃO ACADÊMICA VS. EXPERIÊNCIA

No mercado de trabalho os imaturos advogados recém-formados, sentem na prática quantas oportunidade a inexperiência pode custar. Nos anos de teoria da graduação que prepara para o mercado de trabalho não consta o que lhe é mais cobrado experiência por mais esforço que é nítido vindo dos orientadores e professores a doutrina não abrange experiência. Desde o mais tardar das eras, essa face não muda tomando como exemplo a passagem do livro “L' art de la guerre - A arte da guerra / Sun Tzu”:

Sun Tzu - disse-lhe o rei -, li a obra que escreveste sobre a arte militar, e fiquei muito contente; mas os preceitos que sugeres me parecem de difícil execução. Alguns deles

⁷ Equipes Inscritas na Competição: <http://camarb.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Resultado-Oficial-IX-COMPETI%C3%87%C3%83O-CAMARB.pdf>

me parecem absolutamente impraticáveis. Será que tu mesmo poderás executá-los? Há um abismo entre a teoria e a prática. Imaginamos os mais belos estratagemas quando estamos tranquilos em nosso gabinete e só fazemos a guerra na imaginação. Tudo muda quando estamos no terreno. Geralmente, o que presumimos fácil revela-se tarefa impossível. - -Príncipe - respondeu Sun Tzu -, nada disse em meus escritos que já não tivesse praticado nos exércitos (CASSAL, 2006)

A necessidade da experiência não é novidade, mas uma vez que o mercado acompanha o caminhar na humanidade, esta se torna fator obrigatório.

Além do estágio, o aluno de graduação se vê com um único mecanismo para aquisição da experiência e até mesmo no estágio o graduando se encontra em dificuldade pois o estágio nada mais é que colocar em prática a doutrina a cobrança por celeridade e criatividade em resolução de casos reais onde qualquer mal-entendido do novato aprendiz gera transtornos a vida de terceiros.

Seria de agradável tom que na universidade fosse oferecido meios para sanar esse vazio, uma oportunidade que levaria os que se dispõem a trocar experiência a conhecer uma área tão pouco explorada em nossa região.

6 COMPETIÇÃO BRASILEIRA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO EMPRESARIAL CAMARB

Competição Brasileira de Arbitragem e Mediação Empresarial CAMARB trata-se do maior evento do gênero da América Latina e da maior competição de arbitragem e mediação em língua portuguesa no mundo. Os alunos que participam apresentam memoriais escritos e participam de audiências simuladas sobre um caso preparado pela CAMARB. O caso se refere a temas que qualquer advogado já se deparou ou vai se deparar na sua carreira profissional (Revista Exame, 2018).

A CAMARB é artifício para a nova era do contencioso, deixando as formas mais arcaicas em resolver um conflito o famoso “ganha-perde”, para que uma das partes precisa necessariamente perder para a outra ganhar o que se espera atualmente é que ambas as partes em tempo célere, ganhem de forma mútua e em um diálogo sincero e preciso encontre um ponto de harmonia para solucionar o conflito.

Uma grande oportunidade dos alunos de qualquer universidade brasileira adquirir experiência, em um nível profissional. Além de representar sua universidade, e ter contato com grandes escritórios e advogados que são referência na área jurídica, os alunos/competidores estarão se preparando para as exigências do mercado jurídico.

Futuramente quando o aluno de hoje e advogado de amanhã se deparar com a realidade da área estará preparado para as inovações, criatividade, celeridade exigida. É um atalho para

as futuras gerações de advogados que ainda na graduação ter um panorama do futuro se identificar se preparar e ter a oportunidade na troca de experiência. Em um prisma da nona edição da competição Gisela Mation declara à Revista Exame:

Em sua nona edição, a Competição Brasileira de Arbitragem e Mediação Empresarial CAMARB se orgulha da relevância conquistada para o desenvolvimento profissional e acadêmico dos participantes. Um exemplo é Gisela Mation, atualmente advogada sênior do escritório Machado Meyer, que comenta a sua participação no evento – hoje, ela é profissional reconhecida no mercado e participando como árbitra das rodadas deste ano, mas já esteve também do outro lado, como competidora, na primeira edição, realizada em 2010. “A Competição foi pioneira no Brasil, adaptando à nossa realidade a prática das competições internacionais e permitindo aos seus participantes exercitar habilidades essenciais para a prática da advocacia. Hoje, como árbitra, observo com grande satisfação o desenvolvimento dos jovens participantes, assim como a sua dedicação e qualidade técnica na construção dos argumentos e na sua exposição oral” (Revista Exame, 2018)

7 RESULTADOS

Quando se trata de métodos adequado de resolução de conflito a Arbitragem e a Mediação se destacam hora por atender de imediato as demandas com celeridade, criatividade e eficácia. Apesar da labuta intensa, advogar em Arbitragem é um caminho aberto a qualquer profissional preparado e competente para atuar sob demanda dos casos mais relevantes.

Sem qualquer demérito ao profissional do contencioso judicial, advocacia arbitral e a mediação trazem aquilo que é mais exigido: A especificidade.

Por esse e outros motivos, em expressão bem jocosa: as portas estão abertas. Ou seja, o mercado é promissor. A jovem geração, que se atenta a esse aspecto, quer e está se preparando para essa forma efetiva e célere de advogar e resolver as perspectivas do litígio em pauta.

Acreditando no exposto, é de notoriedade que a ECEAM/UNIPTAN oferecerá aos alunos, além da graduação de qualidade, a preparação na prática para o futuro, espaço este que é o objetivo central na ECEAM: preparar jovens ainda graduandos para atender a demanda do mercado. A ECEAM proporcionará ao aluno, por meio do curso de extensão e equipe estruturada, a conjuntura de ter, em mãos, casos para colocar em prática as teorias já estudadas em sala de aula, caso este, que será ofertado pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil por meio da CAMARB. Por meio do caso e da participação na Competição, o graduando colocará à prova sua aptidão em resolução de conflitos, o que lhe dará mais confiança em seu futuro profissional.

O que essa equipe acarreta para os discentes é que mesmo que área estudada no núcleo da ECEAM não seja sua escolha profissional, o mesmo estará desenvolvendo a comunicação que é o cargo chefe de qualquer advogado, e aprender a se comunicar com tom de negociação em contexto atualizado e visionário.

A Competição será um artifício para trocar experiência, conhecimento e, antes de mais nada, para quebrar o paradigma de que para uma parte ganhar a outra precisa perder, um contencioso do ganha-ganha. Um espaço para as futuras gerações esquecerem o ego inflado e encontrem em meio ao litígio um ponto de concordância e deste fluírem a demanda.

Outrossim, inegável é que o Projeto ECEAM estabelece um panorama em nível altíssimo ocasionando reconhecimento nacional para a Universidade Presidente Tancredo de Almeida Neves na maior Competição da América Latina em Arbitragem e Mediação em seguimento a UNIPTAN será pioneira na região ao coerir o método inovador.

8 CONCLUSÃO

O “novo” é assustador, mas é deveras proporcional ao mérito de tentar sair da zona de conforto. O que diferencia exibidos profissionais e universidades é a ambição pelo risco de ser audaz, grandes fatores foram evidenciados ao concluir este trabalho a UNIPTAN tem todo suporte necessário para acolher o projeto ECEAM.

Ganhar ou perder não é mais o adjetivo de litígio, é sim possível haver um ponto interesses mútuo entre as partes. Alternativo perde lugar para o adequado uma vez que a especificidade é um objetivo maior que o padrão de resultados.

Arbitragem, Mediação e Negociação ocupam grandes espaços fora da nossa região, instaurar esses métodos acarretaria resultados pioneiros para a advocacia local e para os estudantes de nossa universidade e de outras que teriam este exemplo. A Equipe de Competição e Estudo em Arbitragem e Mediação será o artifício para despertar interesse daqueles que conhece o assunto e para aqueles que não, será uma vitrine de opção para se encontrar no curso

e a experiência almejada. Proporcionará também para nosso centro de ensino um espaço na maior competição nacional, comprovando sua maturidade e excelência em ensino⁸.

REFERÊNCIAS

A arte da guerra / Sun Tzu; tradução de Sueli Barros Cassal. -- Porto Alegre: L&PM, 2006.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo. Um comentário à lei 9.307/96. 2 ed. Atlas. São Paulo, 2004. Declarações sobre a CAMARB disponíveis em: <https://www.youtube.com/channel/UCwMskWmsMwEgVh7sfz_IfaQ/videos> Acesso em: 19 dez. 2018.

Equipes Inscritas na Competição disponível em: <<http://camarb.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Resultado-Oficial-IX-COMPETI%C3%87%C3%83O-CAMARB.pdf>> Acesso em: 10 jan 2019.

Manual de Negociação Baseado na Teoria de Harvard / Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal. – Brasília : EAGU, 2017.

Métodos de Pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IX Competição Brasileira de Arbitragem e Mediação Empresarial CAMARB disponível em:<<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/ix-competicao-brasileira-de-arbitragem-e-mediacao-empresarial-camarb/>> Acesso em: 24 jan. 2018.

⁸ É o grau de comprometimento que determina o sucesso, não o número de seguidores. Remo Lupin

FATORES RELACIONADOS À SOBRECARGA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Bianca Cristina Silva de Assis¹
Girliani Silva de Sousa²
Gisele Geralda da Silva³
Maria Odete Pereira²

Resumo - Objetivou-se analisar a produção científica acerca dos fatores associados à sobrecarga de trabalho de profissionais que atuam na Estratégia Saúde da Família. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada em outubro de 2018 nas bases de dados LILACS, MEDLINE, CINAHL e WEB OF SCIENCE, sem limite temporal. Um total de 21 artigos preencheu os critérios de elegibilidade, que foram selecionados e analisados. Os fatores que mais se destacaram para que os profissionais se percebessem mais vulneráveis à sobrecarga de trabalho foram: condições precárias de trabalho, dificuldade de relacionamento interpessoal com equipe de trabalho e gestão e serem profissionais jovens que atuam em áreas mais pobres e com alto risco de violência. Os fatores associados à sobrecarga de trabalho acarretam prejuízos à saúde física e psíquica do trabalhador. Faz-se necessário a implementação de ações que visem a promoção da saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Pessoal de saúde. Carga de trabalho. Esgotamento Profissional Atenção Primária à Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A satisfação no trabalho dos profissionais que atuam na Atenção Primária em Saúde (APS) é um desafio de âmbito mundial. O sub-financiamento dos serviços de Atenção Primária fragiliza os processos de trabalho e impacta negativamente na qualidade da produção de cuidado e na saúde dos profissionais.

Investigação na Índia evidenciou menor nível de satisfação no trabalho entre os profissionais em unidades de cuidados primários (KUMAR *et al* 2014). Os fatores ligados ao trabalho, como relações interpessoais; ambiente de trabalho; organização do trabalho em saúde;

1 Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Av. Prof. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30130-100. E-mail: bianca.ufsj@hotmail.com.

2 Departamento de Enfermagem Aplicada. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Av. Prof. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30130-100.

3 Graduação em Enfermagem. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Av. Prof. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30130-100. E-mail: gihsilvaenf@gmail.com.

plano de desenvolvimento de carreira e questões de recursos humanos, influenciam a satisfação e o desempenho do profissional no sistema da APS (KANNO; BELLODI; TESS, 2012; TRINDADE; PIRES, 2013; KUMAR *et al.*, 2014; ZHANG *et al.*, 2016).

Nesse contexto, pesquisa realizada no Irã, com 9.191 profissionais da APS, constatou que 35,7% dos profissionais tinham níveis médios a altos de exaustão emocional e 49,6% apresentaram falta de realização pessoal (AMIRI *et al.*, 2016). O desgaste emocional esteve associado à idade, experiências no trabalho e satisfação com a renda (AMIRI *et al.*, 2016).

Estudo no Brasil com 797 profissionais da APS acerca da qualidade de vida, identificou que 15,4% dos profissionais reportaram a percepção de má qualidade de vida (TELES, *et al.*, 2014). Aqueles que se comprometiam excessivamente no trabalho e não tinham seus reforços reconhecidos, tiveram maior probabilidade para apresentar má qualidade de vida geral, especificamente, no domínio físico (TELES *et al.*, 2014).

Considerando essa realidade, vale apontar que a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF) para estar geograficamente próximo às comunidades carentes, econômica e socialmente, com o cuidado integral ao indivíduo e a criação de vínculos faz com que os profissionais lidem com situações médico-sociais complexas que podem levá-los ao estresse, esgotamento ocupacional e adoecimento psíquico (KANNO; BELLODI; TESS, 2012; AZAMBUJA, 2016).

Nessa perspectiva, este estudo se justifica por: (1) evidência científica a respeito da sobrecarga de trabalho como um dos fatores de insatisfação do profissional da ESF; (2) processo de trabalho na ESF fragilizado que implica na alta rotatividade dos profissionais no serviço e desfragmentação do cuidado integral ao indivíduo (KANNO; BELLODI; TESS, 2012; TRINDADE; PIRES, 2013); (3) aumento nas taxas de absenteísmo por problemas de saúde física e mental dos profissionais da ESF; (4) no Brasil, o estudo desta temática é recente e há uma escassez de produção literária acerca do tema.

Neste sentido, identificar os fatores associados à sobrecarga de trabalho entre os profissionais da APS torna-se essencial, tanto para fomentar estratégias que visem otimizar a satisfação desses profissionais com o trabalho, quanto para a melhoria da qualidade de vida desses indivíduos, que impactará no cuidado ofertado aos usuários da APS. Assim, este estudo objetivou analisar a produção científica acerca dos fatores associados à sobrecarga de trabalho de profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008) para traçar um panorama nacional dos estudos que envolvem sobrecarga de trabalho na Estratégia Saúde da Família. A questão norteadora foi: Quais são os fatores associados à sobrecarga de trabalho entre os profissionais das equipes de Atenção Primária à Saúde?

O levantamento bibliográfico foi realizado durante o período de outubro de 2018, nas seguintes Bases de dados: LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde) via BVS (Biblioteca Virtual em Saúde); MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde) via PUBMED; CINAHL, (Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature) e WEB OF SCIENCE (Science Citation Index, Social Science Citation Index, Arts and Humanities Citation Index), acessadas no Portal de Periódicos da CAPES. Utilizaram-se os seguintes descritores: Pessoal de saúde; Carga de trabalho; Esgotamento Profissional e Atenção Primária à Saúde.

A estratégia de busca na base PubMed guiou-se pelos termos: (("Health Personnel"[Mesh] OR "Health Personnel"[Title/Abstract]) AND ("Workload"[Mesh] OR "Burnout, Professional"[Mesh] OR Workload[Title/Abstract] OR workloads[Title/Abstract] OR "Professional Burnout"[Title/Abstract] OR burnout[Title/Abstract])) AND ("Primary Health Care"[Mesh] OR "Family Health Strategy"[Title/Abstract] OR "Primary Health Care"[Title/Abstract] OR "Primary Healthcare"[Title/Abstract] OR "Primary Care"[Title/Abstract]) AND "published last 10 years"[Filter]. Estratégias equivalentes foram adotadas para as demais Bases.

Foram incluídos artigos publicados em inglês; espanhol e português, nos últimos dez anos, que apresentassem resumos e informações acerca da sobrecarga de trabalho entre profissionais da Estratégia Saúde da Família. Foram excluídos os textos que abordaram a sobrecarga de trabalho em outras modalidades de serviços de saúde e que não foram desenvolvidos na APS brasileira.

A pesquisa nas Bases de dados resultou em 864 artigos, os quais passaram por uma primeira seleção de leitura dos títulos, e posterior leitura dos resumos dos 62 artigos selecionados pelo título. Ao término das duas etapas, resultaram 29 artigos, que foram lidos na íntegra, e, após a retirada dos artigos duplicados, selecionou-se 21 artigos (Figura 1).

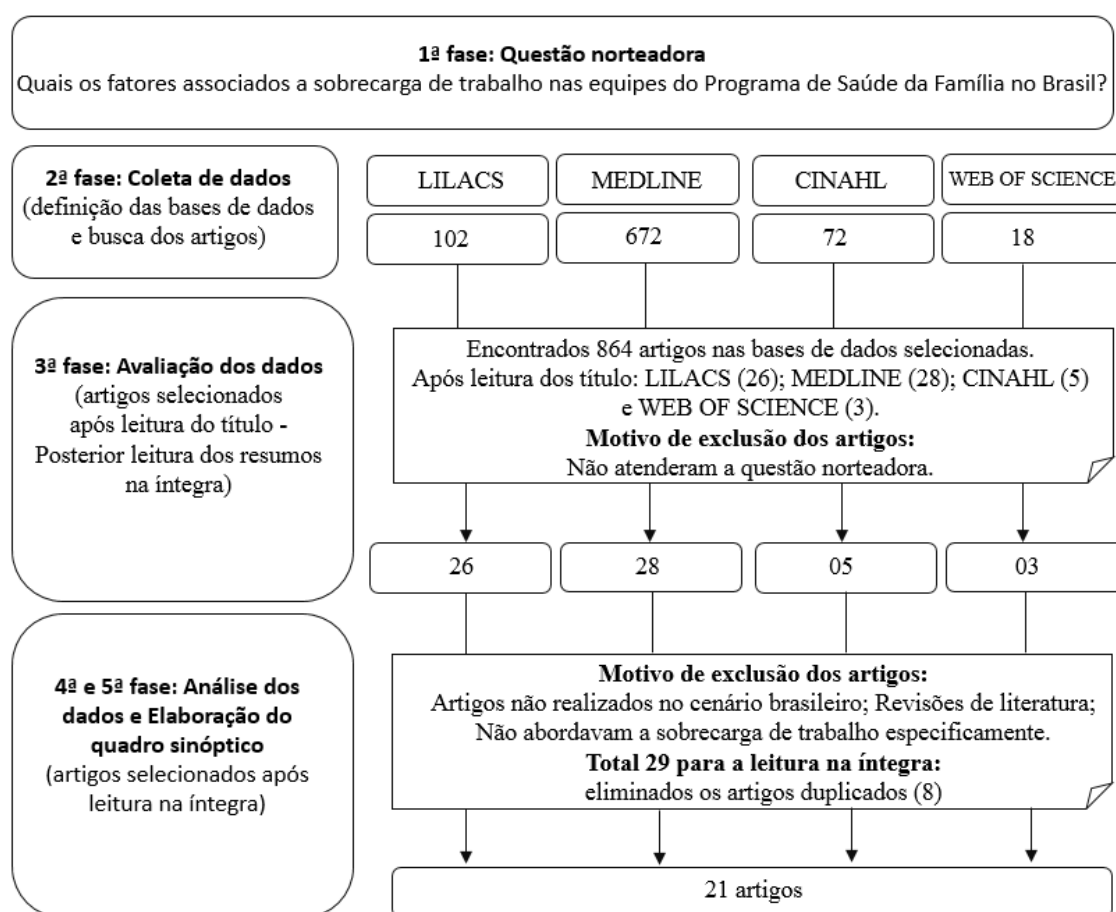


Figura 1 – Fluxo de processo de seleção dos estudos para a revisão integrativa. Belo Horizonte, MG, Brasil, 2018.

Os artigos foram lidos na íntegra com a utilização de instrumento elaborado pelas autoras para nortear a coleta, síntese; organização e análise dos dados, com o propósito de extrair e organizar as informações (KAKUSHI E ÉVORA, 2016). Os dados foram organizados de acordo com: nome do artigo; ano de publicação; autores; resultados e recomendações/conclusões.

Na análise, foram identificados e categorizados os dados relevantes, utilizando-se os passos e princípios da Análise Temática (MINAYO, 2006). Para isso, realizou-se uma leitura flutuante dos dados coletados, buscando identificar as similaridades e diferenças dos conteúdos. Posteriormente, os dados foram classificados e agregados nas categorias: Características sociodemográficas e formativas; Dificuldades nos relacionamentos interpessoais no trabalho e Problemas gerenciais. Os dados foram interpretados, discutidos e articulados com a literatura pertinente ao tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No quadro 1 são apresentados o ano de publicação, periódico e método adotado nos artigos que compuseram a amostra.

Quadro 1 – Caracterização das publicações selecionadas Belo Horizonte, MG, Brasil, 2018.

Ano	Periódico	Método
2010	Rev Esc Enferm USP	Quantitativa
2012	Saúde Soc	Qualitativa
2012	Rev Gaúcha Enferm.	Qualitativa
2010	Cad. Saúde Pública	Quantitativa
2011	Rev APS	Qualitativa
2015	Ciência; Saúde Coletiva	Quantitativa
2014	Cad. Saúde Colet.	Quantitativa
2018	Trab. Educ. Saude	Quantitativa
2015	Complementary and Alternative Medicine	Quantitativa
2016	R Bras Ci Saúde	Quantitativa e Qualitativa
2011	Ciência; Saúde Coletiva	Qualitativa
2011	Ciência; Saúde Coletiva	Qualitativa
2010	RFO, Passo Fundo	Qualitativa
2014	Ciência; Saúde Coletiva	Quantitativa
2013	Texto Contexto Enferm	Qualitativa
2015	Rev Gaúcha Enferm.	Quantitativa
2014	Rev. Psicol., Organ. Trab	Quantitativa
2009	Rev. Enferm. UERJ	Qualitativa
2011	Rev. Enferm. UERJ	Qualitativa
2012	Saúde Soc. São Paulo	Qualitativa
2012	Psicologia: Reflexão e Crítica	Quantitativa

O estudo mostrou uma homogeneidade no quantitativo de publicações no que tange ao período, com exceção dos anos de 2008 e 2017, em que não se identificou investigações nessa temática.

Em face do método adotado nos artigos, houve predomínio das abordagens quantitativas e qualitativas, sendo que 47,6% eram de abordagem quantitativa, 47,6% de abordagem qualitativa e 4,8% foi estudo misto, trabalhando os dois tipos de método.

Em relação ao cenário de pesquisa dos estudos selecionados, observou-se que 42,8% foram desenvolvidos na região Sul do Brasil (COSTA *et al.*, 2012; GARCIA; HÖFELMANN; FACCHINI, 2010; GOMES *et al.*, 2010; MAISSIAT *et al.*, 2015; MEDEIROS *et al.*, 2016; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014; TRINDADE; LAUTERT, 2010; TRINDADE; PIRES, 2013); 33% na região Sudeste (ATANES *et al.*, 2015; KANNO; BELLODI; TESS, 2012; MARTINS *et al.*, 2014;; LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018; PIERANTONI *et al.*, 2011; SILVA, 2011; SANTOS; DAVID, 2011; WAI; CARVALHO, 2009).; 19% na região Nordeste (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012; FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; SILVA *et al.*, 2015) e 4,8% na região Centro-Oeste (ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012).

Acerca dos profissionais entrevistados nos artigos selecionados, 66,6% dos artigos entrevistaram todos os profissionais atuantes na ESF (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012; ATANES *et al.*, 2015; GARCIA; HÖFELMANN; FACCHINI, 2010; KANNO; BELLODI; TESS, 2012; LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018; MAISSIAT *et al.*, 2015; MARTINS *et al.*, 2014; MEDEIROS *et al.*, 2016; SILVA, N. R., 2011; SILVA, S.C.P.S. *et al.*, 2015; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014; TRINDADE; LAUTERT, 2010; TRINDADE; PIRES, 2013); 28,6% apenas os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) (COSTA *et al.*, 2012; PIERANTONI *et al.*, 2011; SANTOS, I. E. R.; VARGAS; REIS, 2014; SANTOS, L. F. B.; DAVID, 2011; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; WAI; CARVALHO, 2009) e 4,8% somente cirurgiões-dentistas (GOMES *et al.*, 2010) e 4,8% envolveu somente médicos que atuavam na ESF (FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011).

A categoria características sociodemográficas e formativas envolvidas na sobrecarga de trabalho englobam a fragilidade na atuação profissional, detectada em 71,4% dos artigos (ATANES *et al.*, 2015; COSTA *et al.*, 2012; FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; GARCIA; HÖFELMANN; FACCHINI, 2010; GOMES *et al.*, 2010; KANNO; BELLODI; TESS, 2012; LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018; MAISSIAT *et al.*, 2015; MEDEIROS *et al.*, 2016; PIERANTONI *et al.*, 2011; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS, I. E. R.; VARGAS; REIS, 2014; SANTOS, L. F. B.; DAVID, 2011; TRINDADE; PIRES, 2013; WAI; CARVALHO, 2009). Assim, sendo, 33,3% dos artigos mencionaram faixa etária igual ou inferior a 30 anos de idade (ATANES *et al.*, 2015; LIMA;

FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018; MAISSIAT *et al.*, 2015; MARTINS *et al.*, 2014; SILVA *et al.*, 2015; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014; TRINDADE; LAUTERT, 2010) e 4,8% ter pós-graduação como fatores associados à fragilidade na atuação profissional (LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018).

Na categoria dificuldades nos relacionamentos interpessoais no trabalho verificou-se que 47,6% dos estudos detectaram tensões emocionais nas situações sociais complexas da prática na ESF (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012; ATANES *et al.*, 2015; COSTA *et al.*, 2012; FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; KANNO; BELLODI; TESS, 2012; MEDEIROS *et al.*, 2016; MAISSIAT *et al.*, 2015; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SILVA *et al.*, 2015; TRINDADE; PIRES, 2013) e 28,6% dos artigos identificaram a presença de tensões nas relações interpessoais com a equipe e gestão do serviço (COSTA *et al.*, 2012; MAISSIAT *et al.*, 2015; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; SILVA *et al.*, 2015; TRINDADE; PIRES, 2013).

A categoria problemas gerenciais identificou que 71,4% dos estudos evidenciaram demanda excessiva de atividades (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012; COSTA *et al.*, 2012; FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; GOMES *et al.*, 2010; LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018; MAISSIAT *et al.*, 2015; MEDEIROS *et al.*, 2016; PIERANTONI *et al.*, 2011; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS, I. E. R.; VARGAS; REIS, 2014; SANTOS, L. F. B.; DAVID, 2011; SILVA, N. R., 2011; SILVA, S.C.P.S. *et al.*, 2015; TRINDADE; PIRES, 2013; WAI; CARVALHO, 2009); 42,9% das investigações encontraram condições precárias de trabalho (SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; GARCIA; HÖFELMANN; FACCHINI, 2010; MAISSIAT *et al.*, 2015; MARTINS *et al.*, 2014; MEDEIROS *et al.*, 2016; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; SILVA, 2011; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014); 28,6% dos artigos mencionaram desvalorização dos profissionais (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012; COSTA *et al.*, 2012; SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; SILVA *et al.*, 2015; TRINDADE; LAUTERT, 2010; TRINDADE; PIRES, 2013); 19,1% das investigações discorreram burocratização das atividades dos profissionais (FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; KANNO; BELLODI; TESS, 2012; MEDEIROS *et al.*, 2016; PIERANTONI *et al.*, 2011) e 9,5% citaram política partidária (MEDEIROS *et al.*, 2016; TRINDADE; PIRES, 2013).

A quantidade de participantes dos estudos variou de 22 a 450 profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF). Houve predomínio do sexo feminino com variação entre 83% a 85,6%.

A média de idade dos participantes foi entre 32 a 44,9 anos. O tempo de trabalho manteve-se entre sete e dez anos.

Quadro 2. Fatores de risco associados na sobrecarga de trabalho em profissionais atuantes na Atenção Primária à saúde.

1. Características Sociodemográficas e Formativas	Fragilidade na atuação profissional (ATANES <i>et al.</i>, 2015; COSTA <i>et al.</i>, 2012; FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; GARCIA; HÖFELMANN; FACCHINI, 2010; GOMES <i>et al.</i>, 2010; KANNO; BELLODI; TESS, 2012; LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018; MAISSIAT <i>et al.</i>, 2015; MEDEIROS <i>et al.</i>, 2016; PIERANTONI <i>et al.</i>, 2011; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS, I. E. R.; VARGAS; REIS, 2014; SANTOS, L. F. B.; DAVID, 2011; TRINDADE; PIRES, 2013; WAI; CARVALHO, 2009) Profissional jovem (ATANES <i>et al.</i>, 2015; LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018; MAISSIAT <i>et al.</i>, 2015; MARTINS <i>et al.</i>, 2014; SILVA <i>et al.</i>, 2015; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014; TRINDADE; LAUTERT, 2010) Ser pós-graduado (LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018)
2. Dificuldades nos relacionamentos interpessoais no trabalho	Tensão emocional nas situações sociais complexas da prática (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012; ATANES <i>et al.</i>, 2015; COSTA <i>et al.</i>, 2012; FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; KANNO; BELLODI; TESS, 2012; MEDEIROS <i>et al.</i>, 2016; MAISSIAT <i>et al.</i>, 2015; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SILVA <i>et al.</i>, 2015; TRINDADE; PIRES, 2013) Tensões nas relações interpessoais com a equipe e gestão (COSTA <i>et al.</i>, 2012; MAISSIAT <i>et al.</i>, 2015; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; SILVA <i>et al.</i>, 2015; TRINDADE; PIRES, 2013)
3. Problemas Gerenciais	Demanda excessiva de atividades (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012; COSTA <i>et al.</i>, 2012; FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; GOMES <i>et al.</i>, 2010; LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018; MAISSIAT <i>et al.</i>, 2015; MEDEIROS <i>et al.</i>, 2016; PIERANTONI <i>et al.</i>, 2011; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS, I. E. R.; VARGAS; REIS, 2014; SANTOS, L. F. B.; DAVID, 2011; SILVA, N. R., 2011; SILVA, S.C.P.S. <i>et al.</i>, 2015; TRINDADE; PIRES, 2013; WAI; CARVALHO, 2009) Desvalorização dos profissionais (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012; COSTA <i>et al.</i>, 2012; SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; SILVA <i>et al.</i>, 2015; TRINDADE; LAUTERT, 2010; TRINDADE; PIRES, 2013) Burocratização das atividades dos profissionais (FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; KANNO; BELLODI; TESS, 2012; MEDEIROS <i>et al.</i>, 2016; PIERANTONI <i>et al.</i>, 2011) Condições precárias de trabalho (SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; GARCIA; HÖFELMANN; FACCHINI, 2010; MAISSIAT <i>et al.</i>, 2015; MARTINS <i>et al.</i>, 2014; MEDEIROS <i>et al.</i>, 2016; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; SILVA, 2011; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014) Política partidária (MEDEIROS <i>et al.</i>, 2016; TRINDADE; PIRES, 2013)

O tipo de contrato variou entre os estudos. No Rio Grande do Sul (MAISSIAT *et al.*, 2015) observou prevalência de 78,1% de contratos temporários; em João Pessoa (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012) houve prevalência de 60,5% entre concursados e em Juiz de Fora (LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018) índices de 87%, principalmente, na categoria ACS. Vale salientar que a maioria dos estudos não especificou o tipo de contrato, portanto, não se pode afirmar que o mesmo influenciou na sobrecarga de trabalho dos profissionais da ESF. Entretanto, a literatura (SANTOS; DAVID,

2011) salienta que as condições de contratação de profissionais influenciam na percepção de sobrecarga de trabalho, uma vez que variam entre os municípios, não sendo raros os modelos de contratação instável e temporária e a falta de incentivos para a dedicação exclusiva.

A fragilidade na atuação profissional foi compreendida pelas dificuldades no exercício da profissão. A falta de capacitação no início do exercício profissional na ESF gera carga psíquica, por não ter definições claras das atividades a serem desenvolvidas, principalmente, no que tange aos ACS (PIERANTONI *et al.*, 2011; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS; DAVID, 2011) e a equipe de Enfermagem (LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018).

Adicionalmente, ser profissional jovem com menos de 30 anos revelou-se como um fator predisponente ao esgotamento profissional e prejuízos à saúde (GOMES *et al.*, 2010; MAISSIAT *et al.*, 2015; MARTINS *et al.*, 2014; SILVA *et al.*, 2015; TRINDADE; LAUTERT, 2010). Pesquisa conduzida com 107 profissionais em três municípios de pequeno porte da Zona da Mata Mineira (MARTINS *et al.*, 2014) mostrou que ter mais de 30 anos reduzia em até 2,2 vezes as chances de ter esgotamento profissional. A possível explicação pauta-se em que ter menor experiência para lidar com as questões e problemas sociais da comunidade gera sensação de insegurança e aumenta as chances de apresentar esgotamento profissional (MAISSIAT *et al.*, 2015; MARTINS *et al.*, 2014). Desse modo, ter a primeira experiência profissional na (ESF) aumentou em quatro vezes a chance de desenvolver esgotamento profissional (MARTINS *et al.*, 2014).

Em contraste, pesquisa em Porto Alegre com 207 profissionais, constatou por meio de regressão linear múltipla, que ter mais tempo de serviço indica maior índice de adoecimento por estarem expostos à baixa resolutividade dos atendimentos, resultando em frustração (SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014).

Isso reforça a necessidade da gestão em saúde para desenvolver atividades que visem o acolhimento das demandas subjetivas dos profissionais, bem como, a realização de capacitações e espaços em que sejam valorizados o compartilhamento e a troca de experiências entre profissionais para a capacitação técnica, com fundamentação nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a promoção da saúde do trabalhador.

Equipes incompletas e sobrecarga de atividades ocasionam maior predisposição para problemas de saúde e insatisfação profissional (ATANES *et al.*, 2015; COSTA *et al.*, 2012; FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; GOMES *et al.*, 2010; KANNO; BELLODI; TESS, 2012; MAISSIAT *et al.*, 2015; MEDEIROS *et al.*, 2016; SANTOS, I. E. R.; VARGAS; REIS,

2014; SANTOS, L. F. B.; DAVID, 2011; WAI; CARVALHO, 2009). As mudanças ocorridas na nova Política nacional de Atenção Básica, juntamente com os incentivos financeiros e as avaliações que ocorrem por meio do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), culminam no paradoxo da produtividade em números de consultas e visitas domiciliares, em detrimento de atividades coletivas com foco na promoção à saúde. Portanto, fica evidente, que a produtividade tem forte ligação com as ações de caráter biomédico, o que enfraquece a ESF.

Estudo qualitativo, com médicos da ESF em Recife, sinalizou que a maioria dos participantes se sentiam impotentes e frustrados diante de um processo de regulação do desempenho, centrado na cobrança de produtividade por metas, ritmos excessivos e prazos curtos (FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011).

Naquele contexto, as tarefas acabavam por acontecerem sem planejamento cronológico, com a execução de atividades superpostas e com interrupções e intervenções constantes, o que indicava prejuízos para o alcance dos objetivos da ESF (FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; SANTOS; DAVID, 2011; WAI; CARVALHO, 2009). Assim, as ações coletivas e as situações de maior complexidade, como o atendimento de usuários com sofrimento psíquico e vítimas de violência, que demandam maior tempo, não eram computadas na produtividade exigida pelos gestores, ficando na invisibilidade (SANTOS; DAVID, 2011).

Essa realidade reflete as perdas ocorridas na atenção primária nos últimos anos, a crise político-social e econômica que atingiu o Brasil, os baixos salários ofertados aos profissionais, a alta rotatividade em função da política partidária (MEDEIROS *et al.*, 2016; TRINDADE; PIRES, 2013) e o distanciamento dos princípios norteadores do SUS, por parte dos gestores dos serviços.

A política partidária é encontrada em diversos cenários brasileiros, com crescente número de profissionais contratados e a rotatividade em detrimento da condução política, fragilizando as relações e o fortalecimento de vínculo dos profissionais com os usuários, que deveriam ser priorizados pela gestão. Esse cenário dificulta a criação de vínculo da população com o trabalhador da APS, influenciando de forma direta no desenvolvimento de estresse, sobrecarga de trabalho, insatisfação e qualidade da assistência prestada (MEDEIROS *et al.*, 2016; TRINDADE; PIRES, 2013).

Os profissionais que atuam na APS vivenciam tensões emocionais nos contextos psicossociais complexos praticado cotidiano de trabalho. São profissionais que lidam com a insegurança e o medo em trabalhar em áreas perigosas e susceptíveis de violência urbana

(FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; SANTOS; DAVID, 2011; TRINDADE; PIRES, 2013; WAI; CARVALHO, 2009). A falta de saneamento básico em algumas áreas e a falta de resolução dos problemas da comunidade aumenta em três vezes a chance de apresentar esgotamento profissional (MARTINS *et al.*, 2014).

Em decorrência, os profissionais discorrem que se sentem mais estressados quando os usuários os culpam por não resolver seus problemas (GOMES *et al.*, 2010; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS; DAVID, 2011). Nessa perspectiva, o processo de trabalho os torna menos empáticos para com o outro; a forma de produção quantitativa os endurece e faz com que não se preocupem efetivamente com os usuários (MARTINS *et al.*, 2014).

O ACS é a categoria profissional que mais apresenta risco de estresse na ESF. Este profissional vive na mesma comunidade que os usuários residem; a horizontalidade nas relações gera vínculos tão próximos que o sofrimento do usuário do serviço impacta no estado de saúde do profissional (COSTA *et al.*, 2012; PIERANTONI *et al.*, 2011; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SANTOS, I. E. R.; VARGAS; REIS, 2014; SANTOS, L. F. B.; DAVID, 2011; WAI; CARVALHO, 2009). Adicionalmente, esses trabalhadores referem medo de se envolver e denunciar os casos de violência doméstica, o que pode lhes acarretar sofrimento psíquico (SANTOS; DAVID, 2011).

Por outro lado, a criação de vínculo com os usuários é um dos motivos de satisfação atribuídos pelos profissionais no Nordeste do Brasil (SILVA *et al.*, 2015). A relação harmoniosa estabelecida com os usuários faz com que os profissionais se sintam mais tranquilos e satisfeitos por saber que influenciam na criação de hábitos saudáveis e no estímulo do cuidado de si na vida das pessoas (MAISSIAT *et al.*, 2015; PIERANTONI *et al.*, 2011; SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; SILVA *et al.*, 2015; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014; TRINDADE; PIRES, 2013). Nesta perspectiva, a satisfação no trabalho faz com que os profissionais se sintam menos esgotados (MARTINS *et al.*, 2014).

As autoras ressaltam que tecnologias de cuidado, como o acolhimento e o vínculo deveriam ser valorizadas pela gestão em saúde, por se constituírem molas propulsoras para o cuidado de excelência, quando os profissionais se voltam ao usuário com o desejo de conhecer suas necessidades, para que sejam supridas, sem deixar de levar em consideração sua autonomia e corresponsabilização.

Outros fatores considerados estressantes e causadores de problemas de saúde física e psíquica dos profissionais estão relacionadas às barreiras na comunicação com a gestão e com

a equipe (COSTA *et al.*, 2012; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; MAISSIAT *et al.*, 2015; SANTOS; VARGAS; REIS, 2014; SILVA *et al.*, 2015; TRINDADE; PIRES, 2013). O despreparo dos gestores, seja pela falta de experiência no cargo, ou pelas relações hierarquizadas verticalizadas e autoritárias, geram sobrecarga de trabalho entre os profissionais (ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012).

Desse modo, a falta de organização no processo de trabalho, juntamente com o número insuficiente de profissionais para a demanda, resulta em um acúmulo de atividades, sendo observada em todas as regiões do Brasil (FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; MAISSIAT *et al.*, 2015; MEDEIROS *et al.*, 2016; SANTOS, I. E. R.; VARGAS; REIS, 2014; SANTOS, L. F. B.; DAVID, 2011; TRINDADE; PIRES, 2013; WAI; CARVALHO, 2009). A insatisfação com o trabalho, resultante da sobrecarga, tem como principais desencadeadores as falhas na gestão, como na elaboração de escala e na realocação de pessoal frente às faltas (SILVA, 2011), bem como no não cumprimento das horas de trabalho estabelecidas que acabam sendo extrapoladas (LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018), ocasionando, dessa forma, uma demanda laboral excessiva (COSTA *et al.*, 2012; GOMES *et al.*, 2010; PIERANTONI *et al.*, 2011; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012).

A desvalorização dos profissionais está relacionada à precarização do SUS, que leva à desvalorização salarial, bem como a redução de premiações e bonificações, juntamente com a ausência de reconhecimento pelo trabalho (SILVA *et al.*, 2015), que é crucial para a realização profissional do trabalhador.

Scherer (2016) afirma que o descontentamento com a remuneração é o aspecto que mais impacta na percepção de carga de trabalho entre os profissionais atuantes na APS. Este fato pode ser visualizado apresentando maior índice de exaustão e sobrecarga dos profissionais que não são bem remunerados (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012). A baixa remuneração é tida ainda como limitação profissional, por não possibilitar aos trabalhadores enxergar qualquer perspectiva de futuro na profissão em que atuam (COSTA *et al.*, 2012) e por não favorecer ao trabalho executado com mais compromisso e envolvimento (TRINDADE; PIRES, 2013).

As condições precárias de trabalho, que são inúmeras, dentre elas a falta/má administração de recursos; a deficiente infraestrutura das unidades, consequentes da crise econômica brasileira atual, que reflete diretamente nos serviços públicos de saúde, afetam o cotidiano do profissional da saúde (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012;

MEDEIROS *et al.*, 2016; ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014).

Estudos realizados com trabalhadores da APS dos estados do Rio Grande do Sul e de Sergipe, revelam que além da poluição sonora; mobília inadequada e a escassez de materiais/equipamentos básicos serem críticos para a prestação de cuidado, são também causadores de estresse (GOMES *et al.*, 2010; MAISSIAT *et al.*, 2015; SANTOS; VARGAS; REIS, 2014).

Os autores dos referidos estudos chamam atenção para os problemas de saúde que acometem os profissionais da ESF. Os profissionais reconhecem que seu estado de saúde exerce influência no seu desempenho profissional (MEDEIROS *et al.*, 2016). Em complementação, são alarmantes os percentuais de absenteísmo apresentados pelos profissionais. Cerca de 20,7% a 41% tiveram abstenção do trabalho por problemas físicos e psíquicos (FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014).

A prevalência de síndrome de *Burnout* variou de 10,8% a 51% entre os profissionais da ESF (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012; LIMA; FARAH; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, 2018; MARTINS *et al.*, 2014; SILVA *et al.*, 2015; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014). A exaustão emocional esteve presente em 20,6% dos profissionais (MARTINS *et al.*, 2014) e apresentou índices superiores a 64% em Aracaju (SILVA *et al.*, 2015), no Nordeste brasileiro. Os profissionais expressaram-se esgotados; exaustos; frustrados e estressados com os processos de trabalho (SILVA *et al.*, 2015; TRINDADE; PIRES, 2013). A despersonalização esteve presente em 21,1% (MARTINS *et al.*, 2014) e alcançou índices de 50% (SILVA *et al.*, 2015). A baixa realização profissional variou entre 20,6% a 32% (CAÇADOR *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2015). Os ACS relataram maior desejo de abandonar a profissão por apresentarem o sentimento de desconforto; desilusão com a profissão e que o exercício profissional não lhes era fonte de realização pessoal (ROSA; BONFANTI; CARVALHO, 2012; SILVA *et al.*, 2015).

Estudos acerca do estado de saúde e a qualidade de vida desses profissionais, constatarem a presença de queixas físicas; sofrimento psíquico; uso de benzodiazepínicos e absenteísmo (ALBUQUERQUE; MELO; ARAÚJO NETO, 2012; ATANES *et al.*, 2015; FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; GOMES *et al.*, 2010; MAISSIAT *et al.*, 2015; MEDEIROS *et al.*, 2016; SANTOS; DAVID, 2011; SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014). Dentre as principais queixas físicas, 67,8% apresentaram problemas musculoesquelético e cefaleia (FELICIANO; KOVACS; SARINHO, 2011; MEDEIROS *et al.*, 2016; SANTOS;

VARGAS; REIS, 2014); 45% cansaço (SANTOS; VARGAS; REIS, 2014); 21,8% obesidade (GARCIA; HÖFELMANN; FACCHINI, 2010) e 10% insônia (SANTOS; VARGAS; REIS, 2014). Quanto aos problemas psíquicos, 74% apresentaram Transtorno Mental Comum (TMC) (SILVEIRA; CÂMARA; AMAZARRAV, 2014), 48% apresentaram depressão e 7,2% irritabilidade (SANTOS; VARGAS; REIS, 2014).

Destaca-se a preocupação sinalizada pelos participantes com relação ao uso de benzodiazepínicos. O uso de benzodiazepínicos está relacionado ao aumento do esgotamento profissional (MARTINS *et al.*, 2014). A ausência de lazer, de não praticarem exercício físico e não buscarem ajuda profissional se apresenta como uma consequência do esgotamento profissional e pode resultar em maior risco para o suicídio (GARCIA; HÖFELMANN; FACCHINI, 2010; MARTINS *et al.*, 2014; MEDEIROS *et al.*, 2016; TRINDADE; LAUTERT, 2010).

Mesmo considerando o trabalho desgastante ou frente ao desprestígio e desvalorização social, e diante de todos os percalços da estrutura da Atenção Primária no cenário brasileiro, os profissionais se sentem úteis pela satisfação do usuário ao seu trabalho e pelo poder transformador do vínculo e promoção da autonomia, para torná-lo agente de seu próprio cuidado. O êxito no cuidado em saúde torna os profissionais e usuários mais sensíveis, críticos e responsivos na prática transformadora e humanizada em saúde.

A provocação que as autoras do presente estudo fazem, contextualizando a sobrecarga de trabalho dos profissionais da ESF, é para que se pense acerca dos rumos que a ESF está tomando, cuja avaliação de suas ações acarreta na perda identitária de seus princípios norteadores e que isso tem impacto direto na execução do trabalho desses profissionais.

O presente estudo possibilita uma nova visão ampliada sobre a dimensão da sobrecarga incidente nos profissionais de saúde e seu impacto sobre a produtividade e bem-estar dos mesmos. Representa ponto de partida para criação de políticas de saúde que incluam medidas de proteção ao trabalhador, resultando em melhor assistência ao usuário e satisfação do profissional. Não obstante, é fundamental no processo de criação de uma atenção primária à saúde integral, o cuidado com o cuidador.

4 CONCLUSÃO

Os profissionais da ESF estão vivenciando processos de trabalho que ocasionam sofrimento físico e psíquico. Os fatores mais predisponentes associados à sobrecarga de

trabalho foram: a falta de capacitação para o exercício profissional na ESF; as condições psicossociais complexas nas comunidades, que impactam na a violência urbana.

Os baixos salários ofertados pelos municípios refletem a desvalorização social, juntamente a isso, o processo de trabalho centralizado na produtividade quantitativa de atendimentos leva a uma contribuem para a sobrecarga de trabalho. A alta rotatividade e o número insuficiente de profissionais refletem nas tensões estabelecidas com os usuários e com a equipe.

O relacionamento da gestão com os profissionais, tendendo à hierarquização verticalizada de poder, faz com que os profissionais se sintam insatisfeitos e não tenham autonomia para o gerenciamento de suas atividades. O estresse gerado por essas situações conflituosas acarreta em problemas musculoesquelético; cefaleia; tensão muscular; insônia; depressão; irritabilidade e absenteísmo, gerando mais custos aos municípios.

Diante disso, é preciso rever os processos de trabalho, bem como as estratégias para promover a saúde do trabalhador, a configuração das relações interprofissionais, privilegiando o diálogo, o espaço de fala, para acolher as angústias, os medos, as incertezas, de forma que o profissional não se sinta sozinho e perceba o poder transformador de trabalho em rede.

Além disso, deve haver uma reformulação dos mecanismos individuais e coletivos de enfrentamento, valorização pelos gestores, assim como o desenvolvimento de ações que sinalizem a importância desses profissionais para a comunidade. Dessa forma, haverá melhoria na qualidade de vida desses trabalhadores e qualidade do cuidado disponibilizado aos usuários.

Vale pontuar como limitação importante nesse estudo não ter se considerado as particularidades das experiências nos níveis regionais. Portanto, futuros estudos devem aprofundar-se nessa temática, considerando as experiências de diferentes municípios do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. J. B.; MELO, C. F.; ARAÚJO NETO, J. L. Avaliação da síndrome de burnout em profissionais da Estratégia Saúde da Família da capital paraibana. **Psicol. Reflex. Crít.**, v. 25, n. 3, p. 542-9, 2012.

AMIRI, M. *et al.* Burnout and its Influencing Factors among Primary Health Care Providers in the North East of Iran. **PLoS One**, v. 8, p. 1-11, 2016.

ATANES, A. C. M. *et al.* Mindfulness, perceived stress, and subjective well-being: a correlational study in primary care health professional. **BMC Complement Altern Med.**, v. 15, n. 303, p. 1-7, 2015.

AZAMBUJA, J. V. R. **Jornada de trabalho na atenção Básica: uma análise das percepções de profissionais de saúde**. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso em Saúde Coletiva.

- CAÇADOR, B. S. *et al.* Ser enfermeiro na estratégia de saúde da família: desafios e possibilidades. **Reme: Rev Min Enferm.**; v. 19, n. 3, p. 612-9, 2015.
- COSTA, M. C. *et al.* Processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: possibilidades e limites. **Rev. Gaúcha Enferm.**, v. 33, n. 3, p. 134-40, 2012.
- FELICIANO, K. V. O.; KOVACS, M. H.; SARINHO, S. W. Burnout entre médicos da Saúde da Família: os desafios da transformação do trabalho. **Ciênc. Saúde Colet.**, v.16, n. 8, p. 3373-82, 2011.
- GARCIA, L. P.; HÖFELMANN, D. A.; FACCHINI, L. A. Auto-avaliação de saúde e condições de trabalho entre trabalhadores de centros de atenção primária à saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 26, n. 5, p. 971-80, 2010.
- GOMES, D. *et al.* Satisfação e sofrimento no trabalho do cirurgião-dentista. **RFO-UPF**, v. 15, n. 2, p. 104-10, 2010.
- KAKUSHI, L. E.; ÉVORA, Y. D. M. As redes sociais na educação em enfermagem: revisão integrativa da literatura. **Rev. Latino-Am. Enferm.**; v. 24, 2016.
- KANNO, N. P.; BELLODI, P. L.; TESS, B. H. Profissionais da Estratégia Saúde da Família diante de demandas médico-sociais: dificuldades e estratégias de enfrentamento. **Saúde Soc.**, v. 21, n. 4, p. 884-94, 2012.
- KUMAR, P. *et al.* A comparative study of job satisfaction among regular and staff on contract in the primary health care system in Delhi, India **J Family Community Med.**, v. 21, n. 2, p. 112–8, 2014.
- LIMA, A. S.; FARAH, B. F.; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, M. T. Análise da prevalência da síndrome de burnout em profissionais da atenção primária em saúde. **Trab. Educ. Saúde**, v.16, n. 1, p. 283-304, 2018.
- MAISSIAT, G. S. *et al.* Contexto de trabalho, prazer e sofrimento na atenção básica em saúde. **Rev. Gaúcha Enferm.**, v. 36, n. 2, p. 42-9, 2015.
- MARTINS, L. F. *et al.* Esgotamento entre profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 19, n. 12, p. 4739-50, 2014.
- MEDEIROS, P. A. *et al.* Condições de saúde entre Profissionais da Atenção Básica em Saúde do Município de Santa Maria – RS. **Rev. Bras. Cien. Saúde**, v. 20, n. 2, p. 115-22, 2016.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, v.17, n. 4, p. 758-64, 2008.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec; 2006.
- PIERANTONI, C. R. *et al.* Carga de trabalho de um profissional típico da Atenção Primária em Saúde no Brasil: os agentes comunitários de saúde. **Rev. de APS**, v. 14, n. 4, p. 490-6, 2011.
- ROSA, A. J.; BONFANTI, A. L.; CARVALHO, C. S. O sofrimento psíquico de agentes comunitários de saúde e suas relações com o trabalho. **Saúde Soc.**, v. 21, n. 1, p. 141-52, 2012.
- SANTOS, I. E. R.; VARGAS, M. M.; REIS, F.P. Estressores laborais em agentes comunitários de saúde. **Rev. Psicol. Organ. Trab.**, v. 14, n. 3, p. 324-35, 2014.
- SANTOS, L. F. B.; DAVID, H. M. S. L. Percepções do estresse no trabalho pelos agentes comunitários de saúde. **Rev. Enferm. UERJ**, v. 19, n. 1, p. 52-7, 2011.
- SCHERER, M. D. A. *et al.* Aumento das cargas de trabalho em técnicos de enfermagem na atenção primária à saúde no Brasil. **Trab. Educ. Saúde.**, v. 14, n. 1, p. 89-104, 2016.
- SILVA, S. C. P. S. *et al.* A síndrome de burnout em profissionais da Rede de Atenção Primária à Saúde de Aracaju, Brasil. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 20, n. 10, p. 3011-20, 2015.

SILVA, N. R. Fatores determinantes da carga de trabalho em uma unidade básica de saúde. **Ciênc. Saúde Colet.**; v. 16, n. 8, p. 3393-402, 2011.

SILVEIRA, S. L. M.; CÂMARA, S. G.; AMAZARRAY, M. R. Preditores da Síndrome de Burnout em profissionais da saúde na atenção básica de Porto Alegre/RS. **Cad. Saúde Colet.**, n. 22, n. 4, p. 386-92, 2014.

TELES, M. A. B. *et al.* Psychosocial work conditions and quality of life among primary health care employees: a cross sectional study. **Health and Quality of Life Outcomes**; v. 72, p. 1-12, 2014.

TRINDADE, L. L.; PIRES, D. E. P. Implicações dos modelos assistenciais da Atenção Básica nas cargas de trabalho dos profissionais de Saúde. **Texto Contexto Enferm.**, v. 22, n. 1, p. 36-42, 2013.

TRINDADE, L. L.; LAUTERT, L. Síndrome de Burnout entre os trabalhadores da Estratégia de Saúde da Família. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 44, n. 2, p.274-9, 2010.

WAI, M. R. P.; CARVALHO, A. M. P. O trabalho do agente comunitário de saúde: fatores de sobrecarga e estratégia de enfrentamento. **Rev. Enferm. UERJ.**; v. 17, n. 4, p. 563-8, 2009.

ZHANG, M. *et al.* Job satisfaction of urban community health workers after the 2009 healthcare reform in China: a systematic review. **Int J Qual Health Care.**, v. 28, n. 1, p. 14-21, 2016.

GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: UM ESTUDO PARA IDENTIFICAR BOAS PRÁTICAS

Isadora Assunção Cerqueira Procópio¹
Luiz Fernando Rosa Da Silva¹
Wellerson Filipe De Oliveira¹
Renan Fernandes da Cunha²

Resumo - O homem moderno enfrenta cada vez mais situações críticas para sua subsistência, tais como alimentação, moradia e a manutenção do emprego. Mesmo com o desenvolvimento industrial e a crescente demanda do mercado consumidor, as organizações observaram que mesmo havendo tecnologia associada à mão de obra, o trabalhador constantemente sofria acidentes ou lesões ergonômicas. Dessa forma, pensando em meios para prevenir acidentes e lesões ao trabalhador e fazendo com o que o mesmo realize as atividades com atenção e segurança, foi necessária a implantação da Segurança no Trabalho. O presente estudo tem a finalidade de mostrar a importância da Segurança no Trabalho, informar sobre equipamentos de segurança, bem como apresentar resultado quanto à relevância. Além disso, é pertinente ressaltar que a maior dificuldade encontrada nessa área é em relação à falta de investimentos. A metodologia aplicada foi por abordagem qualitativa. Foi desenvolvida uma pesquisa entre trabalhadores de uma empresa de calçados de segurança em Madre de Deus de Minas – MG para questionar o nível de importância no que se refere à Segurança no Trabalho. Os dados coletados da pesquisa de campo utilizaram um questionário. O estudo mostrou que as empresas estão na busca contínua por trabalhar com mais segurança, o que acarreta na melhora significativa da vida do trabalhador e consequentemente, sua visão no mercado.

Palavras-chave: Segurança do trabalho. Boas práticas. Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados tem aumentado consideravelmente a competitividade mundial, o que impõe às organizações a contínua busca por novas ferramentas de gestão que possam auxiliar na melhoria de seus processos.

Com a implantação de sistemas de gestão específicos (qualidade, meio ambiente, segurança e saúde do trabalho, responsabilidade social etc.), as organizações objetivam o aumento da qualidade de produtos e serviços, o desenvolvimento sustentável, melhor

¹ Discente do Curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN

² Docente do Curso de Engenharia de Produção do UNIPTAN. E-mail: renanfcunha@live.com.

relacionamento com a sociedade e, conseqüentemente, o aumento da lucratividade, podendo, assim, transformar as pressões de mercado em vantagens competitivas.

Neste contexto, o bom desempenho em Segurança e Saúde no Trabalho (SST) é decisivo para as empresas, uma vez que este sistema reduz os riscos de acidentes, promove a saúde e a satisfação dos trabalhadores, melhora os resultados operacionais e a imagem da organização, criando novas oportunidades de crescimento.

A SST ganha importância ainda mais acentuada quando se considera o ambiente de produção de calçados em função das peculiaridades de seu processo produtivo e da intensa utilização de insumos, além da geração de resíduos altamente nocivos à saúde humana.

Este artigo tem como principal objetivo identificar boas práticas e principais dificuldades relacionadas à gestão da SST, bem como a importância de implementação e seguimento dessa ideologia em uma empresa de calçados de segurança no Estado de Minas Gerais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa tem fundamento em Vegara (2013) e Gil (2010) e, classifica-se de acordo com as características do estudo em: descritiva, exploratória, bibliográfica, estudo de caso.

Quanto aos fins, o estudo é descritivo e exploratório. É descritiva, uma vez que pormenoriza os dados coletados na pesquisa de campo e os benefícios da implantação de um sistema de segurança no trabalho. É exploratória, considerando que permite uma maior familiaridade entre os pesquisadores e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado no que se aplica ao estudo uma vez que a empresa objeto de pesquisa, tem muito a contribuir com o leitor, por ser exemplo em segurança e, portanto, divulgar sua experiência profissional é significativamente importante para a comunidade acadêmica e sociedade em geral (VERGARA, 2013).

Quanto aos procedimentos técnicos, refere-se a uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso. É pesquisa bibliográfica porque se fez necessário buscar fundamentações teóricas para entender melhor sobre segurança no trabalho, competitividade, e custos diretos e indiretos, para assim desenvolver a pesquisa. E é estudo de caso porque busca coletar dados, detalhamentos de informações pertinentes de uma empresa real (GIL, 2012).

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário aplicado a técnicos, gerentes de produção e funcionários de chão de fábrica. Além disso, foram realizadas

observações *in loco*, de modo a identificar se a SST se torna íntegra aos dias dos trabalhadores, seja ela por meio do uso de EPI's ou consulta a documentos para realizar procedimentos de maneira correta.

A figura 1 apresenta o layout do questionário aplicado:

NÍVEL DE IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	
Idade	
Sexo	
Nível de escolaridade	
Grau de importância - quanto a SST (de 0 a 10)	
Já sofreu algum tipo de acidente de trabalho?	
Faz uso contínuo de EPI'S?	
A empresa pratica treinamentos quanto a segurança no trabalho?	
Aprova o investimento em SST?	

Figura 1: Questionário aplicado. Fonte: Os autores (2018)

A empresa em questão apresenta práticas buscando preservar pela saúde e segurança dos colaboradores. Esta prática se dá por meio de minutos de segurança que são realizados pelo setor de Segurança do Trabalho, que buscam discutir e apresentar temas que envolvam a segurança e saúde dos colaboradores, informando-os e orientando-os quanto à práticas seguras de trabalho. Outro método é a realização de uma Semana Integrada, onde a empresa se mobiliza para que durante alguns dias os seus empregados tenham contato com profissionais de diversas áreas que levam até eles o conhecimento e também informações sobre saúde, segurança e meio ambiente. Dessa maneira, todos os colaboradores são conscientizados com intuito de promover a saúde.

Atendendo exigências legais, a empresa possui grupos de apoio, sendo a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), NR – 05 e também a Brigada de incêndio – NR – 23. Tais grupos são importantes instrumentos para auxiliar na gestão de SST, pois alguns colaboradores são treinados para garantir o bom andamento dos trabalhos da empresa. A CIPA, é representada pelos próprios colaboradores, permitindo que, em contato com seu ambiente de trabalho, avalie e identifique potenciais riscos e dessa forma, leve à discussão para que a situação seja solucionada. A Brigada de Incêndio também é composta pelos próprios colaboradores que passam por treinamento, ministrado pelo Corpo de Bombeiros, no qual os colaboradores são instruídos e preparados para agir em uma situação de emergência, caso ocorra um sinistro.

Por fim, o setor de Segurança faz parte do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e tem como objetivo trabalhar na prevenção e no tratamento de doenças ocupacionais preservando assim a saúde dos trabalhadores.

Apesar deste setor ter evoluído e procurado adequar ao máximo seus procedimentos, a empresa ainda encontra dificuldades relacionadas à gestão de SST. Isso se deve aos colaboradores, já que parte deles se mostram resistentes a implantação da segurança e ao uso de EPI's, pois em sua grande maioria são incômodos e apresentam dificuldade à execução do trabalho. Devido a isso, as vitórias nos setores devem ser constantes, uma vez que trabalhadores indisciplinados são uma grande dificuldade que os técnicos e engenheiros encontram no ambiente laboral. Outro fator que dificulta a evolução desse setor tão importante está ligado a cultura de colaboradores mais antigos, mais precisamente ligados ao setor de alta gestão, onde priorizam a produção, deixando a segurança dos colaboradores em segundo plano.

De fato, é necessário que se tenha um bom investimento nessa área, haja vista que algumas exigências por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), se dão por meio de trocas de maquinários ou adequações dos mesmos, o que gera custos para empresa, podendo gerar uma parada da produção, e que, conseqüentemente, afeta diretamente na produção, perdendo, então, lucratividade.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 A empresa

Há mais de 45 anos no Brasil, a empresa em estudo é destinada à fabricação de calçados de segurança e atua em várias cidades do estado de Minas Gerais, dentre estas, uma filial localizada na cidade de Madre de Deus de Minas – MG, realizando produção para exportação de países da América Latina e para o mercado brasileiro.

3.2 Resultados

O questionário foi aplicado em 57 dentre os 135 colaboradores da empresa.

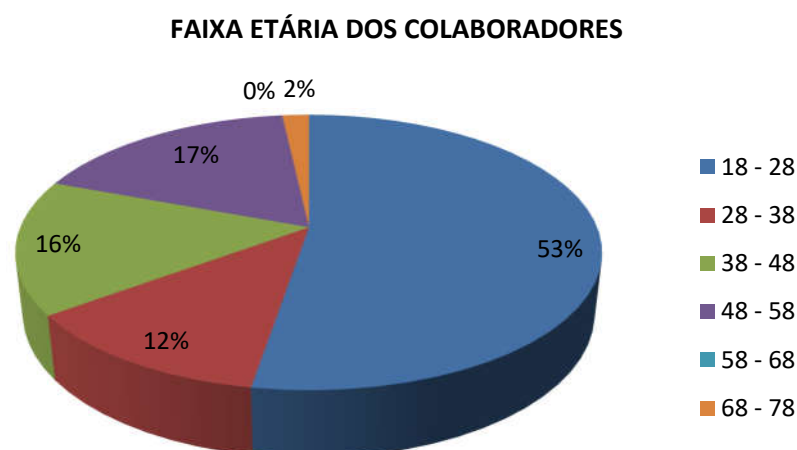


Gráfico 1: Faixa etária dos colaboradores. Fonte: Os autores (2018).

De acordo com os dados coletados, nota-se que 53% dos colaboradores tem idade entre 18 e 28 anos e os outros 47% estão destinados à funcionários com idade entre 28 e 78 anos. De uma certa forma, os colaboradores com idade inferior aos 28 anos apresentam uma certa dificuldade para empresa quanto a responsabilidade de cada indivíduo quanto ao uso dos EPI's, segundo relato dos colaboradores esses se consideram muito novos para desenvolver alguma doença ocupacional ou qualquer coisa semelhante. Para este o fato de ficar algumas horas ou até mesmo o dia todo sem os equipamentos não implicará em nada, porém estão enganados, pois doenças ocupacionais podem apresentar sintomas e reações ao longo dos meses, trazendo malefícios a saúde do colaborador.

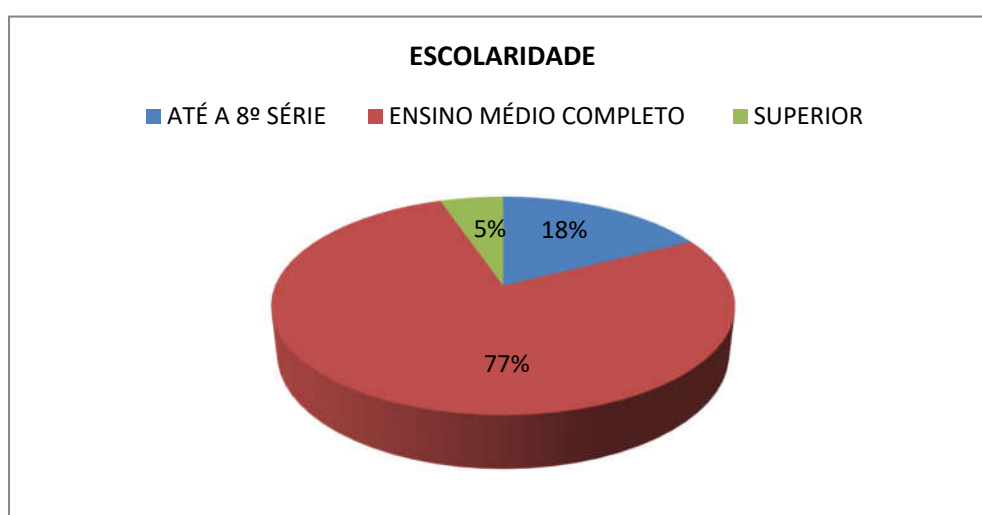


Gráfico 2: Escolaridade dos colaboradores. Fonte: Os autores (2018).

Levando em consideração que para a montagem de sapatos não é necessário nível de escolaridade elevado, nota-se que 18% dos colaboradores estudou até a oitava série e os outros

77% dos funcionários tem apenas ensino médio completo. Os 5% restante refere-se a quem tem nível superior, que é, na sua grande maioria, representada por funcionários que assume cargo de alta gerência. Dessa maneira, é pertinente concluir que a concordância e a prática em relação a SST não está ligada à nível de escolaridade e sim em relação à propagação de informações e a realização de treinamentos sobre o tema por parte da empresa estudada.

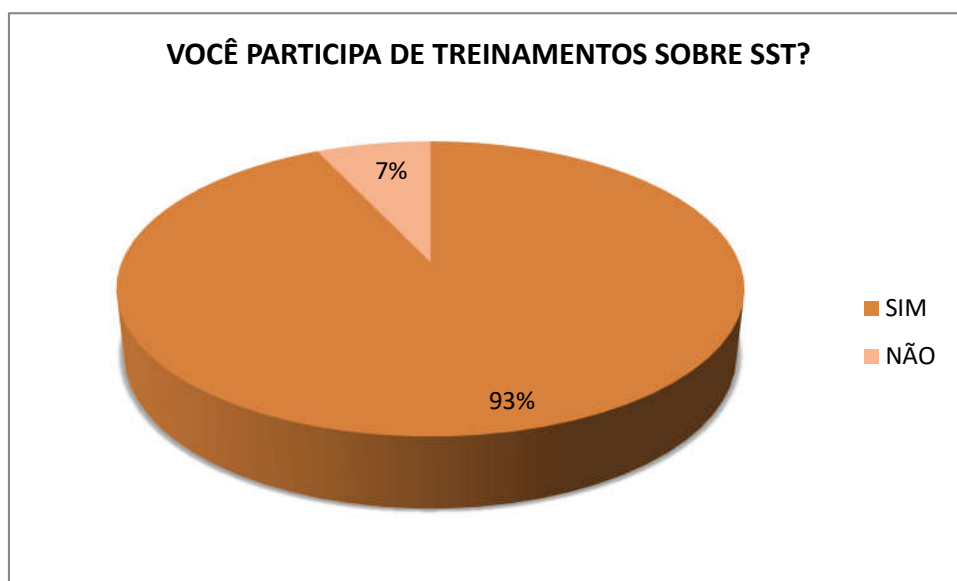


Gráfico 3: Realização de treinamentos sobre SST. Fonte: Os autores (2018)

De acordo com os dados acima, é oportuno afirmar que apenas 4 colaboradores pronunciaram a respeito da não ocorrência de treinamentos sobre SST. Entretanto, outras 53 condizem com o fato da empresa realizar treinamentos. Sabendo que os treinamentos são umas das maiores fontes de vulgarizar as informações, podemos concluir que os funcionários dessa empresa estão cientes sobre os riscos existentes em suas funções, cada qual com um potencial em poder causar lesões ou até mesmo levar a óbito, no caso de acidentes mais graves.

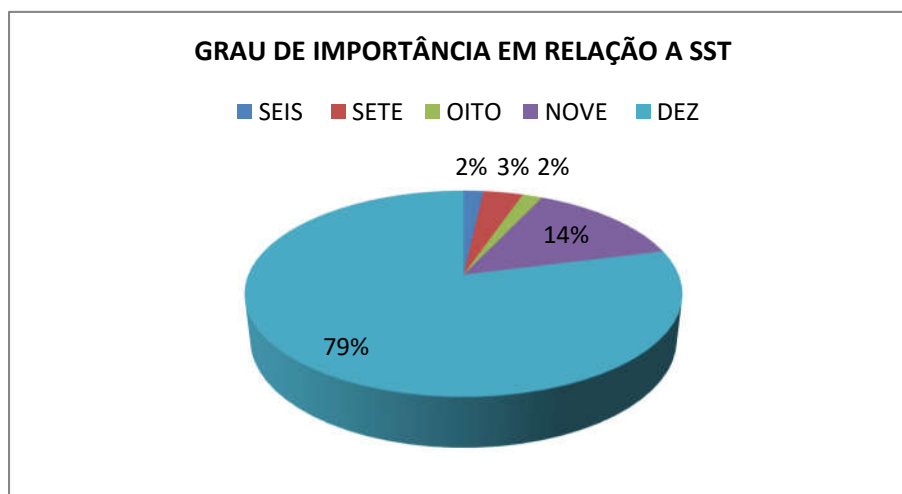


Gráfico 4: Grau de importância em relação à SST. Fonte: Os autores (2018).

Sabendo que para 79%, mais da metade dos empregados, o grau de importância quando se trata de SST é 10 – muito importante – é possível salientar que os treinamentos oferecidos pela empresa e as informações propagadas, seja ela por comunicação direta ou rede social, estão surtindo efeito. Isso se torna extremamente positivo, já que os trabalhadores estão informados sobre os benefícios trazidos quando a SST é usufruída de maneira correta, seja por meio do uso de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI'S) ou por consultas em procedimentos, de forma a realizar a atividade de maneira assertiva. Em relação aos 7% que ainda não confiam nas diretrizes ofertadas pela SST, é necessário a prática de mais treinamentos, campanhas e o repasse de mais informações, de forma que fiquem mais motivados a preservar a saúde física e mental e trabalhar de maneira ainda mais segura.



Gráfico 5: Uso de EPI's. Fonte: Os autores (2018).

O que explica o resultado de todos os colaboradores fazerem o uso de EPI'S é devido a rigorosa política da empresa e a cobrança assídua com os empregados em relação à SST. Essa, se faz por meio de inspeções diárias e acompanhamento de *check list* pela equipe de segurança. Para conhecimento, é repassada informações a respeito da guarda e conservações dos seus EPI'S, respeitando e seguindo instruções de trocas e substituíveis prescritas pelo PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) disposto na NR-09. Por meio desse documento é que se faz o levantamento dos riscos ambientais, para que se estabeleça as metodologias de ação e garanta a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores, incluindo o uso de EPI's.



Gráfico 6: Acidentes com funcionários. Fonte: Os autores (2018)

O gráfico ilustrado acima, mostra que apenas 9% dos colaboradores sofreram algum tipo de acidente, um número bem pequeno se comparado ao restante que somam 91%. Esse resultado é satisfatório, já que quanto melhor as condições de trabalho, menor o número de acidentes. Entretanto, mesmo sendo um número pequeno ainda assim precisa ser melhorado, pois esses se mostram um grande prejuízo para os trabalhadores e para as empresas e mesmo não sendo fatais, pode mutilar o colaborador, incapacitando-o pelo resto de sua vida, o que gera uma perda pessoal e também para a empresa.



Gráfico 7: Investimento em SST. Fonte: Os autores (2018)

É satisfatório analisar e concluir o resultado apresentado por esse gráfico, haja vista que na pesquisa verificou-se que 98% dos colaboradores são a favor de investimentos para o Setor de Segurança do Trabalho. Isso mostra que esses trabalhadores têm plena consciência de que sua vida laboral deve ser provida de segurança em prol da sua saúde ocupacional. Já os outros 2% restantes cabe uma orientação e capacitação contínua de que prevenir deve ser um dos objetivos principais ao que se diz respeito ao seu trabalho, e é preciso conscientizar esta pequena minoria para se chegar à um resultado satisfatório para o desenvolvimento desse setor.

4 CONCLUSÃO

Embora a implementação e a extrema cobrança quanto à SST seja relativamente atual, é notório que a empresa busca cumprir as normas regulamentadas e outros requisitos legais, bem como o desenvolvimento de práticas para a execução e prevenção dos colaboradores.

Atualmente, os fatos organizacionais, como a cultura de segurança, apontam como principais fatores, os acidentes de trabalho. Um Sistema de Gestão da Segurança do Trabalho, que gerencie os riscos e enfatize a cultura de segurança, é um instrumento essencial para melhorar as condições no ambiente de trabalho e reduzir acidentes e doenças ocupacionais.

Para ter um Sistema de Gestão da Segurança do Trabalho bem-sucedido, é necessário que a organização tenha uma cultura de segurança estabelecida. Assim, o conhecimento do estágio de maturidade da cultura de segurança é condição essencial para adotar as medidas necessárias para o sucesso deste sistema.

A partir deste estudo foi possível identificar e sistematizar algumas boas práticas, apresentadas de forma introdutória e resumida neste artigo, e as principais dificuldades relacionadas à segurança e saúde no trabalho em uma empresa de calçados de segurança.

Esta pesquisa evidenciou que o apoio da alta direção, da área de Recursos Humanos e a participação ativa dos colaboradores na gestão da SST é determinante para o sucesso do referido sistema, corroborando com o que a teoria preceitua.

Acredita-se, portanto, que o objetivo deste trabalho foi alcançado, pois por meio dos estudos de caso realizados e da síntese da teoria apresentada foi possível identificar as boas práticas de segurança e saúde no trabalho desenvolvidas pelas empresas e as principais dificuldades encontradas no seu gerenciamento.

Em suma, é pertinente concluir que a prática da SST é extremamente importante para a prevenção física e psicológica do trabalhador. Para isso, é indispensável que a entidade busque disseminar a cultura e apoia-la, de forma que os empregados sejam protegidos e a empresa seja reconhecida, de maneira a alcançar o esperado, a lucratividade.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NR-05 Disponível em <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR5.pdf>> Acesso em 26 de março de 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GRUPO MELHOR IDADE: ANÁLISE DE PRÁTICAS LÚDICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AFETIVIDADE E DA IDENTIDADE

Helaine Silva Borges³

Resumo – O presente relato está ligado as atividades de pesquisa e extensão do Grupo Melhor Idade da ABADS - Associação Brasil e Alemanha de Desenvolvimento Social, que por sua vez é filiada a UFSJ- Universidade Federal de São João del-Rei e conta com 7 mulheres entre 60 e 70 anos. O Grupo da Melhor Idade é um projeto que se desenvolve, há dezenove anos, na comunidade São Dimas, no município de São João del-Rei. Trata-se de um trabalho voltado para o estímulo ao desempenho cognitivo do cidadão idoso e à possibilidade de ampliação de suas redes de interações sociais. O trabalho se desenvolve a partir de oficinas semanais na Capela Nossa Senhora do Rosário. Os encontros possuem duas horas de duração e são desenvolvidos a partir de uma metodologia participativa, empregando-se técnicas de interação e socialização; oficinas temáticas para a confecção de jogos lúdicos; dinâmicas grupais; mímicas e rodas de conversas, por compreender que tais práticas possibilitam a compreensão dos aspectos que permeiam a identidade e a afetividade das integrantes, assim como os aspectos sociais que estão sendo vivenciados enquanto manifestação grupal. Verificou-se por meio da observação participante registrada em diário de campo, que ser membro do Grupo Melhor Idade fomentou melhorias na qualidade de vida de todos seus integrantes. As idosas relataram melhoras na autoestima, na saúde, e na convivência com familiares e comunidade. Conclui-se, portanto, que a participação no grupo é de suma importância devido suscitar mudanças significativas na vida das idosas participantes do grupo.

Palavras-chave: Grupo Melhor Idade. Identidade. Afetividade.

1 INTRODUÇÃO

O presente relato está ligado as atividades de extensão do Grupo Melhor Idade da ABADS - Associação Brasil e Alemanha de Desenvolvimento Social, que por sua vez é filiada a UFSJ- Universidade Federal de São João del-Rei e conta com 7 mulheres entre 60 e 70 anos. O Grupo da Melhor Idade é um projeto que se desenvolve, há dezenove anos, na comunidade São Dimas, no município de São João del-Rei. O trabalho se desenvolve a partir de oficinas semanais na Capela Nossa Senhora do Rosário. Os encontros possuem duas horas de duração e são desenvolvidos a partir de técnicas de interação e socialização; oficinas temáticas para a confecção de jogos lúdicos; dinâmicas grupais; mímicas e discussões de temas que possibilitem

³ Discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI-UFSJ). Bolsista do Programa oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail para contato: helaineborgesufs@gmail.com.

às integrantes do grupo, uma reflexão sobre como é estar na terceira idade. Ao final de cada semestre são apresentados resultados das oficinas para trocas de experiências e confraternização. O projeto é um trabalho voltado para o estímulo ao desempenho cognitivo do cidadão idoso e à possibilidade de ampliação de suas redes de interações sociais. Trata-se de uma proposta de caráter permanente que tem como função colaborar para o desempenho da memória, raciocínio e ampliação da rede social das participantes.

Os idosos correspondem a uma parcela da população cada vez mais representativa do ponto de vista numérico, o que exige uma maior inserção do idoso na dinâmica social e uma reformulação de políticas públicas. As mudanças na pirâmide populacional apontam que o número de pessoas com mais de 60 anos está aumentando significativamente e essa tendência ameaça os sistemas nacionais de saúde, pelo fato de forçar uma constante reestruturação dos serviços oferecidos. “A situação é bem pior em países em desenvolvimento, como o Brasil, os quais não conseguem garantir nem o atendimento das necessidades básicas de sua população e, muito menos, a demanda de serviços mais complexos e especializados para uma população mais envelhecida” (KALACHE; VERAS; RAMOS, 1987).

Pesquisas apontam que a população de idosos é a que mais cresce no Brasil. E para corroborar tal informação, utilizaremos o Censo 2000 e Censo 2010 da cidade de São João del-Rei no estado de Minas Gerais. No qual constatamos um aumento de 1,1% de idosos do sexo masculino e 1,6% de idosos do sexo feminino. Cabe salientar que tal diferença de gênero, justifica-se devido ao fato da mulher se cuidar mais, portanto, vive mais. Ou seja, a mulher procura informações acerca de sua saúde, procura estar mais atenta aos sintomas que surgem, o que não acontece na mesma proporção no sexo masculino (RODRIGUES, 2010).

A população brasileira está envelhecendo, porém, nem todos possuem uma boa qualidade de vida. Nas últimas décadas houve uma crescente diminuição dos cuidados dirigidos aos idosos, pois quem cumpria este papel eram as mulheres, que ficaram mais ausentes após terem se inserido no mercado de trabalho. Temos assim, um indicador da importância de direcionar ações e políticas mais efetivas para a melhoria de condições sociais e ambientais em todos os aspectos da vida humana, tais como lazer (RODRIGUES, 2010).

Existem diversas formas de inserir a pessoa idosa no meio social e uma delas refere-se à formação de grupos de convivência que tem como objetivo proporcionar a pessoa idosa, melhorias na qualidade de vida, relações interpessoais, convivência comunitária, desenvolvimento da autonomia, além de funcionar como um espaço de lazer. Nesse sentido, emergiu o Grupo Melhor Idade, um grupo de convivência que tem se configurado como um

espaço de promoção de qualidade de vida e saúde, por meio da convivência, distração e trocas afetivas entre os membros, afetando de modo significativo, o aumento da autoestima, diminuição da solidão e a descoberta do quanto pode ser prazeroso estar na terceira/melhor idade.

1.1 A compreensão da terceira idade

O envelhecimento é um conceito multidimensional constantemente abordado por teóricos de várias áreas do conhecimento científico, seja pelo seu caráter biológico, social e psicológico. A classificação do idoso utilizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no final dos anos 90, definiu como população idosa indivíduos com 60 anos, habitantes em países desenvolvidos e 60 anos ou mais de idade para indivíduos de países subdesenvolvidos. Estudos indicam que até 2025, o número de idosos no mundo todo aumentará, especialmente nos países em desenvolvimento. Segundo dados da OMS (2005), até 2025, o Brasil ocupará o 6º lugar com o maior número de pessoas idosas.

Alguns teóricos compreendem o processo de envelhecimento para além da idade cronológica do indivíduo. Para Erikson (1976), ela é uma fase em que se desenvolve a Integridade x Desesperança, quando ocorre a avaliação do que foi vivido pelo idoso. O autor acredita que, se este for capaz de manter a "integridade do ego" para adaptar-se às mudanças naturalmente geradas pelo decorrer da vida, atingirá, por excelência, o fim de toda experiência vivenciada: a dádiva da sabedoria. Mas, se suas experiências não gerarem sentimentos de produtividade e valorização, ele experimentará a tristeza e a desesperança.

A filósofa Beauvoir (1963), ao publicar "A Força das Coisas", recebeu críticas, inclusive de idosos, que garantiam que a velhice não existe, que "(...) há pessoas menos jovens que outras, e nada mais". A filósofa aponta que a velhice é tida como "um segredo vergonhoso", o qual deve ser silenciado. Porém, essa tarefa tornou-se hoje, difícil de ser realizada. Não há como negá-la, escondê-la, uma vez que a última década assistiu à transformação da velhice.

Vivemos numa sociedade que nega qualquer tipo de envelhecimento que não seja o incitado pelo sistema capitalista, valoriza-se muita a juventude, a beleza, a pessoa produtiva. Surge, então, um novo estereótipo de velhice: ativa, jovial, com boa capacidade de socialização; e, dessa forma, se o idoso vive no isolamento e na dependência, a responsabilidade é atribuída tão somente ao próprio indivíduo. Tal fator reforça a visão estigmatizada do envelhecimento e

da identidade do idoso, evidenciando a necessidade de proporcionar uma melhoria no bem-estar físico e psicológico desse segmento populacional.

A participação em grupos de convivência é um importante espaço para o idoso fortalecer seu papel social e desencadear mudanças tanto no sujeito idoso quanto na sociedade a respeito do preconceito que permeia essa faixa etária. O Grupo Melhor Idade configura-se como um espaço de aprendizagem, devido as reflexões e troca de experiências.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No contexto das atividades realizadas no Grupo Melhor Idade, optou-se por utilizar uma metodologia participativa, com a finalidade de promover melhoria da sensação de bem-estar e prazer das integrantes (SILVA, 2008). Para tanto, foram realizadas atividades lúdicas, por compreender que tais práticas possibilitam a compreensão dos aspectos que permeiam a identidade e a afetividade das integrantes, assim como os aspectos sociais que estão sendo vivenciados enquanto manifestação grupal.

A chegada da aposentadoria é permeada por vários sentidos, ocorrem mudanças biopsicossociais e estas alteram as relações sociais, devido ao aumento do tempo livre. Os autores, Dias e Filipetto (2008) apontam que o modo como o idoso irá preencher esse tempo dependerá de suas condições socioeconômicas, de seus hábitos e valores. O lúdico nos remete a infância, evoca sentimentos de espontaneidade e liberdade de ação, devido abranger atividades descontraídas e livres de avaliações, promovendo qualidade de vida e prazer (NEGRINE, 2008).

Negrine (2008) enfatiza que existem atividades lúdicas, de cunho ativo e passivo. A primeira refere-se à atividade em que envolve movimentos corporais com objetos e com outras pessoas e como passiva aquela atividade em que a pessoa idosa participa apenas como mero expectador. Na opinião do autor, a forma ativa vivenciada em uma rotina diária, promove mais benefícios para o sujeito do que a passiva, em função de possibilitar a elaboração de perdas e ganhos, expressar emoções, desenvolver a afetividade, estimular a convivência, aumentar a autoestima, percepção e promove aprendizagem.

A atividade lúdica está relacionada com o modo que o homem se relaciona com o mundo e com os outros homens, por meio do brincar é que nos reconhecemos como seres iguais. Aliado a isso, a conduta lúdica permite-nos explorar o mundo de possibilidades, indo além das

situações dadas, buscando soluções, individualmente ou coletivamente (PEREIRA; CARVALHO, 2003).

Pichon-Rivière (1991) postula que o sujeito se constrói na relação com o outro, sendo o fortalecimento dos vínculos, a base para os processos de construção de identidade. O grupo melhor idade é composto por mulheres idosas e ao longo da trajetória do grupo, vivenciaram inúmeras perdas provocadas pela morte de algumas integrantes e pelo próprio processo de envelhecer. Uma das integrantes relata que: “no início do grupo chegaram a contar com aproximadamente 70 participantes, porém muitas faleceram, e outras já não conseguem andar” (Dona F.).

Essa realidade denota a necessidade de promover um espaço para que as integrantes elaborem suas vivências afetivas, com vistas a favorecer a expressão da afetividade. Vieira-Silva (2008) postula que é possível construir novas relações sociais, mesmo com as perdas e dificuldades, devido a identidade grupal ser muito mais que a soma de indivíduos. A dinâmica grupal mediante a interação de seus membros, pode fomentar o sentimento de cooperação mútua, transformando todo o grupo em direção a uma identidade grupal mais coesa.

De acordo com Lane (1995) a afetividade é construída psicossocialmente e está presente nas ações humanas historicamente e socialmente, ela se diferencia por meio da linguagem e as manifestações de afetividade são modificadas no decorrer do tempo, como parte dos processos de conhecer e aprender. A psicologia social enfatiza que o homem se constitui a partir da relação com o outro e a ludicidade permite a manifestação da afetividade entre seus membros, por meio da participação e das expressões de desejos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Os sentidos do grupo melhor idade na história de vida de suas integrantes

Compreendendo que o processo de envelhecer reduz a capacidade funcional dos órgãos e sistemas, buscamos em nossas intervenções maximizar as potencialidades das idosas e minimizar as perdas. No grupo Melhor Idade ficou perceptível que às vezes a incapacidade é vista pelas próprias idosas “Eu não consigo fazer isso não, sou velha” (Dona F.). Fragmento de um discurso ao realizar uma atividade que envolvia raciocínio lógico. Nos relatos das integrantes é possível captar a identidade do idoso, que mostram como as idosas são influenciadas pelos estereótipos e preconceitos que permeiam o imaginário social. Buscando

detectar aspectos da identidade individual e grupal foi proposta um jogo lúdico a partir das seguintes questões: Quem é a pessoa idosa? O que a Sociedade pensa que o idoso é? A identidade emergiu a partir de um viés depreciativo: “A pessoa idosa é aquela que já viveu tudo o que tinha que viver”. Em relação a segunda questão “A sociedade pensa que nós somos inúteis, que perdemos as nossas capacidades”. Os relatos evidenciam a representação social da velhice sob o viés negativo da improdutividade. Cabe salientar que os relatos das integrantes foram pronunciados na primeira pessoa do plural (nós), o que evidencia a identidade grupal.

Ante o exposto, buscou-se resgatar a identidade das integrantes a partir do lúdico, apontando como elas tinham capacidade de aprender coisas novas, com isso emergiu a ideia de criar o próprio jogo da vida (Figura I).



Figura 1 – Jogo da Vida.

O jogo da vida permitiu que as integrantes, reelaborassem a imagem de incapacidade. Durante as intervenções lúdicas, as idosas conseguiram se perceber como sujeitos, expressando a identidade por meio da fala. De acordo com Vieira-Silva (2000) as emoções são mecanismos importantes para o desenvolvimento de processos grupais e o Grupo Melhor Idade promoveu uma vivência coletiva de afetos e emoções. Alguns desses momentos aconteceram por meio de músicas que possibilitaram a expressão da afetividade, as integrantes foram convidadas a escolherem músicas que remetiam ao próprio passado. Dona E. escolheu a música Serenata do compositor Haroldo Lobo, tal música foi escolhida em função de remeter o “período de sua mocidade”. Ressalta-se que as músicas mais selecionadas, foram as de cunho religioso, como as canções de louvor e adoração. O final do encontro foi marcado com a música “É preciso

saber viver” do cantor Roberto Carlos. As músicas selecionadas permitiram trabalhar angústias, perdas e alegrias e, ao mesmo tempo, fomentou resgate de identidades e afetos.

4 CONCLUSÃO

Segundo Vieira-Silva (2000) o comportamento de compartilhar vivências, faz com que os sujeitos se transformem em agentes terapêuticos, uma vez que a convivência comunitária possibilita a ressignificação de identidades, emoções e memórias. Nesse sentido, o grupo é visto como uma metamorfose, assim como na concepção de Ciampa (1986), um constante “vir a ser” (VIEIRA-SILVA, 2002). Esse processo de transformação promove a recuperação da autoestima, identidade e possibilita um espaço de reflexão sobre vários aspectos da vida, o que favorece a vida em sociedade.

Verificou-se por meio da observação participante registrada em diário de campo, que ser membro do Grupo Melhor Idade fomentou melhorias na qualidade de vida de todos seus integrantes, assim como, a ressignificação dos sentimentos com relação a estar na terceira idade, definindo-a como, “melhor idade”. Ao longo do trabalho, as integrantes relataram um aumento da autoestima e atribuem aos encontros à possibilidade de lazer. Observam-se, também, melhorias nas convivências comunitárias e nas relações interpessoais em geral, o que inclui maior vinculação das senhoras nas questões da comunidade.

As atividades desenvolvidas a partir de técnicas de interação e socialização, atividades que estimulem a memória e o raciocínio, oficinas temáticas para a confecção de jogos lúdicos e rodas de conversas sobre temas que possibilitem refletir sobre como é estar na terceira idade, têm proporcionado ao grupo, atingir os objetivos que integram a proposta de ação do projeto, promover o aumento da autoestima e a construção/fortalecimento da identidade grupal.

Conclui-se que a participação no grupo é de suma importância devido suscitar mudanças significativas na vida das idosas participantes do grupo. A análise apresentada evidencia a importância de desencadear maior visibilidade à essa população que está em constante ascensão e tem ficado a margem da sociedade, isolada e, muitas vezes, estigmatizada.



Figura 2 - Jogos de Tabuleiro.



Figura 3 – Interação.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria. L. M. **Oficinas em Dinâmica de Grupo: Um Método de Intervenção Psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2006.
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CIAMPA, Antônio. C. Identidade. In S. T. M. Lane; W. Codó. **Psicologia Social: O Homem em Movimento**. p. 58-7. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- DIAS, José. F. S.; FILIPETTO, Marcia. C. **Novas dimensões da velhice para o despertar pela ludicidade**. In S. M. P. Santos (Org.). *Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico*. p. 129-134. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- ERIKSON, Erik. H. **Infância e sociedade** (G. Amado, trad., 2a ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FREIRE JUNIOR, Renato Campos; TAVARES, Maria de Fátima Lobato. **A saúde sob o olhar do idoso institucionalizado: conhecendo e valorizando sua opinião**. *Interface (Botucatu)*, v. 9, n. 16, p. 147-158, fev, 2005.

GUARESCHI, Neuza. M. F. Interfaces entre psicologia e direitos humanos. In A. M. C. Guerra, L. Kind, L. Afonso; M. A. M. Prado (Orgs.), **Psicologia social e direitos humanos**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.

KALACHE, Alexandre.; VERAS, Renato; RAMOS, Luiz Roberto. "O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo". **Revista Saúde Pública**, 21 (3), 1987, p. 200-210.

LANE, Silvia. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In S.M. Lane,; B. B. Sawaia (Orgs.). **Novas Veredas da Psicologia Social**. p. 55-73. São Paulo: Brasiliense, 1995.

NEGRINE, Airton. O lúdico no contexto da vida humana: Da primeira infância à terceira idade. In S. M. P. Santos (Org.). **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. p. 15-24. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PEREIRA, M. A. P.; Carvalho, A. M. A. Brincar é preciso. In A. M. A. Carvalho *et al* (Orgs.). **Brincadeira e cultura: Viajando pelo Brasil que brinca. Brincadeiras de todos os tempos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 2, p. 117-123, 2003.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento Ativo: uma Política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

PICHÓN-RIVIÉRE, Enrique. **Teoria do Vínculo** (E. T. Zamikhouwsky, Trad.). São Paulo. Martins Fontes, 2007 (Obra original publicada em 1992)

RODRIGUES, Adriana. G. **Habilidades comunicativas e a rede social de apoio de idosos institucionalizados**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2010.

VIEIRA-SILVA, Marcos. **As implicações da afetividade e da identidade grupais nas estratégias de construção da cidadania**. In A. M. C. Guerra, L. Kind, L. Afonso; Prado, 2003.

VIEIRA-SILVA, Marcos. Práticas em psicologia social comunitária: Questionamento e articulações com a extensão universitária em Minas Gerais. In M. Dimenstein (Org.). **Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos: GT psicologia comunitária/ ANPEP**. p. 87-101. Natal, RN: EDUFRAN – Editora da UFRN, 2008.

VIEIRA-SILVA, Marcos. Grandi, Agnah., Amaral, Marcionília.S. Afetividade, identidade e poder em grupos comunitários: características e articulações com o desenvolvimento do processo grupal. **Psicologia em Revista**, v.8, n. 21, p. 125-129, 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/157/169>. Acesso em: 10 jan. 2017.

INFÂNCIA FERIDA: A (IN)VISIBILIDADE DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO CONTEXTO ESCOLAR E SOCIAL

Anna Paula Santos¹

Helaine Silva Borges²

Leticia Batista Clarindo da Silva³

Tatiana Cury Pollo⁴

Resumo – A questão do abuso sexual de menores vem crescendo consideravelmente no mundo todo. Conforme dados analisados, as ações são realizadas por pessoas próximas a vítima, como os pais, padrastos, tios, irmãos, primos e vizinhos. A proximidade do agressor que afeta significativamente a integridade da criança e/ou adolescente vítima. Inicialmente foi feita uma revisão sobre alguns termos importantes, como a concepção de criança, adolescência, família e escola, para melhor entendimento do assunto acerca do abuso sexual. Usando como metodologia uma entrevista feita com o perito criminal Rildo Silveira, associado a ABRAPEJ-Associação Brasileira Perito Judiciais. Os dados revelaram que há uma ascendência de vítimas de abuso do sexo masculino, e as pessoas com grau de parentesco próximo foram as que predominaram como abusadores. A análise da entrevista apontou uma necessidade de fiscalização dos profissionais dos órgãos públicos voltados para o atendimento de vítimas de abusos, além da necessidade de disciplinas nos cursos de licenciatura que ensinem o professor a lidar com as demandas que aparecem em relação a este tema pelos seus alunos. Por fim, destacou-se a necessidade de mais estudos a respeito deste tema, uma vez que se demonstraram escassos durante a nossa pesquisa.

Palavras-chave: Abuso sexual. Criança. Adolescência. Escola. Família. Psicologia da Educação.

1 INTRODUÇÃO

No artigo em questão, o núcleo do estudo é sobre abuso sexual e infantil, a partir de uma entrevista com um Perito Criminal a respeito do tema supracitado em interface com o contexto educacional e social. As inquietações para este trabalho nasceram a partir dos questionamentos e discussões da temática no decorrer da disciplina: “Psicologia da Educação”, realizada na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

1 Discente do Curso de Química Licenciatura da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ.

2 Discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI-UFSJ). Bolsista do Programa oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

3 Discente do Curso de Química Licenciatura da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ.

4 Docente do Curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

E-mail para contato: lbclarindo@gmail.com

Neste artigo buscamos avançar o conhecimento a respeito do abuso sexual e suas repercussões no contexto escolar e social, bem como, investigar as estratégias que se (re)produzem no dia-a-dia dos professores e demais profissionais que transitam e se relacionam com a temática. Para tanto, utilizamos de conhecimentos teóricos disponíveis nas áreas da educação e psicologia. Concebemos a escola como um espaço por excelência de educação, tendo em vista que nela se encontra as múltiplas formas de realidades cotidianas advindas da família e da sociedade, o que torna a escola um local privilegiado para se identificar e diagnosticar ações de violência contra a criança e adolescente.

Compreendendo as discussões contemporâneas e urgentes sobre violência na infância e adolescência, ressaltamos a necessidade do espaço escolar, enquanto importante agente de transformações sociais, busque (re)conhecer, discutir e problematizar a forma como o abuso sexual é tratado, especialmente por professores, visto que possuem papéis fundamentais neste cenário. É de suma importância que os educadores tenham conhecimentos deste assunto, tendo vista que a falta de clareza pode suscitar ações inconvenientes e negligentes que podem agravar a situação para a criança e/ou adolescente.

Entendemos que o abuso sexual repercute na vida do sujeito em todas as esferas da vida social, afetando de modo significativo as relações sociais e de aprendizagem. Para tanto, a criança vítima de violência precisa ser ouvida. De modo geral, as denúncias são concretizadas via comportamentos no ambiente escolar, em alguns casos, podem ser minimizados pelos professores e demais profissionais que compõem o ambiente educacional.

Ante o exposto, tivemos como objetivo, compreender, por meio revisão de literatura e entrevista com um profissional que atua na área da investigação criminal, quais são as estratégias e saberes reproduzidos na escola e sociedade a respeito da violência contra crianças e adolescentes. Além disso, buscamos identificar o papel da escola e do professor, como agentes ativos, no processo de encaminhamento de casos de abuso sexual. Justifica-se esta investigação, por se compreender que a escola é uma instituição política, que produz e reproduz saberes, onde o educador tem um papel político-pedagógico destacado, pois os métodos utilizados podem contribuir para um bom desenvolvimento humano, psíquico e social enquanto condição fundamental de garantia dos direitos humanos.

Neste sentido, a presente investigação pretende contribuir com as discussões a respeito do abuso sexual a partir das contribuições da Psicologia, uma disciplina criada para pensar os sujeitos em suas singularidades. Desse modo, pode trazer subsídios para a discussão de como inserir a temática da violência sexual no contexto escolar.

Outra justificativa para este trabalho é que os dados podem fomentar possíveis desdobramentos do tema em contexto local. Além disso, poderá proporcionar uma reflexão e um diálogo dos múltiplos profissionais que transitam e se relacionam com o tema, no contexto escolar e na sociedade. A partir dos dados, demonstra-se fundamental promover espaços de discussão entre professores, família, alunos e a gestão escolar.

Nesta perspectiva, a investigação se justifica tendo em vista que compreendemos a escola enquanto espaço de luta e de produção e reprodução de saberes. Assim, nossa investigação propõe-se contextualizar o tema infância, adolescência, família, escola e abuso sexual infanto-juvenil a partir dos aspectos histórico e gerais. Buscamos abordar o tema abuso sexual em uma perspectiva multidimensional, com enfoque direcionado a invisibilidade desse segmento, visto que esse debate ainda se apresenta escasso nas produções acadêmico-científicas em Psicologia e Educação, além de demonstrar-se significativo para revelar novas reflexões.

1.1 Concepção de Infância

Atualmente concebemos a infância como um período singular com uma particularidade que a diferencia da idade adulta. Criança ocupa o lugar central na família e a infância considerada como um período de preparação para o futuro, preparar a criança para a sociedade, isto é, o ideal social. No tocante, na representação do discurso jurídico a criança é aquela que não pode ser comprometida com a sua palavra, ou seja, não é responsável pelos seus atos e isso se resvala para outros campos, dando lugar a uma prática que avaliza que o outro (responsável) diga pela criança ou sobre a criança e talvez isso sustente práticas onde se colhe dados sobre a criança que só o outro sabe, onde a criança não tem voz, ela não fala (Fernandéz, 1992).

Assim, é importante ressaltar que o que se configura como uma questão para a criança, nem sempre coincide necessariamente com a queixa dos professores e pais. O que é problema para os professores, pode ser “um grito por socorro” da criança, isto é, o que nos permite enfatizar a necessidade de escutar à criança e não simplesmente de tomá-la a partir da queixa dos educadores e familiares.

Os primeiros anos de vida tem importância capital para o futuro desenvolvimento da criança, as primeiras experiências formarão as fundações sobre as quais se constituirá a própria estrutura do sujeito (Fernandéz, 1992). Falar em concepção ao período infantil é algo que

partimos do princípio de que quando nos referimos à criança há um consenso com relação ao conceito, ou seja, todos sabem do que se trata. Porém, não é assim na prática.

1.2 Concepção da Adolescência

O desenvolvimento humano caracteriza-se pelas mudanças sistemáticas ordenadas, padronizadas e relativamente permanentes no indivíduo que abarca a concepção de vida do berço ao túmulo. “As mudanças não ocorrem apenas na infância, mas ao longo de todo o ciclo de vida, e ocorrem de modo individual, social e cultural. É fundamental a interligação dos múltiplos sistemas em que o ser humano transita para que o sujeito tenha recursos externos aos quais possa recorrer, de forma a superar a mudança e a adversidade” (Diniz; Koller, 2010, p. 03).

Partimos da concepção que adolescência é a fase social e psicológica do ciclo vital que transcende os parâmetros etários, uma vez que os critérios numéricos mascaram as influências relacionadas aos aspectos sociais, culturais e psicológicos como as desigualdades presentes nas relações sociais, situando a responsabilidade das ações no próprio sujeito. A adolescência foi concebida como um período de crise, no qual, predomina o conceito de instabilidade afetiva, rebeldia, melancolia. Deste modo, a concepção contemporânea sobre adolescência é fortemente identificada como uma etapa marcada por contradições, tormentos e perturbações.

Essa concepção pressupõe uma crise preexistente no adolescente, considerando a adolescência como um período crítico, no qual o jovem não é criança e nem adulto. Ressalta-se a importância de refletir a respeito da universalidade de conflitos adolescentes, uma vez que não se pode negligenciar as condições históricas dos sujeitos e suas condições subjetivas de vida, o ocultamento das desigualdades presentes nas relações sociais situa a responsabilidade de suas ações no próprio jovem, suscitando uma ideologia de esforço pessoal.

As concepções presentes nas referências (Marques; Cruz, 2000; Antoni; Koller, 2010; Dietz; Santos; Hildebrandt; Leite, 2011; Senna; Dessen, 2012), consideram a adolescência como um fenômeno psicossocial, enfatizando aspectos biológicos, ambientais e sociais. Os adolescentes não são recipientes passivos, eles são participantes ativos no processo de desenvolvimento, são sujeitos transformados e transformadores do contexto, no qual, encontram-se inseridos (Dayrell; Moreira; Stengel, 2011).

1.3 Concepção da família

É por intermédio da família que o sujeito desenvolve a primeira identidade social (Reis, 1984). A importância de contextualizar a instituição familiar é coerente com a perspectiva sócio - histórica, uma vez que consideram o contexto familiar como elemento que está em constantes transformações, que estão em consonância com as mudanças sociais (Habigzang; Diniz; Koller, 2014). As inúmeras transformações do âmbito familiar fomentaram um conceito amplo e variado que envolve vários aspectos, entre eles os aspectos demográficos, jurídicos, vínculos íntimos de afetividades e parentescos, transmissões de bens materiais, dentre outros. No entanto, as funções básicas desempenhadas pela instituição familiar no decorrer do processo de desenvolvimento de seus membros permaneceram as mesmas, sendo a família o modelo primário de socialização dos sujeitos (Bock, 2001).

Ressalta-se que inexistente um modelo único de família, pois as famílias apresentam uma gama de diversidades e constituem seus valores, crenças e modos de afetividade de acordo com a própria biografia, com múltiplos contextos e realidades distintas. A partir das décadas de 1950 e 1960, o modelo familiar passou por profundas transformações socioculturais e afetivas. Houve mudanças relacionadas à inserção da mulher no mercado de trabalho, o que visa promover o equilíbrio entre os gêneros. A globalização e a revolução tecnológica suscitaram o desafio da violência urbana, desemprego, uso e abuso de substâncias psicoativas, entre outros (Bock, 2001).

Em relação ao fator de proteção, a família favorece o desenvolvimento saudável a partir de vínculos amorosos, apoio no processo de construção da autonomia, no estabelecimento de normas para as condutas sociais e monitoramento aos diversos processos de desenvolvimento e crescimento do adolescente. No que se refere à família como fator de risco, pesquisas mostraram que o âmbito familiar constitui como um dos fatores mais relevantes, porém de forma combinada com outros fatores (Kandel; Kessler; Margulies, 1978; Kandel, 1990; Kodjo; Klein, 2002).

Cabe destacar que é no sistema familiar que o sujeito desenvolve suas crenças e apresenta seus primeiros comportamentos e a família, quando afetiva e cuidadora, possui maiores chances de promover um desenvolvimento saudável aos filhos (Habigzang; Diniz; Koller, 2014).

1.4 Concepção de Escola

A compreensão a respeito do ambiente escolar e o papel exercido por essa instituição na vida dos adolescentes nos remetem às discussões a respeito dos fatores de risco e proteção enquanto importantes forças que intermediam a construção de um desenvolvimento saudável na vida dos sujeitos. A instituição escolar deve fortalecer as habilidades que proporcionam um desenvolvimento saudável, uma vez que estes sujeitos irão desempenhar papéis sociais de futuros trabalhadores e cidadãos (Bock *et al.*, 2001).

O contexto escolar não é responsável apenas pela alfabetização, pois desempenha um significativo papel na formação do sujeito em um sentido amplo. Ao transmitir a cultura, modelos sociais de comportamentos considerados adequados pela sociedade e alguns valores morais, o ambiente escolar proporciona ao indivíduo o sentimento de pertencimento ao grupo social (Bock *et al.*, 2001).

1.5 Abuso sexual infanto-juvenil

É possível relacionar os tópicos citados acima, de concepções de infância, adolescência, família e escola, com o abuso sexual, uma vez que essa questão do abuso sexual de menores vem crescendo no mundo todo e muitas vezes envolve familiares (pais, padrastos etc.), afetando a integridade da criança e/ou adolescente vítima.

De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, de junho de 2018, comparando os anos de 2011 e 2017, observou-se um aumento geral de 83,0% nas notificações de violências sexuais e também um aumento de 64,6% e 83,2% nas notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, respectivamente. Os dados mostraram que, destes 83,0% aproximadamente 33,7% dos casos tiveram caráter repetitivo; 69,2% ocorreram na residência da vítima e 4,6% ocorreram na escola. Desses números, apenas 62,0% foram notificados como estupro (Ministério da Saúde, 2018).

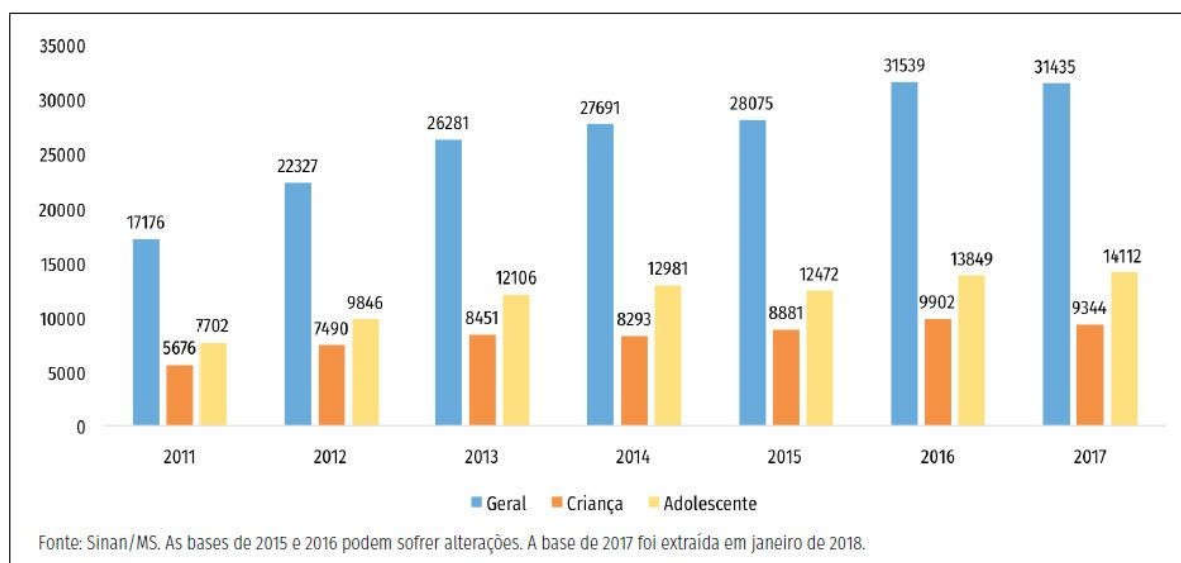


Figura 1 - Número de notificações de violência sexual, total e contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação, Brasil, 2011-2017.

Tendo como base os aspectos mencionados, apesar do número de denúncias terem aumentado com o passar dos anos, percebe-se que pouco ainda é discutido sobre esse assunto no meio acadêmico. Há a necessidade da conscientização da família da vítima e também do meio escolar que ela frequenta, para que estejam preparados caso surja a necessidade de encaminhamento para os órgãos públicos e/ou atendimento psicológico. Com isso, se faz necessário pesquisas mais avançadas a respeito do assunto.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem como núcleo central a análise crítica de uma entrevista realizada com o perito criminal Rildo Silveira, associado à ABRAPEJ - Associação Brasileira de Peritos Judiciais profissional especializado em Investigações e Serviços de Proteção a Crianças e Adolescentes vítimas de abuso sexual pelo Instituto Bechara Jalkh (IBJ), a partir dos referenciais teóricos da psicologia da educação, social e jurídica.

A estratégia para ter acesso ao perito nas condições estabelecidas foi por intermédio de indicação. Desse modo, o profissional foi contatado e comunicado sobre os objetivos da entrevista. Após o consentimento, a entrevista foi agendada de acordo com sua disponibilidade. Cabe frisar, que a metodologia deste trabalho é qualitativa, de caráter exploratório, na medida em que esta modalidade de investigação científica permite, por meio de autorrelatos, alcançar uma maior quantidade de significados, motivações, opiniões, crenças, valores, aspirações e atitudes frente ao tema investigado.

Para a coleta dos dados, utilizamos a entrevista individual semiestruturada, uma vez que esta possibilita construir informações pertinentes com o objeto de pesquisa de forma que o entrevistado possa discorrer sobre a questão, sem se prender à indagação formulada, mas sem se distanciar do assunto (Minayo, 2015). Assim, foi elaborado um roteiro por meio das quais, podemos explicitar a importância de trabalhos que visibilizem a violência infantil em solos brasileiros.

A análise do material fundamentou-se na Técnica de Análise de Conteúdo, na modalidade Temática (Bardin, 2004) que permitiu conhecer e organizar os núcleos de significados relacionados ao abuso sexual na infância e adolescência retratados na literatura nacional, considerando o caráter qualitativo dos dados (Gomes, 2007). Os resultados finais serão enviados ao perito criminal por meio de uma cópia do artigo produzido. No tocante ao compromisso social, o retorno dos resultados será realizado por meio de artigos científicos ou apresentações em congressos. Acreditamos que somente a informação e educação podem transformar a realidade, por isso nossos esforços se voltam nessa direção.

No que tange a violência infantil que atinge também o público adolescente, identificamos uma escassez de estudos em relação a esse assunto. Dessa forma, o presente artigo visa colaborar com as discussões no campo da violência que atinge a juventude brasileira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em se tratando de temas relativos à proteção dos direitos da criança e do adolescente, uma das mais densas violações se estabelece na violência sexual em suas mais variadas formas – abuso sexual, físico, emocional e pedofilia – praticadas contra a criança e/ou o adolescente. O abuso sexual é um dos tipos de maus tratos mais frequentes, afetando, em quase 100% dos casos, o psicológico da vítima (Kaplan; Sadock, 1997). Diante desse fato, constatamos, ao entrevistar o perito criminal Rildo Silveira, que esse o abuso sexual é o tipo de abuso que mais é difundido no Brasil, especialmente nas comunidades mais carentes: *“De todos os casos analisados, investigados e periciados sem dúvidas o abuso sexual, e teve casos em que junto ao abuso sexual a vítima sofreu e passou ao mesmo tempo por violência emocional e física.”* Vê-se, também, um caso intrigante: Segundo Rildo, boa parte dos casos de violência sexual foram contra meninos. Assim, é necessário questionarmos a invisibilidade do menino vitimizado sexualmente, uma vez que a vitimização do abuso sexual é uma questão

essencialmente feminina. Há uma certa complexidade em entender que o menino pode ser vítima de abusos, confrontando com a expectativa da sociedade que ele seja forte e corajoso. Os casos com meninos são mais difíceis de serem tratados uma vez que ocorre maior silêncio dos mesmos, agregando ao medo e vergonha a questão da homossexualidade, dele ser tratado como “gay” (Carvalho, 2015).

Apesar do incentivo de muitas campanhas, nem sempre denunciar a violência sexual é uma tarefa fácil. Algumas vezes, as vítimas não são bem recebidas justamente no lugar onde deveriam ser acolhidas. Quando perguntado a respeito do caso mais marcante de sua carreira, Rildo relatou o seguinte caso. *“Sem dúvidas um caso de abuso sexual com quatro vítimas do mesmo abusador que é o padrasto de uma delas. Analisei o caso e fiz o acompanhamento das quatro vítimas diretamente no MPRJ [Ministério Público do Rio de Janeiro] onde o caso foi registrado. Em tudo isso passamos por algumas dificuldades devido ao fato que a Delegacia da Mulher onde uma das vítimas decidiu de denunciar o caso não registrou o fato pois falaram para a vítima que tinha esgotado o prazo para oferecimento da queixa crime, mas ao contrário daquilo que foi falado na DEAM [Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher], conseguimos registrar o caso tanto no MPRJ quanto na DCAV [Delegacia da Criança e Adolescente Vítima] isso e isso foi extremamente positivo”*.

A Delegacia da Mulher é um órgão público brasileiro criado para o combate à violência contra as mulheres. Esta possui como princípios assegurar tranquilidade à população feminina vítima de violência, por meio das atividades de investigação, prevenção e repressão dos delitos praticados contra a mulher e auxiliar as mulheres agredidas, seus autores e familiares a encontrarem o caminho da não violência, por meio de trabalho preventivo, educativo e curativo efetuado pelos setores jurídico e psicossocial. No entanto, observa-se, uma negligência quando se trata em registrar casos de abuso sexual. Em 2018, saiu a matéria no site UOL (Santos, 2018) com o título “Mulheres são humilhadas na delegacia ao registrar queixa contra agressores”. Nesta matéria há o relato de três mulheres entrevistadas, que sofreram preconceito em delegacias quando resolveram denunciar seus ex-companheiros. Em todos os três houveram relatos de descaso por parte dos delegados na hora de registrar as ocorrências.

Tais atitudes ferem diretamente o direito das vítimas, uma vez que, se houver um crime, deve ser registrado o Boletim de Ocorrência. O policial não pode fazer julgamento ou culpar a vítima. Caso haja recusa, a vítima poderá reclamar na ouvidoria da Polícia do respectivo Estado. Dependendo da situação, pode ser considerada prática de crime de

prevaricação por parte desse funcionário público, que consiste em retardar, ou deixar de praticar seu ofício (Pereira, 2008).

Um outro assunto a ser tratado na área da psicologia no contexto educacional é a questão da violência sexual relacionada à questão escolar. Nos últimos anos, o abuso sexual em crianças e adolescentes tem sido um trauma com o qual nos deparamos nas escolas. Assim, notamos a necessidade de investigar esse tema, pois, como futuras professoras, podemos nos deparar com esses casos e é necessário entender o quão prejudicial é esse assunto na vida da vítima. É notório que, para as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, há uma certa desmotivação, causando impacto na vida acadêmica dos alunos. Para Rildo, *“As sequelas emocionais devidas ao abuso compreendem sentimentos de baixa autoestima, dificuldades de dizer não, culpa, sensação de descontentamento e em muitos dos casos raiva com o próprio corpo, (impressão de estar “sujo”), em alguns casos, surgem pensamentos obsessivos, como lavar-se constantemente; além disso, é frequente a dificuldade no estabelecimento de relações de confiança com outros indivíduos adultos”*.

O papel da escola é socializar o conhecimento seu dever e atuar na formação moral dos alunos, é essa soma de esforço que promove o pleno desenvolvimento do indivíduo como cidadão. A escola é o lugar onde a criança deverá encontrar os meios de se preparar para realizar seus projetos de vida. Porém, como Rildo aborda em suas respostas, a escola é também uma das principais instituições consideradas ideais para detecção, intervenção e encaminhamento em casos de abuso sexual infantil, visto que a maioria dos casos de abuso sexual acontecem dentro do ambiente familiar da criança / adolescente vítima. No entanto, a falta de uma disciplina nos cursos de licenciatura que ensinem o professor a lidar com o tema se torna um problema. Para ele, *“para que a escola possa ser de grande valia nesse tipo de intercorrência, é essencial que professores sejam capacitados e informados com relação aos conhecimentos básicos, legislação referente aos temas ‘abuso sexual – prevenção e conscientização’ (e obviamente sobre direitos da criança e do adolescente)”*.

Segundo Rildo, *“Um dos fatores de dificuldade na percepção da violência é a própria vítima conseguir relatar esse abuso por vários motivos que selecionei assim: bloqueio emocional devido ao trauma dos abusos sofridos ameaças sofridas, em determinados casos também pela idade, e também pelo fato de não possuir ainda condições cognitivas e verbais para contar o que sofreu”*. Faz-se necessário que o professor saiba atender as demandas que a turma possui, para isso deve possuir um ambiente agradável na sala de aula para que o aluno se sinta mais tranquilo para expor sua realidade ao professor. É importante que as questões de

vida em sociedade façam parte, com clareza, da organização curricular, levando a ética ao centro de reflexão e do exercício da cidadania. A convivência deve ser organizada de modo que os conceitos como justiça, respeito e solidariedade sejam compreendidos, assimilados e vividos, com esse proposto à escola se desafia a instalar uma atitude crítica, que levará o aluno a identificar a possibilidade de se abrir em relação às coisas que sofreu e permitir que a escola atue em prol de ajudá-lo. *“Portanto, profissionais treinados e capacitados tem mais possibilidades em identificar mais precocemente os sinais de abuso sexual e poderiam intervir no tempo certo também para minimizar os danos causados por ele”*. Rildo ainda destaca que é nosso dever e obrigação ajudar, apoiar, informar, orientar e conscientizar todos sobre o assunto ‘abuso sexual’ (Pereira, 2017).

Diante dos fatos mencionados, o abuso não pode ser neutralizado e muito menos desconsiderado. Ele tem um peso na sociedade e pode ser maior ou menor dependendo da família e da vítima. É necessário ter intervenções, ajuda e acima de tudo acompanhamento dessas pessoas com um profissional especializado, no caso, um psicólogo. Sabe-se que há muito para ser tratado sobre esse tema e, com isso, os estudos acerca do abuso devem ser cada vez mais debatidos.

4 CONCLUSÃO

Com a realização do estudo sobre abuso, cujo título do trabalho é “Infância Ferida: A (In)visibilidade do Abuso Sexual Infanto-Juvenil no Contexto Escolar e Social”, podemos identificar que o problema da pedofilia e do abuso sexual de menores (principalmente crianças) vem constituindo um problema a nível mundial, preocupando ainda mais a sociedade. Assim, é necessário que haja uma compreensão desse tema, tentando identificar as possíveis causas e os perfis dos abusadores, que na maior parte, há o predomínio da figura masculina, para que as medidas profiláticas possam ser estabelecidas.

Há a necessidade de inserir disciplinas nos cursos de licenciatura que ensinem o professor a lidar com as demandas que aparecem em relação ao tratamento de abusos sofridos pelos seus alunos, para que esteja preparado caso surja a necessidade de encaminhamento para os órgãos públicos e/ou atendimento psicológico, além de conseguir proporcionar um ambiente seguro e agradável para o estudante. Para isso, se fazem necessários mais estudos a respeito deste tema, uma vez que se demonstraram escassos durante a nossa investigação (Brasil, 2006).

Além disso, observa-se uma carência de fiscalização dos profissionais dos órgãos públicos voltados para o atendimento de vítimas de abusos, seja ele qual for, para que os casos sejam tratados com seriedade e essas pessoas recebam o devido encaminhamento, além de proporcionar suporte neste momento de extrema fragilidade da vida dessas pessoas.

Contudo, é relevante compreender como as diferentes formas de violência opera nas escolas e como pode prejudicar o processo de aprendizagem e socialização do sujeito, principalmente quando seu sofrimento é silenciado, não é considerado legítimo, sendo invisibilizados em diversas vezes. Se faz necessário salientar que a perspectiva adotada não busca responsabilizar os professores pela reprodução da invisibilização, visto que suas práticas são atravessadas por outros sistemas e instituições sociais. Nesse sentido, o presente trabalho constitui-se como uma possibilidade de ação reflexiva no conflito, visto que enfatizamos a necessidade de escutar as narrativas silenciadas e negadas no ambiente escolar. Portanto, é significativo destacar a necessidade em se apropriar das políticas públicas nas vivências diárias, considerando as possíveis contribuições da Psicologia e Educação nesses caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONI, C. D., KOLLER, S. H. Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. **Temas em Psicologia**, v. 18, n.1, p. 17-30, 2010.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOCK, A. M. B., FURTADO, O., TEIXEIRA, M. de L. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>, 2018. Acesso em 13/2/2019.

BRASIL. MEC. Coordenação de educação Infantil – DPEIEF/SEB. **Revista CRIANÇA: do professor de educação infantil**. Brasília, DF, n. 42. 2006.

CARVALHO, F.A. **Homem não chora: o abuso sexual contra meninos**. Tese de doutorado apresentada à PUC. SP, 2015.

DAYRELL, J., MOREIRA, M. I. C., STENGEL, M. **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed.PUC Minas, 2011.

DINIZ, E., KOLLER, S. H. O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. **Educar em revista**, v. 26, n. 36, p. 65-76, 2010.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

FERNÁNDEZ, M.R. A estrutura da transferência na psicanálise com crianças. In: **Direção da cura. Publicação da Letra Freudiana**, Rio de Janeiro: Dumará Distribuidora de Publicações Ltda, p. 17-29, 1992.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: R. Gomes. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. p. 81-106, 2007.

HABIGZANG, L. F., DINIZ, E., KOLLER, S. H. **Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014.

KANDEL, D. B., KESSLER, R. C., MARGULIES, R. Z. Antecedents of adolescent initiation into stages of drug use: A developmental analysis. **Journal of Youth and adolescence**, v. 7, n.1, p. 13-40, 1978.

KANDEL, D. B. Parenting styles, drug use, and children's adjustment in families of young adults. **Journal of Marriage and the Family**, v. 52, n. 1, p. 183-196, 1990.

KAPLAN, H.I. SADOCK, B.J. **Compêndio de Psiquiatria: ciência do comportamento e psicologia clínica**. D. Batista, Trad. 7 ed. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

KODJO, C. M., KLEIN, J. D. Prevention and risk of adolescent substance abuse. The role of adolescents, families and communities. **Pediatric Clinics of North America**, v. 49, n. 2, p. 257-268, 2002.

MARQUES, A. C. P. R., CRUZ, M. S. O adolescente e o uso de drogas. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22(supl. II), p. 32-36, 2000.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: Contexto de observação, interação e descoberta.” In: **Pesquisa Social-Teoria, método e criatividade**. Vozes. Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, P. C. A concepção de educadores sobre violência doméstica e desempenho escolar: Violência doméstica e desempenho escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v.12, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000100010>>. Acesso em 10/2/2019.

PEREIRA, I.M.S.P.N. *et al.* **As consequências do abuso sexual no âmbito escolar**. Monografia apresentada à Faculdade de Pindamonhangaba. SP, 2017.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M. **O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, p. 99-123, 1984.

SANTOS, R. **Mulheres são humilhadas na delegacia ao registrar queixa contra agressores**: Violência contra a mulher. Site UOL. 2018. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/09/30/elas-relatam-machismo-e-humilhaca-o-ao-registrar-queixa-contra-agressores.htm>>. Acesso em 10/2/2019.

SENNA, S. R. C. M., DESSEN, M. A., Contribuições das Teorias do Desenvolvimento Humano para a Concepção Contemporânea da Adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 101-108, 2012.

SILVEIRA, R. Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9035606261531308>>. Acesso em: 9/2/2019.

MARTIN BUBER E SIGMUND FREUD: OLHARES SOBRE MOISÉS E A RELIGIÃO

Wallace Félix Cabral Silva¹
Thais Caroline Reis de Ávila¹
José Mauricio de Carvalho²

Resumo - Neste artigo examinam-se os livros *O homem Moisés e a religião monoteísta* de Sigmund Freud e *Moisés* de Martin Buber. Na sua obra o criador da psicanálise comenta a origem a religião e as razões psicológicas que levaram à perseguição dos judeus pela história. Esse estudo foi feito entorno à figura de Moisés e do livro do *Êxodo*, onde se conta a origem do povo judeu. As conclusões de Freud foram contrapostas às posições de Martin Buber, possibilitando o confronto das posições sobre as mesmas questões e comparando as fontes e a hermenêutica utilizada por ambos. Temos em Buber a leitura fenomenológica do fenômeno religioso, contraposta à leitura psicanalítica feita por Freud dos mesmos fenômenos. Explicitam-se as críticas feitas ao reducionismo do fenômeno religioso vinda da psicanálise.

Palavras-chave: Psicologia. Hermenêutica. Cultura. Moisés. Religião.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No livro *Martin Buber, a filosofia e outros escritos sobre o diálogo e a intersubjetividade* um dos autores sugere que entre os interlocutores de Martin Buber para escrever seu livro *Moisés* estava Sigmund Freud. Buber dialoga diversos historiadores, mencionando Eduardo Meyer, Hugo Gressmann e Paul Volz, mas um dos seus olhares mais cuidadosos parece ser o livro de Freud *O homem Moisés e a religião monoteísta*. O que nos leva a essa hipótese é Martin Buber não deixar sem resposta nenhuma das afirmações polêmicas de Freud sobre o personagem bíblico e mesmo o de contraditar o que parece ser o motivo principal pelo qual o criador da psicanálise escreveu seu livro sobre Moisés, isto é, encontrar

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Contato: josemauriciodecarvalho@gmail.com.

uma explicação plausível para a perseguição aos judeus durante a história e especialmente a que foi movida pelos nazistas durante a Segunda Grande Guerra.³

À parte dessa que sugerimos ser um dos olhares mais cuidadosos do autor, o livro de Buber tem valor hermenêutico como método para interpretação do livro do Êxodo e de seu principal personagem. A obra de Buber tem esse alcance amplo de propor uma metodologia para interpretação dos antigos livros da Bíblia. Sabemos que Buber não pretende discutir Psicologia ou contestar a opção religiosa de Freud, esses aspectos estavam fora de seus propósitos. Ao se valer de historiadores como Paul York Wartenber, Wilhelm Dilthey e do hermeneuta Hans Georg Gadamer, Buber pretendeu oferecer ao público um estudo preciso sobre a figura de Moisés, um trabalho cujas referências científicas fosse incontestável e fundamentadas nos mais notáveis historiadores e hermeneuta do seu tempo. Dessa forma, ainda que entre seus propósitos estivesse contraditar Freud, como aqui se sugere, a obra depois de escrita, como todo livro publicado, ganha vida própria, propicia novas leituras e revela outras virtudes.

Neste artigo, vai-se acompanhar o diálogo de Buber com Freud. A motivação de Buber para escrever seu livro está alimentada por motivos robustos como o de recuperar a imagem de Moisés, desgastada pela obra *O homem Moisés e a religião monoteísta* onde Freud o identifica com personagens distintos ou ainda com a simples recusa de sua existência histórica como fizera o historiador Eduardo Meyer. Também é evidente o propósito de Buber de arejar a fé judaica, justificar a crença em Deus e o papel da religião, enquanto elemento cultural próprio do homem, reduzidos pelo criador da psicanálise à projeção psicológica neurótica e ilusão. Viktor Emil Frankl assim resumiu essa tese de Freud proposta em *O futuro de uma ilusão*: “a

3 Naquela obra pode-se ler (2017, p. 63): “Sua discordância mais significativa é do livro *O homem Moisés e religião monoteísta*, de Sigmund Freud. Ele o considera superficial e concebido sobre bases frágeis, tanto a interpretação do livro do Êxodo, quanto suas explicações sobre o significado da religião e as razões elencadas pelo psicanalista para o antissemitismo. Essa explicação está centrada na culpa pela morte do pai primordial sem a redenção e o complexo de superioridade resultantes da crença mosaica de serem os judeus os preferidos de Deus. O resultado, diz Freud, foi que assumiram a culpa pela morte de Deus sem a redenção e (2014, 182): “cuidou-se para que pagassem caro por isso”. Muitas passagens do texto de Buber parecem resposta às interpretações que Freud fez da figura de Moisés, sobre o surgimento da religião e dos fatos narrados no Êxodo, embora Buber não discutisse psicologia e se mantivesse fiel ao judaísmo”.

religião é a neurose obsessiva comum ao gênero humano; da mesma forma que a neurose obsessiva da criança, ela se origina no complexo de Édipo, no relacionamento com o Pai” (FRANKL, 2017, p. 66).⁴ Essa posição de Freud foi construída em *Totem e Tabu*, retomada, aprofundada e desenvolvida em meio a outras questões de psicanálise, em *O homem Moisés e a religião monoteísta*⁵, justamente o texto contestado por Buber e aqui comentado.

2 ACOMPANHANDO O DIÁLOGO FREUD/BUBER

Freud e Buber partem dos estudos do historiador Eduardo Meyer que negou a existência histórica de Moisés. Freud tomará seu trabalho de pesquisa histórica como referência para suas análises dos fatos relatados no livro do *Êxodo*. Ele o destaca entre os: “historiadores modernos, como representante dos quais podemos reconhecer E. Meyer” (FREUD, 2014, p. 64). Buber também o considerará um historiador importante, comentando seus estudos sobre Moisés como se segue (id., p. 6): “Em 1906, o notável historiador Eduard Meyer expressou a ideia de que Moisés não era um personagem histórico”.

Embora partindo do mesmo historiador, os dois pensadores se valem de outras fontes e têm poucos pontos comuns nos seus livros, por isso vamos começar pelo que há de semelhante entre eles. Um desses pontos é o entendimento de que os relatos históricos do livro do *Êxodo* possuem pontos obscuros. Afirma: que “Os lapsos de tempo seguintes, até a consumação da tomada de posse da terra de Canaã, são especialmente obscuros” (FREUD, 2014, p. 96).

Buber reconhecerá a existência dos pontos obscuros do relato, explicando que por reunir diferentes lendas sem a preocupação de oferecer sequência coerente, o texto deixa lacunas.

4 Em *Atos obsessivos e práticas religiosas* escreveu Freud, texto reproduzido no Dicionário de termos de Freud (CUNHA, 1978, p. 170): “Poder-se-ia tentar considerar a neurose obsessiva como o comportamento natural da formação de uma religião e descrever esta neurose como um sistema religioso privado, e a religião como uma neurose obsessiva universal”.

5 Paulo Indo e Edson Souza, no texto que precedeu a obra de Freud na edição aqui utilizada da L&PM, escreveram (FREUD, 2014, p. 14): “Curioso talvez foi que o último grande texto de Freud, publicado em 1939, tenha sido *O homem Moisés e a religião monoteísta*, trabalho potente e fundador que reexamina as teses historiográficas basilares da cultura judaica e da religião monoteísta a partir do arsenal psicanalítico”.

Porém, parece-lhe, o livro tem estrutura precisa: o êxodo do Egito e o acampamento aos pés do Monte Sinai, precedido da lenda sobre a origem de Moisés.

Quanto à hermenêutica empregada, Buber esclarece que se deve “renunciar desde o princípio a uma coisa: não se pode aventurar a apresentar uma sucessão coerente dos acontecimentos” (BUBER, 1946, p. 10) e completa: “Nesse conjunto de lendas díspares não se descobrirá nenhuma continuidade histórica” (id., p. 11). Outro ponto de aproximação está em que ambos reconhecem que o sogro de Moisés se chamava Yethro, Buber na página 175 e Freud na 65 e igualmente explicam que o povo judeu teve origem da união de tribos semitas aparentadas vindas do Egito com outras que habitavam a região de Midiã, Buber na página 158 e Freud na 69. Um outro ponto comum entre eles foi o entendimento de que a religião judaica tinha um caráter espiritual diferenciado abordada por Buber na batalha sangrenta que Moisés moveu contra os que fizeram um bezerro de ouro para representar Deus na página 257. Freud refere-se a esse episódio: “Entre as prescrições de Moisés se encontra uma que é importante do que de início se apercebe. É a proibição de fazer uma imagem de Deus, ou seja, a coação a adorar um deus que não se pode ver” (FREUD, 2014, p. 156).

Outro ponto comum foi o tipo de liderança exercida por Moisés, Buber “não distingue entre a esfera religiosa e a política” (BUBER, 1946, p. 316), enquanto Freud comenta essa liderança como se segue: “não devemos esquecer que Moisés não era apenas o líder político dos judeus estabelecidos no Egito, mas também seu legislador e educador” (FREUD, 2014, p. 46).

Podemos considerar que na interpretação da festa da Páscoa, as posições de Freud e Buber não são semelhantes, mas complementares, isto é, nelas não há propriamente diferença, mas acréscimo. Para o primeiro, “a festa da Páscoa foi instituída para conservar a lembrança desse acontecimento” (FREUD, 2014, p. 154) (a fuga do Egito). A isso acresce que a festa muda a noção de sacrifício no mesmo sentido que os profetas, bem mais tarde, reafirmariam: Jeová não quer sacrifício. Completa: “as vozes dos profetas não se cansaram de proclamar que Deus desdenhava cerimonial e sacrifício” (id., p. 100). Buber, por sua vez, destaca da festa, mais que o sangue do cordeiro como proteção contra o anjo da morte que atacou os primogênitos do Egito, a ressignificação da imolação que estava presente em outras religiões, acrescentando que ela adquiriu a feição de refeição cerimonial “é a Páscoa para Jeová, ainda que conservando a ideia de imolação (...) é uma comida sacramental” (BUBER, 1946, p. 120).

Excluídos esses pontos de aproximação, a leitura que Freud e Buber fizeram de Meyer e de suas outras fontes os levarão por caminhos diferentes. O primeiro, concordando com o

historiador, mostra que aquele que a Bíblia chama de Moisés condensa dois personagens distintos, com temperamentos, vidas e crenças diferentes, enquanto o segundo julga confiável o texto bíblico que o identifica com um único personagem, apesar das lacunas do relato, considera-o fonte histórica digna nas informações sobre Moisés. Freud distinguiu o Moisés egípcio⁶ do pastor que viveu em Midiã e que herdou o nome do primeiro: “Moisés em Midiã não é mais um egípcio e neto de faraó, e sim um pastor ao qual Jeová se revela” (FREUD, 2014, p. 67).

Vê-se que Buber e Freud concordam que a Bíblia não traz um relato histórico preciso, ao gosto dos historiadores atuais, mas enquanto Freud duvida das informações nucleares do texto bíblico acompanhando Meyer, Buber irá mostrar como se deve ler a Bíblia para obter informações corretas. Para desqualificar a identidade histórica de Moisés, Freud lembrou ainda a lenda de um menino abandonado pela corte do rei, dentro de uma cesta ou caixa, que foi criado por gente humilde, mas que mais tarde recupera sua condição real foi o eixo comum de diversas lendas daquela época.

Variações dessa lenda, ele esclarece, estão na história do Édipo na antiga Grécia, no Egito e envolvem a origem de Ciro, na Pérsia. Ele lembra que “a mais antiga das pessoas históricas com a qual se relaciona esse mito é Sargão, de Agade, o fundador da Babilônia” (id., p. 27). O elemento comum dessas lendas é que o herói se levanta contra o pai e derrota-o. No caso da lenda mosaica a diferença está na origem humilde de Moisés, mas os outros elementos do texto bíblico não se diferenciam das outras lendas. A técnica dessas narrativas, ele explica, é preservar “um pedacinho eficaz de todo o mito para ele continuar eficaz é a garantia de que a criança sobreviveu apesar de poderosas forças externas” (id., p. 40).

No caso da lenda de Moisés foram feitas adaptações na forma utilizada em outros povos, para ajustar o conteúdo aos outros fatos relatados no livro do *Êxodo*. Buber não contesta o aspecto lendário que envolve a origem de Moisés, mas avalia o conteúdo da lenda de outro modo. Ele observa que a lenda sobre a origem não desqualifica a existência histórica de Moisés. Ele esclarece, à guisa de justificativa, o papel que a lenda tinha naquele momento para os povos

6 Confira 2014, p. 46.

da região: “A lenda era uma maneira predominante de fixar desenvolvimentos históricos da vida de tribos de modo mais forte que a ordem política” (BUBER, 1946, p. 20). Ainda que, com o passar do tempo, tenha perdido relevância “com o desenvolvimento da historiografia em forma de anais escritos por encargo do governo, eclipsa as criações populares” (ibidem, p. 21). Portanto, seus fatos nucleares eram confiáveis, ainda que fossem retocados.

Essa diferença na interpretação da lenda leva os dois a concluírem diversamente sobre a origem do personagem. Para Buber, Moisés tem mesmo origem judaica conforme afirma o livro do *Êxodo*: “parecendo-lhe justificada a conjectura de que Moisés descendia de uma antiga família hebreia de videntes” (BUBER, 1946, p. 283).

Freud, em contrapartida, conclui outra coisa dessa lenda sobre a origem de Moisés, afirmando que “ele é um egípcio – provavelmente nobre – que a lenda pretende transformar em judeu” (FREUD, 2014, p. 41).

Para fortalecer a sua hipótese do erro histórico presente no *Êxodo*, Freud assume que temos dois indivíduos distintos sob o nome de Moisés, e não o personagem descrito no livro do *Êxodo*. Ele destaca a procedência egípcia do nome: “é notável que seu nome, Moisés, era egípcio. Ele é simplesmente a palavra egípcia mose, que significa filho de e é abreviatura de formas de nomes mais completos, como por exemplo, Amon-mose, filho de Amon” (FREUD, 2014, p. 34). Buber não desconhece a hipótese da origem egípcia do nome, mas considera correto aquele significado que está no texto do *Êxodo*, assumindo a etimologia hebraica: “o que foi retirado do Nilo” (BUBER, 1946, p. 58). Ele reinterpreta, o verbo não significa apenas retirado, mas também retirar. Então, aprofunda Buber a mensagem do texto sagrado, estamos diante de um significado preciso para o nome, Moisés é aquele que sacou Israel das águas do Egito (ibidem): “Deus se recordou de seu povo: do homem que retirou das águas o povo de Deus, ao qual seguem, com profundo sentido, as palavras que indicam a cooperação de Deus com Moisés”. Adicionalmente, Buber encontra, numa outra passagem do texto bíblico, uma prova robusta de que Moisés era semita. Ao ser confrontado com o fato de que matara um egípcio, ele teme ser morto. Isso não faria sentido se ele fosse egípcio e, ainda menos se fosse um governador de província. Mas, quando o faraó ameaça matá-lo ele foge, mostrando que teme a justiça semita ou melhor “essa expressão denota melhor vingança semítica do que justiça egípcia” (id., p. 60).

Outro ponto utilizado por Freud para justificar a origem egípcia de Moisés foi a circuncisão. Para ele era fato incontestável de que esse era um costume egípcio e que a sua adoção pelos semitas foi uma concessão feita pelas tribos de Midiã àquele grupo tribal que

migrou do Egito com o primeiro Moisés. O texto ajuntou os personagens quando deslocou: “o homem Moisés (...) a Midiã e a Cades, fundindo-o com o sacerdote da religião de Jeová” (FREUD, 2014, p. 77). Cades era uma cidade que, segundo o relato bíblico, estava situada a noroeste da península do Sinai, próximo da fronteira nordeste do Egito e da costa oriental. Quanto ao costume da circuncisão ele foi preservado, mas acrescenta Freud (ibidem): “não se deixou de fazer tentativas de desligar esse costume do Egito, apesar de todas as evidências”. Para Buber, o costume é um ritual específico dos hebreus e não se confunde com qualquer prática egípcia parecida, pois foi assumido por Séfora com um sentido preciso “com essa ação, ela põe os nascidos de seu clã debaixo da proteção do Deus de Israel, e assim o teria propício” (BUBER, 1946, p. 94).

Quanto à proibição do culto das imagens, assunto já comentado como indicativo da espiritualidade da nova religião, Freud avalia que ela, que fora interpretada por Buber⁷ como parte do pacto entre Deus e os homens, era uma radicalização das práticas religiosas dedicadas ao Deus egípcio Athon: “Supomos que, nesse ponto, Moisés excedeu o rigor da religião de Athon, talvez ele quisesse apenas ser coerente, seu deus não tinha nome nem rosto, ou talvez fosse uma nova precaução contra abusos mágicos” (FREUD, 2014, p. 156). Antes Freud já havia explicado que a religião de Athon: “excluía tudo que é místico, mágico e encantatório” (id., p. 53). Buber, por sua vez, não via semelhança entre o culto dedicado ao Deus de Israel e o culto egípcio a Athon. A proibição de toda representação sensível de Deus no texto bíblico é uma forma de respeito, explica: “o mandamento de dirigir a intenção a sua Presença invisível, que, não obstante, se manifesta por meio da proibição de toda representação sensível” (BUBER, 1946, p. 221). Quanto a proibição da magia, idolatria e iconolatria, tudo isso não se devia a qualquer religião egípcia, mas ao reconhecimento do poder absoluto de Deus e, com a proibição (ibidem): “impedir que nenhuma coisa ilusória participe da presença do Presente”.

Outra diferença na interpretação do texto, que aponta para conclusões distintas, é o fato de Moisés ser apresentado como gago no texto bíblico. Enquanto para Buber essa era, de fato, uma limitação pessoal que não impediu que ele fosse escolhido líder por Deus, Freud enxergou

7 Cf. p. 202.

na necessidade de alguém que falasse com o povo em seu nome uma prova de que Moisés não falava a língua semita do povo que vivia em Midiã. Para Buber, Deus capacita quem quer independente de suas limitações. Moisés age como realizador da vontade de Deus “enviado como portador da palavra, mediador entre o céu e a terra por meio da palavra, Moisés não tem o dom da palavra que sai com soltura. Assim foi criado e assim foi escolhido” (BUBER, 1946, p. 98).

As diferenças hermenêuticas empregadas na análise dos textos levaram a outras divergências muito significativas. Freud utilizou categorias atuais, no caso o monoteísmo para aproximar o culto ao Deus de Israel do culto egípcio do Deus Athon, identificando os dois deuses como exemplos de monoteísmos entre os vários politeísmos praticados na região. Freud esclarece que não se refere, pois, à religião egípcia predominante, que era politeísta, mas a uma específica religião egípcia, a de Amenófis IV e que: “um monoteísmo rigoroso, a primeira tentativa desse tipo na história universal até onde sabemos, e, com a crença num deus único” era (FREUD, 2014, p. 49). E sobre a aproximação do judaísmo afirma: “Amenófis louva o sol como criador e mantenedor de tudo que é vivo dentro e fora do Egito com um fervor que só retornará muitos séculos depois nos salmos em honra do deus judeu Jeová” (id., p. 50/1).

Buber, ao contrário, valendo-se das orientações de Paul Wartenberg, esclarece que conceitos modernos mais confundem que esclarecem as crenças daqueles dias, pois, quando muito, têm sentido quantitativo, mas com significativas diferenças no significado, esclarece: “o deus universal Sol do monoteísmo imperialista de Amenófis IV está muito mais próximo do deus nacional do panteão do Egito antigo do que o Deus do alvorecer de Israel” (BUBER, 1946, p. 14). Dito assim, Buber recusa a semelhança que Freud apontava entre o culto de Athon e o culto ao Deus de Israel.

Há uma prova que Buber considera fundamental para contradizer a hipótese de Jeová ser uma simbiose entre Athon e o deus vulcânico dos midianitas, sugerida por Freud. O texto mostra que Yethro, sogro de Moisés, reconhece que o Deus que falava por Moisés era mais poderoso que o seu Deus. Com isso se desqualifica a hipótese de que temos dois deuses que se uniram, e que o deus (vulcânico) se sobrepôs ao Deus que tirou as tribos do Egito. Observa Buber: “nenhum sacerdote de um deus falou jamais a uma comunidade que não a sua” (id., p. 159/60) que sabia que Javé era o maior que todos os deuses “agora que Israel foi salvo e o Egito derrotado por seu Deus” (id., p. 159). A lógica sugere que falamos de um Deus que tirou as tribos semitas do Egito e se manifestou no Sinai e que seu poder era maior do que os outros deuses, inclusive que o Deus anteriormente cultuado pelos midianitas.

A diferença na interpretação levou a outras e crescentes divergências entre Freud e Buber. Freud utiliza o estudo das tradições bíblicas, bastante conhecida na época, o que lhe permite concluir que nomes diferentes atribuídos a Deus (Javé e Eloim) são provas de deuses distintos que se uniram para dar origem a um único Deus. Para Freud, essas tradições distintas, possíveis de serem identificadas no texto bíblico: “revelam intenções secretas, o falsificaram, mutilaram e ampliaram, chegando a transformá-lo em se oposto” (FREUD, 2014, p. 76). Freud também aceita, acompanhando Meyer, que o fundador da religião javista é genro do sacerdote midianita, um pastor e que Jeová “era um deus vulcânico que habitava (...) o Sinai Horebe, que se imaginava ser a morada de Jeová” (id., p. 65).

Trata-se de posição diversa de Buber que foi anteriormente mostrada. O deus vulcânico descreve Freud (ibidem): “é um demônio sinistro, sedento de sangue, que vaga pela noite e teme a luz do dia”. Temos, portanto, segundo Freud dois deuses na origem do Deus judaico e dois personagens fundidos no nome Moisés. A fusão dos deuses se completa com a fusão dos líderes, explica:

Desse modo se produziu um equilíbrio, por assim dizer, se permitiu que Jeová, que habitava uma montanha em Midiã, se estendesse até o Egito, e que a existência e atividade de Moisés, em compensação, se estendesse até Cades e a Transjordânia. Assim ele foi fundido com a pessoa do posterior fundador religioso, o genro do midianita Jethro, a quem emprestou seu nome Moisés (id., p. 73).

Buber trabalha com outro viés hermenêutico. Ele não considera tradições distintas no texto bíblico, como fez Freud, mas separará os textos mais novos dos mais antigos e assim, com essa metodologia arqueológica de retirada das camadas sucessivas, ele separa textos mais antigos dos seus acréscimos posteriores. Não é esse um procedimento correlato ao reconhecimento das tradições? De certo modo é essa a lógica das tradições, mas se for entendido da forma proposta por Buber a questão muda por completo. Ele explica: “há de se separar, com um método redutivo, por descrevê-lo assim, camada por camada, as adições reconhecíveis como tal por sua linguagem e por seu estilo, por seu fundo e tendência, para penetrar até os últimos elementos acessíveis” (BUBER, 1946, p. 12). Dessa forma se entende que a repetição de fatos em textos de épocas distintas não o falsificam ou introduzem contradições, nem parece existir dois ou mais grupos de escritores diferentes artificialmente aproximados, ele explica: “não cabe dúvida de que toda ficção de caráter popular ou literário foi agregado ao material tradicional autêntico” (id., p. 146).

Quanto às características desse Deus, apesar de ser possível identificar detalhes que o aproxima de outros deuses cultuados na região, possui características inteiramente novas e

singulares, muito diferentes daquelas assinaladas por Freud, esclarece Buber: “apesar de certas analogias nos detalhes, as qualidades juntas não se podem comparar com os atributos de qualquer outro deus da história das religiões” (id., p. 71).

Finalmente, Buber observa, não falamos de dois deuses, pois o que libertou o povo do Egito é o mesmo que agora passa pelo Sinai e o guia até a nova terra: “o mesmo Deus havia partido do Sinai e agora ia à frente do povo” (id., p. 164).

Outra diferença que afastava a primitiva religião judaica da egípcia, afirma Buber, é que essa última acreditava na vida pós morte e na magia, enquanto a judaica não. Ele explicou: “Esta segunda classe de magia pode qualificar-se de técnica. Foi ela a que o Egito deu ao morto para que lhe acompanhasse em sua viagem ao céu e ao inferno” (BUBER, 1946, p. 34). Freud tinha clareza de que a religião egípcia predominante acreditava na vida pós morte e que “a religião judaica antiga renunciou completamente a imortalidade, jamais, e em parte alguma, se menciona a possibilidade de uma continuação da existência depois da morte” (id., p. 48). Porém não era essa religião egípcia que Moisés deu ao povo, mas aquela de Amenófis IV, onde a vida pós morte também não era cultivada, esclarece Freud.

Um aspecto importante para Freud justificar a perseguição histórica aos judeus foi mostrar que Moisés inventou a ideia de que o povo judeu fora escolhido por Deus com o propósito de lhe infundir autoconfiança no momento de uma jornada difícil.⁸ Afirmou: “Moisés aumentou a autoconfiança do povo por meio da garantia de que eram os escolhidos de Deus, lhes impôs a santidade e os obrigou a se segregarem dos outros povos” (FREUD, 2014, p. 1480). Para Buber, o correto é o que está no Êxodo, o pacto entre Deus e o povo surge depois do Sinai, pois antes dele não havia povo de Israel. Esse contrato, esclarece, não fez do povo judeu

8 Betty Fulks, ao prefaciá-la obra *O homem Moisés e a religião monoteísta*, descreve as razões de sua construção, entender, na perspectiva psicanalítica, as razões da perseguição histórica ao povo judeu. Ela escreveu (FREUD, 2014, p. 18/9): “Tudo começa em 1933, Freud registra, no diário em que anotava os fatos da vida considerados extremamente importantes, a queima de um imenso patrimônio cultural realizado no auto de fé da Universidade de Berlim e, em seguida recolhe das cinzas a força para escrever um de seus mais belos e importantes textos. No ano seguinte dá início à escrita de *O homem Moisés e a religião monoteísta* na intenção de responder as questões que lhe acoassavam naquele momento: “diante das novas perseguições, como os judeus se tornaram o que são e porque atraem para si o ódio eterno?” (correspondência Freud-Zweig. Buenos Aires: Granica editor, 1974, carta de 30 de setembro de 1934).

preferido de Deus, nem aumentou sua autoconfiança, muito menos pode ser motivo de orgulho, pois reconhecer a realeza de Jeová e o pacto significou unicamente assumir uma missão entre os povos, missão, não notoriedade ou destaque. Isso significa que cada povo da terra tem uma missão diante de Deus.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo mostrou-se os pontos de diálogo que Buber fez com o livro de Freud *O homem Moisés e a religião monoteísta*. Apontou-se que ele trabalhou na perspectiva fenomenológica e com uma hermenêutica diversa de Freud. Métodos distintos de interpretação levaram a conclusões diferentes. Freud não reconhece que o fenômeno religioso seja algo próprio do homem, mas a legitimidade do fenômeno religioso é admitida por outros fenomenólogos que trabalharam o assunto⁹ e essa é a base da crítica que Buber fez a Freud. Karl Jaspers, por exemplo, diante desse mesmo procedimento freudiano recusa à psicanálise a pretensão de ser ciência total, isto é, de se afastar de seu objeto para comentar sobre tudo.¹⁰ Explica: “parece-me que uma concepção filosófica, uma visão espiritual, uma obra de arte, um conceito científico tem um significado válido por si mesmo” (JASPERS, 1993, p. 88). Isto é, essa produção do espírito humano não pode ser reduzida a um instinto.

A crítica buberiana se sustenta, em última análise, no entendimento fenomenológico de que a realidade possui regiões distintas como: a matéria, a vida, a consciência e o espírito, lembrando que as regiões superiores somente aparecem sobre as anteriores, assim, por exemplo, a vida somente é possível numa unidade composta matéria-vida. Com pequenas variações assim

9 Mircéa Eliade comentou a respeito do fenômeno religioso como algo humano que surge em diferentes épocas e povos (1951, p. 9/10): “Parece que o lugar do homem no cosmo não seja exclusivamente histórico. Dizem isso os seus mitos, em particular os mitos de ascensão ao céu. O mito de ascensão parece pertencer ao homem como tal, na sua integridade e não como ser histórico”.

10 (JASPERS, 1993, p. 90): “Essas discussões (...) estão longe de proporcionar ideia de totalidade dos temas da psicanálise (...), não esclarecem, de maneira nenhuma, a respeito do que esses sistemas conseguiram realizar em setores particulares (...) a despeito de seus dogmas de base”.

a descreveram Nicolai Hartmann, Merleau-Ponty, Delfim Santos e outros fenomenólogos¹¹. Se, portanto, é possível admitir que a realidade possui diferenças identificáveis, então também é preciso admitir que os instrumentos metodológicos adequados a uma parte dela não são apropriados para abordar com profundidade a outra. Assim, não parece oportuno utilizar para tratar de assuntos do espírito (ou pensamento) um método empregado no estudo da alma (psique), como não se pode examinar a matéria com os mesmos métodos utilizados para investigar o espírito.

No âmbito da psicanálise, a obra de Freud aqui comentada é um trabalho de metapsicologia. Assim o livro deve ser estudado e avaliado. Freud sugere no livro sobre Moisés alterações no funcionamento do aparelho psíquico que haviam sido elaboradas em *Totem e Tabu* (1913), onde o criador da psicanálise também examinou a origem da religião e da moralidade. Ele volta ao papel do trauma na infância, sua relação com o fenômeno religioso e sobre a origem da neurose.¹² Na sua análise do personagem bíblico comporta-se como clínico, procurando desmascarar o que estava oculto na tradição admitida. Assim, certo de que a verdade se encontra escondida para além do texto como ocorre com as ações quotidianas, Freud procura detalhes e objetos dos textos para desmascarar o que parece nele oculto. Assim, por exemplo, a crença em Deus expressa o desejo infantil de proteção paterna. Essa forma de desmascarar

11 Confira o que se comenta sobre regiões da realidade em *A ideia de filosofia de Delfim Santos* (CARVALHO, 1996, p. 190): “As regiões da realidade devem, pois, integrar não apenas o que é material, mas também o que é ideal. Para Delfim Santos, como para Merleau-Ponty o corpo e as coisas eram do mesmo estofado. A questão é que o homem era mais que corpo e a realidade comportava mais de uma esfera. Verifica-se que o assunto recebeu tratamento parecido ao de Hartmann, que igualmente havia propugnado duas esferas ou regiões ontológicas: a real (dos seres) e a ideal (essências, valores, leis lógicas e matemáticas).

12 No livro que examinamos, *O homem Moisés e a religião monoteísta*, Freud deixou claro que os fenômenos religiosos são indicativos de neurose, nascem como expressão do retorno a acontecimentos ocorridos nos primórdios da história humana e que foram esquecidos posteriormente. O caráter neurótico do fenômeno se deve à sua origem, ao desejo de proteção contra as forças da natureza. Em *Novas contribuições à psicanálise* está mais claro a que desejo de proteção Freud se refere (CUNHA, 1978, p. 168): “à tentativa de obter controle sobre o mundo sensorial, no qual estamos colocados, por meio de um mundo do desejo, que desenvolvemos dentro de nós, como um resultado de necessidades biológicas e psicológicas”. E em *Atos obsessivos e práticas religiosas*, igualmente citado no *Dicionário de termos*, Freud completa (id., p. 170): “é fácil ver onde está a semelhança entre o cerimonial neurótico e os ritos religiosos – é no meio das angústias de consciência, depois de sua omissão, no completo isolamento de todas as outras atividades”.

um fenômeno que seria uma legítima manifestação do humano¹³ foi rejeitada por Buber, pois como diziam os psicólogos da escola fenomenológica, procedendo assim: “os fenômenos psíquicos não apenas são reduzidos geneticamente aos impulsos, mas também determinados causalmente por esses impulsos” (FRANKL, 2017, p. 16).

Outra conclusão desse estudo é que se Freud encontra na fé judaica a razão da perseguição histórica aos judeus, parece que recusá-la era um ato, ainda que inconsciente, de autodefesa e de defesa de seu povo. Ao deixar a fé em que fora educado admitia para si mesmo que estariam e eliminadas as razões inconscientes de outros povos da perseguição a seu povo, isto é, o de haverem matado o pai primordial sem a devida expiação. Contudo, uma compreensão melhor do sentido de missão dos povos e da fé judaica não necessitaria dessa solução, já que o que se pode concluir da lição bíblica é que cada povo tem sua missão diante de Deus. Compreender que outros povos também experimentam a presença do verdadeiro Deus em sua origem e História, esclarece Buber, é parte da crença judaica. Por exemplo, o profeta Amós ensina que outros povos também iniciaram pela ação direta de Deus, da mesma forma que Israel.¹⁴

REFERÊNCIAS

BUBER, Martin. **Moisés**. Buenos Aires: Iman, 1946. 373 p.

_____. **Sionismo y Universalidad**. Buenos Aires: Ediciones Porteñas, 1978. 290 p.

CARVALHO, José Mauricio de. **A ideia de filosofia em Delfim Santos**. Londrina: EDUEL, 1996. 229 p.

13 Viktor Frankl aprofunda essa questão em diversos livros sobre a inadequação da psicanálise tentar desmascarar o que é um fenômeno autêntico como o sentido ou a religiosidade humana. Uma síntese pode ser assim proposta (FRANKL, 2010, p. 151): “Para que esse círculo vicioso se rompa, é preciso desmascarar o desmascarador. O desmascaramento de uma psicologia profunda parcial, que se entende como psicologia desmascaradora e assim se denomina Sigmund Freud nos ensinou a importância do desmascaramento. Mas acredito que é preciso parar em algum lugar, exatamente onde a psicologia desmascaradora é confrontada com algo que não pode mais ser desmascarado, pelo simples fato de que é autêntico”.

14 Comentando o livro de Amós, diz em *Los dioses de los pueblos y Dios* (BUBER, 1978, p. 86): “Este rechaça (Amós IX, 7) a pretensão de Israel de se considerar fora do quadro comum da história do mundo: outros povos, mesmo inimigos de Israel, conheceram no começo de sua história uma ação divina libertadora”. O que Israel conhece é (ibidem): “o verdadeiro Deus libertador de outros povos, que esses ignoram”

_____. **Martin Buber, a filosofia e outros escritos sobre o diálogo e a intersubjetividade.** São Paulo: Filoczar, 2017. 259 p.

CUNHA, Jurema. **Dicionário de termos de psicanálise de Freud.** Porto Alegre: Globo, 1978. 232 p.

FRANKL, Viktor E. **A presença ignorada de Deus.** Petrópolis: Vozes, 2017. 131 p.

ELIADE, Mircea. **Les chamamismes et les techniques archaïques de l'extase.** Paris: Payot, 1951.

FRANKL, Viktor Emil. **A presença ignorada de Deus.** Petrópolis: Vozes, 2017. 131 p.

FREUD, Sigmund. **O homem Moisés e a religião monoteísta.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2014. 190 p.

JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico.** 9. ed., São Paulo: Cultrix, 1993. 148 p.

O AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DAS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

Bruna Regina Ribeiro¹
Cleidiane da Silva¹

Resumo - Esse estudo teve como objetivo analisar quais intervenções pedagógicas são eficazes para se trabalhar com alunos autistas, sendo que o autismo é um distúrbio do desenvolvimento que tem o comportamento voltado para si próprio. Dentro dessa habilidade funcional diferenciada encontra-se a síndrome que Asperger, que é marcada por atrasos e desvios no desenvolvimento de habilidades e que também está presente na legislação brasileira. A pesquisa foi realizada tendo como base uma revisão bibliográfica, observações de um aluno autista e entrevista com a professora do mesmo, em que foi percebido que alguns dos métodos abordados, no âmbito escolar, são primordiais para que o indivíduo autista tenha uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Autismo. Síndrome de Asperger. Intervenções pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo sobre como o professor pode trabalhar para garantir um ensino/aprendizagem com indivíduos com autismo e síndrome de Asperger formou-se a partir da participação de uma aula sobre educação inclusiva e gerou uma curiosidade de saber quais intervenções pedagógicas que o professor pode utilizar em sua prática docente para trazer uma aprendizagem significativa. Já que os portadores de autismo e a síndrome de Asperger apresentam dificuldades de aprendizagem, mas que não é um obstáculo que impeçam eles de aprenderem.

Os indivíduos com autismo e síndrome de Asperger são os mais conhecidos entre os transtornos invasivos do desenvolvimento (TID) e são marcados por atrasos precoces e desvios no desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e demais capacidades.

As duas deficiências começaram sendo distintas uma da outra. O autismo compromete de forma global a interação social com comportamentos repetitivos e restritos, além de problemas de comunicação social. Já a síndrome de Asperger, também apresenta essas

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia do UNIPTAN. E-mail para contato: bruna.regina.58726@gmail.com.

características, o que difere são a intensidade, a profundidade e a gravidade dos sintomas entre os dois transtornos. Segundo Vila (2003, p.3) “no Autismo clássico existe um atraso de desenvolvimento muito grande e na Asperger encontra-se semelhanças dificuldades de interação e compreensão”.

Assim sendo, a escolha do tema “O Autismo na educação infantil: possibilidades e desafios das intervenções pedagógicas” se diferencia pelo objetivo: analisar como o professor pode trabalhar o ensino/aprendizagem com indivíduos portadores de Autismo e Síndrome de Asperger da educação infantil, abordando as intervenções pedagógicas que podem ser utilizadas na sala de aula para um melhor aprendizado das crianças diagnosticadas com o transtorno do espectro autista.

Ao longo da pesquisa foram apresentados e discutidos conceito do tema, semelhanças e diferenças de ambos e as intervenções pedagógicas que o professor pode abordar em suas práticas de ensino. Tendo como base uma revisão bibliográfica numa perspectiva qualitativa, realizou-se estudo de caso com observações de um aluno diagnosticado com autismo de cinco anos de idade da primeira etapa da educação infantil de uma escola do campo das vertentes e entrevista com a professora desse aluno, aqui denominados como PH e PR, respectivamente.

A pesquisa pretende contribuir para o esclarecimento do que vem a ser o autismo, mostrar que a Síndrome de Asperger é outro tipo de Autismo que está presente no espectro do autismo mais leve e previsto na legislação brasileira e demonstrar as intervenções pedagógicas que o educador pode utilizar com essas pessoas da educação infantil que tem habilidade funcional diferenciada.

2 CONHECENDO O AUTISMO

2.1 Autismo

O conceito Autista tem origem grega (*autós*), do qual significa “por si mesmo”. O termo “autístico” foi designado para um sintoma de esquizofrenia por Eugene Bleuler, em 1991. Segundo Rodrigues (UCHÔA, 2015 *apud* RODRIGUES, 2010, p.19) “[...] Bleuler propõe uma “ausência da realidade”, com o mundo exterior, e, conseqüentemente, impedimento ou impossibilidade de comunicar-se com o mundo externo, demonstrando atos de um proceder muito reservado”.

Entretanto, os estudos acerca da síndrome iniciaram-se em 1943, pelo psiquiatra americano Leo Kanner que nomeou inicialmente como “distúrbio autístico do contato afetivo”, observando um isolamento social e sintomas precoces.

Kanner, em 1949, refere-se ao quadro com o nome de Autismo Infantil Precoce, evidenciando sérias dificuldades de contato com pessoas, ideia fixa em manter os objetos e as situações sem variá-los, fisionomia inteligente, alterações na linguagem do tipo inversão pronominal, neologismo e metáforas (UCHÔA, 2015, p.15 *apud* RODRIGUES, 2010, p.18).

Leo Kanner identificou que os sintomas entre Autismo e a Esquizofrenia Infantil eram opostos. Porém, com os estudos realizados por Eugene Bleuler houve uma dificuldade para compreender o diagnóstico do Autismo.

Assim, desenvolveram-se alterações desde a concepção de Kanner, considerando não como psicose e sim dificuldades do desenvolvimento. Todavia, apresenta mais sintomas e não conclui o termo do Autismo.

Até hoje o termo “autístico” não possui um conceito estabelecido, pois constantemente pesquisas são feitas. Além de possuir uma série de sintomas e dificuldades como a de comprometer a comunicação, a aprendizagem, a interação social e a execução de atividades.

Os sintomas apresentam-se no início da infância e prejudicam as áreas essenciais da vida, podendo desenvolver habilidades acima do esperado. Os autistas desenvolvem-se diferentemente e de uma maneira não padronizada.

Assim sendo, o Autismo é um distúrbio complexo que apresenta diversos sintomas e dificulta definir o seu conceito. Percebe-se que o mesmo vem sendo estudado e caracterizado por diferentes teorias que tentam compreendê-lo. O termo foi sendo ampliado e hoje existem graus do Autismo desde o leve até o severo.

Em relação ao diagnóstico, o mesmo é realizado por um profissional formado em Medicina, com experiência na área ou por um psicólogo. Não existem exames específicos que detectam a síndrome. E geralmente, são os familiares que observam os primeiros sinais, e muitas vezes, não procuram ajuda e acabam dificultando o desenvolvimento da criança.

O diagnóstico é realizado por observações clínicas, não existindo exames e testes laboratoriais que detectam o autismo. Para o diagnóstico, surgiram sintomas e escalas de utilização internacional.

E é importante a detecção da síndrome, pois o tratamento torna-se essencial ao autista e as pessoas ao seu redor, em que a reabilitação é melhorada na escola, socialmente e com seus familiares.

O autismo é caracterizado como disfunção neurológica que afeta a comunicação, comportamento e pensamento. Geralmente manifesta-se com um desenvolvimento falho, sendo rara a incidência nos adultos.

A principal característica é a incapacidade da interação social, que tem como base o comprometimento da comunicação e expressão verbal. Inclusive, autistas não se interessam com as atividades que as crianças “normais” se importam.

Os autistas têm um pensamento que existe um mundo constituído por ele próprio e do qual se isola nele, apresentando dificuldades para se comunicar, relacionar e socializar, inclusive com os familiares.

O mesmo na primeira infância tende a ficar isolado, sozinho em sua rotina e outros aspectos como: fobias, medo, birra, agressividade e alterações. E de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS (2001, p.32), “o autismo é uma síndrome presente desde o nascimento e se manifesta invariavelmente antes dos 30 meses de vida. Caracterizam-se por respostas anormais a estímulos auditivos, visuais e a problemas graves como compreensão da linguagem”.

Além de possuir comportamentos, interesses e atividades restritas que sempre se repetem, e que se não for trabalhado seguem por toda vida.

Leo Kanner (1943, p.43), o primeiro a fazer estudos sobre os autistas fala:

Outras características do autismo são: padrão desigual de desenvolvimento, a fascinação do autista por objetos mecânicos, respostas repetitivas aos estímulos recebidos pelo meio e resistência a qualquer mudança que venha do meio ambiente. Sabe-se também, que alguns meninos autistas apresentam habilidades notórias como à destreza matemática.

Já na fase escolar, eles não se interagem e nem criam amizades, restringindo, assim, suas capacidades sociais e empatia com as outras. E por também apresentarem sintomas graves, como

- a) Isolamento autístico: O autismo tende ao isolamento e acaba ocorrendo à ausência do sorriso entre os três anos de vida, a falta de angústia no oitavo mês, podendo não reagir à afeição e ao contato físico. Em muitos casos, as crianças autísticas não conseguem um contato visual com objetos apenas coloca-o na boca ou cheiram-no e não possuem o interesse de explorá-los.
- b) Condutas motoras: Crianças autistas tem manias, como cheirar, movimentos repetitivos com as mãos, andam na maioria das vezes com as pontas dos pés, batem a cabeça e balançam o corpo em quase todos os movimentos. Em alguns casos, apresentam agitação e podem se desenvolver para comportamentos de automutilação.
- c) Linguagem e habilidades pré-verbais: Autistas não conseguem desenvolver a habilidade de imaginar e não emitem sons do corpo, como estalar a língua, mandar beijos e outros. Somente alguns desenvolvem o som da fala, que é geralmente destinado como ecolalia. Para os autistas mostrarem o que querem pegam o braço ou

mão de alguém. E algumas desenvolvem a fala, demonstrando o domínio verbal e o estímulo, sendo características da Síndrome de Asperger (KLIN, 2006.p.4-5):

d) Alterações afetivas: O autista chora e sorri sem motivo, possuindo dessa maneira um humor imprevisível. E suas emoções não são relacionadas com os momentos.

Não demonstram afeto e é incapaz de aceitar de outra pessoa, apresentando uma linguagem diferente. Crianças autistas nunca demonstram serem iguais, cada uma possui sua característica e diagnóstico próprio.

2.2 Síndrome de Asperger

Em 1944, Hans Asperger, um pediatra austríaco, descreveu quatro crianças que tinham dificuldade de socialização. Desconhecendo os estudos de Leo Kanner sobre o autismo infantil, Hans denominou sua pesquisa como “psicopatia autística”, indicando uma personalidade instável marcada pelo isolamento social.

Segundo Patrícia Ribeiro Zukauskas,

É identificada ao longo da infância e altera de modo estrutural habilidades que se intersectam e que estão relacionadas às possibilidades que uma pessoa tem para se comunicar, seja para compreender ou expressar-se; para interagir com os outros; imaginar e criar. Como são alterações que interferem na estrutura dessas capacidades, permanecem ao longo da vida (2011, p.6).

Asperger descreveu diversas características apresentadas pelas crianças que acompanhou “modo de interação restrito, interesse peculiar por determinados objetos ou assuntos, modo estereotipado e repetitivo na fala e nos gestos, diversidade de manifestação das características e diferentes graus de prejuízos” (ZUKAUSKAS, 2011, p.6).

Leo Kanner também fez seus estudos acerca do autismo e diante das semelhanças com a pesquisa de Hans, Lorna Wing em 1991 comparou os estudos:

Maior incidência em indivíduos do sexo masculino; isolamento social e falta de interesse pelo outro; linguagem não pragmática; uso de pronome em terceira pessoa; entonação de voz peculiar; dificuldades na compreensão da leitura; prejuízo na comunicação não verbal; evitação do contato visual; dificuldades para efetuar jogo simbólico; padrões repetitivos de atividades; problemas de inquietação; agressividade; habilidades especiais de memória e números. Essas características variam de cada grau de intensidade e podem estar presentes ou não (ZUKAUSKAS, 2011, p.7).

Lorna observou que tais características prejudicavam as áreas sociais, comunicacionais e simbólicas, possuindo comportamentos repetitivos e estereotipados. Desse modo, pesquisadores denominaram “Espectro Autístico”.

O diagnóstico da Síndrome de Asperger pode ser comparado com o Espectro, tendo de ser realizado por especialistas que farão um diagnóstico diferencial e de médio prazo.

Quanto à causa da síndrome de Asperger, pode-se afirmar que é uma condição multifatorial, sem possuir uma definição da causa e sem um marcador biológico identificado (ZUKAUSKAS, 2011, p.7-8).

Nesse sentido, segundo a Organização Mundial da Saúde a Asperger é:

Um transtorno de validade nosológica incerta caracterizado pelo mesmo tipo de anormalidades qualitativas de interação social recíproca que tipifica o autismo, junto com um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. O transtorno difere do autismo primariamente por não haver nenhum atraso ou retardo global no desenvolvimento cognitivo ou de linguagem. A maioria dos indivíduos é de inteligência global normal, mas é comum que seja marcadamente desajeitada; a condição ocorre predominantemente em meninos (em uma proporção de cerca de oito garotos para uma menina). Parece altamente provável que pelo menos alguns casos representem variedades leves de autismo, mas é incerto se é assim para todos. Há uma forte tendência para que as anormalidades persistam na adolescência e na vida adulta e parece que elas representam características individuais que são grandemente afetadas por influências ambientais. Episódios psicóticos ocasionalmente ocorrem no início da vida adulta (CID-10, 1993, p 252- 253).

E os sujeitos que possui a Síndrome de Asperger visualiza a vida de modo lógica e geralmente:

[...] Tem elevadas habilidades cognitivas (Q.I. normal e por ter até as faixas mais altas) e funções de linguagem normais, estando incapacitados de utilizá-lo socialmente, já que não são capazes de perceber para que serve a simples conversação (VILA; DIOGO; SEQUEIRA, 2009, p.10).

Assim, percebe-se que a Síndrome de Asperger é um tipo de Autismo mais leve que está contemplado no Espectro Autista e que possui características semelhantes com o autismo clássico.

2.3 Semelhanças e diferenças do Autismo e Síndrome de Asperger

Os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TIDs) apresentam condições marcadas por uma extrema variabilidade de apresentações clínicas. De acordo com Ami Klin (2006, p.2) são “transtornos do neurodesenvolvimento que acometem mecanismos cerebrais de sociabilidade básicos e precoces”.

Assim, os TIDs englobam transtornos mais amplos do autismo, como o Autismo e a Síndrome de Asperger, que são associados a fatores genéticos.

Enquanto a validade do diagnóstico do autismo é inquestionável, o status de validade da síndrome de asperger (SA) ainda é controverso, mesmo 12 anos após sua formalização no DSM-IV. A controvérsia é relacionada ao fato deste diagnóstico ser confundido com o autismo não acompanhado de retardo mental, ou autismo com “alto grau de funcionamento” (KLIN, 2006, p.2).

Como semelhança de ambos, pode-se afirmar:

As síndromes autísticas e a de asperger são síndromes originadas de alterações precoces e fundamentais no processo de socialização, levando a uma cascata de impactos no desenvolvimento da atividade e adaptação, da comunicação e imaginação social, entre outros comprometimentos. Muitas áreas do funcionamento cognitivo estão frequentemente preservadas e, às vezes, os indivíduos com essas condições exibem habilidades surpreendentes e até prodigiosas (KLIN, 2006, p.8).

Segundo Carlos Vila, Sandra Diogo e Sara Sequeira (2009, p.12) “a síndrome de Asperger se distingue do autismo por possuir habilidades de inteligência e linguagem acima da média e muitas das vezes, pode confundir o diagnóstico”.

Desse modo os diagnósticos se confundem, mas são diferentes. O que difere é que no autismo apresenta um atraso no desenvolvimento e na síndrome de Asperger também, mas não tão significativo como no autismo.

3 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS COM ALUNOS AUTISTAS

Nesse capítulo será discutido a respeito das intervenções, abordando como pode ser o trabalho docente com alunos autistas. Inclusive, mencionará estratégias e métodos que o educador pode vir a utilizar para uma aprendizagem significativa com portadores de autismo, mas dando ênfase que para a eficácia dos métodos necessita-se de outros profissionais e o desenvolvimento do aluno.

3.1 Intervenções pedagógicas

Quando é iniciado o trabalho pedagógico com o autista nos deparamos com as primeiras dificuldades encontradas com as intervenções pedagógicas, como na formação básica, não possuir incentivos e nem assistência, do qual podem interferir nas atividades.

Outro desafio que se pode encontrar é o pouco conhecimento que o professor possui acerca do Autismo. E para que o aluno tenha um aprendizado significativo, necessita buscar uma formação continuada, seja por cursos ou leituras.

Com essa dificuldade fica a dúvida de como trabalhar com o autista, qual metodologia aplicar e com quais materiais. Surgindo também, questionamentos sobre: Será que o aluno está aprendendo? Será que ele tem interesse nas atividades?

Além da necessidade de uma formação, também deve buscar a orientação da escola, família e outros profissionais que trabalham com Autismo, como o psicólogo, fonoaudiólogo e outros.

E a partir do momento que o professor conhece as características e sintomas do Autismo, ele deve planejar suas aulas e metodologias de acordo com elas, sendo que somente assim a aprendizagem será significativa. De acordo com Uchôa (2015, p.34) “se o profissional buscar adquirir novos conhecimentos e transmiti-los, consequentemente estará colaborando na aprendizagem da criança com qualquer deficiência ou transtorno, não somente o Autismo”.

Além disso, de acordo com Baptista e Bosa (2002, p. 158) “cada aluno trabalhado na sua individualidade visto como um produto de suas características patológicas, com propostas de intervenção voltadas para suas necessidades, seus desejos e sintomas”. Assim, o aluno autista tem que ser trabalhado em sua integridade desde os seus comportamentos até a aprendizagem.

Os alunos autistas precisam de uma dedicação especial por apresentarem dificuldades na comunicação verbal, que deve ser pautada no concreto, como objetos ou figuras. Todavia, o desenvolvimento da aprendizagem é, na maioria das vezes, gradual. Assim, para ensinar um aluno autista tem-se a necessidade de adequar e adaptar o sistema as diferentes demandas requeridas pelo aluno.

Geralmente os autistas aprendem melhor vendo do que ouvindo, então essa estratégia deve ser explorada, ainda quando estão na primeira infância. Para um melhor aprendizado, devem-se utilizar materiais com diferentes texturas, que estimulem seu olfato e os fazem aguçar os ouvidos.

Técnicas podem ser usadas para tal desempenho, como fazê-los seguir um sistema, uma lógica e uma rotina de práticas. Também são incluídas atividades dinâmicas que envolvam cores, texturas e participação de toda turma.

Para o desenvolvimento da linguagem, os autistas precisam ser encorajados a comunicar-se espontaneamente, criando circunstâncias e incentivos que estimule a necessidade de comunicação. E não deve antecipar os acontecimentos, é preciso fazê-los sentirem a necessidade.

Todos os estímulos são interessantes, pois para um bom desenvolvimento da linguagem, a curiosidade pelo novo e a experiência são essenciais para que todas as

informações sejam acrescentadas e integradas às mais antigas e, assim, interiorizadas (BAPTISTA, BOSA, 2002, p. 52).

Outra ação que auxilia na linguagem é de acordo com Baptista e Bosa (BAPTISTA, BOSA, 2002, p. 52 *apud* BRUNNER, 1988) “a ação conjunta entre o adulto e a criança, possibilita o crescimento do conhecimento de si mesma e do outro. Com isso, a linguagem desenvolve-se, tornando-se eficiente e eficaz”.

A seguir apresenta-se alguns métodos que podem ajudar o autista a ter um ensino/aprendizagem significativo.

3.1.1 Método TEACCH

O método TEACCH – “Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Deficiência relacionada à Comunicação” – é um programa de atendimento educacional e clínico praticada pela psicopedagogia. Foi desenvolvida em 1960, no Departamento de Psiquiatria da Universidade de Carolina do Norte em Chapel Hill nos estados Unidos, por Eric Shopler para crianças com a síndrome.

Por meio de pesquisas, o TEACCH questionou a prática clínica da época, do qual tratava o Autismo como psicanálise e a causa viria dos pais por motivos emocionais. Em seguida, constatou-se que as crianças eram vítimas de uma síndrome e a família não tinha influências em relação às causas.

O método é até hoje praticado e segundo Santos:

[...] A intervenção que tem mostrado melhores resultados e estatísticas em termos de não institucionalização de pessoas autistas é o de Educação Especial pelo método *Treatment and Education of Autism and Related Communication Handicapped Children* – da Universidade de Chapel Hill da Carolina do Norte, EUA. Baseado em forte estruturação, previsibilidade de ações e participação da família, a criança deve saber o que vai fazer, onde, como e por quanto tempo ele ficará naquela atividade. O programa TEACCH é reconhecido nacionalmente e internacionalmente e é adotado como modelo em várias partes do mundo (2008, p.73).

Vale ressaltar, que a utilização desse método deve ser em um ambiente adequado com rotina diária, atendimento estruturado, do qual não deve ser alterado, podendo refletir no comportamento da criança.

Segundo o TEACCH, o autista conseguirá ter autonomia, uma boa comunicação, uma qualidade de vida melhor, um ensino bem planejado e uma rotina diária minimizando os problemas de comportamento.

Os principais objetivos das estratégias são oferecer autonomia, funcionalidade, inclusão da família no processo e um desenvolvimento adequado centrado nas potencialidades individuais e com cada faixa etária. Além de oferecer atividades visuais, com conteúdo adequados, favorecendo a independência na execução e instruções bem estruturadas.

3.1.2 Método ABA

O método ABA destaca-se por ter como base a teoria Behaviorista, em que se explica por meio dela a relação entre a aprendizagem, o meio e o comportamento. O ABA tem por objetivo alterar o comportamento da criança autista transformando-se no mais adequado possível, como por exemplo, as agressões.

O método utiliza Comportamento Operante que fornece ações quando aplicado com estímulos. Assim, o ABA foi desenvolvido para se trabalhar com autistas, para que possam desenvolver a interação social com base em um planejamento eficaz que envolve o convívio da criança com o seu meio. Segundo Mello (UCHÔA, 2015, p.22 *apud* MELLO, 2001):

O método ABA é um tratamento comportamental indutivo, ou seja, constroem por etapas, juntamente com a criança novas habilidades não trabalhadas. Assim, as habilidades são construídas individualmente, de forma integrada a uma indicação ou instrução.

Para identificar se o método está obtendo êxito, são necessários observações e exames constantes. O profissional tem que estar sempre registrando o desenvolvimento do autista e visualizar a sua evolução das habilidades esperadas.

3.1.3 Método Equoterapia

Para Cirilo (STORER; OLIVEIRA; TUPAN, 2003, p.1 *apud* CIRILO, 1992, p.11 *apud* FREIRE, 1999) “a Equoterapia é um tratamento de reeducação e reabilitação motora, por meio da prática de atividades equestres e técnicas de educação”.

A terapia ajuda no aprimoramento do desempenho e desenvolvimento do autista, como resolver um problema, melhorar o aprendizado, superar o medo e no processo de desenvolvimento. Tudo isso com a utilização de um cavalo que oferece vantagens relacionadas com o estado físico e emocional.

O recurso pode trazer benefícios nos hábitos de independência. Assim, diz Freire (2003, p.26) “este recurso terapêutico melhora as relações entre as crianças autistas e com seus familiares, percebendo o mundo de outra forma”.

Para o método ser realizado com eficácia, devem-se executar algumas indicações a partir de um *setting* até procedimentos específicos, como afirma Freire:

A sessão de Equoterapia deverá sempre acontecer no mesmo lugar, ou seja, picadeiro ou pista, dia e hora serão idênticos a toda semana, o terapeuta deverá ocupar-se toda semana com a mesma criança e na primeira sessão deve ser o cavalo, aquele que a criança escolher, tudo influenciando a rotina diária (FREIRE, 2003, p.27).

O processo terapêutico deverá passar por fases com o cavalo, como menciona Freire:

A fase da aproximação: a criança começa a criar um laço de amor e carinho com o cavalo, podendo largar a mão do acompanhante e se aproximando mais do cavalo, assim progredindo. Essa fase primária é considerada como forma de socialização.

A fase da descoberta: supera-se o medo do desconhecido, tendo a vontade de conhecer o ambiente, tocando-o, penteando sua crina, limpando-o e descobrindo partes dele. Neste estágio, se dá o início da amizade.

A fase educativa: aprende-se a respeitar o animal e é ensinada a criança que é um animal, e precisa de cuidado.

A fase da ruptura: o terapeuta mostra para a criança ao término de cada sessão que isso é positivo. E a mesma terá de assumir a separação com o seu amigo cavalo, mas ela deve entender que isso não é motivo para voltar a vê-lo (FREIRE, 2003, p.28).

Sempre deverá observar o progresso e os resultados da criança para tornar o tratamento eficaz. E ainda para a Equoterapia ser bem-sucedida, deverá ter participação da família, muita compreensão e felicidades nos rostos da criança.

No entanto existem outras formas de intervenção, cabendo aos pais e profissionais adequar a melhor para as necessidades da criança. Por isso, alguns métodos são mais eficazes que outros, mas isso dependerá da forma que cada método será aplicado e executado.

4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO E ENTREVISTA

O presente estudo investigou quais intervenções pedagógicas pode-se trabalhar com um aluno autista para uma boa aprendizagem significativa, para isso foram realizadas observações com um aluno autista denominado PH residente em uma cidade do campo das vertentes e entrevista com a professora desse aluno denominada PR. Para a realização das observações e entrevista com a professora foi feito um termo de consentimento por ambas as partes.

Como já mencionado anteriormente, a primeira dificuldade quando se trabalha com um aluno autista é saber como trabalhar com um autista. Sendo assim, como mostra na resposta da professora PR:

A dificuldade que encontrei com o aluno PH no decorrer do meu trabalho foi que durante meus 15 anos atuando como professora eu nunca tinha trabalhado com um aluno autista, era algo desconhecido para mim e também na própria prática pedagógica dentro da sala de aula. Sendo assim, uma das principais dificuldades que encontrei foi como ensinar esse aluno e como saber se ele está aprendendo, principalmente se ele estava sendo incluído nas atividades dentro e fora da sala de aula (RESPOSTA DA PROFESSORA PR).

Percebe-se que essa era a primeira dificuldade encontrada pela professora. Além da situação de ensino/aprendizagem com o aluno PH, apresentou-se outra dificuldade que foi a inclusão e para isso a professora PR utilizou alguns procedimentos. Logo após começou o processo de ensino/aprendizagem:

Procurei desenvolver no meu trabalho, atividades voltadas para atender especificamente as necessidades dele, em que os recursos pedagógicos utilizados eram visíveis e claros e com objetivos a fim de facilitar a compreensão. Tudo isso aconteceu a partir de um planejamento bem elaborado, cauteloso e sistemático, porém flexível às mudanças assim que as atividades foram aplicadas ao aluno (RESPOSTA DA PROFESSORA PR).

O processo de ensino/aprendizagem tem que partir de um planejamento, em que as atividades devem ter finalidades e serem flexíveis. Além desse documento, foi perguntada a professora sobre métodos de ensino que ela utilizava.

Às vezes é de extrema necessidade usar alguns métodos que contribuam com eficácia para o rendimento escolar do indivíduo autista, no entanto é válido destacar que essas intervenções não os tornam diferentes das demais crianças. Exemplo é a rotina desse aluno que era descrita todos os dias e também o acompanhamento pedagógico, sempre verificando se o mesmo está concentrando nas atividades, se precisa de apoio e se atingiu o resultado esperado (RESPOSTA DA PROFESSORA PR).

Também eram desenvolvidas atividades individuais com o aluno juntamente com a estagiária apoio, voltadas para a movimentação do corpo e linguagem oral.

Em relação à realização das atividades, o aluno PH não demonstrava interesse nas atividades em folhas xerocadas somente naquelas realizadas fora de sala de aula, mas sempre havia posicionamento firme e persistente para a execução das atividades. Outras dificuldades que o aluno apresenta são na coordenação motora fina, principalmente nos momentos de colorir, recortar e empilhar objetos.

Ao longo do ano letivo o aluno PH desenvolveu melhoras cognitivas, como afirma a professora:

As melhoras foram significativas no desempenho cognitivo apresentadas pelo aluno na sua trajetória do ano letivo, pois a partir do método TEACCH foi possível visualizar a dependência do mesmo (RESPOSTA DA PROFESSORA PR).

Vale destacar que a professora faz uma adaptação curricular com o aluno PH, apresentando assim um maior desempenho para possibilitar uma melhor aprendizagem para esse aluno autista.

De acordo com a entrevista e a teoria apresentada anteriormente percebe-se que a professora oferece um trabalho eficaz com o aluno denominado PH, a mesma utiliza estratégias como adequar e adaptar o sistema as diferentes demandas requeridas pelo aluno, uma rotina, usa materiais de diversas texturas, aplica instrumentos visuais, certificar-se da atenção do autista e inclui atividades dinâmicas que envolvam cores, texturas e participação de toda turma.

Além disso, aborda em sala de aula o método TEACCH com um ambiente adequado, uma rotina diária e um atendimento estruturado para o autista desenvolver a autonomia, uma boa comunicação, uma qualidade de vida melhor e um ensino bem planejado minimizando os problemas de comportamento.

A educadora demonstra possuir conhecimentos acerca do autismo e como pode ser desenvolvido o trabalho com o aluno autista. Inclusive, percebe-se que a utilização desse método trouxe melhoras para o indivíduo autista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando a discussão, percebe-se que o autismo sendo uma disfunção neurológica e a síndrome de Asperger, um tipo de autismo que é diferenciado pela intensidade, profundidade e gravidade dos sintomas necessitam de uma educação especial, por apresentarem dificuldades de comportamento e aprendizagem.

Um indivíduo autista apresenta uma série de dificuldades que necessitam serem superadas no decorrer da sua aprendizagem e desenvolvimento, exemplos explícitos desse impedimento ocorrem na interação social, comportamental e na comunicação causando prejuízos no saber.

O primeiro desafio encontrado parte dos educadores é a formação básica, do qual muitas das vezes não possuem conhecimento necessário sobre o autismo e desconhecem as práticas pedagógicas para serem trabalhadas com aluno autista.

Desse modo, a equipe pedagógica escolar deve sempre estar buscando aprender novos métodos e estratégias para garantir um ensino significativo e de qualidade para esses alunos, a fim de promover um progresso eficiente e favorável.

Dentro desses recursos que a equipe pedagógica poderá usar estão os métodos TEACCH, ABA e a EQUOTERAPIA. Os profissionais e a família devem escolher aquele que melhor se adequa ao indivíduo autista, observando sempre sua evolução e o interesse para que o aluno chegue à fase adulta com o máximo de dependência e autonomia, que possibilite conhecer e conviver. E principalmente adquirir habilidades que garantam sucesso no meio social.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Leticia Calmon Drummond. **O conceito de morte e a síndrome de Asperger**. Estudos da Psicologia, São Paulo, 29 (3), p. 363-370. 2008.
- BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, p. 179. 2002.
- BOSA, C. GOLDBERG, K. **A educabilidade de sujeitos com autismo**: mitos e controvérsias. Necessidades educativas especiais. Erechim: edifapes, p. 75-83. 2007.
- CERTEZA, Leandra Migotto; NASCIMENTO, Regiane. **Síndrome de asperger**. Revista Multidisciplinar de Desenvolvimento Humano. São Paulo, v. 1, p. 56. 2011.
- CERTEZA, Leandra Migotto; NASCIMENTO, Regiane; GIROLAMO, Fabiano Puhlmann; VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do; ZUKAUSKAS, Patrícia Ribeiro. **Síndromes**: Revista Multidisciplinar de Desenvolvimento Humano. São Paulo, v. 1, p. 56. 2011.
- CID-10. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID - 10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre. 1993.
- FREIRE, H. B. G. **O Autista na Equoterapia**: a descoberta do Cavalo. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Brasil. 2003.
- GAUDERER, E. Christian. **Autismo - Década de 80**. 1987.
- KANNER, L. **Autistic Disturbances of Affective Contact**. Nervous Child, 2, p. 217-250, 1943.
- KLIN, Ami. **Autismo e síndrome de asperger**: uma visão geral. Rev Bras Psiquiatr. 28 (Supl I): S3-11. 2006.
- MELO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo**: guia prático. São Paulo. Ed 2º, p. 22. 2007.
- MONTE, F. SANTOS, I. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo. Brasília: MEC, SEES. Ed 2º, p. 64. 2004.
- Organização Mundial da Saúde - OMS. **Relatório sobre a saúde no mundo**. 2001.
- ROBALLO, Simone. **O outro lado da síndrome de asperger**. Brasília. P. 142. 2001.
- SANT' ANA, Wallace Pereira; SANTOS, Cristiane da Silva. **A lei Berenice Piana e o direito à educação dos indivíduos com transtorno do espectro autista no Brasil**. Revista Temporis. V. 15, n.2. 2015.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano dos. **Autismo:** desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo. CRDA. P. 36. 2008.

STORER, Marcia Regina de Sousa; OLIVEIRA, Marcia Regina Volpato de; TUPAN, Marisa Cordeiro. **Contribuições da Equoterapia na atuação psicopedagógica.** Maringá. 2003.

UCHÔA, Yasmin Figueiredo. **A criança autista na educação infantil:** desafios e possibilidades na educação inclusiva. Campina Grande. 21 ed CDD 371.94, p. 40. 2015.

VILA, Carlos; DIOGO, Sandra; SEQUEIRA, Sara. **Autismo e síndrome de asperger.** O portal dos psicólogos. P. 20. 2009.

O DESENVOLVIMENTO DE JOGOS UTILIZANDO A REALIDADE VIRTUAL E AUMENTADA PARA A REABILITAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA DE PRÉ-ADOLESCENTES COM QUEIXAS DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Rubia Mara Esquarante Barbosa¹

Diego Roberto Colombo Dias²

Mônia Aparecida da Silva³

Resumo – Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo de desenvolvimento de três aplicações computacionais criadas com a finalidade de promover reabilitação neuropsicológica em pré-adolescente entre 9 e 12 anos, com queixa de dificuldades de aprendizagem advindas dos professores de uma escola da cidade de São João del-Rei. Para isto, foi realizado um trabalho da graduanda do curso de Psicologia em conjunto com uma professora do curso de Psicologia e um professor do curso de Ciências da Computação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), autores deste trabalho. Os jogos intitulados *Jogo da Luz, Vale Tudo e Dentro e Fora* contam com embasamento teórico da Psicologia Cognitiva e da Neuropsicologia, envolvendo os componentes atenção, memória e funções executivas, utilizando realidade virtual e aumentada. Os resultados de *layout* dos jogos e quais funções cada um pretende trabalhar são apresentados e discutidos, bem como planejamento para seu uso na reabilitação de pré-adolescentes.

Palavras-chave: Reabilitação. Atenção. Funções Executivas. Realidade Virtual. Realidade Aumentada.

1 INTRODUÇÃO

Alguns autores definem a aprendizagem como o comportamento modificado a partir de uma prática ou experiência anterior, enquanto outros a entendem como a mudança do comportamento por meio da plasticidade dos processos neurais cognitivos (ANDRADE; LUFT; ROLIM, 2004). A aprendizagem é afetada por vários fatores, incluindo ambientais, emocionais e cognitivos. Dentre os fatores cognitivos, destacam-se os prejuízos na atenção, funções executivas e memória. Crianças com prejuízos nessas funções facilmente se distraem, têm problemas em planejar, organizar e terminar tarefas. Normalmente são descritas, no âmbito

1 Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei.

2 Coorientador, Docente do Curso de Ciências da Computação da Universidade Federal de São João del-Rei.

3 Orientadora, Docente do Curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei.

E-mail para contato: monia@ufjs.edu.br.

escolar, como menos envolvidas na tarefa do que os demais que não possuem tal dificuldade (STEVANATO *et al.*, 2003).

A atenção, de um modo geral, é definida como o fenômeno em que o ser humano seleciona uma quantidade limitada de informação, diante dos diversos estímulos disponíveis em um determinado momento, por meio dos órgãos dos sentidos, da memória e outros processos cognitivos (STERNBERG, 2000). As funções executivas são um conjunto de processos cognitivos que dão ao indivíduo a possibilidade de compreender e responder aos estímulos presentes, gerenciar as ações e comportamentos, além de planejar suas metas (QUERINO, 2018). Em geral, são descritas como compreendendo três processos principais: controle inibitório (seletividade de estímulos relevantes e inibição dos irrelevantes), flexibilidade cognitiva (capacidade de usar diferentes estratégias para resolver problemas) e memória operacional (responsável por armazenamento e manipulação temporária da informação para o desempenho de ações) (DIAMOND, 2006). A memória é classificada de diversas formas, mas, no geral, consiste na capacidade de o indivíduo adquirir, armazenar e recordar informações (WILSON, 2013). Contudo, mesmo sendo estudadas separadas, todas essas funções cognitivas trabalham em conjunto e prejuízos em uma ou mais dessas funções podem provocar impactos significativos no desenvolvimento social, acadêmico e emocional dos indivíduos (BARKLEY, 2006).

A melhora dessas funções cognitivas está relacionada à capacidade do cérebro de recuperar-se por meio de estratégias compensatórias envolvendo as funções comprometidas. A habilidade do paciente de comunicar-se, ter atenção seletiva, compreender uma situação problemática, processar e reter a informação, formular e planejar são alvos da avaliação neuropsicológica com vistas à reabilitação (MCCOY *et al.*, 1997). Pesquisas na área de reabilitação neuropsicológica em pacientes com diferentes tipos de distúrbios que afetam o sistema nervoso, apresentam resultados positivos no desempenho das atividades diárias, nas funções cognitivas e na qualidade de vida dos mesmos (DE VREESE *et al.*, 2001; ÁVILA, 2003; PONTES; HUBNER, 2008; TUCHA *et al.*, 2011).

Para promover a melhora das funções cognitivas em estudantes, tem havido uma ampliação do uso da reabilitação cognitiva e da reabilitação neuropsicológica. A reabilitação cognitiva (RC) é um processo que tem como objetivo a recuperação e/ou estimulação das habilidades cognitivas e funcionais do paciente (COSTA, 2000). Já a reabilitação neuropsicológica (RN) foca, além dos déficits cognitivos, os problemas emocionais e psicossociais decorrentes dos déficits nas habilidades cognitivas e funcionais. A RC é, portanto,

um componente da RN que, por sua vez, pode abarcar, também, a análise comportamental, trabalho com familiares e psicoterapia (PRIGATANO, 1999; MCMILLAN; GREENWOOD, 1993). Têm-se diversas formas de utilizar a reabilitação e, entre a gama de instrumentos e atividades, estão os treinamentos de processos específicos, os quais veem os componentes cognitivos como potenciais que podem ser desenvolvidos por meio do treino (TAMM et. al., 2012). Estas intervenções podem ser trabalhadas por meio de jogos simples, explorando interfaces semelhantes à prática dos procedimentos terapêuticos tradicionais, e também usando tecnologias promissoras, como a realidade virtual e aumentada.

Segundo Burdea (1993), a Realidade Virtual (RV) é caracterizada por três “Is”, sendo eles: imersão, interação e imaginação. A parte da imaginação é resultado da capacidade da mente de perceber estímulos não existentes no ambiente real e está relacionada ao grau de motivação da pessoa em determinada tarefa. Um dos diferenciais desse sistema é a sensação de presença, no sentido de possibilidade de transformar intenções em ações (CARDOSO *et al.*, 2014; PINHO; KIRNER, 1997). No entanto, pode-se considerar a RV como uma forma avançada de interface entre o humano e o computador (BURDEA; COIFFET, 2003).

Já a Realidade Aumentada (RA) é caracterizada pela integração de estímulos virtuais bi e tridimensionais (além de imagens, áudios, dentre outros) e o mundo real. Segundo Azuma (1997), esse sistema é: a) concebido em três dimensões; b) tem processamento em tempo real e, assim como a RV, é interativo e c) mescla elementos virtuais com o ambiente real. Na RA, o objeto virtual é inserido no ambiente físico por meio de algum dispositivo tecnológico e apresentado ao usuário em tempo real (KIRNER; SISCOOTTO, 2007).

Portanto, tendo em vista a necessidade de criar intervenções para melhorar os problemas de atenção, memória e funções executivas em crianças com dificuldades escolares, bem como as evidências positivas do uso da reabilitação neuropsicológica com pressupostos da RA e RV, o objetivo deste estudo é apresentar os jogos que foram desenvolvidos pelos autores deste trabalho para este fim. Os jogos são baseados na Psicologia Cognitiva e Neuropsicologia, utilizando a realidade virtual e aumentada. Foram criados com a finalidade de promover uma reabilitação neuropsicológica em pré-adolescentes entre 9 e 12 anos em período escolar, com queixas relacionadas à aprendizagem.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui apresentada se iniciou em setembro de 2018 por iniciativa da primeira autora deste trabalho, orientada pela professora da Psicologia, em colaboração com o coorientador da área de Ciência da Computação. A professora orientadora do trabalho é experiente nas áreas de avaliação psicológica e Neuropsicologia e o professor coorientador é experiente na produção de jogos e aplicações para reabilitação.

Inicialmente, foi feita uma revisão não sistemática da literatura para definir as funções cognitivas a serem contempladas nos jogos, a saber, atenção, memória e funções executivas. Uma visão teórica dessas funções integrou o planejamento das etapas que compõem os jogos. Foram revisados artigos com jogos em desenvolvimento voltados para o trabalho das mesmas funções, conforme os encontrados em Ceccon (2010), Araujo *et al.* (2004) e Andrade *et al.* (2009). Além disso, identificou-se jogos disponíveis no mercado que possuíam técnicas e características voltadas para a reabilitação da atenção, funções cognitivas e memória. Assim, foi encontrado o site do *CogniFit*⁴, plataforma que possui uma bateria computadorizada de tarefas cientificamente validadas para a exploração e estimulação do funcionamento cerebral, além da plataforma *Lumosity*⁵, plataforma *online* que possibilita o treinamento das habilidades cognitivas por meio de jogos.

Para o desenvolvimento dos jogos, a primeira autora e sua orientadora fizeram uma explicação prévia para o coorientador de como seriam os jogos, de acordo com o embasamento teórico da Psicologia Cognitiva e Neuropsicologia. Ele, então, fez a programação das aplicações junto aos seus alunos da unidade curricular eletiva chamada “Realidade Virtual”, ofertada pelo curso de Ciências da Computação da UFSJ. Os alunos foram divididos em três grupos e cada um ficou responsável por um jogo. A primeira autora deste trabalho e sua orientadora foram às aulas dessa matéria, em dias pré-determinados, para acompanhar o avanço dos jogos e esclarecer dúvidas específicas que surgiram no decorrer das criações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4 Disponível em: <<https://www.cognifit.com/br>>

5 Disponível em: <<https://www.lumosity.com/pt/>>

As aplicações que foram desenvolvidas para o protocolo de intervenção serão descritas abaixo, tal como o seu objetivo e funções cognitivas envolvidas.

A aplicação chamada *Vale Tudo* (Figura 1) foi baseada no *Iowa Gambling Task*, uma tarefa neuropsicológica que simula a tomada de decisão na vida real (BECHARA *et al.*, 1994). A aplicação *Vale Tudo* tem como objetivo trabalhar a tomada de decisão, o controle inibitório, atenção concentrada e planejamento por meio da realidade aumentada. Este aplicativo é dividido em 5 blocos com 10 jogadas cada. Em cada jogada, é solicitado que o indivíduo escolha uma carta, das quatro apresentadas, de modo que pode ganhar ou perder vida (fictício) de acordo com suas escolhas. É apresentada uma barra com os ganhos e as perdas, a partir do baralho escolhido. Os pontos são calculados no decorrer dos blocos e, ao final, contabilizados juntos, de modo que o jogador tem a possibilidade de ter finalizado o jogo com pontos positivos ou negativos. O usuário terá um dispositivo *Android* (*tablet* ou celular) e os baralhos oferecidos pelos pesquisadores para o uso desta intervenção. A imagem demonstrada abaixo será a que ele verá na tela do dispositivo.

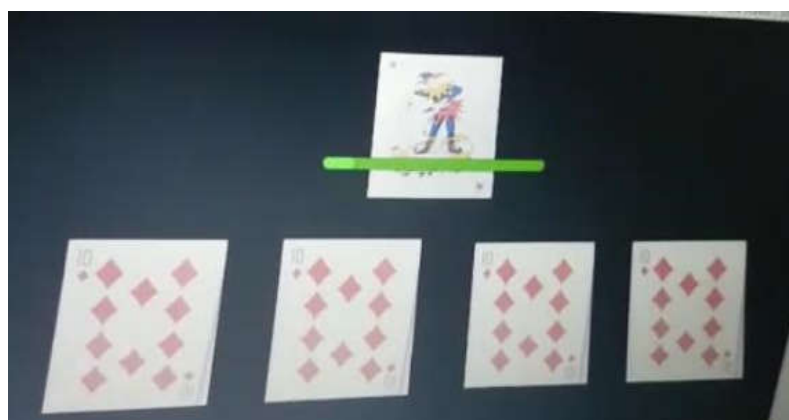


Figura 1- Ilustração do jogo Vale Tudo em uma tela de dispositivo (tablet).

O aplicativo chamado *Jogo da Luz* (Figura 2) é baseado no paradigma *Go/No-Go*. O paradigma *Go/No-go* requer do participante um processo de execução ou inibição da resposta motora condicionada à presença ou ausência de um estímulo-alvo, por exemplo, um movimento de pressionar ou não a tecla na presença/ausência de determinado estímulo. A tarefa exige um alto nível cognitivo de seleção de resposta, tomada de decisão, atenção e inibição de resposta. O *Jogo da Luz* tem como objetivo principal trabalhar o controle inibitório, a tomada de decisão e a atenção seletiva. É um jogo de realidade virtual em que o indivíduo precisa pressionar o “botão” sempre que tiver luz amarela e não pressionar quando tiver luz vermelha. Pode aparecer

vermelha e amarela juntas, mas isso significa que o usuário não deve apertar o botão. No decorrer da aplicação são apresentados alguns distratores, como, por exemplo, pássaros voando. A cada bolinha vermelha que o indivíduo aperta o botão, ele perde uma vida. Como cenário, há um ambiente de floresta, com árvores, pedras, entre outros, que funcionam também como distratores.



Figura 2- Ilustração do Jogo da Luz.

A aplicação denominada *Dentro e Fora* (Figuras 3 e 4) tem o intuito de desenvolver a atenção alternada por meio da realidade virtual. Uma imagem de alvo é exibida no centro da tela e imagens subjacentes também são exibidas em torno do alvo. A tarefa é identificar qual imagem no círculo externo combina com a imagem alvo. O participante deve classificar as imagens de acordo com três condições: semelhante, igual ou diferente. As imagens semelhantes variam em cor, número, gênero, espécie etc. O grau de dificuldade também varia, aumentando conforme o participante avança no jogo. Tanto o alvo quanto as fotos menores mudam.



Figura 3- Ilustração do jogo Dentro e Fora (Categoria Semelhante).

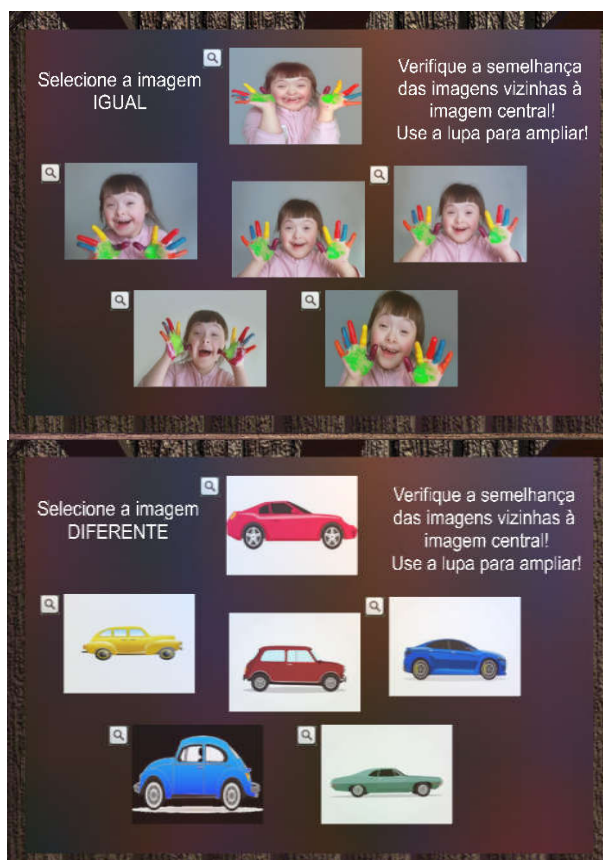


Figura 4- Ilustrações do jogo Dentro e Fora (Categorias Igual e Diferente).

Segundo Araújo *et al.* (2004), um mecanismo computacional necessita de um banco de dados capaz de salvar os processos obtidos a partir das intervenções para serem utilizados com fins cognitivos, pois possibilita análises posteriores dos mesmos. Para tanto, o desenvolvimento dos jogos inclui um conjunto de informações que possibilita que o pesquisador possa salvar um histórico do desempenho da pessoa, como o tempo gasto para completar as tarefas, acertos e erros, dentre outras. Essas informações poderão ser utilizadas futuramente para monitorar o desempenho dos usuários no decorrer das sessões.

3.1 Previsão de teste dos jogos e intervenções desenvolvidas

No momento atual, os autores deste estudo estão trabalhando para finalizar os jogos e desenvolver um protocolo de intervenção neuropsicológica. O protocolo consiste na organização das sessões, abrangendo a utilização dos jogos e de outras atividades, bem como avaliação psicológica pré e pós-intervenção (problemas de comportamento, atenção, memória e funções executivas). É válido ressaltar que antes de serem realizadas as atividades com o

público-alvo, o projeto será submetido à Comissão de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFSJ.

Estão previstos 24 encontros individuais para cada usuário, sendo duas vezes por semana, com duração de 50 minutos cada, em horários extraclasse. Esses encontros serão devidamente monitorados e registrados para análises posteriores. Os usuários farão avaliação psicológica antes, durante e após o término das sessões. As duas primeiras sessões serão voltadas para a ambientação dos participantes e também do aplicador quanto ao ambiente virtual. Nas demais sessões, o objetivo é que os pré-adolescentes explorem os jogos disponíveis, de acordo com o protocolo, visando a reabilitação cognitiva e neuropsicológica dos mesmos.

A avaliação da efetividade da intervenção nas variáveis cognitivas (atenção, memória e funções executivas) será fundamentada por meio de análise dos resultados dos testes aplicados pré e pós-intervenção. Também irá se considerar o relato do desempenho escolar antes e depois da intervenção pelos professores e pais, bem como possíveis problemas de comportamento (avaliados por um inventário) e sua evolução.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou o projeto interdisciplinar de um desenvolvimento de jogos com realidade virtual e aumentada para reabilitação neuropsicológica em pré-adolescentes com queixas de dificuldade na aprendizagem, envolvendo profissionais da Psicologia e Ciências da Computação. Os resultados preliminares indicaram que os jogos estão funcionando de acordo com o esperado pelos pesquisadores. Estudos adicionais vão testar o funcionamento e aplicabilidade dos mesmos em estudo piloto.

Os videogames tornaram-se um fenômeno cultural quando deixaram de ser utilizados apenas para diversão e estenderam-se, também, para a educação, saúde física e mental. Suas consequências ainda são controversas, mas há cada vez mais pesquisas atuais sugerindo uma possível relação causal entre o uso dos videogames e o maior desenvolvimento das habilidades cognitivas, tais como: atenção, memória, percepção e funções executivas (QUERINO; TIMOTEO, 2018).

O uso de computadores é fortemente ilustrado na literatura devido, principalmente, ao seu potencial motivacional, ao retorno imediato, pelas diferentes formas de trabalhar com o erro, estímulo do raciocínio lógico, além de favorecer o desenvolvimento da concentração (WEISS; CRUZ, 2001).

Seguindo essa tendência, tem surgido nas áreas da Neurociência, Neuropsicologia, Computação, entre outros, o interesse em investigar sobre as possíveis contribuições dos jogos computadorizados, principalmente aqueles voltados para o treino cognitivo, no desenvolvimento de potenciais habilidades cognitivas, motoras, afetivas e sociais. Segundo Rivero, Querino e Starling-Alves (2012), a compreensão do ganho cognitivo por meio dos jogos enriquece o campo da reabilitação, podendo então serem recursos complementares no tratamento de pessoas com déficit de atenção. Logo, acredita-se que estes jogos com realidade virtual e aumentada tem um grande potencial para trabalhar tais funções cognitivas, basta realizar os ajustes necessário no decorrer do uso destes em intervenções.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A; LUFT, C.D.B. e ROLIM, M.K.S.B. O desenvolvimento motor, a maturação das áreas corticais e a atenção na aprendizagem motora. **Revista Digital EF Deportes**, Buenos Aires, ano 10, n. 78, 2004.
- ANDRADE *et al.* Avaliação Cognitiva Utilizando Técnicas Inteligentes e um Jogo Computacional. **XX Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**, Florianópolis - SC, 2009.
- ARAUJO, *et al.* Mapa do Zoológico - Captura Cognitiva para Disfunção Executiva. **XV Simpósio Brasileiro de Informática na Educação- SBIE**. UFAM. 2004. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/349>>
- ÁVILA, R. Resultados da reabilitação neuropsicológica em paciente com doença de Alzheimer leve. **Revista de Psiquiatria Clínica**, n. 30, p. 139-146, 2003.
- AZUMA, R. T. A. Survey of Augmented Reality. **Presence: Teleoperators; Virtual Environments**, v. 6, n. 4, p. 355-385, 1997.
- BARKLEY, R.A. Attention-deficit hyperactivity disorder: a handbook for diagnosis and treatment. **Guilford Press**, New York, 3rd edn, 2006.
- BECHARA, A., *et al.* Insensitivity to future consequences following damage to human prefrontal cortex. **Cognition**, 50, p. 7-15, 1994.
- BURDEA, G. Virtual Reality Systems and Applications [Short Course]. In: **Electro '93 International Conference**, Edison, NJ, 1993.
- BURDEA, G; COIFFET, P. Virtual Reality Technology, 2a edição. **Wiley-Interscience**, 2003.
- CECCON, P. Utilização de Jogos Virtuais na Prática Educacional de Crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade. **IX SBGames**. Florianópolis/SC, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267200765_Ambientes_Virtuais_na_pratica_educacional_de_crianca_s_com_Transtorno_de_Deficit_de_Atencao_eou_Hiperatividade>
- COSTA, R. M. E. **Ambientes virtuais na reabilitação cognitiva de pacientes neurológicos e psiquiátricos**. Tese de Doutorado em Ciência da Computação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- CARDOSO, A. *et al.* Interfaces de Controle em Sistemas de Realidade Virtual. In. **Tendências e Técnicas em Realidade Virtual e Aumentada**. Salvador- BA. **XVI Symposium of Virtual and Augmented Reality- SVR**. v. 4. p. 63-68, 2014.

DE VREESE, L.P. *et al.* Memory rehabilitation in Alzheimer's disease: a review of progress. **Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 16, p. 794-809, 2001.

DIAMOND, A. The early development of executive functions. In: BIALYSTOK E.; CRAIK, F. I. M. (Eds.), **Lifespan cognition: Mechanisms of change**. New York, NY: Oxford University Press, p. 70-95, 2006.

KIRNER, C.; SISCOOTTO, R.A. Fundamentos de Realidade Virtual e Aumentada. In: Realidade Virtual e Aumentada: Conceitos, Projeto e Aplicações. **IX Symposium on Virtual and Augmented Reality**, Petrópolis – RJ. p. 2-21, 2007.

MCCOY, K.D. *et al.* Approaches to the Cognitive Rehabilitation on Children with Neuropsychological Impairment. In: FEINBERG, T.E., FARAH, M.J., editors, **Behavioural Neurology and Neuropsychology**. McGraw-Hill, 1997.

MCMILLAN, T. M.; GREENWOOD, R. J. Models of Rehabilitation Programmes for the brain-injured adult. II: model services and suggestions for change in the UK. **Clinical Rehabilitation**, v. 7, n. 4, p. 346-355, 1993.

PINHO, M.; KIRNER, C. Uma introdução à realidade virtual. Minicurso, **SIBIGRAPI'97 - Simpósio Brasileiro de Computação Gráfica e Processamento de Imagens**. Campos do Jordão, 1997.

PONTES, L.M.M.; HUBNER, M.M.C.A. Reabilitação neuropsicológica sob a ótica da psicologia comportamental. **Revista de Psiquiatria Clínica** 35 (1), p. 6-12, 2008.

PRIGATANO, G.P. Principles of neuropsychological rehabilitation. **Oxford University Press**, Oxford, 1999.
QUERINO, E.H.G.; TIMOTEO, A.P.P. Videogame: mocinho ou vilão? In: MIRANDA, D.M; MALLOY-DINIZ, L.F. **O pré-escolar**. Hogrefe, cap. 21. p.291-298, 2018.

QUERINO, E.F.G. Neuropsicologia e Educação: Qual o papel das funções executivas para a aprendizagem na infância? **Ilumina- Neurociência aplica à saúde mental**. 2018. Disponível em: <<https://www.neuropsicologia.online/2018/08/27/neuropsicologia-e-educacao-qual-o-papel-das-funcoes-executivas-para-a-aprendizagem-na-infancia/>>

RIVERO, T.S., QUERINO, E.H. e STARLING-ALVES, I. *Videogame: seu impacto na atenção, percepção e funções executivas*. **Revista Neuropsicologia Latinoamericana**, v. 4, n. 3, p. 38-52, 2012.

STEVANO, I. S. *et al.*, 2003. Autoconceito de crianças com dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 67-76, 2003.

TAMM, L. *et al.* Preliminary data suggesting the efficacy of attention training for school-aged children with ADHD. **Developmental Cognitive Neuroscience**, p. 16-28, 2012.

TUCHA, Oliver *et al.* Training of attention functions in children with attention deficit hyperactivity disorder. **ADHD Attention Deficit and Hyperactivity Disorders**, v. 3, n. 3, p. 271-283, 2011.

O IMPACTO DA HERMENÊUTICA FENOMENOLÓGICA DE BUBER NA PSIQUIATRIA EXISTENCIAL DE FRANK: EDUCAÇÃO E SAÚDE

Stela Kassia Guimarães¹
Wallace Félix Cabral Silva¹
José Mauricio de Carvalho²

Resumo - Nesse artigo examinam-se as bases do humanismo que Viktor E. Frankl trouxe para a psicoterapia e a educação. Esse humanismo está marcado pela ideia de vida autêntica que o psiquiatra aportou da filosofia existencial e utilizou no enfrentamento das situações-limites na sua teoria do sentido. O homem que precisa enfrentar o sofrimento, as doenças, a culpa e a morte, e, embora ameaçado pelas circunstâncias da vida, está desafiado a transcender em direção ao futuro (sentido) e em direção ao outro (encontro). Seu desenvolvimento como homem passa por ambas as coisas. Esse homem sempre voltado para frente de si mesmo desenvolve sua humanidade não só no exercício responsável da liberdade, mas na qualidade dos encontros humanos que estabelece. Nesse trabalho demos especial atenção a esse último aspecto, mostrando como Frankl dialoga com Martin Buber para construir suas ideias psicológicas e pedagógicas.

Palavras-chave: Humanismo. Buber. Psicoterapia. Relações Humanas. Logoterapia.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde meados do século XX fenomenólogos-existencialistas começaram a se referir ao tempo vivido como um momento de crise, período atingido por mudanças muito profundas e rápidas. Como entendê-lo? Cada um se referiu àqueles dias como um tempo de dificuldade: de crise de ciência, avaliou Edmund Husserl; de crenças e massas superficiais completou Ortega y Gasset; de valores, emendou Max Scheler; de orientação preferiu dizer Karl Jaspers; de autenticidade, afirmou Martin Heidegger; de liberdade, disse Jean Paul Sartre; do que fazer na história, escrevera antes Sören Kierkegaard; crise de um mundo sem Deus, contrapôs Friedrich Nietzsche; ou a eclipse de Deus na sociedade humana, retificou Martin Buber.

1 Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN.

2 Docente do Curso de Direito do UNIPTAN. Orientador do Programa PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN. Contato: josemauriciodecarvalho@gmail.com.

A percepção de que se vivia num tempo de crise abriu espaço para uma análise da existência, um esforço para compreender a vida humana e o que a tipifica³. Desde que Kant resumiu as preocupações filosóficas em três perguntas: o que posso conhecer, o que devo fazer e o que devo esperar a filosofia se concentrou num objeto: “entender o que é o homem (...) isso é o que há de novo na filosofia contemporânea”⁴.

A perspectiva fenomenológica fortaleceu a analítica existencial quando o empenho de entender a vida humana se concentrou em questões fundamentais como o sentido da vida, da doença, do sofrimento e da morte. O enfrentamento dessas questões depende muito do modo como o indivíduo se compreende e como experimenta o entorno. Mas esse auto compreensão não ocorre com isolamento desse entorno e sim com o distanciamento dele, pois esse modo de ser que o singulariza existencialmente se dá na relação com as coisas e com o meio. “São as situações que a pessoa vai vivendo, relacionando-se com o mundo circundante e com as pessoas, que lhe vão possibilitando atualizar suas potencialidades, oferecendo-lhe as condições necessárias para ir descobrindo e reconhecendo quem é”⁵. A fenomenologia existencial foi utilizada por diversos psicólogos para entender além do próprio do homem, a raiz dos transtornos mentais e da vida saudável, estabelecendo uma nova perspectiva para a relação entre saúde e desenvolvimento humano. O distanciamento das explicações de Freud que via no inconsciente e na vivência inadequada do complexo de Édipo a raiz dos transtornos mentais e do desenvolvimento humano, ou dos behavioristas que resumiam o desenvolvimento humano em processos de aprendizagem, a fenomenologia colocou a ênfase do sofrimento mental e da vida saudável na experiência subjetiva consciente, com implicações na educação e na saúde. “É óbvio que, ao mudarem o quadro de referência teórico, a fenomenologia, o existencialismo e o humanismo deveriam coerentemente mudar os métodos e os parâmetros de bem-estar e mal-

3SARTRE, 1947.p. 334: “Serão necessários dois séculos de crise – crise de fé, crise de ciência – para que o homem recupere esta liberdade criadora que Descartes colocou em Deus e para que se suspeite enfim esta verdade, base essencial do humanismo: o homem é o ser cuja aparição faz com que um mundo exista”.

4 CARVALHO, 2018, p. 16

5 FORGHIERI, 1993. p. 32.

estar”⁶. Com isso não pretendiam esses psicólogos deixar de lado o rigor da ciência, mas não desejam reduzir o homem à sua corporeidade e psique. Correntes de psicologia que assim procedem reduzem o homem a um subumaníssimo⁷.

O humanismo dessa proposta pedagógica e psicológica se verifica com a colocação do homem no centro dos estudos, com especial ênfase no uso responsável da liberdade, da escolha segundo valores, na atenção dada ao sentido e às situações-limites: doença, sofrimento, culpa e morte. Nesse sentido, a consciência moral é considerada fundamental no exercício responsável da liberdade no curso da psicoterapia e do processo pedagógico. Esse aspecto é importante não apenas na compreensão da psicopatologia, mas também no desenvolvimento saudável.

O problema aqui investigado é de que modo essa compreensão humanista e a hermenêutica psicoterápica de Frankl se beneficia de sua aproximação com Martin Buber e especialmente de sua compreensão do homem como alguém que se relaciona de forma singular com as coisas e com as pessoas, questão traduzida por Buber com as duas palavras princípios: Eu – Tu e Eu – Isso⁸. Com elas o filósofo quer traduzir duas formas de relação com o mundo e as caracterizar. “A palavra princípio Eu – Tu só podes ser proferida pelo ser na sua totalidade. A palavra princípio eu – Isso não pode jamais ser proferida pelo ser na sua totalidade”⁹. Vamos procurar indicar que a relação caracteristicamente humana, com implicações na saúde e educação, para Frankl, é a do tipo Eu - Tu.

6PACCIOLLA, 2015. p. 76.

7Essas críticas atingem tanto o panpsicologismo da psicanálise quanto a tentativa de quantificação do que não é quantificável (RIBEIRO, 1985, p. 19): “A quantificação, que caracteriza as ciências da natureza, invadiu também a ciência psicológica. Hoje mede-se tudo: sensações, emoções, inteligência. Pode-se, no entanto, perguntar: qual a relação existente entre o que foi medido e o que resta por medir na coisa medida, ou seja, qual é realmente a quantidade medida”.

8 Estamos diante de relações fundamentais e complementares. Essas relações são constitutivas do Eu, têm para Buber, um sentido ontológico enquanto definidor do ser do homem, mas é possível reconhecer nas relações Eu - Tu um caráter ético. Na obra *A ética da reciprocidade* encontramos a seguinte avaliação desse aspecto relacional do homem (VERÍSSIMO, 2010, p. 21): “Gostaríamos de aproveitar a introdução de nosso diálogo para justificar a reciprocidade relacional como uma ética, (...), a compreensão da existência segundo uma ética da reciprocidade e uma psicologia da pessoa”. O grande problema humano surge quando as relações se restringem ao mundo do isso, deixando de lado as relações com os outros homens. Quando o Tu emerge no horizonte existencial, cabe ao Eu reconhecê-lo e abrir-se a ele. O Eu poderá também considerá-lo um isso e tratá-lo como ele não é, como coisa. Portanto é o Tu que surgindo no horizonte existencial do Eu instaura a possibilidade do diálogo”.

9 BUBER, 2001. p. 51.

2 AS RELAÇÕES HUMANAS: BUBER E FRANKL

Nas práticas psicoterápicas e na proposta pedagógica Frankl revelou preocupação humanista que para ele precisava ser resgatada para o espaço da psicologia como forma de enfrentamento de teorias despersonalizantes e desumanizantes. Esses aspectos não são apenas da psicologia, essa parece ser uma necessidade generalizada da cultura, reconstruir o humanismo, mas Frankl a enxergou na Psicologia com repercussão na vida dos jovens e a sintetizou na introdução de *O sofrimento de uma vida sem sentido*. Ali pode resumir sua preocupação humanista. “*O que dissemos anteriormente? Cada época tem suas neuroses, e cada época precisa de sua psicoterapia. Agora sabemos mais: somente a psicoterapia reumanizada pode compreender os sintomas da época – e reagir às necessidades de nosso tempo*”¹⁰.

Essa preocupação humanista aparece em outras obras. *Crítica do puro encontro: quanto é humanista a psicologia humanista?* É o título de um dos ensaios do livro *Um sentido para a vida; psicoterapia e humanismo*. Nele Frankl explica que embora a análise existencial esteja próxima da psiquiatria existencial e da chamada psicologia humanista norte-americana, parece-lhe importante precisar o que é singular na análise existencial quando se a aproxima das outras psicologias fenomenológicas, em especial as chamadas psicologias humanistas. A maneira como os psicólogos da corrente abordam o encontro psicoterápico, por exemplo, embora inclua os aspectos indicados pela fenomenologia, o reduz a uma forma de interação social. Para Frankl, o sentido humanista da psicologia e suas repercussões no âmbito do desenvolvimento humano somente pode ser precisado se incorporar as lições de Martin Buber sobre relações pessoais. O verdadeiro encontro, na psicoterapia ou ato educativo, não é intercâmbio entre duas pessoas, exige sair de si para ir até o outro. É o que ensina Martin Buber dando um tom específico à

¹⁰ FRANKL, 2015. p. 23.

noção fenomenológica de relação intersubjetiva¹¹. A intersubjetividade fenomenológica diz que somente me faço homem como ser-por-outros. “Quem numa espécie de experiência pensada quiser remover de seu ser-homem o ser-por-outros, chegará à conclusão de que removeu a realidade de seu próprio ser-homem”¹². Porém, a relação humana para Frankl precisa ir além disso, precisa ir ao encontro do outro na reciprocidade da presença, totalidade, objetivação, e efetivar-se na incoerência do tempo e espaço. Ele explica citando Buber: “Em tal contexto, o encontro entendido como um relacionamento entre Eu e Tu – é um relacionamento que, por sua natureza real, pode ser estabelecido apenas no nível humano e pessoal”¹³.

Essa forma de compreender o encontro é fundamental porque dela depende a coexistência e a comunicação humanas. É essa forma de relação que Frankl entende deva orientar as relações psicoterápicas e pedagógicas, se apenas há aproximação e a influência de um sobre o outro isso não é verdadeiro encontro, mas “uma hidráulica da libido”¹⁴. Portanto, Frankl quer propor uma psicologia e pedagogia humanistas, mas a partir do que Martin Buber considera relações humanas e de um encontro que ele entende como Buber, vendo-o como “coexistência aberta ao logos”¹⁵. Uma hidráulica da libido vê o encontro como a aproximação de duas manadas¹⁶, isto é, um ente que não se abre para fora. O encontro verdadeiro pede a

11 No encontro Eu – Tu, Buber esclarece que o homem sai de si, pois ele se faz na relação com o Tu ao contrário de quando se vive a relação Eu – Isso, que não contempla a transcendência, mas a experiência. (BUBER, 2001, p. 53): “o experimentador não participa do mundo; a experiência se realiza nele e não entre ele e o mundo”. E completa (Ibidem): “o mundo como experiência diz respeito à palavra princípio Eu-isso. A palavra Eu – Tu fundamenta o mundo da relação”. Sobre essas duas palavras-princípio se resumiu em *Martin Buber, a filosofia e outros escritos sobre o diálogo e a intersubjetividade* (2017 a, p. 205): “Embora as relações fundamentais entre os homens e entre eles e Deus seja uma relação Eu - Tu, a relação Eu - Isso não deixa de ser fundamental porque ela é a base das relações culturais necessárias para a sobrevivência do homem. Tudo o que forma os produtos da vida cultural: as atividades artísticas, as criações científicas, a meditação filosófica e a religião, considerada como prática e rito de louvor ou adoração de Deus, o mundo da economia, tudo reflete as relações Eu – Isso”.

12 LUIJPEN, 1973. p. 260.

13 FRANKL, 2005. p. 69.

14 FRANKL, 2005. p. 71.

15 FRANKL, 2005. P. 70.

16 O filósofo alemão Leibniz se referiu à mônada como substância espiritual indivisível, eterna, que só pode ser destruída por Deus. Com essas características não entra em interação com outras mônadas e o movimento do universo decorre de uma suprema programação previamente estabelecida por Deus para que o universo funcione sem interação dos seres. Trata-se de um conceito complexo, tema fundamental da filosofia de Leibniz, que pode ser assim resumido (BRUGGER, 1977, p 277): “quanto a essência, a mônada é o portador do sujeito primitivo

autotranscendência, sem o que a auto expressão não livra o sujeito da solidão compartilhada, o que obriga a incorporar o que Martin Buber aborda para considerar o encontro¹⁷. Ele escreveu: “No clima impessoal da sociedade industrializada as pessoas cada vez mais experimentam o sentimento de solidão – a solidão da massa isolada”¹⁸. Se o relacionamento interpessoal não se abre a transcendência, Frankl esclarece: “induz o paciente a interpretar a si mesmo em termos de hidráulica da libido atuante em seu íntimo”¹⁹. Essa atitude leva-o a esquecer: “que o ser humano é capaz de alguma coisa (singular) numa dada situação”²⁰. É essa capacidade de transcender o momento e se libertar dos condicionamentos que torna livre o sujeito humano. Fica assim estabelecida, pelo próprio Frankl, o impacto que a hermenêutica fenomenológica de Buber na análise existencial.

Além do encontro com o outro homem, esse humanismo pede o encontro de cada qual consigo mesmo. Frankl comenta que é um fato corriqueiro pessoas com preparo espiritual mergulharem em si mesmas e, nesse mergulho íntimo, estabelecer uma conversa consigo mesmo, experimentando a liberdade espiritual e o aperfeiçoamento humano. Esse processo de se voltar para si foi considerado por diversos fenomenólogos como momento de se colocar de acordo consigo mesmo, um ajuste de contas de cada homem com ele mesmo²¹. E como parte dessa vivência íntima é possível ao homem crescer na sua humanidade. Frankl relata um diálogo íntimo com a esposa que ele experimentou enquanto prisioneiro no campo de concentração. Embora fisicamente longe dela, num momento de solidão e desafio, levou adiante o seguinte diálogo íntimo: “Converso com minha esposa, ouço-a responder, vejo-a sorrindo, vejo seu olhar como a exigir e a animar ao mesmo tempo (...) seu olhar agora brilha com mais intensidade que

simples e absolutamente fechado em si mesmo do ser substancial (...). Quanto a atuação das mônadas, convém observar que elas são fechadas em si mesmas, não têm janela”.

17 Esse reconhecimento da importância das relações Eu – Tu na clínica psicoterápica dá um sentido singular à psicologia humanista ou fenomenológica de Frankl.

18 FRANKL, 2005, p. 77.

19 Id., p. 72.

20 Ibidem.

21 ORTEGA Y GASSET, J. 1994. p. 299: “a possibilidade de meditar, de recolher-se dentro de si mesmo para se colocar de acordo consigo mesmo é necessário para precisar no que crê, no que de verdade estima e o que de verdade detesta”.

o sol que está nascendo”²². Esse encontro íntimo tem o caráter revigorante e humanizam-te que ele assim traduz: “passo a compreender que a pessoa, mesmo que nada mais lhe reste neste mundo, pode tornar-se bem-aventurada – ainda que somente por alguns momentos – entregando-se interiormente à imagem da pessoa amada”²³. E esse breve relato, mostra a influência de Martin Buber e o entendimento de Frankl de que no diálogo íntimo também se fortalece a humanidade do homem.

A *desumanização do sexo* é outro ensaio do livro que Frankl dedicou à psicoterapia e humanismo. Nesse ensaio aprofunda as dificuldades de nosso tempo e dos transtornos psicológicos que alcançam principalmente os mais jovens. Esse é um tema que ele aborda em vários livros, onde ele repete que as dificuldades de uma sociedade de massas alimentam vidas sem sentido e existencialmente frustradas.

Em *Psicoterapia para todos* resume esse entendimento de que: “as pessoas vivem na atualidade, num vazio existencial e que esse vazio se manifesta por meio do tédio (...) quem não sabe de pessoas em seu redor a se queixarem de tédio”²⁴ e isso se observa em pessoas que possuem muitos bens e têm acesso a vida sexual livre, como nunca imaginaram Adler e Freud. Além do tédio, uma grande quantidade de pessoas que se sentem existencialmente frustradas queixam-se “de conhecer por experiência própria, o sentimento de falta de sentido da vida”²⁵. Essa falta de sentido acaba sendo preenchida com a busca do prazer (drogas e sexo) que ocupam existencialmente o lugar da busca pelo sentido. No entanto, nem uma coisa nem a outra, pela falta de sentido, deixam a pessoa satisfeita e realizada ou a libertam da depressão, quando não das drogas.

O que ele pensa é que não se pode afastar a busca de sentido e das boas relações humanizados objetivos do homem. Entre o que não é bom para o homem está a prática sexual longe da relação Eu - Tu. Sexo assim não é parte de uma vida autenticamente humana. Um procedimento redutor veio com a psicanálise e consiste em entender o amor: “como a

22 FRANKL, 2017 b. p. 55.

23 Ibidem.

24 FRANKL, 1990. p. 14.

25 Id., p. 16.

sublimação de impulsos e instintos sexuais que o homem tem como outros animais”²⁶. O amor, para Frankl, é parte da autotranscendência. Deriva do encontro no sentido buberiano, significa ir até o outro (a): “a quem se busca para um encontro de amor”²⁷. O outro não é objeto com que se reduz a tensão do instinto sexual, mas um Tu com quem a pessoa descobre o sentido de sua humanidade. Nesse sentido, parece-lhe que nenhuma prática sexual é tão estimulante e importante quanto a praticada com quem se ama. E o que significa dizer Tu para esse parceiro naquele sentido difundido por Buber? Dizer tu para alguém significa aceitá-la como pessoa única. Nesse sentido, o verdadeiro amor ajuda na compreensão de si e não cega ninguém para os defeitos ou virtudes do parceiro, ao contrário, permite que o amado seja visto de forma mais profunda e nítida²⁸.

Na obra *A psicoterapia na prática*, Frankl detalha diversos transtornos neuróticos associados à vida sexual entre os quais os distúrbios de potência, ejaculação precoce, frigidez e outras neuroses sexuais nas mulheres. Para o tratamento de cada um desses transtornos preconiza o uso de alguma técnica psicoterápica, especialmente a intenção paradoxal e a derreflexão²⁹. No entanto, como orientação geral para o tratamento das dificuldades sexuais, Frankl se propõe ir além do sintoma e da queixa do cliente ou aluno para conseguir dizer Tu ao outro (a). Somente assim é possível trabalhar com eficiência o instinto sexual, inserindo-o numa relação de amor. Ele explica:

A capacidade de amar orienta o impulso não somente no sentido de sua finalidade, mas também no do seu objeto, isto é, da pessoa do parceiro amado. Somente na medida em que o impulso se orienta desta maneira e se subordina à pessoa do outro,

26FRANKL, 2017 b. p. 83.

27 Id., p. 84.

28Eis como BUBER afirma isso BUBER, 2001. p. 68: “O homem se torna Eu na relação com o Tu. O face-a-face aparece e desvanece, os eventos de relação se condensam e se dissimulam e é nesta alternância que a consciência do parceiro, que permanece o mesmo, que a consciência do Eu se esclarece, aumenta cada vez mais”.

29No último ensaio de *Um sentido para a vida; psicoterapia e humanismo* (2005), Frankl comenta o uso dessas duas técnicas utilizadas pela logoterapia: *Intenção paradoxal e de-reflexão*. Ambos os procedimentos comentados em outras obras de Frankl e utilizadas no enfrentamento das chamadas neuroses psicogênicas, isto é, aquelas que têm origem psicológica em detrimento das que têm outras razões. Delas são exemplos os: Transtornos fóbicos-ansiosos, outros Transtornos de ansiedade, Transtorno obsessivo-compulsivo, Transtorno dissociativo (de conversão), Transtornos somatoformes, Distímia e determinados tipos de depressão, além da Neurastenia.

do ser amado, é dado ao impulso enquadrar-se na própria pessoa. Somente um Eu que procura um Tu é capaz de integrar o Id.³⁰

Nesse caso, como no da impotência, a capacidade de manter uma relação perfeitamente satisfatória depende de uma relação pessoal amorosa amadurecida que significa ser capaz de se entregar no amor, ou, nos termos de Martin Buber que Frankl emprega: “Amar significa dizer Tu a alguém”³¹ e mais adiante completou (ibidem): “somente na medida em que o impulso se orienta se desta maneira e se subordina à pessoa do outro, do ser amado, é dado ao impulso enquadrar-se na própria pessoa. Somente um Eu que procure um Tu é capaz de integrar o Id”³².

Essa forma de descrever o encontro sexual é mais profunda do que os outros psicólogos da escola fenomenológica haviam realizado e mesmo do que disseram os psicanalistas. O que está em questão é mais do que “a detumescência, a descarga de sua tensão e repressão sexual”³³. Temos aqui a situação onde o que importa é o entregar-se por inteiro, despreocupado em obter prazer, em ter um desempenho excepcional ou agradar sexualmente o parceiro (a).

O tipo de encontro Eu – Tu é mais que uma relação intersubjetiva onde os indivíduos se influenciam mutuamente, é parte de um humanismo ontológico, ou da construção do humano, que Frankl trouxe de Buber³⁴ para o espaço da pedagógico e psicoterápico. Isso é o que tipifica seu humanismo e vai além do que foi preconizado por outros psicólogos e psiquiatras da chamada corrente humanista, onde a referência ao humano vinha do que a fenomenologia

30 FRANKL, 1976. p. 111.

31 Id., p. 111. Em *Eu e Tu*, há uma parte inteira sobre essa forma de relação que contempla muitos aspectos que a diferenciam das relações Eu - Isso. A relação Eu – Tu possui características precisas: imediatez, reciprocidade, presença, totalidade, estar a parte do tempo e espaço, fugacidade, não tornar o outro objeto. Ele explicou (BUBER, 2001, p. 55): “Eu não experiencio o homem a quem digo Tu. Eu entro em relação com ele no santuário da palavra princípio. Somente quando saio daí posso experienciá-lo novamente”.

32 Ibidem.

33 Id., p. 110.

34 Sobre essa forma de relação FRANKL vai ainda mais fundo no livro *Presença ignorada de Deus*, FRANKL, 2017 a, p. 204: “Somente na relação Eu - Tu se pode falar propriamente em alteridade, porque o Tu atua em reciprocidade e simultaneidade. Estamos diante de um pensamento segundo o qual o sujeito se constitui no encontro com o outro, inaugurando uma cadeia de relações que inclui as pessoas, grupos e até a natureza. Porém, as relações constitutivas como Tu são com um outro Eu. Esse aspecto se esclarece no posfácio escrito pelo autor, a relação com o isso não se realiza como alteridade.”

existencial preconizara. Frankl está diretamente vinculado a essa escola filosófica, mas trata das relações humanas da maneira como aprendeu de Buber.

No espírito da fenomenologia existencial, esclarece, no que toca às escolhas amorosas: “a escolha de um parceiro, a escolha amorosa só constitui verdadeira escolha quando não é imposta pelo destino”³⁵. Essa forma de explicar as relações humanas e amorosas pertence à fenomenologia existencial, mas ele a efetivada ótica de Martin Buber. Diz Frankl: “enquanto um eu for impulsionado para um tu por um id, não é possível falar de amor. No amor, um eu se decide por um tu”³⁶. Portanto, como já foi dito antes, para Frankl, o impulso sexual é parte de uma realidade humana maior e não pode ser o motivo principal que aproxima as pessoas.

Nos casos das neuroses sexuais, como na impotência, a capacidade de manter uma relação perfeitamente satisfatória depende de uma relação pessoal amorosa amadurecida que significa ser capaz de se entregar no amor, ou, nos termos de Martin Buber que Frankl emprega: “Amar significa dizer Tu a alguém”³⁷ e mais adiante completou (ibidem): “somente na medida em que o impulso se orienta desta maneira e se subordina à pessoa do outro, do ser amado, é dado ao impulso enquadrar-se na própria pessoa. Somente um Eu que procure um Tu é capaz de integrar o Id”³⁸.

3 O ENCONTRO COM O GRANDE TU

A compreensão das relações humanas a partir das palavras-princípio também se aplica à relação entre o homem e Deus, não importa se no processo psicoterápico ou pedagógico. Se a pessoa não vive a fé em Deus, Frankl não traz essa questão para a clínica ou a escola, pois ele

35 FRANKL, 2017 a. p. 33.

36 Id., p. 334. É a mesma tese de *Eu e Tu* (BUBER, 2001, p. 59): “O amor não está ligado ao Eu de tal modo que o Tu fosse considerado um conteúdo, um objeto: ele se realiza, entre o Eu e o Tu”.

37 Id., p. 111. Em *Eu e Tu*, há uma parte inteira sobre essa forma de relação que contempla muitos aspectos que a diferenciam das relações Eu - Isso. A relação Eu – Tu possui características precisas: imediatez, reciprocidade, presença, totalidade, estar a parte do tempo e espaço, fugacidade, não tornar o outro objeto. Ele explicou (BUBER, 2001, p. 55): “Eu não experiencio o homem a quem digo Tu. Eu entro em relação com ele no santuário da palavra princípio. Somente quando saio daí posso experienciá-lo novamente”.

38 Ibidem.

entende que todo diálogo que o homem faz consigo mesmo é uma forma de diálogo com Deus. Assim, ele trata dos diálogos íntimos como encontro com Deus. E o faz nos termos buberianos do Grande Tu. Essa relação com o Grande Tu inclui todas as relações com outros tus³⁹. E Frankl procede da mesma forma que Buber explicou na terceira parte de *Eu e Tu*. O psiquiatra é explícito quanto a utilização da hermenêutica buberiana para trabalhar, na clínica ou na escola, a relação do homem com Deus: “a relação eu – tu, na qual Martin Buber vê a essência da existência espiritual, culmina na prece, especialmente na estrutura dialógica”⁴⁰.

Dessa forma, retomando a questão de Deus como um tipo de relação Eu – Tu, o homem se dispõe a vencer aquela crise de cultura já mencionada na introdução desse capítulo. No início de *O eclipse de Deus*, Buber contradisse a tese de Nietzsche de que Deus morrera e igualmente recusou a consequência imediata dessa morte que foi a perda dessa referência transcendente, o que levou, depois, à compreensão psicanalítica de que Deus é projeção da psique humana⁴¹. A crença em Deus, para Freud, revela o desejo infantil de proteção paterna. E desmascarar esse desejo infantil é o que faz a clínica psicanalítica. Para Frankl, desmascarar a crença em Deus é recusar um fenômeno legítimo, uma manifestação do humano⁴². Essa interpretação psicanalítica foi rejeitada por Martin Buber, pois como comentou Frankl, procedendo assim:

39 Na terceira parte de *Eu e Tu*, está escrito BUBER, 2001, p. 99: “aquele que proferindo a palavra Deus, invoca o verdadeiro Tu de sua vida, o qual não pode ser limitado por nenhum outro e com o qual está em relação que engloba todas as outras”

40 Id., p. 112.

41 Em *O homem Moisés e a religião monoteísta*, Freud explica que a crença em Deus é fenômeno neurótico compulsivo, projeção das fragilidades da infância humana e associado a tempos pré-históricos (FREUD, 2014, p. 93): “Já adquiri a um quarto de século quando escrevi *Totem e Tabu*, em 1912, e desde então ela só se fortaleceu. Desde aquela época, não duvidei mais que os fenômenos religiosos só podem ser compreendidos segundo o modelo dos nossos conhecidos sintomas neuróticos do indivíduo, isto é, como retorno de acontecimentos significativos, há muito esquecidos, da pré-história da família humana, e que tais fenômenos devem seu caráter compulsivo precisamente a essa origem, agindo sobre os seres humanos, portanto, em virtude de seu conteúdo de verdade histórica”.

42 Viktor Frankl aprofunda essa questão em diversos livros sobre a inadequação da psicanálise tentar desmascarar o que é um fenômeno autêntico como o sentido ou a religiosidade humana. Uma síntese pode ser assim proposta (FRANKL, V. O que não está escrito nos meus livros. São Paulo: É realizações, 2010, p. 151): “Para que esse círculo vicioso se rompa, é preciso desmascarar o desmascarador. O desmascaramento de uma psicologia profunda parcial, que se entende como psicologia desmascaradora e assim se denomina Sigmund Freud nos ensinou a importância do desmascaramento. Mas acredito que é preciso parar em algum lugar, exatamente onde a psicologia desmascaradora é confrontada com algo que não pode mais ser desmascarado, pelo simples fato de que é autêntico”.

“os fenômenos psíquicos não apenas são reduzidos geneticamente aos impulsos, mas também determinados causalmente por esses impulsos”⁴³.

No comentário de *O eclipse de Deus* que se encontra na obra *Martin Buber, a filosofia e outros escritos sobre o diálogo e a intersubjetividade* explica-se a questão como se segue: “A Filosofia não descarta o problema de Deus, mas com a questão encaminhada como foi, nos últimos séculos, Deus ficou eclipsado. Eclipsado significa que Deus continua lá, como acontece no eclipse do sol, mesmo que não seja visível do ponto em que a humanidade se encontra e o concebe”⁴⁴.

4 A CRISE DE CULTURA E A ESCOLA

A crise de cultura a que os existencialistas explicaram de diferentes modos impactou o mundo da escola e trouxe para ela questões novas que vieram se somar aos problemas tradicionais do ensino como a dificuldade de aprender, como construir objetivos e utilizar métodos de ensinar e avaliar etc. Entre os novos problemas que afetam o mundo escolar estão a frustração e o vazio existencial, a violência, a dicção e a depressão. Essa crise não somente traz novos problemas para a serem enfrentados no universo da escola, mas pede uma revisão do que tem sido feito na educação para o enfrentamento das dificuldades mencionadas. Não são poucos os que enxergam, como Ortega y Gasset⁴⁵ e Karl Jaspers⁴⁶, no afastamento das preocupações humanistas a redução da educação a uma técnica de ensinar, contribuindo para o fortalecimento da sociedade de massas e a despersonalização do jovem. Enfim, trazendo para a vida do jovem a sensação de falta de sentido da vida, o que significa o não saber a que se ater.

43 FRANKL, 2017 a. p. 16.

44 CARVALHO, 2017. p. 32.

45 Sobre a forma de enfrentar a crise de cultura no mundo escolar segundo Ortega y Gasset leia *Misión de la Universidad, Obras Completas*, v. IV, p. 313-353.

46 A crítica ao tecnicismo segundo Jaspers foi resumida no texto *O espírito vivente, a universidade segundo Karl Jaspers*. p. 123-141.

A análise existencial tornou essa crise de cultura uma crise de sentido que culmina no sofrimento de uma vida existencialmente vazia e que será ocupada pela busca do prazer imediato e irresponsável, uma espécie de hedonismo ansioso que somente se combate oferecendo novas razões a que se dedicar.

Ortega falará da crise como resultado da ausência de crenças importantes que substituam as antigas (a religião, a tradição, os valores), Eloisa Miguez dirá algo parecido ao dizer que os deuses que atualmente ocupam o mundo escolar precisam ser substituídos. Ela afirma: “é preciso encontrar novos deuses, que não só substituam os primeiros, mas também os que estão na base da educação atual, o deus da utilidade, o deus da tecnologia, entre outros, e que podem levar ao fim (termo final) da educação.”⁴⁷

O enfrentamento desses novos problemas que afetam o mundo escolar passa por ajudar o aluno a descobrir razões para viver que são rigorosamente pessoais. O sentido cria uma tensão como orientação vital, revelando que o processo pedagógico é muito mais do que práticas educativas para domínio de um conteúdo, mas o desenvolvimento da personalidade para que o jovem se torne pessoa. Em outras palavras torna-se pessoa, indivíduo com valores, resume como é preciso organizar os conhecimentos adquiridos na escola.

A psicologia educacional de Frankl dirá que o jovem precisa aprender a ouvir a voz da consciência “como órgão do sentido, ainda que ela seja falível e limitada, permite não perder a confiança pedagógica na base, que consiste em diferenciar no coração do sujeito humano as possibilidades de reconstruir um horizonte de sentido compartilhado, para além da crise de sentido e de valores”⁴⁸.

Uma educação baseada nessa psicologia existencial dirigirá as forças psíquicas da consciência (liberdade, responsabilidade, valores, auto distanciamento e autotranscendência) para a formação da personalidade do estudante. Essas forças catalisarão as atividades pedagógicas para a construção da personalidade integral.

47 MIGUEZ, 2014. p. 105.

48 Id., p. 108/109.

5 SENTIDO E HUMANISMO NA EDUCAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA CRISE DE CULTURA

Essa compreensão de processo educativo como formador da personalidade impacta o mundo escolar. E esse impacto não se limita à educação formal, mas alcança todo ato de educar. Portanto, essa forma de entender o desenvolvimento da personalidade por meio do sentido por meio das relações humanas, que Frankl herda de Buber, atinge tanto suas ideias psicológicas como pedagógicas. O que aqui se mostra é que a atenção ao sentido e a valorização do humanismo ajudará a enfrentar os novos desafios do jovem de hoje. O que a proposta de Frankl pretende é evitar que o tecnicismo educacional fomente: “o vácuo existencial, ao invés de diminuí-lo ou de preveni-lo”⁴⁹. Sem considerar o humanismo e o sentido da vida a escola tradicional reforça o sofrimento das pessoas e o vazio de sentido que cresce na sociedade, espalhando entre os jovens estudantes, a sensação de mal-estar.

Por que razão a escola vem alimentando essa sensação? Para Frankl, isso se deve ao fato de a educação ofertada estar amparada em teorias pedagógicas reducionistas que avaliam a aprendizagem por fenômenos próprios de animais. Para esse caminho tanto contribuem as metodologias tecnicistas, quanto a redução das ações humanas à motivação assumida pelos psicanalistas que culmina em: “mecanismos de defesa e de formações advindas por reação”⁵⁰. Frankl afirma que nenhum jovem pensaria seus sonhos de futuro como mecanismos de defesa ou formação de reação. Isso ocorre explica: “quando se quer a todo custo enfiar os valores humanos no leito de Procusto – ou no divã de Procusto - do psicologismo”⁵¹.

49 FRANKL, 2017 a. p. 16.

50 Id., p. 37.

51 Ibidem. Essa mesma crítica aparece em JASPERS, 1993, p. 88/9: “Parece-me que uma concepção filosófica, uma obra de arte, um conceito científico tem significado válido por si mesmo. Por vezes, é possível apontar as condições causais dos estados psicológicos de que essas criações derivam. Os últimos poemas de Hölderlin e os últimos quadros de Van Gogh não teriam surgido, como surgiram, não fosse a insanidade mental. Mas isso nada diz contra a originalidade do sentido dessas criações. Não vejo prova empírica da tese segundo a qual a expressão produziu grandes obras na ordem espiritual. Mas ainda que essa prova existisse, isso nada provaria – contra a originalidade da criação. Mas, se alguém fala de repressão, pode-se, com igual direito e com as mesmas possibilidades de bem-sucedida interpretação, alterar a pergunta; como se reprime a libido sexual, pode-se reprimir

Não parece a Frankl que se possa tratar as motivações altruístas dos jovens, bem como as grandes realizações humanas, como resultantes da repressão dos instintos e por isso a crítica que ele faz ao freudismo:

Penso que Freud nos ensinou que é preciso desmascarar as motivações neuróticas. Mas penso também que há um limite para esse desmascaramento, e que o limite se encontra naquele ponto em que nada mais pode ser desmascarado. Se não pararmos aí, certamente poderemos descobrir sempre novas coisas a desmascarar, mas estaremos apenas desvalorizando, reduzindo o que há de humano no homem⁵².

Ao valorizar o sentido e a responsabilidade na escola, Frankl espera que o ambiente escolar não seja espaço de irresponsabilidade, violência ou adoecimento. Irresponsável e pouco humano é o que a escola se torna quando ensina o estudante por condicionamentos ou sem respeitá-lo como Tu. Como podemos orientar o jovem contra o suicídio, a evitar a droga e a violência? Sem responsabilidade com as escolhas, sem o enfrentamento das frustrações e sofrimentos pouco há a dizer a quem decide colocar um fim na vida para se livrar da sensação de vida vazia. Frankl lembra o trabalho de Joyce Travelbee, uma professora americana, autora de um livro onde ensina aos jovens a lidar com o sofrimento encontrando um sentido para ele.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo procuramos mostrar a influência de Martin Buber na teoria psicológica e pedagógica desenvolvida por Viktor Frankl. Ambos os pensadores integram a escola fenomenológica existencial⁵³ e isso os aproxima, embora essa escola filosófica não possua terminologia idêntica. O que identifica seus representantes é que “como filhos de uma época, estão imbricados num mesmo destino e reagem a partir de uma mesma situação de perigo. Os seus problemas fundamentais são os mesmos”⁵⁴. Entre as questões fundamentais e que

a força da espiritualidade existencial? E como decidir que está certo no que respeita aos efeitos da repressão e às forças suscetíveis de serem reprimidas?”.

52 FRANKL, 1989, p. 38.

53 HEINEMANN, 1979. p. 543: “Os representantes mais categorizados da tendência existencialista são, na atualidade, Karl Jaspers, Gabriel Marcel, Jean Paulo Sartre e, num sentido mais lato, Martin Buber”.

54 Id., p. 265.

estabelecem o perigo desse nosso tempo está a despersonalização ou a necessidade de reencontrar uma vida autenticamente humana, que para Frankl significa uma vida com sentido. É evidente que a questão filosófica do sentido trazida para a psicologia e pedagogia precisou de ajustes que Frankl cuidou de fazer.

A preocupação humanista é própria da escola que ficou conhecida como psiquiatria existencial, na Europa ou psicologia humanista, nos Estados Unidos. O que há de singular em Frankl é a postulação de um humanismo baseado em Buber. Um estudo desse projeto humanista nos remete não somente ao humanismo renascentista, mas a uma retomada da moral judaico-cristã e sua repercussão na clínica e na escola. É da herança judaico-cristã que vem o entendimento de que “o outro é, como eu, sujeito de valor (...) pois ele é capaz de escolhas livres e de se responsabilizar por elas”⁵⁵. Em *Filosofia Clínica e humanismo* comenta-se que a preocupação humanista é marca de alguns fenomenólogos e existencialistas contemporâneos de Frankl entre os quais: “Edmund Husserl, Ortega y Gasset, Delfim Santos e Karl Jaspers.”⁵⁶. Esse último é quem trouxe para a psicologia, de forma mais sistemática, o diálogo com a tradição judaico-cristã, na síntese que havia sido realizada na Alemanha pelo kantismo e pelo neokantismo de Hermann Cohen. Frankl não realiza a discussão de caráter ético, mas assume suas consequências a partir da leitura de Max Scheler e do diálogo com Martin Buber. Há um ponto fundamental na construção da vida autêntica e saudável, que é o estabelecimento de relações pessoais nos termos sistematizados por Martin Buber por meio das palavras princípio: Eu – Tu e Eu – Isso.

Procuramos indicar que o fundamental das relações humanas, para Frankl, é o reconhecimento do outro como valor, alguém com quem é necessário encontrar-se na construção de uma vida com sentido. Viktor Frankl trouxe o desejo de autenticidade da escola existencial para a psicologia e para a pedagogia, traduzindo-a como vida boa e saudável. Se a vida humana é marcada pela autodeterminação, ou auto direcionalidade como está no DSM V, Frankl a resume na necessidade de construir, responsavelmente, um sentido. Assim, a questão

55 CARVALHO, 2018. p. 144.

56 CARVALHO, 2012. p. 31.

do sentido ou direcionalidade da existência tornou-se o núcleo de sua proposta psicoterápica e de suas ideias pedagógicas⁵⁷. No entanto, o sentido, ou motivo para ser feliz, só amadurece no encontro com o outro, ou melhor, no encontro do tipo eu – Tu preconizado por Martin Buber. Por isso, o encontro com o outro aparece na base da clínica e nas relações pedagógicas. A qualidade do encontro pessoal é o que trata e educa, mais que qualquer outra coisa.

Foi o que se indicou nesse capítulo, concluindo que sem entender a presença da hermenêutica fenomenológica de Buber e suas palavras princípio não entendemos as teses antropológicas que alimentam as ideias psicológicas e pedagógicas presentes na análise existencial de Frankl. E como se pode entender essa antropologia? Ela pode ser resumida em três eixos: 1 olhar o homem como totalidade, mas constituído de matéria, vida, consciência e espírito, forma estratificada com que Nicolai Hartmann atualizou o dualismo cartesiano, apontando o significado, importância e diferença de cada estrato; 2 o reconhecimento da historicidade do homem, com ênfase na sua capacidade de escolher o presente e alterar o futuro, como ensinaram os fenomenólogos desde Husserl; 3 o reconhecimento do homem como valor e construtor de valores, um sujeito de dignidade, mas numa formulação que vai além do kantismo na direção da axiologia de Scheler e da ontologia de Martin Buber.

O valor do homem e sua dignidade a descubro não tanto na razão, mas na compaixão. Essa forma de amor permite entender o sofrimento do próximo. Em outras palavras é o sofrimento que permite ver o outro como alguém que é como tu. Eis aí as bases de uma antropologia fenomenológica construída por Frankl em diálogo com Buber.

A referência a Buber tanto é importante na identificação e tratamento da neurose noogênica, aquela que decorre da frustração existencial, como das combinações dessa neurose com outros transtornos como: os sexuais ou histriônico, ou os de personalidade borderline ou narcisista e suas repercussões na vida do jovem estudante⁵⁸. Esses transtornos, além das neuroses psicogênicas, atingem fortemente o jovem de hoje em idade escolar.

57 FRANKL, 2015. p. 65: “Eu diria que aquilo que o homem realmente quer é, afinal de contas, não a felicidade em si, mas um motivo para ser feliz”.

58 Ibidem: “as neuroses, contudo, não se enraízam necessariamente no complexo de Édipo ou no complexo de inferioridade. Também podem estar fundadas em um problema espiritual, em um conflito de consciência e em uma crise existencial”.

REFERÊNCIAS

- BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro: 2001. 150 p.
- BRUGGER, Walter. **Dicionário de Filosofia**. 3. ed., São Paulo: EPU, 1977.
- CARVALHO, José Mauricio de. **O espírito vivente, a universidade segundo Karl Jaspers**. In: ARAÚJO, José Carlos de Souza. A Universidade Iluminista. V. II, p. 123-141. Brasília: Liberlivro, 2011.
- _____. **Filosofia Clínica e Humanismo**. São Paulo: Ideias e Letras, 2012. 183 p.
- _____. **Martin Buber, a filosofia e outros escritos sobre o diálogo e a intersubjetividade**. São Paulo: Filoczar, 2017. 259 p.
- _____. **O homem e a filosofia**. 3. ed. Porto Alegre: MKS, 2018. 343 p.
- FORGHIERI, Yolanda Cintrão. **Psicologia fenomenológica, fundamentos, métodos e pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 1993. p. 81.
- FRANKL, Viktor E. **A psicoterapia na prática**. São Paulo: EPU, 1976. 238 p.
- _____. **Psicoterapia para todos**. Petrópolis: Vozes, 1990. 158 p.
- _____. **Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo**. Aparecida: Ideias e Letras, 2005, 169 p.
- _____. **O sofrimento de uma vida sem sentido: caminhos para encontrar uma razão de viver**. São Paulo: É realizações, 2015. 128 p.
- _____. **A presença ignorada de Deus**. Petrópolis: Vozes, 2017 a. 131 p.
- _____. **Em busca de sentido**. Petrópolis: Vozes, 2017 b. 184 p.
- FREUD, Sigmund. **O homem Moisés e a religião monoteísta**. Porto Alegre: L&PM, 2014. 190 p.
- HEINEMANN, Fritz. **A filosofia no século XX**. 2. Ed., Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1979. 574 p.
- JASPERS, K. **Introdução ao pensamento filosófico**. 9. ed., São Paulo: Cultrix, 1993. 148 p.
- MIGUEZ, Eloisa Marques. **Educação em busca de sentido: pedagogia inspirada em Viktor Frankl**. São Paulo: Paulus, 2014. 160 p.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Misión de la Universidad**. p. 313-353. Obras Completas, v. IV, Madrid: Alianza, 1994.
- _____. **Ensimismamiento y alteración**. p. 291 - 375. Obras Completas. v. V, Madrid: Alianza, 1994.
- PACCIOLLA, Aureliano. **Psicologia contemporânea e Viktor Frankl**. São Paulo: Cidade Nova, 2015. 365 p.
- RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Gestalt terapia: refazendo um caminho**. São Paulo : Summus, 1985. p. 142.
- SARTRE, Jean Paul. **Situations**. v. I, Paris : Gallimard, 1947.
- VERÍSSIMO, Luiz José. **A ética da reciprocidade: diálogo com Martin Buber**. Rio de Janeiro: Uapê, 2010. 201 p.

O SABOR DA APRENDIZAGEM: MARKETING, PRODUÇÃO, VENDAS E EMPREENDEDORISMO NA COZINHA

Víviam Lacerda de Souza¹
Dalton Gomes Pereira²
Rosi Marina Rezende³
Denise Loyola Silva Monteiro⁴

Resumo - Este artigo abordou a experiência de um projeto de extensão com duração de 21hs, incluindo teoria e prática que é oferecido sob forma de um curso do IFRJ, campus de Belford Roxo à comunidade local e região da baixada (alunos regulares do IFRJ-BEL, empreendedores, lojistas, funcionários e gestores comerciais, bem como a todos os que desejam ampliar seu conhecimento sobre o assunto). Contou com parcerias de empresas como a Granfino e algumas locais, também da colaboração de dois a quatro estudantes que receberam ajuda de custo proveniente da contribuição voluntária de servidores do campus ao adquirirem os alimentos produzidos durante o curso. Por meio de abordagens conceituais e práticas sobre o contexto do Marketing, das Técnicas de Vendas na perspectiva da Terapia de Vendas e do Empreendedorismo, a aplicabilidade ocorreu pela associação do conteúdo didático ao preparo de pratos culinários durante as aulas com o objetivo de ensinar e aprender de uma maneira interativa que integra produção e degustação. Objetivou-se identificar os resultados da mescla entre teoria e prática culinária no ensino de marketing e vendas em sala de aula. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu do estudo bibliográfico, observação de campo, entrevistas quantitativas e qualitativas. Concluiu-se que a combinação da teoria e prática de marketing e vendas gerou aprendizagem mais satisfatória quando associada com a interação entre produção de alimentos seguida de degustação, tal como contribuiu para a assiduidade dos alunos e estímulo ao empreendedorismo.

Palavras-chave: Marketing. Vendas. Empreendedorismo. Práticas Culinárias. Processo de Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “O sabor do Marketing e das vendas na cozinha” coordenado por uma docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus Belford Roxo ocorre semestralmente durante sete encontros de 3 horas cada, num total de 21 horas/aula. Esse projeto surgiu a partir do desejo de unir o amor pela docência no ensino do Marketing ao *hobbie* da culinária. De acordo com palavras da coordenadora, “Quando eu era menina, por volta dos

1 Publicitária, Licenciatura em Artes Visuais, Mestre em Doutora em Comunicação Social; Docente do curso técnico em Produção de Moda do IFRJ-CBR. E-mail: viviam.souza@ifrj.edu.br.

2 Discente do curso de Administração da UNIABEU.

3 Pedagoga, mestre em Ciências Pedagógicas e em Relações Étnico-raciais; Diretora de Ensino do IFRJ-CBR.

4 Engenheira de Produção, mestre em Engenharia de Produção e Docente do curso técnico em Produção de Moda do IFRJ-CBR.

meus 11-14 anos, participei de alguns cursos de culinária em supermercados de Belo Horizonte, cidade onde morava com meus pais. Me espelhei nesses cursos para criar algo mais abrangente”.

Nesse sentido, cada receita tem um porque, uma razão de ser naquele momento. Por exemplo, na primeira aula, o conteúdo de marketing se propõe a desmistificar o marketing como um processo de “gasto de dinheiro em propaganda” e outros tantos estereótipos construídos pelo imaginário social, tal como acontece com as vendas. Desse modo, as receitas elaboradas, além de terem como principal elemento um produto da indústria de alimentos apoiadora (o que acontece com todas as receitas em todas as aulas), possuem em sua composição itens que normalmente são descartados, como talos e cascas para que o público alvo compreenda que nem sempre as coisas são como parecem ser, e isso contribui na associação com o conteúdo. Há momentos também, em que se torna necessária a oferta de receitas mais elaboradas, por exemplo, quando há uma abordagem de possibilidades mais incrementadas do marketing estratégico; ou ainda apresentação de receitas alternativas para expor o marketing em suas vertentes sustentáveis que também inclui o processo de vendas na perspectiva da Terapia de Vendas.

Há de se elencar, que a realidade socioeconômica dos alunos é totalmente considerada no momento da seleção das receitas para as aulas, visto que em todas elas são priorizadas, sempre que possível, ingredientes de baixo custo e/ou substituição a itens de custo mais elevado como leite condensado, creme de leite e carnes.

Considerando a trajetória estrutural do projeto, o que inicialmente se dispunha, no instante da elaboração de uma proposta para o projeto de extensão que propunha a aplicação de teoria simultaneamente ao preparo de pratos culinários era praticamente a boa vontade de fazer acontecer. No entanto, no processo de construção e concretização do projeto, consolidou-se o apoio de uma grande Indústria de alimentos com sua linha de produtos, porém, não havia espaço físico ideal, uma vez que o campus de Belford Roxo não dispunha de uma cozinha capaz de se realizar aulas e as salas de aula não poderiam abrigar um fogão e a utilização de gás devido às condições de infraestrutura exigidas pelos órgãos competentes de controle de incêndio, por exemplo. Houve a tentativa de cessão de vários locais externos até que se chegasse a um restaurante circunvizinho ao campus, o qual emprestou seu terraço ainda em obra, pratos que não mais utilizavam com seus clientes, mesas, cadeiras e uma geladeira. Nesse primeiro momento do projeto, essas conquistas serviram como fonte de motivação para seguir em frente e fazer o curso acontecer, o projeto finalmente sairia do papel.

O terraço, onde seria realizada as aulas, era de telha de amianto e não dispunha de ar condicionado, rede elétrica, banheiros com porta e sistema de escoamento da água da pia, o que demandou esforços dos docentes envolvidos e alunos colaboradores para limpeza do local (retirada de entulhos e lixo), instalação elétrica sob forma de extensão para viabilizar o uso de ventiladores, geladeira, liquidificador e batedeira. O fogão, o botijão com o gás, os eletrodomésticos e os vasilhames foram todos retirados da casa da docente que coordenou o projeto. Para a solução da ausência de portas dos banheiros, foram compradas cortinas de plástico de modo a criar a privacidade. Também foram adquiridos materiais de limpeza, que vão desde aventais, lixeiras, vassouras, baldes, panos e produtos para assepsia e higiene de ambiente. Uma grande cortina de cetim doado por alunos, foi costurada por uma técnica do campus a fim de criar uma espécie de divisória de 4X3 metros entre o ambiente da pia, onde seriam lavadas as vasilhas sujas e o ambiente das aulas onde seriam preparados os pratos e expostos os conteúdos. Algumas parcerias com o comércio foram conquistadas pela docente coordenadora do projeto para essa primeira versão e assim, houve a doação de 4 embalagens de copos descartáveis, 3 pentes de ovos, 4 kg peito de frango, 2 pacotes de carne seca, 2 latas de salsicha, 2 pacotes de goiabada, 1 lata de leite em pó e 10 kg de açúcar. Os demais itens foram todos custeados pela coordenadora do projeto, tais como hortifruti, carnes, leite, outros descartáveis etc.

No entanto, em ocasião do período do ano em que aconteceu o curso, foram enfrentadas condições climáticas que tornaram bastante desconfortáveis as aulas e mesmo assim, a assiduidade dos alunos foi impressionante. Diante do calor intenso, os ventiladores não conseguiam refrescar a verdadeira “sauna” em que se tornara o espaço onde o projeto acontecia e isso resultou no superaquecimento do Datashow logo na primeira aula, demandando que as aulas subsequentes ocorressem no sistema de improviso e sob o apoio em apostilas impressas que foram entregues aula a aula para os alunos. Também, em dois dias mais críticos, mais especificamente, nas duas últimas aulas, os alunos foram deslocados para a área aberta de convivência do campus, o que nos mostrou que o projeto era passível de acontecer no IFRJ – BEL com mais conforto para docentes e alunos.

Findado o projeto no restaurante, pedimos a doação dos pratos e obtivemos êxito. A Indústria de alimentos doou um fogão de 4 bocas com forno e foi realizado um chá de panela entre os servidores do campus de Belford Roxo que doaram panelas, copos, talheres, facas, panos de prato e de limpeza, liquidificador etc. Os alunos colaboradores também se mobilizaram para arrecadar doações de vasilhames usados necessários para a realização das

aulas. A docente coordenadora providenciou um armário pessoal para organizar os itens e o campus também solicitou a aquisição de mobiliário mais adequado. Uma bateadeira foi comprada com fundos provenientes do próprio projeto, ou seja, da contribuição voluntária de servidores ao consumirem pratos elaborados durante as aulas.

Na segunda versão do projeto, que aconteceu no 2º semestre de 2018, já não foi possível a doação de alguns estabelecimentos comerciais e por isso, além dos itens da Indústria de alimentos, apenas ovos, peito de frango e açúcar foram concedidos. Os demais itens necessários foram todos comprados e incorporados em custos do projeto, pagos pelo próprio projeto, o que não aconteceu na primeira versão, quando a coordenadora arcava com o próprio salário.

Em termos de comunicação para divulgação do projeto e angariação de alunos, na primeira versão, a docente responsável conseguiu a confecção da arte (logomarca e banners) gratuita e divulgou no blog notícias de Belford Roxo, com inscrições de forma desburocratizada (sem apresentação de documentos) feitas pelo seu WhatsApp pessoal, no fim de semana, até que se encerrasse o número de vagas. A Secretaria acadêmica do campus também recebeu inscrições e houve uma panfletagem realizada pela própria docente responsável e outra docente do campus, no centro do município.

Na segunda versão, a divulgação ficou a cargo do blog de notícias e *Facebook* do campus, porém com inscrições realizadas na secretaria acadêmica e exigência de documentação necessária para a matrícula em cursos de extensão do Instituto Federal. Apesar das diferentes formas de inscrição e matrícula, seja desburocratizada ou não, nos dois momentos, houve grande procura e interesse de alunos pelas aulas.

Toda essa realidade nos levou a produzir esse artigo com o objetivo de identificar os resultados da associação entre teoria e prática culinária no processo de ensino e aprendizagem dos conceitos de marketing e vendas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Utilizou-se, em termos metodológicos para a pesquisa empírica, o estudo bibliográfico, a observação de campo, as entrevistas quantitativas e qualitativas. As entrevistas foram aplicadas aos alunos matriculados no curso de extensão, os quais compareceram no último dia de aula, seja na primeira versão do ano de 2018, que aconteceu no primeiro semestre (2018.1), ou na segunda versão do mesmo ano (2018.2), no segundo semestre, dentre estes, os alunos colaboradores envolvidos no projeto. Quanto a amostragem, foram 9 entrevistados em 2018.1

e 10 em 2018.2. Para tanto, nenhum nome ou descrição de qualquer entrevistado foi citado de modo a não comprometer os princípios éticos.

Alguns teóricos se fizeram de alicerce neste estudo, tais como Kotler, Kartajaya, Setiawan (2010) e Cobra (1990) na explicitação conceitual do marketing; Leboff (2012) na tradução do processo de vendas sob a perspectiva da terapia de vendas; Dornelas (2012) nos esclarecimentos acerca do empreendedorismo e por fim, Freire (1996) e Candau (2008) com suas contribuições sobre o processo de aprendizagem.

Trata-se de um trabalho de extensão, um projeto do Instituto Federal do Rio de Janeiro, realizado no campus Belford Roxo, cujo público alvo são moradores de Belford Roxo e baixada fluminense. As atividades desse projeto foram realizadas em dois momentos no ano de 2018 (1º e 2º semestre) durante 21 horas cada, sendo essa carga horária dividida em 3 horas por semana, sempre às segundas-feiras.

O projeto conta com o apoio de microempresas locais e de uma grande indústria de alimentos da região, também estão envolvidos docentes do campus de Belford Roxo e discentes do curso técnico em Produção de Moda que se perfizeram alunos matriculados e colaboradores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Extensão a serviço da sociedade

O saber adquirido pelos pesquisadores não deve se limitar apenas ao âmbito acadêmico, mas sim, ser disponibilizado externamente a toda a sociedade de modo a contribuir com melhorias na qualidade de vida, no acesso a informação e na geração de conhecimento.

Por essa razão, existem os projetos de extensão que se perfazem uma atuação de forma contínua cujas funções são educativas, sociais, culturais, científicas e/ ou tecnológicas, sempre embasadas em objetivo e prazo determinados.

No Encontro de Extensão, realizado em 23 de fevereiro de 2017, onde se discutiu a relação entre academia e sociedade, o Pró Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp, professor João Meyer, resume o projeto de extensão na “ciência produzida

internamente, no contexto acadêmico, posta a serviço da sociedade⁵ (CULTURA E SOCIEDADE, site, 2018)”.

De acordo com a Lei N. 9.394, Art. 43 (site, 2019), no que trata da extensão acadêmica:

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de formas de formas de comunicação;

V- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológicas geradas na instituição;

VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formulação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Portanto, compreendemos que a construção de projetos que envolvem a comunidade / sociedade e saem para fora da instituição de ensino tem como objetivo integrar de forma social as diretrizes de ensino/pesquisa/extensão, sendo potencializada com a construção de parcerias externas, como é o caso do Projeto “O sabor do Marketing e das Vendas na cozinha”. Esse projeto, por sua vez, comunga teoria e prática em 21 horas de aula ofertadas gratuitamente ao público interno do IFRJ, campus Belford Roxo e também a toda a comunidade externa interessada. Durante as aulas, os discentes aprendem o que é o marketing e como utilizar suas ferramentas estratégicas; se integram sobre as técnicas de vendas na perspectiva da Terapia de Vendas e são estimulados ao empreendedorismo. Simultaneamente ao conteúdo teórico, a parte prática fica a cargo do preparo de pratos culinários, cuja base é sempre algum produto da

⁵<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2017/02/22/encontro-de-extensao-discute-relacao-entre-universidade-e-sociedade>.

principal indústria de alimentos apoiadora do projeto. Esses pratos são associados com a teoria e degustados a cada aula. No último dia do projeto, os alunos preparam seus pratos individualmente, com receitas de própria autoria e apresentam também seus planos de negócios.

“O sabor do Marketing e das Vendas na Cozinha” se iniciou em março de 2018, numa primeira versão que certificou 19 alunos e no segundo semestre do mesmo ano, 15 alunos, segundo registros internos da Coordenação de Extensão do IFRJ-CBEL (SABRÁ, 2018).

Conta a participação de docentes e técnicos que colaboram com o preparo de suas receitas, tal como alunos monitores que auxiliam durante as aulas práticas.

Outros projetos de extensão também são ofertados pelo IFRJ, campus de Belford Roxo corroborando com o desenvolvimento local e com a disseminação do conhecimento para além dos muros acadêmicos.

3.2 Um instituto federal no atendimento às demandas de Belford Roxo

Todo município possui suas carências, necessidades e desejos que podem ter cunho empregabilístico, vocacional, político, social ou outros. Nesse sentido, a educação entra como fator preponderante, de modo arraigar muito além da instrução, visto que oferta o incentivo a construir novas perspectivas de vida e possibilidades de desenvolvimento pessoal e coletivo.

O Instituto Federal como um todo se perfaz por uma instituição de ensino técnico, superior, público e gratuito que desenvolve as suas atividades sob o tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, sobretudo na formação profissional e tecnológica. No estado do Rio de Janeiro, o IFRJ em termos de sede, localiza-se na capital e seus campi situados nos municípios de Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda⁶.

Com relação ao campus de Belford Roxo, foco desta pesquisa, o edital Nº 03/2018 (2018) enfatiza uma unidade que oferta cursos de Formação Inicial e Continuada de

6 <https://www.ifrj.edu.br/acesso-a-informacao/criacao-estrutura-e-organizacao>

Trabalhadores, Educação Profissional Técnica em Nível Médio e futuramente a Educação Superior, com ênfase em áreas que integram a economia criativa no mote do design, da moda, do vestuário, dos calçados, dos acessórios, do urbanismo e também da formação de professores, sobretudo para a área de artes.

Atualmente o campus oferece os Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes de Produção de Moda e de Artesanato. Também cursos de Formação Inicial e Continuada em Empreendedorismo e Gestão de Negócios; Desenvolvimento de Produto Têxtil e de Moda; Adereços de Carnaval e Festejos; Organização de Eventos; Fotografia e Vídeo para Mídias Digitais; Estamparia e Tingimento Artesanal; Formação Docente para Comunicação, Cultura e Arte; Educação para a Diversidade. Além desses, diversos cursos de extensão que alternam semestralmente, dentre eles “o sabor do Marketing e das Vendas na cozinha”.

Esse projeto de extensão, especificamente, cuja proposta é aliar o conhecimento teórico à prática; pretende tornar o nível de aprendizado dos alunos mais interessante e eficaz. Para tanto, os conceitos de Marketing e Vendas, que antes poderiam ser de difícil compreensão para muitos, ou mesmo observados como exaustivos, enfadonhos ou inaplicáveis, nessa nova versão passam a ser inseridos na vida cotidiana dos alunos, como algo divertido de aprender.

3.3 Marketing para a vida, Vendas para a solução de problemas e Empreendedorismo para pescar o peixe

O Marketing é um conceito, muitas vezes utilizado como termo para definir estereótipos construídos no decorrer dos anos. Estereótipos, esses, que não condizem muito bem ao que o conceito representa e na maioria das vezes, se perfaz algo negativo, seja quando associado à manipulação, construção de necessidades, propaganda enganosa etc. No entanto, o marketing, se utilizado sob os princípios éticos da profissão, tem muito a contribuir tanto com a erradicação da pobreza, a partir do Negócio Social (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2010, p. 162-165) ou por meio do marketing sustentável (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2010, p. 177), colaborativo (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, p.122), em suma, sempre atuando na melhoria da qualidade de vida das pessoas no momento de mudanças constantes e avassaladoras da contemporaneidade, como o desemprego, a crise econômica e política, o descrédito que envolve diversas esferas. Portanto, o conceito de marketing, retratado na percepção de Cobra (1990, p. 29) é “mais do que uma forma de sentir o mercado e adaptar

produtos ou serviços – é um compromisso com a busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas”.

Sob essa mesma percepção de melhoria da qualidade de vida comunitária e social, temos também todo processo de vendas que diferentemente, da venda tradicional, observada como um “vale tudo”, onde alguém ganha e alguém perde e o consumidor é visto como uma possibilidade de lucro; o método Terapia de Vendas provê uma construção de relação interpessoal baseada na confiança, na credibilidade, no respeito e na ajuda mútua, ou seja, na solução de problemas dos consumidores. “O foco é no cliente e não no vendedor. A relação está em primeiro lugar e não a transação. O foco é o processo de vendas e não o resultado” (LEBOFF, 2012, p.10).

Sendo assim, feitas as abordagens conceituais acerca do Marketing e das Vendas ao alunato no referido projeto de extensão, nada mais justo do que incentivá-los a empreender em seus próprios negócios, estimulando a autoconfiança e consequentemente a independência financeira, ou seja, ensinamos a pescar o peixe. A ideia é construir bases sólidas para que seus negócios saiam do imaginário para o papel e subsequentemente, por meio da concepção e desenvolvimento de uma ideia em produto ou serviço, geramos uma probabilidade de um novo negócio. Todas essas ações são reflexo de um empreendedor até então sem registro e que pelas aproximações dos regimentos e ou regulamentos vigentes em uma cidade, estado, região e/ou país, o mesmo pode ou passa a ter um registro como por exemplo o Microempreendedor Individual- MEI ou o Microempreendedor – ME, ou posteriormente chegando a empresas de médio e grande porte.

Segundo Dornelas (2017, p. 29), a melhor definição para empreendedorismo condiz ao “envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, e a perfeita implementação dessas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso”. Essa é a proposta do referido projeto. Lançar o conhecimento a fim de que ideias surjam e se implementem, gerando a construção de oportunidades.

3.4 O sabor na construção do saber

Pode-se dizer que o processo de aprendizagem de novos conceitos se torna muito mais significativo e prazeroso na medida em que o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimentos já adquiridos pelo educando, a partir de experiências práticas. Segundo Freire (1996, p. 47), “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção”. Abordar a experiência da aprendizagem dos conceitos de marketing e

vendas, a partir do experimento de receitas diversas, produzidas durante as aulas do curso de extensão, ‘o sabor do marketing e das vendas na cozinha’, facilitou a relação dos discentes com a temática, proporcionando uma aprendizagem muito mais significativa do que se as aulas tivessem sido administradas em um espaço convencional de sala de aula, de forma mecânica ou memorística. As aulas do projeto foram em sua maioria, desenvolvidas no espaço de convivência do *campus*, espaço aberto, onde se montavam as oficinas com as mesas, fogão, eletrodomésticos e todos os materiais necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico, ou seja, deu-se a ampliação do espaço da sala de aula em termos físicos, mas é importante também ressaltar que a expressão “sala de aula ampliada” é um termo que remete aos diferentes espaços da escola ou extra muros e a sua importância enquanto local privilegiado no sentido em que pode propiciar os processos de aprendizagem (KOFF, 2008 *in* CANDAU, 2008, p. 97). Nesse sentido, observou-se que as oficinas no espaço de convivência também despertaram o interesse em outros alunos em participarem nas próximas ofertas do curso.

Destaca-se que o processo de observação, separação dos produtos, produção das receitas, a degustação dos alimentos produzidos, a comparação e avaliação dos resultados obtidos, deram sabor e significado ao processo de aprendizagem.

A alimentação para o ser humano faz parte do seu processo fisiológico e, portanto, vital, podendo ter funcionado no projeto como um incentivador e propulsor no processo de construção do conhecimento. Para Ausubel (VIEIRA; RIOS; MARTINS, 2019, p.3), “a reconfiguração das ideias já existentes na estrutura mental torna a pessoa capaz de relacionar e acessar novos conteúdos”. Para ele, “a aprendizagem se torna significativa quando ocorre a ampliação e nova configuração das ideias” (VIEIRA; RIOS; MARTINS, 2019, p.3). Nesse caso, a compreensão dos conteúdos teóricos propostos, teve como facilitador as oficinas de preparo dos diversos pratos que foram objetos de análise e avaliação com base no conteúdo planejado e desenvolvido nas aulas.

3.5 Resultados de uma ação pedagógica

Participaram da primeira turma do projeto 19 (dezenove) alunos e da segunda turma 15 (quinze) alunos, porém responderam à pesquisa 09 (nove) participantes da primeira turma e 10 (dez) alunos da segunda turma. Todos os alunos são provenientes da Baixada Fluminense, sendo a maior parte do município de Belford Roxo.

Como se pode observar nos gráficos que seguem, a maioria dos alunos matriculados e formandos do curso tanto na 1º edição quanto na 2º edição são do sexo feminino (Gráfico 1). A faixa etária dos participantes está compreendida entre 18 (dezoito) e 60 (sessenta) anos, o que demonstra tratar-se de um curso com foco de interesse abrangente, e não apenas para uma faixa etária específica (Gráfico 2).

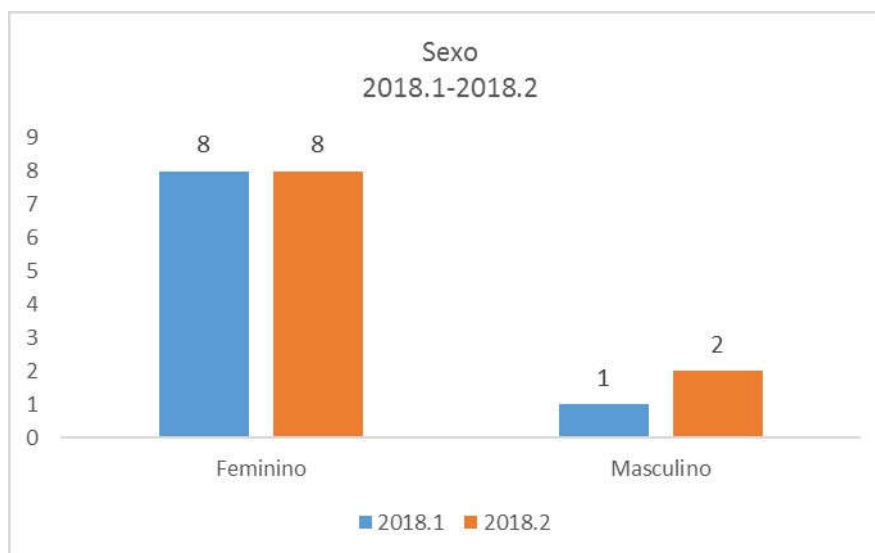


Gráfico 1 – Descrição do sexo dos alunos 2018.1 versus 2018.2. Fonte: Curso “O Sabor do Marketing e das Vendas na Cozinha” (2018).

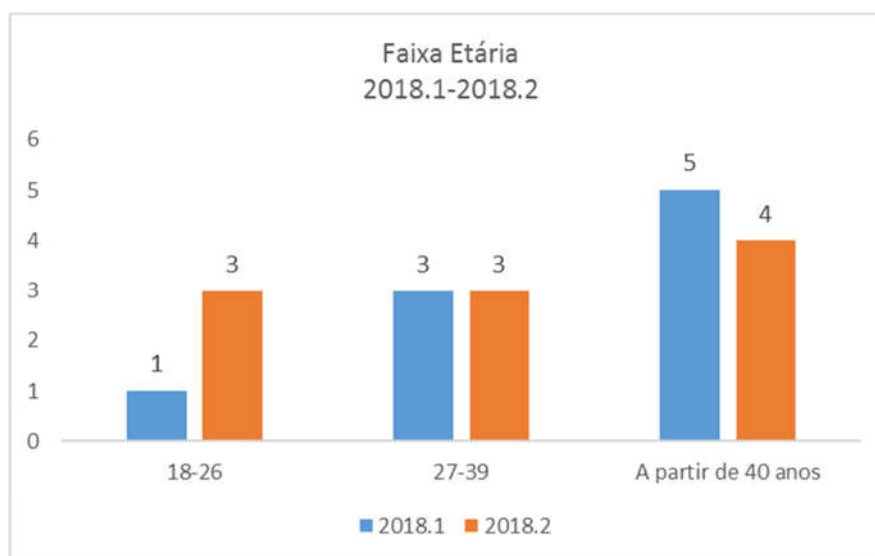


Gráfico 2 – Descrição da faixa etária dos alunos 2018.1 versus 2018.2. Fonte: Curso “O Sabor do Marketing e das Vendas na Cozinha” (2018).

A maioria dos alunos matriculados e formandos no curso, na 1º edição possui ensino superior enquanto que na 2º edição possuem ensino médio; porém, nota-se que os participantes com Ensino Médio incompleto, acompanharam de forma satisfatória o curso, atingindo os

objetivos propostos. É importante destacar, que se trata de um curso abrangente, no sentido em que abarca um público heterogêneo quanto a formação, sendo possível, devido a metodologia e estratégias aplicadas, a participação das diferentes faixas etárias, assim como a menor ou maior formação acadêmica não foi empecilho para a participação e alcance dos objetivos (Gráfico 3).

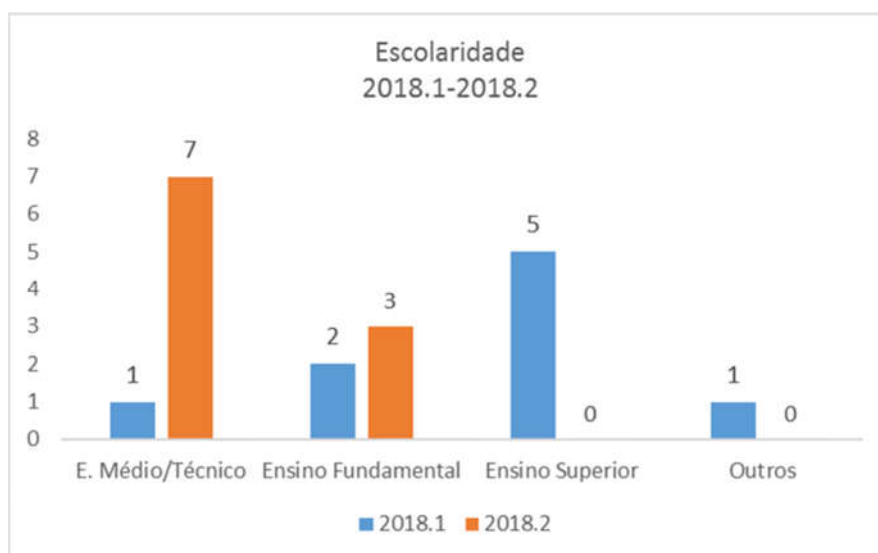


Gráfico 3 – Descrição Do nível de escolaridade dos alunos 2018.1 versus 2018.2. Fonte: Curso “O Sabor do Marketing e das Vendas na Cozinha” (2018).

Do total de alunos, 70% (setenta por cento) se encontravam sem vínculo empregatício e fora do mercado de trabalho. Destaca-se que os participantes do segundo grupo viram no curso a possibilidade não só do aprimoramento de conhecimentos, como também, o de empreender o próprio negócio (Gráfico 4).

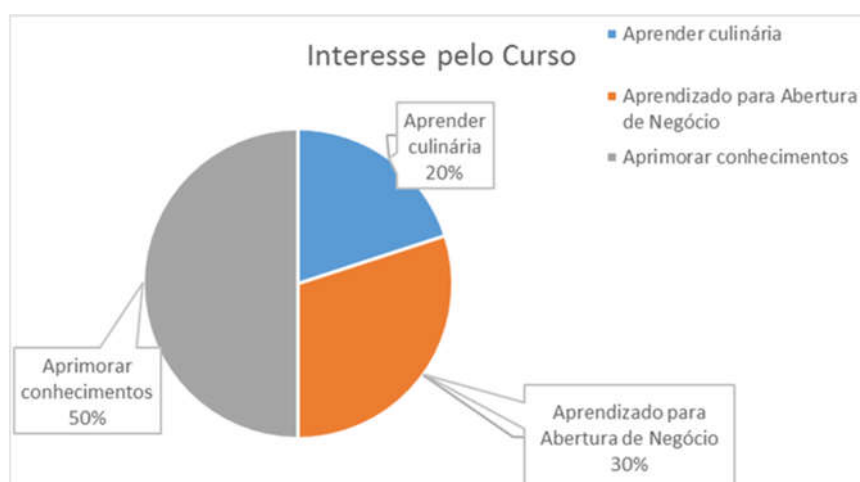


Gráfico 4 – Interesse pelo curso de extensão. Fonte: Curso “O Sabor do Marketing e das Vendas na Cozinha” (2018).

Ao se auto avaliarem, 80% dos participantes consideraram como ótimo seu desempenho e aquisição de conhecimento, enquanto 10% consideraram muito bom e os outros 10% avaliaram como bom, conforme o gráfico nº 5.

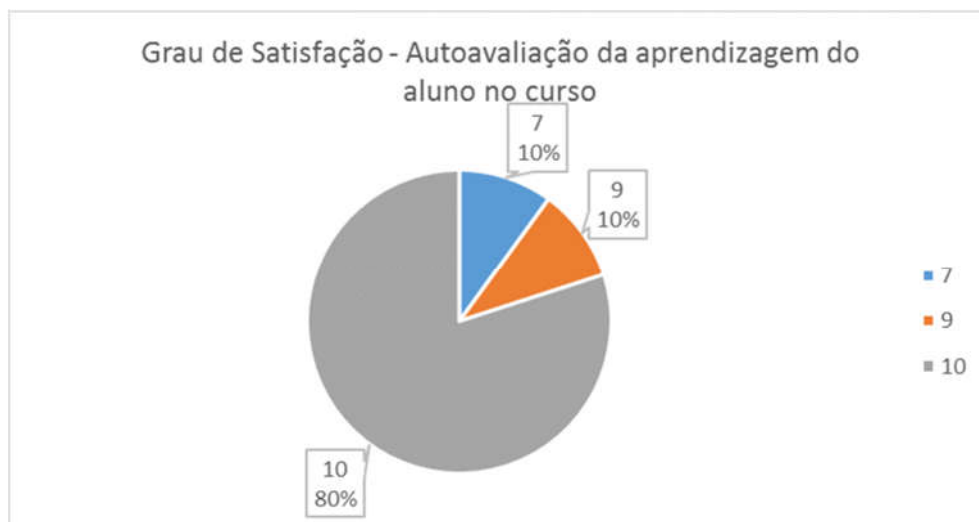


Gráfico 5 – Autoavaliação da aprendizagem dos alunos. Fonte: Curso “O Sabor do Marketing e das Vendas na Cozinha” (2018).

Foi possível verificar o interesse do grupo nas ações do projeto, considerando a assiduidade e participação, que culminou na aprendizagem significativa dos conceitos teóricos de marketing e técnicas de venda, a partir da associação do conteúdo curricular e da aplicabilidade ao preparar, observar e constatar os resultados dos pratos preparados, tanto em termos da apresentação estética, quanto da apreciação do sabor dos mesmos.

Os participantes foram unânimes quanto à contribuição das atividades de culinária desenvolvidas no curso para a apreensão dos conteúdos conceituais de marketing, técnicas de venda e empreendedorismo, assim como, consideraram tais conteúdos relevantes para a vida (Gráfico 6).

Sendo assim, “os conteúdos terão sentido quando contribuírem para a formação do aluno como pessoa e como cidadão e para a construção do seu projeto de vida. Só assim a escola terá pertinência” (OLIVEIRA, p. 103, 2007). Em outras palavras, os conteúdos trabalhados em qualquer projeto ou disciplina constituem os fundamentos para que os educandos possam desenvolver capacidades e construir competências. Dessa forma, quanto mais associações o aluno conseguir estabelecer entre o objeto de estudo e a sua experiência de vida, mais sentido a nova informação terá, tornando-se mais fácil a apreensão dos mesmos.

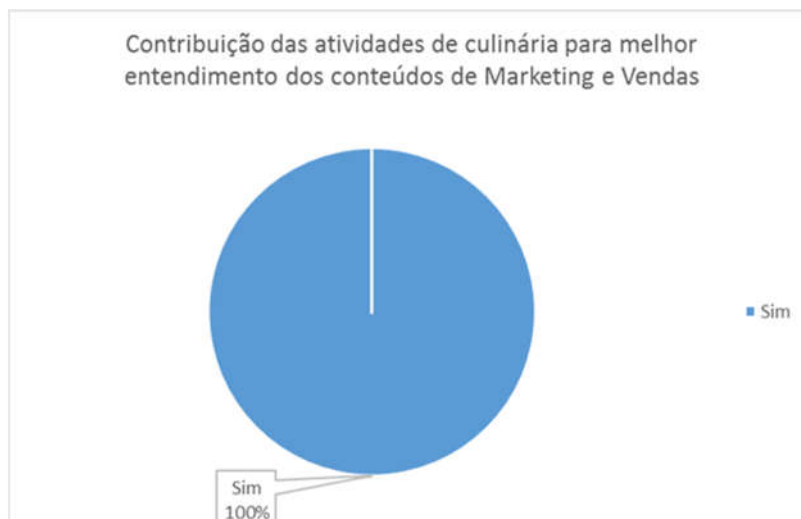


Gráfico 6 – Contribuição da atividade de culinária para melhor entendimento do conteúdo de *marketing*. Fonte: Curso “O Sabor do Marketing e das Vendas na Cozinha” (2018).

4 CONCLUSÃO

Diante de tantas adversidades capazes de desmotivar e contribuir para a não realização de um projeto de extensão, houve um fluxo contrário constituído por muita força de vontade, sobretudo de fazer acontecer e assim foi. Um projeto, cuja proposta foi abraçada por um campus, onde seus servidores contribuíram significativamente, seja com trabalho braçal, insumos ou apoio financeiro deixou claro à comunidade belforoxense e região em que consiste um trabalho social, o qual é reconhecido também pelas empresas que o apoiam.

A proposta de associar didaticamente a abordagem teórica com as práticas culinárias no processo de ensino e aprendizagem dos conceitos de marketing e vendas gerou resultados positivos, visto que os discentes se mantiveram mais assíduos às aulas e interessados pelos conteúdos, sempre elaborando perguntas e compartilhando experiências ou associando o conteúdo curricular às suas vivências pessoais seja durante as explicações teóricas, no decorrer do preparo de pratos culinários ou na degustação destes. Outra constatação condiz à satisfação do público alunato que considerou os conteúdos estudados importantes para suas vidas e se sentiram, após o término do curso, motivados a empreender, ou seja, montarem seus próprios negócios vislumbrando a aplicabilidade das ferramentas estratégicas do marketing e das vendas em momento de desemprego e crise econômica.

Nesse sentido, o referido projeto de extensão deixa de ser simplesmente um curso onde se aprende conceitos, pois se observa a migração para além da questão institucional no exercício de suas atribuições, uma vez que fica claro o caráter social expresso em ações sob

demandas latentes de uma comunidade local, realidade de tantas outras que vivenciam o desemprego no país.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL in VIEIRA, A.R.L.; RIOS, P.P.S.; MARTINS, A.M. **Aprendizagem significativa potencializada a partir da construção de mapas conceituais como tecnologia aplicada à educação de jovens e adultos.** Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/1846/805>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2019.

CANDAU, Vera Maria. Professor/a: Profissão de Risco? In CANDAU, Vera (Org.). **Didática: Questões Contemporânea.** Rio de Janeiro: Forma; Ação, 2009.

COBRA, M. **Administração de marketing.** São Paulo: Atlas, 1990.

CULTURA E SOCIEDADE. **Encontro de Extensão discute relação entre universidade e sociedade.** Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2017/02/22/encontro-de-extensao-discute-relacao-entre-universidade-e-sociedade>>. Acesso em: 29 de out de 2018.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 6ª Ed. São Paulo: Empreende / Atlas, 2017.

EDITAL 03/2018. **Edital Interno dos Cursos de Formação Inicial e Continuada No 03/2018.** Ministério da Educação; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 36 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 3.0: As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano.** Tradução de Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LEBOFF, G. **Muito mais vendas.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

LEI 9394, Art.43. **Art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11689199/artigo-43-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em: 11 de março de 2019.

OLIVEIRA, Sérgio Godinho. **A nova educação e você – o que os novos caminhos da Educação Básica pós LDB têm a ver com educadores, pais, alunos e com a escola.** Belo Horizonte: autêntica, 2007.

PORTAL IFRJ. **Criação, Estrutura e Organização.** Disponível em: <<https://www.ifrj.edu.br/aceso-a-informacao/criacao-estrutura-e-organizacao>>. Acesso em: 30 de out de 2018.

SABRÁ, F.C. Coordenador de Extensão do IFRJ, Campus Belford Roxo. Entrevista concedida aos autores em 29 de outubro de 2018.

VIEIRA, A.R.L.; RIOS, P.P.S.; MARTINS, A.M. **Aprendizagem significativa potencializada a partir da construção de mapas conceituais como tecnologia aplicada à educação de jovens e adultos.** Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/1846/805>>. Acesso em 12 de março de 2019.

O USO DAS METODOLOGIAS ATIVAS COMO RECURSO DIDÁTICO PARA OS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Natasha Serpa Abdalla¹
Bárbara Maciel Ribeiro²
Natália Landim Nogueira Trindade¹
Romana Toussaint de Paula³

Resumo - O início da educação no Brasil deu-se por meio da chegada dos jesuítas no país em 1549, que, desde então, as formas de ensino transformaram-se e ampliaram-se com o decorrer das décadas. Junto com essa transformação a globalização teve grande importância no início do século XXI com o advento da tecnologia, no qual o ensino se entrelaçou com ferramentas e métodos de aprendizagem que vieram para acrescentar ainda mais essa busca e auxílio pelo conhecimento. Nesse contexto, surgem as Metodologias Ativas de Aprendizagem que são métodos de ensino que visam levar o aluno a ser o principal protagonista de seu conhecimento e aprendizado. Este estudo tem como a finalidade abordar a evolução da educação superior no Brasil, e sua atuação com as práticas de aprendizagem ativa. Essa pesquisa apresentou resultados satisfatórios no cenário institucional no qual foi aplicada. Uma vez que se tratou de um estudo com a participação dos alunos do 2º ao 8º período do curso de Administração, em uma instituição do ensino superior privada, aplicado no segundo semestre do ano de 2018.

Palavras-chave: Ensino Superior. Administração. Metodologia Ativa de Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Em virtude da globalização que trouxe novas formas e necessidades para a sociedade, tornou-se essencial a adoção de novos métodos de ensino. No Brasil, essas formas de aprendizagem se iniciaram com a vinda dos padres jesuítas no ano de 1549, que desde então foram sendo ampliadas e aprimoradas com o decorrer dos séculos.

Em meados do século XXI, juntamente às diversas formas de aprendizagem, tecnologia e globalização, foram incorporados os métodos de educação à distância (EaD), que tiveram um ritmo de crescimento acentuado nas últimas décadas. Outro modelo de ensino de grande

¹ Discente do Curso de Administração no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN).

² Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

³ Docente do Curso de Administração do UNIPTAN. Orientadora dos Programas PIBIC/FAPEMIG/UNIPTAN e BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: romana.paula@uniptan.edu.br.

destaque e relevância nesse período são as Metodologias Ativas de Aprendizagem, que consiste em mecanismos didáticos que induz o discente a interagir e a tornar-se o personagem principal na construção de seu aprendizado, no qual, busca-se exercitar sua autonomia juntamente com o auxílio dos docentes.

Diante dessa transformação educacional, esse artigo apresenta como questão norteadora a seguinte problemática: como se caracterizam as metodologias ativas de uma instituição de ensino superior particular na perspectiva dos alunos do curso de Administração?

Este estudo tem como objetivo geral analisar o uso das Metodologias Ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do Ensino Superior. E como objetivos específicos têm-se: Contextualizar o histórico do Ensino Superior no Brasil e todo o processo de Ensino- Aprendizagem, pesquisar as principais Metodologias Ativas Aplicadas no âmbito do Ensino Superior do Brasil, e realizar uma pesquisa com os alunos do curso de administração do 2º ao 8º período de uma Instituição de Ensino Superior Privada a fim de identificar os recursos didáticos utilizados em sala de aula no que tangem a pratica das metodologias ativas.

A realização dessa pesquisa consiste em duas importantes etapas: a primeira consiste em uma pesquisa bibliográfica, em artigos científicos, sites e livros. A segunda etapa trata de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, na qual se aplicou um questionário semiestruturado a 123 alunos com questões sobre as metodologias ativas, nas turmas de 2º ao 8º período do curso de Administração, de uma Instituição de Ensino Superior Privada (IES). O artigo está estruturado da seguinte maneira: Na primeira parte, temos a contextualização da história do ensino superior no Brasil. Na segunda parte está a abordagem do que são as metodologias ativas e algumas de suas ferramentas. A terceira parte traz a metodologia de pesquisa utilizada, na parte quatro estão as análise e discussão de dados. Por fim, na quinta e última parte, temos as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

1.1 Uma contextualização histórica do ensino superior

Para compreender a estrutura da educação superior no Brasil, é necessário entender todo o contexto histórico que refletiu sobre o modelo vigente. Em reação à Reforma Protestante, a

igreja católica criou, em 1540, a Companhia de Jesus⁴, sendo esta a primeira forma de ensino brasileira mencionada pela história e que se tornou permanente no Brasil até 1759, quando os padres jesuítas foram expulsos de Portugal e suas colônias pelo Marquês de Pombal⁵. A Companhia de Jesus pretendia inicialmente propagar a fé católica, e ao mesmo tempo que impedia que os nativos seguissem à religião protestante, lhes mostrava a definição de pecado e como se comportar em meio à civilização (ALMEIDA, 2016).

Durante essa fase de missão jesuítica no Brasil, a “Companhia de Jesus deu início à elaboração de um plano de estudos a ser implantado em todos os colégios da Ordem em todo o mundo, o qual ficou conhecido pelo nome de Ratio Studiorum” SAVIANI (2010, p. 50). Esse plano permaneceu até 1599 e era um método padronizado de organização católico que previa um currículo único para os estudos, propondo certa educação para o homem, que pressupunha o domínio de técnicas como de leitura, escrita e cálculo (ALMEIDA, 2016)

O primeiro colégio jesuíta no Brasil foi inaugurado em 1550 na Bahia, e se tornou um modelo para os próximos, apresentando várias inovações, como por exemplo, a faculdade de Matemática no século XVIII. O colégio do Rio de Janeiro, fundado no século XVI, que começou a oferecer o curso de Filosofia em 1638, enquanto o colégio de Olinda, também fundado no século XVI, deu início a cursos superiores apenas em 1687. O último curso superior criado pelos jesuítas, inaugurado em 1750, foi no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, este foi inaugurado usando à justificativa que os moradores de Minas Gerais estavam criando grandes despesas ao mandarem seus filhos a outros colégios em outros estados (CUNHA, 2007).

Esse primeiro contato com a educação ampliou a importância de instituições de ensino, que passaram a receber estudantes estrangeiros que não tinham interesse somente numa vida com preceitos religiosos, mas fundamentos suficientes para que evoluíssem em seus estudos,

4 Companhia de Jesus: Corresponde a uma ordem religiosa fundada em 1534, cujo membros são chamado de jesuítas. Foi fundada por Santo Inácio de Loyola juntamente com um grupo de estudantes da Universidade de Paris, que se reuniram e fizeram um voto de pobreza, castidade e obediência.

5 Marquês de Pombal: Sebastião José de Carvalho e Melo passou à história conhecido por seu título de nobreza, Marquês de Pombal. Este nasceu em Lisboa e foi um político Português, embaixador na Inglaterra e também na Áustria. Com seu destacado talento, foi nomeado Secretário de Estado (ministro) para assuntos exteriores, em 1750, pelo rei Jose I de Portugal.

principalmente na Europa. A consequência disso foi o aumento no número de colégios e instituições - ‘síntetizando a ação dos jesuítas’-, que agora distribuíam muito mais do que apenas conhecimento religioso (ALMEIDA, 2016).

Porém em 1759 os jesuítas foram expulsos de Portugal, criando assim, um vazio que demorou a ser preenchido na educação, considerando que estes tinham forte influência. A decisão de expulsá-los de Portugal coube ao então Primeiro Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Que acabou com um modelo de ensino de 210 anos e tornou a situação educacional um verdadeiro caos (RODRIGUES, 2010).

Após a expulsão dos jesuítas de Portugal, deu-se início a uma nova fase no Brasil. Nesse contexto, inicia-se a política educacional de Pombal, o poder educacional saiu das mãos da Companhia de Jesus e começou a pertencer ao Estado. Mas Marquês de Pombal não só acabou com o projeto jesuíta, como também fez uma série de reformas educacionais. E apesar da expulsão dos jesuítas, a situação não mudou drasticamente, o ensino prosseguiu com métodos pedagógicos autoritários e disciplinares e até os professores, eram os mesmos dos antigos colégios jesuítas (RIBEIRO, 1993). Pombal tinha planos para o Brasil, pretendia melhorar a exploração das riquezas brasileiras, criou companhias de comércio, incentivou a criação de indústrias, aboliu o imposto do quinto⁶, mudou a capital para o Rio de Janeiro, criou um tribunal e juntas da justiça, e em 1755, proclamou a libertação de todos os indígenas no Brasil. Em 1760, expulsou os jesuítas também do Brasil, enquanto, finalmente, criou o Diretório dos Índios⁷. O interesse do Estado acabou entrando em choque com a política protecionista dos jesuítas para com os índios e melindrando as relações com Pombal, tendo este fato entrado para a história como “uma grande rivalidade entre as ideias iluministas de Pombal e a educação de base religiosa jesuítica” (SECO; AMARAL, 2006, s.p).

6 Quinto: No período colonial, se tratava do imposto cobrado pela Coroa Portuguesa, correspondente à quinta parte do ouro, prata e diamantes extraídos do solo brasileiro, ou seja, em torno de 20% do que era extraído, se tornava da Coroa.

7 Diretório dos Índios: Se trata de uma lei elaborada em 1755 por D. José I e seu então ministro Marquês de Pombal. Essa lei dava certa liberdade aos índios, mas os regravava. Foi responsável por proibir qualquer idioma que não fosse o português, impedir os índios de andar nus e estes também deveriam ser nomeados com sobrenomes portugueses. Deu aos aldeamentos a condição de vilas ou aldeias, estas administradas por um diretor.

A expulsão dos jesuítas significou a destruição do único modelo de ensino existente no Brasil, criando uma lacuna educacional muito grande:

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, por meio de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas (NISKIER, *apud* SECO; AMARAL, 2006, s.p).

Mesmo com todas as novas medidas tomadas por Pombal, a população continuou a reclamar, já que estavam familiarizados com o modelo e jesuítico. “Somente quando a Real Mesa Censória⁸”, criada em 1767 (inicialmente com atribuição para examinar livros e papéis já introduzidos e por introduzir em Portugal), alguns anos depois, passa a assumir a incumbência da administração e direção dos estudos das escolas menores de Portugal e suas colônias. Assim, foi implementado um sistema educacional novo, que não impedia o oferecimento de estudos em ordens do sistema religioso. O ensino passou a ser baseado em aulas isoladas, ministradas por professores mal preparados. E os 27 anos seguintes dessa administração, foram caracterizados pela tentativa de elevar Portugal ao nível da Inglaterra (SECO; AMARAL, 2006).

Com todos os fatos históricos atribuídos ao Ensino Superior, tem-se a estruturação do ensino superior no Brasil, que ocorreu com a chegada da Coroa Portuguesa em 1808. Com a vinda da família Real, que fugia de Portugal por conta da invasão de Napoleão Bonaparte, vieram cerca de 60 mil livros, que foram desembarcados no Rio de Janeiro, acervo literário que posteriormente daria origem a Biblioteca Nacional, na capital carioca. Tendo acesso aos estudos, somente os filhos da nobreza e da aristocracia brasileira (AZEVEDO, 2018).

Com a chegada da coroa, surgiram os cursos de engenharia da Academia Real da Marinha (1808), da Academia Real Militar (1810), Curso de Cirurgia da Bahia (1808), Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), Economia (1808) também no Rio de Janeiro, química

8 Real Mesa Censória: Inicialmente era atribuído à mesma o trabalho de examinar os livros e papéis que chegavam ou já estavam introduzidos em Portugal, conceder licenças de comercialização, impressão e encadernação de livros e papéis, porém, com a extinção do posto de Diretor Geral, a Real Mesa Censória também ficou encarregada da direção dos estudos nas escolas portuguesas, administrando-as.

industrial, geologia e mineralogia (1812) e o curso de desenho técnico em 1817. Todos os cursos superiores eram isolados, sem o âmbito de universidades (SAVIANI, 2010).

Em 1822 ocorre a independência do Brasil, mas apesar do rompimento com Portugal, durante o período imperial a educação não sofreu grandes avanços. Mesmo com o ensino gratuito estabelecido pela corte, não houve investimentos em estruturas físicas e nem professores bem formados. O que prejudicou as classes populares do país, já que os filhos de famílias ricas possuíam acessos facilitados aos colégios e tinham a oportunidade de cursarem o ensino superior em Portugal (AZEVEDO, 2018).

Posteriormente à independência, por meio de decreto estipulado por D. Pedro I em 11 de agosto de 1827, houve a criação dos cursos de Direito de São Paulo e de Olinda, sendo que este último teve sua transferência para a cidade de Recife em 1854. Em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi incorporada a Universidade de São Paulo, o mesmo aconteceu com a Faculdade de Direito do Recife que foi agregada à Universidade Federal de Pernambuco, criada no ano de 1946 (SAVIANI, 2010).

No ano de 1827 surgiu a primeira lei brasileira sobre educação e instrução pública. Conhecida como Lei de 15 de outubro de 1827, trata-se da criação de escolas de primeiras letras. Considera-se um fato histórico na história da educação brasileira, essa lei que não possui número marca a liberação da educação do Brasil das leis e alvarás do império português. Por ocasião desta lei, é comemorado nesta data o dia do professor no Brasil (AGUIAR, 2013).

De acordo com o (DURHAM *apud* SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p 3.), entre os anos de 1889 e 1918 houve a criação de 56 escolas de nível superior, com a maior parte delas do setor privado. De um lado estavam as instituições católicas empenhadas a difundir um ensino confessional e do outro as elites locais que buscavam dotar os seus estados de cursos superiores, apoiados por políticos regionais.

Nesse contexto da história da educação no Brasil, começa a ser criado o Ministério da Educação (MEC) em 1930, que surgiu ligado ao ministério da justiça. Depois de certo período, a educação passou a ser atendida pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. O MEC teve total independência ministerial apenas em 1953, rompendo com o ministério da saúde (MEC *apud* BORTOLANZA, 2017). Em 1945, com o desenvolvimento do sistema federal de ensino, ocorreu a federalização de algumas universidades estaduais, junto com a ideia de que cada Estado da federação tinha o direito a ter pelo menos uma universidade federal (SAMPAIO *apud* BORTOLANZA 2017, p 8.).

No tocante às instituições de ensino superior federais, a partir da criação da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1960, as universidades passaram a vir com a designação de federal no nome.⁹ Sublinha-se também, entre aquelas décadas, a particularidade do surgimento pontual de algumas universidades federais criadas no interior no Brasil. A primeira delas em Viçosa, Minas Gerais (1948). No início dos anos 1960, em Juiz de Fora (MG) e Santa Maria (RS). Esta última surgida do desmembramento de unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esses processos desembocaram na constituição da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, na cidade projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa recém-inaugurada como nova capital situada no interior do Brasil (MOREIRA, 2013, p.40).

Nessa cronologia, no ano de 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Documento em que foi instituído um núcleo de disciplinas comuns a todos os ramos (AZEVEDO, 2018). Com essa Lei N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia, tendo uma redução da centralização do MEC. O que representou um grande avanço, ao inserir um modelo organizacional igualitário para todas as universidades públicas e privadas (MEC *apud* BORTOLANZA, 2017, p 10.).

Durante o período militar, tanto o setor público como o privado foram beneficiado com as políticas e economias existentes. Assim, as universidades ficaram sobre vigília do governo por mais de 10 anos. O estímulo à pesquisa e qualificação foi fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). O número de matrículas num período acerca de vinte anos passou de 95.961 para a quantia de 134.500. Sendo que os anos 1968, 1970 e 1971 os que marcaram as maiores taxas de crescimento dessa época. Aumento esse que está associado ao crescimento que as camadas médias tiveram financeiramente (SANTOS; CERQUEIRA 2009).

Logo em 1971, é sancionada a segunda versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 5.692/71. Nesta versão, passa a ser obrigatória a conclusão do primário, fixado em oito anos, e também a ser utilizados os termos 1º grau e 2º grau (AZEVEDO, 2018).

Já no ano de 1988, a nova constituição (CF/88) trouxe mudanças também para o ensino superior, dentre elas, temos que:

A Constituição de 1988 incorporou várias das reivindicações relativas ao ensino superior. Consagrou a autonomia universitária, estabeleceu a indissociabilidade entre

⁹ À exceção da Universidade de Brasília (UnB), criada em 1961 e cujo nome permanece.

ensino pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único. Nesse contexto a demanda dos dirigentes de instituições de ensino superior públicas e de seu corpo docente encaminhou-se na direção de uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia e, da parte dos alunos e da sociedade, de modo geral, o que se passou a reivindicar foi a expansão das vagas das universidades públicas (SAVANI, 2010, p.10).

Em dezembro de 1996, houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº9394/96. Essa lei incorporou inovações, como a explicitação de variados tipos de IES (Instituições e Ensino Superior) admitidos. Essa nova lei trouxe a obrigatoriedade do credenciamento das instituições de ensino superior, que incluiu avaliações e renovações periódicas para o reconhecimento dos cursos. A implantação da LDB representou para o setor privado, uma ameaça a sua autonomia e possível perda de poder (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Nesse mesmo período, em 1996, entra em vigor o Provão, que na verdade foi criado em 1995, pela Lei federal nº9.131. Essa legislação ordenava que exames por escrito, deveriam ser aplicados de forma anual, em todo território brasileiro para os estudantes que iriam concluir o ensino superior. Os discentes eram obrigados a participar do exame, sob a penalidade de não receber o diploma do ensino superior, caso não fizesse a prova. Os resultados chegavam aos alunos por uma carta enviada pelo MEC via correios (VERHINE; DANTAS, 2005).

Em 1999, houve a criação de um programa do MEC com o intuito de financiar as mensalidades dos estudantes da educação superior privada, nominada como Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), outra medida realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso que decorreu de 1995 a 2002, com o intuito de expandir a educação superior no país, que ainda no final do seu segundo governo ocorreu à aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) que consistia na ampliação das matrículas deveria conter 30% da população entre 18 a 24 anos, até 2010 (BARREYRO; COSTA, 2014).

De fato, no período de 2000 - 2010 ocorreram o dobro de acesso ao ensino superior na faixa etária de 18 a 24 anos. A proporção destes jovens que declararam ter tido acesso a este nível de ensino era de apenas 9,1% no ano inicial deste período, mas ao final atingia 18,7% do total (CORBUCCI, 2014).

Na primeira década do século XXI, no governo de Luís Inácio Lula da Silva que se inicia em 2003 e manteve seu mandato até 2010, continuaram a ser desenvolvidas políticas nos setores públicos e privados, a fim de continuar a expansão da educação superior brasileira, a partir dessas políticas, em 2004 ocorreu à implementação do Programa Universidade para Todos (ProUni) (BARREYRO; COSTA, 2014).

O ProUni, criado em 2004, destina bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais, em instituições privadas de ensino superior com e sem finalidade lucrativa que cumpram com os requisitos dispostos. As IES privadas aderentes ao ProUni passaram a contar com a isenção de tributos. Beneficiários do ProUni com bolsa parcial podem completar o financiamento por meio do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) (BARREYRO; COSTA, 2014, p.6).

Com o decorrer do mesmo ano, com a sanção da lei 10.861/2004 foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que estabelece a realização de avaliações das instituições de ensino superior dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus graduandos, sendo separadas em eixos como, avaliação institucional integrada, a auto avaliação institucional, avaliação externa, a avaliação dos cursos e a avaliação dos estudantes, por uma prova, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) cujo objetivo é averiguar os conhecimentos dos graduandos acerca dos conteúdos estudados (BARREYRO; ROTHEN, 2010).

Sendo seguida a linha de políticas implantadas nas IES, no ano de 2007, o Plano de Reestruturação e Ampliação das Universidades Federais (REUNI), o qual visou inserir um processo de expansão do ensino, nas instituições federais cujo seus objetivos propunham ser alcançados até o ano de 2012 (BARREYRO; COSTA, 2014).

O REUNI, iniciou-se com o decreto presidencial n. 6.096, no dia 24 de abril de 2007, tendo como um dos principais objetivos o aumento do número de discentes de graduação nas faculdades federais, diversificação das modalidades dos cursos por meio do uso do EaD, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares e também teve como objetivo elevar para 90% a taxa de conclusão dos cursos de graduação e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (públicas e/ou privadas) (MANCIBO; VALE; MARTINS, 2015).

Outra tendência a se considerar nesse período é a incorporação da educação à distância (EaD), que teve um ritmo de crescimento acentuado entre 2001 a 2010 em relação as matrículas, levando em consideração as categorias presenciais e à distância, a EaD obteve um crescimento de 110% enquanto as instituições presenciais obteve um crescimento de 80% das matrículas, no mesmo período, resultando com isso a modalidade de ensino a distância grande importância no cenário da educação superior brasileira (TACHIBANA; FILHO; KOMATSU, 2015). Com estas grandes transformações sociais, econômicas, culturais e principalmente tecnológicas, na educação superior brasileira, começam a surgir outras formas de aprendizagem significativas dentro das instituições de Ensino Superior (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017).

1.2 Metodologias ativas de aprendizagem

Uma das práticas desse novo modelo de ensino são as Metodologias ativas de aprendizagem que consiste em mecanismos didáticos que induzem os alunos a tornarem-se diretamente e ativamente personagens principais no processo de aquisição de seu próprio conhecimento, sendo que o docente mantém fazendo parte desse processo, mas auxiliando e contribuindo de outras maneiras (HARTZ; SCHLATTER, 2016).

A partir desse método começa a ocorrer uma maior interação, controle e participação dos estudantes na construção de seu aprendizado dentro das salas de aula, sendo exigidas ações, pesquisas, trabalhos e formas de comportamento diferente dos meios de ensino tradicional, sendo evidente que esse princípio está ligado a uma postura ativa dos alunos onde começam a exercitar sua autonomia, sendo auxiliados por seus professores (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017).

Nessa perspectiva, o docente torna-se um facilitador no modelo de aplicação e do conhecimento trabalhado, extinguindo dúvidas sobre o conteúdo e ao mesmo tempo desafiando e instigando os estudantes a resolverem e buscarem seu aprendizado, os auxiliando e conduzindo-os para os objetivos propostos (HARTZ; SCHLATTER, 2016).

Quando os alunos não puderem dispor de conteúdo suficiente para a tomada de decisão, é papel do professor apontar esta carência, instigando-os a buscar novas fontes de informações. Por outro lado, se a limitação ocorrer durante o processo de aplicação dos conteúdos na resolução da situação problema, o professor se vale de toda sua experiência para indicar possíveis caminhos. Esta indicação, não é, entretanto, a construção da solução no lugar do aluno, mas sim a oferta de exemplos ou formas possíveis para se conduzir uma determinada situação (BUCK *apud* HARTZ; SCHLATTER, 2016, p.6).

Outro aspecto importante do método de metodologias ativas de ensino é a constante interação entre os colegas de classe e também com os professores, com trabalhos em equipes, levando os estudantes a pensarem sobre a situação, emitir e argumentar suas opiniões, expressar-se, oferecendo a eles um diálogo sobre o assunto e outras ferramentas a fim de enriquecer e ampliar seus conhecimentos (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017).

Diante dessa metodologia de ensino, este estudo analisou as seguintes ferramentas em destaque: (Mapa Conceitual, Método do estudo de Caso, Sala de aula Invertida e Socrative) que serão detalhadas a seguir:

1.2.1 Mapa conceitual

O mapa conceitual é um recurso para representar o conhecimento, em forma de uma rede de nós, explicitando conceitos ou objetivos conectados. Vem sendo muito utilizado na área educacional com o propósito de ajudar o estudante a se inter-relacionar com o conteúdo ministrado, gerenciando, investigando e representando as estruturas envolvidas em tomadas de decisões, sendo também conhecido como mapa cognitivo (ARAÚJO; MENEZES; CURY, 2002).

A teoria cognitiva surgiu em na década de 50 e um dos seus principais influenciadores foi David Ausubel. Para ele, a estrutura cognitiva de um indivíduo é o conteúdo total e o organizado de ideias. Ausubel defendeu que a aprendizagem significa organização e a integração do material na sua estrutura cognitiva e se torna significativa quando uma informação é relacionada com um aspecto relevante de conhecimento do indivíduo. Fazendo assim com que a aprendizagem passe a ser significativa (SILVA; CLARO; MENDES, 2017).

Os mapas conceituais são utilizados em diferentes contextos na sala de aula como instrumentos facilitadores da aprendizagem significativa. Eles podem ser usados para verificar e acompanhar a aprendizagem sendo importantes sinalizadores dos conceitos aprendidos pelos estudantes sobre um determinado tema, disciplina ou texto científico. A aprendizagem dos conteúdos pode ser evidenciada nos mapas pela organização dos conceitos e qualidade das suas relações. Os estudantes podem elaborar um ou mais mapas no final das atividades ou ao longo do curso ou disciplina. Os estudantes manifestaram-se positivamente sobre a aplicabilidade dos mapas conceituais como ferramentas de aprendizagem. Estudos demonstraram que com a prática, os estudantes construíram mapas cada vez mais elaborados (MACHADO; CARVALHO, 2019, p.262).

Para ser feito um mapa conceitual, o aluno deverá levantar algumas questões: apontar o conceito que queria abordar; o início do mapa deverá ser de em algum lugar de destaque na folha; fazer um apanhado de ideias onde ele correlacionará com o conhecimento em destaque por meio de setas ou linhas. Conforme surjam novas ideias e aprofunde seus conhecimentos, o estudante poderá acrescentar e modificar seu mapa. Os mapas podem ser elaborados em materiais artesanais como cartolinas, cartões, canetas coloridas ou com aplicativos tecnológicos que facilitem sua elaboração (FERREIRA, *et al.*, 2018).

1.2.2 Método do estudo de caso

O estudo do Método do estudo de Caso está sendo usado como forma de ensino no Brasil, denominado case. "Partindo da experiência, de realidades vivenciadas, os estudantes confrontam a teoria com a prática." Não se trata, portanto de um método baseado em situações fictícias, mas na análise de situações práticas, observadas, as quais servem de experiência para

os alunos envolvidos nos casos, que deverão chegar às suas próprias conclusões analisando fatos (MENEZES, 2009). "O estudo de caso é uma metodologia de aprendizagem ativa que coloca o leitor/aluno/participante no papel de um decisor, o qual enfrenta um problema ou uma oportunidade." (CURADO 2011, p.1).

Portanto, o Método do Caso se trata de uma tática de ensino-aprendizagem a fim de incentivar o aluno a chegar a várias conclusões com o objetivo de compreender o conteúdo e desenvolver-se profissionalmente. Para tanto, é apresentado ao aluno um caso que não se limita às tradicionais aulas teóricas (RODRIGUES; BORGES, 2016), com isso as competências trabalhadas por esse método são, dentre outras: interpretar a situação; identificar, diagnosticar e delimitar o problema posto; separar, dentro do problema, aquelas questões ou informações que são mais relevantes; e tecer e sistematizar possíveis soluções para o problema. Já no plano das habilidades – mais prático, de execução – o Método do Caso permite que o aluno: redija, aplique e teste as soluções levantadas para o problema; verifique quais as consequências da aplicação destas soluções, bem como preveja eventuais soluções alternativas; e improvise e modifique seu plano inicial diante do surgimento de situações inesperadas (RODRIGUES; BORGES, 2016).

Os casos podem desenvolver ainda vários perfis comportamentais. Podendo haver casos resolvidos em grupos, se torna possível evidenciar possíveis líderes, alunos com maior potencial para determinadas situações, identificar alunos que agem de forma mais ativa e outros de forma reativa, avaliá-los quanto ao trabalho em equipe e ainda, desenvolver tal capacidade e aprimorá-la (RODRIGUES; BORGES, 2016).

1.2.3 Sala de aula invertida

A sala de aula invertida é uma metodologia ativa, onde há a junção das aulas tradicionais com aulas online. É a interação entre professores e estudantes, mediado pelas tecnologias da informação (TICs). O conteúdo geralmente é ministrado em um ambiente virtual, e posteriormente as atividades serão trabalhadas em salas de aula presenciais. Tornando assim, o aluno o personagem principal de sua aprendizagem (FROTA, 2018).

Com o aluno praticando a leitura prévia do conteúdo, o docente amplia seu tempo de debate e problematização do assunto. Conseguindo explorar elementos composicionais e conteúdos programáticos para a melhor compreensão e interpretação do discente. No processo de se inverter a sala de aula, há um estímulo à leitura e um aprofundamento ao pensamento

crítico. É interessante nessa ferramenta pedagógica, usufruir do conhecimento obtido pelo aluno propondo a ele, a fazer um mapa mental expondo os principais pontos do conteúdo ministrado (SPERANDIO, 2018).

De acordo com SUHR (2015) a sala de aula invertida foi divulgada por Bergmann e Sams em 2012 a partir de experiências realizadas em escolas de nível médio dos Estados Unidos. Os autores, embasados em estudos anteriores realizados em diversas Universidades, agregaram a tal metodologia para o ensino médio com o propósito de atender a alunos atletas, que se ausentavam das salas de aula devido aos campeonatos que participavam. A autora complementa que, embora seja apresentada como algo novo, a ideia de se inverter a sala de aula vem desde a década de 90, com o crescimento e acesso a TICs.

Logo, ALMEIDA e TELES (2018) afirmam que o espaço de aprendizagem se modifica ao implementar a sala de aula invertida. Em cursos na modalidade EAD, o uso de fóruns trouxe uma experiência diferenciada, descrita pela curiosidade e criatividade dos discentes. No ensino presencial, a sala de aula invertida com o uso de debates e exposições agregaram subsídios para a identificação de um processo ativo de aprendizagem e evidenciou-se um maior estímulo à pesquisa.

1.2.4 Socrative

O Socrative é um software que funciona como uma plataforma social educacional que permite o ensino, aprendizagem e comunicação em tempo real entre professores e alunos, fornecendo um envolvimento simultâneo nas atividades virtuais e proporcionando o “feedback” imediato dos trabalhos realizados dentro e fora da sala de aula, de forma mais criativa e dinâmica, concedendo o estudante um papel interativo e com maior facilidade de acesso do conteúdo trabalhado (ANDRADE; CARVALHO; MALAQUIAS, 2018).

Esse dispositivo é disponível por conexões via internet, podendo ser utilizado por aparelhos moveis, como celulares e computadores pessoais, que permite o acesso às aulas virtuais e o compartilhamento da compreensão dos alunos respondendo perguntas e realizando atividades formativas de variadas maneiras, como questionários, quizzes, bilhetes de saída e corridas no espaço, oferecendo também a oportunidade dos professores aplicarem avaliações aos estudantes independente de suas localizações, podendo os mesmos realizarem-nas em um determinado período de tempo (BEZERRA; JUNIOR; SANTOS, 2016).

Pode-se perceber que o Socrative pode auxiliar a avaliar o conhecimento prévio do aluno a respeito do conteúdo trabalhado, onde os professores podem acompanhar por meio de planilhas e diagnósticos em tempo real o processo de aprendizagem e emitir relatórios baseados no desempenho de seus alunos, sendo possível compartilhar essas informações com pais, pedagogos e coordenadores (ANDRADE; CARVALHO; MALAQUIAS, 2018).

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa é distribuída em três etapas: A primeira iniciou-se com a contextualização histórica do ensino superior no Brasil. A segunda, tratou-se do conceito de metodologias ativas, suas ferramentas e relevâncias para os discentes e os docentes. Já na terceira e última etapa evidenciou-se por meio da pesquisa, a aplicabilidade destas ferramentas junto aos alunos do curso de administração.

Para o desenvolvimento desse estudo utilizou-se uma pesquisa descritiva que segundo (TRIVIÑOS *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35) [... exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade...], sendo ela de caráter qualitativa que de acordo com (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32) expõe como “características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno” e também de caráter quantitativa, pois o mesmo estudo possui resultados quantificados, análises de dados brutos e matemáticos para a constituição dos resultados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

2.1 Composição amostral e análise de dados

O presente estudo foi realizado nos dias 06 e 07 de dezembro de 2018, com os discentes do curso de administração de uma Instituição de Ensino Superior Privada, no qual obteve-se uma amostragem de 123 respondentes e diante disso, os dados coletados foram processados por meio de um questionário semiestruturado, no qual os estudantes se defrontaram com 10 questões para análise, dentre elas, 09 fechadas e 01 abertas.

Ao analisarmos a questão de número 01, na qual questionava-se o tipo de aula preferida pelos respondentes, 42% dos alunos responderam que preferem aulas em que o professor expõe o conteúdo e depois aplica as atividades para se exercitar e 38% preferem aulas expositivas e

com diálogo entre professor e alunos. Na seguinte questão, de número 02, os discentes foram questionados sobre sua participação em sala de aula, 38% dos respondentes se consideram ativos apenas em aulas que se sintam mais à vontade com o conteúdo ou com o docente e 35% se consideram bastante ativos em todas as aulas. De acordo com a análise das duas questões anteriores, observa-se que o aluno de maneira indireta vivencia essa prática da metodologia ativa em sala de aula no momento em que se trabalham ferramentas como o mapa conceitual, que tem [... o propósito de ajudar o estudante a se inter-relacionar com o conteúdo ministrado, gerenciando, investigando e representando as estruturas envolvidas em tomadas de decisões...] (ARAÚJO; MENEZES; CURY, 2002).

Em seguida, a questão de número 03 aborda a participação dos colegas em sala de aula, no qual 70% dos estudantes afirmaram que a participação dos colegas em sala de aula é importante, pois contribui para o aprendizado, que por muitas das vezes, a dúvida do outro também pode ser a sua. Observou-se nesta questão, que os discentes são ativamente os principais personagens no seu processo de aquisição conhecimento.

Já na pergunta de número 04, quando questionados sobre como estudam fora da sala de aula, 49% dos discentes dizem estudar fora da sala de aula com materiais disponibilizados pelo docente e assistem a vídeo-aulas. Na questão 05, os respondentes foram questionados sobre o que acham das atividades feitas em sala de aula, dos 123 respondentes, 56% dos alunos consideram as atividades em sala de aula importantes, mas ponderam que deve ter maior equilíbrio entre as explicações e os exercícios. Na sequência, na questão de número 06, que investigou sobre a lista de exercícios e atividades fora de sala, dos respondentes, 64% dos alunos afirmam que são importantes, pois ajudam a fixar o conteúdo. Observa-se que estas afirmativas, correlacionam-se com a ferramenta Socrative que [...é um software que funciona como uma plataforma social educacional que permite o ensino, aprendizagem e comunicação em tempo real entre professores e alunos, fornecendo um envolvimento simultâneo nas atividades virtuais...] (ANDRADE; CARVALHO; MALAQUIAS, 2018).

Quando questionados na pergunta de número 07 sobre a leitura e atividades propostas para casa, 42% dos alunos relataram que nem sempre fazem, leem os textos mais importantes e realizam as tarefas quando tem alguma dúvida e na questão 08, foram questionados sobre algumas atividades que lhes chamou a atenção ou despertou o interesse em estudar e dentre os 123 alunos, 58% dos respondentes afirmaram que “sim”, que ocorreram atividades que despertaram seus interesses em estudar e foi relativamente significativa para o seu aprendizado. Nestas questões anteriores observou-se claramente o uso das ferramentas de metodologia ativa

sendo aplicadas, como a “Sala de aula Invertida”, que [...é uma metodologia ativa, onde há a junção das aulas tradicionais com aulas online. É a interação entre professores e estudantes, mediado pelas tecnologias da informação...] (FROTA, 2018).

Em sequência, na questão 09, foram-se questionadas sobre ter aulas apenas expositivas no período que estão cursando a graduação, dos estudantes respondentes, 41% dos discentes afirmaram que no período atual do curso, há matérias trabalhadas somente no formato de aula expositiva e 39% afirmam que não há somente aulas expositivas em seu período do curso. Esses 39% nos remetem a aulas no formato “Método de estudo de caso” que utiliza [...interpretar a situação; identificar, diagnosticar e delimitar o problema posto; separar, dentro do problema, aquelas questões ou informações que são mais relevantes; e tecer e sistematizar possíveis soluções para o problema...] (BORGES; RODRIGUES, 2016).

Sendo seguida a análise do questionário, a última questão de número 10, abordou, o conhecimento sobre a temática principal da pesquisa, se os discentes sabem o que são “Metodologias Ativas” e dos 123 discentes respondentes, 61% afirmaram que sabem do que se trata, 24 % afirmaram ter uma ideia mas não sabem exatamente o que é, e 15 % não sabem do que se trata, estes dados, foram confrontados com algumas citações diretas, haja vista que nesta questão, os respondentes tiveram a oportunidade de se expressar, conforme algumas frases retiradas do questionário a seguir:

“Metodologias ativas são formas diversificadas de passar o conteúdo, para melhor aprender.”, “São aulas com maior interação entre a turma e a tecnologia.”, “São metodologias que envolvem maior interação dos alunos e propostas mais interessantes, com recursos que possibilitam um melhor aprendizado.”, “Quando o professor da aula não somente na teoria, e sim utilizando outros métodos de ensino para melhorar a fixação da matéria para o aluno.”, “É a interação entre professor e aluno.”, “Metodologia em que o aluno é o protagonista, sendo proativo e discutindo os temas propostos.”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reafirma a importância do uso das metodologias ativas na perspectiva dos estudantes do curso de administração de uma instituição de ensino superior privada. O estudo iniciou-se com uma passagem pelo tempo, desde período o Jesuítico e se alastrou durante os séculos até o século XXI. Contextualizando o marco central, como o advento tecnológico, marcado pelo início do uso de uma metodologia de aprendizagem moderna e ao mesmo tempo,

utilizando uma variedade de técnicas que podem ser utilizadas com ou sem o uso da tecnologia. Nota-se também que algumas ferramentas dessa nova metodologia já são utilizadas e conhecidas pelos discentes, porém as usam de maneira aleatória, como o Socrative, a sala de aula invertida, mapa conceitual e o método de estudo de caso.

Com a Aplicação de um questionário semiestruturado, 64% dos alunos respondentes afirmam que são importantes às utilizações dessas novas ferramentas para o ensino, pois ajudam a fixar o conteúdo dos exercícios e atividades dentro e fora da sala de aula. Uma vez que, a temática central estava modulada na problemática, de como se caracterizam as metodologias ativas de uma instituição de ensino superior particular na sua perspectiva dos alunos do curso de Administração. Dentro desta temática, os estudantes apresentaram diversas afirmativas que fazem jus ao estudo, dentre elas podemos citar as passagens da questão de número 10, que foi questionado se os discentes tinham conhecimento do que são metodologias ativas, e obtivemos o resultado que 61% dos respondentes afirmaram que sim, e justificaram por meio de algumas citações como: “São metodologias que envolvem maior interação dos alunos e propostas mais interessantes, com recursos que possibilitam um melhor aprendizado”; “Métodos diferentes de aprendizado que envolvem todos com maior participação dos alunos”; “Metodologia em que o aluno é o protagonista, sendo proativo e discutindo os temas propostos”.

Com base neste estudo e nas análises dos dados, conclui-se que a problemática é clara e os discentes nos respondem de maneira direta e satisfatória sobre essa nova forma de ensino. Portanto, essa pesquisa serviu de grandes descobertas e relevâncias para as autoras, sendo adquirido maior conhecimento e o interesse de futuras investigações e estudos relacionados ao tema central, haja vista a amplitude do tema e a constante evolução da educação superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco de Paula Melo. **O Brasil e o Direito Educacional**. 2013. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/4513633>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

ALMEIDA, Silvia Gonçalves de; TELES Cristiane Coelho. **Sala de aula invertida: relato de experiência em educação a distância e presencial com uso de ambiente virtual de aprendizagem na graduação**. 2018. Disponível em: <<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/360/405>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. **Revista Grifos**. v. 23, n. 36/37, p. 117-126, 2016.

ANDRADE, Livia Naiara; CARVALHO, Jader José; MALAQUIAS, Júnior Moura. O socrative no processo de aprendizagem ativa. In: NEVES, Vander José das; MERCANTI, Luiz Bittencourt; LIMA, Maria Tereza (Org.).

Metodologias Ativas: perspectiva teórica e práticas no ensino superior. Campinas, SP. Pontes Editores, 2018. Cap 7.

ARAÚJO, Ana Marina Teixeira; MENEZES, Crediné Silva de; CURY, Davidson. **Um Ambiente Integrado para Apoiar a Avaliação da Aprendizagem Baseado em Mapas Conceituais.** 2002. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/164>>. Acesso em 02 ago. 2018.

AZEVEDO, Rodrigo. **A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização.** 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihya8yzs2j8nnqn8d91>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BARREYRO, Gladys Beatriz; COSTA, Fábio Luciano Oliveira. **Expansão da educação superior brasileira (1999-2010): Políticas, instituições e matrículas.** 2014. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/GladysBeatrizBarreyro_GT2_in_tegral.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. **Expansão da educação superior no Brasil e avaliação institucional: um estudo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na “Revista Avaliação”.** 2010. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/gladys_b/expansao.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BEZERRA, Ada Augusta Celestino; JUNIOR, Claudemir Alcântara dos Santos; SANTOS, Shirley Conceição Soares. **Socrative: O amigo do professor.** 2016. Disponível em: <<file:///D:/MEUS%20DOCUMENTOS/Downloads/2428-9515-1-PB.pdf>>. Acesso em 04 jul. 2018.

BORTOLANZA, Juarez. **Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil.** 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3021/1/TD_1950.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas.** 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CURADO, Isabela Baleeiro. **O MÉTODO DO CASO.** 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvcasos/article/viewFile/3712/2332>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila; MARTINS, Silvana Neumann. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica.** 2017. Disponível em: <<file:///D:/MEUS%20DOCUMENTOS/Downloads/404-1658-1-PB.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2018.

FERREIRA, M.R, *et al.* Mapa Conceitual no processo de ensino-aprendizagem. In: NEVES, Vander José das; MERCANTI, Luiz Bittencourt; LIMA, Maria Tereza (Org.). **Metodologias Ativas: perspectiva teórica e práticas no ensino superior.** Campinas, SP. Pontes Editores, 2018. Cap 11.

FROTA, Gustavo Linhares Lélis. **Sala de aula invertida: a metodologia blended learning.** 2018. Disponível em: <<http://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/101>>. Acesso em: 03 out. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

HARTZ, Ani Mari; SCHLATTER, Gabriel Vianna. **A construção do trabalho de conclusão do curso por meio da metodologia ativa team-based learning.** 2016. Disponível em: <[http://file:///D:/MEUS%20DOCUMENTOS/Downloads/274-733-2-PB%20\(2\).pdf](http://file:///D:/MEUS%20DOCUMENTOS/Downloads/274-733-2-PB%20(2).pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MACHADO, Cristiane Tolentino; CARVALHO Ana Amélia. **Os efeitos dos mapas conceituais na aprendizagem dos estudantes universitários.** 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8652010/19014>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MENEZES, Maria Arlinda de Assis. **Do Método do Caso ao Case: a trajetória de uma ferramenta pedagógica**. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/298/29811383009/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MOREIRA, João Flávio de Castro. **As políticas de expansão e privatização do Ensino Superior no Brasil e na Argentina (1989-2009)**. 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22012014-144933/pt-br.php>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da Educação Escolar no Brasil: Notas Para uma Reflexão**. Paidéia, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, jul.1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003>. Acesso em: 26 jun. 2018.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; BORGES, Marcus Vinícius Motter. **O método do caso na educação jurídica**. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/19979>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

RODRIGUES, Luciano Sérgio. **Educação a Distância Rompendo com o Monopólio do Saber: A Construção do Conhecimento no século XXI**. Belo Horizonte. 2010. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/46077.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes**. 2009. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?publication=ensino-superior-trajetoria-historica-e-politicas-recentes>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SAVANI, Dermeval. **A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades**. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SECO, A.P; AMARAL, T.C.I. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira**. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html> Acesso em: 26 jun. 2018.

SILVA, Wilson da; CLARO Genoveva Ribas; MENDES Ademir Pinheli. **Aprendizagem significativa e mapas conceituais**. 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24179_12230.pdf>. Acesso em: 22 jul.2018.

SPERANDIO, Natália Elvira. Plataformas digitais e sala de aula invertida como ferramentas de ensino para a leitura. In: NEVES, Vander José das; MERCANTI, Luiz Bittencourt; LIMA, Maria Tereza (Org.). **Metodologias Ativas: perspectiva teórica e práticas no ensino superior**. Campinas, SP. Pontes Editores, 2018. Cap 8.

SUHR; Inge Renate Fröse. **Implantação de cursos semipresenciais usando a metodologia da sala de aula invertida: limites e possibilidades a partir do olhar dos professores envolvidos**. 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/15919_7227.pdf>. Acesso em 23 jul.2018.

TACHIBANA, Thiago Yudi; FILHO, Naerio Menezes; KOMATSU, Bruno. **Ensino Superior no Brasil**. 2015. Disponível em: < <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/Ensino-superior-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes. **Avaliação da Educação Superior no Brasil: do Provão ao Enade**. 2005. Disponível em: <<http://www.isp.ufba.br/avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20Ed%20Superior%20do%20Provao%20ao%20ENADE.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

O USO DAS REDES SOCIAIS COMO FORMA DE DIVULGAÇÃO DA EMPRESA E ALAVANCAGEM DAS VENDAS: UM ESTUDO DE CASO

Nicolí Longati Jaques¹
Amanda Maria Resende do Nascimento²
Kelly Aparecida Torres³

Resumo - Com o grande avanço dos meios de comunicação, por meio da internet, a troca de informações ampliou-se facilitando as relações comerciais, fazendo com que os usuários desses meios possam comprar produtos sem precisar ir no local de venda. As empresas comerciais investiram nesses meios, transformando as redes sociais em um amplo comércio, de vendas e propagandas. Para entender um pouco mais sobre esse tema, esse estudo tem como objetivo analisar o uso das redes sociais como forma de divulgação da empresa e alavancagem das vendas. A partir de uma pesquisa qualitativa, utilizando o método de pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionário a 30 clientes, foi possível notar a grande influência dos meios digitais nas escolhas dos consumidores de São João del-Rei e que são influenciados pelas propagandas nas redes sociais. A internet e as redes sociais se mostram realmente como um meio excepcional para as empresas compartilharem informações sobre seus produtos afim de atingir um número maior de pessoas.

Palavras-chaves: Redes sociais. Empresas comerciais. Vendas. Relações comerciais.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação dos meios de comunicação possibilitou um grande avanço na troca de informações. O que antes era limitado e com difícil acesso, passou a ser algo do cotidiano após a invenção da internet e, posteriormente, das redes sociais. Esse novo meio de comunicação ampliou fronteiras que antes eram limitadas. O internauta pode, por meio de suas contas nas redes sociais, expressar sua opinião sobre um assunto, atingindo diversas pessoas, criando, então, uma rede liberal de opiniões.

O aumento das necessidades de consumo e a grande variedade de serviços e marcas no mercado, fez com empresas ampliassem seus sistemas de divulgação, afim de atingirem o

1 Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Junior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

2 Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Junior (BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN).

3 Docente e Coordenadora do Curso de Administração do UNIPTAN. Orientadora do Programa BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

E-mail para contato: kelly.torres@uniptan.edu.br.

cliente e ultrapassarem os concorrentes. O investimento intenso no marketing, faz com a empresa consiga mais cliente e, conseqüentemente, aumente seus lucros.

Na era digital, onde a formação de opiniões baseia-se, grande parte, nas influências vindas das redes sociais, empresas investem de modo significativo no marketing digital para promoverem seus produtos e serviços. Por ser um meio de fácil acesso, o número de pessoas atingidas por influências geradas a partir do marketing digital é muito elevado.

Considerando o grande avanço das redes sociais e a grande influência destas nas escolhas do público, a questão problema que motiva a pesquisa é entender como as propagandas encontradas nas redes sociais influenciam nas escolhas dos consumidores de São João del-Rei.

Esta pesquisa fundamenta-se a partir da grande intervenção na escolha do consumidor gerada pelas empresas por meio do marketing digital. Por tanto, essa pesquisa tem o objetivo geral de analisar a grande influência do marketing digital na escolha do consumidor ao procurar por um produto, como objetivos específicos tem-se: analisar como influências contribuem na compra; identificar as influências que os consumidores sofrem por meio de suas redes sociais; estudar a forma como as empresas utilizam este meio para aumentar sua lucratividade.

Para a realização desta pesquisa, foi usado o tipo de pesquisa qualitativa, elaborada utilizando os métodos de pesquisa de campo e aplicação de questionários. Os questionários foram realizados com homens e mulheres, que estão presentes nas redes sociais e são clientes de empresas sanjoanenses.

O trabalho está dividido nos seguintes capítulos: o primeiro apresenta a definição de marketing de um modo amplo de acordo com as ideias de diversos autores; o segundo capítulo, traz informações sobre as redes sociais e como elas influenciam no cotidiano do usuário; o terceiro capítulo mostra como as redes sociais interferem na escolha do consumidor ao comprar um produto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição de Marketing

Kotler (2009), considerado um dos autores mais importantes na área, define que marketing é a ciência e a arte de pesquisar, gerar e entregar valor para satisfazer as necessidades de um mercado-alvo a fim de lucrar. Marketing identifica as necessidades e os desejos dos

consumidores e exploram disso. Ele determina e quantifica o tamanho do mercado identificado e o potencial de lucro.

Já para Richers (1984), o marketing é o conjunto de atividades que tem como objetivo a troca, que ocorre entre os produtos e serviços das empresas com maior poder aquisitivo com os consumidores.

Empresas de sucesso inovam, criam e se mantêm destacadas em um mercado de tamanha concorrência, porém algumas ferramentas devem ser utilizadas de forma correta para que isso ocorra. O marketing tem importante função na alavancagem de um produto, serviço ou até mesmo da própria empresa. Visando isso, as empresas elaboram projetos e investem em um marketing de qualidade que consigam dar a visibilidade desejada.

Segundo Carvalho (2017), com tantas as possibilidades de divulgação, basta a empresa escolher sua estratégia e inovar de acordo com o interesse de seus possíveis clientes. Muitas empresas conseguiram destaque mundial ao investirem em marketing de qualidade, dentre elas, a Coca-Cola e McDonald's que estão presentes na vida de grande parte da população.

A partir da escolha da estratégia desejada, é possível criar um caminho e encontrar a melhor categoria de marketing, como, por exemplo, o marketing de conteúdo, marketing digital e marketing social, assim as empresas têm muitas possibilidades de conseguirem alcançar seus objetivos. A empresa tem que saber o momento e as estratégias certos para conquistar seu cliente e assim conseguir o sucesso.

De acordo com Kotler, apesar do marketing ser uma ferramenta fundamental para o sucesso da empresa, é inegável sua eficácia quando bem aplicado, assim sendo, é importante que toda organização que queira se destacar no mercado e se sobressair a suas concorrentes invista no marketing como forma de ampliar seu mercado.

Rez (2017) dizia que a área de marketing prefere adotar o termo cliente a consumidor. O bloco dessa área é um conjunto de atividades voltadas para atrair satisfazer seu público-alvo para fazê-los consumir dos produtos de uma certa empresa.

Segundo Mesquita (2015), marketing são estratégias, técnicas e práticas que tem o objetivo de agregar valor para determinadas marcas ou produtos com o objetivo de atribuir uma maior importância das mesmas para um determinado público-alvo, os consumidores.

Ainda para Mesquita (2015), o marketing tem o objetivo de vender mais, tentando sempre, um número maior de consumidor; tem o objetivo de cativar seus clientes, lhes passando confiança nos produtos da empresa, mantendo o consumidor; aumentar a visibilidade da marca,

fazendo com que esta se destaque no mercado e nas publicidades; tem o objetivo de educar o mercado, buscando passar diversas informações ao consumidor.

Segundo os autores Santos, Lima, Brunetta, Fabris e Seleme, o marketing pode ser dividido em duas importantes fases. No início da Revolução Industrial, com o aumento nas produções, empresas tinham a necessidade de venderem cada vez mais seus produtos, se importando apenas em destacar o seu produto em meio aos concorrentes. Por volta da década de 90, com o desenvolvimento da tecnologia, o marketing passou a se preocupar mais com seus clientes, sentindo a necessidade de criar produtos que atendessem aos desejos dos clientes. Com o passar dos anos, o consumidor passou a ser mais consciente, buscando marcas e produtos que respeitem os humanos e a natureza. As empresas viram, então, o dever de se preocuparem mais com o bem-estar do ser humano e com os problemas ambientais.

2.2 Redes sociais

Com o passar dos anos, os seres humanos vêm evoluindo cada vez mais, criando então formas de se comunicarem e se relacionarem uns com os outros com facilidade, sem precisarem estar um diante do outro. Diversas mídias foram desenvolvidas a fim de melhorar essa comunicação e relação, entre elas é possível citar as cartas, televisões, rádios e jornais.

O desenvolvimento tecnológico possibilitou a criação de uma nova mídia. Esta, porém, com um grande diferencial das mídias de massa. A internet, por ser acessada por diversas pessoas e por não ter um controle sobre estas, dá ao seu usuário a liberdade de se expressar e compartilhar suas informações sem ser bloqueado, diferente das mídias tradicionais, que possuem total controle sobre todos os seus programas.

No final do século XX e início do século XXI, foi desenvolvida a internet, uma nova mídia que aprimora e agrupa todas as outras mídias convencionais. Com esta nova mídia, é possível pessoas se relacionarem, se informarem e negociarem apenas utilizando a conexão com a internet e seus computadores ou telefone celulares.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Digital Future Focus (2015), mostra que em média os brasileiros utilizam cerca de 650 horas por mês em mídias sociais, média de 60% maior do que o restante do planeta. Visando isto, as empresas adotaram este meio de publicidade para ampliar os seus negócios.

A internet se tornou um novo meio com diversas possibilidades. Além de ser um meio que possibilita as informações de diversos temas e assuntos, a internet possibilita um amplo

mercado. Empresas de diversos produtos utilizam as redes sociais para divulgarem seus produtos. Pessoas diversas podem usufruir deste meio para se divulgarem, aumentando sua fama ou conquistando-a.

A internet e suas redes sociais tem suas influências, Zahar (2012) diz que o Google oferece resultados de busca de acordo com as preferências de cada usuário; o *Facebook* oculta atualizações de amigos com quem interagimos pouco; a Amazon expõe produtos que nos interessam quando entramos no site. Baseada na análise de nossos cliques, a internet está cada vez mais feita sob medida. Mas esse reflexo de nossos desejos tem um custo: se tudo se tornar pessoal, podemos ser impedidos de entrar em contato com ideias que mudam o modo como vemos o mundo e nós mesmos.

De acordo com Miranda (2010), as mídias sociais possuem várias funções, muitas substituindo as mídias tradicionais, o que está deixando as mídias de massa enfraquecidas. Estas, por se sentirem atingidas, buscam se diversificar, assim como a nova mídia, procurando sempre se interligar ao grande número de usuários da internet e manter ou aumentar ainda mais seus telespectadores. Estas mídias utilizam influenciadores digitais para tentarem interligá-las ao novo meio de comunicação, uma vez que estes fazem grande sucesso no mundo virtual.

2.3 Marketing digital

Com a era digital, grande parte da população está intensamente conectada à internet. Por esse motivo, não se sente mais atraída pelos meios de comunicação tradicionais, como jornais, televisões e rádios, havendo um grande declínio de consumidores dessas mídias e, conseqüentemente, a queda de influências destas sobre a população.

O uso das redes sociais vem crescendo de modo significativo na sociedade. Com a evolução da internet e a ampliação do uso desses meios, faz com que empresas e serviços adaptem-se à esta era moderna, investindo em tecnologias mais recentes para que alcancem um número maior de consumidor, criando, então, o marketing digital.

As redes globais, conectaram os países e, conseqüentemente, mudaram o mercado, aproximando mercadorias e pessoas. Com isso, as empresas precisaram ampliar sua visão e enxergar além dos interesses claros de seus possíveis clientes, não bastando somente oferecer um produto ou serviço de qualidade - os clientes desejam mais que isso - eles precisam surpreender. As empresas que não se adequaram a essa nova era ficaram obsoletas e perderam espaço para a concorrência.

Navegando pela internet, em questões de segundos, a pessoa pode encontrar diversas informações, conectar-se com outras pessoas de outras cidades ou países e, pode também, comprar produtos com grande facilidade, sem precisar sair de casa. Com isso, empresas estão aproveitando deste meio para divulgarem seus produtos e serviços, alcançando cada vez mais consumidores, conseguindo uma expansão em seus lucros.

De acordo com Torres (2009), “o marketing digital não foi um processo linear, não houve um princípio, uma grande descoberta ou um empresário com um grande negócio, simplesmente os internautas começaram a agrupar-se e criar as ferramentas que hoje são livres ao público para serem utilizadas”.

A princípio, o marketing digital foi desenvolvido pelos próprios consumidores. Com a facilidade de se expressarem livremente e o fato de estarem conectados por uma mídia ampla que atinge a todos, os internautas passaram a fazer críticas a certos produtos ou empresas, mesmo que este não estivesse inserido no meio digital, ampliando a formação de opinião do consumidor perante o produto.

Cobra e Francheschini (2009) diziam que, mesmo que o marketing digital seja um novo conceito, ele baseia-se bastante no marketing tradicional, pois ele conhece o consumidor, sabendo, então, de suas necessidades e suas formas de compra. Além disso, possuem informações gratuitas fornecidas pelo próprio cliente que trazem grandes benefícios para as empresas.

As redes sociais, por serem livres, havendo um amplo acesso e possibilitando qualquer pessoa fazer o seu uso, fez com que as empresas investissem ainda mais no marketing digital, já que este meio atinge grande número de pessoas.

A diversidade de pessoas que utilizam a internet, desde crianças até idosos, sejam eles homens ou mulheres, criou então, um amplo comércio voltado para todos os gêneros e idades, com grande variedade de produtos e serviços. O marketing digital, conhecendo cada cliente, atinge cada consumidor de acordo com suas necessidades.

Alguns meios de comunicações, por também atingirem grande números de pessoas com facilidade, conseguem ser bastante influentes na conquista de um cliente, dentre eles outdoor, promoções em rádios, televisão, panfletos, porém eles têm alto custo, fazendo com que as empresas invistam no comércio digital, já que a publicidade por esse meio possui um baixo custo.

Ao investir no comércio por meio das redes sociais, o lucro da empresa é alto, uma vez que as redes sociais são gratuitas, gerando poucos gastos para a divulgação das empresas. Além

disso, por serem gratuitos, o consumidor possui poucos gastos para acessar este meio, fazendo, então com que um grande número de pessoas tenha acesso às propagandas.

O marketing digital tornou-se um papel importante durante a tomada de decisão do consumidor. O fato do internauta poder partilhar informações sobre determinado produto, seja opiniões positivas ou negativas, faz com que o comprador verifique se aquele produto valerá a pena ou não. Isto beneficia, também, as empresas, já que, ao ler as críticas dos internautas, elas podem modificar os seus produtos e serviços a fim de atender as necessidades do consumidor, aumentando suas vendas e, conseqüentemente, seus lucros.

De acordo com Moura (2001), ao inserir-se nas redes sociais, as marcas fizeram com que a gestão de marketing não buscasse apenas o contato com os consumidores, mas também, maneiras de chamar sua atenção em meio a diversas outras informações da internet.

Por meio das redes sociais, as marcas fazem diversas publicações tentando ao máximo se destacar em meio aos concorrentes. Como a concorrência é acirrada, principalmente com a facilidade de comércio nas redes sociais, as empresas precisam ficar sempre atualizadas e atualizando sempre seus consumidores a fim de chamar a atenção em meio a tantas outras propagandas.

Souza (2012) dizia que, mesmo que uma empresa não esteja inserida no meio digital, os consumidores podem estar comentando de seus produtos e serviços nas redes sociais, seja positivo ou negativamente. Por este motivo, é importante empresas estarem atualizadas perante as mídias atuais. A empresa poderia estar com um produto recebendo diversas críticas de internautas, havendo um grande declínio de vendas, mas sem ter o conhecimento da opinião de seus consumidores.

Como as informações estão espalhando rapidamente, uma crítica ou um elogio nas redes sociais podem influenciar diretamente na imagem da empresa. Por isso, sabendo usar corretamente os benefícios das redes sociais a empresa teria possibilidades de melhorar seus serviços além de atingir um número extraordinário de consumidores. Isso poderia dar pelo simples fato de conferir comentários de consumidores, sem a necessidade de fazer grandes pesquisas.

As redes sociais, com suas diversas funções, permitem, também, que empresas interajam com seus consumidores, perguntando suas opiniões, tirando dúvidas, demonstrando interesse pelos seus clientes, fazendo com que estes se sintam importantes. Como Torres (2009) citava: “A grande diferença é que alguns comportamentos e desejos estavam adormecidos ou

reprimidos em função das restrições da comunicação em massa e da pressão da sociedade moderna sobre o indivíduo”.

De acordo com Lucietti (2017), as redes sociais, possibilitam, também, que marcas contratem famosos da atualidade para fazer divulgações dos produtos em suas redes sociais, pagando a estes pelas suas publicações com as informações do produto. O uso da figura pública a fim de promover um produto ou serviço é uma estratégia já utilizada pelo marketing tradicional. Porém, ao divulgar um produto em suas redes sociais, um local mais íntimo e próprio do artista, faz com que os fãs fiquem mais sensibilizados e, por terem um certo afeto com o famoso, passam a consumir os produtos por ele divulgados.

O marketing é ferramenta eficaz para muitas empresas, mas quando utilizado de forma errônea pode gerar grande conflito entre os internautas, isso acontece devido as diferentes percepções existentes entre as pessoas. Na criação de um marketing deve ser avaliada as técnicas dessa ferramenta, pois devido às diferenças étnicas, pode acarretar resultados negativos à empresa e ao produto.

As diversas possibilidades de interação com o consumidor, o fato de várias pessoas manterem o contato podendo trocar informações, ou ainda, o fluxo de opiniões que acontecem na internet, abriu, então, um marketing alternativo que mídias de massa não possibilitam. A comunicação de uma empresa com o cliente, que antes era limitado por uma tela de televisão ou um rádio, abriu uma ampla forma de comércio e de divulgação que vem crescendo cada vez mais, proporcionalmente ao desenvolvimento tecnológico.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Para realizar a pesquisa acerca do marketing digital, foi utilizado o tipo de pesquisa qualitativa, a fim de entender a relação do público com as influências transmitidas pelas redes sociais. A pesquisa foi baseada no método de pesquisa de campo realizada com consumidores, acima de 18 anos e de São João del-Rei, por meio de um questionário. O número total de respondentes foram 30.

A pesquisa qualitativa, segundo Richardson (1999), é “uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

Ainda segundo Richardson (1999), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Para Denzin e Lincoln (2006) “a palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente (se é que são medidos de alguma forma), em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência”.

A pesquisa de campo, de acordo com Gil (2002), busca a estudar um determinado grupo, observando diretamente as atividades deste. Além disso, este método se apoia em pesquisas realizadas com pessoas que compõem o grupo, com o objetivo de conseguir informações e explicações. Ainda segundo Gil (2002), “Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias”.

Já o questionário, segundo Gil (2008), é “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.”.

Ainda de acordo com Gil (2008), os questionários consistem em questões escritas pelo pesquisador, que são autoaplicados ao entrevistado. Por esta facilidade, este método atinge um maior número de pessoas, porém exclui pessoas que não sabem ler e escrever. Além disso, o questionário possui uma limitação de questões, uma vez que, por ser autoaplicado, o entrevistado, perante muitas questões, pode recusar respondê-las.

4 RESULTAO E DISCUSSÃO

Por meio da realização dessa pesquisa por meio de questionário, foi possível notar um grande número de usuários das redes sociais, graças ao fácil acesso. O desenvolvimento tecnológico possibilitou a criação de uma nova mídia com alta amplitude, acessível para maioria das pessoas. Além disso, é perceptível, também, o alto número de acesso que essa mídia convencional recebe por dia, uma vez que 76% dos entrevistados alegaram que acessam as redes sociais mais de 4 vezes ao dia, dando destaque para o Facebook e Instagram.

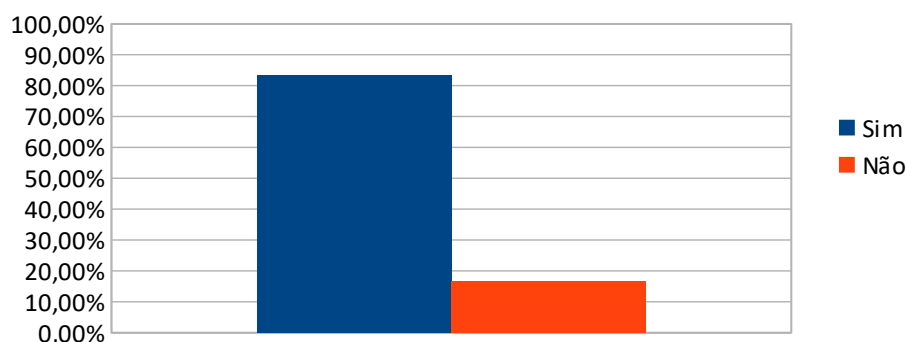


Figura 1 – Percentual de pessoas que usam redes sociais. Fonte: elaborado pelas autoras.

O alto número de propagandas encontradas na mídia, despertam a atenção do público, havendo um grande acesso. Cerca de 55% dos usuários acessam as propagandas encontradas nas redes sociais. Porém, apesar de grande parte do público visualizar e acessar as propagandas, pequeno número de pessoas faz ou já fez compras após acessar uma propaganda.

O número de compradores por meio da internet não é maior em função da insegurança dos usuários de comparar produtos virtualmente. O medo do produto não ser aquilo que apresenta na propagando ou até mesmo do produto não ser entregue ainda interferem na compra dos usuários das redes sociais.

Figura 2- Percentual de pessoas que já compraram a partir de propagandas encontradas nas redes sociais

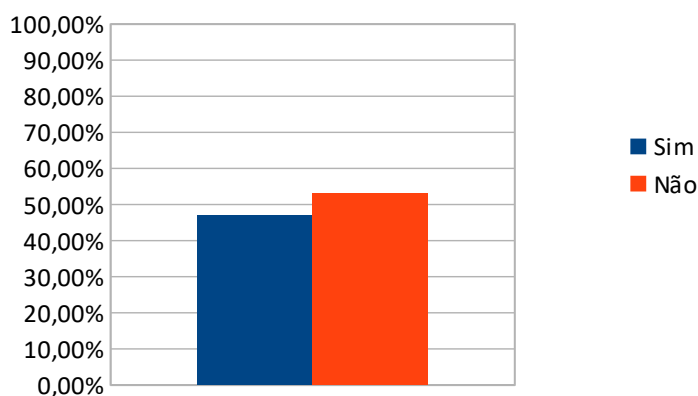


Figura 2 – Percentual de pessoas que já compraram a partir de propagandas encontradas nas redes sociais. Fonte: elaborado pelas autoras.

Além disso, é possível concluir que o grande avanço tecnológico interfere intensivamente nas escolhas do consumidor, uma vez que os produtos mais pesquisados e comprados pela internet são produtos eletrônicos.

É conclusivo, também, que há um grande avanço no mercado de moda e beleza, já que produtos de cabelo, maquiagem, roupas e sapatos há uma alta procura no meio virtual. O avanço

de compartilhamento de informações nas redes sociais aumentou de modo significativo o interesse das pessoas pela por estes produtos, uma vez que as redes sociais enfatizam os padrões de beleza.

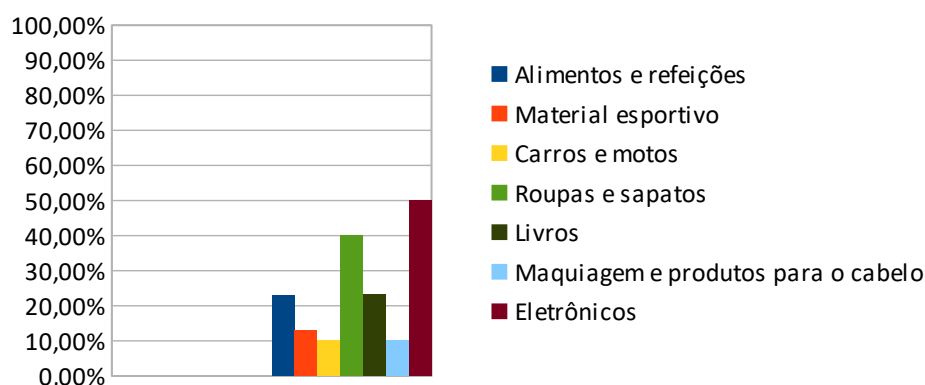


Figura 3 – Produtos mais comprados por meio de propagandas nas redes sociais. Fonte: elaborado pelas autoras.

Por fim, por meio deste questionário é possível concluir que o número de pessoas que acessam a internet está aumentando cada vez mais, englobando pessoas de diversas idades e gênero, devido a facilidade de acesso destes meios, que podem ser encontrados em diversas casas e estabelecimentos, sendo possível conectar por meio de celulares, computadores, *tablets* e até mesmo televisores.

5 CONCLUSÃO

A 3ª Revolução Industrial abriu as fronteiras da comunicação, desenvolvendo as redes sociais, contribuindo para o marketing. Como as mídias sociais conectaram diversas pessoas, as empresas adentraram neste novo informático afim de promover seus produtos, aumentando, deste modo, sua lucratividade.

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou analisar a forma como as redes sociais interferem na escolha dos consumidores, demonstrando como as empresas utilizam a internet para promoverem seus produtos.

Com a análise do questionário foi possível concluir que grande parte da população são-joanense possui acesso frequentemente às redes sociais, o que aumenta o maior contato com propagandas, recebendo um grande número de informações das empresas comerciais nas escolhas dos produtos.

Com esse número de pessoas conectadas, é perceptível o aumento do número de vendas de uma empresa quando a mesma divulga seus produtos utilizando o marketing digital. As publicidades nas redes sociais, levam os internautas a necessitarem de produtos que antes não lhes faziam falta.

É inevitável usar as redes sociais, afinal de contas, num mundo em que todos estão conectados, a internet passou a fazer parte do cotidiano e consequentemente, as empresas que souberem aproveitar os benefícios das redes sociais terão maior possibilidade de crescimento e desenvolvimento num mercado cada vez mais competitivo.

REFERÊNCIAS

BRUNETTA, Douglas Fernando; FABRIS, Carolina; LIMA, Mayana Virgínia Viégas; SANTOS, Tatiani; SELEME, Acyr. **O desenvolvimento do marketing: uma perspectiva histórica**. São Paulo. Revista de Gestão USP, 2009.

CARVALHO, Henrique. **A estratégia de marketing infalível para criar a imagem de marca que você deseja na mente do seu público**. Disponível em: <https://medium.com/@viverdeblog/a-estrat%C3%A9gia-de-marketing-infal%C3%ADvel-para-criar-a-imagem-de-marca-que-voc%C3%AA-deseja-na-mente-do-seu-p-c3bb536c8085> . Acesso em novembro de 2018.

COBRA, Marcos; FRANCHESCHINI, Adélia. **Se eu fosse você, o que faria como gestor de marketing**. Rio de Janeiro: Elseviere, 2009.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

KOTLER, Philip. **Marketing para o Século XXI: Como criar, conquistar e dominar mercados**. 3. Edição. São Paulo: Editora Futura, 1999.

LUCIETTI, Francieli Mezzari. **A criação de novos garotos-propaganda por meio do marketing digital e do marketing de influência: estudo da rede social Instagram de Nah Cardoso – Criciúma**, 2017.

MIRANDA, Gabriella Alessi de. **Mídias sociais: o marketing como forma de comunicação**. Brasília, 2010.

RAPP, Stan. **R/edefinindo marketing direto interativo na era digital: como aplicar com sucesso conceitos de marketing iDireto e IBranding em seu plano de marketing**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2011.

RICHERS, Raimar. O enigmático mas indispensável consumidor: teoria e prática. **Revista de Administração**, v. 19 (3), p.46-56, Julho/Setembro, 1984.

RICHARDSON, Roberto Jarry.. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999.

SOUZA, Daniel de. **Revista Borges: Ciências Sociais Aplicada em Debates**. 2. Edição. Florianópolis: Editora Faculdades Borges de Mendonça, 2012.

TORRES, Cláudio. **A Bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. São Paulo: Novatec, 2009.

REGRAS DE CONVIVÊNCIA: DA CAIXA DE SUGESTÕES AO ENCONTRO DE DIÁLOGOS COM ALUNOS DOS ANOS INICIAIS - UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Jonathan Fernandes de Aguiar¹

Resumo – Este artigo tem como objetivo apresentar como os alunos do 3º ano por meio de atividades lúdicas constroem as regras de convivência para sala de aula. Para tal discussão, este estudo se apropriou dos PCNs Ética, por assim destacar quatro princípios, que nos ajudam a constituir um espaço de convivência - respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade. Estudo qualitativo, do tipo pesquisa-intervenção. Onde teve como sujeitos 25 alunos e 3 professores. Os instrumentos metodológicos (gravações de áudio/vídeo, fotografia e relatório) contribuíram para produção de dados, onde iniciou com a “caixa de sugestão”, cujos alunos tiveram que registrar sugestões/críticas sobre o cotidiano escolar. Após duas semanas, esta atividade lúdica se desdobrou em um “Encontro de diálogos e reflexões”, no qual as crianças conversaram com os professores e seus colegas de acordo com o registro na “Caixa de sugestões” os possíveis acordos para uma boa convivência escolar. Por último, foram construídas as regras de convivência do 3º ano. Concluiu com este estudo, que é possível construir regras de convivência na parceria entre professores e alunos, tendo como princípio norteador o respeito, o diálogo, a justiça e a solidariedade. Sendo a dialogicidade, a escuta sensível, indispensáveis para a existência de regras, que levam em consideração a subjetividade de cada sujeito. Criar regras com a participação de todos é pôr em prática ações democráticas, isto é viver a democracia, e neste caso, é também pensar currículos “pensadospraticados”.

Palavras-chave: Parâmetros Curriculares Nacionais. Regras de convivência. Ensino Fundamental. Valores. Prática democrática.

1 INTRODUÇÃO

Ser professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) é enfrentar inúmeros desafios no cotidiano das escolas brasileiras, principalmente quando o assunto são as regras de convivência entre alunos, professores, gestores e toda comunidade escolar. No entanto, estabelecer regras neste ambiente, não tem sido uma tarefa fácil para os professores que lecionam nos anos iniciais até o término da educação básica. Cabe destacar que cada sujeito, conforme a sua idade e as maneiras que interagem com o ambiente que esteja inserido, vai se

¹ Doutorando em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ), sendo bolsista CAPES. Mestre em Educação (UFRJ). Psicopedagogo e Especialista em Educação Inclusiva (FESL). Pedagogo (UFRJ). Normalista (IECD). E-mail para contato: escritorjonathan@gmail.com.

desenvolvendo, amadurecendo e adquirindo conhecimentos necessários para uma boa convivência escolar. A escola é uma instituição que possui um papel fundamental para o desenvolvimento humano. Nela, os indivíduos aprendem a lidar com a diversidade, aprendem conteúdos, valores. Estabelecem laços de amizade que poderão ser levados por toda a vida do educando, até a velhice. Brigas também surgem no cotidiano das escolas públicas ou privadas. Em todo território brasileiro encontramos uma escola, onde há alunos, professores que dizem o que pode ser feito e o que não deve fazer, no ambiente escolar: “aqui tem regras”.

Consequentemente, certa vez, escutei de um professor que a escola é lugar da convivência, da interação, da relação entre sujeitos. Concorro com esta afirmação, mas me provoca a pensar como professores juntamente com seus alunos constroem regras de convivência, para que na sala de aula exista um espaço de aprendizagem. No ano de 2018, em um encontro com docentes, que trabalham nos anos iniciais do ensino fundamental, uma professora expôs que sente dificuldade em manter a turma em silêncio e cita como é o convívio em sala de aula: “os guris acabaram de voltar do recreio e pede para ir ao banheiro. Sem falar nas brigas e nos gritos que surgem quando inicio alguma dinâmica, sempre tem um abençoado. Sabe?”.

Portanto, nas palavras da professora é possível identificar a sua angústia como profissional. Angústia esta, que perpassa as vivências de muitos professores brasileiros, que tem sido um desafio construir regras no ambiente escolar, mais do que as construir, vivê-las. Nesse sentido, trago neste texto, as vivências do Sociólogo François Dubet (1997) ao se inserir no cotidiano de uma escola, que muito dialoga sobre a temática “regras de convivência”, e por assim descrever das dificuldades como professor.

Dubet (1997) ao ser entrevistado por Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito, para Revista Brasileira de Educação, narra os motivos que o levou a lecionar em um colégio. O primeiro refere-se às impressões que ele tinha dos professores, por exagerarem quando contavam das dificuldades de “ser professor” e a impossibilidade de trabalhar por conta das relações interpessoais. Dubet sentia-se inquieto quando os colegas falavam da docência e da vida diária. Considerando-os dramáticos sobre o trabalho docente.

O segundo motivo, que o levou conhecer o cotidiano de um colégio, no lugar de professor, foi quando desenvolvia uma dinâmica com um grupo de professores e duas colegas se recusaram participar, deixando o grupo de discussão. Em outro momento, uma das professoras que se retirou da proposta escreveu uma carta para o pesquisador, criticando-o, que ele não tinha aproximação com a escola. A professora declarou que o sociólogo enxerga os problemas

educacionais de maneira abstrata - por ser um intelectual e não ter lecionado em colégios com adolescentes. Após o ocorrido, o sociólogo decidiu conhecer e participar do cotidiano de um colégio. Dar aulas para ver do que se tratava.

Sendo assim, Dubet conta o seu primeiro dia no colégio como professor: “os alunos me testaram, eles queriam saber o que eu valia. Começaram então a conversar, a rir [...]. Um aluno, um menino que estava no fundo da sala, fazia tanto barulho que eu pedi para ele vir se sentar na frente. Ele se recusou” (DUBET, 1993, p. 223). Desse jeito, o autor em entrevista, continua contando de suas vivências e ações na escola.

[...] quando a gente fala “peguem os seus cadernos”, são cinco minutos de bagunça porque eles vão deixar cair suas pastas, alguns terão esquecido seus cadernos, outros não terão lápis. Aprendi que para uma aula que dura uma hora, só se aproveitam uns vinte minutos, o resto do tempo serve para “botar ordem”, para dar orientações (DUBET, 1993, p. 223).

Com a fala de Dubet, acredito que professores se identificam, principalmente no tempo que levam para que os alunos prestem atenção a algo a ser ensinado, ou possíveis dinâmicas pedagógicas a serem executadas. Sem embargo o pesquisador, tenta “botar ordem” em sua sala de aula e surge o “golpe de estado”.

[...] de hoje em diante não quero mais ouvir ninguém falar, não quero mais ouvir ninguém rir, não quero mais agitação. Aliás, não era bagunça, era agitação. Eu disse: vocês vão colocar as suas cadernetas de correspondência, a caderneta em que se colocam as punições, no canto da mesa, e o primeiro que falar, eu escrevo a seus pais, e ele terá duas horas de castigo. E durante uma semana foi o terror, eu puni. De fato, facilitou a minha vida e tenho a impressão de que esta “crise” deu aos alunos um **sentimento de segurança**, já que eles sabiam que **havia regras**, eles sabiam que nem tudo era permitido. Depois, as relações se tornaram bastante boas com os alunos e bastante afetuosas (DUBET, 1993, p. 224, *grifo meu*).

A partir do relato de Dubet ao se referir ao “golpe de estado” como uma punição para se obter o silêncio. Em outros sentidos - punir para que todos executem determinadas regras. Questiono: há diálogos nesta atitude? Posso afirmar que não! Este golpe é um grito de socorro por aqueles que perderam o controle do ambiente educacional, este controle remete ao movimento de escuta, de cada sujeito perceber os limites e as possibilidades na escola. O que isto quer dizer: saber ouvir, expressar suas ideias, prestar atenção no professor e que na escola também tem regras. Quantos golpes de estado são necessários para crianças ouvirem os professores? “Peguem as agendas!”. Regras se constroem ou elas são impostas? Cabe a reflexão. Aqui não me compete julgar este professor, talvez naquele momento em meio ao desespero, diante do sofrimento em querer envolver a turma em alguma proposta tal golpe. Tanto que contribuiu posteriormente para a sensação de “segurança” e participação de todos.

Interessante pontuar que após o “golpe de estado” Dubet reflete sobre a sua atuação como professor e acentua:

[...] é um **fracasso pedagógico** e moral, mas permitiu fixar uma ordem bastante estúpida a partir da qual a gente pode tentar controlar uma **relação pouco regulada**. De fato, no colégio, é preciso trabalhar na **transformação** dos adolescentes em alunos quando eles **não têm vontade de se tornar alunos** (DUBET, 1993, p. 225, *grifo meu*).

As considerações realizadas por Dubet são necessárias e sensatas ao pensar na prática pedagógica e do quanto “golpe de estado” contribui para o “fracasso pedagógico”. Ser professor é negociar e se autoavaliar, refletir, problematizar sobre sua atuação e as maneiras que estabelece as relações interpessoais. “Ensinar” e “aprender” são movimentos dialéticos que emergem a discussão de uma educação em valores. A falta de diálogo contribui para a não aprendizagem e o fracasso pedagógico. A falta de empatia entre professores, entre alunos e vice-versa colabora para uma educação que não seja eficaz, transformadora. Sabe-se das dificuldades enfrentadas pelos professores em propiciar um ambiente em que as regras sejam respeitadas, que não há “golpe de estado”. Sem dúvida, são inúmeros desafios da docência como foi exposta pela professora nos parágrafos iniciais deste texto, como também na narrativa do pesquisador que foi conhecer de perto o cotidiano das salas de aulas. Após a apresentação deste cenário educacional, que é tão atual, sobressaltam os olhos, a seguinte problemática: “É possível propiciar na sala de aula dos anos iniciais um espaço de escuta-reflexão sobre as regras de convivência?”.

Tendo em vista, tal problemática advém o objetivo deste artigo: apresentar como os alunos do 3º ano por meio de atividades lúdicas constroem as regras de convivência para sala de aula. Desse modo, este artigo na próxima seção “Bases Teóricas”, apropria-se dos Parâmetros Curriculares Nacionais, precisamente o volume 8, destinado a Ética, para trazer para a este debate quatro princípios, que nos ajuda constituir um espaço de convivência - respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade (BRASIL, 1997) e, autores que contribuem para reflexão desta temática (FREIRE, 2011; OLIVEIRA, 2012; SALTINI, 2007; DUBET, 1997).

2 BASES TEÓRICAS

Seja menos preconceito
Seja mais amor no peito
Seja amor, seja muito amor
E se mesmo assim for difícil ser
Não precisa ser perfeito
Se não der para ser amor

Seja pelo menos respeito
[...]
O mundo sim é estranho que
Com tanta diversidade
Ainda não aprendeu
A viver em igualdade

Bráulio Bessa

Ao ler, reler, me envolver com a poesia de Bráulio Bessa, sinalizo, destaco, sublinho, o quanto como ser humano aprendo diariamente a viver em igualdade. Professores declaram: “Igualdade”. Famílias pedem por igualdade. Semelhantemente documentos oficiais como a própria Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares da Educação Básica (BRASIL, 1988, 1996, 2013) e entre outros citam a palavra “igualdade”. Indivíduos devem ser tratados de modo igual perante a lei, nos espaços escolares e não escolares. Pessoas com deficiência devem ser tratados de modo igual. No mundo há regras, há leis no sentido de possibilitar a boa convivência entre os indivíduos superando os conflitos existenciais. Na escola, há regras para se ter um espaço de convivência. Entretanto, quando surgem os problemas, conflitos, desentendimentos no ambiente escolar, como os professores devem reagir? Que tipo de propostas pedagógicas são necessárias para se constituir um ambiente igualitário para todos que respeite a subjetividade de cada aluno, cada professor?

Para se instituir uma sala de aula onde professores e alunos tenham uma boa convivência, acredito que começa pelo ato de ouvir e refletir as suas ações, isto contribui para construção das regras de convivência. Se, esta afirmação não se fazer valer, dirijo a poesia de Bráulio Bessa e subscrevo: *a escola sim, é estranha quando me deparo com violência. A escola sim, é estranha quando neste espaço não há diálogo. A escola sim, é estranha quando brigas acontece no horário do recreio. A escola sim, é estranha quando não reflete com os alunos os seus comportamentos. A escola sim, é estranha quando deixa de escutar seus alunos e professores.* Para que essa escola, a sala de aula, a relação entre alunos e professores não sejam estranhas, metáfora construída em diálogo com a poesia, devemos discutir *na escola, coma escola*, os fundamentos das ações democráticas que são: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais e individuais (BRASIL, 1988).

Ainda sobre esses fundamentos descritos na Constituição Federal (1988), destaca-se a construção de uma sociedade livre, justa, solidária, que reduza as desigualdades sociais e regionais, promova o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo cor, idade e outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). Esses princípios devem ser mantidos nas salas de

aulas, em nossas escolas brasileiras, no cotidiano educacional e na prática docente possibilitando a igualdade de todos e o respeito à diversidade.

Por assim tratar da temática “regras de convivência” e discuti-la como indispensável para que o ambiente escolar, e a prática docente sejam iguais para todos, nos deparamos com as especificidades humanas, onde cada indivíduo aprende de uma maneira, adquire conhecimento das regras sociais conforme as suas vivências e experiências. Sobretudo, a escola, os professores lidam diariamente com alunos que vivem em outros espaços, grupos sociais, múltiplos contextos que dizem o que é certo ou errado. Professores estão nesta linha tênue, ora esbarram com valores familiares, ora tem que desenvolver propostas pedagógicas que incluam todos os estudantes tornando o dia a dia da sala de aula justo e igualitário para esses sujeitos e professores em relação aos direitos e os deveres. Nesta clareza segundo os PCNs (1997) a educação escolar deve abranger o desenvolvimento da: *Dignidade da pessoa humana, Igualdade de direitos, Participação e Co-responsabilidade pela via social*.

Dignidade da pessoa humana - Implica respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas.

Igualdade de direitos - Refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada.

Participação - Como princípio democrático, traz a noção de cidadania ativa, isto é, da complementaridade entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público, compreendendo que não se trata de uma sociedade homogênea e sim marcada por diferenças de classe, étnicas, religiosas etc.

Co-responsabilidade pela vida social - Implica partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva. É, nesse sentido, responsabilidade de todos a construção e a ampliação da democracia no Brasil (BRASIL, 1997, p. 22-23, *grifo meu*).

Os quatro eixos citados acima fomentam uma prática pedagógica pautada em ações democráticas que podem ser ampliadas por meio dos conteúdos escolares de forma interdisciplinar. Na utilização de jogos, brincadeiras, atividades lúdicas que tenham como fim a construção das regras de convivência. Apoiado a este debate, as estratégias didáticas pedagógicas que priorizam a reflexão dos princípios democráticos - respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade - contribuem sim, para uma educação para todos, em uma perspectiva inclusiva. Entretanto, o que os PCNs propõem para promoção do respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade?

Para o primeiro “respeito mútuo” é compreendido como dever e direito de todos, em detrimento ao respeito denominado unilateral em que há “consideração, obediência, veneração

de um pelo outro, sem que a recíproca seja verdadeira ou necessária” (BRASIL, 1997, p. 103). Mais adiante, observa que o respeito mútuo é tido como condição necessária para o convívio social democrático: “respeito ao outro e exigência de igual respeito para si” (BRASIL, 1997, p. 140). Destaca-se também o respeito pela instituição escolar ao se referir ao “zelo” consolidando o cuidado com cada dependência.

O segundo valor é a “justiça”. Sendo este: “insubstituível, precisamente para avaliar de forma crítica certas leis, para perceber como, por exemplo, privilegiam alguns em detrimento de outros” (BRASIL, 1997, p. 106). Nos PCNs evidencia que a escola deve trabalhar “o conhecimento e compreensão da necessidade das normas escolares que definem deveres e direitos dos agentes da instituição” para que esta instituição se torne justa, democrática e igualitária para todos (BRASIL, 1997, p. 108). Contudo, tal volume 8, prevê que professores no espaço escolar coloquem em prática com os alunos situações do cotidiano, cujos estudantes tomem consciência de suas decisões.

Prosseguindo a discussão, chegamos ao terceiro valor que contribui para existência de regras de convivência no ambiente escolar – o “diálogo”. Para que práticas democráticas permaneçam na escola, professores devem propiciar o diálogo *entre* os alunos, *com* os alunos. Assim, por meio do diálogo, o vínculo se (re)estabelece entre os sujeitos, potencializando ações democráticas, superando os desafios, os limites que contribuem para mudança de comportamento e resolução de conflitos.

Quando professores trazem para esta discussão atividades, estratégias pedagógicas, jogos, dinâmicas que suscitam a reflexão, para tal mudança, isto também é currículo. Até porque currículo é tudo aquilo que se passa nas escolas, no seu cotidiano, para além de uma grade de disciplinas, conteúdos a serem ensinados. Currículo é discutir valores, gerar diálogo e comunicação. Sua dimensão está para além das palavras ditas, transcritas, traduzidas nos documentos, nas propostas curriculares, este é “*pensadospraticados*” assumindo desta forma um ato criador que emergem a diversidade, a riqueza do campo e as inúmeras “interloquções entre sensações e percepções de mundo, incluindo-se as emoções dos seus praticantes” (OLIVEIRA, 2012, p. 8). Com esta acepção entorno do diálogo, pensar, refletir, estabelecer regras de convivência no espaço escolar, todavia é fazer currículo, respeitando a subjetividade dos alunos da educação básica.

Mergulhando um pouco na dimensão do diálogo, este ato requer o movimento de prestar atenção nas vozes que ecoam as narrativas, as tramas da vida, se fazer entender as especificidades, singularidades de cada sujeito, seus anseios, medos, alegrias. Atrelados a isto,

é desenvolver uma escuta sensível, e dessa maneira segundo as ideias de Saltini (2007) a escola aprende a saber mais de seres humanos, a compreender as dimensões da vida no que diz respeito ao afeto, do que tão somente o ensino de conteúdos e técnicas. Porém, Claudio Saltini enfatiza que uma escola transformadora põe em evidência a vida cotidiana, as “ideias, fantasias”, as “descobertas, invenções, desejos e sonhos” (2007, p. 36). Dito esta concepção, uma escola transformadora, democrática, igualitária, só existe quando professores se percebem como criadores de currículos e assume uma postura dialógica, de interação com seus alunos, tanto na Educação Infantil ou por toda a trajetória escolar. Cabe ainda dizer os professores devem assumir sem medo o compromisso de educar. Serem corajosos, lembrando que o processo de ensino e aprendizagem é subjetivo, único, exclusivo o qual garante mudança. Mas, para esta mudança de fato acontecer deve se dispor, nutrir “engajamento com a realidade” segundo as palavras do educador Paulo Freire (2011, p. 22), e, isto é possível por meio da comunicação, defendido neste texto como diálogo.

Os PCNs Ética enfatizam a importância do “diálogo”, notadamente com o objetivo da superação de conflitos, onde se assenta de modo especial na convivência entre pessoas. O documento, sob análise aponta que o professor deve trabalhar:

o ato de escutar o outro, por meio do esforço de compreensão do sentido preciso da fala do outro; [...] a formulação de perguntas que ajudem a referida compreensão; [...] a expressão clara e precisa de ideias, opiniões e argumentos, de forma a ser corretamente compreendido pelas outras pessoas; [...] a disposição para ouvir ideias, opiniões e argumentos alheios e rever pontos de vista quando necessário (BRASIL, 1997, p. 111).

Propostas pedagógicas que valorizam o diálogo, cujos alunos podem expressar suas opiniões, esclarecer dúvidas, formular perguntas e respostas, argumentar *com* e *contra* as situações cotidianas é permitir que professores e alunos estabeleçam múltiplos olhares frente a uma situação ocorrida, como também enaltecer outras possibilidades para enfrentar os desafios da docência e os modos de construir regras de convivência. A respeito disso, Ferreira, Sirino e Mota (2018), em interface com as ideias de Paulo Freire, escrevem que:

O diálogo contribui para formação e a constituição dos sujeitos que estão, em determinado momento, na condição de educador e educando. O educador sai da posição de opressor, daquele que detém o conhecimento e incentiva a reflexão, a visão crítica da realidade proporcionada pela leitura de mundo, refletindo, também, sobre as suas práticas em contextos escolares e não escolares (FERREIRA; SIRINO; MOTA, 2018, p. 133).

Nesta concepção ao discutir prática pedagógica, propostas educativas, atividades a serem desenvolvidas na escola ou em espaços não escolares, que priorize o respeito ao diálogo

como forma de construir conhecimento e troca de experiências entre sujeitos, rompe com “golpe de estado” (DUBET, 1997), elencado na introdução deste artigo. Em harmonia com as palavras de Ferreira, Sirino e Mota (2018) uma concepção de ensino, ações docentes que assumem a perspectiva freireana dialógica rompe-se com a posição de opressão e opressores. Assim, destaca-se a relevância em trabalhar educação em valores, base para qualquer a construção de regras de convivência. Contudo, temos se aproximar desta discussão para instituir um ambiente de aprendizagem, onde o diálogo é fundamental, e por fim, caminhamos para o quarto e último aspecto para construção de um ambiente seguro, cujo respeito entre seres humanos seja a sintonia para se instituir regras que sejam iguais justas e desenhadas com a participação de todos. Chegamos a solidariedade.

O quarto e último aspecto a ser debatido, é a “solidariedade”, onde assume a ideia de generosidade - “doar-se a alguém, ajudar desinteressadamente” (BRASIL, p. 1997, 111), além de “ajudar as outras pessoas, quando isso for possível e desejável” (idem, p. 113). Entretanto, segundo o documento “Solidariedade” está associada ao exercício da cidadania quando as pessoas se juntam para lutar contra injustiças ou injúrias sofridas por alguém. O envolvimento para resolução de problemas sociais, como também gerar “ajuda mútua” - elemento necessário para romper com a lógica individualista, que pouco contribui para uma prática democrática. Defende-se a cooperação como um componente essencial para instituir um espaço de escuta-reflexão sobre as regras de convivência.

Então, regras, combinados sociais, devem ser construídos *com* o coletivo, *no* coletivo, *entre* o coletivo, ao invés de ser para o coletivo. Essas palavras “com”, “no”, “entre” permitem atribuir a noção de participação, pois regras de convivência estão em movimento, em processo, nos estágios de alternâncias que podem ser diversas, únicas, exclusivas conforme o grupo social que estejam imersas. O que quero dizer com isso? Que as regras elas mudam conforme a temporalidade, o espaço, as histórias dos sujeitos, elas podem até receber caráter universal, mas elas podem ser modificadas de acordo com a necessidade de cada sociedade, escola, grupo, sala de aula, indivíduos. Regras de convivência não são estáticas, precisam de seres humanos para serem modeladas.

Retomo novamente a questão problematizadora deste artigo: “É possível propiciar na sala de aula dos anos iniciais um espaço de escuta-reflexão sobre as regras de convivência?”. Acredito que ao longo deste texto fui tecendo olhares, brincando com as palavras, jogando com as frases de modo prudente, por assim dizer que é possível à construção de regras de convivência, nos anos iniciais do ensino fundamental, como na educação básica e no universo

de uma faculdade. O papel fundamental do professor é inspirar, envolver seus alunos para uma educação que valorize o respeito mútuo, a justiça, a solidariedade e o diálogo - valores que perpassam qualquer currículo, disciplina, curso, palestra, mas diz respeito ao pulsar da vida, ao ser humano.

Entretanto, são tantos “golpes de estado” que não contribuem para a garantia de liberdade, igualdade, mas, somente com o diálogo e a participação de todos os sujeitos no ambiente escolar, das quais se consegue construir regras de convivência. Apesar disso, o diálogo, com dosagens de justiça, solidariedade, respeito, promove novos rumos para o processo educativo, mudanças nos espaços escolares e não escolares, consolidam práticas docentes emancipatórias, democráticas. Pois, regras de convivência devem ser possíveis de serem vividas.

3 MATERIAL E METÓDOS

Considera-se este estudo qualitativo do tipo pesquisa-intervenção (IVENICKI; CANEN, 2016). Onde teve como sujeitos 25 alunos, de uma turma de 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também 3 professores, que, lecionam na turma em questão. Os sujeitos que participaram deste estudo estavam cientes da pesquisa e da produção deste artigo, já que a instituição em que estão devidamente matriculados deixa claro, que registros podem acontecer ao longo das aulas, no sentido de promover eventualmente produção científica. Por assim envolver crianças neste estudo, os mesmos tinham clareza da pesquisa e seus respectivos familiares – onde assinaram o termo de uso de imagem e participação de estudos ao ato da matrícula. No entanto, o estudo aconteceu em uma escola pública, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, entre o mês de março a abril do ano de 2018.

Os instrumentos metodológicos (gravações de áudio/vídeo, fotografia e relatório) contribuíram para produção de dados deste estudo, onde iniciou com a “caixa de sugestão”, cujos alunos tiveram que registrar sugestões/críticas sobre o cotidiano escolar. Após duas semanas, esta atividade lúdica se desdobrou em um “Encontro de diálogos e reflexões”, onde os alunos conversaram com os professores e seus colegas sobre seus escritos na “caixa de sugestão” e como podem contribuir para a construção das regras de convivência na turma que frequentam. A última etapa deste processo de discussão preocupou-se em sistematizar as regras de convivência que foram construídas na interação com professores-alunos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira atividade lúdica “Caixa de Sugestões” (FIGURA 1), permaneceu em sala de aula durante duas semanas, cujos alunos escreviam sugestões/críticas sobre as situações que acontecem no ambiente escolar.

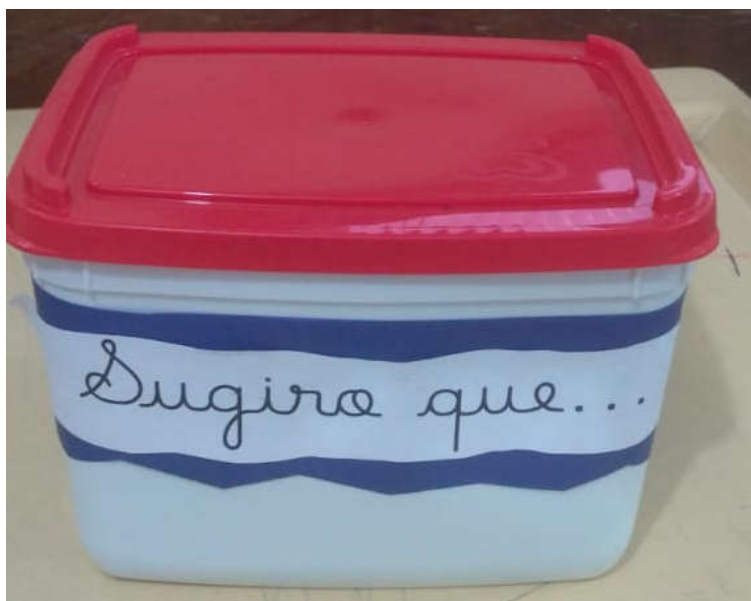


Figura 1: Caixa de Sugestões. Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Os mesmos registraram em tiras de papel em formato de letra cursiva, no traçado da letra de formas suas opiniões sobre a escola, a relação professor-aluno, as visões de mundo, o que agrada na sala de aula, o que precisa ser modificado e até mensagens do quanto se sentem felizes na escola. Dentro da caixa estão às anotações, as percepções do que sugeriram para mudar em sala de aula. Assim, “sugiro que...”: quando um ou mais alunos se desentenderem o professor deve conversar individualmente com todos os envolvidos, em vez de chamar atenção de toda a turma destacou um aluno (Figura 2). Outra criança sugeriu o conserto do ar condicionado. Outros mencionam a dimensão da paz, descrevendo que a turma venha ter paz. Mais um aluno sugere que os seus colegas de classe devem ouvir os professores. Como também se a existência de mais tempo livre e mais brincadeiras (FIGURA 2).

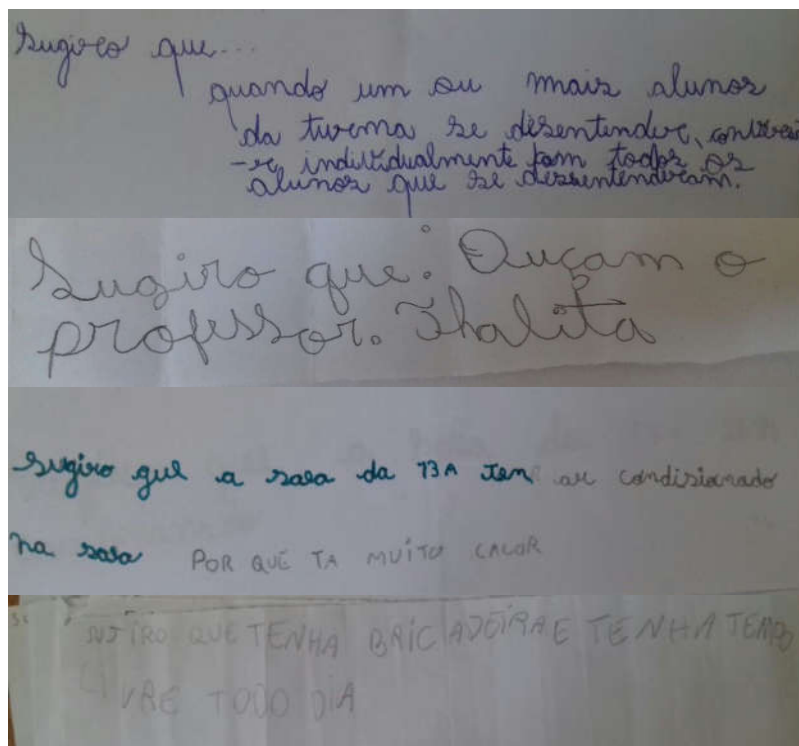


Figura 2: “Sugiro que...” Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Ao analisar estes primeiros escritos, dos alunos do terceiro ano, dos anos iniciais do Ensino Fundamental percebe-se que surgem diversos aspectos quando eles têm que sugerir algo para sala de aula. Desde o conserto do equipamento de ar condicionado, perpassando a relação professor-aluno e até propostas de atividades lúdicas que priorizem as brincadeiras. Nesta direção, apostamos que quando os alunos escrevem suas necessidades, tristezas, motivações, ideias, corrobora para que professores propiciem um espaço escolar que tem como estratégia a pedagogia da mudança (FREIRE, 2011). Aulas democráticas são aquelas onde exista a liberdade de expressão, e, isto foi visto em cada comentário do aluno, por assim relatar o que gostaria que mudasse em sala de aula “ter paz”, chamar atenção somente dos envolvidos, neste elo de comunicação, estabelece princípios democráticos que perpassam a Constituição Federal (1998), os PCNs Ética (1997), onde cada cidadão se desenvolve, principalmente quando vive processos de “participação”.

Em continuidade desta primeira proposta como desdobramento para construir as regras de convivência, promoveu-se um “Encontro de diálogos e reflexões” (FIGURA 3).



Figura 3: Encontro de diálogos e reflexões. Fonte: Banco de dados da pesquisa (2018).

Neste momento, cabe extrair uma parte do relatório elaborado pelos professores ao término da atividade de construir com os alunos em parceria com os professores as regras de convivência. Fragmento que suscita inúmeras reflexões e discussões sobre os quatro princípios balizadores para a formação de um espaço de boa convivência (BRASIL, 1997).

No início da discussão pensamos que os alunos **não conseguiriam chegar a um comum acordo sobre as regras da escola**, da sala de aula e dos professores. Mas, vimos **crianças discutindo**, debatendo de **maneira respeitosa**. Tinham alguns que se exaltavam no calor das emoções. Até esse comportamento, atitude foi importante para mediar cada regra, cada combinado entre os alunos. Destacamos que as crianças também sorriam, e para elas o brincar deve existir com mais frequência. Isso marcou esta reunião. Chegou à sala pega o caderno, a tarefa que foi enviada para casa, organize sua mesa, faça a sua agenda, não grite, respeite o colega, compre a ficha do lanche no horário do recreio foram os assuntos que permearam esta conversa com os alunos. Muito diálogo! Diálogo! Tem também o aluno que disse as regras e como burlá-las. Exemplificando: “digo que quero ir ao banheiro, mas vou mastigar um chiclete” destacou B. balançando na cadeira (RELATÓRIO, ABRIL DE 2018, *grifo meu*).

Na visão dos professores envolvidos também neste estudo eles mencionam que tinham uma concepção de que os alunos não conseguiriam chegar a um comum acordo. No entanto, para se construir regras de convivência, momentos de desordem podem surgir, dificuldades, conflitos entre alunos, até mesmo com professores. Mas, se todos aspiram à promoção de um ambiente respeitoso, de muita ajuda mútua, sendo solidário, cooperativo, justo, e, as regras passam a existir e fazer sentido para todos.

Os professores liam em voz alta, as anotações dos alunos que estavam na caixa de sugestões (Figura 1 e 2) - e dessa maneira as ideias para uma escola transformadora conforme Saltini (2008) ganham vida, ao falar de sentimentos. Princípios são divulgados, problemas são

expostos, pedidos de paz são proclamados para escola, entre alunos e docentes, surgindo assim currículos que expressam vida.

Professor 1: esse é o momento para conversar e trocar ideias.

Aluno 1: É... a turma não está com o comportamento legal.

Aluno 15: eu acho que a turma é muito bagunceira, pois não deixa a professora de artes falar.

Aluno 6: Piadinhas

Aluno 20: Não deixar o professor falar.

Aluno 12: Respeito! Se coloque no lugar do outro.

(TRANSCRIÇÃO ÁUDIO/VÍDEO, MARÇO DE 2018).

Com a apresentação desses dados nesta seção “resultado e análises” a sala de aula começa a habitar outro lugar - o lugar da construção do conhecimento e troca de valores. Entretanto, após duas horas de discussão com os alunos, montaram-se as “Regras de convivência da turma do 3º ano”.

- Esperar a vez para falar
 - Evitar falar e fazer coisas que fujam do tema da aula
 - Respeitar e ouvir os professores e colegas
 - Desentendimentos serão resolvidos com diálogo
 - Assumir os erros que cometer
 - Ter cuidado com os materiais pessoais e de minha escola
 - Não magoar os colegas com as palavras e atitudes
 - Melhorar a escuta (aprender a ouvir e dialogar)
 - Respeitar o direito de fala
 - Dialogar e respeitar o diferente
- (RELATÓRIO, ABRIL DE 2018).

5 CONCLUSÃO

Concluiu com este estudo, que é possível construir regras de convivência na parceria entre professores e alunos, tendo como princípio norteador o respeito, o diálogo, a justiça e a solidariedade. Sendo a dialogicidade, a escuta sensível, indispensáveis para a existência de regras, que levam em consideração a subjetividade de cada sujeito. Criar regras com a participação de todos é pôr em prática ações democráticas, isto é viver a democracia, e neste caso, é também pensar currículos “pensadospraticados” (OLIVEIRA, 2012). Construir regras de convivência é um movimento diário, processual, democrático, que pode envolver desde criança até idosos, mesmo neste estudo, cujo foco foram alunos do 3º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, leva a concluir que regras de convivência são necessárias e elas se constroem de mãos dadas, para sentir, perceber o outro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 11 de fev. de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Ministério da Educação: Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 11 de fev. de 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: a apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 16 de fev. de 2019.

DUBET, F. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. **Revista Brasileira de Educação**, nº 5-6, maio-dez/1997, 222-231, 1997.

FERREIRA, A. V; SIRINO, M. B.; MOTA, P. F. A autonomia, a convivência e a hospitalidade como formas de construção de práticas-educativas na Educação Integral em(m) Tempo Integral. In: FERREIRA; A. V; SIRINO, M. B.; MOTA, P. F.(Orgs). **Pedagogia Social e Educação Integral**: campos educacionais em construção no Brasil. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 34ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IVENICKI, C; CANEN, A. **Metodologia da Pesquisa**: rompendo fronteiras curriculares. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2016.

OLIVEIRA, I. B. Contribuições e Boaventura de Sousa Santos para a reflexão curricular: princípios emancipatórios e currículos pensadospraticados. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.8 n.2 Agosto, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/viewFile/10984/8104>.

SALTINI, C. J. P. **Afetividade e Inteligência**. 5ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2007.

RESISTÊNCIA NOS TRIBUNAIS: O CASO XUKURU NA CORTE INTERAMERICANA

Luiz Henrique Guimarães Senna¹

Resumo - Mesmo após a inédita condenação internacional por violações aos direitos indígenas, a violência e a insegurança jurídica ainda ameaçam as garantias fundamentais e o usufruto pacífico das Terras Indígenas, contrariando o disposto na Constituição da República e nos tratados e nas convenções internacionais. Por mais que a Sentença do caso Xukuru não tenha sido a mais satisfatória possível, no entanto, aponta-se o uso das vias judiciais como uma forma de resistência, no sentido que os indígenas das Américas ainda resgatam seus costumes e sua soberania por meio dos tribunais internacionais. O presente resumo expandido demonstrou a fundamentação dos autores da Escola Ibérica da Paz não apenas como um marco para o direito internacional, mas como uma fonte material nas decisões exaradas na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, portanto, tornou-se um espaço privilegiado para as demandas indígenas.

Palavras-chave: Resistência(s) indígena(s). Escola Ibérica da Paz. Corte Interamericana de Direitos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

O caso contencioso Xucuru e membros vs Brasil na Corte Interamericana (CtIDH) é emblemático por ter sido a primeira vez na história que o Brasil é responsabilizado em nível internacional por violações aos direitos indígenas. Como habitantes originários do território brasileiro, na medida em que são desrespeitados nos seus direitos fundamentais, torna-se imperativo pensar que o processo de conquista ainda está em curso. Dessa forma, a Sentença da CtIDH demonstra que a violência e a insegurança jurídica seguem sendo implacáveis para com os povos indígenas que ainda sobrevivem e, de diversas formas, resistem há cinco séculos de etnocídio².

¹ Graduando em Direito pelo UNIPTAN. Graduando em História pela UFSJ.

Pesquisador bolsista do CNPq no projeto "Protagonismo Indígena: Escola Ibérica da Paz e o direito de 'resistência ativa' dos indígenas nas Américas", orientado pela profa. Doutora Maria Leônia Resende Chaves (DECIS/UFSJ). Email: lhgsenna@gmail.com.

² O etnocídio é resultado de uma violência direcionada ao aniquilamento de determinadas práticas culturais, de cosmovisões e cosmogonias, de línguas, enfim, é um ataque a uma determinada forma de pensamento pela negação da terra, pelo apagamento forçado da história ou mesmo pelo discurso de superioridade civilizacional norteado pelo etnocentrismo, tão comum nas práticas de dominação ocidentais.

Os direitos e garantias fundamentais reconhecidos pela Constituição da República têm a natureza congênita, ou seja, remonta ao indigenato, conceito do jurista João Mendes Junior, elaborado ainda no início do século XX. Estão organizados no capítulo Dos Índios: os artigos 231 e 232 garantem o acesso à justiça bem como a garantia das tradições, dos costumes, da organização social, das línguas, das crenças e, principalmente, reconhecem o direito originário às terras indígenas. Ainda que restem problemas quanto à interpretação restritiva destes artigos, por exemplo, com o Marco Temporal e com o Renitente Esbulho, sem dúvidas se configura em avanço sem precedentes no constitucionalismo brasileiro.³ Naturalmente, as conquistas constitucionais e dos tratados internacionais pelos povos originários nas Américas não são frutos da caridade dos seus respectivos Estados, mas sim da intensa movimentação e articulação política desses atores.

Outrossim, com a insurgência do neoconstitucionalismo⁴ nas Américas, consoante seu caráter descolonizador, a partir da década de 1980, em todo continente sul-americano, fortaleceram as políticas indigenistas em nível nacional e em nível internacional. Em nível nacional, por meio das constituições e, em nível internacional, por meio dos tratados e convenções, a saber, a Convenção 169 sobre povos tribais e indígenas da OIT, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas, os quais consolidaram tantos avanços nesta causa, e possibilitaram que hoje o Brasil pudesse ser condenado internacionalmente.

O presente resumo expandido é resultado da proposta de trabalho acadêmico na matéria de Direito Constitucional e confluiu com a temática trabalhada em pesquisa de iniciação científica, intitulada “Protagonismo Indígena: Escola Ibérica da Paz e o direito de ‘resistência ativa’ dos indígenas nas Américas”. Tem como objetivo apresentar a Escola Ibérica da Paz⁵

3 Sobre a natureza constitucional dos direitos indígenas e suas interpretações restritivas, consultar **Parecer** de 2016 do advogado e Professor titular aposentado da Faculdade de Direito da USP, José Afonso da Silva.

4 Merecem destaque as constituições da Bolívia e do Equador como as mais avançadas quanto ao caráter descolonizador, as quais incorporaram a cosmovisão indígena por meio de princípios constitucionais, por exemplo, a *Pachamamma* (Terra Mãe) e o *Sumak Kawsay* (Bem Viver).

5 “Escola Ibérica da Paz” ou “Escola Peninsular da Paz” é a expressão cunhada pelo Professor Pedro Calafate, coordenador do projeto de investigação *Corpus Lusitanorum de Pace: a contribuição de Portugal para a Escola Peninsular da Paz (séculos XVI e XVII)*.

como uma fonte material para as decisões dos magistrados na Corte Interamericana, tornando-se um tribunal privilegiado para as demandas indígenas. Também, mesmo considerando as vias judiciais como um espaço de resistência indígena, demonstrar como a Sentença do caso contencioso Xucuru e membros *vs* Estado brasileiro ainda não responde satisfatoriamente às suas demandas, constatando a partir de dados e relatórios que a violência e o desrespeito aos direitos fundamentais dos povos originários permanecem mesmo após a condenação internacional.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em função da proximidade temporal da Sentença é imprescindível registrar a impossibilidade de uma análise precisa e exaustiva dos seus efeitos, pois muitas das suas determinações de restituição ainda não extinguiram o prazo. Assim mesmo, a condenação internacional do Estado brasileiro é um divisor de águas para os direitos indígenas, servirá de exemplo para a incursão de outros povos na mesma Corte e também gera a possibilidade de se observar o alcance das obrigações dos direitos internacionais no Brasil. Ocorre que a recente visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)⁶ ao Brasil demonstra sérias preocupações no que tange ao desrespeito aos direitos congênitos e às garantias fundamentais dos povos indígenas. Menos de um ano após uma condenação internacional, diversas outras violações têm ocorrido em detrimento desses povos originários, o que inevitavelmente levará novos casos contenciosos à *CtIDH*.

A problemática é que o procedimento para ingressar na Corte Interamericana exige um longo caminho, sendo requerido que o caso tenha passado por todas as instâncias do direito

6 Entre os dias 5 e 12 de novembro de 2018, a CIDH fez uma visita ao Brasil para observar a situação dos direitos humanos no país, tratando-se da segunda visita, sendo a primeira há mais de vinte anos. A delegação visitou diversos estados e municípios para levantar dados, testemunhos, reclamações e comunicações nos mais diversos campos sociais, desde a situação carcerária e dos refugiados até os territórios tradicionais de ribeirinhos, quilombolas e indígenas. As observações produziram um relatório preliminar e uma série de recomendações ao Estado brasileiro.

pátrio. Ora, não é novidade que os litígios processuais que envolvem a temática indígena são marcados pela violência, dentro e fora dos tribunais. A insegurança jurídica e a violência física ofendem duplamente e alimentam-se de forma simbiótica - literalmente, faz-se sentir na pele - como comprova o relatório *A Que Preço?*⁷.

Segundo a ONG Global Witness, em seu terceiro relatório anual, o Brasil é o país mais letal para defensores da terra e do meio ambiente: somente em 2017, 57 assassinados são brasileiros entre os 207 casos em todo o mundo e, deste total, um quarto se referem especificamente a indígenas. Como se não bastassem os homicídios, aquele ano também foi o de maior número de massacres, nos quais em sete casos pelo menos quatro pessoas foram mortas ao mesmo tempo. O supracitado relatório ainda tem o mérito de apontar quais são os negócios envolvidos nessa violência, e se destacam setores historicamente ligados ao processo de conquista do território brasileiro e, conseqüentemente, ao etnocídio movido contra as populações indígenas, a saber, setores da mineração e, principalmente, o setor agropecuário. Para completar, a situação se agravou naquele ano de 2017 com o esvaziamento de políticas públicas, redução orçamentária de órgãos como o INCRA e a FUNAI, o que indica a omissão e, algumas vezes, a participação do Estado brasileiro em recorrentes episódios de violência. Ora, a indistinção entre os interesses públicos e privados aparecem aqui de forma evidente, principalmente quando se constata a ligação dos setores empresariais que investem tanto na violência como também nos cargos eletivos do legislativo e do executivo, quando não no próprio judiciário⁸.

7 Logo nas primeiras páginas, após uma nota dedicada à memória de todos os assassinados de 2017, o relatório aponta a frágil situação dos direitos indígena e ambiental em face dos interesses políticos e econômicos: “Ao invés de tomar medidas para acabar com os ataques contra os defensores, o presidente Michel Temer e os legisladores brasileiros estão ativamente enfraquecendo as leis e as instituições destinadas a proteger os direitos à terra e os povos indígenas. Ao mesmo tempo, eles decidiram tornar mais fácil para as grandes empresas – aparentemente imperturbáveis pelo devastador custo humano e ambiental de suas atividades – intensificarem a exploração de ecossistemas frágeis.”

8 Com relação aos procedimentos demarcatórios de Terras Indígenas e seus trâmites jurídicos, Henyo Barretto (2017, p. 220) demonstrou “como a participação de representantes de entes federados e a realização de mesas de diálogo prévias às deliberações administrativas, sinalizam para a crescente subordinação da demarcação de TI’s a injunções marcadamente políticas, vulnerabilizando os direitos territoriais.” Vale destacar que o procedimento dos Tapeba e dos Xukuru se identificam apenas no que tange ao aspecto da violência institucionalizada: as circunstâncias processuais dos Xukuru foram levadas às últimas consequências, tendo passado por todas as

Essa é a face obscura desses trâmites judiciais, enquanto as decisões são proteladas, sistematicamente as lideranças indígenas e seus aliados foram e continuam sendo assassinados. A violência física só tem explicação quando relacionada com a violência institucionalizada. Então, com a evidência dos fatos contidos em ambos relatórios, constata-se que a inédita condenação internacional não foi suficiente para fazer cessar o desrespeito aos direitos indígenas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto ao caso Xucuru, desde o início do procedimento administrativo de demarcação até a data da condenação internacional, contabilizam-se quase trinta anos. Desde então, o que se destaca é a insegurança jurídica marcada por ameaças, assassinatos, perseguição e criminalização. Entre pedidos de reintegração de posse e recursos de apelação nos tribunais, nos campos, a marca principal era a violência.

Em 1998, a maior liderança indígena da região, responsável pela retomada estratégica dos territórios encantados e também quem deu início ao processo de etnogênese⁹ dos Xucuru, Cacique Xicão foi assassinado depois de inúmeras ameaças publicamente denunciadas. Enquanto havia indecisão nos órgãos do judiciário, num contexto de insegurança e ameaças, os litigantes se matavam no intuito de fazer justiça com as próprias mãos, pois a presença de não indígenas na região e a existência de interesses particulares provocaram dissidências e conflitos internos na própria comunidade indígena.

Ora, trata-se de um *modus operandi*: situações que se repetem em diversas regiões, variando às vezes em algum aspecto específico, mas demonstra que a insegurança jurídica e a

instâncias do direito pátrio e finalmente chegando à Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao contrário do acordo judicial dos Tapeba.

9 Fenômeno característico do movimento transnacional indígena no contexto da redemocratização política, trata-se justamente do resgate das tradições culturais milenares que foram abandonadas ao longo do processo de conquista nas Américas, ou mesmo a reinvenção de práticas indígenas consoante sua cosmovisão e cosmogonia. A reafirmação das identidades étnicas, bem como a defesa de seus direitos são fundamentais para redefinir o lugar do índio na sociedade brasileira. Foi justamente com o processo de etnogênese que se deu o início dos conflitos que levaram os Xucuru do Ororubá à Corte Interamericana.

violência física estão intimamente ligadas. Então, o Estado brasileiro mostra-se incapaz de promover o procedimento administrativo de demarcação de Terras Indígenas adequadamente, e pior, contraria o próprio artigo 67 das disposições constitucionais transitórias, que coloca prazo de cinco anos para a conclusão de demarcações de terras indígenas, a partir da promulgação da Constituição.

Como resposta à incapacidade estatal somada à interferência de terceiros nas demandas indígenas, o que resta é a judicialização de seus direitos. Ainda que a legitimidade para ingressar em juízo seja uma conquista recente da Constituição da República, segundo Thomas Duve (2017) existe uma larga tradição dos povos indígenas na utilização das vias judiciais para garantia de seus direitos. Os sistemas legais têm sido um campo aberto de investigação que intercala aspectos da história jurídica global e da etnohistória.

A demonstração das vias judiciais como uma arena de encontro e negociação acaba revalorizando os indígenas como agentes ativos de sua história, apontando que o processo de conquista não se deu somente pela violência e opressão. Os tribunais reais e eclesiásticos eram formas de agenciamento para além do enfrentamento físico, ou seja, verdadeiros espaços de resistência. Nesse sentido, a judicialização dos direitos indígenas não é tão recente quanto a promulgação da Constituição da República. Então, contemporaneamente, os tribunais continuam sendo usados, e, por mais que ainda suscite problemas, a Corte Interamericana de Direitos Humanos é um espaço privilegiado para a incursão das demandas indígenas.

No caso Xukuru, o reconhecimento internacional da responsabilidade do Brasil pelas violações dos direitos indígenas foi apenas parcial, mas não deixa de ser uma vitória sem precedentes nesta matéria. Merece destaque a perenidade e atualidade da Escola Ibérica da Paz no campo do Direito Internacional, que neste caso específico foi referenciada em *Amicus Curiae*¹⁰ como fonte material para os magistrados da Corte Interamericana.

10 Entre as cinco peças de *Amicus Curiae* recebidas pela CtIDH para o caso Xukuru, especificamente estamos tratando daquela que foi produzido pela Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e pelo Grupo de Pesquisa de Direitos Humanos do Amazonas, sob coordenação de Sílvia Loureiro e Pedro Calafate. Essa peça judicial é desdobramento do projeto intitulado ‘*De Restitutione: A Escola Ibérica da Paz e a Idéia de Justiça na Ocupação da América (Século XVI)*’.

Membros do alto clero peninsular, ligados à tradição do contratualismo tomista, a segunda escolástica, intelectuais de profunda erudição e professores de cátedra em universidades como Coimbra, Évora, Salamanca, Alcalá de Henares - o Quadrilátero das Luzes, segundo Calafate (2014), devido à ampla rede de comunicação e a troca de ideias, responsável por lançar as bases da modernidade peninsular e inaugurar o conceito moderno de comunidade internacional. Nesse sentido, ao evocar a paridade de soberanias entre as nações indígenas e as nações europeias, questionaram frontalmente as autoridades eclesiásticas e temporais sobre a legitimidade, legalidade e moralidade do processo de colonização nas Américas¹¹.

De acordo com Cançado Trindade (2014) além de erigirem um legado humanista de convivência entre os povos de distintas coordenadas culturais, os ensinamentos dos pais fundadores do direito internacional constituem vozes que ainda ecoam nos tribunais internacionais contemporâneos. Em consonância com o supracitado jurista, Silvia Loureiro também destaca a importância do reconhecimento da personalidade e capacidade jurídica dos seres humanos a nível internacional, como nos primórdios do direito das gentes. Depreende-se que é disso que se trata o retorno aos ensinamentos da Escola Ibérica da Paz, invocado por ambos autores, para “remover os velhos obstáculos reafirmados ao longo do século XX para, enfim, construir-se a subjetividade e capacidade de agir das vítimas coletivas de violações de direitos humanos” (LOUREIRO, 2015, p.196).

A localização recente dos manuscritos da Escola Ibérica da Paz torna imperativo repensar, inclusive, o marco tradicional do Direito Internacional, pois os tratados da Paz de Westfália, em sua essência voluntarista, parecem representar apenas uma vertente desse campo jurídico. Aliás, segundo Loureiro (2015, p.131), a influência do paradigma westfaliano é o que formatou a elaboração de um Direito Internacional essencialmente interestatal, “uma ideia

11 Ao contrário da versão oficial da história indígena no Brasil, aquela em que o processo de conquista dos seus territórios e das suas almas foi inequívoco e inquestionável, a localização e tradução de alguns manuscritos inéditos da Escola Ibérica da Paz indica que houve sim um exame crítico de consciência sobre a colonização. Loureiro (2015) comprova a influência desses tratados na fundamentação e elaboração de diversas leis coloniais protetivas às populações indígenas. Dessa forma, fica evidente a relevância que tinham suas críticas para o Papa e para os Imperadores, justamente no momento em que discutiam quais as implicações da ‘descoberta’ do Novo Mundo. Também justifica a importância dessa fonte material para os tribunais internacionais contemporâneos nas demandas indígenas.

eurocêntrica e monosubjetiva”, em que “o *jus gentium* foi sendo gradativamente substituído pelo Direito dos Estados nacionais”. Nessa perspectiva, os povos indígenas são excluídos da comunidade internacional, ao contrário daquilo que defendiam os autores do contratualismo escolástico, os expoentes da Escola Ibérica da Paz.

4 CONCLUSÃO

Como demonstrado, a marca da violência no processo de regulamentação do território indígena Xucuru foi configurada dentro e fora dos tribunais. Ficou constatado que a insegurança jurídica foi fator determinante das tensões que marcaram esse conflito. Ainda que se tenha destacado os diversos problemas acarretados pelo uso das vias judiciais, a saber, a violência e a insegurança jurídica, a Corte Interamericana apresenta-se como um espaço privilegiado para conhecer e julgar as demandas indígenas: esse fato está ligado ao reconhecimento da tratadística da Escola Ibérica da Paz como fonte material para as decisões dos magistrados em tribunais internacionais.

Porém, a importância da jurisdição internacional num caso como este vai além das reparações localizadas e específicas para a parte lesada. Não houve na Sentença um caráter pedagógico, principalmente quando se constata que as violações aos direitos e a violência física continuam mesmo após a condenação. Uma das principais omissões deste caso contencioso foi o reconhecimento da situação de insegurança jurídica, mas, em sentido oposto, não ordenar ao Estado brasileiro a adoção de medidas de direito interno para resolver esses conflitos. Nesta perspectiva, as respostas da Corte Interamericana não foram as mais adequadas para fazer cessar as violações aos povos indígenas do Brasil.

Entretanto, com relação aos demais casos de violações aos direitos indígenas no Brasil, espera-se que estes povos assumam a centralidade que lhes são devidas perante a comunidade internacional, e resistam. Neste caso em concreto, a resistência não somente foi necessária, mas é exemplar por parte dos Povos Xucuru.

Nesse sentido, é essencial que o legado humanista da Escola Ibérica da Paz permaneça vivo no pensamento dos juristas contemporâneos, a exemplo de Antônio Augusto Trindade Cançado (2014, p. 108), para quem “torna-se imperativo recorrer ao pensamento dos ‘fundadores’ da disciplina” na reconstrução do *jus gentium* do século XXI. Ou seja, trata-se da realização da justiça pela renovação de uma consciência humana universal como fonte material na jurisprudência, pois ainda não se pode constatar que os povos indígenas nas Américas gozam

da paz e justiça que têm direito, como categoricamente nos ensinam aqueles justicólogos da segunda escolástica. Esse é o resgate necessário para um direito internacional humanista, um campo em que ética e a justiça possam prevalecer, em que as razões da humanidade prevaleçam em face às razões de estado. Portanto, o resgate deste legado é essencial para fazer cessar a crueldade e a tirania com que os povos indígenas ainda são tratados.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Henyo. Protagonismo como Vulnerabilização em Demarcação de Terras Indígenas: o caso do acordo judicial para demarcar a terra Tapeba. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.37, nº75, 2017.

CALAFATE, Pedro. GUTIÉRREZ, Ramón E. Mandado (dir.). **A Escola Ibérica da Paz: a consciência crítica da conquista e colonização da América/ Escuela Ibérica de la Paz: la conciencia crítica de la conquista y colonización de América: 1511 – 1694**, Prefácio de Antônio Augusto Cançado Trindade. Santander: Editora da Universidade da Cantábria, 2014.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Prefácio. In: CALAFATE, Pedro. GUTIÉRREZ, Ramón E. Mandado (dir.). **A Escola Ibérica da Paz: a consciência crítica da conquista e colonização da América**. Editora da Universidade da Cantábria, 2014.

CORTE IDH. **Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil**. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 5 de fevereiro de 2018. Série C No. 346.

DUVE, Thomas. Indigenous Rights in Latin America: a legal historical perspective. **Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series**, n. 2017-02, p.1-20.

GLOBAL WITNESS. **A que preço?** Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017. ONG Global Witness, Reino Unido, 2018. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/a-que-preço/>> Acesso em: 19 fev. 2019.

LOUREIRO, Silvia Maria da S. A Doutrina Ibérica da paz face aos Desafios do Encontro com os Povos do Novo Mundo. In: **A Reconstrução da Subjetividade Coletiva dos Povos Indígenas no Direito Internacional dos Direitos Humanos**. O Resgate do Pensamento da Escola Ibérica da Paz (Séculos XVI e XVII) em Prol de um novo Jus Gentium para o século XXI. Rio de Janeiro PUC, Departamento de Direito, 2015. [tese de doutorado].

SATISFAÇÃO E RETENÇÃO DE CLIENTES NA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA X

Douglas Augusto de Assis¹
Fabrícia Aparecida da Silva¹
Júnior Moura Malaquias²

Resumo - Construção civil é a atividade que engloba a produção, confecção, demolição, reforma e ampliação de edificação ou qualquer outra estrutura ligada ao solo ou ao subsolo, sendo o cliente como grande impulsionador desta cadeia produtiva. O presente artigo teve como objetivo identificar o nível de satisfação dos clientes de uma empresa que atua na construção civil, bem como a fidelidade dos mesmos com a organização. Para tanto, foi realizado um estudo de caso em uma empresa situada na região do campo das Vertentes, em Minas Gerais. Foi realizada uma pesquisa de mercado, por meio da aplicação de questionários, que analisaram o nível de satisfação por meio da ferramenta mercadológica 4Ps (Preço, Praça, Promoção e Produto). Assim, pode-se identificar os pontos positivos e negativos da empresa objeto de estudo, cabendo a empresa melhorar em aspectos que os clientes valorizam. Para que a organização possa obter vantagem competitiva sobre seus concorrentes.

Palavras-chave: Construção Civil. Pesquisa de Mercado. Satisfação.

1 INTRODUÇÃO

Em um mercado cada dia mais competitivo e globalizado, a necessidade de as empresas criarem estratégias para se manterem no mercado, tornou-se algo necessário para expansão de qualquer negócio, além de obterem vantagens competitivas. O número elevado de empresas e o fácil acesso até elas devido ao mundo digital, levam a uma necessidade de buscarem por um diferencial de mercado, por meio de programas diferenciados para clientes, que visam a satisfação destes com a empresa.

Nesse contexto, o programa diferenciado para os clientes da empresa, torna-se fundamental, uma vez que por meio deles, as empresas conseguem alinhar seus objetivos, garantir um melhor desempenho além de criarem estratégias para atingirem suas metas estabelecidas.

1 Discente do Curso de Engenharia de Produção no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN.

2 Docente dos Cursos de Administração e Engenharia de Produção do UNIPTAN.

E-mail para contato: douglasaugustoassis@gmail.com.

A empresa X objeto de estudo, atende a região do campo das vertentes, nas cidades de São João del-Rei, Lagoa Dourada e região. A empresa oferece serviços e soluções em concretagem para obras, atendendo desde lajes, piscinas e reservatórios, pisos, serviços estruturais, concretagem de secagem rápida e prolongada.

Assim, considerando a satisfação do cliente essencial, a pergunta problema que se resulta desse estudo de caso é: Qual o nível de satisfação dos clientes da empresa X na cidade de São João del-Rei? Isso se justifica socialmente para verificar os pontos positivos e negativos da empresa X com o intuito de buscar melhorias contínuas e a otimização de processos na empresa. Além disso, profissionalmente se justifica pela busca de conhecimentos do ramo de atuação da organização X e ferramentas mercadológicas.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar o nível de satisfação dos clientes da empresa X. Bem como analisar suas necessidades, reclamações e desejos para com a empresa. Com relação aos objetivos específicos esta pesquisa pretende: Compreender e relatar a satisfação dos clientes por meio da ferramenta mercadológica 4Ps (Preço, Praça, Produto e Promoção); Verificar o nível de fidelidade dos clientes para com a empresa objeto de estudo; Analisar se a empresa cumpre com a pontualidade na entrega do produto para com o cliente; Elencar os resultados alcançados com a pesquisa de mercado; Realizar o feedback dos dados coletados para a empresa objeto de estudo, com o intuito de realizar melhorias na mesma.

Dessa maneira para realização desse estudo, a metodologia utilizada será a pesquisa qualitativa e pesquisa de campo, que serão feitas por meio da aplicação de questionários, para uma amostra de 15 clientes da empresa no município de São João del-Rei.

1.1 Construção Civil

Segundo o Ministério da Educação – MEC, (2012), construção civil é a área que abrange todas as atividades relacionadas às funções de planejamento, execução e manutenção de obras em diferentes segmentos. Este termo engloba a confecção de edifícios, estradas, portos, aeroportos, canais de navegação, túneis, instalações prediais, obras de saneamento, fundição e dentre outras. Assim, uma obra de construção civil realiza atividades como a construção, a demolição, a reforma, ou qualquer outra benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo (RECEITA FEDERAL, 2015).

Mesmo com uma queda, este setor de acordo com Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT; FGV PROJETOS, 2017) apresentou uma

representatividade de 8,57% no PIB brasileiro. E dentro de sua cadeia produtiva as atividades que mais se destacam são de Construção, Indústrias de Materiais, Serviços, Máquinas e Equipamentos e Outros Fornecedores. Desta forma, observa-se que as atividades de Construção apresentam importância estratégica como impulsionadora para cadeia produtiva, cerca de 60,95%, seguida de 11,36% da Indústrias de Materiais (ABRAMAT; FGV PROJETOS, 2017).

Para realização de suas atividades, há a necessidade de algumas matérias-primas, e a que vem ganhando destaque devido ao seu aumento de consumo, que é o concreto. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Serviço de Concretagem (ABESC), o concreto é um material de construção composto por uma mistura de cimento, areia, pedras britadas, água e aditivos.

Ele é o material estrutural de maior uso na atualidade, não é nem tão resistente nem tão tenaz quanto o aço, apresentando propriedades como versatilidade, durabilidade, alta resistência a água e economia. As razões para o uso tão difundido do concreto são: a facilidade com que elementos estruturais de concreto podem ser executados, e por ser mais barato e mais facilmente disponível no canteiro de obra (MEHTA; MONTEIRO, 1994).

No presente estudo, a empresa objeto de pesquisa atua na cadeia produção, indústria e materiais. Segundo a Federação de Indústrias de São Paulo (FIESP):

A Indústria de Materiais de Construção contempla todas as atividades de transformação de insumos nos mais diversos produtos utilizados pela construção. Os materiais de construção possuem destinações diversas, como a distribuição no comércio atacadista e varejista, a venda direta às construtoras, a destinação ao comércio exterior e a utilização em sistemas construtivos industrializados, que consistem na pré-fabricação de componentes modulares para obras (FIESP; DECONCIC).

Diante deste cenário, empresas e pessoas que buscam por um diferencial com relação a qualidade, agilidade e sustentabilidade, o concreto dosado em central (CDC), popularmente tratado como usinado, tem ganhando espaço. Para Santos (*apud* Frigieri, 2012), “O concreto preparado em centrais cresce a uma taxa superior ao crescimento da construção civil porque seus sistemas construtivos têm ganhado a preferência dos construtores e porque tem caído o número de obras que rodam concreto sem o uso do serviço das concreteiras”. Uma pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) projetou que a produção de concreto dosado em central atingiria 72,3 milhões de m³ em 2017, crescendo a uma taxa de 7,1% nos próximos quatro anos (ABCP, 2013).

Nota-se, que a construção civil contribui significativamente para o PIB brasileiro, em especial a área de construção. O concreto é o segundo produto mais consumido no mundo, e a

demanda por concreto usinado tem crescido nos últimos anos. Desta forma, empresas que fabricam esta matéria prima, denominadas concreteiras, precisam estar buscando um diferencial diante deste mercado cada vez mais competitivo. Assim, identificar as necessidades de seus clientes, e identificar os seus pontos fracos e fortes trará maiores informações para um planejamento estratégico da companhia.

1.2 Marketing

Na economia Global, o Marketing tem se tornado um tema central especialmente para aquelas empresas que estão em busca de uma vantagem competitiva. Segundo Las Casas (2001) é por meio do marketing que muitos executivos conseguem aprimorar os resultados de sua empresa. Podendo assim, torna-se um diferencial para aquelas que desejam alcançar o sucesso.

Kotler e Keller (2006, p. 4) diz que o marketing é “um processo social pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam por meio da criação, da oferta e da livre troca de produtos e serviços de valor com outros”. Além disso, afirmam que o marketing identifica e satisfaz as necessidades dos clientes.

Para Las Casas (2001), a crescente valorização do consumidor fez com que as empresas se orientassem para as necessidades dos mesmos com o intuito de satisfazer e superar suas expectativas. Pois o mercado consumidor torna-se cada vez mais exigente, e para que uma organização possa atingir seus objetivos ela precisa ser mais eficaz que os seus concorrentes, precisando ofertar produtos que tenham um valor para os clientes, superior a seus mercados-alvo escolhidos (KOTLER e KELLER, 2006).

Uma das estratégias utilizadas pelo marketing para que as metas sejam alcançadas e o planejamento seja desenvolvido de forma satisfatório está relacionado ao conhecimento adequado sobre o composto de marketing, denominados 4Ps (Produto, Preço, Praça e Promoção). “O composto de marketing é planejado especificamente para satisfazer as necessidades de cada mercado-alvo no qual a empresa busca alcançar, além de auxiliar a organização a desenvolver uma estratégia de posicionamento” (STEFFEN, 2009, p. 21).

1.3 Ferramentas Mercadológicas

Segundo Kotler e Keller (2006), para que uma organização consiga alcançar seus objetivos de marketing, a mesma deve utilizar um conjunto de ferramentas que são os

denominados composto ou *mix* de marketing. Já para Gioia *et al.* (2013) composto de marketing é o conjunto de estratégias utilizadas pelas empresas com intuito de criar valor para o cliente e atingir seus objetivos.

A conjugação de produto, preço, praça (distribuição) e promoção de acordo com Gioia *et al.* (2013), formam os 4Ps do marketing. De acordo com Las Casas (2001), o produto é considerado o item mais importante do composto de marketing, pois segundo o mesmo não há como ocorrer uma comercialização. Englobam todas as especificações como funções, nome, marca, cor e diferenciações dos demais produtos/serviços que já estão no mercado, além também de se preocuparem com o ciclo de vida dos mesmos.

Segundo Gioia *et al.* (2013, p. 148), “preço é a quantidade de dinheiro que um produtor cobra por seu produto, seja este um bem ou um serviço”. A definição do preço é muito importante para as empresas, pois, está diretamente ligada a lucratividade das mesmas, além disso, também está ligada com a atração consumidora para com o produto. Conforme Las Casas (2001), pode ocorrer um desprezo pelo produto quando o mesmo tiver um preço muito elevado ou muito baixo.

A maneira como os clientes conseguem ter acesso aos produtos também é um aspecto importante que deve ser levado em conta pelas empresas. O fácil acesso ao produto acarreta em maior número de vendas do mesmo. Segundo Las Casas (2001), há algumas diferenças nas atividades de distribuição conhecidas por: canal de distribuição e movimentação física. Canal de distribuição é o sistema de distribuição dos produtos desde o fabricante até o consumidor. A movimentação física é a logística da empresa, é onde ocorre o transporte do produto final para o consumidor final. Englobam atividades como controle de estoque, processamento de pedidos, fretamento etc.

O último item do composto de marketing é a promoção. Promoção está relacionada com a veiculação das informações do produto até os consumidores. Para Gioia *et al.* (2013), a promoção visa impulsionar os clientes potenciais a experimentarem o produto. Conforme Las Casas (2001), a maneira de levar as informações dos produtos até os compradores pode ocorrer por meio de propagandas, venda pessoal, promoção de vendas, merchandising e relações públicas. Tais estratégias visam não somente a lucratividade das empresas como também a satisfação de seus clientes com os produtos e serviços ofertados.

1.4 Satisfação e Valor para o Cliente

De acordo com Kotler e Keller (2006), o cliente somente se sentirá satisfeito se o produto ofertado atender o valor que é formado por meio de suas expectativas. Ainda segundo os autores, as diferenças entre os benefícios e custos de um produto e as alternativas percebidas denominam o valor percebido pelo cliente. Já o valor total para o cliente é a agregação dos benefícios que os consumidores esperam de um determinado produto e serviço. E finalmente o custo total para o cliente, os quais definem como sendo tudo aquilo que envolva a avaliação, obtenção, utilização e o descarte de um produto considerando também os custos monetários, os custos de tempo, de energia física e de custos psíquicos.

Conforme Kotler e Keller (2006), é possível aumentar o valor para o cliente por meio da redução de custos ou por meio da oferta de mais benefícios do produto ou serviço. Essa prática é utilizada por vendedores que possuem um baixo valor de entrega e estão em desvantagem quando comparados aos seus concorrentes. Os mesmos buscam a satisfação e a fidelização de seus clientes.

Para Gioia (2013), a satisfação do cliente é determinada pela expectativa e desempenho do produto, ou seja, se o desempenho do produto atender as expectativas do consumidor, o mesmo ficará satisfeito, caso aconteça o contrário, ocorrerá um desapontamento. O cliente fica altamente satisfeito ou encantado quando o desempenho excede suas expectativas.

“Muitas empresas estão medindo sistematicamente a satisfação do cliente e os aspectos que a influenciam” (KOTLER e KELLER, 2006, p. 143). Uma forma de medir essa satisfação é por meio de levantamentos periódicos. Medir a satisfação dos clientes é uma maneira de avaliar o desempenho da empresa, assim como também identificar quais aspectos devem ser melhorados na mesma.

1.5 Pesquisa de Mercado

De acordo com Yasuda e Oliveira (2012), a pesquisa de mercado tem por objetivo trabalhar os dados e informações obtidas com o intuito de transformá-las em conhecimento para a geração de ações relevantes. Segundo o Sebrae (2013), a pesquisa de mercado melhora o desempenho das empresas devido ao fato de ser utilizada como uma importante ferramenta para a obtenção de informações relacionadas ao mercado que atuam ou que pretendem atuarem.

Segundo Zamberlan (2008), todos os tipos de organizações podem utilizar as pesquisas de mercado, além do mesmo afirmar que essas pesquisas são sistemáticas e objetivas, ou seja, é necessário que seja realizado um planejamento em todas as etapas dessa pesquisa como

também o fornecimento de informações verdadeiras isentos de considerações pessoais. As informações devem ser precisas e imparciais. “A tarefa da pesquisa de mercado é avaliar as necessidades de novas informações e fornecer à gerência informações relevantes, precisas, confiáveis, válidas e atuais”. ZAMBERLAN (2008, p.20). Ainda segundo o autor, essas pesquisas são utilizadas com o intuito reduzir as incertezas na tomada de decisões.

De acordo com Sebrae (2013), a pesquisa de mercado pode ser realizada por meio de nove passos: a) definição do público-alvo e objetivos da pesquisa, b) definição da coleta dos dados, c) definição do método de pesquisa de dados primários, d) definição da amostra, e) elaboração dos instrumentos de pesquisa, f) aplicação da pesquisa, g) tabulação dos dados, h) elaboração do relatório final, e i) tomada de decisões.

Dessa forma, a pesquisa de mercado é uma ferramenta primordial para aquelas organizações que almejam obter um diferencial competitivo. Por meio das informações obtidas torna-se possível tomar decisões corretas quanto ao que se deve fazer para o melhoramento de diversos aspectos dentro de uma empresa. Assim, diante da globalização e do fácil acesso às informações, os consumidores tornaram-se mais exigentes mediante a compra de produtos ou serviços. Por essa razão que a pesquisa de mercado a cada dia vem sendo utilizada dentro de todos os tipos de organizações.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo de caso da empresa objeto de estudo envolverá uma pesquisa qualitativa, quanto a sua forma de abordagem, com o intuito de obter dados primários. Que analisará e interpretará os aspectos mais profundos, fornecendo uma análise mais detalhada sobre a investigação dos objetivos proposto por esta pesquisa (MARCONI e LAKATOS, 2001). Identificar as necessidades dos clientes da empresa X na cidade de São João del-Rei.

Primeiramente, foram realizadas pesquisas bibliográficas na intenção de ter uma base teórica para realização deste trabalho. De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 65) é aquela que “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos [...], que busca entender e analisar as contribuições científicas sobre um determinado tema”. Essas pesquisas foram feitas em periódicos, artigos científicos de diversas bases de dados, livros e sites (GIL, 1999).

Logo em seguida foi assinado um termo de autorização pela empresa, com o objetivo de não divulgar o nome dos clientes da mesma, mas podendo citá-la nesta pesquisa. Então, foi

definido que o método para realizar esta pesquisa de mercado fosse o questionário. Ele é a forma mais usada para coletar dados, devido a possibilidade de medir com melhor exatidão o que se deseja, podendo ser aplicado por elementos preparados e selecionados (CERVO e BERVIAN, 2002).

Após esta definição foi elaborado um questionário composto por 14 questões, sendo 9 fechadas e 5 abertas. Com o objetivo de coletar e analisar as exigências do mercado consumidor, por meio da ferramenta mercadológica 4Ps (produto, preço, praça e promoção). Foi definido pelos autores, que aplicação desta pesquisa de satisfação seria aplicada a todos os clientes atendidos do dia 15/10/2018 à 15/11/2018, totalizando 53 clientes.

Posteriormente, todos estes clientes foram contatados por meio de duas tentativas de ligação telefônica, por um dos autores do presente trabalho. Os que se propuseram a responder a pesquisa de mercado foram o total de 15 clientes, definido desta forma a amostra desta pesquisa. O período de aplicação dos questionários foi do dia 19/11/2018 à 23/11/2018.

De posse dos dados, com o objetivo de analisar as exigências do mercado consumidor, eles foram tratados de forma qualitativa. Na metodologia qualitativa parte-se de tratamentos descritivos e analíticos, utilizando-se o programa Excel, versão 2016, para promover a tabulação dos dados coletados. Para visualização dos resultados obtidos e a apresentação foi realizada por meio de tabelas e gráficos para facilitar a demonstração das informações.

Assim, com base nas entrevistas e nos dados coletados, foi elaborado o presente estudo e analisados os resultados. Dessa forma, permitiu-se aos autores repassar para a empresa, em forma de feedback, o que poderá ser realizado para atender melhor às necessidades de seus clientes. Possibilitando, a organização obter vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando os resultados obtidos pela pesquisa, com relação ao sexo dos respondentes, conforme pode ser observado na tabela 1, a maior parcela de clientes da empresa X na cidade de São João del-Rei, são do sexo masculino. Ou seja, 67%, enquanto que 27% deles são do sexo feminino, e 6% da amostra não quis responder esta pergunta. Infere-se assim, que o domínio do gênero masculino na construção civil ainda é dominante, mas está sendo alterado pelo fato de as mulheres estarem se igualando.

No que diz respeito à faixa etária, houve uma dificuldade em aferi-la, fato justificado pelo constrangimento de alguns entrevistados, cerca de 87%, preferiu não responder esta pergunta. O restante, 13%, estão situados na faixa etária de 26 anos até 35 anos.

Para medir a fidelidade dos clientes com a empresa, a seguinte pergunta foi realizada: quantas vezes já utilizou serviços da nossa empresa. Com os dados obtidos, houve uma relativa uniformidade na sua distribuição. Constatou-se que 34% dos clientes da empresa utilizaram os produtos/serviços por duas vezes, seguido de 20% que utilizou 1 e 3 vezes, e 13% que utilizou 4 ou mais vezes os produtos da empresa. Vale relatar que 13% dos entrevistados não responderam esta pergunta. Observa-se assim, que os clientes que utilizam o serviço uma vez, tem a possibilidade de consumi-lo novamente, cabendo a empresa X fidelizá-los.

Tabela 1- Distribuição da síntese do perfil de consumidor

Variáveis	Absoluto	Relativo
Sexo: Masculino	10	67%
Faixa Etária: De 26 a 35 anos	2	13%
Utilização Produtos: 2 vezes	5	34%

Na segunda parte da pesquisa, foi realizado perguntas fechadas para identificar o nível de satisfação dos clientes da empresa X por meio da ferramenta mercadológica 4Ps (Preço, Praça, Promoção e Produto).

Para identificar a relação de satisfação e preço, a seguinte pergunta foi realizada aos clientes, qual o nível de satisfação com o preço do produto ofertado pela a empresa. Os resultados obtidos estão representados no gráfico 1.

Percebe-se, que há uma distribuição dos dados, 34% responderam como regular, 33% como bom e excelente. Nenhum dos entrevistados optou por colocar seu nível de satisfação como péssimo ou ruim. A empresa deve analisar os clientes que a classificam como regular, pois eles podem ao comprar novos produtos comparar o preço com a concorrência, ocasionando uma perda de mercado para a empresa objeto de estudo. Já os clientes que classificaram como excelente tentem a escolherem primeiramente a empresa X.



Gráfico 1- Qual o nível de satisfação com o preço do produto ofertado pela empresa?

O nível de satisfação com o atendimento dos vendedores e o prazo de entrega ofertado pela empresa foram analisados na Praça, de acordo com os 4Ps. No atendimento dos vendedores, 73% classificaram como excelente, seguido de 27% como bom. Nenhum entrevistado classificou como péssimo, ruim ou regular. Estas informações são importantes, pelo fato de os vendedores serem os primeiros a terem contato com o cliente, e um fator determinante na criação de valor e satisfação nos consumidores.

Além disto, um fator relevante é se a empresa atende o prazo de entrega combinado com o cliente. Cerca de 67% respondeu como sendo bom, 20% como excelente e 13% como regular. A empresa deve se atentar aos que responderam regular, e observar isto como alerta. O gráfico 2, mostra os resultados deste levantamento quanto ao prazo de entrega.

A pesquisa revelou ainda que quando se analisou a promoção, por meio da pergunta, qual o nível de satisfação com a forma de pagamento ofertado pela empresa, os seguintes resultados. Bom: 67%, Excelente: 27% e Regular: 6%. Observa-se que quase todos os entrevistados estão satisfeitos com a forma de pagamento, e que os métodos ofertados pela empresa, atualmente, estão atendendo suas necessidades. Dessa forma, este não é um ponto que a empresa deve se preocupar em alterar, mas de continuar mantendo o método que está em uso.



Gráfico 2- Qual o nível de satisfação com o prazo de entrega ofertado pela empresa?

Por último, analisando a parte do produto dentro dos 4Ps, foi levantado qual o nível de satisfação com a qualidade do produto ofertado pela empresa. A maior parte dos entrevistados respondeu como sendo excelente, 73%, o restante como bom, 27%. Nenhum dos entrevistados respondeu péssimo, ruim ou regular para a qualidade. Assim, a empresa de acordo com seus clientes, obtém um produto de alta qualidade, e que realmente tende suas necessidades. O gráfico 3, representa a distribuição destes dados.



Gráfico 3- Qual o nível de satisfação com o prazo de entrega ofertado pela empresa?

Na terceira e última parte da pesquisa, foi realizado perguntas abertas para identificar os pontos fortes, fracos da empresa, bem como problemas que seus clientes já tiveram com a empresa.

No que se refere a facilidade de entrar em contato com a empresa, 100% dos entrevistados responderam como SIM. E o meio de comunicação que todos utilizam para comunicar com a empresa, seja realizar orçamento, dúvidas, reclamações e realizar o pedido do produto é o telefone. Um dos clientes, relatou que mesmo quando a empresa não consegue falar no momento, retornam o contato. Além disto, para a pergunta se já teve algum problema com o nosso produto, apenas um cliente relatou que sim, que representa 6% da amostra. O problema foi de atraso na entrega do produto.

Todos os clientes, 100%, disseram que indicaria a empresa para outras pessoas. Os motivos que eles apontaram estão representados no gráfico 4. A qualidade do produto foi apontada 12 vezes, seguida da qualidade no atendimento, dos vendedores e funcionários da empresa, 8 vezes. Assim, observa-se os pontos positivos, e que atendem as necessidades dos clientes.

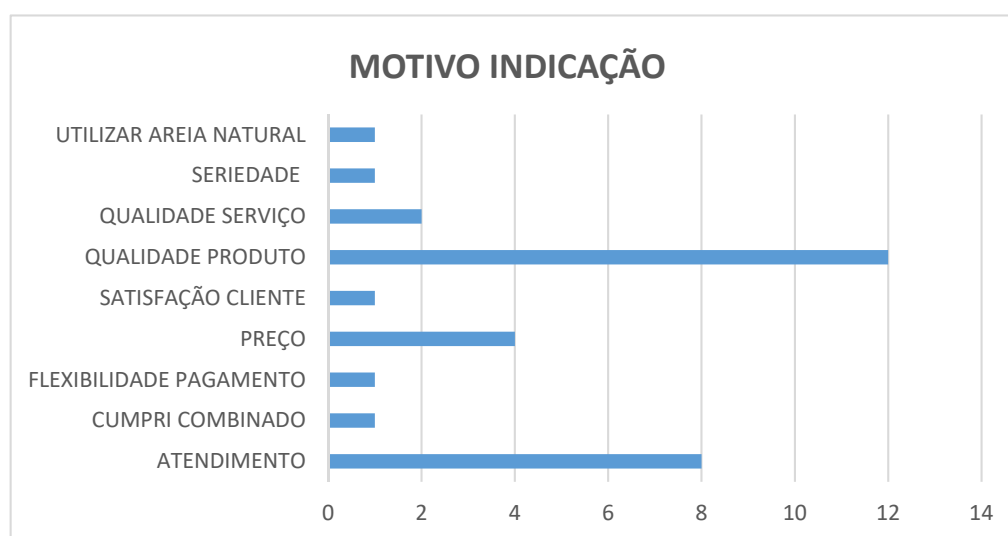


Gráfico 4- Por que você indicaria nossa empresa para outras pessoas?

Similarmente, os motivos por que escolheu a empresa Visual Concretos foram parecidos. Tendo destaque a qualidade do produto, com 5 citações dos clientes, o preço, com 4, e indicação de outras pessoas, 3. Observa-se que a qualidade do produto é que mais atrai o cliente, seguido do preço da primeira compra. E que também a divulgação por “boca-a-boca” faz-se eficiente neste contexto que a empresa Visual Concretos está inserida. O gráfico 5 mostra os resultados desta pergunta.

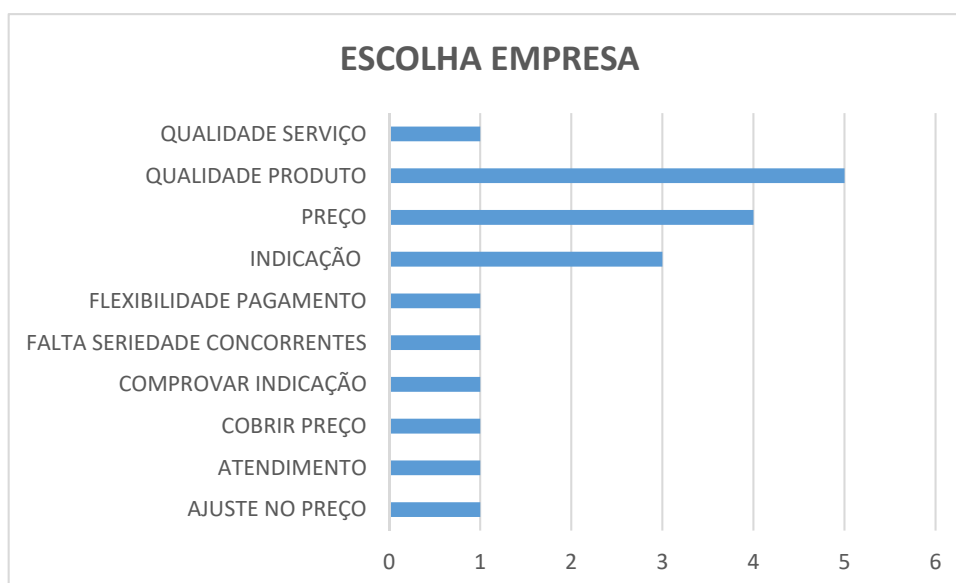


Gráfico 5- Por que escolheu a empresa Visual Concretos?

E por fim, a última análise desta pesquisa foi relacionado a qual aspecto o cliente avalia que a empresa pode melhorar. 27% dos entrevistados responderam a esta pergunta, que foi feita de maneira aberta. Os resultados obtidos foram, ajuste no valor, que o preço não é o melhor do mercado, o atendimento no prazo e a forma de pagamento. Dessa forma, cabe aos autores procurarem soluções e melhorias junto a empresa, para que a mesma possa identificar as necessidades destes clientes e tentar suprir o que não vem conseguindo atender.

4 CONCLUSÃO

Este estudo procurou estudar e identificar as necessidades dos clientes da empresa X na cidade de São João del-Rei, para sua realização foi feito uma pesquisa de mercado com uma pequena amostra de clientes da empresa. Visto que, por meio dela é possível obter informações, e dados, pelo fato de os clientes estarem à procura de bom atendimento, tecnologia, agilidade e competência. As empresas que oferecerem este recurso serão candidatas favoritas ao sucesso empresarial.

Como seu principal produto é o concreto, a empresa possui algumas características próprias do setor em que está inserida, como: o produto não apresenta sazonalidade, o preço do produto acabado não sofre variação e há poucos concorrentes no mercado, contando também com o próprio mercado saturado, o que ajuda a explicar algumas dessas características. A pesquisa aponta os seguintes resultados:

O produto da empresa é de excelência em qualidade, assim a empresa não precisa realizar mudanças neste quesito. Pois é o ponto mais positivo, e que gera a maior fidelidade com os clientes. Observou-se que o atendimento realizado pelos vendedores, é outro motivo para que os clientes indiquem a empresa para parceiros e amigos. A organização deve continuar investindo neste quesito, capacitando seus vendedores para que consigam ter uma relação duradoura com os clientes. O prazo de entrega demonstrou ser um problema para a empresa, visto que já houve reclamações. Dessa forma, a implementação de um cronograma para gestão de tempo, e cobrança dos colaboradores, desde que não coloque em risco, pode ser uma saída para suprir este déficit.

O preço, também recebeu algumas reclamações, visto que não é o melhor do mercado. Como a qualidade do produto é muito boa, a adequação do preço baseada em seus concorrentes pode ser uma solução. E também deve-se evitar ajustes constantes no preço. Outra solução, são para quando se deseja adquirir um novo cliente, realizar promoções para retê-lo, e realizar diferentes formas de pagamento para mantê-lo. Além disso, o telefone demonstrou-se o único meio de comunicação entre a empresa e clientes. Assim, o investimento em site e redes sociais pode fazer com que a organização se conecte cada vez mais com seus clientes.

Dessa forma, para que a empresa obtenha um diferencial e uma vantagem competitiva, ela deve constantemente estar identificando as necessidades do cliente.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/>. Acesso em: 25 nov. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Perfil da cadeia produtiva da construção e da indústria de materiais**. 2017. Disponível em: <http://www.abramat.org.br/datafiles/perfil-ed-2018.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Regularização de obra de construção civil**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Previdencia/ConstrCivil.htm>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Pretice Hall, 2002.

FIESP. **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo- Cadeia Produtiva da Construção**. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/infografico-cadeia-da-construcao/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOIA, R. M. *et al.* **Fundamentos de Marketing: conceitos básicos**. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

IBRACON. **Concreto: material construtivo mais consumido no mundo**. Disponível em: http://ibracon.org.br/publicacoes/revistas_ibracon/rev_construcao/pdf/revista_concreto_53.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

KOTLER, P., KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006. 765p.

LAS CASAS, A. L. **Marketing: conceitos, exercícios, casos**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 6 Ed. São Paulo: Atlas S.A, 2011.

MEC. Ministério da Educação. **Educação Profissional**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/constciv.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. **Concreto: estrutura, propriedades e materiais**. São Paulo: PINI, 1994, p. 01-02.

SANTOS, A. **Pesquisa ressalta presente e futuro do concreto**. Massa Cinzenta. Disponível em: <http://www.cimentoitambe.com.br/pesquisa-ressalta-presente-e-futuro-do-concreto/>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas. **Como Elaborar uma Pesquisa de Mercado**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MG/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Como+Elaborar+uma+Pesquisa+de+Mercado.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

STEFFEN, R. A. **A Influência do mix de Marketing e dos Fatores Comportamentais nas Decisões do Consumidor: O Caso SAYURI Produtos Orientais**. 2009. 104f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

YASUDA, A.; OLIVEIRA, D. M. T. **Pesquisa de marketing: Guia para prática de pesquisa de mercado**. 1 Ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda, 2013.

ZAMBERLAN, L. **Pesquisa de Mercado**. 1 Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

SEXUALIDADE NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA

Nolasco Marcela¹
Luana Miguel Perrella²
Tábata Maria Silveira³

Resumo - É válido afirmar que o ser humano, em seu caminho evolutivo, se constrói dia após dia, desde o seu primeiro contato com o mundo. O objetivo deste estudo foi relatar a experiência com grupo de adolescentes por meio de oficinas vivenciais sobre sexualidade. Foram realizados dois encontros. Utilizou-se a abordagem do Método Criativo Sensível por meio da dinâmica grupal de “dinâmicas de criatividade e sensibilidade”. Os dados foram produzidos e transcritos, no período de agosto a dezembro de 2018. As Dinâmicas de Criatividade e Sensibilidade escolhidas para este estudo, denominadas como caixa de perguntas, árvore do autoconhecimento e discussão grupal, permitiram que as adolescentes se expressassem, sendo ouvidas, trocassem experiências e esclarecessem as dúvidas. A abordagem acerca da sexualidade de forma mais ampla e as oficinas permitiram discutir com os adolescentes de forma dinâmica e participativa e possibilitaram ir além do aspecto biológico e focado na prevenção. Foram abordadas infecções sexualmente transmissíveis, gravidez, aborto, questões de gênero, tabus. É importante ressaltar a necessidade de aquisição de conhecimentos sobre sexualidade por parte do adolescente, pois favorece o exercício da cidadania, bem como a transformação da sua realidade social e a redução de fatores de risco à saúde.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Sexualidade. Adolescência.

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados da UNICEF BRASIL (2015), no Brasil 60 milhões dos habitantes têm menos de 18 anos de idade. No ano 2000, cerca de 19 % da população geral era constituída por adolescentes. A *World Health Organization* (WHO) define adolescência como sendo o período da vida que começa aos 10 anos e termina aos 19 anos completos, sendo dividida em pré-adolescência, dos 10 aos 14 anos, e adolescência, dos 15 aos 19 anos completos (WHO, 1986). Este período é marcado por inúmeras transformações, tais como maturação dos caracteres sexuais; alterações nas estruturas cerebrais envolvidas nas emoções, no julgamento,

¹ Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. Orientador do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

² Discente do Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Garcia de Lima. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Júnior BIC-JR/FAPEMIG/UNIPTAN.

³ Discente do Curso de Enfermagem do UNIPTAN. Voluntária de Iniciação Científica do UNIPTAN.
E-mail para contato: marcela.nolasco@uniptan.edu.br.

organização do comportamento e do autocontrole; elaboração da identidade pessoal e sexual; exercício da sexualidade, intimidade e afetividade (CARLINI-COTRIM; GAZAL-CARVALHO; GOUVEIA, 2000; PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2009). Diante destas mudanças, observamos que o desenvolvimento da sexualidade se encontra ligado ao desenvolvimento do indivíduo como um todo.

É válido afirmar que o ser humano em seu caminho evolutivo se constrói dia após dia, desde o seu primeiro contato com o mundo. A vida se transforma em uma grande trajetória cercada de experiências, construções e reconstruções do indivíduo: ser único, integrado e individual em seus aspectos físicos e psicológicos. A pré-adolescência se mostra como uma dessas fases na construção humana em que a criança, até então perceptiva aos valores e crenças que estão ao seu redor, começa a construir um novo ápice sensorial e novas formulações de conceitos sobre sua sexualidade (OLIVEIRA, 2006).

Essa nova experiência pode se mostrar de forma conturbada se o termo não for bem compreendido por esse indivíduo e pelas pessoas envolvidas em seu meio social. Por vezes, ela é erroneamente confundida com o sexo pela aproximação semântica, pois este se caracteriza como uma expressão biológica de aspectos anatômicos e funcionais, enquanto a sexualidade possui um sentido muito mais amplo: ela é marcada por afetos, sentimentos, o meio pelo qual o indivíduo expressa sua história, sua cultura, ciência, valores. Uma forma de expressão cultural, inerente e individual.

Desta forma, é importante que o espaço social envolvido ao redor deste pré-adolescente encare tal fase de maneira simples e entendida, visto que a sociedade possui valores enraizados como os vinculados à religião, que são fundamentais. Necessitam também de acompanhar essa progressão de novas formas pensantes e perceptivas, ou seja, é necessário deixar tabus de lado e construir conceitos centralizados no indivíduo em si, com suas particularidades individuais.

A escola se mostra de fundamental importância nessa perspectiva, pois considera o indivíduo em seu contexto familiar, comunitário e social. Nesse espaço, é possível construir na criança o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades em saúde bem como um senso crítico e reflexivo de si mesmo e sua inter-relação com o espaço onde vive. A sexualidade deve ser vista pelos professores não como algo de difícil diálogo e sim como uma forma de desconstruir tabus e preconceitos e auxiliar, da melhor forma possível, o conhecimento desses alunos para atitudes coerentes e valores próprios. Em contrapartida, como instrumento de conhecimento, é importante que a escola seja vista pelos familiares do pré-adolescente como um instrumento de auxílio à educação, que lhes deve ser oferecido primordialmente em casa.

Por isso, é de fundamental importância haver o diálogo entre esses dois âmbitos, pois assim haverá a conquista da pluralidade do conhecimento partilhado e, sobretudo o acompanhamento e contextualização social e cultural da formação deste indivíduo (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2009; OLIVEIRA, 2006).

O objetivo do presente estudo foi avaliar o conhecimento relacionado a sexualidade entre pré-adolescentes, em uma escola pública no município de São João del-Rei, Minas Gerais. Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva que estuda as relações, percepções e opiniões, resultado das interpretações do modo de vida, de sentimentos e pensamentos, pois descreve, compreende e explica a questão de investigação, aprofundando-se no mundo dos significados, crenças e valores dos sujeitos (MINAYO, 2006). Ao abordar orientações e as percepções do adolescente acerca da sexualidade, a pesquisa qualitativa é importante por permitir a interpretação dos significados considerando a cultura local. Além disso, este método de pesquisa possibilita a identificação e discussão das relações entre o local de estudo e o contexto econômico, social, político e ideológico mais amplo, em determinado momento histórico (MALINOWSKI, 1976).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A adolescência se caracteriza por um período de transição entre a infância e a vida adulta. Esta fase é marcada por impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social, além de esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive. O início da adolescência é marcado pelas mudanças corporais da puberdade e termina quando o indivíduo consolida seu crescimento e a formação de sua personalidade, buscando progressivamente sua independência econômica e integração em seu grupo social (TANNER, 1962).

As mudanças corporais fazem parte de um processo dinâmico e contínuo iniciado durante a vida fetal e que termina com o completo crescimento e fusão total das epífises ósseas e com o desenvolvimento das características sexuais secundárias. A puberdade se refere às mudanças morfológicas e fisiológicas, tais como forma, tamanho e função. De acordo com estado nutricional e fatores familiares e ambientais, há uma variação no tempo de início e duração deste período, com diferença marcante entre os gêneros, o que muitas vezes gera ainda mais conflitos internos nesse grupo (BRASIL, 1992). É importante destacar que as sensações características sexuais, como ereção peniana e lubrificação vaginal estão presentes durante toda

fase desenvolvimento infantil, desde a amamentação até o início da puberdade, quando observamos uma intensificação dessas sensações. Nessa nova fase, devido ao desenvolvimento físico, o indivíduo se torna apto para concretizar a sexualidade plena por meio do ato sexual (TANNER, 1962).

Em nossa sociedade, falar sobre sexo é um tabu e os problemas relacionados à sexualidade são muito frequentes. Por isso é fundamental o acompanhamento do processo de desenvolvimento para orientar o adolescente, prevenindo problemas futuros como abuso sexual, gravidez indesejada, promiscuidade ou problemas sexuais como frigidez, impotência sexual e ejaculação precoce.

A sexualidade é definida como o desejo de contato, calor, carinho ou amor (TANNER, 1962; STUAR; LARAIA, 2001). Junto ao desejo e a curiosidade surgem dúvidas e questionamentos em relação a sua identidade e vontades. No estudo realizado por Freitas e Dias (2010), durante as discussões de grupo das dinâmicas de criatividade e sensibilidade, os adolescentes apresentaram preocupações com a formação de sua identidade. Com as dinâmicas observou-se a necessidade de os participantes refletirem sobre de como é ser e sentir-se adolescente, importante para autoconhecimento que envolve valores morais, pessoais e culturais de cada pessoa.

O estudo supracitado acima desvelou a dificuldade dos adolescentes em identificar suas percepções e sentimentos sobre sexualidade. Observou-se que eles não possuíam conceitos formados sobre os temas debatidos. Para eles sexualidade era sinônimo de fazer sexo. O estudo de Reich (1975) defende para solução desse problema a necessidade de consultórios sexuais para os adolescentes, onde além de distribuir contraceptivos, seja realizada uma verdadeira e apropriada educação social e sexual. Ao se tratar de sexualidade, observou-se apenas o que é negativo e prejudicial do sexo, relegando a base do amor, do prazer, da convivência, da família e da própria sobrevivência humana (BRETAS; SILVA, 2005).

Estudos nacionais e internacionais indicam que o início da vida sexual precoce está relacionado a um padrão de comportamento sexual de risco (BORGES; SCHOR, 2005; LANGILLE *et al.*, 2010).

Atualmente, a atividade sexual se inicia cada vez mais precocemente. Um estudo realizado na cidade de São Paulo, em 2002, mostrou que a idade média da primeira relação sexual para o gênero masculino foi de 14 anos e de 15 para o feminino (BORGES; SCHOR, 2005).

É importante ressaltar também que um início sexual precoce resulta, muitas vezes, em mais parceiros ao longo da vida, mais chances de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada (BOISLARD; POULIN, 2011; VILLELA; DORETO, 2006). Uma maneira de ajudar a minimizar os riscos do início da vida sexual precoce é a educação sexual formal (MUELLER; GAVIN; KULKARNI, 2008).

Na pesquisa realizado por Freitas e Dias (2010), os adolescentes manifestaram curiosidade sobre aspectos relacionados à idade certa para iniciar a vida sexual, assim como comportamento e atitudes de homens e mulheres na primeira relação sexual. Com as dinâmicas, os adolescentes mostraram curiosidades sobre as formas de fazer sexo. Isto nos mostra que os jovens iniciam a vida sexual sem ter ao menos o entendimento necessário para se relacionarem sexualmente (FREITAS; DIAS, 2010).

Nas questões apresentadas pelos adolescentes, pode-se uma preocupação em relação à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e a gravidez na adolescência. Uma maneira de estimular a independência e a autonomia dos jovens é torná-los responsáveis pela sua saúde. Muitas vezes, a timidez, comum na adolescência, e a falta de intimidade com o parceiro podem interferir no uso de preservativo (FREITAS; DIAS, 2010).

É importante ressaltar que, atualmente, o adolescente tem facilidade de acesso à informação e ao conhecimento, por meio de internet, livros, revistas. Mas essa facilidade não dispensa o diálogo e a discussão com pessoas capacitadas e disponíveis para ajudá-los no entendimento de sua sexualidade e no esclarecimento de suas dúvidas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A população alvo foi composta por pré-adolescentes do gênero feminino, que frequentam uma escola pública no interior de Minas Gerais. Foi utilizada uma amostra total 40 alunas do ensino fundamental, escolhidos aleatoriamente, previamente autorizados pelos responsáveis, e que aceitaram participar do estudo. Foi feita uma seleção aleatória simples, com reposição de sujeitos. Nessa seleção, cada elemento teve a mesma chance de ser selecionado. A vantagem desse tipo de amostragem é assegurar uma representação adequada da população-alvo (CONTANDRIOPOULOS *et al.* 1994). A coleta de dados foi realizada por meio de dinâmicas de criatividade e sensibilidade, conforme utilizado no estudo (FREITAS; DIAS, 2010).

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIPAC Barbacena, parecer número 3.016.679, foram realizadas palestras educativas, discussões e dinâmicas com os pré-adolescentes com o auxílio de bolsistas do Programa de Iniciação Científica Júnior.

Foi utilizada a abordagem do Método Criativo Sensível (MCS), por meio da dinâmica grupal de “dinâmicas de criatividade e sensibilidade”. Este método utilizou a discussão grupal mediada pela pedagogia do método de ensino crítico-reflexivo de Paulo Freire. As dinâmicas foram discutidas por meio do diálogo grupal, que incluiu análise crítica e coletiva das ideias surgidas no grupo, além da troca de vivências entre os participantes. Foram realizados 2 encontros. A análise dos dados coletados foi realizada conforme preconizado pelo MCS: codificação, decodificação (CABRAL, 1998).

Os dados foram produzidos após a autorização do local onde foi realizada a pesquisa. A pesquisa seguindo os procedimentos éticos preconizados para a realização conforme a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, sendo utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para familiar responsável.

Os dados foram produzidos e transcritos no período de agosto a dezembro de 2018. As dinâmicas de criatividade e sensibilidade escolhidas para este estudo são denominadas: caixa de perguntas, árvore do autoconhecimento e discussão grupal.

Na caixa de perguntas foram colocadas dúvidas a respeito de sexualidade e transformações no corpo, e em seguida realizada palestra sobre sexualidade. Em um segundo momento foi realizado a conscientização sobre o corpo, seguido da árvore do autoconhecimento, onde as alunas montaram uma árvore expressando os sentimentos relacionados às mudanças corporais, onde todas as participantes se manifestaram de forma livre espontânea. Para encerrar, aconteceu uma roda de conversa e debate relacionado a diversas questões que envolvem a adolescência e a sexualidade. Nesse momento foram registradas as opiniões e experiências de vida.

Os materiais produzidos nas dinâmicas e os registros das observações realizadas durante as atividades constituíram fontes primárias para análise dos dados. Instigando a discussão em grupo e a construção de conhecimentos, buscando atribuir significado às discussões. Após cada encontro foi realizado um fechamento diário, com avaliação das atividades. As discussões advindas das dinâmicas e discussões foram gravadas e anotadas, com prévia autorização por escrito dos responsáveis.

4 CONHECENDO AS PERCEPÇÕES DOS ADOLESCENTES

É fundamental que a equipe de saúde discuta sobre a sexualidade na adolescência, pois a interação em grupo cria um ambiente privilegiado, favorecendo aos participantes conhecer a si e ao outro de forma mais ampla (CABRAL, 1999). Além disso, revela a personalidade de cada um, seus juízos de valores, seu imaginário, além de aspectos relacionados a cultura, a religião e as influências do contexto familiar. Não só a etapa de desenvolvimento em que o indivíduo se encontra, mas também o contexto familiar e social, estão relacionados ao seu comportamento sexual. As dinâmicas permitiram que as adolescentes se expressassem, sendo ouvidas e trocadas experiências, tiradas as dúvidas. Os diálogos produziram os seguintes temas:

4.1 Conflitos e dificuldades

Foram registrados os assuntos dos quais foram codificados os temas geradores, de onde surgiram as seguintes palavras-chave para discussão. Nas discussões grupais das dinâmicas de criatividade e sensibilidade, surgiram as palavras-chave: adolescência, gravidez e IST's uso de álcool e drogas que desvelou concepções e preocupações entre as mesmas. Ocorreu uma análise coletiva e discussão grupal a partir da decodificação dos subtemas geradores. Esse foi um momento propício para a introspecção e o autoconhecimento que envolve valores morais, pessoais e culturais de cada pessoa. Surgiram questões como: *“Por que tem mulher fica menstruada?”*, *“Até que idade a mulher pode ficar menstruada pela primeira vez?”*

Evidencia-se a preocupação da adolescente com as mudanças corporais e a sexualidade. A questão acerca da menstruação gerou muitas dúvidas entre as participantes, principalmente no que diz respeito a questões de higiene e dismenorrea. A menarca indica que a mulher já está capacitada biologicamente para a reprodução; no entanto, esse evento é tratado pela menina como acontecimento traumático, por não entender bem o que se passa com ela. A dismenorrea pode ser uma consequência desagradável, afetando cerca de 50% da população feminina, entre 14 e 24 anos de idade. Foi discutido a ação dos hormônios e alterações hormonais na adolescência.

Além da questão hormonal, a adolescente está preocupada e não possui conhecimento suficiente em relação aos métodos contraceptivos, como evidenciado nas perguntas: *“Gostaria de saber se você esquecer de tomar anticoncepcional, você correria o risco de engravidar?”*, *“É verdade que a pílula do dia seguinte faz mal para a saúde da mulher, é verdade?”*.

Dezoito adolescentes apresentaram dúvidas relacionadas à pílula do dia seguinte. Relataram buscar informações nas redes sociais, revistas voltadas para o público adolescente e via internet, mas que as respostas ainda deixam muitas dúvidas, pois em muitas questões encontram respostas contraditórias, necessitando de orientações sobre a temática.

Observa-se a necessidade de educar em relação as transformações que ocorrem em seu corpo, sobre as sensações sexuais, da curiosidade sexual e sobre o ato sexual propriamente dito e suas consequências. É importante orientá-los acerca dos métodos contraceptivos, bem como da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente para os adolescentes que já iniciaram a atividade sexual ou estejam prestes a iniciá-la.

O uso do preservativo é associado de maneira significativa à sua prevenção da AIDS. Atualmente, as discussões nos meios de comunicação sobre a importância do uso do preservativo para prevenção da AIDS, tem repercutido em toda a sociedade e deixa o jovem mais preocupado com seu comportamento. Corroborando com os achados dos estudos de Ayres (1996) e Domingues e Alvarenga (1997), as participantes mostraram que muitas vezes o uso do preservativo está ligado a AIDS, como evidenciado na fala: *“quase ninguém liga, usa por causa da AIDS”*.

4.2 A sexualidade para o adolescente

À medida que as dinâmicas foram acontecendo, as adolescentes sentiram a necessidade de definir os termos: sexualidade, virgindade, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Os sujeitos da pesquisa apresentaram dificuldade em identificar suas percepções e sentimentos sobre sexualidade, não possuindo conceitos formados sobre os temas debatidos. Ao definir sexualidade, a percepção da imagem do seu próprio corpo e conflitos entre colegas. Durante os diálogos promovidos em grupo, a palavra sexualidade aparece como sinônimo de prática sexual e desejo. E sua definição foi pautada de forma reflexiva.

Algumas adolescentes entendem sexualidade como relações entre as pessoas. Há uma preocupação quanto à comunicação com os pais, amigos e namorados: *“Como conversar sobre sexo, desejo, virgindade?”*. Para as adolescentes, “ficar” e namorar são formas de relacionamento afetivo entre duas pessoas. Contrário aos achados do estudo, ter ou não relação sexual não define namoro: *“Minhas amigas têm relação sexual mesmo quando não namoram”*.

As adolescentes expressaram grande preocupação com a beleza. Essa preocupação com a imagem corporal está ligada a aceitação em grupos e a chance de destaque entre os colegas.

Há alguns anos, as adolescentes procuram o estereótipo da beleza por meio do corpo alto e esguio, copiado de modelos. Hoje, nos resultados encontrados na pesquisa observamos a busca pelo corpo bem delineado e sensual como expressão de sedução do corpo feminino. A mídia tem grande influência neste contexto, pois diversas falas apresentaram tal ligação, como mostra a expressão: “*Eu não gosto do meu cabelo*”, “*meu peito é muito pequeno*”. Há uma integração entre o padrão de beleza imposto pela mídia e o desejo do corpo perfeito idealizado pelas adolescentes. A mídia atua como principal formadora e reprodutora dos estereótipos sociais. Os adolescentes passam a ser o principal alvo destes estereótipos, pois utilizam seus corpos para chamar atenção sobre si. As adolescentes mostraram grande preocupação com sua imagem corporal, principalmente no que diz respeito aos padrões de beleza impostos pela sociedade. Em relação às mudanças corporais, foi observado a autocrítica, relacionada à satisfação com a imagem corporal, por vezes distorcida ou influenciada por conceitos culturais, na qual se veem como pessoas com defeitos. Visando discutir as questões relacionadas a autoimagem, foi utilizada a dinâmica árvore do autoconhecimento. A partir da representação mental que a adolescente tem de seu corpo foi elaborada uma árvore com os pontos de satisfação e insatisfação. Cerca de metade das pré-adolescentes encontram-se satisfeitas com o corpo e cabelo.

Atualmente é como nos deparamos com o comportamento homossexual entre adolescentes. Durante as dinâmicas o assunto surgiu de forma natural, onde os adolescentes conversaram mostrando compreensão pela opção sexual, vendo como uma característica ou necessidade individual. A abordagem sobre a identidade sexual e o relacionamento com amigos homossexuais foi mais difícil durante as dinâmicas, com algumas adolescentes se recusando a conversar sobre o assunto.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou conhecer as percepções de pré-adolescentes sobre a sua sexualidade e contribuir com a educação, focando na promoção e prevenção, a partir do ensino em saúde voltado para esses sujeitos. As dinâmicas desenvolveram grande motivação por parte das alunas, gerando bons diálogos e expressão de sentimentos.

Mesmo o adolescente estando mais exposto a situações de risco e se sentir instigado a desafios, é possível realizar a educação em saúde com este grupo, oferecendo informação e esclarecendo suas dúvidas, em um diálogo aberto e sem julgamentos. Vale destacar que a escola

é fundamental nesse processo de promoção da saúde para os adolescentes, pois é um cenário apropriado para este tipo de ação pedagógica.

A prevenção é a melhor maneira de lidar com as doenças sexualmente transmissíveis e com a gravidez indesejada na adolescência, uma vez que as pessoas conscientes e orientadas podem ter o discernimento ao depararem com situações de risco. Sendo assim, investir na educação da criança e do adolescente, é fundamental e o enfermeiro, dentro da atenção primária, tem um amplo espaço para atuar nesse campo.

As dinâmicas utilizadas na pesquisa constituíram uma estratégia metodológica importante para o trabalho nessa faixa etária, visto que permite ao profissional interagir e mergulhar no mundo dos adolescentes, além de conhecer suas percepções e concepções acerca da sua sexualidade.

A prevenção e a promoção da saúde para os adolescentes devem envolver vários aspectos, tais como físicos, sociais, culturais e psicológicos. É importante que o enfermeiro, ao abordar esta temática, tenha conhecimentos dos processos evolutivos e conflitos que envolvem essa faixa etária. Para trabalhar com um grupo de adolescentes, o profissional deve ser desprovido de preconceitos e julgamentos, atuando como educador e mediador das discussões sobre sexualidade. O profissional deve construir, junto ao grupo, alternativas e formar opiniões levando em conta a individualidade, vendo o indivíduo como um todo. O trabalho do enfermeiro não exclui a necessidade da escola, em conjunto com a família e os serviços de saúde, abordar a temática junto ao adolescente.

REFERÊNCIAS

AYRES R.C.M. HIV/AIDS, DST e abuso de drogas entre adolescentes: vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas. São Paulo (SP): Casa de Edição. Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; 1996.

BOISLARD, P.M.A., POULIN, F. Individual, familial, friends-related and contextual predictors of early sexual intercourse. *J Adolesc.*, p.289-300, 2011. 2011; 34:289-300

BORGES, A.L.V.SCHOR, N. Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil. *Cad Saúde Pública*, p.499-507, 2005. ; 21:499-507.

BRASIL. **Pesquisa Nacional sobre a Saúde e Nutrição**. Perfil de Crescimento da População Brasileira de 0 a 25 anos. Brasília: INAN/MS. 1992.

BRETAS, J. R. da S. SILVA, C. V. da. **Orientação sexual para adolescentes**: relato de experiência. *Acta Paul Enferm.* p.326-33, 2005. 2005;18(3):326-33

CABRAL, I. E. **Aliança de saberes no cuidado e estimulação da criança bebê**. Rio de Janeiro: Editora da Escola de Enfermagem Ana Nery, 300p, 1999.

- CABRAL, I. E. O método criativo e sensível: alternativa de pesquisa na enfermagem. In: GAUTHIER, J.H.M. *et al.* **Pesquisa em Enfermagem: novas metodologias aplicadas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, Cap. 8, p. 177-208, 1994.
- CARLINI-COTRIM, B., GAZAL-CARVALHO, C., GOUVEIA, N. Comportamento de saúde entre jovens estudantes das redes pública e privada da área metropolitana de São Paulo. **Rev Saúde Pública**, 636-45, 2000. 2000;34(6):636-45
- CARUSO S, AGNELLO C, INTELISANO G, FARINA M, DI MARI L, CIANCI A. Sexual behavior of women taking low-dose oral contraceptive containing 15 microg ethinylestradiol/60 microg gestodene. **Contraception**. p.237-40, 2004. 2004;69(3):237-40
- CONTANDRIOPOULOS, A.P., CHAMPAGNE, F., POTVI, L., DENIS, J.L., BOYLE, P. **Saber preparar uma pesquisa**. São Paulo: Hucitec Abrasco, 1994.
- DOMINGUES, C.M.A.S., ALVARENGA, A.T. de. Identidade e Sexualidade no Discurso Adolescente. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.** S. Paulo, 1997. 7(2), 1997
- FREITAS, K.R.; DIAS, S.M.Z. Percepções de adolescentes sobre sua sexualidade. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Abr-Jun; p. 351-7, 2010. vol.19, n.2, p.351-357.
- LANGILLE, D.B. ASBRIDGE, M., FLOWERDEW, G., ALLEN, M. **Associations of sexual risk-taking with having intercourse before 15 years in adolescent females in Cape Breton**, Nova Scotia, Canada. *Sex Health*, p.199-204, 2010.
- MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico ocidental**. Rio de Janeiro: Ed. Abril, (Coleção Os Pensadores). p.5-34, 1976.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed. São Paulo (SP): Hucitec; 2006.
- MUELLER, T.E., GAVIN, L.E., KULKARNI, A. The association between sex education and youth's engagement in sexual intercourse, age at first intercourse, and birth control use at first sex. **J. Adolesc. Health**, p.89-96, 2008. 42:89-96, 2008
- OLIVEIRA, D. L. Sexo e saúde na escola: isto não é coisa de médico? In: Meyer DE, Dalla Zen MI, Xavier MLF, organizadora. *Saúde e sexualidade na escola*. Porto Alegre (RS): **Mediação**, p. 97-109, 2006.
- PAPALIA, D. E., OLDS, S., W. FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.
- REICH, W. **O Combate sexual da juventude**. Porto: Textos Marginais; 1975.
- STUAR, G.W., LARAIA, M.T. **Enfermagem psiquiátrica princípios e prática**. 6ª ed. Porto Alegre (RS): Artmed; 2001.
- TANNER, J.M. **Growth at Adolescence**. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1962.
- UNICEF BRASIL. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>. Acesso em 03 fev. 2015.
- VILLELA, W.V.D., DORETO, D.T. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Caderno de Saúde Pública**, p.2467-72, 2006. 22:2467-72, 2006
- WHO, World Health Organization. **Young People's Health: a Challenge for Society**. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. Technical Report Series 731. Geneva: WHO, 1986.